

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**PPGCOM/UFJF**  
**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

**Luiz Felipe Novais Falcão**

**Telejornalismo e Poder:** enquadramentos telejornalísticos do governo Bolsonaro como indicadores da autopercepção sobre a função social do jornalismo na contemporaneidade.

Juiz de Fora  
2024

**Luiz Felipe Novais Falcão**

**Telejornalismo e Poder:** enquadramentos telejornalísticos do governo Bolsonaro como indicadores da autopercepção sobre a função social do jornalismo na contemporaneidade.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutorado em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade. Linha de Pesquisa: Mídias e Processos Sociais

Orientador: Doutor Paulo Roberto Figueira Leal

Coorientadora: Doutora Iluska Maria da Silva Coutinho

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Falcão, Luiz Felipe Novais.

Telejornalismo e poder: enquadramentos telejornalísticos do governo Bolsonaro como indicadores da autopercepção sobre a função social do jornalismo na contemporaneidade. / Luiz Felipe Novais Falcão. -- 2024.

497 f.

Orientador: Paulo Roberto Figueira Leal

Coorientadora: Iluska Maria da Silva Coutinho

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2024.

1. Telejornalismo. 2. Poder. 3. Enquadramentos Jornalísticos. 4. Autopercepção. 5. Jair Bolsonaro. I. Leal, Paulo Roberto Figueira, orient. II. Coutinho, Iluska Maria da Silva, coorient. III. Título.

**Luiz Felipe Novais Falcão**

**Telejornalismo e Poder:** enquadramentos telejornalísticos do governo Bolsonaro como indicadores da autopercepção sobre a função social do jornalismo na contemporaneidade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em 20 de agosto de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal** - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof.ª Dr.ª Iluska Maria da Silva Coutinho** - Coorientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof.ª Dr.ª Claudia de Albuquerque Thomé**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof.ª Dr.ª Ariane Carla Pereira**

Universidade Estadual do Centro-Oeste

**Prof.ª Dr.ª Lívia Maia Caldeira Arantes**

Northwestern University

Juiz de Fora, 18/07/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Figueira Leal, Professor(a)**, em 20/08/2024, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia de Albuquerque Thome, Professor(a)**, em 20/08/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iluska Maria da Silva Coutinho, Professor(a)**, em 20/08/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Livia Maia Caldeira Arantes, Usuário Externo**, em 20/08/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ariane Carla Pereira, Usuário Externo**, em 20/08/2024, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luz Ademir de Oliveira, Usuário Externo**, em 20/08/2024, às 23:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj ([www2.ufff.br/SEI](http://www2.ufff.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1873032** e o código CRC **AA68FAD0**.

Pela presença, pela paciência, pelas orações, pelo silêncio, pelo suporte, pelos abraços e, claro, pelas paçoquitas, *skittles*, chocolates, pelos muitos e muitos quilômetros percorridos. Por dividirem ansiedade, incertezas e momentos difíceis, dedico esta tese à minha gente amada: família, orientadores, amigos fiéis e espiritualidade. Certamente, sem cada uma e cada um de vocês, trajetória e conclusão deste trabalho não seriam possíveis.

## AGRADECIMENTO

Apesar de algumas pessoas afirmarem que pesquisa e escrita acadêmicas são práticas quase sempre solitárias, posso dizer que minha experiência, ao longo desses quase cinco anos de doutoramento, foi atravessada por pessoas muito companheiras e presentes. Eu não estive só!

Obviamente, a dedicação, o estudo, a frequência nas aulas (inclusive as virtuais do período pandêmico) e as incontáveis horas em frente ao computador, com livros e textos bagunçados sobre a mesa, embora fossem de minha responsabilidade, puderam ser acompanhadas por pessoas que quiseram muito (e seguem querendo) o meu bem. Esse suporte é incalculável, é essencial.

Para cada reflexão presente nesta tese, certamente existe pelo menos um par de ouvidos que trabalhou bastante escutando com atenção as minhas divagações até que se tornassem texto. Para cada conjunto de reportagens analisadas houve quem calasse para que eu pudesse acompanhar o noticiário. Para eu conseguir finalizar a escrita de um trabalho exaustivo, beirando o litígio, houve quem desse suporte afetivo, orientação, ombro amigo, livros, descanso, a companhia em algumas dezenas de quilômetros, a compreensão pela ansiedade ao longo da rotina no ambiente de trabalho. Houve quem ouviu minhas preces, houve quem cobrou agilidade, quem quebrou meu galho trocando as escalas de viagem. Houve quem chegou com entusiasmo e me sacudiu, quem renunciou às férias para me dar uma força, quem leu e releu, quem incentivou, quem ligou para bater um papo, quem deu carona, que me tirou de casa pra umas voltas de carro, quem garantiu conforto materializado em doces, quem abraçou, quem entendeu o sumiço, quem se esforçou para entender a procrastinação que, inevitavelmente, veio ao longo da caminhada e, acima de tudo, teve um monte de gente que me amou nesse processo. Porque estar junto e seguir caminhando por esse percurso puxado é sinônimo de amar!

Não vou cair na armadilha de nomear cada uma e cada um. Vocês sabem a enorme contribuição que deram e eu, certamente, vou fazer questão de agradecer pessoalmente. A caminhada nunca é só, nunca é retilínea o tempo todo, não é empolgante continuamente. Mas a certeza da satisfação de vocês por esta conquista, essa eu sei que é para sempre. Assim como eu sei que essa rede de gente do bem que me cerca sempre estará disposta e eu, humildemente, quero retribuir na mesma intensidade. Obrigado!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

"Jornalismo é oposição. O resto é armazém de secos e molhados."

Millôr Fernandes (1923-2012)

## RESUMO

As disputas simbólicas por poder são, em grande medida, travadas na interface dos campos da comunicação e da política. Elas estão presentes no exercício do jornalismo, dada a capacidade deste campo em construir narrativas e imaginários que atravessam e estruturam os debates sociais. Na história recente do país, verificou-se crescente onda de deslegitimação do jornalismo e uma sucessão de ataques à mídia capitaneados por Jair Bolsonaro (Falcão, 2023) enquanto ainda candidato, em 2018, e depois de eleito (Falcão; Assis, 2021). Nesse contexto, o objetivo da tese é o de analisar a cobertura do primeiro trimestre do governo Bolsonaro no Jornal Nacional, no Jornal da Record e Repórter Brasil Noite. Busca-se identificar e avaliar as linhas editoriais de cada telejornal e, a partir da cobertura do governo, verificar o que o telejornalismo construiu de narrativas sobre si mesmo, em uma autopercepção do seu papel de informar. No total foram 465 materiais audiovisuais analisados. Juntos somam 21 horas e 23 minutos entre reportagens, entradas ao vivo e notas levadas ao ar e que, também, foram disponibilizadas nos repositórios digitais das emissoras. São produtos telejornalísticos em que as ações de Jair Bolsonaro, de seu governo, ministros ou pessoas diretamente ligadas a ele foram investigados. A perspectiva era a de que, o então presidente, no exercício de enfrentamento e investidas contra o jornalismo provocasse algum tipo de reação no modo de fazer e pensar de telejornais. Adotou-se a pesquisa documental (Moreira, 2005) e a Análise da Materialidade Audiovisual (Coutinho, 2017) enquanto métodos de investigação, tendo em vista que a experiência audiovisual é integral e, portanto, precisa ser observada, descrita e analisada em sua inteireza. Os resultados apontaram para um alinhamento editorial contrário aos interesses do governo no Jornal Nacional quando os assuntos estão ligados a declarações polêmicas, investigações de pessoas próximas à Bolsonaro, participações do ex-presidente em eventos no exterior. Já o Jornal da Record trabalhou na perspectiva de enfatizar os pontos favoráveis a Jair Bolsonaro e seu governo minimizando crises e deslizes no percurso. O Repórter Brasil Noite adotou uma perspectiva mais equilibrada em relação à cobertura, mas evitou temas espinhosos. Em relação aos interesses econômicos, ainda que sob perspectivas distintas, Rede Globo e Record priorizaram as pautas e realizaram agendamento positivo, principalmente das pautas sobre a reforma da Previdência. Os posicionamentos editoriais revelaram maneiras próprias de construção narrativa e, no caso do Jornal da Record e do Repórter Brasil, com o trabalho concentrado no factual. As reportagens do Jornal Nacional se desdobraram também em arquivos, apurações mais complexas e elaboradas principalmente quando elas jogavam luz às fragilidades de Bolsonaro. Sobre a autopercepção de seu papel ao informar, em comum, percebeu-se que os telejornais, diante da escalada de violência, adotaram um cuidado mais rigoroso com valores e princípios do telejornalismo para se posicionarem, majoritariamente, enquanto instrumentos de controle e exercício de poder. Assumiram para si a atividade de agendamento social e referência alinhadas aos interesses editoriais. Isso, sem perder de vista os valores e princípios do telejornalismo.

**Palavras-chave:** Telejornalismo; Poder; Análise da Materialidade Audiovisual; Enquadramentos Jornalísticos; Autopercepção; Jair Bolsonaro.

## ABSTRACT

Symbolic disputes over power are largely fought at the interface of the fields of communication and politics. They are present in journalism practices, given the ability of this field to construct narratives and imaginaries that permeate and structure social debates. In the country's recent history, there has been a growing wave of delegitimization of journalism and a succession of attacks on the media led by Jair Bolsonaro (Falcão, 2023) while still a candidate, in 2018, and after being elected (Falcão; Assis, 2021). In this context, this thesis aims to analyze the coverage of the first quarter of the Bolsonaro government in *Jornal Nacional*, *Jornal da Record*, and *Repórter Brasil Noite*. It seeks to identify and evaluate the editorial lines of each newscast and, from the coverage of the government, to verify how the newscast has constructed narratives about itself in a self-perception of its role to inform. In total, 465 audiovisual materials were analyzed. Together, they add up to 21 hours and 23 minutes between reports, live broadcasts, and notes taken to the air, also made available in the broadcasters' digital repositories. These are news products in which the actions of Jair Bolsonaro, his government, ministers, or people directly linked to him were investigated. The perspective was that the then president, in the exercise of confrontation and attacks against journalism, would provoke some kind of reaction in the way of doing and thinking of newscasts. The documentary research (Moreira, 2005) and the Analysis of Audiovisual Materiality (Coutinho, 2017) were adopted as research methods, considering that the audiovisual experience works as a whole and, therefore, needs to be observed, described, and analyzed in its entirety. The results pointed to an editorial alignment contrary to the government's interests in *Jornal Nacional* when the subjects are linked to controversial statements, investigations of people close to Bolsonaro, and the ex-president's participation in events abroad. *Jornal da Record*, on the other hand, worked on the perspective of emphasizing points favorable to Jair Bolsonaro and his government, minimizing crises and slips along the way. *Repórter Brasil Noite*, on the other hand, adopted a more balanced perspective on the coverage but avoided thorny issues. In relation to economic interests, even from different perspectives, Rede Globo and Record prioritized the agendas and carried out positive scheduling, mainly of the agendas on pension reform. The editorial positions revealed their own ways of constructing narratives and, in the case of *Jornal da Record* and *Repórter Brasil*, the work concentrated on breaking news. The *Jornal Nacional* reports were unfolded in archives, more complex and elaborate investigations, especially when they shed light on Bolsonaro's weaknesses. Regarding the self-perception of their role in informing, in common, it was noticed that the newscasts, in the face of the escalation of violence, adopted more rigorous care with the values and principles of journalism to position themselves mainly as instruments of control and exercise of power. They took upon themselves the activity of social scheduling and aligned references to editorial interests. This is without losing sight of the values and principles of journalism.

**Keywords:** Newscast; Power; Analysis of Audiovisual Materiality; Journalistic Framing; Self-perception; Jair Bolsonaro.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - Fases de desenvolvimento do telejornalismo brasileiro .....                                                    | 96  |
| Figura 2 - Ambientes de Comunicação e interesses público e privado .....                                                  | 123 |
| Figura 3 - Tela inicial com a relação as fichas de análise de cada reportagem inserida.....                               | 173 |
| Figura 4 - Eixo 1 / Ficha técnica e indicação de temáticas abordadas .....                                                | 173 |
| Figura 5 - Eixo 2 / Narrativas da mídia construídas sobre seu próprio papel.....                                          | 174 |
| Figura 6 - Eixo 3 / Valência da cobertura dos assuntos tratados na reportagem .....                                       | 174 |
| Figura 7 - Eixo 2 / Origem da Matéria .....                                                                               | 174 |
| Figura 8 - Eixo 4 / Cobertura sobre o governo/presidente e Eixo 5 / Características e<br>Tipificação dos personagens..... | 175 |
| Figura 9 - Eixo 6 / Abordagem da democracia, da cidadania e dos direitos humanos nas<br>reportagens.....                  | 176 |
| Figura 10 - Bolsonaro entre bustos - Jornal Nacional - (01/01/2019).....                                                  | 187 |
| Figura 11 - Valdir Colatto, deputado do MDB - Jornal Nacional (18/01/2019).....                                           | 192 |
| Figura 12 - Fachada do Ministério da Economia no VT de 100 dias de governo - Jornal<br>Nacional (23/01/2019).....         | 194 |
| Figura 13 - Plataforma de Petróleo no VT de 100 dias de governo - Jornal Nacional<br>(23/01/2019) .....                   | 195 |
| Figura 14 - Obra na fachada Ministério da Economia VT posse de Paulo Guedes - Jornal da<br>Record (02/01/2019).....       | 198 |
| Figura 15 - Fachada Ministério da Economia VT posse de Paulo Guedes - Jornal da Record<br>(02/01/2019) .....              | 199 |
| Figura 16 - Bandeira do Mercosul no VT visita presidente da Argentina - Jornal da Record<br>(16/01/2019) .....            | 201 |
| Figura 17 - Bolsonaro exhibe crachá VT visita presidente da Argentina - Jornal da Record<br>(16/01/2019) .....            | 202 |
| Figura 18 - Detalhe crachá de Bolsonaro VT visita presidente da Argentina - Jornal da Record<br>(16/01/2019) .....        | 202 |
| Figura 19 - Arte Gráfica no VT de 100 dias de governo - Jornal da Record (23/01/2019)....                                 | 203 |
| Figura 20 - Entrada ao vivo sobre os 100 dias de governo - Repórter Brasil (23/01/2019)...                                | 205 |
| Figura 21 - Arte Gráfica do VT de 100 dias de governo - Repórter Brasil (23/01/2019) .....                                | 206 |
| Figura 22 - Arte Gráfica no VT sobre Reforma da Previdência - Jornal Nacional (09/01/2019)<br>.....                       | 208 |
| Figura 23 - Chile no VT sobre Reforma da Previdência - Jornal Nacional (09/01/2019).....                                  | 209 |
| Figura 24 - Bolsonaro cumprimenta Almirante VT Posse na Marinha - Jornal da Record<br>(09/01/2019) .....                  | 211 |
| Figura 25 - Assinatura Bolsonaro VT Decreto contra fraudes no INSS - Jornal da Record<br>(18/01/2019) .....               | 214 |
| Figura 26 - Joice Hasselmann no VT sobre Reforma da Previdência - Repórter Brasil<br>(09/01/2019) .....                   | 216 |
| Figura 27 - Arte Gráfica no VT da MP contra fraudes no INSS - Repórter Brasil (09/01/2019)<br>.....                       | 217 |
| Figura 28 - Arte Gráfica no VT da MP contra fraudes no INSS - Repórter Brasil (09/01/2019)<br>.....                       | 218 |

|                                                                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 29 - Arte Gráfica no VT sobre o Decreto de posse de armas - Jornal Nacional (15/01/2019) .....                                 | 219 |
| Figura 30 - Imagem do representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - Jornal Nacional (15/01/2019).....                      | 220 |
| Figura 31 - Arte Gráfica no VT sobre a repercussão do decreto de armas - Jornal Nacional (18/01/2019) .....                           | 221 |
| Figura 32 - Armas no VT sobre o Decreto de posse de armas - Jornal da Record (10/01/2019) .....                                       | 222 |
| Figura 33 - Personal Trainer em aula de tiro VT diferença entre porte e posse de armas - Repórter Brasil (11/01/2019).....            | 224 |
| Figura 34 - Postam de Bolsonaro no VT sobre o Decreto de posse de armas - Repórter Brasil (17/01/2019) .....                          | 225 |
| Figura 35 - Foto do almoço de Bolsonaro no VT sobre o Fórum de Davos - Jornal Nacional (22/01/2019) .....                             | 227 |
| Figura 36 - Luiz Carlos Trabuco no VT sobre o Fórum de Davos - Jornal Nacional (22/01/2019) .....                                     | 228 |
| Figura 37 - Flávio visita o pai Bolsonaro VT preparação para Davos - Jornal da Record (19/01/2019) .....                              | 229 |
| Figura 38 - Rua de Davos no VT sobre o Fórum Econômico - Jornal da Record - (20/01/2019) .....                                        | 230 |
| Figura 39 - Brasileiros no VT sobre o Fórum econômico - Jornal da Record - (20/01/2019)                                               | 231 |
| Figura 40 - Jair Bolsonaro entrevista à Bloomberg no VT sobre o Fórum Econômico - Jornal da Record - (23/01/2019).....                | 232 |
| Figura 41 - Facebook de Bolsonaro no VT sobre o Fórum Econômico - Jornal da Record - (23/01/2019) .....                               | 233 |
| Figura 42 - Bolsonaro com representantes de outros países no VT sobre o Fórum Econômico - Reporter Brasil - (23/01/2019) .....        | 235 |
| Figura 43 - Postagem de Paulo Guedes VT sobre o Fórum Econômico - Repórter Brasil - (23/01/2019) .....                                | 235 |
| Figura 44 - Postagem de Jair Bolsonaro VT sobre o Fórum Econômico - Repórter Brasil - (23/01/2019) .....                              | 236 |
| Figura 45 - Entrevista de Sérgio Moro no VT sobre o Fórum Econômico - Repórter Brasil - (23/01/2019) .....                            | 237 |
| Figura 46 - Bonner e Renata Vasconcelos no VT sobre Flávio Bolsonaro - Jornal Nacional - (18/01/2019) .....                           | 239 |
| Figura 47 - Arte Gráfica relatório COAF no VT sobre Flávio Bolsonaro - Jornal Nacional - (18/01/2019) .....                           | 240 |
| Figura 48 - Revista Veja no VT sobre Flávio Bolsonaro - Jornal Nacional - (26/01/2019) ...                                            | 241 |
| Figura 49 - Entrevista exclusiva com Flávio Bolsonaro - Jornal da Record (18/01/2019) ....                                            | 243 |
| Figura 50 - Arte ilustrativa pulmões de Jair Bolsonaro VT sobre internação do ex-presidente - Jornal Nacional - (07/02/2019).....     | 275 |
| Figura 51 - Bolsonaro comendo sobremesa VT sobre internação do ex-presidente - Jornal Nacional - (08/02/2019).....                    | 276 |
| Figura 52 - Visita de voluntários à Bolsonaro VT sobre internação do ex-presidente - Jornal da Record - (01/02/2019) .....            | 278 |
| Figura 53 - Atualização ao vivo sobre saúde de Bolsonaro VT sobre internação do ex-presidente - Jornal da Record - (02/02/2019) ..... | 279 |

|                                                                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 54 - Bolsonaro caminha no corredor do Hospital VT sobre internação do ex-presidente - Jornal da Record - (06/02/2019).....  | 280 |
| Figura 55 - Bolsonaro sinaliza com sinal de positivo VT sobre internação do ex-presidente - Jornal da Record - (07/02/2019).....   | 281 |
| Figura 56 - Bolsonaro se barbeando VT sobre internação do ex-presidente - Jornal da Record - (11/02/2019) .....                    | 282 |
| Figura 57 - Bolsonaro sorri com João Dória VT sobre internação do ex-presidente - Jornal da Record - (11/02/2019).....             | 283 |
| Figura 58 - Ilustração do dreno VT sobre internação do ex-presidente - Jornal da Record - (11/02/2019) .....                       | 284 |
| Figura 59 - Entrevista exclusiva VT sobre alta do ex-presidente - Jornal da Record - (13/02/2019) .....                            | 286 |
| Figura 60 - Jair Bolsonaro durante entrevista exclusiva VT sobre alta ex-presidente - Jornal da Record - (13/02/2019) .....        | 287 |
| Figura 61 - Bolsonaro em videoconferência VT sobre internação do ex-presidente - Repórter Brasil - (01/02/2019) .....              | 288 |
| Figura 62 - Visita de voluntários à Bolsonaro VT sobre internação do ex-presidente - Repórter Brasil - (01/02/2019) .....          | 289 |
| Figura 63 - Postagem de Carlos Bolsonaro VT sobre internação do ex-presidente - Repórter Brasil - (01/02/2019) .....               | 290 |
| Figura 64 - Movimentação da imprensa VT sobre internação do ex-presidente - Repórter do Brasil - (04/02/2019) .....                | 291 |
| Figura 65 - Otávio do Rêgo Barros VT sobre internação do ex-presidente - Repórter Brasil - (04/02/2019) .....                      | 292 |
| Figura 66 - Otávio do Rêgo Barros diante dos microfones VT sobre internação do ex-presidente - Repórter Brasil - (04/02/2019)..... | 293 |
| Figura 67 - Arte Gráfica Rombo na Previdência VT sobre reforma da Previdência - Jornal Nacional (05/02/2019).....                  | 295 |
| Figura 68 - Arte Gráfica Expectativa Condicional à idade VT sobre reforma da Previdência - Jornal Nacional (07/02/2019).....       | 296 |
| Figura 69 - Arte Gráfica cálculo do benefício VT sobre reforma da Previdência - Jornal Nacional (15/02/2019).....                  | 297 |
| Figura 70 - Reunião de Bolsonaro com a imprensa VT sobre almoço com imprensa - Jornal Nacional (28/02/2019).....                   | 305 |
| Figura 71 - Entrevista Eduardo Leite VT sobre reforma da Previdência - Jornal da Record (04/02/2019) .....                         | 307 |
| Figura 72 - Arte Gráfica Carteira Verde-Amarela VT sobre reforma da Previdência - Jornal da Record (07/02/2019).....               | 308 |
| Figura 73 - Onyx Lorenzoni ergue os braços VT sobre reforma da Previdência - Jornal da Record (14/02/2019).....                    | 310 |
| Figura 74 - Adriana Araújo explica período de transição VT sobre reforma da Previdência - Jornal da Record (15/02/2019) .....      | 312 |
| Figura 75 - Adriana Araújo explica cálculo da aposentadoria VT sobre reforma da Previdência - Jornal da Record (20/02/2019).....   | 314 |
| Figura 76 - Bolsonaro chega ao Congresso com Maia e Alcolumbre VT sobre reforma da Previdência - Reporter Brasil (20/02/2019)..... | 320 |

|                                                                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 77 - Arte Gráfica professor Hélio Filho VT sobre reforma da Previdência - Repórter Brasil (21/02/2019).....                                 | 322 |
| Figura 78 - Desempenho pessoal do ex-presidente VT sobre reforma da Previdência - Repórter Brasil (26/02/2019).....                                | 323 |
| Figura 79 - Áudio de Jair Bolsonaro VT sobre exoneração de Gustavo Bebianno - Jornal Nacional (13/02/2019).....                                    | 325 |
| Figura 80 - Postagem de desabafo de Gustavo Bebianno VT sobre exoneração de Gustavo Bebianno - Jornal Nacional (15/02/2019) .....                  | 328 |
| Figura 81 - Délis Ortiz em coletiva de imprensa VT sobre exoneração de Gustavo Bebianno - Jornal Nacional (18/02/2019) .....                       | 330 |
| Figura 82 - Transcrição de áudio de Gustavo Bebianno VT sobre exoneração de Gustavo Bebianno - Jornal Nacional (19/02/2019) .....                  | 331 |
| Figura 83 - Transcrição de áudio de Jair Bolsonaro VT sobre exoneração de Gustavo Bebianno - Jornal Nacional (19/02/2019) .....                    | 332 |
| Figura 84 - Transcrição de áudio de Jair Bolsonaro VT sobre crise com Gustavo Bebianno - Jornal da Record (13/02/2019) .....                       | 334 |
| Figura 85 - Postagem desabafo de Bebianno VT sobre crise com Gustavo Bebianno - Jornal da Record (13/02/2019) .....                                | 335 |
| Figura 86 - Transcrição de áudio de Jair Bolsonaro VT sobre crise e exoneração de Gustavo Bebianno - Jornal da Record (19/02/2019) .....           | 336 |
| Figura 87 - Transcrição de áudio de Bebianno VT sobre crise e exoneração de Gustavo Bebianno - Jornal da Record (19/02/2019) .....                 | 337 |
| Figura 88 - Arte Gráfica Projeto Lei Anticrime VT pacote anticrime - Jornal Nacional (04/02/2019) .....                                            | 340 |
| Figura 89 - Arte Gráfica mudanças na Legítima Defesa VT pacote anticrime - Jornal Nacional (04/02/2019) .....                                      | 341 |
| Figura 90 - Definição de organização criminosa VT pacote anticrime - Jornal Nacional (04/02/2019) .....                                            | 342 |
| Figura 91 - Arte Gráfica da expansão das milícias VT pacote anticrime - Jornal Nacional (04/02/2019) .....                                         | 343 |
| Figura 92 - Transcrição de áudio de Sérgio Moro VT pacote anticrime - Jornal Nacional (07/02/2019) .....                                           | 345 |
| Figura 93 - Arte gráfica dos tópicos do pacote VT pacote anticrime - Jornal Nacional (07/02/2019) .....                                            | 346 |
| Figura 94 - Reunião de Sérgio Moro no Congresso VT pacote anticrime - Jornal da Record (07/02/2019) .....                                          | 350 |
| Figura 95 - Encontro de Davi Alcolumbre e Sérgio Moro VT pacote anticrime - Repórter Brasil (06/02/2019).....                                      | 353 |
| Figura 96 - Capa da Revista Veja VT polêmica envolvendo Ricardo Velez Rodriguez - Jornal Nacional (05/02/2019).....                                | 355 |
| Figura 97 - Arte Gráfica com destaques da revista Veja VT polêmica envolvendo Ricardo Velez Rodriguez - Jornal Nacional (05/02/2019) .....         | 356 |
| Figura 98 - Ministro Ricardo Velez Rodrigues em vídeo da TV Mec VT polêmica envolvendo Ricardo Velez Rodriguez - Jornal Nacional (05/02/2019)..... | 357 |
| Figura 99 - Arte Gráfica com destaques da Veja VT polêmica envolvendo Ricardo Velez Rodriguez - Jornal Nacional (05/02/2019) .....                 | 358 |

|                                                                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 100 - Arte Gráfica carta sobre o hino nacional VT polêmica envolvendo Ricardo Velez Rodriguez - Jornal Nacional (14/02/2019) .....                              | 359 |
| Figura 101 - Arte Gráfica Investigações sobre “rachadinhas” VT sobre Flávio Bolsonaro - Jornal Nacional (01/02/2019) .....                                             | 365 |
| Figura 102 - Arte Gráfica posicionamento promotor para acompanhar o caso VT sobre Flávio Bolsonaro - Jornal Nacional (05/02/2019) .....                                | 366 |
| Figura 103 - Arte Gráfica dos relatórios do COAF VT sobre Flávio Bolsonaro - Jornal Nacional (05/02/2019) .....                                                        | 367 |
| Figura 104 - Renata Vasconcelos e cenário com dinheiro e canos enferrujados VT sobre Flávio Bolsonaro - Jornal Nacional (07/02/2019) .....                             | 368 |
| Figura 105 - Salão da CCJ vazio VT da reforma Previdência - Jornal Nacional (08/03/2019) .....                                                                         | 382 |
| Figura 106 - Renata Lo Prete na reportagem VT reforma da Previdência - Jornal Nacional (13/03/2019) .....                                                              | 384 |
| Figura 107 - Café da manhã com a imprensa VT em que se tratou da reforma da Previdência - Jornal Nacional (13/03/2019) .....                                           | 385 |
| Figura 108 - Arte Gráfica com detalhamento sobre previdência dos Militares VT sobre a proposta do PL - Jornal Nacional (16/03/2019) .....                              | 386 |
| Figura 109 - Arte Gráfica reestruturação de carreira militar VT previdência - Jornal Nacional 16/03/2019).....                                                         | 387 |
| Figura 110 - Almoço entre representantes dos Poderes VT sobre reforma da Previdência - Jornal Nacional (16/03/2019) .....                                              | 388 |
| Figura 111 - Rodrigo Maia fala aos convidados VT reforma da Previdência - Jornal Nacional (16/03/2019) .....                                                           | 389 |
| Figura 112 - Reunião de governadores VT reforma da Previdência - Jornal Nacional (16/03/2019) .....                                                                    | 390 |
| Figura 113 - Reunião entre parlamentares e Onyx Lorenzoni - VT reforma da Previdência militar - Jornal Nacional 22/03/2019) .....                                      | 394 |
| Figura 114 - Comissão de Constituição e Justiça VT reforma da Previdência - Jornal Nacional (22/03/2019) .....                                                         | 395 |
| Figura 115 - Entrevista de Bolsonaro no Chile VT reforma da Previdência - Jornal Nacional (22/03/2019) .....                                                           | 396 |
| Figura 116 - Ausência de Paulo Guedes no Congresso VT reforma da Previdência - Jornal Nacional (26/03/2019).....                                                       | 398 |
| Figura 117 - presidente da CCJ saindo da sessão VT reforma da Previdência - Jornal Nacional 26/03/2019).....                                                           | 399 |
| Figura 118 - Previdência Social em Portugal - VT sobre aposentadoria na Europa Jornal da Record (02/03/2019).....                                                      | 402 |
| Figura 119 - Bolsonaro e Onyx Lorenzoni conversam durante o carnaval VT sobre articulação para votação da reforma da Previdência - Jornal da Record (05/03/2019) ..... | 403 |
| Figura 120 - Aposentadorias de parlamentares VT reforma da Previdência - Jornal da Record - (05/03/2019) .....                                                         | 404 |
| Figura 121 - Bolsonaro em fala polêmica sobre democracia e liberdade - VT aniversário Fuzileiros Navais - Jornal da Record (07/02/2019).....                           | 405 |
| Figura 122 - Plenário da Câmara vazio - VT reforma da Previdência - Jornal da Record (07/03/2019) .....                                                                | 406 |

|                                                                                                                                             |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 123 - Alessandro Molon chegando para reunião VT reforma da Previdência - Jornal da Record (11/03/2019).....                          | 408 |
| Figura 124 - Arte Gráfica com reestruturação da Carreira Militar VT reforma Previdência - Jornal da Record (18/03/2019) .....               | 409 |
| Figura 125 - Paulo Guedes e Rodrigo Maia VT reconciliação entre poderes - Jornal da Record (28/03/2019) .....                               | 411 |
| Figura 126 - Entrevista de Onyx Lorenzoni VT sobre retomada de atividades - Repórter Brasil (05/03/2019) .....                              | 413 |
| Figura 127- Post de Bolsonaro sobre a economia VT sobre retomada das atividades - Repórter Brasil (05/03/2019).....                         | 414 |
| Figura 128 - Roseann Kennedy entrevista líder do PSL VT trabalho na Câmara - Repórter Brasil (06/03/2019).....                              | 415 |
| Figura 129 - reunião com líderes VT sobre força-tarefa da reforma da Previdência - Repórter Brasil (11/03/2019).....                        | 416 |
| Figura 130 - Bolsonaro leva PL da aposentadoria dos militares - Repórter Brasil (20/03/2019) .....                                          | 417 |
| Figura 131 - valor da economia Líquida da reforma da aposentadoria militar - Repórter Brasil (20/03/2019) .....                             | 418 |
| Figura 132 - Roseann Kenedy e Mariana Jungmann em entradas ao vivo para detalhar reforma da Previdência - Repórter Brasil (26/03/2019)..... | 419 |
| Figura 133 - Chegada de Bolsonaro aos EUA - Jornal Nacional (18/03/2019) .....                                                              | 420 |
| Figura 134 - Almoço de Bolsonaro com norte-americanos - Jornal Nacional (18/03/2019) .                                                      | 421 |
| Figura 135 - Paulo Gedes discursa nos EUA - Jornal Nacional (18/03/2019) .....                                                              | 422 |
| Figura 136 - Trump dá as mãos a Bolsonaro VT viagem aos EUA - Jornal Nacional (19/03/19) .....                                              | 423 |
| Figura 137 - Presença da imprensa no encontro entre Trump e Bolsonaro - Jornal Nacional (19/03/2019) .....                                  | 424 |
| Figura 138 - Bolsonaro recebido na Casa Branca - Jornal Nacional (19/03/2019).....                                                          | 425 |
| Figura 139 - Trump e Bolsonaro discursam juntos - Jornal Nacional (19/03/2019) .....                                                        | 426 |
| Figura 140 - Ofício da Casa Branca - Jornal Nacional (19/03/2019).....                                                                      | 427 |
| Figura 141 - Bolsonaro presenteia Trump com camisa da seleção - Jornal Nacional (19/03/2019) .....                                          | 428 |
| Figura 142 - Balança comercial - Jornal Nacional (19/03/2019) .....                                                                         | 429 |
| Figura 143 - Bolsonaro recebe apoio de empresários norte-americanos em evento - Jornal da Record (18/03/2019).....                          | 431 |
| Figura 144 - Arte Gráfica detalhamento de vistos - Jornal da Record (18/03/2019).....                                                       | 432 |
| Figura 145 - Trump recebe camiseta do Brasil - Jornal da Record (19/03/2019) .....                                                          | 433 |
| Figura 146 - Denilde Holzacker em entrevista ao Jornal da Record (20/03/2019) .....                                                         | 434 |
| Figura 147 - Arte Gráfica com Áudio de Sérgio Moro - Jornal Nacional (21/02/2019) .....                                                     | 437 |
| Figura 148 - Moro e Maia fazem se cumprimentam - Jornal Nacional (28/03/2019).....                                                          | 438 |
| Figura 149 - Criança escrevendo VT provas do SAEB - Jornal Nacional (25/03/2019) .....                                                      | 440 |
| Figura 150 - Documento do Ministério da Educação VT sobre SAEB - Jornal Nacional (26/03/2019) .....                                         | 441 |
| Figura 151 - Tania Leme de Almeida VT SAEB - Jornal Nacional (27/03/2019) .....                                                             | 442 |
| Figura 152 - Programas em atraso no MEC - Jornal Nacional 26/03/2019).....                                                                  | 443 |
| Figura 153 - Bolsonaro fala sobre polêmica no MEC - Jornal da Record (25/03/2019).....                                                      | 444 |
| Figura 154 - Santinho da Deputada Zuleido Oliveira - Jornal Nacional (07/03/2019).....                                                      | 446 |

|                                                                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 155 - Ministro do Turismo em escândalo do Laranjal - Jornal Nacional (08/03/2019)                                 | 447 |
| Figura 156 - Bolsonaro irritado com pergunta de Zileide Silva - Jornal Nacional (08/03/2019)                             | 448 |
| Figura 157 - Bolsonaro posta sobre Golden Shower - Jornal Nacional (06/03/2019)                                          | 449 |
| Figura 158 - Michelle e Jair Bolsonaro VT sobre o carnaval de Olinda - Jornal da Record (04/03/2019)                     | 451 |
| Figura 159 - Movimentação atípica nas contas de Queiroz - Jornal Nacional (01/03/2019)                                   | 452 |
| Figura 160 - Ligação para os Advogados de Fabrício Queiroz - VT sobre investigações COAF - Jornal da Record (01/03/2019) | 453 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1- Tempo de exibição dos materiais audiovisuais - janeiro/2019.....                                     | 178 |
| Gráfico 2 - Formatos adotados pelos telejornais - janeiro/2019.....                                             | 180 |
| Gráfico 3 - Assunto principal dos materiais audiovisuais - janeiro/2019.....                                    | 181 |
| Gráfico 4- Bolsonaro enquanto fonte de reportagens - Janeiro/2019.....                                          | 245 |
| Gráfico 5 - Tempo das entrevistas de Jair Bolsonaro - Janeiro/2019 .....                                        | 247 |
| Gráfico 6 - Tempo das entrevistas de Jair Bolsonaro - Janeiro/2019 .....                                        | 248 |
| Gráfico 7 - Tempo de sonora ministros - Janeiro/2019 .....                                                      | 249 |
| Gráfico 8 - Narrativas da mídia sobre seu próprio papel (número de materiais audiovisuais) - Janeiro/2019 ..... | 250 |
| Gráfico 9 - Controle de Poder - Janeiro/2019 .....                                                              | 251 |
| Gráfico 10 - Instrumento Social Pedagógico - Janeiro/2019.....                                                  | 252 |
| Gráfico 11 - Papel Social - Jornal Nacional - Janeiro/2019 .....                                                | 253 |
| Gráfico 12 - Papel Social - Record - Janeiro/2019.....                                                          | 253 |
| Gráfico 13 - Papel Social - Repórter Brasil - Janeiro/2019.....                                                 | 254 |
| Gráfico 14 - Tempo dedicado à construção do próprio papel - Janeiro/2019.....                                   | 255 |
| Gráfico 15 - Tipificação do presidente - Janeiro/2019 .....                                                     | 257 |
| Gráfico 16 - Valência sobre a cobertura de Bolsonaro no Governo - Janeiro/2019 .....                            | 258 |
| Gráfico 17 - Tempo de VTs com valência positiva de Bolsonaro no Governo - Janeiro/2019 .....                    | 259 |
| Gráfico 18 - Tempo de VTs com valência negativa de Bolsonaro no governo - Janeiro/2019 .....                    | 260 |
| Gráfico 19 - Tempo de VTs com valência neutra de Bolsonaro no Governo - Janeiro/2019 .....                      | 260 |
| Gráfico 20 - Valência na cobertura sobre Direitos Humanos - Janeiro/2019 .....                                  | 261 |
| Gráfico 21 - Tempo de exibição dos materiais audiovisuais - fevereiro/2019 .....                                | 264 |
| Gráfico 22 - Formatos adotados pelos telejornais - fevereiro/2019 .....                                         | 266 |
| Gráfico 23 - Relação formato/tempo nos telejornais - fevereiro/2019.....                                        | 267 |
| Gráfico 24 - Assunto principal dos materiais audiovisuais - fevereiro/2019 .....                                | 268 |
| Gráfico 25 - Assunto principal dos materiais audiovisuais - fevereiro/2019 .....                                | 269 |
| Gráfico 26 - Ministros enquanto fonte - fevereiro/2019 .....                                                    | 271 |
| Gráfico 27 - Narrativas da mídia sobre seu próprio papel - fevereiro/2019.....                                  | 361 |
| Gráfico 28 - Controle de Poder - fevereiro/2019.....                                                            | 362 |
| Gráfico 29 - Instrumento Social Pedagógico - fevereiro/2019.....                                                | 363 |
| Gráfico 30 - Papel Social - Jornal Nacional - fevereiro/2019 .....                                              | 364 |
| Gráfico 31 - Papel Social - Record - fevereiro/2019 .....                                                       | 369 |
| Gráfico 32 - Tempo dedicado à construção do próprio papel - fevereiro/2019.....                                 | 370 |
| Gráfico 33 - Papel Social - Repórter Brasil - fevereiro /2019 .....                                             | 371 |
| Gráfico 34 - Valência sobre a cobertura de Bolsonaro no Governo - fevereiro/2019 .....                          | 373 |
| Gráfico 35 - Bolsonaro enquanto fonte de reportagens - fevereiro/2019 .....                                     | 374 |
| Gráfico 36 - Tempo das entrevistas de Jair Bolsonaro - fevereiro/2019 .....                                     | 375 |
| Gráfico 37 - Tipificação do presidente - fevereiro/2019 .....                                                   | 376 |
| Gráfico 38 - Valência sobre a cobertura de Bolsonaro no Governo - fevereiro/2019 .....                          | 377 |
| Gráfico 39 - Tempo de exibição dos materiais audiovisuais - março/2019.....                                     | 379 |
| Gráfico 40 - Formatos adotados pelos telejornais - março/2019.....                                              | 380 |
| Gráfico 41- Assuntos principais dos materiais audiovisuais - março/2019.....                                    | 381 |
| Gráfico 42 - Bolsonaro enquanto fonte de reportagens - março/2019 .....                                         | 454 |

|                                                                              |     |
|------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 43 - Tempo das entrevistas de Jair Bolsonaro - janeiro/2019.....     | 455 |
| Gráfico 44 - Ministros enquanto fonte - março/2019 .....                     | 456 |
| Gráfico 45 - Tempo dedicado à construção do próprio papel - março/2019 ..... | 457 |
| Gráfico 46 - Valência na cobertura sobre Direitos Humanos - março/2019.....  | 458 |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                                                    |            |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                            | <b>23</b>  |
| <b>2</b> | <b>PODER, ESTADO, COMUNICAÇÃO POLÍTICA E TELEJORNALISMO .....</b>                                                                                  | <b>30</b>  |
| 2.1      | A TRADIÇÃO SOCIOLÓGICA DAS DEFINIÇÕES DE PODER EM MAX WEBER, KARL MARX E ÉMILE DURKHEIM .....                                                      | 31         |
| 2.2      | O PODER SIMBÓLICO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE .....                                                                                         | 34         |
| 2.3      | COMUNICAÇÃO POLÍTICA, DISPUTA SIMBÓLICA E A OLIGOPOLIZAÇÃO DAS MÍDIAS .....                                                                        | 43         |
| 2.4      | A MEDIATIZAÇÃO E OS DILEMAS IMPOSTOS À TELEVISÃO .....                                                                                             | 49         |
| 2.5      | ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS .....                                                                                                                    | 56         |
| 2.6      | O HISTÓRICO DA HEGEMONIA TELEVISIVA AMEAÇADO – PONDERAÇÕES SOBRE O NOVO AMBIENTE DO ESPETÁCULO E CRISE NO JORNALISMO .....                         | 61         |
| 2.7      | A MEDIATIZAÇÃO E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO TELEJORNALISMO - TRANSFORMAÇÃO/ADAPTAÇÃO A PARTIR DAS RELAÇÕES COM O PÚBLICO ....                       | 67         |
| <b>3</b> | <b>TELEJORNALISMO NO BRASIL – IDENTIDADE, FASES, CONCEITO E AUTOPERCEPÇÃO .....</b>                                                                | <b>79</b>  |
| 3.1      | IDENTIDADE À LUZ DOS ESTUDOS CULTURAIS, COMUNICAÇÃO SOCIAL E TELEJORNALISMO .....                                                                  | 81         |
| 3.2      | CONCEITUAÇÃO E PERSPECTIVAS SOBRE TELEJORNALISMO NO BRASIL ....                                                                                    | 86         |
| 3.3      | AS FASES DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DO TELEJORNALISMO NO BRASIL, LITERACIA MIDIÁTICA E LIBERAÇÃO DO POLO EMISSOR - PERSPECTIVAS DE PESQUISA..... | 92         |
| 3.4      | TELEJORNALISMO E AS NARRATIVAS SOBRE SI: CARACTERÍSTICAS, CRENÇAS, VALORES E FORMAÇÃO DOS PÚBLICOS .....                                           | 100        |
| <b>4</b> | <b>TELEJORNALIS E CENÁRIO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO ..</b>                                                                                  | <b>105</b> |
| 4.1      | O JORNAL NACIONAL E A REDE GLOBO .....                                                                                                             | 105        |
| 4.2      | O JORNAL DA RECORD E A TV RECORD .....                                                                                                             | 111        |
| 4.3      | O REPÓRTER BRASIL E A TV BRASIL .....                                                                                                              | 116        |
| 4.4      | DESCONCERTO POLÍTICO E ESCÁRNIÓ MÍDIÁTICO: A HOSTILIDADE DE BOLSONARO EM CENA PÚBLICA NA DISPUTA POR PROTAGONISMO .....                            | 128        |

|                                                                                                                                  |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.5 A RELAÇÃO DE BOLSONARO COM CADA UMA DAS EMISSORAS E SEUS TELEJORNALIS – PROXIMIDADES E AFASTAMENTOS .....                    | 136        |
| <b>5 PERSPECTIVAS PARA ANÁLISE DO TELEJORNAL, DO PODER E DA POLÍTICA .....</b>                                                   | <b>143</b> |
| 5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TELEJORNALISMO E OS ATRAVESSAMENTOS DE PODER E POLÍTICOS.....                                 | 143        |
| 5.2 OS REPOSITÓRIOS AUDIOVISUAIS DAS EMISSORAS E PESQUISA DOCUMENTAL .....                                                       | 148        |
| 5.3 O AUDIOVISUAL TELEJORNALISTICO DESCRITO E ANALISADO EM SUA INTEIREZA - A ANÁLISE DA MATERIALIDADE AUDIOVISUAL COMO MÉTODO    | 150        |
| <b>5.3.1 Construção da Ficha de análise .....</b>                                                                                | <b>152</b> |
| 5.3.1.1 Eixos de análise: abordagem e observações.....                                                                           | 154        |
| 5.3.1.2 Ficha técnica e Temáticas abordadas .....                                                                                | 155        |
| 5.3.1.3 Narrativas do telejornalismo construídas sobre seu próprio papel.....                                                    | 158        |
| 5.3.1.4 Valência da cobertura dos assuntos tratados na reportagem .....                                                          | 165        |
| 5.3.1.5 Valência da cobertura sobre governo/presidente.....                                                                      | 167        |
| 5.3.1.6 Características e tipificação de personagens .....                                                                       | 167        |
| 5.3.1.7 Abordagem de democracia, cidadania e direitos humanos. ....                                                              | 169        |
| <b>5.3.2 As estratégias de suporte para arquivamento, cruzamento de dados, observação e análise das fichas preenchidas. ....</b> | <b>172</b> |
| <b>6 LARGADA NO GOVERNO BOLSONARO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA COBERTURA SOBRE O GOVERNO DOS TELEJORNALIS EM JANEIRO DE 2019.....</b> | <b>177</b> |
| 6.1 FICHA TÉCNICA E INDICAÇÃO DE TEMÁTICAS ABORDADAS.....                                                                        | 177        |
| 6.2 POSSE DO PRESIDENTE .....                                                                                                    | 182        |
| 6.3 AÇÕES DO GOVERNO .....                                                                                                       | 185        |
| 6.4 REFORMA DA PREVIDÊNCIA E MEDIDA PROVISÓRIO CONTRA FRAUDES NO INSS .....                                                      | 206        |
| 6.5 DECRETO QUE FACILITOU A POSSE DE ARMAS .....                                                                                 | 218        |
| 6.6 FÓRUM ECONÔMICO DE DAVOS .....                                                                                               | 225        |
| 6.7 INVESTIGAÇÕES FLÁVIO BOLSONARO E FABRÍCIO QUEIRÓZ .....                                                                      | 237        |
| 6.8 DETALHAMENTOS ESTATÍSTICOS E DE VALÊNCIA.....                                                                                | 245        |
| 6.9 NARRATIVAS DA MÍDIA CONSTRUÍDAS SOBRE SEU PRÓPRIO PAPEL.....                                                                 | 249        |

|                                                                                                                                                                          |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 6.10 VALÊNCIA DA COBERTURA POR ASSUNTOS EM JANEIRO .....                                                                                                                 | 256        |
| 6.11 COBERTURA SOBRE O GOVERNO/PRESIDENTE E VALÊNCIA SOBRE DIREITOS HUMANOS EM JANEIRO .....                                                                             | 257        |
| <b>7 RELAÇÕES ENTRE PODERES, PRIMEIRAS CRISES, CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE JAIR BOLSONARO - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA COBERTURA DOS TELEJORNALIS EM FEVEREIRO DE 2019 .....</b> | <b>262</b> |
| 7.1 FICHA TÉCNICA E INDICAÇÃO DE TEMÁTICAS ABORDADAS.....                                                                                                                | 263        |
| 7.2 SAÚDE/INTERNAÇÃO DE JAIR BOLSONARO .....                                                                                                                             | 271        |
| 7.3 REFORMA DA PREVIDÊNCIA.....                                                                                                                                          | 294        |
| 7.4 MINISTRO GUSTAVO BEBIANNO E CANDIDATURAS LARANJA .....                                                                                                               | 323        |
| 7.5 PACOTE ANTICRIME .....                                                                                                                                               | 338        |
| 7.6 POLÊMICAS ENVOLVENDO O MINISTRO DA EDUCAÇÃO, RICARDO VELEZ RODRIGUEZ .....                                                                                           | 354        |
| 7.7 NARRATIVAS DO TELEJORNAL SOBRE SEU PRÓPRIO PAPEL .....                                                                                                               | 360        |
| 7.8 VALÊNCIA DA COBERTURA POR ASSUNTOS NO MÊS DE FEVEREIRO.....                                                                                                          | 371        |
| 7.9 VALÊNCIA DA COBERTURA DE JAIR BOLSONARO .....                                                                                                                        | 372        |
| <b>8 POLÊMICAS, ARRANJOS POLÍTICOS ALINHAMENTO EDITORIAL E PERSPECTIVAS DE GOVERNO - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA COBERTURA DOS TELEJORNALIS EM MARÇO DE 2019 .....</b>        | <b>378</b> |
| 8.1 FICHA TÉCNICA E INDICAÇÃO DE TEMÁTICAS ABORDADAS.....                                                                                                                | 378        |
| 8.2 REFORMA DA PREVIDÊNCIA E APOSENTADORIA DE MILITARES .....                                                                                                            | 381        |
| 8.3 VIAGENS DE BOLSONARO E AÇÕES DO GOVERNO .....                                                                                                                        | 419        |
| 8.4 SEGURANÇA E PACOTE ANTICRIME .....                                                                                                                                   | 435        |
| 8.5 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO .....                                                                                                                                         | 439        |
| 8.6 LARANJAL PSL.....                                                                                                                                                    | 445        |
| 8.7 CARNAVAL .....                                                                                                                                                       | 449        |
| 8.8 RACHADINHAS .....                                                                                                                                                    | 452        |
| 8.9 JAIR BOLSONARO ENQUANTO FONTE .....                                                                                                                                  | 454        |
| 8.10 NARRATIVAS DA MÍDIA SOBRE O SEU PRÓPRIO PAPEL, VALÊNCIA DA COBERTURA POR ASSUNTOS NO MÊS DE MARÇO, GOVERNO/PRESIDENTE E VALÊNCIA SOBRE DIREITOS HUMANOS .....       | 456        |
| <b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                                                      | <b>459</b> |

|                                           |            |
|-------------------------------------------|------------|
| <b>10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b> | <b>474</b> |
|-------------------------------------------|------------|

## 1 INTRODUÇÃO

Numa era em que os meios de comunicação de massa e as tecnologias digitais de comunicação ocupam um lugar central na vida de bilhões de seres humanos ao redor do planeta (a midiatização talvez seja o processo social determinante de nosso tempo), a TV representou (e continua representando) um lugar privilegiado na dinâmica social. Se, ao longo das décadas passadas, ela foi o veículo hegemônico indiscutível, hoje, mesmo perdendo espaço relativo e tendo que engendrar relações múltiplas com outras plataformas, a televisão continua sendo um espaço relevante para o exercício do poder (e, portanto, um objeto fundamental para a compreensão das disputas estruturantes na sociedade).

Projetos políticos e econômicos de grupos sociais específicos, desejos, interesses, vaidades, controle sobre processos e mobilização social estão sob disputa o tempo todo nestes espaços comunicacionais, que desempenham relevante função nos processos de conversação social e de trocas simbólicas de coletividades e indivíduos. Neste fenômeno complexo e experienciado por múltiplos e diversos públicos, variáveis como a propriedade dos (e o acesso aos) meios e o domínio – ou não – das competências midiáticas (habilidades nas lógicas e linguagens deste campo, por exemplo) configuram temas essenciais para que entendamos os desafios e as contradições da realidade contemporânea.

Tomando por base os estudos e as pesquisas desenvolvidas nos grupos "Comunicação, Identidade e Cidadania" e "Núcleo de Jornalismo e Audiovisual" e, também, os contextos social, econômico e político de sociedades midiatizadas e globalizadas, busca-se trazer para o debate desta tese um estudo cujo foco seja exatamente o de perscrutar as relações entre um objeto comunicacional – o telejornalismo praticado por algumas das principais emissoras do país (TV Globo, TV Record e TV Brasil) – e a realidade política brasileira recente: mais especificamente, o foco da pesquisa é a cobertura praticada pelos principais telejornais das emissoras citadas nos três primeiros meses de 2019, quando da chegada ao poder do governo Bolsonaro.

Diante de um Presidente da República com retórica hostil ao jornalismo, e diante das enormes transformações que a comunicação digital vem acarretando aos meios de comunicação tradicionais, de que modo os telejornais destas emissoras realizaram suas coberturas dos principais fatos daquele início de governo Bolsonaro? Que semelhanças e diferenças (de elementos de linguagem telejornalística, de enquadramento noticioso, de opção por fontes, de

valências na cobertura de temas relativos ao governo ou temas socialmente relevantes – direitos humanos, por exemplo) podem ser observadas nas matérias veiculadas pelas emissoras?

O contexto de animosidade entre a imprensa e Bolsonaro é o pano de fundo da análise. Uma relação marcada por antecedentes de violências simbólicas, ataques, descréditos e achincalhamento público do jornalismo enquanto instituição por parte do então presidente e seu séquito de seguidores e eleitores. Uma dinâmica que ganhou relevos peculiares e, por vezes, agudos. Interessa, desse modo, investigar de quais ferramentas e modos de fazer o telejornalismo (e buscando identificar valores de fundo aos quais estas práticas respondem) as emissoras se armaram para a disputa narrativa e pela busca de credibilidade e poder.

O objeto de observação e análise da tese está, portanto, no conjunto de reportagens sobre o governo brasileiro e temas correlatos nos três primeiros meses da gestão de Jair Bolsonaro (janeiro, fevereiro e março de 2019), veiculadas nos telejornais totalizando 21 horas e 23 minutos de materiais audiovisuais distribuídos em 465 produtos telejornalísticos entre reportagens, notas e entradas ao vivo. A distribuição ao longo dos três meses foi de 168 audiovisuais em janeiro, 174 em fevereiro e 123 em março. O Jornal Nacional foi o que apresentou um volume mais robusto de reportagens tanto quantitativo quanto em tempo de exibição seguido do Jornal da Record e do Repórter Brasil Noite. Cabe destacar aqui que o material audiovisual investigado foi selecionado a partir dos repositórios digitais das emissoras disponíveis tanto na web quanto nos aplicativos próprios e, portanto, para além da seleção dos critérios de produção e exibição tradicionais, eles ainda passaram por uma espécie de curadoria editorial. Em sua maioria, todos os audiovisuais foram publicados.

Entre os assuntos selecionados para a análise estão os relacionados à cobertura do próprio ex-presidente Jair Bolsonaro, as ações de seu governo, ministros e pessoas próximas desde que as temáticas o relacionassem de algum modo entendendo que a figura de Bolsonaro, diante da insistente e permanente disposição de imprimir violências simbólicas de descrença ao telejornalismo, configurava um elemento de tensão considerável nas relações entre mídia e poder que fosse capaz de produzir reações e mudanças no modo de fazer jornalismo e de ele se perceber enquanto responsável por transmitir informações.

Assim, os principais telejornais da Rede Globo e Rede Record foram escolhidos levando em consideração o horário nobre de exibição e a concentração de suas audiências bem como a perspectiva de comunicação privada de sua natureza conservando, desse modo, os interesses econômicos e políticos de maneira mais acentuada. Ainda em relação aos dois telejornais,

considerou-se que, embora feitos por empresas privadas, conservavam linhas editoriais antagônicas em relação a figura do ex-presidente e a perspectiva se configurou enquanto uma diferença interessante à observação. Já o Reporter Brasil Noite, também em função do horário de exibição e de relevância, foi o escolhido da TV Brasil, mas ela entra na amostra principalmente pela natureza da comunicação pública. Sob o entendimento de que os interesses majoritários deveriam divergir dos econômicos e caminhar em direção aos interesses públicos. Para além da perspectiva da natureza, cabe destacar que a TV Brasil enquanto parte da EBC sofria outros tipos de violências com a mudança de governo: pressão editorial governamental, fusões, ameaças de extinção e aparelhamento que, por si só já, produziriam efeitos significativos na maneira de conceber telejornais.

Diante da primeira leitura de todo o conteúdo dos telejornais selecionados, escolheu-se as temáticas que, majoritariamente, concentraram-se na posse de Jair Bolsonaro, na organização de ministérios e nomeação dos ministros, nas declarações problemática e polêmicas tanto do ex-presidente quanto de pessoas a ele ligadas, o desenhos das metas para os primeiros 100 dias de governo e as pretensas políticas públicas a serem desenvolvidas, as tratativas dispensadas à imprensa, as primeiras medidas, a reforma da Previdência, pacote anticrime, a dinâmica das relações com o Legislativo, a internação de Jair Bolsonaro, a exoneração do ministro Gustavo Bebianno, inabilidade dos ministros Ernesto Araújo e Ricardo Velez Rodriguez, cobertura das polêmicas do carnaval, viagens internacionais da comitiva do ex-presidente.

Todas estas coberturas foram submetidas a uma ficha de análise produzida com base na Análise da Materialidade Audiovisual. Tal metodologia permite um olhar sobre a complexidade da amostra de pesquisa em sua inteireza, considerando que o consumo audiovisual se dá enquanto experiência, experimentação integral e simultânea de percepção de áudio, vídeo, grafismos, edição, conteúdo, contextos, linguagens, interlocução e interferências editoriais.

A hipótese de fundo, a ser testada, é a de que, ao fazer a cobertura do governo Bolsonaro neste contexto de tensão – tanto com o governo de plantão quanto com uma nova realidade comunicacional de perda de poder relativo do domínio da narrativa pública por parte do telejornalismo, acossado pelas mídias digitais –, as emissoras diziam algo além de suas percepções sobre o governo: falavam sobre si mesmas e sobre as suas autopercepções. No subtexto das coberturas, supõe-se aqui que o debate de fundo é a construção de narrativas sobre a própria identidade e sobre o papel social da imprensa (e, mais especificamente, do telejornalismo).

Qual é a imagem pública que a mídia televisiva brasileira constrói de si mesma, ao falar sobre seu papel, e, ao fazê-lo, acaba por revelar traços de sua autopercepção identitária? Dadas as escolhas editoriais presentes no material analisado, o que os telejornais demonstram entender como sendo o seu papel de informar? Ao lado da comparação entre as coberturas das distintas emissoras, esta discussão subjacente é aquela que a tese pretende efetuar.

Para tanto é necessário discorrer sobre as relações de poder, de Estado, de comunicação e de política. É sobre estes aspectos que a primeira sessão do trabalho trata. São abordadas as tradições sociológicas e as definições de poder nos autores clássicos Max Weber, Karl Marx e Émile Durkheim. A partir deles, o estudo segue no sentido de estabelecer entendimento sobre poder simbólico, sobre a construção social da realidade.

Não obstante, estão sob estudo os aspectos relacionados à comunicação política, as disputas simbólicas tanto no campo da comunicação quanto na esfera representativa e as práticas desenvolvidas a partir da oligopolização das mídias. Segue-se a discussão sobre a midiatização, os dilemas impostos à televisão, os enquadramentos noticiosos e suas mais distintas nuances até ampliar a discussão sobre o ambiente do espetáculo contemporâneo e a crise experimentada pelo jornalismo a partir de um histórico hegemônico da televisão.

Por fim, o primeiro capítulo se dedica a trabalhar a midiatização e a atuação de profissionais no telejornalismo. A busca é por entender a transformação, a adaptação e reafirmações vividas nas muitas relações estabelecidas com os públicos, a política e o jornalismo.

É importante tomar a perspectiva de que o jornalismo não é atemporal e suas práticas tampouco são cristalizadas. O jornalismo e, especificamente nesta pesquisa, o telejornalismo é um fenômeno da cultura, das relações entre poderes, da mediação de narrativas e do tempo em que se realiza. Ele é também agente da história e é movido pelas transformações culturais experimentadas pela sociedade. Os modelos dão um direcionamento, os critérios de noticiabilidade e a ética vão balizando a ontologia de produção nas redações e, paralelamente, vão sendo questionados e colocados à prova também. As tecnologias e os seus usos tensionam profissionais assim como os líderes políticos no trato com jornalistas.

O final do período da história política sobre o qual se debruça este trabalho já é conhecido praticamente por todas e todos: Bolsonaro tensionou a relação com a mídia, afrontou e violentou de maneira incisiva profissionais da comunicação, colocou em xeque a credibilidade de veículos e foi ator fundamental para um momento de transformação/reafirmação da maneira como a imprensa executa seu papel. Ele conseguiu alterar um cenário de cordialidade e até

mesmo complacência em espaço de enfrentamento direto, empurrando veículos e profissionais de comunicação a deixarem, em certa medida, o verniz de objetividade e da pretensa imparcialidade de lado. A cobertura jornalística do governo brasileiro se tornou um espaço de disputa de narrativas duais de bem contra o mal, de certo e errado, de vencedor e derrotado com implicações diretas no período eleitoral de 2022.

Foram deixadas algumas arestas no processo que se apresentaram importantes para tal desfecho. O comportamento diante das mudanças das regras de convívio e de relações entre a autoridade máxima do executivo do país e os profissionais do jornalismo mudou. Assim como se alterou, em certa medida, a maneira de fazer telejornalismo quando as regras sociais não funcionaram. E o entendimento sobre telejornalismo precisou ser revisitado. É, exatamente, sobre esta reflexão de que trata o segundo capítulo. Ele aborda as identidades, as fases, conceitos e a autopercepção do telejornalismo brasileiro a partir, principalmente, das pesquisadoras e pesquisadores da Rede Telejor. São trabalhados ainda os conceitos de literacia midiática, da liberação do polo emissor na perspectiva de pesquisa adotada para, no momento seguinte, discorrer e observar as narrativas sobre ele próprio ao longo da história, aqui no país. Identificar suas características, crenças, valores, a formação dos públicos e o trabalho de jornalistas como agentes ativos nesta construção.

As redações vivenciaram e ainda vivem a ansiedade de estabelecer novos códigos de conduta, de apuração, de cobertura ao mesmo tempo em que monitoram o ambiente das redes virtuais, desmentem boataria digital, reafirmam o seu papel profissional e disputam o poder simbólico com novos atores trazidos por um caldeirão de novidades. Tudo isso sem parar o trabalho, em uma analogia bastante improvável, é quase tentar “trocar a roda de um carro em movimento”. A política e todas as suas relações, necessariamente, configuram elementos e situações importantes nesse universo.

Por isso, a sessão seguinte se dedica a debater os telejornais em relação ao cenário político no Brasil contemporâneo. O capítulo aborda o histórico e as características de Rede Globo, Rede Record, TV Brasil e seus respectivos telejornais noturnos de maior audiência. São telejornais concorrentes no âmbito comercial e distintos editorialmente quando é trazida a perspectiva da comunicação pública. É observado o desconcerto político do período em que os telejornais são pesquisados e o escárnio disparado por Jair Bolsonaro contra telejornalistas na busca por protagonismo. Busca-se observar na sessão a relação de cada emissora com o ex-presidente suas proximidades e afastamentos.

No capítulo dedicado à metodologia, são trazidos os marcos conceituais e epistemológicos que permitem lançar mão da pesquisa documental e da Análise da Materialidade Audiovisual que, entendendo o audiovisual como um construto complexo e indissociável, possibilitou a construção de uma ficha de análise dividida em eixos de abordagens e observações. Desse modo, a ficha de análise foi arquitetada em eixos que trataram do caráter estrutural do material audiovisual, ficha técnica e temáticas trabalhadas, as narrativas do telejornalismo em si e construídas sobre o seu próprio papel, as valências observadas da cobertura dos assuntos tratados em cada reportagem, nota e entrada ao vivo, a valência da cobertura específica sobre governo/presidente, as características atribuídas a Bolsonaro e a sua tipificação enquanto personagem e, por fim, os aspectos da amostra de pesquisa ligados à democracia, cidadania e aos direitos humanos.

Do caldo de quatro anos de uma relação turbulenta, o que as pistas deixadas impressas, lá no começo da gestão, nos produtos audiovisuais das emissoras contam sobre a maneira contemporânea que podemos entender como sendo o desenho dos modos de produção do telejornalismo brasileiro?

O recorte acadêmico é primordial. Permite ampliar o olhar para um período específico e dar a clareza necessária para compreender as etapas históricas seguintes. E a opção feita, durante o percurso do doutorado, reafirma-se, foi resgatar o início dessas relações. É a partir da posse do presidente eleito em 2018 e dos posicionamentos editoriais adotados pelos principais telejornais de três emissoras nacionais na cobertura do governo Bolsonaro e suas políticas públicas que as análises dos três últimos capítulos tratam. Um para cada mês: janeiro, fevereiro e março de 2019.

O sexto capítulo se debruça, a partir do conjunto das reportagens selecionadas, sobre o posicionamento editorial das emissoras no que tange ao tateamento dos limites e possibilidades da relação com o governo. É uma cobertura bastante protocolar em relação aos eventos realizados, estruturação do governo, repercussões iniciais da mudança no posicionamento político. São testadas as narrativas e enquadramentos e seus efeitos na relação de forças e a maneira como ministros começam a conduzir suas pastas e a relação com as investigações sobre denúncias de corrupção envolvendo Flávio Bolsonaro.

No sétimo capítulo, a amostra permite lançar luz sobre o desenho das políticas públicas, sobre a construção da imagem do presidente enquanto personagem das narrativas do telejornalismo e seu enquadramento, as fragilidades de Bolsonaro em função da internação, dos ruídos iniciais

das relações entre Legislativo e Executivo, a articulação das primeiras políticas públicas prioritárias para o governo como, por exemplo a reforma Previdenciária e o pacote anticrime. Nesse capítulo, também está a maior crise interna do governo que culminou, naquele período, na exoneração do ministro Gustavo Bebianno por problemas iniciados com o filho do presidente.

No capítulo seguinte, a cobertura, majoritariamente, abordou os desdobramentos do impasse no início da tramitação das propostas do governo no Congresso, novas polêmicas envolvendo o ex-presidente e os seus ministros, a cobertura do carnaval e do primeiro ano do assassinato da vereadora Marielle e do motorista Anderson e a polêmica envolvendo a determinação de Bolsonaro sobre as comemorações do dia 31 de março.

Foi nesta esteira que se procurou, na sessão de conclusão da tese, responder como se deram as relações, os primeiros conflitos, e as atitudes e reações que dispararam a transformação/reafirmção experimentada por redações, públicos e audiências. Descrever e compreender este momento é imprescindível para repensar a profissão, as práticas do trabalho e, conseqüentemente, o reflexo desse novo olhar sobre o telejornalismo na academia. Entender a percepção que o telejornalismo faz de si próprio em períodos históricos de tensionamento elevado e que provocam necessidade de autoafirmação e posicionamento enquanto responsável pela função de informar é fundamental. Primeiro para que profissionais da comunicação tenham noção da materialidade do que produzem, a consciência das etapas do seu trabalho nesse processo e as interferências e pressões sofridas para que tenham clareza na tomada de posições. Depois, é relevante entender o lugar do telejornalismo nessa disputa simbólica pelo poder e pelas construções narrativas para que, enquanto instituição, ele se afirme como espaço seguro de informações de interesse público e os profissionais possam orientar sua prática de maneira precisa para os princípios e valores desejados. Não menos importante está a percepção do contexto de exercício do jornalismo na relação mídia/públicos para que, academicamente, docentes e discentes possam articular novas reflexões e adequar ensino, pesquisa e extensão para os contextos que emergem da dinâmica social.

## 2 PODER, ESTADO, COMUNICAÇÃO POLÍTICA E TELEJORNALISMO

As incontáveis redes de relações que formam o tecido social e sustentam o que conhecemos por sociedade, em uma perspectiva mais ampla, são marcadas entre muitos aspectos por aqueles que se relacionam com o poder, com o Estado, a política e a comunicação social. Pensadores clássicos como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim e ainda outros pensadores tais como Norberto Bobbio, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Hanna Arendt, Peter Berger e Thomas Luckmann abriram o leque de discussões e reflexões sobre essas temáticas e, principalmente, sobre a sua influência na esfera pública<sup>1</sup>.

Dessa maneira, permitiram uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais existentes que vão desde as formas de agir/mandar/obedecer de cada indivíduo em relação a autoridade exercida por alguém ou alguma instância, passando pelas possibilidades deliberativas, atribuições de força e exercício de controle até a materialização e articulação desses conceitos no tratamento de informações, na retórica política e no poder simbólico. São dinâmicas e processos fundamentais para a pesquisa empreendida aqui. A busca é por identificar e caracterizar a autopercepção do telejornalismo contemporâneo, em suas telenotícias, a partir dos tensionamentos que Jair Bolsonaro (enquanto esteve presidente do Brasil) empreendeu nas relações entre o poder Executivo, a mídia e a sociedade.

O acionamento das teorias clássicas e contemporâneas, articulando suas proximidades e distanciamentos, vai fornecer lentes poderosas para compreensão da sociedade, de suas relações sociais, da política, da concepção de Estado e do telejornalismo enquanto participante dessa dinâmica de atores sociais cada vez mais conectados. O que se pretende nesse capítulo é abrir o panorama das percepções de cada autor sobre o poder e suas relações com a sociedade para, no caminhar da pesquisa, destacar aqueles caminhos que melhor se adequam a procura pelas respostas desejadas no trabalho que aqui se apresenta.

---

<sup>1</sup> Esfera Pública – O termo foi cunhado por Habermas (1984) ainda no século XVII no contexto de desenvolvimento do capitalismo. A esfera pública abarca a discussão entre Estado e sociedade civil em suas relações com a democracia e levando em consideração a interferência comunicação de massa na formação das sociedades democráticas. Um espaço que se encaixa entre a esfera privada e o Estado, no qual o debate público faz emergir argumentos racionais que contribuem para legitimação das opiniões para além do poder, da concentração de bens e influência política. A esfera pública se coloca na mediação dos interesses privados e o poder estatal.

## 2.1 A TRADIÇÃO SOCIOLÓGICA DAS DEFINIÇÕES DE PODER EM MAX WEBER, KARL MARX E ÉMILE DURKHEIM

O entendimento de poder passa indiscutivelmente pela ciência sociológica. Exatamente por esta razão é fundamental acionar o pensamento de Max Weber (1999) como partida para o entendimento de vieses históricos, políticos e econômicos que compõem o conceito que o sociólogo e jurista alemão tem de poder. Para ele, as relações sociais precisam ser analisadas conforme o sentido que cada pessoa atribui a elas. O filósofo propõe então o entendimento de que **ações sociais** e de dominação interferem no comportamento humano individual e este tem, sobremaneira, sua parcela de contribuição no comportamento resultante das massas.

As ações sociais podem, segundo o Weber (2010), distribuir-se em dois segmentos: de forma racional e, também, não-racional, apoiadas na dinâmica da cultura e do contexto que se busca analisar. Entre as ações sociais estudadas pelo filósofo estão as que possuem uma finalidade e relação racional de consequência em que se toma determinada atitude visando um objetivo específico (**ação social racional com relação a fins**) e, ainda, as ações guiadas por valores e crenças morais de indivíduos (**ação social racional com relação a valores**). Por outro lado, estão as ações que não se pautam pelo aspecto da racionalidade e são motivadas pela subjetividade de empatia e sentimentos cultivados por alguém ou alguma coisa (**ação social afetiva**) ou ainda pelos costumes e hábitos (**ação social tradicional**). Mas destaca que os comportamentos sociais não se excluem e podem estar relacionados em mais de uma dessas categorias.

Estas formas de orientação também não podem, naturalmente, considerar-se de modo algum como classificações exaustivas dos tipos de orientação da acção, mas como puros tipos conceptuais para fins sociológicos, dos quais a acção real se aproxima mais ou menos ou deles – o que é ainda mais freqüente – está mesclada. A sua conveniência só no-la pode dar o resultado. (WEBER, 2010, p. 47-48)

Entre os espaços e contextos em que esses tipos de ações se distribuem, os campos da comunicação e da política podem ser mobilizados e, ao serem trabalhados, direcionam-se a três outras instâncias de poder e controle propostas por Weber (2003) que demandam autoridade e legitimidade: a Dominação Legal, a Dominação Tradicional e a Dominação Carismática.

1. de caráter racional: baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal), ou 2. de caráter tradicional: baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre

e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional), ou, por fim, 3. de caráter carismático: baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática) (Weber, 1999, p.139)

A primeira delas, a **Dominação Legal** se presta a entender as razões pelas quais grupos sociais se submetem e obedecem. É um tipo de dominação estável em que o poder está legalmente assegurado e se apresenta por meio de uma autoridade estabelecida em regras materializadas pela burocracia, pela hierarquia e pelas atribuições conferidas.

Já a **Dominação Tradicional** se estabelece na dominação calcada pelo respeito e pela tradição de reconhecimento de figuras a que se deve obediência por normas que escapam da legalidade. São estabelecidas moralmente e estão presentes na consciência coletiva e, de acordo com o autor, são estáveis.

Por fim, a **Dominação Carismática** é a que, das três, tem um perfil de instabilidade e não garante a permanência da afetividade e devoção ao detentor do poder. Nela a autoridade é pautada pelas crenças disseminadas por lideranças tidas como heróis e até mesmo profetas que detém o carisma para exercer a autoridade e o poder.

Tais instâncias de dominação podem, para Weber, justificar inclusive o uso da força, da violência, do constrangimento e da coação. A formação do Estado assume um caráter de monopólio da força legitimado por aqueles que dele fazem parte.

Outra perspectiva do poder é a estabelecida a partir da imposição de vontades de forma direta e deliberada, proposta por Karl Marx (1990; 2016). Para o filósofo alemão, o poder se estabelece com base em quem possui os meios de produção do capital (**burguesia**), apropria-se do trabalho de quem não tem os meios materiais (**proletariado**) e submete essa parcela da população à toda sorte de injustiças. São as pessoas subjugadas que, com seu trabalho, geram um excedente de riquezas (**mais-valia**) do qual a parcela burguesa da sociedade se apropria. As relações sociais de produção são a influência primeira nas relações da sociedade. O poder, portanto, é estabelecido a partir de um jogo de dominação política que marca a luta entre classes. Uma prática conhecida desde então como prática capitalista e formadora da instituição Estado. Para o autor, o Estado (**superestrutura**) é resultado de uma organização básica da produção (**infraestrutura**), que proporciona a existência da economia no interior da sociedade marcada pela diferenciação entre classes. A infraestrutura, por sua vez, dá suporte à existência de

instituições políticas e jurídicas que controlam a sociedade por meio da consciência social manifestada em leis, religião e cultura.

Marx (2015) entende que o Estado, enquanto manifestação do poder, estará sempre a favor de uma classe social e se distingue do conjunto da sociedade. Tradicionalmente, ele é a materialização do mecanismo de controle e dominação da classe trabalhadora pela classe proprietária. É opressor da sociedade de modo geral, mesmo sendo uma expressão do poder da classe dominante. É centralizador, burocrático e calcado por forças policiais e militares. Para Karl Marx, somente uma ditadura proletária poderia fazer frente ao Estado da forma como ele se configurou.

Outra perspectiva importante é a do poder a partir do que o filósofo francês, Émile Durkheim (2002), estabelece. A sua perspectiva de Estado enquanto poder é a de uma instituição subordinada à sociedade que precisa garantir organização moral de grupos que representem a coletividade (**grupos secundários**).

O Estado não se move com suas próprias forças, ele tem de seguir o rastro dos obscuros sentimentos da multidão. Ao mesmo tempo, entretanto os poderosos meios de ação de que dispõe o tornam capaz de exercer uma pesada repressão sobre os mesmos indivíduos de quem, por outro lado, permanece servo. (Durkheim, s.d. apud Giddens, 1998:116).

Os grupos secundários funcionam como um vetor de força contrário ao da força do Estado, atuando em um caminho de equilíbrio no qual a força resultante das outras duas estabelece o poder da sociedade e a mediação de interesses individuais.

É de Durkheim o conceito de **Fato Social**. O Fato Social se caracteriza pelo instrumento capaz de interferir na maneira como agem os indivíduos e, também, grupos sociais secundários e a humanidade. Nas descrições do autor o fato social é “toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter”. (Durkheim, 2002, p. 11) O conjunto dos Fatos Sociais provoca a identificação de uma identidade coletiva capaz de interferir nos hábitos e ações das pessoas.

Caracterizados o poder e o Estado por alguns dos autores clássicos da sociologia, é necessário, portanto, partir para o entendimento da dimensão simbólica do poder e da construção social que se faz da realidade. É esta perspectiva que vai lançar luz à comunicação política enquanto

evidência da disputa narrativa que se busca caracterizar no presente estudo, tomando como objeto de análise o trabalho com a informação no telejornalismo. Ao investigar a relação entre o poder, a comunicação e a política, este capítulo estabelece um espectro conceitual robusto que vai sustentar a análise subsequente.

## 2.2 O PODER SIMBÓLICO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

O poder, quando observado por uma perspectiva relacional, de interação entre indivíduos, instituições e Estado requer uma análise que tangencia a questão do uso da linguagem. Ela ultrapassa a mera tarefa de ponte e meio para comunicação, torna-se instrumento de troca, de construção de imaginários, de estratégia para exercer poder na construção social da realidade que nos insere. É a perspectiva desta caminhada que se propõe evidenciar a partir desta etapa da pesquisa.

Assim, justifica-se a escolha de Pierre Bourdieu para iniciar esta sessão. Ela está calcada no fato de o filósofo conseguir estabelecer uma síntese das correntes clássicas (Araújo; Alves; Cruz, 2009) do pensamento sociológico apresentadas aqui e lançar as discussões mais contemporâneas sobre as relações de poder no interior da sociedade em diálogos possíveis com outros autores contemporâneos.

Entre as grandes contribuições do filósofo está a de não alimentar a oposição dessas correntes. Para Bourdieu, “a oposição entre Marx, Weber e Durkheim, tal como ela é ritualmente invocada [...] mascara o fato de que a unidade da sociologia talvez esteja nesse espaço de posições possíveis” (Bourdieu, 1990, p.51) O autor reconhece a sociedade atuando sobre o indivíduo enquanto ponto de partida das discussões trazidas por Durkheim, a centralidade do sujeito nas proposições de Weber e a base de discussão do universo do trabalho e do capital como propôs Marx. Entre as contribuições de Bourdieu está, inclusive o fato de entender a ciência como também o espaço para a disputa por poder, abandonando a percepção de neutralidade no campo da pesquisa. Sua perspectiva de poder está ancorada justamente nesse território de confluências entre os interesses, forças e disputas manifestados pela sociedade.

toda forma de conhecimento está relacionada a uma dada percepção e posicionamento diante da realidade social. As diferentes teorias que procuram explicar o mundo social refletem formas de percepção desta realidade, formas que em alguns casos se opõem como, por exemplo, cita Bourdieu, teorias objetivistas e teorias subjetivistas. Para os objetivistas, como os

estruturalistas, a realidade social é um dado objetivo, que ao contrário do que postulam os subjetivistas, se impõe e influencia as nossas consciências e representações individuais. É a realidade um dado concreto, estruturado, anterior ao pensamento, como afirmava Marx, ou apenas uma construção do pensamento, resultado das representações que dela fazemos? (Araújo; Alves; Cruz, 2009, p.34)

Na obra “O poder simbólico”, de Pierre Bourdieu (1989), está o entendimento da transformação de outros poderes no próprio **poder simbólico**. Ele só pode ser exercido a partir da anuência de todos aqueles e aquelas que estão imbricados na relação e, ao mesmo tempo, suscetíveis a esse poder simbólico que se legitima.

Bourdieu aponta que uma dessas forças transformadas é a econômica, tendo papel determinante na ocupação e na distribuição dos agentes sociais e, conseqüentemente, na formação de classes. Ela exerce grande influência na construção das representações que as pessoas têm do mundo e são bases do tipo de poder em questão. Tal perspectiva está diretamente ligada à linguagem que vai sendo sedimentada na sociedade desde o que é expresso objetivamente, a partir da língua, até o que se faz presente nas subjetividades dessa relação.

A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. (...) Daí a definição completa da competência como o direito à palavra, isto é, à linguagem legítima como linguagem autorizada, como linguagem de autoridade. A competência implica o poder de impor a recepção. (Bourdieu, 1983, p.160-161)

Assim, o poder, segundo o sociólogo, está na coletividade que se comunica e é atravessado por um conjunto inconsciente de valores, regras, elementos e experiências culturais, políticas e até mesmo religiosas que dão forma à sociedade (*habitus*). O *habitus* pode ser comparado a um jogo. Distante do entendimento de poder enquanto forças tanto da natureza quanto da razão humana, o poder simbólico é a síntese das representações culturais e da absorção desses imaginários pelos indivíduos que levam as pessoas a estabelecerem relações entre si.

O que amarra as representações neste modelo é o poder que “faz ver e faz crer” estabelecido de maneira naturalmente reconhecida, desinteressada, espontânea e que leva as pessoas à ação. Ele se traduz no consumo e na adoção de preferências por determinados objetos, situações e discursos em detrimento de outros, por exemplo. Assim, vão imprimindo valores culturais, sociais, econômicos revelados em manifestações simbólicas. O poder simbólico é produto de um construto da realidade em movimento.

Num estado do campo em que se vê o poder por toda parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de dissolver, uma espécie de círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma - É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (Bourdieu, 1989, p. 7-8)

Ao tratar da disputa simbólica ancorada nessas relações, Bourdieu destaca que o poder simbólico exercido sobre as classes é executado eficientemente pela política. Ele entende o caráter político como sendo aquele da oferta de opiniões ligadas à história e ainda à delegação de poderes. Para o pesquisador, a distribuição de elementos de produção da representação de mundo, no campo político, é bastante desigual e o *habitus* político pressupõe conhecimento específico e o domínio da linguagem para permanecer nesse tabuleiro em que o jogo avança e se retroalimenta a partir das conquistas simbólicas. A força das ideias, para Pierre Bourdieu, está no poder de mobilização e não somente na verdade das ideias que se estabelecem como capital simbólico.

O reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita ativas e das estruturas incorporadas. Resulta daqui, entre outras consequências, que o capital simbólico se incorpora no capital simbólico, não só porque a autonomia, real, no campo de produção simbólica não impede que ele permaneça dominado, no seu funcionamento, pelos constrangimentos que domina o campo social, mas também porque as relações de força objetivas tendem a reproduzir-se nas relações de forças simbólicas, nas visões do mundo social que contribuem para garantir a permanência dessas relações de força. Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder a proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo. Autoridade que fundamenta a eficácia performativa do discurso sobre o mundo social, a força simbólica das visões e das previsões que tem em vista impor princípios de visão mundo. (Bourdieu, 1989, p.145)

A complementação dos pensamentos sociológicos é interessante a partir deste ponto quando a linguagem é trazida como elemento dessa disputa por poder simbólico e político. As competências linguísticas dos contextos institucionais apresentados por Bourdieu (principalmente no campo da ciência e da pesquisa) e que se apresentam eficazes nos mecanismos de domínio, exclusão e silenciamento (Topper, 2011) podem ser observadas à luz do entendimento sobre discurso, ação e identidade de Hannah Arendt nas relações com as instituições políticas.

Discurso e ação, evidenciados por Arendt, são os modos de estar presente e se envolver no universo político e, conseqüentemente, de conquistar e manter poder. Dessa maneira, segundo Topper (2011) as instituições políticas ao fornecer os elementos para a construção dos discursos e para a efetivação das ações vão revelando, também, a identidade humana das pessoas e as condições necessárias para a efetivação dessa identidade, levando em conta as perspectivas plurais existentes e as singularidades de cada indivíduo. É no espaço público, no qual o discurso político se manifesta de maneira autêntica, que as pessoas podem se reconhecer enquanto sujeitos e experimentar a liberdade política.

Arendt esboça um modelo institucional em que espaços públicos de participação política são multiplicados dramaticamente, sustentando assim institucionalmente, a experiência da deliberação comum, a possibilidade de divulgação de identidade e as práticas de liberdade pública. Em nítido contraste com instituições burocráticas centralizadas e os sistemas partidário. A visão institucional de Arendt é aquela que visa simultaneamente difundir poder e construí-lo a partir de baixo. Como sementeira da política popular e participação política, esses diversos espaços públicos produzem formas de vida política que transfiguram dramaticamente o cenário político e a topografia moral da sociedade de massa. (Topper, 2011, p.357 - tradução nossa)

A aproximação de Arendt com Bourdieu, segundo Topper (2011), está exatamente na observação e no entendimento de que as dimensões políticas da linguagem não estão restritas simplesmente a instrumentos de comunicação. Mas o que distingue as visões de Bourdieu e Arendt sobre a linguagem é que esta se concentra nas formas reveladas “pelas quais os modos de dominação e a exclusão são promulgados e sustentados através de intercâmbios linguísticos concretos” (Topper, 2011, p.357). Ela se concentra na capacidade de interação típica dos indivíduos enquanto seres humanos num espaço em que essa interação promove a significação e possibilita a ação política para resolução de conflitos. Já Bourdieu foca nas formas de diferenciação que atuam na linguagem como canais ocultos e despercebidos de exclusão. O autor francês se dedica a observar a linguagem e, por consequência, as trocas simbólicas, como instrumento de distinção, dominação e violência, uma vez que a maneira como ela é usada nas relações sociais e no ambiente discursivo pode interferir na compreensão e nas trocas linguísticas. “Embora Arendt exalte a forma como as palavras e o discurso público se unem e constituem comunidades políticas, Bourdieu explora as maneiras pelas quais elas ferem silenciosamente e as dissolve” (Topper, 2011, p.358 – tradução nossa).

Hannah Arendt (2001), ao procurar se afastar da característica violenta atribuída ao poder, empreende um esforço em afirmar aquilo que o poder não deve ser. Ela reforça, então, que o

poder só existe enquanto ação coletiva de um grupo e ele acaba quando esse mesmo grupo chega ao fim. Portanto, poder não é, para ela, uma estrutura autônoma. Ele é estabelecido a partir da autorização do coletivo.

o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder', na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome (Arendth, 2001, p.36)

Ainda sobre o poder na obra de Hannah Arendt e a busca por deixar de lado o caráter coercitivo e violento, acionamos Odílio Aguiar (2011). Para o pesquisador, o entendimento de poder em Arendt está relacionado a dimensão “de legitimidade, autoridade, significação, potência e constituição política” (Aguiar, 2011, p.121). O autor, ao fazer referência às obras “*Origens do Totalitarismo*” (1951), “*Eichmann em Jerusalém*” (1963), “*A Vida do Espírito*” (1971), “*A Condição Humana*” (1983) e “*O que é política?*” (1998), depreende o entendimento de poder, enquanto significado produzido na esfera da linguagem, como a capacidade de ação e participação coletiva na sociedade para assegurar a qualidade da organização da vida.

Mais importante do que a determinação normativa ou jurídica dos governos e do Estado é, em Arendt, saber a base e a forma sobre a qual está assentado o apoio do povo ao poder constituído. Para Arendt, trata-se de fundar espaços em que o apoio e a constituição do poder não seja naturalizada e burocratizada. Evitar a forma administrativa, anônima, solitária, estatística e violenta, é o grande desafio que uma constituição genuinamente política tem de enfrentar. (Aguiar, 2011, p.121)

A ação coletiva de Hannah Arendt expressa no que ela chama de **agir em concerto**, de acordo com Vinícius Oliveira e José Luiz Oliveira (2023) nos leva a um outro autor: Norberto Bobbio. O entendimento de Bobbio se aproxima da ação coletiva quando trata da produção das normas jurídicas que é feita coletivamente. Entretanto, cabe destacar que Bobbio não reconhece o poder advindo de costumes e tradições e, nesse aspecto, ele diverge de Arendt. O poder estudado por Norberto Bobbio está diretamente ligado ao ordenamento jurídico.

o conceito de poder não pode ser afastado do conceito de norma, pois ambos implicam um no outro. Nessa perspectiva, poder é considerado o poder de produzir e aplicar normas, o chamado poder jurídico. Assim, o positivismo afirma que é característica do ordenamento jurídico que ele regule sua própria produção, o que faz do poder do Estado um poder autorizado e organizado conforme sua própria produção. (Oliveira; Oliveira, 2023, p.10)

Entretanto, Bobbio não se limita a pensar o poder apenas pelo viés normativo. As perspectivas do autor permitem uma série de conexões com outros que compõem este trabalho. Uma delas se estabelece em relação ao poder que se concentra nas pessoas que, assim como ele, se dedicam a pensar a sociedade.

ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (Bobbio, 1997, p. 11).

Na preocupação em reconhecer na produção de conhecimento uma forma de poder, Bobbio (1997) se conecta com Pierre Bourdieu (1989). Bourdieu, ao tratar o pesquisador enquanto parte do campo investigado, explica que precisa existir um esforço do pesquisador de abandonar, ou pelo menos de se afastar da estrutura de pensamento e das construções simbólicas pré-estabelecidas para não se tornar parte do objeto que investiga. As relações entre pesquisador e objeto podem interferir na visão sobre esse objeto. Inclusive, quando o objeto está ou é o próprio campo de pesquisa do pesquisador abre-se uma discussão sobre a região de disputa entre os campos da ciência. Bourdieu (1989) traz à tona a disputa pelos campos da ciência enquanto monopólio de autoridade científica travando uma luta simbólica pelo poder. Depreende-se dessa relação que o poder simbólico tratado por Bourdieu pode ser aproximado do **poder ideológico** de que trata Bobbio.

Além do poder ideológico, o filósofo italiano trabalha o poder e os meios para a sua obtenção e para o seu exercício na sociedade a partir de outras duas formas. Em uma divisão que se aproxima da leitura de cenário político presente nas teorias marxistas. Bobbio reconhece o **poder econômico** estabelecido por quem tem a posse do dinheiro e dos bens materiais, promotores do capitalismo e da sujeição de trabalhadoras e trabalhadores aos patrões. Reconhece também o **poder político** exercido por quem controla o Estado e tem a seu favor a possibilidade do uso da força. Por fim, Bobbio, destaca que geralmente é a mesma parcela da sociedade que exerce simultaneamente os três tipos de poder.

Na esteira das aproximações e distanciamentos de poder entre os autores, faz-se necessário inserir na discussão o francês Michel Foucault (2004; 2011). O filósofo enxerga o poder enquanto a própria relação entre pessoas e instituições estando dissolvido na sociedade. Tal como em Bourdieu, o poder para Foucault assume uma perspectiva hierarquizante, de disputa

por meio de lutas simbólicas, em que os atores sociais lançam estratégias de convencimento sutis e, como propõe Renato Perissinoto (2007), faz-se incrustado nos imaginários das pessoas sem que elas se deem conta da influência a que foram submetidas.

O que Foucault e Bourdieu têm em comum é, por assim dizer, uma desconfiança em relação ao consenso que caracteriza as relações sociais presentes. Essa desconfiança estaria autorizada por uma percepção inicial acerca das desigualdades que caracterizam a distribuição de recursos sociais. [...] Para os dois autores, essa percepção inicial de que a sociedade se estrutura com base numa distribuição desigual de recursos, que, por sua vez, produz desigualdades estruturais quanto à capacidade de ação dos atores sociais, torna legítimo supor que a continuidade dessa situação se deva a mecanismos de poder que ‘convencem’ os dominados a aceitarem a sua posição inferior no sistema de diferenciações ou nas relações de força que caracterizam o campo. Ou por outra, seria lícito supor que os dominados gostariam de reverter a sua posição caso tivessem consciência dela. (Perissinoto, 2007, p. 317).

Para Foucault (2004), o poder, enquanto uma prática, é assimétrico e se espalha em redes, ou seja, é dinâmico e ao mesmo tempo em que é exercido num sentido, encontra retorno desse movimento. Ele pode ainda ser exercido em **micro-relações** que se ampliam nas grandes estratégias de exercício do poder.

De modo geral, penso que é preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder. Mas sempre há também movimentos de retorno, que fazem com que estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos. (Foucault, 2004, p.249)

A partir dessa perspectiva, o poder pode ser exercido em relações sociais no interior de instituições que vão desde as escolas (contribuindo para a organização dos comportamentos), passando pelas relações de controle produtivo como as empresas e fábricas e desaguando nas instituições de correção aos que escapam das normas socialmente estabelecidas (penitenciárias e nosocômios). Para Foucault as instituições são “todo comportamento mais ou menos coercitivo, aprendido. Tudo que em uma sociedade funciona como um sistema de coerção, sem ser um enunciado, ou seja, todo o social não discursivo é a instituição”. (Foucault, 2004, p.247). O poder não está localizado ou pode ser encarado como um bem, ele é uma força de que indivíduos sofrem ação e, também, com a qual exercem ação. Da mesma maneira, Foucault entende que o poder não é parte do Estado, muito pelo contrário, ele é anterior à formação Estado. O filósofo entende

que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados. (...) A psicanálise, em algumas de suas atuações, tem efeitos que entram no quadro do controle e da normalização. Se conseguirmos modificar estas relações, ou tornar intoleráveis os efeitos de poder que aí se propagam, tornaremos muito mais difícil o funcionamento dos aparelhos de Estado. (Foucault, 2004, p.149-150).

Percorridas essas perspectivas de construção do poder simbólico, faz-se necessário trazer a contribuição de Peter Berguer e Thomas Luckmann (1985) para mobilizar o entendimento da construção social da realidade. Os autores, ao tratar da sociologia do conhecimento, também acionam a discussão sobre o discurso enquanto construção ideológica e, por esta razão, também fazem referência ao sistema linguístico. Os sociólogos dão conta de que a vida cotidiana se estabelece pelas interpretações que a sociedade faz dela assim como as pessoas no interior da sociedade atribuem sentidos ao cotidiano. Relações mediadas por linguagem.

A linguagem objetiva as experiências partilhadas e torna-as acessíveis a todos dentro da comunidade linguística passando a ser assim a base e um instrumento do acervo coletivo do conhecimento. Ainda mais, a linguagem fornece os meios para a objetivação de novas experiências, permitindo que sejam estoque já existente do conhecimento, e é o meio mais importante pelo qual a sedimentações objetivadas são transmitidas na tradição da coletividade em questão. (Berger; Luckmann, 1985, p.96)

Para os dois autores norte-americanos, são as interações entre as pessoas e seu modo de agir que estabelecem a formação da sociedade no decorrer do cotidiano. Sentidos vão sendo acionados, percebidos e o caráter concreto e experimentado das vivências é trazido para espaço compartilhado do mundo real. É importante frisar que sociedades compartilham códigos, linguagens, culturas distintas entre si e o conjunto de símbolos partilhados de uma realidade pode não configurar o mesmo **universo simbólico** que constitui a realidade para outra.

O universo simbólico atribui categorias a vários fenômenos em uma hierarquia do ser, definindo o âmbito do social dentro desta hierarquia. (...) O universo simbólico também ordena a história. Localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. Com relação ao passado, estabelece uma memória que é compartilhada por todos os indivíduos socializados na coletividade. Em relação ao futuro, estabelece um quadro de referência comum para a projeção das ações individuais. Assim, o universo simbólico liga os homens com seus predecessores e seus sucessores numa totalidade dotada de sentido. (Berger e Luckmann, 1985, p.139-140)

Berger e Luckmann (1985) traçam, portanto, um movimento circular que se retroalimenta para o que chamam de construção social da realidade. Didaticamente, parte-se do comportamento individual que é expresso a partir das vivências, pensamentos e afetações daquilo que indivíduos organizam consigo e transformam em linguagem. É o que os autores definem como a **externalização**. Por sua vez, a interação entre linguagem e comportamento formulam e trazem para a dinâmica dessa construção os hábitos e as instituições. São instâncias que Berger e Luckmann chamam de **reificação** ou **objetificação**. Na etapa seguinte desse circuito social, apresenta-se a **internalização**, momento em que se manifestam hábitos e instituições para a formação da sociedade e, a partir daí, criam nos indivíduos a consciência e a percepção da própria realidade. Retorna-se assim para o ponto de partida, a externalização.

Esses conceitos se somam a outros trazidos pelos sociólogos a saber: 1) **habitualização** que, assim como sugere a derivação do substantivo, é o ato de tornar as ações tomadas repetidas vezes em um hábito; 2) **institucionalização** é a palavra que os autores escolheram para indicar o processo de implantação de normas na sociedade; 3) **realidade** que está associada ao fenômeno que existe, e assim é reconhecido pela sociedade, independentemente da vontade individual para das pessoas; 4) o **conhecimento** é para os autores, o lugar em que características específicas determinam fenômenos tomados por reais.

Dessa maneira, valendo-se dos conceitos apresentados, é possível dizer que: aquilo que a sociedade entende como fenômenos existentes para além da própria vontade configuram a realidade. Ela é criada a partir da ação humana, na medida em que essas ações se tornam hábitos, socialmente aceitos, incorporados ao cotidiano e institucionalizados. O conjunto de todo esse imaginário de hábitos institucionalizados, imprime características a fenômenos tratados por Berger e Luckmann (1985) como sendo o conhecimento. Ele se espalha e é comunicado a partir da linguagem. Assim, a sociedade é construída pelas pessoas ao mesmo tempo em que as pessoas sofrem a influência da sociedade. Nas palavras dos autores, ao concluírem a obra que instaura a Sociologia do Conhecimento:

Nossa concepção da sociologia do conhecimento implica uma particular concepção da sociologia em geral. Não implica que a sociologia não seja uma ciência, que seus métodos não devam ser empíricos ou que não pode ser – livre de valores -. Implica que a sociologia toma seu lugar na companhia das ciências que tratam do homem enquanto homem. Neste particular sentido, é uma disciplina humanista. Uma consequência importante dessa concepção é que a sociologia deve ser realizada em contínuo diálogo com a história e a filosofia, ou perder seu objeto próprio de pesquisa. Este objeto é a sociedade como parte de um mundo humano, feito pelos homens, habitados por homens

e, por sua vez, fazendo os homens, em contínuo processo histórico. (Berger e Luckmann, 1985, p.247)

Ao caminhar para a conclusão dessa sessão, é importante pontuar que Berger e Luckmann (1985) trouxeram para a explicação da construção social da realidade, assim como fez Bourdieu, elementos dos autores clássicos que abrem o capítulo. De Max Weber é incorporada a percepção da ação social dos indivíduos na composição de imaginários. Já dos pensamentos de Karl Marx vem a percepção da sociedade enquanto espaço dinâmico e, em Durkheim, os autores se valem da perspectiva de que a realidade objetiva é um fenômeno social. A partir de agora, caminha-se para o entendimento da comunicação política como evidência dessa relevância da dimensão simbólica da realidade.

### 2.3 COMUNICAÇÃO POLÍTICA, DISPUTA SIMBÓLICA E A OLIGOPOLIZAÇÃO DAS MÍDIAS

Há na relação entre política e comunicação uma dicotomia bastante interessante no que diz respeito ao seu funcionamento e que cabe, perfeitamente, ao que o presente estudo se propõe a investigar: ao mesmo tempo em que os campos político e midiático são tensionados e os ruídos entre eles provocam rupturas, é forçoso reconhecer que as estratégias políticas também se valem das possibilidades midiáticas para sua promoção, principalmente com a inserção das tecnologias digitais.

Se, por um lado, há relações de embate entre esses dois campos, por outro, verifica-se também que a política contemporânea se estabeleceu em uma estreita relação com a comunicação de massa e a comunicação digital. A mídia funciona como o palco onde o campo da política busca obter visibilidade e legitimidade. (Leal et al., 2019, p.89)

João Carlos Correia, Gil Baptista Ferreira e Paula do Espírito Santo (2010) procuram traçar um panorama dessa relação que chama para si, cada vez mais, lentes de observação precisas no intuito de definir a Comunicação Política como sendo “uma área vasta em expansão quer sob o ponto de vista da reflexão teórica praticada nas Academias quer sob o ponto de vista da sua prática em numerosos domínios da vida cívica” (Correia, Ferreira; Espírito Santo, 2011, p.1).

Os pesquisadores apontam um relevante interesse acadêmico por temáticas que compõem a Comunicação Política tais como a comunicação eleitoral, o marketing político, as políticas de identidade e as interfaces entre jornalismo e política. Apontam ainda, pelo viés da observação

da vida política, a busca por legitimidade a partir do cenário da comunicação com uma “adequação crescente dos discursos tradicionais acerca dos assuntos públicos às necessidades organizacionais e às convenções narrativas dos *mass media*” (Correia, Ferreira; Espírito Santo, 2011, p.1). Pontuam, inclusive, o crescimento expressivo no interesse pelo tema, por seus fenômenos e pelas estratégias de comunicação desenvolvidas pelos atores da política.

A comunicação mediatizada tornou-se assim parte da cultura política. A cultura política, para o bem e para o mal, é orientada de forma crescente pelos ritmos e exigências estéticas dos mass media. Fala-se a propósito de campanha permanente para aludir a uma situação em que a influência dos media e o peso das sondagens transformam a mensagem política numa performance continua sujeita a uma avaliação permanente. Esta situação está associada a uma reconfiguração da prática política nas sociedades ocidentais com consequências evidentes. Algumas alterações são particularmente verificáveis na relativização do poder dos grandes actores da política, como os parlamentos e os partidos; na aceleração dos horizontes temporais dos ciclos políticos; na personalização e dramatização do poder; na mudança das características das mensagens políticas no sentido do seu aligeiramento e da sujeição à estética televisiva; na selecção de estratégias de resolução de problemas e nas escolhas de políticas que suscitam a adesão popular, ou, pelo menos, a não rejeição ou a aceitação passiva. Simultaneamente, há uma tendência (paralela e, nalguns casos, contraditória, com a primeira) da sociedade e das instituições no sentido de reconfigurarem as dinâmicas institucionais em função de uma maior abertura à participação pública, dinamizando a participação dos cidadãos, a adopção crescente de estratégias de legitimação das instituições e das organizações que enfatizam a necessidade de cidadãos activos, intervenientes no processo de tomada de decisão. (Correia, Ferreira; Espírito Santo, 2011, p.2)

Esse mesmo interesse, enquanto exercício do poder, é observado nas pesquisas de Antônio Albino Rubim (1998). O autor se dedica a analisar a comunicação política atento à sua dimensão simbólica e de construção social da realidade (já detalhadas nesse trabalho). O autor aciona o conceito de **Cenários de Representação**, formulado por Stuart Hall (1988), para abrir as discussões sobre comunicação e política. Para Rubim, o conceito emerge do anseio em compreender as dimensões de representações da realidade na mídia, entre elas a dimensão política. Os cenários de representação encontram “a subjetividade, a identidade e a política” (Rubim, 1998, p.10) como suas partes constituintes. O autor reforça ainda que para percorrer o caminho teórico que ele adota é necessário acionar o conceito de hegemonia e, para tanto, ancora seu entendimento no que Raymond Williams (1979) propõe. Para o sociólogo galês, a hegemonia é um complexo sistema de significados e valores (portanto espaços de representação simbólica) que ao serem vivenciados na vida cotidiana são legitimados, constituindo-se como um senso de realidade e, por assim dizer, como cultura de uma sociedade. Williams sublinha

que, enquanto dinâmica social que extrapola o entendimento de sistema e de estrutura, é atravessada por pressões, experiências, relações, atividades e limites mutáveis. A hegemonia na perspectiva de Williams não

existe apenas passivamente como forma de dominação. A Hegemonia tem que ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada. Também é continuamente resistida, limitada, alterada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então que acrescentar ao conceito de Hegemonia o conceito de contra-hegemonia e de Hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática. (Williams, 1979 *apud* Rubim, 2004, p.12)

Assim, Albino Rubim, sintetiza o conceito de hegemonia como sendo um conjunto de práticas realizadas em espaços diversos e que, mesmo em cenários específicos, incorpora todas as suas características. Estabelece ainda que a representação da realidade também configura a sua construção.

Se “hegemonia” é um “sistema vivido de significados e valores (...) um senso da realidade”, podemos afirmar que ela se constitui e se realiza no espaço onde o sentido da vida e das coisas é construído, isto é, no espaço das representações. Dessa forma podemos também afirmar que esses cenários são, de fato, “cenários de representação”. Precisamos entender, então, quais as características fundamentais desse complexo conceito de representação. De um lado, representação pode referir-se apenas à existência de uma realidade externa aos meios através dos quais ela (realidade) é representada (teoria mimética). De outro, representação pode referir-se não só a uma realidade refletida, mimética, mas também à constituição desta mesma realidade. (Rubim, 2004 p.13)

O autor avança em sua perspectiva de compreensão do universo político e comunicativo acionando as relações implicadas entre hegemonia e poder. Para ele, elas estão diretamente ligadas aos processos comunicativos que envolvem grande volume da sociedade, a massa. E, nesse sentido, a mídia marcaria, em muitas camadas textuais, os relevos e níveis estabelecidos nas relações de poder da sociedade. Para interpretar aquilo que é comunicado, as pessoas precisariam de repertório prévio o que configuraria e caracterizaria um espaço de manifestação do hegemônico.

O argumento pressupõe o conceito de cultura textualizada, ou seja, a ideia de que a cultura é representada por um conjunto de práticas textuais que se impõem, se difundem e se constituem como modelos. Essa cultura, característica da mídia, exige de seus destinatários receptores uma competência interpretativa que é articulada, basicamente, através de conjuntos de textos já consumidos, ou seja, em referência aos textos precedentes e ao confronto intertextual. Dessa forma, o receptor, além de colocar-se numa posição assimétrica em relação ao poder do emissor, está também preso a própria gramática da mídia, de modo a poder usufruir de seu conteúdo. Essa

cultura textualizada da mídia é, na verdade, a expressão do hegemônico. (Wolf, 1987 *apud* Rubim, 2004 p.17)

Para além do entendimento dessa relação de poder, o autor adiciona ao cenário de representação o elemento enquadramento (sobre o qual a pesquisa se debruça mais detalhadamente em sessões adiante. Por hora, é suficiente o registro deste aspecto para acionar a relação de política e poder com o monopólio das mídias).

Dessa maneira, frisa-se que, para Rubim, o exercício de seleção do que é trabalhado como notícia revela aquilo que, deliberadamente, os profissionais da mídia deixam expressos textualmente e ainda o que silenciam ao priorizar informações e fatos a narrar. O enquadramento, portanto, pode trazer marcas da cultura daquele que comunica, do ambiente em que está imerso e, também, das pressões editoriais em benefício ou desfavor de interesses diversos. "Desta forma, a noção de enquadramento é mais um importante instrumento na identificação do alinhamento dos conteúdos da mídia com o hegemônico ou contra hegemônico" (Rubim, 2004 p.18).

Paulo Roberto Figueira Leal e Telma Johnson (2019) associam, no Brasil, à hegemonia uma interferência bastante significativa das mídias que, em um espaço carente de regulação mais incisiva, acaba por experimentar cenários de **propriedade cruzada** e **oligopolização**. Tal contexto proporciona uma atmosfera propícia para "efeitos deletérios sobre um desejável ambiente de polifonia e de diversidade que deveria caracterizar o debate efetivamente democrático" (Figueira Leal; Johnson, 2019, p. 16). Ainda segundo os pesquisadores, são poucos os grupos empresariais que atuam no mercado brasileiro. Característica que dificulta, sobremaneira, o equilíbrio das forças políticas trazidas ao campo da comunicação, uma vez que os interesses e ideologias deste grupo restrito convergem e, quase sempre, voltam-se para os interesses do capital. Tal perspectiva caminha para o entendimento de César Bolaño (1999) quando escreve o artigo "A economia política da televisão brasileira".

Para o autor, tanto a economia quanto a política e ainda as questões tecnológicas (relações entre indústria, telecomunicações e informática) configuram-se como determinantes estruturais para o entendimento e análise da TV brasileira. O autor alerta para a observação desses elementos de maneira integrada e não isolada. Para ele, a avaliação das implicações do poder econômico e político na mídia, precisa estar atenta ainda a periodização intrínseca ao estudo da Economia Política da Comunicação.

Não quero com isto dizer simplesmente que exista uma hierarquia entre condições internas e externas em que as primeiras seriam mais importantes. O fato é que os dois tipos de determinantes, incluindo as estratégias empresariais e as condições estruturais internas e externas que as limitam, define modelos de regulação que garantem a estabilidade dinâmica de uma determinada estrutura durante um certo período de tempo, durante o qual estará garantida, pela ação histórica daqueles mesmos tipos de fatores, a continuidade do seu desenvolvimento até que o conjunto se torne disfuncional e entre em crise, dando início à transição para uma nova situação de estabilidade estrutural, sob novas condições. (Bolaño, 1999, p.17)

Ao revisitar o percurso histórico que dá conta de narrar as estruturas de mercado dos sistemas de concorrência nos anos de 1950 e sua caminhada até os oligopólios de mídia na década de 1970, César Bolaño e Verlane Santos (2018), no texto “Considerações teórico-metodológicas sobre a história do campo da Economia Política da Comunicação e da Cultura” da Revista Brasileira da História da Mídia, dão conta de dimensionar as transformações internas que exploram “as mudanças estruturais segundo a dinâmica de construção, defesa e ruptura de barreiras à entrada, sob a pressão de elementos externos: políticos, refletidos no ambiente regulatório, e tecnológicos.” (Bolaño; Santos, 2018, p.60)

Os autores enfatizam a oligopolização como sendo a prática de instituições que promovem a estabilidade de lideranças de empresas que operam no mercado e já têm públicos fidelizados nas fatias de mercado que dominam. Elas barram não só a entrada de novas empresas que se aventuram no ambiente midiático como, também, os concorrentes já estabelecidos por fatores tecnológicos, produtivos e, novamente, políticos e institucionais ao longo de toda a história da TV brasileira.

Evolução das estruturas de mercado que constituem, primeiro, o processo de oligopolização da TV de massa, depois, a sua convivência com a TV segmentada, que representa outra trajetória tecnológica e segue também um movimento de oligopolização, bem estudado por Valério Brittos (...) constituindo aquilo que o autor chamou a fase da multiplicidade da oferta, até chegarmos à situação atual em que a lógica social da velha TV de massa, renovada pela digitalização, enfrenta a concorrência não só da TV segmentada, mas também dos novos meios digitais, das redes telemáticas, como a internet ou os videogames, das redes sociais etc., e o aparelho de TV torna-se o suporte daquilo que Brittos chegou a denominar “pluri-TV” (Bolaño; Santos, 2018, p.61)

Mas o que se busca aqui, ao acionar a periodização dos momentos que o autor traz como metodologia de análise para a TV brasileira, não é explorar cada uma das fases e apontar quais foram as interferências de maior ou menor grau (estas fases serão abordadas numa sessão

posterior deste trabalho). A ideia é a de salientar e reforçar que, seja qual for o período e em quais medidas cada uma das condicionantes interfere nas relações estratégicas no “negócio” TV, os fatores de vínculo com o caráter estruturante dos níveis hegemônico, mercadológico e político seguem sendo os vetores que conduzem a relação das construções narrativas e dos imaginários por elas produzidos.

Sobre este aspecto, mas agora observando sob uma análise da relação contemporânea entre mídia e jornalismo, Luis Felipe Miguel (2002) em seu texto “Os meios de comunicação e a prática política”, estabelece a relação dos meios de comunicação também como uma representação política no ambiente democrático uma vez que, na mídia contemporânea, estão presentes e são difundidas visões de mundo e projetos políticos. O problema, de acordo com o pesquisador, é que estas representações não são fiéis e não atendem a totalidade das muitas camadas da sociedade. O debate político fica prejudicado num ambiente de forças e espaços midiático desiguais. Muitas das representações do universo social são silenciadas e, dessa forma, os interesses hegemônicos estabelecidos pelo capital se perpetuam ancorados em políticas subservientes à lógica financeira. Os interesses das empresas de mídia, em grande medida, se tornam convergentes com os interesses de quem as financia.

Os grandes órgãos de mídia compartilham de uma mesma visão de mundo, que inclui em especial o compromisso com a ordem capitalista. O mercado da mídia está cada vez mais concentrado (e internacionalizado). As empresas que o dominam têm um peso crescente na economia como um todo. O fenômeno chamado de “convergência tecnológica” vêm agrupando indústrias de informação e entretenimento, de aparelhos eletrônicos e de telefonia em megaconglomerados, que via de regra têm também participação em outros ramos de produção. Por fim, as empresas de mídia são em grande parte dependentes de outras grandes firmas capitalistas, suas anunciantes. Tal quadro deixa claro que os meios de comunicação, na forma em que existem hoje, dificilmente darão espaço para a expressão ou a constituição de interesses que ameacem as estruturas básicas do capitalismo (Miguel, 2002, p.164)

Sobre esse aspecto da oligopolização e da convergência de interesses econômicos e políticos midiáticos proporcionados pela mídia hegemônica, traz-se novamente para a discussão Albino Rubim (2004). Desta vez para pontuar o entendimento que o autor tem centralidade da TV e do seu potencial de mobilização, características bastante caras para os atores sociais que disputam o poder por meio da mídia enquanto cenário de representação.

Para Albino Rubim, em uma sociedade centrada na mídia, ela se manifesta no processo de socialização, de introjeção da cultura e normas sociais que, como já foi abordado aqui, traduz-se em exercício de poder e hegemonia para sua legitimação. Outro aspecto significativo para o

autor é a força da TV no que diz respeito à sua credibilidade e o volume na audiência. Rubim a coloca, portanto, como um “maquinário de representação” que produz e reproduz representações da sociedade o tempo todo e em velocidade bastante acelerada.

Entretanto, não podemos deixar de lado um fenômeno que tensiona sobremaneira os modos de produção e monetização das emissoras de TV comercial principalmente. Mas não só as emissoras, a escalada tecnológica experimentada nas últimas décadas, a partir da internet e dos dispositivos móveis, smartphones e uma série de aparelhos capazes de estabelecer a comunicação por meio de telas, trouxe novas formas de comportamento e compreensão da sociedade para trabalhadoras e trabalhadores de mídia, públicos e, obviamente, a classe política que dela se vale como pontuou Canavilhas (2009), em seu texto “A Comunicação Política na Era da Internet”.

A partir da segunda metade da década de 90, os partidos encontraram na Web uma nova ferramenta para o processo de comunicação política. Após uma fase inicial algo incipiente, em que os sites serviam apenas para disponibilizar os programas eleitorais, a oferta diversificou-se, com novos conteúdos e novas aplicações. Esta diversidade permite dizer que actualmente os dispositivos online reúnem quase todas as características dos dispositivos tradicionais, permitindo um acesso directo ou indirecto, em tempo real ou diferido, assumindo qualquer formato e tendo uma audiência global sem perder a possibilidade do contacto pessoal. (Canavilhas, 2009, p.6)

As partes constituintes da sociedade, sejam elas indivíduos, grupos que compartilham de imaginários semelhantes, instituições, políticos e partidos, poderes constituídos e até mesmo o Estado precisam lançar mão de recursos midiáticos “incluindo sua habilidade de representar a informação, construir relações sociais e ganhar atenção com ações comunicativas” (Hjarvard, 2014, p.21). O cenário que passa a ser apresentado altera a ação comunicativa, a construção social, suas práticas e cultura (Gomes, 2016) e começa a ser tratado por **mediatização**. “Nessa perspectiva, a mediatização é usada como um conceito para descrever o processo de expansão dos diferentes meios técnicos e considerar as inter-relações entre a mudança comunicativa dos meios e a mudança sociocultural” (Gomes, 2016, p.1) e é sobre a relação entre mediatização, telejornalismo e política que se dedica a sessão seguinte da tese.

#### 2.4 A MEDIATIZAÇÃO E OS DILEMAS IMPOSTOS À TELEVISÃO

É de Muniz Sodré (2002) a definição de partida, neste trabalho, para discutir a mediatização. O percurso de investigações do autor é pautado pela cultura, pela mídia e pelos sistemas

sociotécnicos de comunicação. É de Sodré (1977) o entendimento inicial da capacidade da televisão de construção de uma realidade a partir da incansável busca para simular o real e que faz parte de uma instância que reorganiza as atividades sociais (1984) em espaço e tempo. O caminho da comunicação social pavimentado pelas determinantes tecnológicas e capitalistas foi observado pelo autor até que Sodré chegasse à discussão da midiatização.

Mediatização é a ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar de “**tecnointeração**” -, caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *médium*. (Sodré, 2002, p.21)

Sodré, em sua obra “*Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*” propôs que da relação com a mídia, se estabelece uma nova forma de vida que extrapola as vidas contemplativa, política e prazerosa propostas por Aristóteles. É uma relação em que a tela reduz o espaço público, onde há uma reformulação estética da política e, nela, acontece a inserção de uma perspectiva emocional tangida pelos valores mercadológicos e até mesmo religiosos. Do ponto de vista operacional, a percepção da comunicação empreendida por Sodré se dá em três níveis distintos: o da veiculação onde se insere a midiatização (que interessa a este trabalho), o da vinculação em que os vínculos sociais se estabelecem para além da mídia e o da cognição, nível da comunicação que opera o saber e o conhecimento.

Muniz Sodré (2002) propõe ainda uma diferenciação entre os termos interação, mediação e midiatização que são interessantes para ajudar na compreensão das relações de comunicação estabelecidas e foram sintetizadas por Lídia Raquel Herculano Maia (2021). Para a pesquisadora, em referência a Sodré, interação é encarada como um dos níveis do processo mediador podendo se desenvolver de modo simbólico, por exemplo, por meio da linguagem, trabalho e leis. A mediação, por sua vez, serve de contato entre duas instâncias que se comunicam e pressupõe diferentes tipos de interação e precisa de bases materiais “inscrever-se na ordem social e essas bases, por sua vez, se consubstanciam em instituições ou formas ordenadas de relacionamento na sociedade” (Herculano Maia, 2021, p.4). Por fim, a autora descreve a midiatização como sendo um tipo particular de interação que se realiza em um ordenamento de mediações socialmente realizadas por meio da tecnologia. “A midiatização em sua fase atual se caracteriza pelo fato de que os vários campos da sociedade e da cultura são comunicativamente construídos por meio de uma variedade de mídias.” (Herculano Maia, 2021, p.4).

A midiatização enquanto conceito e, também, fenômeno é observada por José Luiz Braga (2018) nas suas associações com os conceitos de instituições e com a comunicação social de maneira ampla. O pesquisador adota em seus estudos uma perspectiva socioconstrutivista. Ele entende a própria mídia como uma instituição, tendo ela seus olhares direcionados à comunicação social e seus processos relacionados à política, educação, economia e cultura. Ele ressalta que, desde sempre, as relações humanas se prestam a compartilhar diferenças no enfrentamento de problemas de toda ordem tanto no que diz respeito à articulação de regras e lógicas estabelecidas até a ponderação sobre interpretações distintas de situações específicas advinda das relações humanas. Ele parte, portanto, da premissa de assunção em ter “o fenômeno comunicacional como primeiro: todos os participantes sociais – organizações, setores de interesse e indivíduos – estão constantemente implicados na geração de lógicas intencionais e, pelo simples acionamento, na transformação das regras sociais.” (Braga, 2018, p.294) Sob tal perspectiva, o autor investiga a midiatização e sua relação com as instituições.

Braga (2018) reconhece que as instituições sociais configuram o resultado da interação social e do estabelecimento das regras sociais construídas de maneira compartilhada, dando sentido a essas interações pautadas pela dimensão simbólica legitimada pelo histórico desenvolvido a partir das práticas e tensões sociais. Já a mídia, para José Luiz Braga, em referência a Muniz Sodré, é comumente associada à indústria cultural. Entretanto, antes de se estabelecerem enquanto instituição, as mídias são uma organização. Assim o autor estabelece a diferença do seu entendimento do processo que constitui a mídia e instala o conceito de **mídia-organização**.

Devemos considerar que processos de comunicação social se instituíram na cultura ocidental em decorrência de práticas e regulações em torno dessas organizações. E ainda: instituições sociais são frequentemente desenvolvidas e formalizadas por procedimentos de organizações operadoras de sua continuidade. (...) É nessa perspectiva que podemos referir a mídia-organização como instituição midiática, que ela encarna como principal agente. (Braga, 2018, 295)

O autor chama atenção ainda para o aspecto operacional em tratar como instituições aquelas organizações que estabelecem padrões de comportamento e ordenamentos sociais. Por fim, Braga (2018) atribui relevo ao aspecto comunicacional da linguagem enquanto instituição. Ela “ultrapassa o sistema de signos codificados (a língua propriamente dita) para abranger, em perspectiva pragmática, os padrões culturais de uso da linguagem, seu acionamento referencial, e ainda suas ações no âmbito da sociedade” (Braga, 2018, p. 296)

O pesquisador coloca as instituições midiáticas como sendo aquelas que tiveram, por bastante tempo, a hegemonia sobre tecnologias (principalmente as audiovisuais), seus usos, interação e “submetendo as demais instituições no que se refere a linguagens audiovisuais e as competências profissionais desenvolvidas no âmbito da indústria cultural.” (Braga, 2018, p. 300) Uma realidade que começa a mudar com o acesso da sociedade de maneira mais ampla aos meios de produção (e aqui reforça-se a relação com os meios de produção audiovisual) no processo chamado de **mediatização** que, de maneira geral e pesando as relações da sociedade no processo, o autor define como:

A perspectiva adotada propões que a tendência à mediatização da sociedade corresponde a uma busca de processos interacionais em situação de rearranjos – o que implica transformações maiores ou menores em todas as instituições sociais (inclusive as midiáticas), com repercussões possíveis nos modos pelos quais estas instituições se constituem, e no eventual desenvolvimento de outros aspectos institucionais. As pesquisas que busquem as especificidades dos processos inerentes a cada âmbito institucional são necessárias e produtivas para os estudos propriamente comunicacionais. (Braga, 2018, p. 310).

Para tanto, José Luiz Braga (2018) oferece cinco perspectivas para observação da mediatização nos seus modos de relacionamento. A primeira delas focada na recepção pela sociedade de produtos e processos midiáticos e sua relação com as percepções (traduzidas pelo senso comum como “estar na mídia”) sobre outras instituições sociais - política, educação, família. Na sequência, está a lógica de mediatização de temas abordados na dinâmica da sociedade e no seu posterior tratamento pelas instituições midiáticas. No terceiro aspecto, o autor trabalha a mediatização sob o ponto de vista da interferência das instituições midiáticas nas dinâmicas de outras esferas sociais “na medida em que oferecem uma potencialidade ampliada (em termos quantitativos e qualitativos) para assegurar modos de interação em favor dos diferentes objetivos institucionais. Ou seja: as mídias passam a ser fornecedoras diretas de modos para se comunicar.” (Braga, 2018, p.301-302). O quarto modo de relacionamento de mediatização possível é o proporcionado pelas

tecnologias transformadas em meios e dispositivos de comunicação. Na medida em que as tecnologias (*hardware e software*) acionáveis para objetivos interacionais se tornam menos custosas, mais manejáveis sem necessidades de equipes profissionais e mais diversificadas em seus acionamentos possíveis, deixam de se enquadrar apenas nos espaços fortemente instituídos e sistematizados. Aqui, as potencialidades digitais viabilizam âmbitos menos formatados e, portanto, mais abertos à experimentação social – tanto para encaminhamentos técnicos de uso como para tentativas propriamente interacionais.” (Braga, 2018, p. 302)

Por fim, a quinta abordagem possível para a midiaticização está na possibilidade de interação de outras instituições e setores (distintos da mídia enquanto instituição) com a sociedade no que o autor tratou por **invenção social**. Este dispositivo interacional se efetiva quando “a sociedade passa a desenvolver diretamente processos midiáticos próprios, adequados para as atividades do seu próprio interesse” (Braga, 2018, p.302). Incluem-se aqui as participações mesmo individuais no processo.

Ao defender a observação da midiaticização sob um prisma de institucionalidade, Stig Hjarvard (2014) aponta a midiaticização como sendo participante efetiva no processo de construção de novos padrões de comunicação mediada, dedicando-se a observar as transformações estruturais de longa duração nas relações entre mídia e demais esferas sociais. Sob outro ângulo, o autor chama a atenção para o cuidado em analisar a midiaticização levando em consideração as variáveis temporais e geográficas. Elas podem interferir sobremaneira nos resultados dos processos de midiaticização. Hjarvard (2014) discute ainda a midiaticização enquanto processo de reciprocidade entre mídia e demais campos sociais evidenciando a

crescente interdependência da interação entre mídia, cultura e sociedade (...) A midiaticização preocupa-se com o codesenvolvimento e a mudança recíproca de características institucionais tanto da mídia quanto de outros domínios. Essas mudanças podem ser analiticamente entendidas como transformações de uma configuração ou regime interinstitucional a outro. (Hjarvard, 2014, p.25)

Os dois autores acima trabalhados compõem o corpo teórico da análise da pesquisadora Lúcia Raquel Herculano Maia (2021) ao se debruçar sobre a midiaticização da política. Segundo ela, midiaticização é um conceito em disputa. Atenta ao contexto histórico e, principalmente, ao período contemporâneo, Herculano aciona Fausto Neto (2008) para estabelecer o adensamento e a complexidade da realidade construída na nova ambiência em que a sociedade está imersa. Para a pesquisadora, a discussão parte do entendimento dos espaços públicos que a sociedade em midiaticização forma. Ela, então, oferece para a discussão os ângulos de debate deliberativo, conversação civil e esfera de exposição e visibilidade pública de Wilson Gomes (1999), lança ainda as esferas de mídia, instituições e atores individuais de Eliseo Verón (1997) e, também, os conceitos das esferas públicas episódica, de presença organizada e abstrata propostos por Habermas (1984).

É possível categorizar a esfera pública em episódica (aquela em que os sujeitos se encontram em bares, cafés e encontros de rua); de presença organizada

(referente ao público frequentador de teatros, concertos de rock, reuniões de partidos ou celebrações religiosas) e esfera pública abstrata (aquela produzida pela mídia, que concentra em torno de si leitores, espectadores, ouvintes e internautas). Já Wilson Gomes (1999) aponta que essa noção de esfera pública pode ser abordada a partir de três ângulos: (1) como debate deliberativo, que seria aquele travado em órgãos parlamentares, por exemplo, com o objetivo de tomada de decisões políticas; (2) como debate não-deliberativo ou conversação civil, marcado pela informalidade cotidiana, cujo interesse repousa na troca de opiniões e informações sobre um determinado assunto que diz respeito à coletividade e (3) como esfera de exposição ou visibilidade pública, na qual um polo emissor transmite um conteúdo para uma massa de receptores com o intuito de “agendar” os assuntos a serem abordados em espaços deliberativos e não-deliberativos. Pode-se traçar um paralelo entre essa categorização elaborada por Gomes (1999) e o esquema para a análise da midiatização proposto por Eliseo Verón (1997), que complexifica essas esferas ao passo que aponta o fenômeno como sendo um amplo processo no qual mídias (esferas de visibilidade pública), instituições sociais (nesse caso, a esfera política de deliberação) e atores individuais (esfera de conversação civil) se relacionam mutuamente, tensionando a forma como os discursos e produtos simbólicos circulam em sociedade, provocando transformações em diversos aspectos sociais e culturais. (Herculano Maia, 2021, p.6)

A autora avança a partir desse referencial para a caracterização da perspectiva de midiatização política que, com base no surgimento da política neoliberal e se valendo de meios de comunicação privados pouco ou mesmo não regulamentados, passa a comercializar seus produtos e forçosamente reconhecer as demandas dos usuários (potencializado com a chegada das mídias interativas). Cidadãos e cidadãs são encarados a partir de então como consumidores da política orientados por uma visão mercadológica e a mídia se estabelece como uma “indústria da opinião na sociedade contemporânea. De tal modo que os meios de comunicação não apenas refletem a política e a opinião pública, mas atuam diretamente na sua produção” (Herculano Maia, 2021, p.9). Para a autora, tal processo de **midiatização política** interfere não apenas no “processo de profissionalização e institucionalização da atividade jornalística e de sua influência sobre a esfera política; mas, também em processos interacionais tentativos, em experimentações de uso das mídias sociais para a participação política, por exemplo” (Herculano Maia, 2021, p.10). É, exatamente, a partir desse momento histórico que a centralidade da televisão e sua hegemonia passam a ser afrontadas e ameaçadas pela midiatização. A midiatização impõe assim alguns dilemas à TV e ao telejornalismo enquanto parte do universo simbólico e discursivo palco da representatividade política.

A possibilidade de públicos e usuários se ligarem ao debate político por outros espaços e a dimensão pessoal ganhar relevo, empurra a classe política e, também, os aspirantes a cargos

políticos de representatividade ao que Paulo Roberto Figueira Leal (2002; 2007) chama de **nova ambiência eleitoral**. Lugar em que a valorização da figura do indivíduo se sobrepõe à posicionamento político-ideológico e propostas (Leal; Rossini, 2011). Atores políticos investem na sua personalização e se moldam a partir da interação estabelecida sem, necessariamente, passar pela realidade em grande medida construída outrora pela televisão.

Esta ambiência se caracteriza pela supervalorização da figura do candidato e consequente enfraquecimento do debate ideológico, pela tendência de o eleitor a recorrer a atalhos informacionais para reduzir os custos da decisão política, e pela capacidade limitada das campanhas em obter vitórias, obrigando os atores políticos à consideração de outras estratégias de conexão eleitoral e de comunicação mais duradouras. (Leal; Rossini, 2011, p.3)

A mudança de comportamento tanto de públicos quanto de veículos de comunicação frente à nova configuração midiática tensiona a lógica hegemônica e a lógica do espetáculo, até então, da televisão. Alterando, assim, a percepção da TV e do telejornalismo na contemporaneidade e, conseqüentemente, da maneira como tratavam a política. São transformações que se materializam nos fragmentos de realidade reportados, narrados, interpretados, muitas vezes silenciados ou ainda supervalorizados e dados ao público. São perspectivas de abordagem e tratamento de informações que a tradição dos estudos da Comunicação Política trata por enquadramentos. Tal tradição se guia por alguns princípios que levam os enquadramentos noticiosos a serem observados enquanto base teórico-metodológica.

Faz parte das rotinas em redações jornalísticas a organização discursiva a partir da seleção, da ênfase e da exclusão de dados e informações como pontuam Carla Candida Rizzotto, Diego Antonelli e Paulo Ferracioli (2017). De modo geral, a noção de enquadramentos vai permitir que se faça referência à construção de sentidos e, conseqüentemente, “a organização do mundo político para a audiência através do agendamento temático” (Rizzoto, Antonelli e Ferracioli, 2017, p. 86). São muitas e diversas as perspectivas conceituais para os enquadramentos. Elas são interessantes de serem observadas, na presente pesquisa, uma vez que o conteúdo, a forma e o contexto das telenotícias podem (e são) trabalhados a partir de visões, interesses, intencionalidades e subjetividades que formatam as possibilidades de compreensão dos fatos narrados. A maneira como TV Brasil, Rede Globo e Rede Record trabalham os enquadramentos da cobertura do governo Bolsonaro vão dar as pistas necessárias para a compreensão de como o telejornalismo brasileiro percebe o seu papel em informar na contemporaneidade.

## 2.5 ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS

É de Erving Goffman (2012) a perspectiva de aproximação dramatúrgica do comportamento humano ao falar da atuação dos atores sociais. Com base no mesmo referencial, o autor traz a definição de *frames*, quadros em tradução do inglês. Não é difícil, portanto, inferir que a análise dos enquadramentos se processa no recorte de ambientes em que se dão as relações interpessoais e sociais.

As definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra (usada para se) referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar (...) a expressão “análise de quadros” é um slogan para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência (Goffman, 2012, p. 34).

O autor entende que as situações enquadradas fazem parte do mundo de onde foram destacadas e, também, dos comportamentos dispensados pelas pessoas que delas fizeram parte. É uma experiência a que observadores dos quadros também estão submetidos e, segundo o autor pode ser analisada a partir do entendimento de **quadros primários** (naturais e sociais) e os **quadros da experiência social**.

Os quadros naturais atendem à ordem dos fatos enquanto materialidade física independentemente das interferências conscientes das pessoas. “Já os quadros primários sociais, por outro lado, fornecem uma compreensão de fundo para os acontecimentos que incorporam à vontade, o objetivo e o esforço de controle de uma inteligência, de um agente vivo, sendo o principal deles, o ser humano” (Goffman, 2012, p. 46). O autor destaca ainda que este controle consciente pode submeter indivíduos a padrões e avaliações sociais baseados, por exemplo, na segurança, na honestidade e na eficiência.

No que diz respeito aos quadros da experiência social, Goffman reconhece tanto as subjetividades dos indivíduos, quanto a configuração espaço-temporal para confeccionar o conceito de **emolduramento da experiência de cena**. Pelo dispositivo, o autor afirma que a realidade pode ser percebida em diferentes interpretações e graus de aderência ao mundo real. Por fim, o autor coloca que “a moldura segmenta a percepção criando tensão entre o que está dentro e o que está fora da moldura” (Goffman, 2012, p.133).

Os enquadramentos midiáticos, mais especificamente, estiveram no foco dos estudos de Robert Entman (1993 *apud* Rizzoto, *et al.* 2017). O autor debruçou-se nas construções textuais do jornalismo para inferir que os *frames* podem dar relevo à determinadas informações a partir de estratégias como a repetição de palavras ou mesmo pela escolha de expressões em detrimento de outras: *framing*.

o enquadramento da mídia muitas vezes se manifesta pela escolha de algumas palavras-chave e imagens que reforçam uma representação particular da realidade, além da omissão de outros elementos que possam sugerir uma perspectiva diferente ou desencadear um sentimento diferente. Para sistematizar a análise, Entman indica que a presença de algumas ou todas essas funções ajudam a mapear o enquadramento noticioso: definição do problema, diagnóstico das causas do problema, presença de julgamentos morais e soluções para o problema. ((Rizzoto, Antonelli e Ferracioli, 2017, p.87)

Ainda do arcabouço teórico das ciências sociais, aciona-se o conceito de agendamento. Conhecido como *agenda-setting*, o conceito permite desenvolver também os movimentos de análise tanto de *framing*, quanto de *priming* tratados adiante.

Nas ciências sociais, a pesquisa sobre os efeitos da mídia no público tem passado por grande evolução, desde as denominadas teorias hipodérmicas – que viam o poder potencial da mídia como ilimitado –, até a dos efeitos mínimos ou negligenciáveis – segundo a qual as atitudes e os valores dos indivíduos poderiam ser reforçados por ela, mas não mudados. Atualmente, estudos do impacto da mídia têm abordado efeitos persuasivos mais sutis, concentrando-se no poder desta em determinar a agenda pública – os chamados estudos de *agenda setting* – e em como o público pensa a agenda proposta pela mídia, conhecido como o efeito de **framing**. (Mesquita, 2008, p.12)

O estudo sobre a chamada *agenda-setting* remonta o início da década de 1970 a partir das análises dos pesquisadores McCombs e Shaw, em Chapel Hill, na Carolina do Norte, Estados Unidos. De acordo com Traquina, (2000), eles lançam olhar sobre a influência que os veículos exerceriam a partir das suas notícias (Traquina, 2000). Ou seja: o gosto, a atribuição de importância, de relevância e o consumo das informações pelos públicos seriam estabelecidos de acordo com os critérios e vontades de cada segmento midiático. Obviamente entram nesse conjunto de “vontades dos donos das mídias e veículos” os fatores econômicos e políticos que, necessariamente, atuam no modo de produzir de cada veículo e seus jornalistas. É importante destacar que a relevância dada a alguns aspectos, temáticas e situações pelos veículos de mídia,

acabam influenciando de tal modo os públicos que a discussão acaba por ser pautada também como sendo de interesse público.

Ao selecionarem e divulgarem as notícias, os editores, os profissionais da redação e os meios de difusão desempenham um papel importante na configuração da realidade política. Os leitores não só ficam a conhecer um determinado assunto, como também ficam a saber qual a importância a atribuir a esse mesmo assunto, a partir da quantidade de informação veiculada na notícia e da posição por ela ocupada (McCombs; Shaw, 2000, p. 47)

A interferência da atuação dos jornais na opinião pública também foi a base das pesquisas de Funkhouser (1973) ao tentar entender como as respostas dadas pelas pessoas a algumas pesquisas de opinião se relacionavam com a forma de interpelar as pessoas e pela maneira como estas mesmas respostas se relacionavam com os principais assuntos noticiados por três revistas semanais norte-americanas e, também, com a própria realidade.

Na sequência dos estudos que lançaram o olhar para a *agenda-setting* destaca-se a pesquisa desenvolvida por Weaver, McCombs e Spellman (2000) sobre o caso Watergate que destaca a renúncia do presidente Nixon a partir da invasão de cinco homens que tentavam instalar escutas telefônicas na sede do Partido Democrata<sup>2</sup>. As investigações tocadas por dois jornalistas do The Washington Post deram conta de que o presidente sabia da instalação das escutas. Para além de verificar os impactos da cobertura na opinião pública e das diferenças de comportamento dos públicos diante da comunicação de massa, as pesquisas lançaram o foco para o nível de exposição das pessoas às notícias e à influência gerada e, por essa razão, deram início a uma nova fase nos estudos sobre *agenda-setting*: a necessidade de orientação.

Trancoso (2021) sintetiza e caracteriza, a partir de Weaver, McCombs; Spellman, (2000), que a necessidade de orientação se estabelece a partir da relevância dos assuntos noticiados e da incerteza dos públicos. Quando a relevância do assunto e a incerteza são altas, a necessidade de orientação é alta também. Mas a necessidade de orientação diminui quando a incerteza é reduzida mesmo a relevância do tema permanecendo elevada. Por fim, quando a relevância é reduzida, independentemente da incerteza, a necessidade de orientação é baixa.

Dessa forma, se um assunto é irrelevante para o público, não haverá, por parte das pessoas, interesse ou necessidade de ser orientado, uma vez que o impacto em suas vidas será desprezível. Já quando o assunto é relevante, mas não há

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/escandalo-watergate.htm> acesso em 05/07/2023

incerteza, a necessidade de orientação será apenas moderada. O maior nível de necessidade de orientação sempre será observado nos casos dos assuntos em que tanto a relevância quanto a incerteza são elevadas. (Trancoso, 2021, p.32)

O autor detalha ainda, a partir de McComb (2005), outros aspectos que interferem no agendamento como, por exemplo, o nível de educação formal dos públicos, fatores socioeconômicos, preferências políticas e o grau de envolvimento prático da temática noticiada com a rotina dos públicos que vão desaguar num novo momento dos estudos de agenda-setting datados de 1976. É quando particularidades, atributos daquilo que é noticiado ganham maior ou menor relevância na cobertura. “A hipótese do agendamento de atributos teoriza que os meios de comunicação podem transferir para o público não apenas a saliência de um objeto, mas também as características desse objeto.” (Trancoso, 2021, p.36). Seria um segundo nível de agendamento que se desdobra em novas notícias que são, por sua vez, capazes de, no contexto, determinar o agendamento, principalmente político de algumas temáticas. Mais importante que os desdobramentos, este segundo nível de agendamento permite também avaliar não apenas a influência da mídia naquilo que pensamos a partir do que ela pauta, mas também a maneira como pensamos dada a variação no trabalho com os atributos.

A partir deste momento, Trancoso (2021) elenca outros estudos derivados da *agenda-setting*, entre eles o ***agenda-building*** que inverte a perspectiva de observação dos pesquisadores dos públicos para os veículos.

é apropriado afirmar que os pesquisadores tinham como objetivo central analisar e compreender os processos envolvidos na formação da opinião pública – um enfoque, portanto, nos receptores da mensagem. A partir de 1980, um outro paradigma foi apresentado, com o surgimento de estudos que centravam-se na fonte da agenda dos meios de comunicação – ou seja, a atenção, agora, passa a recair sobre os emissores das mensagens noticiosas. (Trancoso, 2021, p.39)

Por fim, Trancoso (2021) organiza todo o período de estudos sobre *agenda-setting* em etapas/hipóteses de agendamento que passam por aquilo que ele determina como: **contra-agendamento, visual agenda-setting, interconexão entre agendas, agendamelding** para chegar no enquadramento noticioso conhecido como *framing* e no seu efeito *primig*, que são conceitos caros para este nosso trabalho.

- a) Contra – agendamento: a influência naquilo que tem relevância e notoriedade se estabelece numa via de mão dupla. Tanto a mídia estabelece os agendamentos como os fatos e prioridades demandados da sociedade podem cavar seus espaços no que os veículos noticiam.
- b) Visual agenda – setting: categoria mais voltada para aquilo que é visual, que se desloca para o campo do não verbal. Pauta-se por avaliar o que é noticiado por telejornais para além da redução da análise textual. É uma instância de observação que pressupõe aquilo que é imagético como tendo a capacidade de interferir emocionalmente nos públicos e, conseqüentemente, na opinião pública e na mobilização da sociedade.
- c) Interconexão entre agendas: estabelece, como o nome diz, na mútua afetação entre a agenda dos meios de comunicação entre si, as afetações na relação entre as agendas das esferas midiática, pública e governamental e, por fim, a agenda político-partidária.

os governantes utilizariam os media como uma espécie de mediadores entre eles e os eleitores. Já a imprensa se beneficiaria desse processo ao receber, diretamente da assessoria de imprensa de atores e organizações políticas, material que possa preencher seus espaços informativos. (Trancoso, 2021, p.45)

- d) *Agendamelding*: Na tradução livre significa uma fusão, uma amalgama de agendas. Nesse espaço são inseridas as mais variadas fontes de informação (não somente as de veículos de comunicação). É justamente a pluralidade e a possibilidade de escolha de fontes que determina este espaço de agendamento.
- e) O enquadramento noticioso – *framing*: que se estabelece, segundo o autor, “a ideia de que certos atributos devem ser escolhidos pelos meios de comunicação ao apresentarem um determinado assunto ao público” (Trancoso, 2021, p.48). É o mesmo que estabelecer lentes para alguns atributos, invisibilizar outros e cobrir com filtros ainda os demais aspectos possibilitando a condução narrativa dos fatos para os públicos. O autor salienta ainda que é importante não direcionar esta característica do enquadramento para a manipulação deliberada de públicos.

Enquadrar um assunto, portanto, não pressupõe, necessariamente, a ocorrência de uma parcialidade intencional do jornalista, resultado de um posicionamento ideológico preestabelecido que tenha como objetivo manipular a opinião pública. Como salienta Hackett (2016), um determinado enquadramento pode representar o “resultado da absorção inconsciente de pressuposições acerca do mundo social no qual a notícia tem que ser embutida de modo a ser inteligível para o seu público pretendido” (p. 174). Dessa forma, o enquadramento proposto em uma reportagem pode ser encarado como um reflexo direto do contexto social no qual o jornalista está inserido. (Trancoso, 2021, p.49)

- f) Efeito *priming*: que deriva do campo da psicologia. Ele se caracterizaria por um espaço de memória anterior a identificação de palavras e objetos. Está no inconsciente da memória humana e que estabelece uma relação diferente na interferência, por exemplo, da TV em detrimento dos veículos impressos, no agendamento. Nesse caso, os níveis de instrução formal, por exemplo, não determinariam um efeito menor nos públicos submetidos ao *agenda-setting* dos veículos de comunicação. O autor destaca que as inclinações políticas de cada um, configurariam uma pré-disposição ativada pela memória, no momento da recepção do conteúdo noticioso enquadrado. A aplicação do efeito *priming* se concentraria, segundo Trancoso, na avaliação das percepções acerca de políticos.

De maneira geral, é possível afirmar que os estudos e pesquisas que abordam o *priming* e suas consequências buscam aferir se a avaliação de um governante por parte da população é influenciada pelos meios de comunicação e sua escolha pelos temas mais importantes do debate público. Assim, se o desemprego, por exemplo, for frequentemente tratado pelos media como o principal problema nacional, é mais provável que o público avalie o desempenho geral de um presidente com base no julgamento da performance deste governante diante do problema da geração de empregos. (Trancoso, 2021, p.53)

São estas possibilidades de abordagem noticiosa conduzidas pelos veículos de comunicação e reorganizadas no contato com os públicos que vão formando as percepções sobre a linguagem de cada um dos telejornais pesquisados neste estudo, bem como as inclinações editoriais e as características dos telejornais. Mas as maneiras de enquadrar aos poucos foram recebendo interferências que extrapolam as grandes audiências e a forte influência da televisão. O espetáculo, enquanto estratégia narrativa, também ganha outros contornos que precisam ser pontuados na medida em que novas ambiências da notícia criam capilaridades entre os públicos. O telejornalismo passa a disputar espaço também com as mídias sociais digitais e, forçosamente, reconfigura-se. Assim como se acredita nessa pesquisa, reconfigura-se também a autopercepção do ofício do telejornalismo ao noticiar os fatos políticos. É sobre a caminhada por este percurso que se dedica a próxima sessão.

## 2.6 O HISTÓRICO DA HEGEMONIA TELEVISIVA AMEAÇADO – PONDERAÇÕES SOBRE O NOVO AMBIENTE DO ESPETÁCULO E CRISE NO JORNALISMO

Na sociedade midiaticizada, antes da experimentação potencializada do fenômeno das redes sociais digitais, o direcionamento dos poderes hegemônicos esteve imbricado, em grande medida, na construção narrativa das mídias televisivas em associação com as esferas instituídas do poder. Elementos históricos concorreram de maneira expressiva para a realidade das disputas por poder como sinalizou Flávio Porcello (2008).

Nascidas a sombra do poder, as emissoras de TV no Brasil foram criadas, cresceram e mantêm-se até hoje vendendo de verbas e concessões oficiais mas contam, também, com a necessidade dos governos de usar a mídia como espaço político os governos civis e militares, que dominaram a política brasileira durante as últimas 4 décadas eram, nas emissoras de TV, fortes aliadas para divulgação dos assuntos de seus interesses influências políticas. (Porcello, 2008, p.48)

Sob esta perspectiva, as relações de poder econômico, político e de disputa simbólica no contexto midiático fizeram (e ainda fazem) parte expressivamente da cobertura noticiosa feita pelo telejornalismo do Brasil. Obviamente, interesses de todas as naturezas foram colocados na ciranda e as relações de força operavam construindo vetores de dominação. Vetores que apontaram tanto para o direcionamento hegemônico como trabalharam, em menor medida, para o seu enfrentamento.

Albino Rubim (2004) considera essas manifestações como sendo parte de um **espetáculo** uma vez que estes fazem parte da organização social. Para o autor, espetáculo se conceitua enquanto momento e, também, movimento da sociedade que assume características de similaridade com encenações, rituais, representações sociais. O espetáculo está incrustado em todas as sociedades humanas e nas práticas sociais. É um dispositivo eficaz para dar visibilidade à prática política e ajudar na materialização dos contornos estéticos, apelos emocionais e formatação das narrativas de que a esfera política precisa. Ele imprime a grandiosidade exacerbando tais apelos, rompe com a vida ordinária, comum.

Apoiado por pensadores e pesquisadores como Debord (1997), Schwartzberg (1978) e Calletti (2000), Rubim busca demonstrar as contradições do processo e contextualizar o espetáculo como sendo indissociável das representações e da construção do real, até então, empreendidas pela televisão e pelo telejornalismo.

O convencimento, a sensibilização, a argumentação, a pressão reivindicativa não-violenta e não-corrupta, enfim, a busca de hegemonia, para utilizar o termo síntese de Antônio Gramsci, com a emergência da política, tornam-se os expedientes legítimos de como proceder manutenção do poder político. Nessa nova situação, o espetáculo, antes afirmação suntuosa do poder ganha

uma nova dimensão: ele passa a ser produzido também como modo de sensibilização visando a disputa do poder, e como construtor de legitimidade política. As articulações entre o espetáculo e o poder político ou a política mostram assim distinções relevantes. (RUBIM, 2004, p.189)

Entretanto, cabe destacar que a midiaticização da política não significa, necessariamente, a sua espetacularização como adverte Rubim (2004). Há atos e manifestações políticas que, diante do conhecimento dos seus organizadores e dos critérios de noticiabilidade, acabam acionando o noticiário sem que se faça um espetáculo. Alguns dos fatos corriqueiros da rotina da vida política têm relevância e interesse público, portanto, são noticiados sem muitos elementos de espetacularização.

A política, em verdade, comparece à mídia em modalidades diferenciadas de exposição. Em geral, o noticiário jornalístico voltado para o dia-a-dia da política – atividades relativamente cotidianas dos poderes executivo e legislativo, sejam nacionais, internacionais, estaduais ou locais – bem como os programas de entrevistas, tendem a não espetacularizar a política isto porque o caráter ordinário dos eventos, quanto ao formato, em princípio argumentativo e sem grandes recursos esteticoculturais do gênero, dificultam, mas não impedem a implementação dos dispositivos de espetacularização. Já as coberturas sobre acontecimentos políticos que rompem com o cotidiano – tais como manifestações e atos públicos ou ainda escândalos – e as campanhas de propaganda, muitas vezes, tendem a recorrer a expedientes de espetacularização. (Rubim, 2004, p.210)

O que vai estabelecer a criação de um espetáculo a partir de fatos políticos - e aqui cabe salientar que a nova ambiência eleitoral pode e, também, faz o uso da espetacularização - são os interesses em disputa e a eloquência do fato em si. Para além da cobertura regular das atividades dos poderes, o espetáculo político pode se valer da grandiosidade e da imprevisibilidade de alguns fatos impondo até mesmo a mudança dos padrões midiáticos de cobertura, assegurando a emoção, o despertar dos sentidos (no seu aspecto sensorial de visão, audição etc.), a atribuição de valores e a condução de pensamentos. Em função dessa perspectiva, Rubim trata da **espetacularização da mídia** como parte da esfera cultural que não se restringe a veiculação pura e simples de algo pela mídia.

A mídia, ou com mais precisão, a rede de mídias institui, a rigor, uma nova dimensão pública, própria da sociabilidade contemporânea. Esta dimensão está constituída por espaços eletrônicos, sem territórios e potencialmente desmaterializados, que se transformam em suporte de televivências, vivências à distância e não presenciais, planetárias e em tempo real. A conjugação entre espaços eletrônicos e em rede e televivências possibilitadas viabiliza os fluxos globalizantes e institui a telerrealidade. (...) A nova dimensão pública é constituída pelas redes de espaços eletrônicos que dão suporte e viabilizam televivências, vivências à distância, em espaço planetário e tempo real, cada

vez mais mediadas. Na contemporaneidade, essa televivência ao se conjugar, para o mal e para o bem, ao mundo compartilhado, portanto público, conformado pela convivência e pelos espaços geográficos, sem dúvida, vem colocar imensos problemas novos e complexos para a existência e a experiência em sociedade e para a luta humana por outros mundos possíveis. (Rubim, 2004, p. 203-204)

Rubim explica que a espetacularização pode ser forjada para além das esferas midiáticas tradicionais e se associa também a nomeação do “processamento, enquadramento e reconfiguração de um evento” (Rubim, 2004, p.203) em outras esferas de espaços públicos possíveis por uma rede midiática. Caberia, portanto, a partir deste ponto, dar relevo à perda de parte da centralidade da televisão, da sua participação hegemônica e oligopolizada, da construção que o telejornalismo faz do espetáculo. A afirmação da ameaça da midiaticização ao telejornalismo encontraria a sua justificativa nesse contexto.

Entretanto as referências do modo de fazer do telejornalismo estão impregnadas nos imaginários de quem cresceu assistindo TV, principalmente no Brasil. O que se entende, para efeito desta tese, é a existência de uma rede de mídias formadora de novos espaços de socialização e vivência em que são forjadas espetacularizações que, criadas pela mídia tradicional ou não, alimentam a disputa simbólica do campo político.

Uma relação em que indivíduos, atores políticos e usuários das redes sociais digitais podem produzir suas narrativas impregnadas de valores simbólicos, mas essas narrativas não abandonam, na maior parte das vezes, as referências no telejornalismo. Ainda que sem a legitimidade institucional do jornalismo e de seus processos, em uma sociedade midiaticizada, as narrativas extramídia são ancoradas, fortemente, nos modos de narrar e fazer crer do audiovisual telejornalístico. Podem, inclusive, lançar mão de bricolagens com fragmentos audiovisuais vindos do telejornal e que, por sua vez, podem estabelecer contraposições ao exercício do telejornalismo sem, efetiva e necessariamente, negá-lo como asseveram Iluska Coutinho, Luiz Felipe Falcão e Simone Martins (2019) ao lançar olhar para os fragmentos televisivos do quadro “Isso a Globo não Mostra” (re)apropriados pela emissora na revista eletrônica semanal Fantástico. Embora produzido por uma emissora tradicional de mídia, a estética do quadro é bastante próxima do que se apresenta no ambiente das redes sociais digitais.

A interposição de diferentes gêneros, tempos e telas parece assim simular o processo de abertura de novas janelas e abas no fluxo televisual. E como o Brasil e o (tele)jornalismo tem necessitado de abertura na contemporaneidade... Como um produto audiovisual, em uma narrativa que se organiza simultaneamente no espaço e no tempo, a ordem de exibição e a edição do quadro produzem sentido a partir da justaposição de cenas de diferentes gêneros mas que tem como característica comum o pertencimento

a um dado imaginário social compartilhado. A estratégia narrativa de “Isso a Globo não mostra” não confunde as fronteiras entre ficção e realidade; as distinções de gênero são mantidas e (re)conhecidas por programa e audiência, mas colocadas em suspensão para, em uma colcha de retalhos, suscitar reflexões sobre temas e assuntos em destaque na atualidade, matéria prima do jornalismo, em especial opinativo. (...) A opinião da emissora aos temas do tempo presente, de maior ou menor relevância informativa, é realizada em “Isso a Globo não mostra” ao articular distintos fragmentos do palimpsesto televisivo, e tecer socialmente uma crítica por meio do uso de uma narrativa que, apenas, simula uma transgressão, inclusive de gêneros. (Coutinho, Falcão e Martins, 2019, p.13)

Assim é possível mencionar uma midiaticização da política sem, contudo, associá-la necessariamente à espetacularização. São fenômenos distintos, mas que podem interagir. Lembrando, inclusive, que algumas das atividades políticas não acontecem de forma pública. Nem sempre há interesses políticos na divulgação de suas atividades.

Wilson Gomes (2014), na Obra “*Transformações da política na era da comunicação de massa*” caminha em direção ao mesmo entendimento. Para o autor, comunicação e cultura de massa são ambientes em que a política se manifesta e não apenas meios para isso, tendo a comunicação contribuído para moldar a política e a política passado a interferir nas relações protagonizadas pela mídia. Relação que se consolida “em estreita vinculação com o horizonte do repertório da comunicação de massa, dos meios técnicos que o circulam, dos meios institucionais que o produzem” (Gomes, 2014, p.423) mas que não representam a política em sua integralidade.

A política midiática é simplesmente um dos sistemas de práticas da política contemporânea, isto é, um conjunto sistemático de habilitações, de atores e de representações pelos quais se realiza a atividade política contemporânea. Esse sistema de prática política novo altera naturalmente, de uma forma que só pode ser precisada empiricamente, a têmpera do sistema geral de práticas políticas, mas está longe de representar uma reconfiguração global, pois um sistema de prática não se destina a eliminar todos os sistemas anteriores que não lhe são concorrentes, como a política dos partidos, por exemplo. (Gomes, 2014, p.424)

Da mesma forma que se trata de um conjunto sistemáticos de habilitações para a realização das atividades políticas é possível observar as competências e habilidades de profissionais da comunicação nesse espaço simbólico, uma vez que se reconhece a mídia (incluindo o telejornalismo) como um dos atores. A participação de profissionais em um sistema de práticas sociais e políticas é inquestionável assim como é, também, inquestionável o desafio imposto à categoria em lidar com os tensionamentos trazidos pela midiaticização e pela desintermediação.

Os profissionais do telejornalismo estão atravessando uma crise. Mas é importante destacar que ela não é meramente política.

No jornalismo, como em outros universos, a crise é complexa multifacetada e dinâmica. Nas últimas décadas, ela tem se materializado na queda das tiragens dos jornais, extinção de revistas, diminuição das audiências na televisão, demissão de profissionais e o consequente enxugamento das redações. Observamos também o desaparecimento de veículos e a falência de empresas, o abandono de algumas práticas e o desvio de funções antes consideradas constitutivas ao gesto de informar. Mas a crise do jornalismo não se restringe à míngua de dinheiro. Quando tratamos de crise no setor, precisamos considerar também impactos negativos na confiança depositada nos meios, na relevância do jornalismo como modo de se informar, em como se dão suas decisões, e como se estruturam seus valores mais básicos. Quer dizer, a crise é financeira, mas também é política e existencial, de ética e credibilidade, de governança e gestão. A deteriora a deterioração das métricas contáveis preocupa, mas há mais motivos para perder o sono: a redução do interesse no noticiário a migração das audiências o aumento da desconfiança na mídia o crescente distanciamento do público e a busca por alternativas no consumo de informação e entretenimento, entre outros. (Christofoletti, 2019, p.17)

Desse modo, caracterizar um período como sendo de crise é bastante complexo porque crise pressupõe a fuga dos eixos da normalidade, dos parâmetros estabelecidos. Para definir situações de crise, é necessário apontar recortes de espaços, de tempo e de contexto bastante precisos para que comparações possam ser feitas. Quando esta avaliação é dedicada a um objeto dinâmico como o telejornalismo, a tarefa demanda uma atenção ainda maior. O risco é o de apontar percepções equivocadas para uma realidade de mudanças constantes impulsionadas, quase sempre, por transformações na sociedade.

Então, de que crise está se falando no presente trabalho? Na definição dos dicionários de Língua Portuguesa, a crise é um substantivo feminino que designa desde episódios médicos e de saúde, passando por espaços temporais de desgaste, tensões até conflitos e disputas. A palavra carrega ainda a possibilidade de uma turbulência econômica, caracterizada por desequilíbrio entre bens de produção e de consumo, com aumento dos preços e de desemprego, como define o dicionário on-line, Dicio<sup>3</sup>. Não menos importante é entender crise como sendo um período de decisão sobre seguir adiante ou mudar os rumos de algumas ações. O dicionário Michaelis é preciso ao tratar da crise<sup>4</sup> como sendo também um estado de dúvida, de ausência, de escassez, de transição, conflito de extrema intensidade e ainda

---

<sup>3</sup> CRISE. In: DICIO: Dicionário Online de Português. 7GRAUS, © 2009 - 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/crise/>. Acesso em: 14/06/23

<sup>4</sup> CRISE. In: MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Melhoramentos, © 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/crise/> acesso em: 14/06/23

“processo de ruptura conjuntural ou estrutural no funcionamento e na organização de uma sociedade, com a concomitante perturbação das normas e dos padrões que regem essa sociedade e a introdução de importantes mudanças nos setores cultural e religioso, podendo, inclusive, afetar o ordenamento socioeconômico, as relações sociais de produção, a estrutura da família etc., o que exige do sistema político o enfrentamento de novos questionamentos e novas necessidades”. (Michaelis, 2023)

É esta definição a adotada como base para buscar compreender a crise no telejornalismo contemporâneo. Uma crise que passa por transformações estruturais e tecnológicas, por alterações nas dinâmicas de produção e do trabalho de jornalistas, na maneira como públicos compreendem, reagem e interagem com o telejornalismo. Crise que passa por modificações econômicas no modelo de negócios e na monetização do produto telejornal e pelas variações de linguagem do audiovisual e em seu consumo. Crise que passa pela definição de um espaço temporal de observação. Passa, também, pelo entendimento dos valores notícia presentes e dos critérios de noticiabilidade adotados, pelas formas de produção e consumo do audiovisual, pela compreensão da circulação e, principalmente, pela percepção das relações sociais por ele e com ele estabelecidas dentro do mesmo espaço temporal. Será importante, adiante, contextualizar e pormenorizar a crise do telejornalismo em associação à rotina produtiva das redações e às disputas político-partidárias, econômicas e ideológicas.

## 2.7 A MEDIATIZAÇÃO E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO TELEJORNALISMO - TRANSFORMAÇÃO/ADAPTAÇÃO A PARTIR DAS RELAÇÕES COM O PÚBLICO

Quando os interesses de emissoras comerciais de televisão e os interesses políticos são acionados em um cenário de visibilidade, evidentemente, as manifestações de poder e a perpetuação do seu exercício se tornam inevitáveis nos telejornais. Relação que não é recente. O capital privado em associação com períodos ditatoriais no Brasil empreendeu, nos telejornais, a propagação e circulação de ideologias e narrativas ufanistas para controle sobre a vida política do Brasil. Segundo Pedro Telles Ribeiro (2020), estes atores sociais apostaram na carência de formação e conhecimento de boa parcela da população para expandir seu domínio sobre a sociedade e seguiram controlando de certo modo as desigualdades para não perderem o *status quo* que alcançaram.

A desigualdade social e os curtos períodos de democracia no Brasil são elementos fundamentais para o desenvolvimento dos meios de comunicação

de massa e do jornalismo no país. A desigualdade no Brasil é educacional, judicial, informacional, de oportunidades e de condições de sobrevivência. Todos esses elementos, acrescidos da censura que foi instituída por décadas e em diferentes períodos fez com que a atividade jornalística nos grandes meios de comunicação se tornasse uma ferramenta de manutenção destas injustiças. (Ribeiro, 2020, p.74)

Este é um contexto histórico já tratado nas sessões anteriores. O que interessa, a partir deste momento, é observar como as narrativas midiáticas sobre seu próprio papel em informar e como o compromisso de profissionais do jornalismo com os públicos se apresentam. Na esteira de relações de disputa por poder, coloca-se em xeque as adjetivações de que os veículos atribuem a si, como sendo imparciais, objetivos, isentos e, até mesmo despolitizados, apesar de se verificar um esforço em sustentar, ao menos discursivamente, a sua busca.

O autodiscurso dos próprios meios de comunicação também costuma apresentá-los como externos ao campo político. De maneira geral, o jornalismo – que não é a única, mas é a faceta mais visível da influência da mídia na vida política cotidiana – se coloca como mero reflexo do mundo, um canal neutro pelo qual passam os “fatos” para que o público possa tomar conhecimento deles. Ainda que hoje esteja disseminada a crítica aos ideais canônicos de imparcialidade, neutralidade e objetividade jornalísticas, eles continuam centrais na produção de legitimidade da mídia diante do público; na verdade, até mais centrais, diante da ameaça representada pela emergência de circuitos alternativos de disseminação da informação, baseados nas novas tecnologias. (Miguel, 2019, p.120)

Esta rotulagem já se provou utópica (Silva, 2005) e sem aderência à construção da realidade e das suas narrativas tanto na perspectiva organizacional quanto na individual. Muitos são os arcabouços teóricos do jornalismo que impõe métodos e critérios de apuração para levar o exercício profissional a um lugar de objetividade e relevância. Mas não se pode ser inocente a ponto de acreditar que na ontologia do processo de produção noticiosa não exista interferência das subjetividades profissionais. As trabalhadoras e os trabalhadores da notícia não estão deslocados do contexto que, muitas vezes, investigam. São cidadãos e cidadãs inseridos também nessa disputa por poder simbólico mesmo quando a mídia e o jornalismo tradicional tentam mascarar ou dar a esta participação o caráter da “experiência” de “apenas” compartilhar o ambiente do factual. Seja lá qual for a perspectiva, fato é que existe subjetividade do profissional ao narrar como aponta Bruno Leal (2019) em referência a Raymond Williams.

Uma descrição de 1857 registra que ‘havia orações e exortações, relatos de experiência, cantos [...], hinos sentimentais’. Eis aí uma noção de testemunho SUBJETIVO oferecido para ser compartilhado. O que é importante, para um

sentido posterior mais geral, é que tais experiências são oferecidas não apenas como verdades, mas como a espécie mais autêntica de verdade. (Williams, 2007, p. 174 *apud* Leal, 2019)

O uso da imagem do repórter *in loco* enquanto testemunha, por exemplo, confere a veracidade do fato por meio da presença física.

O jornalismo se baseia num pacto de credibilidade com seu leitor, a ser posto em xeque e reafirmado na elaboração e na recepção de cada uma de suas histórias. Muito dessa credibilidade vem exatamente da apresentação do repórter como testemunha dos fatos. Sua presença no local dos acontecimentos é um dos elementos-chave para a autenticidade e, conseqüentemente, credibilidade, do relato que produz. (Leal, 2003, p. 1-2)

Observações também apontadas por Alfredo Vizeu (2005) quando o pesquisador se debruçou sobre as edições do telejornal RJTV1 em seu livro “Decidindo o que é notícia os bastidores do telejornalismo”. Na obra, o autor descreve todo o processo de produção noticioso de uma redação de telejornal. As análises dão conta de como, à época, produtores, repórteres e editores trabalhavam na perspectiva de cobrir os fatos do cotidiano e, principalmente, no que de subjetivo (para além dos valores-notícias e da noticiabilidade) as práticas na redação imprimiam no produto final levado ao ar.

No texto, o tempo aparece como fator importante (tempo de produção, tempo de edição, tempo no ar, tempo negociado com o departamento comercial) que vai interferir em muitas das escolhas negociadas do que é ou não notícia. As rotinas, os valores-notícia da empresa, a estrutura para trabalho e o *habitus* – associado pelo autor ao faro jornalístico – submetidos ao relógio e à hora do fechamento da edição acabam por tirar um pouco o espaço para a reflexão sobre o que vai ser levado e contextualizado para os públicos do telejornal. Assim vai sendo estabelecida uma cultura editorial de produção automatizada das narrativas noticiosas. O que é bastante perigoso do ponto de vista do exercício e da disputa por poder simbólico.

Mas para além das forças imbricadas na disputa e que afetam o modo de fazer do telejornalismo, há ainda no espaço de produção do telejornal um histórico de adaptações que profissionais tiveram que fazer. Afinal, os públicos e sua opinião também configuram um vetor de força. Foram inseridas, assim, as lógicas da participação do público de uma maneira bastante relevante na rotina profissional.

Marcelli Alves da Silva (2018) registrou este percurso em sua tese de doutorado. A autora faz a ressalva de que a participação do público não é uma novidade na história do jornalismo, o que

mudou foi a forma de atuação: das cartas, para o telefone, dele para o *e-mail*. As fontes também foram aprimoradas. Mas o incremento das novas tecnologias representa alteração contundente no trabalho de telejornalistas em função do comportamento do público.

É certo que as novas tecnologias trouxeram facilidades para o dia a dia do jornalismo. Os celulares, em especial os smartphones, junto com a Internet levaram mais recursos para o repórter. No entanto, o fácil acesso a essas tecnologias levou ao cidadão o poder de, a qualquer momento, produzir conteúdo de áudio ou vídeo. Esses novos “novos atores” estão cada vez mais presentes no dia a dia do jornalismo, levando a estudos diversos sobre o papel da audiência no contexto contemporâneo da Comunicação Social. (Silva, 2018, p. 24)

O caminho da mudança profissional mais incisiva, a partir do comportamento de públicos com interface na tecnologia, deu-se inicialmente, segundo a pesquisadora, pela inserção de quem antes estava à margem da mídia, pessoas representadas pela expressão **ex-audiência**: um conceito cunhado por Dan Gilmmor (2004) para expressar a característica de vontade do público de decidir ou não sobre o que quer consumir. Depois disso, Marcelli aciona Jenkins (2009) para pontuar o poder da participação do público com a introdução da convergência de mídias. É do autor a afirmação de que “as velhas e novas mídias colidem, (...) a mídia corporativa e a mídia alternativa se cruzam, e o poder do produtor de mídia e o do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis” (Jenkins, 2009, p.38 *apud* Silva, 2018).

Tal imprevisibilidade já constava das análises de Pierre Levy (1998) quando o estudioso apontava para a conceituação da **desintermediação**. Ele relacionou não só a materialização das novas formas de relacionamento e participação entre públicos e profissionais, como também analisou o potencial de transformações subjetivas, políticas e culturais que da desintermediação seriam derivadas.

O espaço público de comunicação era controlado através de intermediários institucionais que preenchiam uma função de filtragem e de difusão entre os autores e os consumidores de informação: estações de televisão, de rádio, jornais, editoras, gravadoras, escolas, etc. Ora, o surgimento do ciberespaço cria uma situação de **desintermediação**, cujas implicações políticas e culturais ainda não terminamos de avaliar. Quase todo mundo pode publicar um texto sem passar por uma editora nem pela redação de um jornal. O mesmo vale para todos os tipos de mensagens possíveis e imagináveis (programas de informática, jogos, música, filmes, etc.). Passa-se assim de uma situação de seleção a priori das mensagens atingindo o público a uma nova situação na qual o cibernauta pode escolher num conjunto mundial muito mais amplo e variado, não triado pelos intermediários tradicionais. (Levy, 1998, p.45)

Outra perspectiva de alteração no trabalho de telejornalistas imposta pela relação dos públicos com a ascensão da internet é de Giovana Mesquita (2014). Ela constrói o conceito de **audiência potente** a partir da evolução das percepções experimentadas pelos expectadores dos processos de produção, do surgimento das tecnologias capazes de promover a desintermediação das relações entre mídia e público e que, com a mesma intensidade, conseguem aproximá-los. Aproximação que permite uma gama de novos olhares que concorrem para serem veiculados e alçarem visibilidade.

Vizeu e Leite (2018) utilizam o conceito de audiência potente no texto “Decidindo o que é notícia: 20 anos depois” para explicar o encurtamento dessas fronteiras proporcionadas pelo ciberespaço entre públicos e mídia.

Este conceito diz respeito a telespectadores, ouvintes e leitores os quais também são internautas e, assim, se relacionam de um modo específico com os jornalistas. São cidadãos e cidadãs que possuem relação ativa com meios de comunicação, sobretudo online. Eles se comunicam por meio da interatividade favorecida pelo ambiente virtual e respectivas redes sociais, tanto recebendo quanto enviando conteúdo aos jornalistas, de forma a interferir nos processos de produção e rotina destes profissionais. (Vizeu; Leite, 2018, p. 298)

Logo, é irrefutável a afirmativa de que a televisão e o trabalho na televisão foram reconfigurados. As imagens produzidas por pessoas não profissionais, por exemplo, foram sendo incorporadas. Jhonatan Mata (2017) ao estudar a os conteúdos audiovisuais gerados por cidadãos e absorvidos pelas produções televisivas tanto no Brasil quanto na Espanha, cunhou a expressão **amador no audiovisual**. Ele afirma que os espaços para a participação dos públicos, até 2017, eram relativamente pequenos. Entretanto, já havia a emergência da vontade das pessoas de saírem da condição de cidadão-comum pela produção de material audiovisual próprio. Mata (2017) marca um deslocamento interessante na relação entre o cidadão-testemunha (na figura de jornalistas) e cidadão-comum. “O papel exercido pelo cidadão comum de testemunha dos fatos nas emissoras de TV e nos sites de grandes empresas de mídia cede espaço para coberturas audiovisuais amadoras centradas no pós-acontecimento em releituras e troca de informações nas redes sociais” (Mata, 2017, p.183).

Em outra visada, Ana Paula Goulart de Andrade (2018) trata por **jornalismo apócrifo** o uso crescente das imagens geradas a partir de câmeras amadoras, de vigilância e propõe reflexões sobre sua incorporação cada vez mais recorrente pelo telejornalismo.

de poucos anos para cá, um novo elemento tem comparecido assiduamente nesse jogo discursivo: as imagens oriundas de câmeras de vigilância e as de

autoria anônima têm rivalizado com as imagens profissionalmente produzidas pelas emissoras de televisão na composição dos noticiários de todas as ordens, seja nas produções locais, nacionais ou internacionais, e em todos os turnos. (Andrade, 2018, p. 57)

Mais recentemente, com a crise sanitária imposta pela pandemia de Covid -19, a (re)invenção do telejornalismo foi tema para o décimo volume da coleção Jornalismo Audiovisual da rede Telejor<sup>5</sup>. Nas contribuições das pesquisadoras, pesquisadores e jornalistas sobre muitas das implicações e reconfigurações do exercício profissional (tanto subjetivas, quanto estruturais, narrativas e estéticas), suas funções e modos de fazer está a apontada por André Rohde (2020) que afirma:

A pandemia de COVID-19 exacerbou conflitos, trouxe novos ingredientes para a batalha política e mudou radicalmente o trabalho dos jornalistas de TV. Surgiram novos protocolos de segurança para as gravações. Repórteres passaram a usar máscaras e agora são os entrevistados que seguram o microfone. Tudo para evitar a transmissão do vírus. Foi necessário também reduzir o número de pessoas nas redações para manter o distanciamento. Muita gente passou a trabalhar em *home office*, o que exige adaptação e disciplina. o público já se acostumou às entrevistas feitas pela internet. **Sem sair de casa um repórter pode entrevistar uma fonte em qualquer lugar do país e do mundo.** O enquadramento, a qualidade do áudio, a iluminação e as imagens de apoio não são do mesmo padrão, mas é o que temos no momento. **Estar no local onde os fatos acontecem deixou de ser tão importante, pelo menos por enquanto.** Recursos como as entrevistas online e as imagens de celular cada vez mais usadas são facilidades que certamente vieram para ficar. (Rodhe, 2020. p.22)

Falcão e Assis (2021), ao refletirem sobre as ranhuras da relação entre jornalistas, Jair Bolsonaro e parte da sociedade durante a pandemia, demonstram que uma porção da **descredibilização** é fruto também dessa abertura à participação, da desmistificação e do desvelamento do fazer telejornalístico. A TV enquanto linguagem, carregada de códigos, símbolos e imaginários construídos fez-se conhecida, em parte, na maneira de ser produzida. A tecnologia ampliou o conhecimento, a participação e o uso dessa linguagem.

São os jornalistas as referências iniciais de produção noticiosa para o público. As pessoas cresceram acompanhando noticiários, lendo jornal e consumindo informação em diversos suportes. Esse consumo trouxe familiaridade com formas narrativas, gramática do telejornalismo e, de certo modo, o acesso aos meios de produção de informação trouxe, a reboque, a sensação de que o domínio das ferramentas e a experimentação prática fariam do cidadão não jornalista também detentor do domínio da produção da notícia. É inegável,

---

<sup>5</sup> Rede de Pesquisadores em Telejornalismo que se dedicam a compreender e propor alternativas para o fazer telejornalismo em/para diferentes telas, criada há 18 anos.

portanto, a afirmação de que a internet e a possibilidade, cada dia maior, de produção e distribuição de informações trazem novos elementos na disputa por reconhecimento e fazem desse universo digital hiperconectado. (Falcão; Assis, 2021, p.103)

Simone Martins *et al.* (2020) colocam em evidência outra perspectiva dessas transformações com foco no trabalho de telejornalistas. É a oportunidade, diante do cenário pandêmico, de “reafirmar o lugar de referência e a função pedagógica do telejornalismo” (Martins, *et al.*, 2020, p.43) desgastados pelo fim da exigência do diploma de nível superior<sup>6</sup>, em 2009, e pela busca em deslegitimá-los.

Entre as estratégias que já buscam a reversão desse desmerecimento profissional que assombra profissionais da notícia audiovisual, uma delas passa pela aproximação das imagens de telejornalistas enquanto profissionais e pessoas. Trata-se de uma tentativa de dar visibilidade ao exercício profissional no espaço usualmente dedicado à vida privada, de acordo com trabalho de Iluska Coutinho, Gustavo Teixeira, Luiz Felipe Falcão e Ana Paula Goulart de Andrade (2023).

A relação entre telejornalistas e públicos/usuários é o foco do texto “Eu, tu, nós repórteres - Quando profissionais também são pauta: credibilidade jornalística e pacto de confiança entre telas nas rotinas produtivas”. No trabalho, os autores apresentam o transitar de jornalistas entre a hora em que exercem o seu papel profissional na construção das telenotícias e os momentos narrativos pessoais em que os mesmos jornalistas estão construindo suas reportagens. São momentos pessoais, porém da rotina profissional, registrados e exibidos por meio das telas (TV e smartphones). Na perspectiva dos pesquisadores, o intercâmbio das narrativas, ao mesmo tempo que humaniza profissionais, tem potencial de atrair públicos para os telejornais e conferir credibilidade ao trabalho.

As percepções do mundo são dinâmicas, assim como é a relação de jornalistas com públicos e tecnologia. É forçoso reconhecer, a partir da observação mais ampla e o reconhecimento da integralidade de pessoas que trabalham com a notícia, que elas são falíveis, passíveis de sentimentos bons e ruins e que se permitem experimentar tecnologias (uma vez que também estão inseridos na sociedade) para potencializar os usos e consumos daquilo que produzem. E os públicos, de igual maneira, tensionam as fronteiras do fazer profissional posto, contribuindo para transformações que acompanham as mudanças sociais. (Coutinho et al. 2023, p.14)

---

<sup>6</sup> A PEC do Diploma e as lições da decisão do STF. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo/a-pec-do-diploma-e-as-licoes-da-decisao-do-stf/> Acesso em: 02/11/23

Por fim e não menos importante, é preciso pontuar brevemente um outro conceito que, também, tem imbricações com os desafios com os quais telejornalistas têm que lidar: é a **plataformização** que, em linhas gerais, nasce da ideia de “facilitadora das atividades de seus usuários” (Mintz, 2019, p. 103) na internet, mas avança para uma compreensão das relações que se estabelecem entre usuários, tecnologia e modelo de negócio.

As plataformas, de modo distinto, têm seu foco no conteúdo e nas interações entre usuários e seu modelo de negócio baseia-se, com frequência, na veiculação de publicidade e na coleta de dados dos usuários. O acesso individualizado, mais do que restringir a circulação de conteúdos, serve à finalidade de proteger a identidade do usuário e, principalmente, para individualizar perfis de consumo para publicidade direcionada. (Mintz, 2019, p. 103)

André Goes Mintz (2019) avança com as discussões relacionando a plataformização e midiaticização. Para o pesquisador, as relações e interações dos públicos com as grandes empresas (Facebook, Google, Amazon, Apple e Microsoft), seus interesses e exercício de poder simbólico exercido categorizam novamente uma oligopolização, só que dessa vez no espaço virtual. Assim, elas entrelaçam as relações de poder econômico, político e cultural configurando “a transposição generalizada de uma mesma lógica que passa a permear instâncias tão distintas da vida social seria, então, um ponto de intersecção entre as teses da plataformização e a da midiaticização” (Mintz, 2019, p. 107).

Sem estender a discussão sobre a plataformização, mas considerando sua existência em interação com todas as outras perspectivas de mudança aqui abordadas, é necessário trazer uma preocupação de Alfredo Vizeu. O autor chama atenção de telejornalistas para a necessária observação das transformações que vêm ocorrendo e para a necessidade de repensar as próprias práticas a partir delas. É que vistas e experimentadas cotidianamente, segundo Vizeu (2005), as mudanças vão sendo naturalizadas por profissionais da telenotícia e os discursos responsáveis por alimentar as forças de poder seguem sendo reproduzidos e alimentados. Um dos caminhos para reconhecer tal influência e tentar remediar seus efeitos está na compreensão ampla dos processos de construção noticiosa, inclusive uma compreensão por parte também do público.

O mundo institucional é experimentado como uma realidade objetiva. Ele apresenta uma história que antecede o nascimento do indivíduo e não é acessível a sua lembrança biográfica. Ele já existia antes das pessoas terem nascido e continuará a existir depois. Essa própria história como tradição das instituições existentes tem caráter de objetividade. As instituições como faticidades históricas e objetivas defrontam-se com o indivíduo na qualidade

de fatos inegáveis. Elas fazem parte da sua realidade quer ele queira ou não. Nesse sentido, as instituições jornalísticas que ocupam um lugar central no desenvolvimento do capitalismo brasileiro devem estar em constante vigilância pela sociedade, uma vez que cumprem uma função relevante na construção. Logo, revelar os modos de elaboração da sua matéria é contribuir não só para a reflexão da atividade jornalística, mas para o próprio aperfeiçoamento democrático dessa sociedade.” (VIZEU, 2005, p.129)

Na relação entre mídia, poder e política, a participação do elemento telejornalista como um dos atores que movimentam o processo é inegável. O que fica cada vez mais claro nas realidades de midiaticização e plataformização que se impõem é a necessidade acelerada de adaptação das rotinas de produção da notícia e, conseqüente, reflexão sobre os impactos de cada uma dessas mudanças.

É importante, sobretudo, que os públicos tenham a clareza de quais os mecanismos acionam interpretações dos cenários de representação propostos e construídos pelas emissoras. Esta observação encontra aproximação com o que Fausto Neto (2008) trata por **auto-referencialidade** do processo produtivo e **auto-reflexividade posta em ato**.

Estratégias através das quais o dispositivo da «analítica» se põe em contato com os leitores desdobram-se num outro tipo de operações, e que consistem na produção de discursos auto-referenciais sobre o processo produtivo. Não se trata mais de falar para o leitor, apontá-lo a realidade construída, ou dizer que sabe ou que «soube antes», mas relatar como faz para dizer que «sabe antes...». Na apresentação desta «realidade da construção» edifica-se um novo contrato de leitura através do qual as mídias acabam sendo seu próprio objeto. Ou seja, segundo um novo modelo de enunciação posto em prática, trata-se produzir uma enunciação na qual fale de si mesma, através do que privilegia não representações de um mundo externo, mas suas próprias operações, nas quais se explicitam os fundamentos dos seus próprios processos interpretativos. A isso, poderíamos definir como discurso auto-referencial e que se caracterizaria pela chamada de atenção da sua própria existência, dos seus processos de enunciação, dos seus modos de conhecer. (...) Auto-reflexividade posta em ato – As operações discursivas, em que se assentam essas estratégias do ato analítico, trazem reflexões contíguas sobre o fazer jornalístico, uma espécie de operação auto-reflexiva na qual se teoriza sobre o ato jornalístico e seus processos de produção. São enunciações que refletem os desafios e os efeitos de um «modo de dizer», chamando atenção para as concepções do dispositivo sobre o seu trabalho, e seu processo produtivo. (Fausto Neto, 2008, p.98-99)

Caso os públicos e audiências não estejam conscientes dos cenários de representação incluindo o da própria televisão, há o risco de eles não alcançarem a dimensão das disputas simbólicas que estão atravessando seu cotidiano e apresentando narrativas e discursos que perpetuam os laços hegemônicos que os mantêm ligados ao ciclo de dominação social.

Tal discernimento é fundamental quando a audiência dos públicos é mensurada como fator de credibilidade de veículos ou instrumento de visibilidade política a ser economicamente negociada. A internet e a mordida que os negócios virtuais deram no faturamento antes destinado a mídia tradicional e empresas de televisão é fator que precisa ser levado, necessariamente, em conta. Mas como então profissionais devem se posicionar? Um outro desafio profissional se impõe: equilibra-se nas linhas tênues de interesses profissionais, econômicos, políticos, éticos e sociais.

Para o jornalismo profissional, portanto, resta uma situação de profunda ambiguidade. O ambiente que garantia seu quase monopólio do provimento de informações foi erodido, logo suas condições de financiamento também. Essa crise de financiamento empurra as empresas para a venda de influência política. Mas a concorrência de novos agentes as obriga a reforçar o apelo ao profissionalismo específico que o distinguiria. A “credibilidade” pode ou não ser moeda corrente eles me público, mas é o estandarde que opera no próprio campo para marcar seu diferencial e o argumento central que ele dispõe. (Miguel, 2019, p.142)

É preciso, portanto, ampliar a discussão para a tendência de contranarrativas que diminuem de maneira pejorativa o trabalho de jornalistas e desmerecem os telejornais. Uma vez criadas as possibilidades tecnológicas de comunicação midiaticizada, e, ainda nesse percurso, a evolução para dispositivos móveis em que a divulgação de conteúdos sem intermédio de veículos tradicionais é possível, o campo para o desenvolvimento de estratégias de desrespeito e de desdém aos veículos de comunicação se abre. As estratégias de visibilidade e exercício de poder, a reboque de desinformação e violência, por exemplo, se manifestam naquilo que o presidente Jair Bolsonaro utiliza desde o período anterior à campanha eleitoral de 2018.

O campo da desinformação é bastante perigoso. O fenômeno da boataria digital, das mentiras e das notícias fora de contexto ganha contornos cada vez mais agudos. Elas contribuem para confundir a população, provocar graus distintos de alienação. Luis Felipe Miguel (2019) afirma que desinformação leva pessoas a seguir, inclusive, discursos que flertam com modelos de governo autoritários e ainda dão força à polarização e, até mesmo, à cisão da sociedade em torno de questões político-partidárias. Um risco iminente à democracia como ele coloca.

Um dos elementos que compõem o cenário da crise da democracia como causa, como consequência ou como efeito colateral – é a mudança no ambiente informacional, com a presença cada vez mais importante de notícias falsas, disseminadas por sistemas alternativos de comunicação, que fortalecem o sentimento de pertencimento a grupos políticos rivais e solapam a possibilidade de um diálogo abrangente. Na democracia liberal, imaginava-se, o jornalismo cumpria duas atribuições indispensáveis. Por um lado,

fiscalizava o governo, gerando transparência para suas ações e possibilitando o bom exercício da accountability eleitoral. Por outro, estabelecia um terreno comum de problemas e de informações factuais que permitia o debate público entre as diversas correntes políticas e grupos de interesse. A ascensão das chamadas fake news minou ambas as funções e comprometeu o desempenho da democracia liberal tanto em sua dimensão autorizativa quanto em sua dimensão deliberativa. (Miguel, 2019, p.47)

O pesquisador ainda é enfático ao dizer que, no Brasil, o jornalismo tenta reforçar os valores de imparcialidade profissionalismo e objetividade como arma de enfrentamento às fake News. É por meio desse reforço que ele busca marcar a sua diferença das demais fontes de informação cercadas por teorias conspiratórias. Entretanto, o autor destaca que parte da desvalorização da mídia tradicional pela sociedade e pelo fenômeno da boataria digital e da desinformação é responsabilidade dela própria. Isso porque o terreno fértil para o descrédito se dá em parte na “reação às críticas suscitadas pelo elevado alinhamento partidário das grandes empresas de mídia” (Miguel, 2019, p.143).

Iluska Coutinho e Gustavo Teixeira (2022) ressaltam que o fenômeno não é novo, ele ganhou facilidades e potencialidades com o advento das tecnologias de comunicação e deu um salto exponencial de circulação pelas redes sociais, claro, mas principalmente por dispositivos eletrônicos e aplicativos gratuitos de mensagens como o Whatsapp. Ele, para além do texto permite envio audiovisual configurando potencial risco para a circulação, inclusive, de conteúdos de ódio, discriminação e desaguam em um ambiente de desinformação.

Diferentemente de redes sociais digitais como Instagram, Facebook e Twitter, todas baseadas em algoritmos de interação e engajamento, no WhatsApp ocorre uma maior personalização, de modo que os conteúdos que são recebidos pelos usuários sejam, em geral, de pessoas próximas, o que poderia gerar uma maior confiabilidade e credibilidade quanto à veracidade destas informações. (Coutinho; Teixeira, 2022, p.3)

Apesar de reconhecer o estrago causado tanto à sociedade, quanto à classe jornalística pelo super excesso de informações não verificadas e até mesmo falsas, Ana Paula Goulart de Andrade, Gustavo Teixeira, Iluska Coutinho e Luiz Felipe Falcão (2023) mapearam iniciativa de telejornalistas que, mesmo institivamente, procuram maneiras de remediar o problema e arrebanhar para si e seu trabalho a credibilidade restaurada usando as mídias sociais digitais para aproximar audiências.

Sem sombra de dúvidas a onda de superinformação, o tsunami da “boataria digital” (Martins et al., 2022) e o fenômeno tão discutido da produção de conteúdos sem critérios de veracidade e checagem trouxeram marcas

profundas na relação entre público, imprensa e o uso de redes sociais digitais. Os erros indicaram um reordenamento das rotinas de consumo e produção jornalística para a reafirmação de alguns laços de confiança e construção de outras relações entre os grupos de circulação de informações e produtores de notícias. As redes sociais digitais e a humanização de profissionais a partir do contato mais direto e dos microrrelatos sobre profissionais serviram de ponte para a tentativa de recuperar ou, minimamente, apaziguar as relações arranhadas entre jornalistas e audiências. (Coutinho, et al., 2023, p.18)

A ofensiva contra o trabalho do jornalismo empreendida por Bolsonaro e seus apoiadores é efeito colateral e, também, sintoma do reposicionamento das forças no exercício do poder. Ao observar o material audiovisual produzido pelos telejornais no período inicial do governo Bolsonaro busca-se, nesse trabalho, revelar as características e pontos de virada e disputa dessa narrativa por um poder simbólico cada vez maior. A partir dessa observação, a pesquisa procura identificar ainda quais foram as arestas que permitiram, em períodos posteriores do governo, a exacerbação da violência contra os jornalistas e, principalmente, como diante de todo este contexto as emissoras passaram a entender o exercício de informar na contemporaneidade. Para tanto é necessário detalhar o telejornalismo no Brasil, sua identidade e situar, assim como em todo mundo, a pretensa crise que atravessa.

### 3 TELEJORNALISMO NO BRASIL – IDENTIDADE, FASES, CONCEITO E AUTOPERCEPÇÃO

O ambiente socioeconômico e cultural que circunda cada um dos segmentos de telespectadores interfere na relação com a produção noticiosa de TV. Uma vez imersos e conectados com o espaço temporal e com a rotina dos públicos, os veículos de mídia vão fazendo as adaptações necessárias no seu modo de produzir notícias, procurando equalizar as diferenças para ampliar sua penetração no maior quantitativos de camadas e estratos sociais ao mesmo tempo em que as pessoas se adaptam e naturalizam aquilo que assistem.

É uma forma de mediação do homem e sua relação com o mundo, e se difere das demais narrativas ou conteúdos simbólicos (mediações) por privilegiar questões relativas ao cotidiano, um registro do dia-a-dia e um conjunto de conteúdos constitutivos da vida diária de um povo, de uma época e de um local, o conteúdo jornalístico é também uma "representação" do seu tempo. Consequentemente, não é possível separar e não se pode separá-lo das relações sociais, hábitos, costumes e ações humanas características do locus espaciotemporal no qual ele foi produzido. (Temer e Tuzzo, 2016, p.44)

Pode se depreender então que o telejornal é um produto que, ao ser consumido, também forma o telespectador. É uma relação análoga a já descrita por Marx ao analisar produção e consumo. Para o autor “a produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não objetiva, como subjetivamente. A produção cria, pois, os consumidores” (Marx, 2008, p. 248).

Dito isso, é preciso lançar olhar para as forças econômicas e esferas de poder que perceberam na televisão um potencial instrumento de reforço e manutenção da força exercida sobre a sociedade. O capital privado em associação com períodos ditatoriais no Brasil empreendeu, nos telejornais, a propagação e circulação de ideologias e narrativas ufanistas para controle sobre a vida política do país. Segundo Pedro Telles Ribeiro (2020), estes atores sociais apostaram na carência de formação e conhecimento de boa parcela da população para expandir seu domínio sobre a sociedade e seguiram controlando de certo modo as desigualdades para não perderem o *status quo* que alcançaram.

A desigualdade social e os curtos períodos de democracia no Brasil são elementos fundamentais para o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e do jornalismo no país. A desigualdade no Brasil é educacional, judicial, informacional, de oportunidades e de condições de sobrevivência. Todos esses elementos, acrescidos da censura que foi instituída por décadas e

em diferentes períodos fez com que a atividade jornalística nos grandes meios de comunicação se tornasse uma ferramenta de manutenção destas injustiças. (Ribeiro, 2020, p.74)

Os estudos de Beatriz Becker (2009) dão conta, por outro lado, de que os efeitos dessa relação também podem gerar formas de pertencimento, de reconhecimento no campo estabelecido pelos telejornais. “A TV e os noticiários se consolidaram no Brasil como um território simbólico, onde os diferentes grupos sociais experimentam sentimentos de cidadania e pertencimento às sociedades complexas.” (Becker, 2009, p.85)

Segundo Temer e Tuzzo (2015), ao desempenhar o seu papel de mediador na construção de identidades, o telejornalismo segue as premissas construídas pelo jornalismo de um compromisso incondicional firmado com a verdade, com a fidelidade histórica e capaz de organizar a vida social. Ele procura gerar confiança.

O telejornalismo reforça essa tendência como uma linguagem que simula o diálogo, e direta ou indiretamente, destaca a importância (o valor) do telespectador, lisonjeando-o constantemente. Além disso, o material do telejornalismo é permeado por “oportunidades” de identificação: pessoas comuns que opinam sobre política ou esporte, o repórter simpático, o apresentador/âncora paternal, a garota do tempo simpática e atraente, o especialista em assuntos diversos que determinam e explicam o que o telespectador deve saber, e todo um conjunto figuras simbólicas que contribuem para que o receptor navegue “à deriva em um mar tempestuoso de significações” (Stam, 1985: 78). Soma-se a isso, o fato do telejornalismo também proporcionar aos telespectadores um sentimento de voyeur, permitindo-lhes ver o mundo – e aí está incluso a intimidade de algumas pessoas, entrevistados, personagens ou personalidades – sem sair do próprio sofá. Essa percepção é resiliente, pois o receptor tende a fazer uma comparação de estilo de vida, hábitos e valores, afetando a sua percepção da realidade e até mesmo da “normalidade”, o jeito de viver comum às pessoas comuns e os acontecimentos extraordinários que afetam essa “normalidade”. (Temer e Tuzzo, 2015, p.45)

Estas discussões sobre a identificação ou não dos públicos com as narrativas de telejornais, sobre sentimentos de pertencimento, sobre a manutenção da ordem dominante da televisão se valendo da falta de conhecimento de parte do público podem ser norteadas à luz dos estudos culturais. Eles se debruçam na busca por compreender os conceitos de identidade apresentados a seguir. Para, na sequência, traçar algumas perspectivas de pesquisa de telejornalismo no que diz respeito a elencar fases históricas, os seus conceitos, enquadramentos e a autopercepção.

### 3.1 IDENTIDADE À LUZ DOS ESTUDOS CULTURAIS, COMUNICAÇÃO SOCIAL E TELEJORNALISMO

São inúmeros os debates suscitados sobre o conceito de identidade no campo da comunicação social. Um dos mais relevantes para o presente trabalho é aquele que procura dimensionar o quanto da identidade assumida por atores sociais tem relação com as representações da realidade ancoradas nas percepções de mundo trazidas pela cobertura midiática. Na mesma medida, é possível buscar avaliar a interferência dos dispositivos midiáticos e seu exercício de poder simbólico na percepção das pessoas enquanto sujeitos e delas com a coletividade em que se inserem.

Stuart Hall (2006) ao trabalhar a ideia de um indivíduo deslocado das percepções de si com a fragmentação de identidades culturais a partir do século XX, aponta para a possibilidade de uma transformação identitária do período da modernidade por completo. Um espaço descentralizado em que os referenciais de sociedade, de instituições, de tradições e de cultura não têm a estabilidade de outrora e passam a interferir nas relações entre sujeitos e sujeitos integrados. Nas palavras do autor, ele é simpático à afirmação de que “as identidades modernas estão sendo ‘descentradas’, isto é, deslocadas ou fragmentadas” (Hall, 2006, p.8). A partir deste momento, Hall traça o perfil de três caminhos de compreensão da identidade: **sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.**

O primeiro deles se configura por um indivíduo com uma identidade nuclear em si e a partir de si, imutável e autossuficiente. A identidade é estabelecida no nascimento e assim permanece. Já o segundo traz a consciência de uma identidade forjada a partir da relação com pessoas portadoras de relevância em seu convívio, “que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos que ele/ela habitava” (Hall, 2006, p.11). Portanto, um sujeito de um universo não autônomo e dependente das relações para construir sua única identidade. O último dos sujeitos traz para o centro do entendimento de identidade a fluidez e a mudança contínua a partir dos atravessamentos vividos pelos indivíduos. Ou seja, é possível falar de identidades plurais assumidas ao longo da existência. Para Hall, a identidade da modernidade tardia é

definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (Hall, 2006, p.13)

É esta última perspectiva que tangencia a discussão do presente capítulo. O esforço está em compreender tanto o exercício do poder, quanto a busca pela força simbólica que o sustenta nas relações sociais e, assim, transporta a discussão para as ferramentas e processos de interação e linguagem. O telejornalismo, uma vez que é parte deste ambiente, está inegavelmente imbricado na construção das identidades como afirmam Paulo Roberto Leal e Bianca Alvin (2010).

Se, numa leitura baseada nos Estudos Culturais, a identidade é um fenômeno simbólico que emerge como construção social da realidade e é efetivada na vida cotidiana, os discursos que circulam pela televisão são matéria-prima fundamental para os sentidos que os telespectadores atribuem ao mundo e a si mesmos. (Leal; Alvin, 2010, p.3)

Erving Goffman (1999) caminha na mesma direção. O autor sustenta que indivíduos encaram papéis de **representação social** simultaneamente: atores são expectadores de outros atores. Nos momentos de troca e **interação**, as **representações** formuladas por cada ator social são promovidas e, desse modo, vão constituindo as identidades (obviamente, inserem-se aqui as impressões de identidades que cada ator social quer passar). A comunicação é, portanto, travestida de intencionalidades que se efetivam pela transmissão de símbolos de um universo de domínio linguístico dos envolvidos.

Quando um indivíduo chega diante de outros, suas ações influenciarão a definição da situação que se vai apresentar. Às vezes, agirá de maneira completamente calculada, expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhe interessa obter. (Goffman, 1999, p.15)

Em analogia a um ambiente dramaturgico (Coutinho, 2012), a identidade é o construto das representações de cada indivíduo por ele também interpretadas.

A identidade e os papéis desempenhados pelas pessoas, para Manuel Castells (2018), são distintos. O autor faz questão de frisar a diferença. Para ele a identidade é o reconhecimento da experiência da sociedade construída enquanto fonte e processo de significação. Castells se aprofunda em refletir sobre como as informações e atributos culturais são processados por cada indivíduo e, também, pela coletividade. O resultado pode gerar a adoção de múltiplas identidades.

Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e

contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social. Isso porque é necessário estabelecer a distinção entre a identidade e o que intencionalmente os sociólogos têm chamado de papéis, e conjuntos de papéis. Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre indivíduos e essas instituições e organizações. Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização. (Castells, 2018, p.54)

Uma ponderação importante feita pelo autor é a de que muito embora as informações, os dados históricos, as narrativas religiosas e tantos outros elementos alimentem o conhecimento das pessoas e dos grupos sociais dos quais elas fazem parte, todo este aporte é reinterpretado. Os significados vão sendo reorganizados com base no contexto em que se realizam e na estrutura social em que se apoiam.

Assim como Goffman, Castells acentua que a construção social da identidade é concretizada no ambiente de disputas por poder. “Em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para que essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem” (Castells, 2018, p.55). O autor propõe três tipos de identidades que se distinguem pela forma e pela origem: 1) **identidade legitimadora** - introduzida como forma de expandir e racionalizar a dominação de atores sociais que se estabelece a partir das instituições dominantes da sociedade; 2) **identidade de resistência** – instância na qual estão os estratos menos favorecidos nos processos de dominação, subjugados e em condições desfavoráveis se colocam em contraposição a partir de novos valores distintos; 3) **identidade de projeto** – é um tipo de identidade que redefine a posição dos atores sociais por ela responsáveis e, a partir desse entendimento procuram romper ou modificar a estrutura social posta. Paulo Roberto Leal e Luiz Ademir Oliveira (2016) apontam para a mobilidade dos três tipos identitários, podendo cada um deles assumir caminhos um em direção ao outro.

as relações de poder são as responsáveis pela construção social da identidade. As manifestações identitárias são caracterizadas pela história de cada grupo. Algumas desenvolvem uma prática renovadora, enquanto outras se caracterizam pela resistência à mudança, outros por projetos de futuro. Obviamente, identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos, ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se assim em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação. Na atualidade, o processo de construção da

identidade vem passando por várias transformações, frente à globalização e avanços tecnológicos. (Leal; Oliveira, 2016, p. 32)

No telejornalismo as identidades se manifestam na medida em que as narrativas construídas sobre a realidade vão sendo exibidas nos produtos audiovisuais. Christina Musse e Iluska Coutinho (2010) reconhecem que, para lançar olhares para o telejornalismo, pressupõe-se a compreensão das novas relações sociais que se concretizam. Nesse sentido, as pesquisadoras afirmam que a comunicação se configura como “um *locus* privilegiado para a compreensão de como novos fatores, em especial aqueles ligados à imprensa, ao entretenimento e às telecomunicações, têm atuado na fragmentação das ‘velhas’ identidades e na construção de ‘novas’, se é que elas são construídas” (Coutinho; Musse, 2010, p.2).

Entendendo que telejornais são o principal meio de informação significativa para uma parcela considerável da população, as autoras posicionam o telejornal no papel de esfera pública mediatizada não só apresentando, como também representando realidades. Por sua vez, os produtos audiovisuais por ele veiculados são, em grande medida também, construtores da identidade de cidadãos e cidadãs.

As narrativas apresentadas contribuem sobremaneira para a elaboração de imaginários e para o sentimento de pertencimento à coletividade e nação. No caso brasileiro, Coutinho e Musse entendem que a identidade de “brasilidade” foi forjada pelas elites econômicas e políticas “para instituir vínculos com o objetivo explícito de ordenação do espaço público. Nesse processo de construção simbólica os telejornais brasileiros têm uma posição de centralidade, resultado de estratégias de ordem política, e empresarial” (Coutinho e Musse, 2010, p.4).

A formação da identidade nacional brasileira também é centrada na televisão de acordo com Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl (2004). “Às vezes, tenho a sensação de que, se tirássemos a TV de dentro do Brasil, o Brasil desapareceria. A televisão se tornou, a partir da década de 1960, o suporte do discurso ou dos discursos que identificam o Brasil para o Brasil” (Bucci; Kehl, 2004: 31). Os autores apontam que a exigência de instantaneidade e contextualização levam telejornais a selecionar notícias que são “colagens” informacionais de fontes e depoimentos que podem incorrer na distorção inconsciente. A prática evidencia o privilégio dado a alguns aspectos da sociedade em detrimento de outros e formula um ambiente social cuja identidade é o recorte da percepção de profissionais e até de outros veículos sobre estereótipos e linguagem confortáveis e naturalizados pelo uso.

Na perspectiva da midiaticização, Pedro Gilberto Gomes (2016) entende a formação da identidade como uma construção que se dá pela interação com os meios tecnológicos de comunicação e seus produtos, incluindo o telejornalismo. O cotidiano é, para o autor, o conteúdo da comunicação e a expressão da vida na sociedade. A cultura midiaticizada, o modo de ser no mundo que ela configura e as interrelações que proporciona são elementos constitutivos da identidade.

Comunicação e sociedade, imbricadas na produção de sentido, articulam-se nesse crisol de cultura que é resultado da emergência e do extremo desenvolvimento tecnológico. Mais do que um estágio na evolução, ele é um salto qualitativo que estabelece o totalmente novo na sociedade. O resultado desse movimento cria um ambiente (que chamamos de sociedade em midiaticização) que configura para as pessoas um novo modo de ser no mundo, pelo qual os meios não mais são utilizados como instrumentos possibilitadores das relações pessoais, mas fazem parte da autocompreensão social e individual. A identidade é construída a partir da interação com os meios. A pessoa não é um “eu” que usa instrumentos como extensão de seu corpo, mas um indivíduo que se autocompreende como um ser que preza as suas relações e conexões por meio dos instrumentos tecnológicos de comunicação. (Gomes, 2016, 18)

Reconhecendo todo o caminho conceitual percorrido até aqui e com base nas reflexões suscitadas, entende-se a formação das identidades individual, coletiva e de nação como parte intrínseca de um processo de socialização mediado por linguagens no interior de uma cultura e ampliado por tecnologias de comunicação. É importante registrar também que a construção simbólica e as disputas por controle e poder são lançadas na esfera pública e buscam perpetuar lógicas políticas, econômicas e sociais hegemônicas pelos veículos de comunicação tradicionais e aqueles oriundos da expansão tecnológica da telefonia móvel. Daí, depreende-se que as narrativas estabelecidas por telejornais são, em grande medida, ingredientes para a elaboração dos imaginários compartilhados e, conseqüentemente, formação identitária.

Retoma-se essa articulação para empreender um aprofundamento dos elementos que caracterizam o telejornalismo. Até agora, as discussões se deram em esferas mais ampliadas. Embora referenciando o telejornal brasileiro em alguns momentos, faz-se necessário aprofundar os conceitos de telejornalismo no país a partir de pesquisadores também brasileiros.

A escolha por adotar autoras e autores nacionais, na próxima sessão, parte do entendimento da necessidade de um olhar sobre o campo reconhecendo os pesquisadores e as pesquisadoras como parte do processo: são simultaneamente públicos, profissionais da notícia, estudiosos do campo e atores sociais imbricados no processo até agora descrito.

### 3.2 CONCEITUAÇÃO E PERSPECTIVAS SOBRE TELEJORNALISMO NO BRASIL

A televisão tem sido, desde a sua implantação no Brasil na década de 1950, um veículo poderoso de comunicação e entretenimento. Ela experimentou um crescimento significativo nas décadas de 1980, 1990 e 2000. Desacelerou, mas ainda mostra um fôlego proporcional à dimensão territorial do país. Assis Chateaubriand, certamente, naquele 18 de setembro de 1950 quando a TV Tupi de São Paulo foi inaugurada por ele, dificilmente imaginaria que, em 2023, 95% dos domicílios brasileiros tivessem aparelhos de televisão<sup>7</sup> e que destes 71 milhões 573 mil 539 domicílios<sup>8</sup> teriam acesso aos canais de TV aberta.

Os dados acima citados são do relatório Mídia Dados Brasil<sup>9</sup>. Ele compila informações colhidas e divulgadas por IBGE, PNAD, EDTV PYXIS e Ibope. A Rede Globo chega, segundo o relatório a 98,6% de todo esse público e a TV Record a 93,6%. O levantamento mostra ainda que, a partir de 20h nos dias de semana, 61,75% dos televisores do Brasil estão ligados<sup>10</sup> passando para 63,18% às 21h. Pelo levantamento, em 2023, 41 milhões e 722 mil pessoas com mais de 18 anos encontram nos telejornais sua programação favorita<sup>11</sup>.

Não por acaso, a televisão e o telejornalismo têm sido foco de muitas pesquisas acadêmicas (Coutinho, 2011) (Emerim, 2014) (Coutinho; Pereira, 2017) na busca pelo entendimento das suas influências nas dinâmicas e processos sociais, disputas por poder e estabelecimento de relações econômicas, políticas e culturais e, inclusive, como campo de pesquisa e delimitações do telejornalismo enquanto teoria. Desse modo, na busca por compreender o telejornalismo e, principalmente suas características no Brasil, é importante analisar o desenvolvimento dos conceitos e entendimentos na prática jornalística para a televisão e para outras telas até aqui e,

---

<sup>7</sup> Evolução dos domicílios com TV. Disponível em: [https://midiadados.gm.org.br/view-content/tableau@e27da84c-127a-4651-8486-1ce6ea4069aa?category=tv\\_aberta](https://midiadados.gm.org.br/view-content/tableau@e27da84c-127a-4651-8486-1ce6ea4069aa?category=tv_aberta) Acesso em: 21/10/23

<sup>8</sup> Cobertura Geográfica de TV. Disponível em: [https://midiadados.gm.org.br/view-content/tableau@3256cbbe-fe8f-4c3e-a577-c830b7ec2eec?category=tv\\_aberta](https://midiadados.gm.org.br/view-content/tableau@3256cbbe-fe8f-4c3e-a577-c830b7ec2eec?category=tv_aberta) Acesso em: 21/10/23

<sup>9</sup> Relatório Mídia Dados Brasil 2023. Disponível em: [https://midiadados.gm.org.br/?category=tv\\_aberta](https://midiadados.gm.org.br/?category=tv_aberta) Acesso em: 21/10/23

<sup>10</sup> Painel Nacional de Televisão - Universo 25.882.000 domicílios com TV. Disponível em: [https://midiadados.gm.org.br/view-content/tableau@68e839e2-f0f5-4873-9b41-c0e2a63a6bd7?category=tv\\_aberta](https://midiadados.gm.org.br/view-content/tableau@68e839e2-f0f5-4873-9b41-c0e2a63a6bd7?category=tv_aberta) Acesso em: 21/10/23

<sup>11</sup> Programas de TV – Gêneros Assistidos. Disponível em: [https://midiadados.gm.org.br/view-content/tableau@c811255a-6646-4623-8f01-2056590e3dbd?category=tv\\_aberta](https://midiadados.gm.org.br/view-content/tableau@c811255a-6646-4623-8f01-2056590e3dbd?category=tv_aberta) Acesso em: 21/10/23

assim, dar uma nova contribuição nessa trajetória a partir dos tensionamentos vivenciados no Brasil contemporâneo.

O telejornalismo precisa ser observado enquanto gênero televisivo, enquanto espaço construído pelo trabalho de jornalistas, enquanto lugar de experiência e reconhecimento pelas audiências, enquanto produto audiovisual construído na interação de diversos atores sociais e, também, enquanto produtor de narrativas sobre o mundo e sobre si mesmo com linguagem própria e em constante transformação.

Alfredo Vizeu (2009) destacou em seu texto “O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica” as características de intérprete da realidade e, ainda, espaço de formação de conhecimento crítico, que são atribuídas ao telejornalismo. O autor reconhece a mediação estabelecida pelos profissionais trabalhadores da notícia em selecionar e organizar os fatos do cotidiano e interpretar a realidade social para o público. Ele avança na discussão ao deixar claro que a mídia não é mera transmissora da realidade: ela também prepara e apresenta um cotidiano “dentro das normas e das regras do campo jornalístico contribuindo dessa forma para a percepção do mundo e da vida” (Vizeu, 2009, p.77). Exatamente por este entendimento, o autor acredita que o jornalismo, enquanto espaço de mediação, interpretação, construção e reafirmação de realidades pode, pela atuação e construção narrativa estabelecida pelas e pelos profissionais da notícia, desempenhar uma função pedagógica.

Já Ana Carolina Temer (2009) reconhece a televisão e o telejornalismo como o lugar em que potencial educativo e teor ideológico podem ser veiculados, assim como podem gerar laços sociais determinados tanto por apelos políticos no sentido de reivindicar autonomia e liberdade, quanto por apelos econômicos de consumo. Legitimando, assim, as instâncias que detêm o seu controle e civilizando quem está submetido ao seu fluxo.

A autora pondera, também, que hábitos de consumo alteram a lógica das emissões audiovisuais na TV e destaca que a televisão e o telejornalismo, ao invés de serem suplantados como muitos previram no passado, acabaram se confluindo à internet. Ela atribuiu a sobrevivência do telejornalismo a aspectos iniciais que o definem a saber:

o primeiro deles é que existe certo conforto no hábito de saber as notícias, já previamente organizadas, classificadas e hierarquizadas, conforme o telejornal oferece a seu público. O telejornal atua como um reforço social indispensável, uma vez que garante que um grande número de pessoas tenha acesso à mesma informação a um mesmo tempo. Este elemento torna possível uma pauta social comum, reforçando uma identidade social e nacional. Assim como outros veículos televisivos, o telejornalismo tem buscado novas dinâmicas de interatividade, novas formas de contato com o receptor. Isto não

implica, entretanto, que o telejornal vá abrir mão de suas características básicas, sendo a principal delas o compromisso com a informação. (Temer, 2009, p.109)

A partir desse entendimento, Ana Carolina passa a olhar para a hibridização do telejornalismo com outros gêneros e afirma que a mistura acaba por complementar, mais a frente, o que se toma por telejornalismo tradicional. Para a autora, os gêneros híbridos se configuram como espaços para experimentação de linguagens, formatos e conteúdos e, também, para reflexão novos temas, para tratar de questões menores, para construir

personalidades midiáticas voláteis – mas necessárias para a dinâmica televisiva –, para a prestação de serviço e eventualmente até mesmo para oferecimento de espécie de antessala da informação jornalística. É visível que a estratégia destes programas pressupõe que, para muitos receptores, o tema/assunto/notícia chega primeiro pelos gêneros híbridos, e depois pelos telejornais. (Temer, 2009, p.110)

Assim ela apresenta o entendimento do telejornalismo como sendo espaço mutante. Sem perder de vista a reflexão sobre qualidade da informação jornalística, Ana Carolina questiona até que “ponto a incorporação de possíveis mudanças vai piorar – ou melhorar – a qualidade da informação jornalística, vai interferir na qualidade do serviço público que o jornalismo deve prestar” (Temer, 2009, p.110). E conclui que essa resposta é negociada entre as duas esferas, jornalismo e sociedade. Partindo do entendimento de que a comunicação é uma ação social a autora estabelece que nem sempre interesse do público e interesse público são convergentes.

O jornalismo – e os jornalistas – caminha com o dilema de decidir segundo seus próprios parâmetros o que é serviço público e, dessa forma, infantilizar o público, assumindo que ele é incapaz de reconhecer o que é efetivamente importante para sua vida (em um movimento similar àqueles que afirmam que “o povo não sabe votar”), ou caminhar de encontro aos desejos da audiência, que aparentemente prefere abordagens superficiais e emocionais. Nesta relação, os gêneros híbridos podem representar novas propostas de desafio ou conciliação, novos caminhos que o telejornalismo pode aprovar (aproveitar) ou rejeitar. (Temer, 2009, p.110)

Ao investigar público e a identidade do telejornalismo no Brasil, Iluska Coutinho (2010) chama atenção para o telejornalismo como sendo aquele que carrega consigo a promessa de um bem público. Um programa informativo composto pelos anseios de quem o produz, no espaço dado para esta produção e ancorado, também, pelos desejos do público. Juntos, audiência e telejornalistas teriam a perspectiva de reconhecer, no telejornal, o lugar para os imaginários coletivos, referenciais de confecção e tratamento das notícias e, ainda, lugar para a

recomposição de memórias. Para além das características básicas do informativo televisivo (apresentadores que de dentro de um estúdio chamam formatos noticiosos como notas, reportagens e entradas ao vivo), a autora destaca o trabalho de curadoria de fatos significativos do dia feito a partir dos critérios de noticiabilidade e da edição que reconstrói a realidade. Assim, os telejornais

ofereceriam aos seus receptores as informações, os fatos mais relevantes ocorridos especialmente na área de alcance da sua emissão (nacional estadual, local) e, ainda, sobre assuntos de interesse público. De acordo com esse entendimento, partilhado por produtores e receptores das notícias televisivas, para além da responsabilidade de seleção do que seria importante saber e, portanto, de seu consequente papel como ator de construção da agenda de determinado grupo social ao qual se dirigem, os telejornais apresentariam reportagens e notícias após um rigoroso processo de apuração, com mobilização das fontes de informação mais adequadas e checagem de dados, de forma a aproximar ao máximo a representação oferecida pela TV dos fatos ocorridos. (Coutinho, 2010, p.137)

A partir desse reconhecimento e da legitimidade conferida ao telejornal, os laços de pertencimento se formam. No Brasil, esta relação tem um fator de adensamento no que diz respeito ao consumo e à importância dada ao telejornalismo: é que em um país marcado pelas diferenças de escolaridade e cultura, o acesso ao telejornal em detrimento da leitura, recontextualiza a realidade das pessoas que creditam relevância naquilo que ele entrega. É um serviço, um bem social.

Fabiana Picininn e Demétrio Soster (2012), ao lançar olhar sob a perspectiva de midiatização e do papel que os dispositivos de comunicação exercem, definem o telejornalismo e, por conseguinte, o telejornal como sendo aquele que estabelece o intercâmbio entre os elementos da natureza de uma sociedade, a partir do tempo em que estão inseridos e as mutações que sofre passando a estabelecer com as pessoas relações que permitem a tomada de decisões, organização de experiências e atribuição de sentido à suas existências. “Ou seja, nesse cenário mutante, o conceito e a identificação do que se trata um telejornal vai sofrendo metamorfoses que incidem em suas práticas e linguagens e que, gradativamente, resultam em uma configuração nova” (Piccinin; Soster, 2012, p.120)

Cárlida Emerim (2014) por sua vez, atenta aos aspectos semióticos do telejornalismo, propõe o conceito de “**telejornalismo hipersegmentado**” que extrapola a compreensão de um produto televisivo feito a partir de uma emissora, com telespectadores e audiência presumidos para os quais sua produção é direcionada. Cárlida leva em consideração o tratamento discursivo dado

aos fatos narrados, as características textuais utilizadas e os níveis de segmentação apresentados.

Assim, a autora parte do detalhamento inicial que a repercussão de fatos, os acontecimentos e as ações de pessoas do mundo real têm para elencar aquilo que, até então, definiu-se enquanto telejornalismo: o lugar que (1) “prima pela apresentação de notícias, sem, contudo, preocupar-se em emitir, diretamente, opiniões e/ou interpretações sobre os fatos narrados e que repetem um padrão narrativo que o identifica e conforma” ou que (2) “reúne uma seleção de notícias organizadas em blocos, por temas, geralmente exibido com horário, cenário e apresentadores fixos”. A autora também conceituou o telejornal o entendendo até aqui como (3) “programa que reúne notícias que tenham repercussão e abrangência para um público eclético cujas temáticas selecionadas têm o objetivo de resumir os principais fatos e acontecimentos das últimas horas” (Emerim, 2014, p. 100) ou ainda como (4) “tipo de transmissão dos acontecimentos que se dá ao vivo, sem cortes e em tempo real, com exibição em tempo simultâneo à ocorrência do acontecimento” e, por fim, como (5) “cobertura em telejornalismo, pois, como prática comum na mídia contemporânea permitiu entender a importância e/ou relevância de um fato/acontecimento conforme sua exibição na mídia tevê” (Emerim, 2014, p. 101).

Cárlida avança no seu raciocínio e conclui que, somada a essas definições teóricas de telejornalismo, a forma como os elementos constituintes do telejornal podem fazer parte de espaços audiovisuais distintos, o entendimento dos produtos telejornalísticos se amplia. Passa a ser necessário expandir o olhar para os modos discursivos e para os modelos de estrutura em exibição caracterizando uma segmentação televisiva que desagua na definição de “telejornalismo segmentado” como sendo

o conjunto de operações discursivas que evidencia as unidades próprias constituintes de um produto permitindo o reconhecimento de suas partes e categorias internas e, conseqüentemente, a definição de suas funções em cada nível da linguagem televisiva.(...) Chega-se, então, ao conceito de Telejornal Segmentado como um programa que reúne uma seleção de notícias que recebem tratamento discursivo direcionado para um segmento específico que é definidor de toda a articulação e produção de seus elementos de conteúdo e expressão. (Emerim, 2014, p.101)

A autora propõe então o conceito operacional de **telejornalismo hipersegmentado** levando em consideração os exageros mercadológicos por ela identificados em seus estudos ao tratar do tema.

Sendo assim, por telejornal hipersegmentado entende-se um programa que reúne uma seleção de notícias organizadas por núcleos temáticos e cujo tratamento discursivo condiciona a pré-existência de unidades mínimas permitindo o reconhecimento de suas partes e categorias internas para redes de interesse direcionado. Todos estes conceitos operacionais estão em aplicabilidade no campo dos estudos em Telejornalismo e partiram da concepção da Semiótica Discursiva, na articulação e o emprego dos processos de geração de sentido obtidos a partir do uso do quadrado semiótico, como proposta de análise dos termos. (Emerim, 2014, p.102)

As novas tecnologias, obviamente, estão imbricadas na relação de construção e reconstrução do telejornalismo cotidianamente, isso empurra para o reconhecimento da necessidade de novas formas de narrativas audiovisuais a serem incorporadas. Inclusive, o prefixo “tele” passa a ser ressignificado nos estudos de telejornalismo. A referência primeira de ele ser uma contração da palavra televisão se amplia para a percepção de telas, das múltiplas telas com as quais lidamos na contemporaneidade. É o que expressam Cristiane Finger, Cárilda Emerim e Beatriz Cavenaghi (2015) ao trazer para o debate o consumo dos produtos audiovisuais telejornalísticos.

Esses materiais podem ser experienciados nos fluxos tradicionais da televisão e, também, sob demanda a partir de repositórios on-line, redes sociais e aplicativos de comunicação, um consumo que acontece com telejornal no todo, mas em boa parte das vezes, fragmentado.

Ariane Pereira e Iluska Coutinho (2017) observam que entre as possibilidades que se expandem está a maior interação por meio dos comentários enviados por redes sociais e exibidos no telejornal, na proposição de temas por aplicativos de telefone celular ou mesmo na produção de materiais audiovisuais incorporados pelos telejornais e outros programas de TV atentos sempre ao retorno trazido pelo público que o legitima.

Em um ambiente convergente o telejornalismo tem realizado movimentos de aproximação do público, seja nas redes sociais digitais, que em certa medida o expandem, no tempo e no espaço, ou narrando suas práticas em programas que desvelariam “os bastidores da reportagem”, como anuncia o slogan do Profissão Repórter. Nessas novas promessas e pactos o telejornalismo reafirmaria sua legitimidade como produto merecedor da confiança do público. (Coutinho; Pereira, 2017, p.2)

Vitor Belém (2018), por sua vez, entende que existe uma fragilidade entre o funcionamento da mídia e a rigidez da sua classificação. Ele reforça que a forma dispersa com a qual os públicos estão se comportando a partir das novas tecnologias, empurra o telejornal a lançar mão de estratégias mais atrativas que escapam os limites rígidos das classificações de outrora. Defende

que só ampliando a reflexão é possível “compreender as lógicas midiáticas e as dinâmicas de mediação pelas quais o telejornal opera como forma de (re)definir o gênero e, portanto, os sentidos com os quais os telespectadores dialogam e significam suas experiências” (Belém, 2018, p. 96). Vitor adota uma definição de notícia televisiva e telejornal a partir do entendimento de produtos da cultura e, também, da tecnologia. Instância que busca aproximação com os públicos e que, por ação das emissoras de TV, sofre uma intensificação dos mecanismos de interação e, por isso, segue incorporando características de entretenimento à informação jornalística.

Assim, na experiência diária de produzir notícias para as múltiplas telas, o jornalismo audiovisual caminha agregando experimentações, rompendo algumas das construções que o trouxeram até aqui enquanto gênero e, do mesmo modo, reforçando e mantendo características das quais depende a sua existência. Enquanto um dos elos presentes na relação entre jornalistas, indivíduos, grupos sociais distintos e o todo da sociedade, o telejornalismo se aproxima de completar oito décadas no Brasil. Seguir observando suas narrativas, percalços, acertos e erros até aqui é primordial para repensar suas práticas e o seu papel desempenhado na sociedade brasileira.

### 3.3 AS FASES DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DO TELEJORNALISMO NO BRASIL, LITERACIA MIDIÁTICA E LIBERAÇÃO DO POLO EMISSOR - PERSPECTIVAS DE PESQUISA

Em 2017, uma menina de 11 anos, Mirella, ganhou notoriedade ao imitar a repórter Glória Maria<sup>12</sup>, que trabalhava na Rede Globo. A menina, enquanto imitava a jornalista, relatava os problemas da sua rua, na cidade de Ribeirão Preto, utilizando câmera e microfone de brinquedo. Seus irmãos compunham a equipe de reportagem. A produção audiovisual da brincadeira das crianças fez, inclusive, com que a própria Glória fosse conhecê-la. Mas o que chamou tanto a atenção do público, principalmente na internet, na brincadeira de Mirella e dos irmãos?

Para além do uso do lúdico na reivindicação de direitos e melhores condições para a cidade, parte significativa no sucesso da circulação do conteúdo pode ser atribuído à forma como uma

---

<sup>12</sup> Reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2023/02/02/gloria-maria-em-2017-jornalista-conheceu-e-foi-entrevistada-por-menina-que-tinha-sonho-de-ser-reporter-relembre.ghtml> acesso em: 16/06/2023

criança se apropriou da linguagem telejornalística, da estética profissional e até mesmo do entendimento dos assuntos que são legítimos e merecem ser noticiados.

São inúmeras as camadas de apropriação do “modo de fazer” e, também, da compreensão que crianças (e, também, os adultos) têm da profissão de repórteres. Podemos destacar de imediato as questões relativas ao gestual, à forma de se expressar, o vocabulário característico, o tipo de construção narrativa adotado, a interpretação da importância social da profissão na mediação de conflitos do cotidiano de comunidades, o entendimento da necessidade de uma equipe para realizar o trabalho além da identificação e dos vínculos afetivos criados entre públicos e profissionais de TV. Além disso, inserem-se nessa compreensão a dimensão discursiva das narrativas audiovisuais, a eleição e sujeição de elementos que vão fazer parte ou ficar de fora da construção simbólica a que os públicos estão não só submetidos como também habituados.

Adiante, apresenta-se brevemente a conceituação adotada nesta tese sobre literacia midiática, sobre as fases do telejornalismo e enquadramentos noticiosos. Importante frisar que, embora reconheça-se como metodologia os enquadramentos noticiosos, nesta sessão ele tem uma participação mais conceitual e de demonstração discursiva das potencialidades do “enquadrar” as narrativas midiáticas e sua relação com o exercício e a disputa por poder simbólico.

Toda a nossa sociedade aprendeu de certo modo a ler as emissões televisivas, seus bastidores, suas intencionalidades e usos. É uma espécie de “alfabetização” no ambiente audiovisual a que correntes de pesquisadores dedicados ao tema chamam de **literacia midiática**.

Apesar de as novas condições de interactividade poderem facilitar a dimensão conversacional e comunitária do jornalismo, a verdade é que a sua concretização só será eventualmente possível, se houver uma formação e educação que permita aos praticantes terem sensibilidade e conhecimento para as relações entre a comunicação e as instituições democráticas. A educação para os media para ser compatível com a ideia de recepção activa e de participação cívica inerente ao conceito de sociedade civil como sociedade de comunicação deve incluir-se numa concepção de auto-educação pelo facto de implicar ousar a utilização da própria inteligência e da própria capacidade de adquirir conhecimento. (Correa, 2002, p.6)

Para esse trabalho, adota-se a perspectiva apresentada por Paula Cristina Lopes (2011) de um conceito amplo e transversal de literacia que aponta para a competência, em maior ou menor grau, das pessoas para acessar informação e conhecimento. Trata-se de uma competência para ser aplicada no processo de aprendizagem e, ainda para poder realizar análises simbólicas. A

autora traz ainda o aspecto ligado à cidadania e à participação com habilidade desenvolvida para reivindicar, criticar e até mesmo se envolver em causas políticas e sociais. Estas perspectivas são expandidas para o meio midiático permitindo a compreensão global dos conteúdos, bastidores e formas de ser da televisão e, conseqüentemente, do telejornalismo.

As pessoas aprenderam a assistir, mesmo que com graus diferentes de compreensão, programas televisivos. Apropriaram-se da estética audiovisual e, em boa parte das emissões, passaram a reconhecer formatos e esperar pelas características de cada um (Jost, 2004; 2007) ao se submeter a experimentação audiovisual como, por exemplo, os programas de entrevistas, os programas de auditório, novelas, reality shows e, claro, os telejornais.

São as **promessas de gênero**. Para cunhar o termo, Jost organizou a junção do entendimento das duas palavras. A promessa enquanto objeto de uma aprendizagem e reação do público a partir dela, cabendo ao telespectador aceitar ou não o produto audiovisual em função daquilo que foi anunciado. O gênero que se expressa como “uma moeda de troca que regula a circulação dos textos ou dos programas audiovisuais no mundo midiático” (Jost, 2004, p.27) Ou seja, as pessoas que assistem ou já assistiram telejornais sabem quais as características esperar de um telejornal.

Ao longo das mais de sete décadas, os níveis de compreensão e familiaridade com as emissões televisivas cresceram e se popularizaram. Como já demonstrado aqui, na tese, os aparelhos de TV estão na maior parte dos lares do Brasil. A televisão tem um papel central na vida social de brasileiros e brasileiras e, inevitavelmente, uma vez que as relações são dinâmicas, público e profissionais vão reagindo à exposição e contato das comunicações estabelecidas. As narrativas, com maior ou menor capacidade de mobilização, foram, são e vão continuar sendo testadas. A busca por audiência por parte das emissoras e, ainda, a busca pelo conteúdo que satisfaça os públicos interferem na identidade que vem sendo construída do telejornalismo brasileiro.

Ao se dedicar à relação entre os públicos e a construção da identidade do telejornalismo brasileiro, Edna de Mello Silva (2018) propõe divisões para compreender melhor o telejornalismo. Ela abre uma lente cuidadosa para observar as formas de recepção dos públicos. Assim, a pesquisadora propõe seis fases: telejornalismo falado, telejornalismo reportado, telejornalismo *all news*, telejornalismo convergente, telejornalismo expandido e telejornalismo imersivo.

No primeiro deles, no início da década de 1950, a autora reporta à chegada da TV no Brasil, as primeiras transmissões e destaca a leitura de apresentadores que se posicionavam em bancadas e eram enquadrados em close, nas lentes das câmeras. Era o início de que, aos poucos, se configuraria com o ambiente e a maneira de se posicionar e apresentar notícias no telejornal em que o público começa a se submeter às transmissões e se habituar com o veículo de comunicação. Já a segunda fase data do final dos anos de 1950 e, segundo a pesquisadora, instala-se a partir da chegada do *videotape* que permitiu que os programas fossem gravados nas fitas magnéticas e editados contornando possíveis erros. Edna Mello destaca que, mesmo com a tecnologia, os equipamentos ainda muito pesados dificultavam o uso em ambiente externo e, conseqüentemente, pelo telejornalismo que seguiu tendo as transmissões ao vivo de maneira majoritária. No campo editorial, a autora traz um pouco da realidade próspera daquelas emissoras que, a partir de 1964 apoiaram o regime militar e, em contrapartida as que definharam cerceadas por se posicionarem contrárias. Foi também nesse período que houve a inserção de múltiplos apresentadores nos telejornais trazendo dinamismo ao formato. Uma das observações feitas no período foi o surgimento do telejornalismo regional, com o lançamento em 1977, do Bom Dia São Paulo, da Rede Globo. Em relação aos enquadramentos o plano médio começa a ganhar força.

Quando se inicia a terceira fase, *all News*, com a chegada dos canais a cabo no Brasil, no final da década de 1980, a disputa por audiência com a TV aberta levou as emissoras a investirem na criação de canais com um volume maior de noticiários, modificando a maneira de consumir e, também, de produzir os telejornais. A ampliação do tempo dedicado aos noticiários trouxe para o telejornalismo os profissionais especializados das editorias, por exemplo, de economia, artes, cotidiano. O ritmo dos telejornais foi alterado e, novamente o público, precisou se adaptar a mais esta realidade.

A fase seguinte, de telejornalismo convergente, altera sobremaneira, segundo Edna Mello (2018), as rotinas de produção: a internet se configura como um eficiente instrumento de pesquisa e busca de dados. A possibilidade de edição não linear, possível em função de programas de computador, também trouxe mudanças profundas como, por exemplo, o uso dos vídeos e materiais produzidos por telespectadores que passam a ser parte da construção narrativa do produto telejornal. Além disso, a presença dos telejornais no ambiente web trouxe a possibilidade de interação e participação dos públicos por meio dos chats, fóruns e salas de bate-papo.

A fase do jornalismo expandido, penúltima da classificação trazida por Edna Mello (2018), configura-se pela “apropriação dos veículos de televisão pelas redes sociais que tem o audiovisual como ferramenta” (Melo, 2018, p.28). O uso se dá na maneira de convidar a audiência das redes sociais para o telejornal ou de repórteres tecerem comentários sobre aquilo que vai ou foi ao ar no noticiário e, ainda, a cobertura em si dos fatos no ambiente das redes sociais.

Por fim, a autora trata do sexto e último período como sendo o do jornalismo imersivo em que a realidade virtual assume os cenários, objetos tridimensionais passam a compor as narrativas e, dispositivos como as câmeras 360° alteram as perspectivas de produção e consumo do conteúdo. Cada um dos períodos impôs novas experimentações aos públicos e profissionais a partir da tecnologia.

As práticas jornalísticas em televisão têm estruturado em torno do compromisso da informação com o apoio das tecnologias de cada época. Apesar disso, podemos perceber que em essência o telejornalismo ao longo dos anos vem construindo sua identidade em torno de sua legitimidade e dos laços criados pelo público. (Silva, 2018, p.33)

Já a pesquisadora Valquíria Kneipp (2020) propôs uma divisão do telejornalismo em sete fases: radiofônica; modelo americano; cinematográfica; profissionalização; All News; convergência; midiatização.

Figura 1 - Fases de desenvolvimento do telejornalismo brasileiro

**Quadro 1 | Fases de desenvolvimento do telejornalismo brasileiro**

| Fases                        | Período   | Emissoras                           |
|------------------------------|-----------|-------------------------------------|
| <b>1ª Radiofônica</b>        | Anos 1950 | Rede Tupi, TV Paulista, Rede Record |
| <b>2ª Modelo americano</b>   | Anos 1960 | Rede Excelsior, TV Globo, TV Bauru  |
| <b>3ª Cinematográfica</b>    | Anos 1970 | TV Gazeta e Rede Bandeirantes       |
| <b>4ª Profissionalização</b> | Anos 1980 | SBT e TV Manchete                   |
| <b>5ª All News</b>           | Anos 1990 | Globo News, Band News               |
| <b>6ª Convergência</b>       | Anos 2000 | allTV                               |
| <b>7ª Midiatização</b>       | Anos 2020 | CNN Brasil                          |

Fonte: Kneipp, 2020, p.66

A primeira delas se deu nos anos de 1950 que, como a própria denominação indica, importou linguagem radiofônica para os telejornais tendo as emissoras Tupi, TV Paulista e rede Record

como as pioneiras e protagonistas nesse processo. Na década seguinte, Rede Excelsior, TV Globo e TV Bauru ganham destaque. A presença feminina chega à apresentação de telejornais. Há a implantação do sistema de emissoras afiliadas, feita pela Rede Globo, expandindo o sinal pelo interior do Brasil. E a TV Bauru chega sendo a primeira do interior da América Latina. Já nos anos seguintes, na década de 1970, de acordo com Kneipp (2020), começa a terceira fase marcada pela implantação das emissoras locais como a TV Gazeta e a Rede Bandeirantes. A quarta fase, na década de 1980, é marcada pela criação do SBT e da TV Manchete após o fim da TV Tupi. A essa altura a concorrência entre as emissoras era exponencial e, desse modo, fazia-se necessário alcançar novos padrões de profissionalismo. A pesquisadora destaca a migração de jornalistas do impresso para a TV, o surgimento do telejornal “*Aqui Agora*” que incorporou à sua linguagem o sensacionalismo e o infotimento<sup>13</sup>. A quinta fase marca a chegada, nos anos 1990, dos primeiros canais de notícias ao longo de todo o dia e noite. Surgem Globo News, Band News e Record News. A fase mais extensa é a sexta, sendo compreendida entre 2000 e 2019. Período marcado pela digitalização dos canais abertos de comunicação e o surgimento de canais de TV no ambiente da internet. Por fim, nos anos 2020, após o período de pandemia do Covid-19 inicia-se a sétima fase marcada pela chegada da CNN ao Brasil. Nas palavras da autora esta etapa é

o marco de uma nova etapa do desenvolvimento do telejornalismo brasileiro, devido a proliferação de notícias falsas, a partir de uma sociedade midiaticizada, e diante de um fenômeno global, como a pandemia do coronavírus, que conseqüentemente estão alterando o modo de checagem e produção do telejornalismo. (Kneipp, 2020, p.68)

Cada uma das sete fases é marcada por alguma característica tecnológica que imprime a chance de jornalistas se apoiarem nos novos recursos para inovar na maneira de trabalhar. As audiências, por sua vez, absorvem estas mudanças, interpretam e reelaboram leituras da vida em sociedade e forjam novos usos das tecnologias e linguagens.

Nesses 70 anos de telejornalismo no Brasil, o desenvolvimento tecnológico trouxe tanto evoluções na produção e transmissão dos sistemas de televisão quanto novas mídias digitais que recriaram possibilidades e práticas sociais, impactando o hábito sociocultural das pessoas e a maneira como elas se relacionam e acessam as notícias. (Spinelli; Vieira, 2020, p.19)

---

<sup>13</sup> Os programas de variedades da televisão e do rádio, por exemplo, investem em matérias jornalísticas, enquanto o jornalismo tem se apropriado das ferramentas que são típicas do entretenimento. A partir desta mistura de gênero, a fronteira entre informação jornalística e entretenimento torna-se confusa e problemática. (Lara, 2010, p.3)

A partir das duas perspectivas classificatórias, pode-se inferir que as reações às experimentações audiovisuais dos públicos ao trabalho de telejornalistas vão exigindo adaptações na construção das narrativas e promovendo mudanças na percepção e na forma de se relacionar com o telejornal.

A possibilidade de *Teleprompters*<sup>14</sup> permitiu, por exemplo, o abandono das antigas dalias feitas em papel, trouxe para os apresentadores o conforto de poder ler textos maiores e com mais confiança que, claramente, alterou a percepção dos públicos sobre a habilidade e a competência dos profissionais. A chegada das cores ao audiovisual televisivo encantou as audiências, “temperou” e ampliou o poder de encantamento e potencial de mobilização do veículo. O *video tape* trouxe consigo a possibilidade de edição, do controle mais preciso sobre o tempo das narrativas veiculadas, da não dependência exclusiva do “ao vivo” e, para o público, a possibilidade de edição imprimiu uma nova dinâmica de leitura em camadas complementares de informações orais ditas por repórteres e entrevistados e informações visuais registradas por repórteres cinematográficos. O ritmo foi alterado, as possibilidades narrativas foram expandidas.

Câmeras supermodernas e as tecnologias cada vez mais precisas foram reduzindo de tamanho os equipamentos e esses, por sua vez, alcançando espaços e lugares pouco explorados até então. A cada novo elemento, os laços e promessas com os públicos foram (e vão) sendo repactuados. A tecnologia de equipamentos, em função da qualidade na captura e tratamento das imagens e sons, foi eliminando postos de trabalho no telejornalismo (UPJoteiros, iluminadores, motoristas e, mais recentemente, os aparelhos celulares estão eliminando da rotina do factual os próprios repórteres cinematográficos). A precarização da mão de obra, muitas vezes sobrecarregada das redações, levou profissionais para outras formas de produção de conteúdo audiovisual em espaço colaborativos, virtuais. A telefonia móvel expandiu as possibilidades de transmissões ao vivo.

Os interesses comerciais avançaram sobre os modos de produção e o estímulo à participação de públicos com o envio de material audiovisual também mexeu com as relações de produção,

---

<sup>14</sup> É um equipamento que, na gíria jornalística, é tratado por TP. Ele tem a função de projetar textos em um monitor e, dessa maneira, ajudar apresentadores e profissionais que trabalham em TV a orientarem sua participação a partir da leitura de uma forma mais natural, afastando a necessidade de memorizar tudo e permitindo mais dinâmica e naturalidade ao programa televisivo.

consumo e entendimento da participação dos diversos atores na construção narrativa do telejornalismo. Entre esses inúmeros exemplos ainda é preciso pontuar, com ênfase, o conceito **liberação do polo emissor**.

A combinação entre mobilidade e conectividade experimentadas na contemporaneidade é também acompanhada do que Lemos (2005) nomeou por “liberação do polo de emissão”, ou seja, há cada vez mais vozes e discursos disseminados na rede. Se antes tais informações, para serem publicizadas, precisavam passar pela edição dos meios de comunicação de massa, hoje, uma série de ferramentas digitais tornou possível a disseminação de mensagens pelos sujeitos comuns. Sendo assim, transformamos nossas experiências cotidianas em produtos midiáticos, passíveis de armazenamento e recuperação e ainda disponíveis a qualquer hora e lugar. (Lemos, 2005 *apud* Mantovani; Dantas, 2011, p.1)

A liberação do polo emissor, somada aos muitos aplicativos de captura, tratamento, edição e publicação, permitiram aos públicos a experimentação e, conseqüentemente, parte do conhecimento das muitas possibilidades técnicas das construções telejornalísticas que foram sendo desmistificadas e tornadas palpáveis e possíveis para volume significativo de pessoas. Entretanto, a apreensão das construções simbólicas do telejornalismo nem sempre é efetivada de igual modo pelos públicos. O olhar para estes recortes da realidade, pode ser observado pela proposta dos enquadramentos noticiosos: *frame*.

O estudo do *frame* permite compreender o motivo pelo qual o jornalista, ao cobrir um acontecimento, observa alguns aspectos e exclui outros. Assim, a partir da teoria do enquadramento, pode-se afirmar que o *frame* é o produto da interação do jornalista com a cultura profissional, a sociedade e seus valores individuais. Nessa perspectiva, os meios de comunicação, ao enquadrarem o fato, fazem com que as pessoas conheçam a realidade e entendam o mundo a partir de certa moldura. (Figueira Leal, et al. 2019, p. 94)

Portanto, são as molduras e o que elas circunscrevem que contribuem, em grande medida, para formulação dos cenários narrados pelo telejornalismo. São elas também uma boa parte daquilo que permite identificar o telejornalismo enquanto detentor de funções sociais. Na amarração dos elementos noticiosos em narrativas editadas é que se manifestam também os valores e características de telejornais que podem se aproximar os públicos como será demonstrado na sessão a seguir.

### 3.4 TELEJORNALISMO E AS NARRATIVAS SOBRE SI: CARACTERÍSTICAS, CRENÇAS, VALORES E FORMAÇÃO DOS PÚBLICOS

O pesquisador Alfredo Vizeu (2008) ao redigir a apresentação do livro que organizou, “A sociedade do Telejornalismo”, trouxe uma definição da função dos telejornais e, conseqüentemente, do telejornalismo enquanto espaço que abarca o produto audiovisual telejornal. É a “nova praça pública” pública do Brasil. Uma das razões pelas quais, ele explica, pesquisadores e pesquisadoras em comunicação e telejornalismo de todo o Brasil, unem-se, desde o início dos anos 2000, para compreender melhor o fenômeno e estabelecer o que é a sociedade do telejornalismo que dá nome à obra. Pela definição de Vizeu,

Os telejornais cumprem a função de sistematizar, organizar, classificar e hierarquizar a realidade. Dessa forma contribuem para a organização de um mundo circundante. É o lugar em que os grandes temas nacionais ganham visibilidade, convertendo o exercício de publicização dos fatos como a possibilidade prática da democracia. Todo esse espaço se produz num campo complexo de construção, desconstrução, significação e ressignificação de sentidos. (Vizeu, 2008, p.7)

Na mesma esteira dos muitos sentidos produzidos e circulados, Pedro Simon Camarão Telles Ribeiro (2020) entende que é do telejornalismo parte importante da responsabilidade de trabalhar e oferecer referências para a compreensão do mundo e recepção das notícias. Para o pesquisador, o telejornalismo é o lugar da convocação das audiências que, por conta do dinamismo ao trabalhar informação, sons e imagens adquire uma relevância ao entregar conteúdos audiovisuais que acionam emoções e que buscam, na realidade, os fatos e as imagens que vão compor sua narrativa. O autor ressalta ainda o caráter factual e o papel da atividade profissional de apresentar e detalhar o ambiente em que estamos inseridos, além das pessoas e instituições que fazem parte desse universo.

Ao longo da sua trajetória, segundo Pedro Telles (2020), o telejornalismo contribuiu para uma maior divulgação de saberes e, a partir da década de 1970, mergulhou no campo da cibercultura expandindo sua influência para além do campo noticioso e se transformando “em um dos tipos de convocação disponíveis para divulgar não somente notícias, mas pacotes identitários, de autoajuda, baseados em novos programas criados pela psicologia positiva e pela administração neoliberal das consciências” (Ribeiro, 2020; p. 76).

Ainda de acordo com o pesquisador, no Brasil, o telejornalismo assume um lugar de emissor de “mensagens universais capazes de acessar diferentes classes sociais e grupos de interesse” e, por isso, consolida espaço privilegiado no horário nobre e ganha uma roupagem estratégica de defensor das causas e direitos de cidadãos diante de uma sociedade civil que apresenta fragilidades.

Para a pesquisadora Ana Carolina Temer (2014), o telejornalismo herda características de duas instâncias já embebidas de suas complexidades, conflitos, ética e tradição seja na maneira de ser produzido, seja na maneira em que é consumido: o jornalismo e a televisão. E, muito embora os dois se unam nessa amalgama telejornalismo, a junção não é homogênea, simples e nem tampouco a pura sobreposição dos dados de um e de outro. A pesquisadora explica que o entendimento do telejornalismo passa pelo reconhecimento da não exatidão da soma entre TV e jornalismo e, principalmente, de um outro estágio que é o resultado desta união. Ele ultrapassa as duas instâncias e assume características que são típicas, nas palavras da autora, “do fazer telejornalismo” (Temer, 2014, p.28)

A dinâmica do modo de produção jornalístico, segundo Temer, uma vez sendo parte integrante do capitalismo, está o tempo todo sob a pressão pelo tempo de produção e, também, pela necessidade da circulação dos conteúdos, uma vez que são produtos, de uma forma acelerada revelando uma das características muito caras ao ato de informar. Aí mora outra das características que sublinhamos neste trabalho: a busca pelo ineditismo que configura as notícias enquanto porta-vozes de informações relevantes no prazo em que a recepção e a interpretação sejam úteis para os públicos.

Já da TV, outra das características que a autora destaca e é tomada como base na caracterização do telejornalismo para este trabalho é se valer da competência humana de codificação de fenômenos reais “em símbolos planos, exigindo do receptor a capacidade de decifrar imagens técnicas. Ver televisão, portanto, é antes de tudo embarcar em um mundo de imagens que parecem sedutoramente reais e verdadeiras, mas que na verdade são representações” (Temer, 2014, p.31).

Levando em conta a diferença entre o tempo da vida real e tempo narrativo da TV subordinada às pressões comerciais principalmente, aos limites técnicos, à decodificação de representações sociais do universo televisivo, Ana Carolina propõe uma avaliação entre a importância dos fatos que pela própria relevância estão nos telejornais e o deslocamento dessa mesma importância

dos fatos mas, dessa vez, por eles estarem e a partir daí alçarem a relevância a eles atribuídas: fatos que se tornam importantes porque são noticiados. Diante desse ambiente de produção e do consumo do telejornal, a autora conclui e estabelece que “o telejornal ocupa um importante espaço na construção, ampliação, divulgação e partilha de significados simbólicos” (Temer, 2014, p.31) e que sua compreensão passa pelo entendimento da organização dos profissionais envolvidos no processo noticioso e sua complexidade.

Em outro estudo, dessa vez em parceria com Nélia Del Bianco, Ana Carolina Temer (2020) traz outras características do telejornalismo em sua interface com o rádio, que traduzem a centralidade que ele ocupa como fonte de informação de brasileiras e brasileiros: oralidade e domesticidade. As duas adaptações, segundo as autoras, migraram do veículo de comunicação que antecedeu a TV e que tomam para si o papel de aproximação com o público.

No telejornalismo, a imagem tem efeito de realidade ao reportar diretamente o que aconteceu no mundo e o efeito de verdade quando torna visível o que não o era a olho nu. Embora a televisão seja a mídia visível por excelência, a oralidade é um dos componentes do contrato de comunicação que estabelece sem a qual não seria possível realizar o ato de informar. (Temer; Del Bianco, 2020, p.147)

A oralidade como forma de interação verbal é o elo entre quem fala e quem escuta. Apresenta-se modulada pelas paixões, polêmicas, conveniência, razão (Charaudeau, 2006) e que, trazida para o ambiente doméstico, proporciona acesso a lazer e informação, insere-se na rotina dos lares e altera as relações familiares com efeitos nas rotinas e que se expandem para o contexto sociopolítico.

Na obra “Dramaturgia do Telejornalismo”, Iluska Coutinho (2012), ao determinar as características dramáticas do telejornalismo e os elementos narrativos que compõe os formatos noticiosos para a televisão e, conseqüentemente, o gênero telejornalismo, faz um percurso bastante significativo por autores como Warren Breed (1993), Josenildo Guerra (2002), Calabrese; Volli (2001), Umberto Eco (1979) e Martín-Barbero (1997). A autora compreende o telejornal como um todo complexo, uma experiência audiovisual. Ela corrobora com a capacidade de informar, educar e entreter que o telejornalismo suscita e, de maneira bastante precisa, ela realiza uma curadoria de atributos descritos pela literatura sobre televisão e sobre os noticiários para reunir as características comuns pontuadas pelos estudos. Ela dá destaque ao aspecto emocional na construção do telejornal feito pelas imagens.

Há uma série de características do telejornalismo, de identificação comum entre diversos pesquisadores. Entre elas destacam-se a oralidade, o texto-fala, a simplicidade, o vocabulário reduzido e a ênfase nas repetições, a redação das imagens e, com elas, o caráter emocional, a propensão ao drama e a tendência à serialidade, aspectos ressaltados por diversos autores. (Coutinho, 2012, p.52)

Temer; Tuzzo (2016) caminham na mesma direção. As pesquisadoras afirmam que o telejornalismo, “trabalha a partir de elementos específicos, como a recepção doméstica e a necessidade de estetizar a informação. Desta forma, o telejornalismo se organiza como um sedutor, que trabalha a informação a partir de seu apelo emocional”. (Temer e Tuzzo, 2016, p.44)

Já Fabiana Piccinin (2008), por sua vez, pontua outras contribuições que ajudam a compreender a formação da identidade do telejornalismo no Brasil. A pesquisadora atribui ao telejornalismo brasileiro características mais ligadas ao modelo norte americano “asséptico, onde os mitos da imparcialidade e da objetividade são defendidos como verdades inabaláveis” (Piccinin, 2008, p.1) em detrimento do perfil do jornalismo partidário e mais analítico identificado na Europa. É um jornalismo imerso em um contexto majoritariamente privado, que coloca em segundo plano o jornalismo público e o jornalismo estatal.

O jornalismo brasileiro absorveu muito do jornalismo norte-americano em relação aos enfoques dados nas matérias. Em ambos, há uma supervalorização de personalidades e a publicação dos fatos sem uma análise profunda. É um tipo de jornalismo até então diferente do jornalismo europeu, que tem uma abordagem mais pedagógica e uma interpretação crítica e intelectualizada dos fatos. (Piccinin, 2008, p.7)

É da pesquisadora, também, a análise do poder de alcance do veículo televisivo e, por consequência, do telejornalismo dada a capacidade da comunicação da imagem que

transcende fronteiras, culturas e idiomas. (...) Aliado a isso, percebe-se que o avanço tecnológico tem na televisão grande visibilidade pela sedução do ponto de vista do poder de transportar os telespectadores ainda que imaginariamente e/ou imagetivamente aos acontecimentos exatamente no momento em que ocorrem. (Piccinin, 2008, p.4)

A reunião desses atributos do telejornalismo em conformidade com a maneira dos públicos, no Brasil, se relacionarem com o veículo Televisão apontam para os modelos de telejornal

conhecidos nos dias de hoje. Nas próximas sessões, está um pouco da história das três emissoras estudadas neste trabalho, seus principais telejornais e, de maneira breve, a sua relação com os Poderes Constituídos, principalmente o Executivo.

## **4 TELEJORNALIS E CENÁRIO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

A caminhada desta tese até aqui trouxe o entendimento de poder na sua concepção sociológica, abriu a discussão para a relação do exercício do poder simbólico com a mídia e a sociedade, as abordagens identitárias e tratou dos conceitos de oligopolização, de midiaticização e de plataformização. O percurso busca trazer bases robustas para compreender o cenário político contemporâneo do Brasil em associação à influência da mídia e à identificação e comportamento dos públicos enquanto elementos centrais na disputa pelo poder.

O ambiente político, reconfigurado por mudanças na forma como as notícias e conteúdo são transmitidos e consumidos, abriu o espaço para discutir o papel ocupado pelos telejornais tradicionais. Neste capítulo, são tratadas as relações entre as emissoras TV Brasil, TV Globo e TV Record, os principais telejornais de cada uma delas (Repórter Brasil, Jornal Nacional e Jornal da Record), a dinâmica da midiaticização e a política brasileira.

Assim, busca-se observar as redefinições do papel dos telejornais à medida que novos atores e elementos surgem no cenário midiático. A competição pelo espaço privilegiado de visibilidade na programação televisiva ou em contraposição a ela atinge novos patamares. Neste contexto, é essencial traçar um panorama histórico que permita entender como o Jornal Nacional, o Jornal da Record e o Reporter Brasil se posicionaram ao longo do tempo, interferiram nas disputas por poder e representatividade, adaptando-se às mudanças midiáticas e na política do país. Para além de tudo isso, é fundamental salientar a procura por um entendimento da autopercepção dos telejornais no seu papel de informar na contemporaneidade.

### **4.1 O JORNAL NACIONAL E A REDE GLOBO**

São inquestionáveis o tamanho e a influência da Rede Globo não somente no Brasil, mas também em muitos outros países. A emissora comercial, fundada em 26 de abril de 1965 (Mattos, 2010) por Roberto Marinho, figura em segundo lugar no ranking das maiores do mundo, ficando atrás apenas da ABC - do grupo The Walt Disney Company – e é a maior quando o recorte é o conteúdo produzido em língua portuguesa (Gonçalves, 2021). No Brasil, os números mais recentes chamam a atenção. De acordo com a divulgação dos últimos dados

do Painel Nacional de Televisão<sup>15</sup>, ela fechou o ano de 2022 com média de audiência domiciliar diária de 14,1 na Grande São Paulo, região que é a referência para esse tipo de levantamento. Cada ponto do PNT equivale, hoje, a 77 mil domicílios e, também, 206.674 indivíduos. Isso significa dizer que o número ultrapassa a casa de um milhão e oitenta e cinco mil domicílios e mais de dois milhões, novecentos e quatorze mil pessoas assistindo diariamente à emissora de TV aberta.

Muito embora a TV Globo tenha perdido audiência nos últimos anos<sup>16</sup>, principalmente para as plataformas de *streaming*, no total de televisores ligados diariamente, ela ainda é responsável por 32% da fatia de todo ano de 2022. Até abril deste ano, a porcentagem é de 31,7%. A grandiosidade se reflete no caixa da empresa que faturou R\$ 14,4 bilhões no ano passado e fechou 2022 na décima primeira posição no ranking das marcas mais valiosas<sup>17</sup> do país.

Números tão expressivos, para além da qualidade da programação e das produções, estão relacionados, inicialmente, a investimentos robustos, relações políticas e articulação substancial das narrativas em prol de seus interesses antes mesmo de a TV sair do papel (Priolli, 1985) (Mattos, 2002) (Ito, 2009). O Grupo Globo teve a primeira concessão aprovada, em 1951, por Eurico Gaspar Dutra. A autorização foi revogada dois anos depois por Getúlio Vargas e concedida outra vez em 1957, por Juscelino Kubitschek.

O processo de concessão da televisão brasileira, inicialmente, foi efetivado a partir do favoritismo político. A proliferação de estações de TV começou, entretanto, muito antes do Golpe Militar de 1964, mais precisamente durante a administração do presidente Juscelino Kubitschek, e prolongou-se até o governo da Nova República, de José Sarney. A Constituição de 1988 estabeleceu normas e diretrizes que anulam o critério casuístico utilizado até então. (Mattos, 1990, p.6)

Cinco anos depois, o Grupo Globo assinou um acordo com a empresa norte-americana *Time-Life* e passou a ter disponível para compra de equipamentos e infraestrutura um montante de aproximadamente seis milhões de dólares. Uma parceria controversa e considerada ilegal à

---

<sup>15</sup> Representado pela sigla PNT, o Painel Nacional de Televisão representa a soma da audiência das 15 praças pesquisadas eletronicamente pela Kantar Ibope Media. A empresa projeta o *share*, o alcance de telespectadores impactados por atração, dia, mês, ano e, ainda, o perfil do público.

<sup>16</sup> Demissões e prejuízo: Globo chega aos 58 anos a caminho do desastre? Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/daniel-castro/demissoes-e-prejuizo-globo-chega-aos-58-anos-a-caminho-do-desastre-101441> Acesso em: 12/10/23

<sup>17</sup> Globo é a 11ª marca mais valiosa do Brasil; veja quanto vale Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/tv/globo-e-a-11-marca-mais-valiosa-do-brasil-veja-quanto-vale,e2e6bf3bf0417112787bc27880b04f8b32wrwdjl.html> Acesso em: 12/10/23

época (Bolaño; Santos, 2007), uma vez que a Constituição em vigor proibia a participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação. Em 1964, as futuras instalações da emissora foram apresentadas para a imprensa.

No ano seguinte, ano da estreia da emissora, o acordo com a *Time-life* se tornou alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e o parecer final não foi favorável. Dois anos depois, um novo parecer emitido pelo governo permite a legalização da emissora. E a liberação não foi coincidência (Priolli, 1985) (Jambeiro, 1999) (Gomes, 2010), havia um pensamento de integração nacional em curso no Brasil, capitaneado principalmente pelas forças ditatoriais militares e que passava, necessariamente, pela expansão dos meios de comunicação de massa.

A consolidação da televisão brasileira está associada ao governo militar (1964-1985), à Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento e à ideia de integração nacional. A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tinha como meta criar condições para a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico extremamente favorável à entrada do capital estrangeiro, condições que eram interpretadas como sendo o fortalecimento do estado nacional, a implantação de uma infraestrutura capaz de transformar o Brasil em uma potência econômica e o controle dos movimentos sociais. (Gomes, 2010, p.7)

A busca por consolidação da influência do regime na comunicação de massa garantiu então à Globo o apoio necessário para ampliar a cobertura nacional e se firmar como referência em entretenimento e informação dando início ao que se chamou posteriormente de “padrão Globo de qualidade”. Até 1985, quando a ditadura teve fim, a TV Globo caminhava alinhada aos interesses do regime e evitava criticá-lo abertamente sendo duramente criticada e questionada quanto à sua independência jornalística.

O telejornalismo da Globo não se exime de usar o poder que possui. Em diversos episódios da história recente do país a tentativa de fraude na eleição de 1982 para o governo do Rio de Janeiro, a campanha por eleições diretas em 1984, a eleição presidencial de 1989 ou o escândalo envolvendo o ministro da Fazenda, Rubens Ricúpero, em 1994, para citar apenas os casos mais rumorosos a emissora revelou sua disposição para, se necessário, manipular informações e, assim, conduzir processos políticos importantes. Embora nem sempre a Rede Globo alcance êxito absoluto em suas iniciativas (e, por vezes, amargue fracassos inegáveis), fica claro que seu noticiário é, ao menos em momentos cruciais, guiado por decisões políticas conscientes, como um instrumento de intervenção que visa afastar cenários adversos àquilo que a empresa define como sendo seus interesses (ou os do Brasil). O poder que a emissora possui e não se furta a usar é, precisamente, o poder próprio da mídia, de contribuir para a construção das representações do mundo social através de sua programação e, em especial, de seus noticiários (Miguel, 1999, p. 1)

De volta um pouco na ordem cronológica da história da TV Globo, é importante pontuar que o primeiro telejornal da emissora foi o “Tele Globo” exibido no dia da estreia. O telejornal<sup>18</sup> tinha meia hora de duração e começava às 13h. Era dirigido por Rubens Amaral, apresentado por Hilton Gomes e Íris Lettieri. O Jornal Nacional surge quatros anos mais tarde. Ele vai ao ar pela primeira vez em 1º de setembro de 1969<sup>19</sup> e, de acordo com o site Memória Globo,

O 'Jornal Nacional' estreou para competir com o 'Repórter Esso', da TV Tupi. Foi o ponto de partida de um projeto que pretendia transformar a Globo na primeira rede de televisão do Brasil. Meses antes, a Embratel havia inaugurado o Tronco Sul, que possibilitava a integração de Rio, São Paulo, Porto Alegre e Curitiba. A formação dessa espécie de rede era possível com a ajuda de um sistema de microondas. O equipamento ligava, por sinais, o estúdio à torre de transmissão da emissora. A partir dessa tecnologia, a Globo pretendia gerar uma programação uniforme para vários estados e diminuir os custos de produção. (Globo, 2020)

O JN foi pioneiro em muitas coisas. Tornou-se o primeiro telejornal do país a ser transmitido em rede nacional com Cid Moreira e Hilton Gomes na apresentação. Na sequência, Sérgio Chapelin. Teve a primeira mulher a apresentar um telejornal<sup>20</sup>, Márcia Mendes, em 8 de março de 1972. Foi Também o telejornal em que Glória Maria tornou-se a primeira repórter brasileira a entrar ao vivo e em cores<sup>21</sup>. O JN foi o primeiro a transmitir, no Brasil, uma guerra ao vivo, a Guerra do Golfo (Dutra, 2009). A cobertura da Copa do Mundo de 1994 foi ancorada dos Estados Unidos, que era o país sede do evento. No site de memórias da Globo, há a informação de que o telejornal inovou, inclusive, na paginação de suas edições.

Logo na estreia, uma inovação no script despertou o interesse do telespectador. Enquanto o 'Repórter Esso' deixava a notícia mais impactante para o fim, o JN abria com informações “quentes”, o factual. Os editores criaram também o “boa noite”, uma espécie de despedida dos apresentadores com textos e reportagens leves, poéticas ou pitorescas. Na voz de Cid Moreira, a suavidade do “boa noite” do JN transmitia esperança e foi um estilo de mensagem ouvida pelos brasileiros quase oito mil vezes durante 27 anos. (Globo, 2022)

---

<sup>18</sup> História do Tele Globo. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/tele-globo/noticia/historia.ghtml> Acesso em: 13/10/23

<sup>19</sup> História do Jornal Nacional Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghtml> Acesso em: 13/10/23

<sup>20</sup> Maju será primeira mulher negra na bancada do Jornal Nacional Disponível em: <https://istoe.com.br/maju-sera-primeira-mulher-negra-na-bancada-do-jornal-nacional/> Acesso em: 14/10/23

<sup>21</sup> Glória Maria: a 1ª jornalista a entrar ao vivo e a cores na TV brasileira. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2023/02/02/interna\\_cultura,1452363/ gloria-maria-a-1-jornalista-a-entrar-ao-vivo-e-a-cores-na-tv-brasileira.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2023/02/02/interna_cultura,1452363/ gloria-maria-a-1-jornalista-a-entrar-ao-vivo-e-a-cores-na-tv-brasileira.shtml) Acesso em: 14/10/23

Nas décadas de 1980, 1990 e 2000 o Jornal Nacional experimentou não apenas um salto tecnológico, mas, a partir do período de redemocratização do Brasil, precisou assim como a TV Globo se adaptar às mudanças políticas e sociais do país. Nesse período, a economia também passou por altos e baixos, o que afetou a publicidade e o financiamento da televisão. Aquele telejornal que se firmou como líder de audiência nos primeiros 15 anos de existência passou por mudanças editoriais e teve que passar a lidar com um crescimento na disputa por essa mesma audiência. De acordo com Gustavo Dutra (2009), as mudanças mais significativas na espacialidade da estrutura narrativa do JN “podem ser notadas na renovação dos apresentadores, dos cenários e a atualização de videografismos” (Dutra, 2009, p. 47) e, no que diz respeito à estrutura temporal, Dutra esclarece que além da ancoragem ao vivo de fora dos estúdios, as das transformações geradas a partir de mudanças na grade de programação com intervalos mais longos e maior tempo destinado ao telejornal e o aumento da participação dos apresentadores também alteraram o JN ao longo dos anos. Mas mesmo com todas estas mudanças o autor afirma que o principal telejornal brasileiro manteve bastante a estrutura desde o tempo em que foi iniciado e essa talvez seja uma das explicações para que ele siga sendo referência para outros telejornais aqui no Brasil.

Apesar de raras, ou justamente por isso, é notório que as mudanças no Jornal Nacional influenciam o formato de outros telejornais, não apenas da própria TV Globo, como de outros canais também. Graças a seu status de uma das maiores vitrines jornalísticas do país, o JN ocupa inegável posição paradigmática em termos de construção narrativa e seleção de notícias. O que deu no telejornal ou a forma como ele tratou um determinado assunto pode ser motivo de polêmicas. (Dutra, 2009, p. 48).

A partir da década de 2000, assim como todas as outras emissoras, a TV Globo passou a enfrentar a concorrência crescente com outras emissoras e, principalmente, com a ascensão das mídias digitais. Foi em 2001 que o JN lançou seu site (Dutra, 2009) e, a partir de então, tornou-se inevitável se render às mudanças tecnológicas para buscar manter sua relevância no cenário midiático. Parte desse processo está, hoje, materializado na plataforma Globoplay<sup>22</sup> que, como explica Danilo Albuquerque (2020), é um reflexo da aproximação com outras empresas globais no espaço *on-line* em um modelo de negócios que mescla conteúdos gratuitos e pagos. A exibição dos conteúdos do fluxo da TV aberta, por exemplo, está disponível gratuitamente. A

---

<sup>22</sup> Globo Play é lançado; conheça nova plataforma digital de vídeos da Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/10/globoplay-nova-plataforma-digital-de-videos-da-globo-e-lancado.html> Acesso em: 14/10/23

tecnologia permite o consumo desses produtos audiovisuais sobre demanda (o próprio corpus de análise desse trabalho foi acessado a partir dos repositórios Globoplay).

A plataforma integra diferentes serviços e componentes, cada qual com qualidades experienciais distintas para a entrega de conteúdos. Depois de fazer o login com a conta gratuita da Globo.com ou com perfil do Facebook em todas as versões, o usuário é convidado a acompanhar uma série em destaque ou o programa mais relevante da programação da televisão, a exemplo do jogo da Seleção Brasileira ou o Jornal Nacional. (Albuquerque, 2020, p.56)

A relação entre a TV Globo, suas audiências, a política e a economia do Brasil tem sido complexa e multifacetada ao longo dos períodos descritos. Ela não escapou das críticas e, claramente, não deixou de reagir a essas mesmas críticas. Prova disso foi a reformulação, em 2011, dos seus princípios editoriais<sup>23</sup>. Logo na justificativa inicial, os irmãos que assinam o documento, Roberto, João e José Marinho, reconhecem a era digital como um elemento consolidado e que provocou uma “confusão” no entendimento do jornalismo, de jornalistas e do fazer profissional e afirmam que a edição dos Princípios Editoriais das Organizações Globo servirão para facilitar o entendimento das audiências sobre o trabalho dos veículos sob sua responsabilidade e oferecer os parâmetros para a verificação prática se o que realizam condiz com o que afirmam pensar. No documento, estabelecem o que, hoje, entendem como jornalismo.

De todas as definições possíveis de jornalismo, a que as Organizações Globo adotam é esta: jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. Qualquer fato e qualquer pessoa: uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas. O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade. (Globo, 2011, p.3)

---

<sup>23</sup> Princípios Editoriais das Organizações Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf> Acesso em: 14/10/23

Essa definição é bastante importante para as análises do presente trabalho. Elas servem como um dos muitos parâmetros para submeter o material audiovisual do *corpus* e, a partir da observação, responder à pergunta de pesquisa.

Hoje, o telejornal é apresentado por William Bonner (que também é o editor-chefe) e Renata Vasconcellos (também editora executiva). O JN vai ao ar de segunda-feira a sábado entre 20h30 e 21h15. É indiscutível que como uma das fontes de informação mais populares no país, o JN desempenhou (e ainda desempenha) um papel que não pode ser desprezado tanto na formação de opinião pública quanto na configuração do debate político. O poder econômico e a influência política da TV Globo foram evidentes em várias ocasiões e geraram debates sobre a concentração midiática, sobre o papel dos meios de comunicação na sociedade brasileira e sobre a sua contribuição para a formação de uma identidade no trabalho jornalístico desenvolvido no país. O conjunto desses elementos vai dar as pistas para entender o caminho que o Jornal Nacional percorre, assim como os dois outros telejornais aqui analisados (Jornal da Record e Repórter Brasil Noite), a partir do tensionamento político após a posse do Governo Jair Bolsonaro como presidente da república.

#### 4.2 O JORNAL DA RECORD E A TV RECORD

A TV Record é uma das mais antigas emissoras de televisão do Brasil. Foi fundada em 27 de setembro de 1953. De acordo com o Jornal Estadão, “a data não era totalmente aleatória: a ideia inicial de Paulo Machado de Carvalho, fundador da emissora, era que a estreia ocorresse em 7 de setembro, de forma a agregar o Dia da Independência do Brasil e, ao mesmo tempo, fazer alusão ao número do canal”<sup>24</sup>. A estreia aconteceu três anos depois da inauguração da TV Tupi (Mattos, 2010). A TV Record desempenhou um papel fundamental na história da comunicação no país principalmente no que diz respeito ao caráter do entretenimento. Nas décadas de 1950 e 1960, a emissora paulista se destacou com a produção de programas de variedades e entretenimento sendo pioneira na transmissão de muitos tipos de produtos televisivos. Na publicação feita pela própria emissora em comemoração aos seus 45 anos de existência, a TV Record destaca:

---

<sup>24</sup> Record 65 anos: conheça a origem e a história da emissora de TV - Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/tv/record-65-anos-conheca-a-origem-e-a-historia-da-emissora-de-tv/> acesso em: 24/07/2023

Nos primeiros anos de funcionamento, a TV Record apresenta uma programação eclética e algumas atrações rapidamente tornaram-se líderes de audiência. Um exemplo é o programa musical *Grandes Espetáculos União*, apresentado por Blota Jr. e Sandra Amaral. Aliás, desde o início a emissora opta pela linha de musicais – o *Show 713* foi um dos primeiros, depois entra no ar o programa de Inezita Barrosa. No segmento esportivo, a emissora tem a mais importante equipe do ramo: Leônidas da Silva, Flávio Iazetti, mais tarde, Paulo Planet Buarque também se integra ao grupo. Dessa equipe destacam-se também Raul Tabajara e Geraldo José de Almeida que apresentam *Mesa Redonda*, criado em 1954, com a finalidade de cobrir a Copa do Mundo daquele ano. Há espaço também para o humor e para o teatro, com destaque para a TV de Comédia, com Manuel Durães e Edith Morais. Para o público infantil, apresenta produções inovadoras: *Circo do Arrelia*, que consolida a carreira do palhaço Arrelia, e *Capitão 7*, estrelado por Ayres Campos e Idalina de Oliveira, o primeiro seriado de aventuras produzido no Brasil. (Record, 1998, p.11)

Ainda de acordo com a publicação da emissora, em 1958, deu-se o início a produção de novelas com dois capítulos semanais de *Éramos Seis*. Nos anos 60, Elis Regina e Jair Rodrigues apresentaram o musical “O fino da Bossa” e, em 1966, Hebe Camargo foi contratada para apresentar um programa de variedades. Bolinha Cury estreou um humorístico na década de 1970 e, em 1973, Renato Aragão, Dedé Santana e Mussum chegaram à programação com “Os Insociáveis”. Mais tarde ficariam conhecidos como “Os Trapalhões”. Em relação ao telejornalismo, o livro só faz menção à produção a partir da década de 1970.

Além do Programa “Dia D” que semanalmente mostra entrevistas com personalidades internacionais e reportagens especiais, a emissora coloca no ar o “Jornal da Rei, com transmissão simultânea entre o Rio de Janeiro e São Paulo, o *Jornal da Record*, depois chamado de “*Jornal da Noite*”. (Record, 1998, p.30)

Vítima de três incêndios entre 1966 e 1969, a emissora paulista começou a enfrentar uma concorrência pesada e viu o crescimento da audiência da TV Globo e sua consolidação como líder. A TV Record buscou fazer frente a esta situação reformulando a grade de programação até que, em 1985, o jornalista Dante Matiussi, assume o departamento de jornalismo e o *Jornal da Record* é colocado no ar com a ancoragem de Silvia Poppovic e Paulo Markun. No ano seguinte, a emissora lança o “*São Paulo à Tarde*”. Dois anos a frente, sob a direção dos netos da família Machado de Carvalho, novas mudanças: Carlos Nascimento assume o “*Jornal da Record*”, comentaristas são inseridos na bancada e novos telejornais são lançados (“*Revista Rural*” e “*Imprensa da TV*”).

Mas a TV Record acumulava dívidas significativas. De acordo com o Jornal O Estadão, estimava-se que elas atingiam cerca de 20 milhões de dólares contra um faturamento anual bem menor: cerca de 1,5 milhões de dólares. Começaram a aparecer interessados na compra da TV a partir de 1988 como o Grupo Roberto Civita, a editora Abril, o empresário Pedro Siaretta ou o ex-governador do estado de São Paulo Orestes Quércia. A venda só se concretizou no ano seguinte quando a TV Record foi adquirida pela Igreja Universal do Reino de Deus, liderada pelo Bispo Edir Macedo. A partir de então a abordagem editorial da emissora, uma vez ligada ao grupo religioso, passou a caminhar alinhada com os interesses de ampliar sua influência e arrebanhar fiéis.

Fausto Neto (2004), ao analisar os programas religiosos e suas estruturas destaca que os processos midiáticos passam, já a partir da década de 1980, a ser percebidos como instrumento não só de evangelização, mas de busca por públicos consumidores dos produtos do campo religioso que se aproxima das pessoas por meio do atendimento de demandas físicas e psicológicas.

Nenhuma das igrejas está efetivamente interessada em produzir reconhecimentos daqueles que com ela interagem, no âmbito dos programas, levando em consideração suas singularidades. Dirigidas até então aos vários campos sociais, junto a quem não encontram respostas nem destino para suas questões, as demandas do “mundo da vida” são absorvidas, agora, no âmbito das “políticas de reconhecimento” telerreligioso cujo cerne não é a tomada em consideração da natureza mesma destas demandas, mas a sua subordinação aos interesses instrumentais de uma religião movida pela ética do consumo e da prestação do serviço. No lugar disso, o que se produz como reconhecimento, é o tipo de pertinência que tem o caso daquele a quem se permite falar na TV, para os fins estratégicos, mercadológicos etc. do programa. Assim, o acesso se dá sob certas condições. É verdade que, na esteira das novas modalidades de interação televisiva, os programas religiosos constituem-se também num espaço de escuta, de acolhimento e de atenção para com aqueles que constituem essa demanda. Entretanto, essas possibilidades de fala somente concedem-se na medida em que as possibilidades de sentido ao invés de permitirem as palavras por dizer, as subordinam à lógica de palavras prontas. Ou seja, a oferta da escuta se faz, é certo, em cima das individualidades, por assim dizer, de certas singularidades, mas são singularidades que trazem características emblemáticas, nos termos segundo os quais a história daquela demanda, ou de quem tem algo a dizer, é apenas um pretexto para as razões instrumentais e mercadológicas em que se funda a estratégia telerreligiosa. (Fausto Neto, 2004, p.177)

Capparelli e Santos (2004), em seu texto “Crescei e multiplicai-vos: a explosão religiosa na televisão brasileira”, traçam a trajetória de ascensão e crescimento dos canais religiosos na televisão no Brasil, uma verdadeira corrida. Os autores destacam a compra da TV Record pela Igreja Universal do Reino de Deus como um marco da assimilação dos aparatos televisivos pelo campo religioso.

Esta configuração religiosa pode ser caracterizada como a mais expressiva modificação de atores de todo o cenário televisivo nacional. Enquanto a maior parte da estrutura de propriedade da televisão aberta reproduz a continuidade de atores definidos entre os anos 60 e 70 e a participação do capital internacional está concentrada na televisão por assinatura, as igrejas rapidamente se expandiram em diversos setores da Indústria Cultural no país. (Capparelli, Santos, 2004, p. 06).

A partir da mudança, a Record investiu, em 1990, numa edição regional do “Jornal da Record” que era exibido às 18h. Ela passou também a expandir sua capilaridade pelo Brasil em 1991. De três emissoras (São Paulo, Franca e São José do Rio Preto), a TV Record passou a comprar emissoras pelo país até atingir, em 1998, “67 emissoras próprias ou afiliadas, cobrindo cerca de 85% do território nacional (Record, 1998, p.40).

Em 1992, o jornalismo da casa ganha um novo estúdio e o principal telejornal da emissora, o Jornal da Record, aumenta de tamanho passando de uma e meia para duas horas diárias de exibição. Dois anos adiante, Alice Maria, que fez história no telejornalismo da Rede Globo é contratada para reformular o departamento. Chico Pinheiro é contratado para ser âncora do Jornal da Record e demitido, meses depois, após declarações à imprensa de que “a emissora proibia a abordagem de assuntos que não interessavam à IURD” (Maia, 2007, p.25). Em 1996, a média de audiência do telejornal batia a casa de 5 pontos e, no ano seguinte, Boris Casoy é também contratado para a equipe do maior telejornal da casa na intenção de aumentar a popularidade do Jornal da Record.

E por falar em popularidade, não podemos deixar de mencionar o entretenimento do canal que contribuiu sobremaneira para a melhoria nos índices de audiência. A emissora ganhou muito em receita publicitária e visibilidade com a chegada de Ana Maria Braga para o programa de variedades “Note e Anote”. O policialesco “Cidade Alerta” também trouxe destaque com reportagens de Celso Russomano sobre direito do consumidor e Ratinho estreou o programa “Ratinho livre”. O reflexo, nesse período, foi observado no telejornalismo da casa.

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, o “Jornal da Record” mantinha média de 11 pontos de audiência e seguia sendo o carro chefe do departamento de jornalismo da emissora. Os demais programas jornalísticos eram o “Fala Brasil, apresentado diariamente no período da manhã, o “Jornal das Onze e meia” apresentado no final da noite e o semanal “Reporter Record” exibido às sextas-feiras. A partir de então, a TV Record passou a adotar como estratégia de concorrência com outras emissoras no jornalismo, principalmente a TV Globo e o seu padrão de qualidade, a contratação de profissionais já estabelecidos e com boa aceitação do público.

Eram profissionais que dominavam a linguagem e o padrão de excelência almejado pela emissora da Igreja Universal. Como bem pontua Adriano Sampaio, “na área do jornalismo, desde 2004, a Globo perdeu 60 jornalistas para a Record” (Sampaio, 2009, p.44).

Ainda segundo o autor, a emissora se firmou como vice-líder no cenário publicitário e de audiência em 2006, quando recebeu o prêmio mais importante da propaganda brasileira – Prêmio Caboré. Parte do sucesso foi resultado do jornalismo da emissora que, neste mesmo ano, reconfigurou seu principal telejornal e lançou o novo “Jornal da Record” comandado por Adriana Araújo e Celso Freitas. O Telejornal estabeleceu concorrência direta com o Jornal Nacional, da Rede Globo, no horário nobre.

Os investimentos tecnológicos feitos no setor do telejornalismo também passaram a ser explorados pela emissora no sentido discursivo do investimento em recursos materiais e, também, simbólicos.

Os investimentos em tecnologia da Record passaram a ter uma implicação direta com relação ao setor de jornalismo da emissora. Nesse segmento, a utilização de helicópteros, denominados pela emissora como águias douradas, sobrevoam a cidade de São Paulo e conseguem imagens exclusivas dos fatos noticiados. Esse recurso é muito utilizado nos programas jornalísticos, a exemplo do Cidade Alerta. O slogan da Record para o departamento de jornalismo traduz esse incentivo em equipamentos técnicos: “Record. Aqui p espetáculo é a vida” (Sampaio, 2009, p. 56)

Com investimentos significativos, nos anos subsequentes, a TV Record continuou buscando inovações tecnológicas e parcerias estratégicas, ampliando sua cobertura nacional e internacional. Em 2009, Ana Paula Padrão, assumiu o telejornal<sup>25</sup> e Adriana Araújo seguiu como correspondente internacional em Nova Iorque. Já em 2010, o telejornal passou a ser exibido em alta definição<sup>26</sup>. Atualmente, o Jornal da Record<sup>27</sup> é ancorado por Censo Freitas e Christina Lemos, tem duração de uma hora e vai ao ar diariamente a partir das 19h45. Além disso, dispões de outras 4 edições, mais curtas e ao vivo, ao longo dia em uma versão web.

---

<sup>25</sup> Record anuncia a contratação de Ana Paula Padrão disponível em: <https://televisao.uol.com.br/ultimas-noticias/2009/05/07/ult4244u3252.jhtm> acesso em 08/08/2023

<sup>26</sup> Jornal da Record estreia versão em alta definição disponível em: <https://web.archive.org/web/20171107012815/http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/jornal-da-record-estreia-versao-em-alta-definicao-20100927.html> acesso em 08/08/23

<sup>27</sup> Conheça o Jornal da Record, primeiro multiplataforma no segmento Disponível em: <https://noticias.r7.com/jr-na-tv/conheca-o-jornal-da-record-primeiro-multiplataforma-no-segmento-14082020> acesso em: 08/08/23

Diante desse relato histórico, busca-se aqui destacar que, desde sua fundação, a emissora passou por diferentes fases, enfrentando desafios e oportunidades, moldando e sendo moldada por um cenário midiático, político, cultural e econômico. Sua trajetória representa um reflexo da complexidade e dinamicidade das relações entre comunicação, economia, política, poder e, de maneira muito específica, a religião no Brasil. Assim como Jornal Nacional e o Repórter Brasil, sobre o qual se debruçará o trabalho a seguir, o Jornal da Record contribui para a formação da identidade do telejornalismo brasileiro. O trabalho desenvolvido na sua redação tem reflexos nas múltiplas narrativas contemporâneas feitas pelo telejornalismo e, ao final da análise empreendida no presente trabalho, poderá delimitar melhor as características e os caminhos por ele percorridos que contribuem para determinar o entendimento construído, hoje, sobre a prática telejornalística do Brasil.

#### 4.3 O REPÓRTER BRASIL E A TV BRASIL

A TV Brasil, embora seja mais nova que as outras duas emissoras que compõem o corpus deste trabalho, ganha relevância em função das suas características constitutivas, legais e conceituais. É uma emissora pública de televisão e, em função disso, guarda particularidades que precisam ser mais bem detalhadas nesta sessão. São perspectivas que influenciam diretamente na produção telejornalística da emissora e na percepção e consumo dos públicos em relação ao conteúdo e formatos por ela oferecidos.

Criada em 2007, sob a gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a TV Brasil fez parte de um projeto de comunicação governamental para promover uma maior pluralidade de vozes, acesso à informação, cidadania e perspectivas na mídia brasileira, o que caracterizaria um modelo público de comunicação. Tal modelo está previsto no artigo 223 da Constituição Federal. Além dele, existem descritos outros dois sistemas distintos e complementares: comunicação estatal e comunicação privada (Brasil, 1988).

A emissora está vinculada à EBC, Empresa Brasil de Comunicação. Estatal que, além da iniciativa do Executivo, é fruto da mobilização da sociedade civil e, principalmente, de movimentos sociais ligados à comunicação (Valente, 2009) (Coutinho, 2013) (Falcão, 2019) que fomentaram mais expressivamente as discussões sobre a Comunicação Pública, a partir de 2006, e realizaram, em 2007, o I Fórum Nacional de TVs Públicas organizado pela então Secretaria do Audiovisual, do Ministério da Cultura.

Ao longo de quatro dias (08, 09, 10 e 11 de maio), jornalistas, comunidade acadêmica, representantes dos mais diversos segmentos da sociedade, cineastas, telespectadores e pessoas ligadas à radiodifusão conversaram e discutiram maneiras de viabilizar e implantar um sistema de TV pública no Brasil. O resultado foi a Carta de Brasília<sup>28</sup>. O Documento registrou o entendimento sobre o que seria a TV Pública, suas diretrizes, indicações e formas de viabilizá-la. Entre os destaques, a carta firmou o entendimento de um compromisso da TV Pública com a promoção da formação crítica das pessoas, com a ampliação do espaço para as diversidades e identidades do Brasil, com a garantia do acesso pelo público à informação, educação, cultura e direitos humanos, com autonomia em relação a mercado e governo e gerida a partir de espaços colegiados de discussão.

A partir do evento e da formulação da carta, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República trabalhou no texto de uma Medida Provisória<sup>29</sup>, a MP 398, que propôs e autorizou a criação da EBC. Já o Decreto de Criação<sup>30</sup> nº 6.246 foi assinado 14 dias depois e, no ano seguinte, a medida foi convertida em Lei<sup>31</sup>, a Lei nº 11.652/2008, que além de autorizar a criação da Empresa Brasil de Comunicação e atribuiu as responsabilidades da empresa pública em implantar uma rede nacional.

A Empresa herdou os canais de rádio e TV geridos pela estatal Radiobrás e pela Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp). A EBC ficou encarregada de unificar e gerir as emissoras federais já existentes, instituindo o Sistema Público de Comunicação. Além disso, adquiriu como missão articular e implantar a Rede Nacional de Comunicação Pública. (EBC, 2012)

A trajetória da TV Brasil é marcada, ao longo desses 16 anos, por críticas, revezes políticos, disputas de poder (Falcão, 2019) e, mais recentemente, também por mudanças estruturais e organizacionais bastante significativas.

Inicialmente, a estrutura da EBC e, conseqüentemente da TV Brasil, era composta por quatro instâncias de decisão no período compreendido entre da fundação e setembro de 2016: Diretoria

---

<sup>28</sup> Manifesto pela TV Pública independente e democrática. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/UserFiles/Image/Carta%20de%20Brasilia.pdf> acesso em: 11/10/2023

<sup>29</sup> MEDIDA PROVISÓRIA Nº 398, DE 10 DE OUTUBRO DE 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Mpv/398.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Mpv/398.htm) acesso em: 11/10/2023

<sup>30</sup> DECRETO Nº 6.246, DE 24 DE OUTUBRO DE 2007 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6246.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6246.htm) Acesso em: 11/10/23

<sup>31</sup> LEI Nº 11.652, DE 7 DE ABRIL DE 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm) Acesso em: 11/10/23

Executiva, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e Conselho Curador. Havia ainda a Ouvidoria da empresa (Paulino; Silva, 2013) responsável por acolher queixas e reclamações do público e realizar as críticas internas no que diz respeito à linha editorial e à programação. O conjunto da estrutura tinha como perspectiva possibilitar o alcance de uma programação mais inclusiva, educativa, cultural, democrática e com jornalismo diferenciado em relação aos outros modelos. O que não impediu que a TV Brasil enfrentasse problemas de interferência do Poder Executivo tanto em seu funcionamento quanto na linha editorial (Bucci, 2010) (Meirelles, 2016) (Vieira; Coutinho, 2017).

As críticas em relação à cobertura foram intensificadas no período do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e registradas no Relatório da Ouvidoria daquele ano que “alertou o Conselho Curador sobre a necessidade de se ter mais equilíbrio e menos governismo na cobertura dos eventos e manifestações, inclusive por parte de apresentadores de programas e comentaristas” (Nitahara; da Luz, 2021, p.32)

Além disso, os debates em relação a autonomia editorial mobilizaram a opinião pública, a classe política, trabalhadoras e trabalhadores da EBC, audiências e movimentos sociais organizados resultando nas campanhas “#FicaEBC” e “Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública” em prol da manutenção do modelo de gestão da empresa e, sobretudo, da programação e do jornalismo que começavam a ser ameaçados de maneira mais incisiva. A materialidade da campanha pôde ser observada, em grande medida, pelas redes sociais digitais, utilizadas para dar visibilidade ao movimento e incentivar a mobilização social.

Os organizadores da página da “Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública”, quando da sua concepção, tinham como objetivo contribuir para alterar um cenário de desconstrução da Comunicação Pública, evitando que se concretizassem as ameaças de que a Empresa Brasil de Comunicação tivesse mudanças nos seus processos noticiosos, nas experiências então desenvolvidas para democratizar a informação conforme os princípios norteadores da Comunicação Pública. (Falcão, 2019, p.33)

Entretanto, com o afastamento temporário da presidenta Dilma e a chegada de Michel Temer ao poder, foi exonerado, em 17 de maio de 2016, o diretor-presidente da EBC, Ricardo Melo e colocado Laerte Rímoli em seu lugar. A situação contrariava a legislação que garantia a permanência do diretor-presidente por quatro anos e, dessa forma, o Supremo Tribunal Federal entrou no caso e determinou a volta de Melo à presidência em 03 de junho. O retorno aconteceu sem, contudo, Rímoli deixar o cargo. Uma situação bastante inusitada e constrangedora porque

Laerte Rímoli, inclusive, continuou recebendo salários<sup>32</sup> superiores a R\$ 20 mil. A situação se arrastou pelos meses seguintes até que, tendo o *impeachment* se dado, em definitivo, pelo Senado, foi editada a MP 744 no dia 02 de setembro. Ela estabeleceu que a indicação do presidente da EBC seria feita pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e dissolveu o Conselho Curador, o que “claramente desfigura o caráter público da EBC”. (Nitahara; da Luz, 2021, p.33).

Quase seis meses depois, a Medida Provisória 744 foi convertida na Lei n. 13.417<sup>33</sup> em março de 2017. Desse modo, a subordinação ao Executivo impediu a efetivação do modelo de Comunicação Pública de maneira incisiva, institucional e, o mais grave, com amparo na legislação. A Comunicação Pública foi desmontada antes mesmo de o entendimento sobre ela ser alcançado, difundido e estabelecido entre as cidadãs e os cidadãos brasileiros conforme registro feito na conclusão de nossa dissertação de mestrado sob orientação da professora Iluska Coutinho que, frequentemente, recorre à analogia com a teledramaturgia para exemplificar a situação vivida, naquele momento, pela TV Brasil.

A TV Brasil estava perto de deixar de ser oficialmente uma TV pública antes mesmo de obter seu amadurecimento, experimentar plenamente sua atuação enquanto tal. Em referência, até um tanto quanto irônica, tratamos desse momento como a fase de “TV Porcina” da TV Brasil. A analogia é feita com a história da personagem encarnada em 1985 por Regina Duarte na novela Roque Santeiro, exibida pela Rede Globo; na trama a viúva Porcina era aquela que “foi sem nunca ter sido” uma vez que o personagem título da novela não tinha realmente morrido. A analogia tornou-se possível na medida em que a efetivação de uma comunicação audiovisual pública, suas práticas sequer tinham sido ainda vivenciadas integralmente quer pelos funcionários da EBC, quanto especialmente experimentadas pelo conjunto ou ao menos por uma parcela significativa da população brasileira... embora já se encontrassem ameaçadas de desmonte. (Falcão, 2019, p.130)

Jair Bolsonaro assumiu a presidência do país e, pouco tempo depois, em 10 de abril 2019, utilizando-se da justificativa de otimização de recursos, agravou ainda mais o quadro unindo as programações da TV Brasil e da NBR (Orth; Soares, 2020) por meio da Portaria 216. As emissoras, fundadas com propósitos distintos, divergem constitucionalmente em seus princípios

---

<sup>32</sup> Laerte Rimoli recebe salário da EBC mesmo sem exercer presidência Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/09/1810563-laerte-rimoli-recebe-salario-da-ebc-mesmo-sem-exercer-presidencia.shtml?mobile> acesso em: 11/10/23

<sup>33</sup> LEI Nº 13.417, DE 1º DE MARÇO DE 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13417.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13417.htm) Acesso em: 11/10/23

e finalidades como aponta o integrante do Intervenientes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, Alex Hercog.

Enquanto a EBC foi criada com o objetivo de produzir e difundir conteúdos informativos, artísticos e científicos que promovessem a cultura nacional, com incentivo às produções independentes e regionais, a NBR cumpria outra missão. Criada em 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a TV Nacional Brasil era responsável por informar as ações e agendas do poder Executivo. O próprio slogan já definia “A TV do Governo Federal”. Tinha, portanto, um caráter estatal. (Hercog, 2020)

A fusão das emissoras causou revolta entre representantes de entidades em defesa do direito à comunicação que defendiam a posição de que a junção é inconstitucional<sup>34</sup>. Ela foi, inclusive, pauta de uma Audiência Pública na Comissão de Cultura na Câmara dos Deputados. O Ministério Público Federal, por sua vez, deu entrada em Ação Civil Pública<sup>35</sup> para tentar reverter a decisão e separar as programações em julho de 2019. Entretanto, em dezembro de 2021, um acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu que a fusão era válida<sup>36</sup> e não feria a complementariedade dos sistemas de comunicação previstos no texto constitucional. Para o TRF 2, mesmo a Constituição Federal determinando os três sistemas de radiodifusão (público, estatal e comercial) ela não explicitou como se organizariam nem tampouco deixou expresso que deveriam ser exclusivos.

Mas a junção de NBR e TV Brasil ganhou pouca repercussão na mídia tradicional e, conseqüentemente, na sociedade em uma demonstração da falta de amadurecimento e entendimento da importância do tema e até mesmo descaso, como aponta estudo a pesquisa de Luiz Henrique Ranzani e Octávio Pieranti (2021). O levantamento foi feito com base nas publicações de cinco jornais de grande circulação no país: Folha de S. Paulo, Estadão, O Globo, Zero Hora e Super Notícias.

Diante de um possível atentado grave contra dispositivos constitucionais, seria natural esperar que as entidades responsáveis por informar a população colaborassem com a construção de uma agenda pública compatível com a

---

<sup>34</sup>Entidades consideram ilegal fusão da TV Brasil com a NBR Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/556015-entidades-consideram-ilegal-fusao-da-tv-brasil-com-a-nbr/> Acesso em 11/10/23

<sup>35</sup> MPF questiona fusão da programação da TV Brasil e canal do Executivo. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-30/mpf-questiona-fusao-tv-brasil-canal-executivo> Acesso em: 11/10/23

<sup>36</sup> Em Acórdão, TRF 2 decide que fusão da TV Brasil e NBR não viola a Constituição. Disponível em: <https://telaviva.com.br/09/12/2021/em-acordao-trf-2-decide-que-fusao-da-tv-brasil-e-nbr-nao-viola-a-constituicao/> Acesso em: 11/10/23

relevância do tema. Como não incluíram a discussão sobre esse tema de forma contundente em sua cobertura, é possível suspeitar que esses cinco grandes jornais não evidenciam, não reconhecem e não enfatizam aspectos constitucionais, legais e morais relacionados à comunicação pública, tomando posição concorrencial e corporativista em detrimento do pressuposto jornalístico maior, que é informar a sociedade. (Ranzani; Pieranti, 2021, p.20)

Atualmente, de acordo com a página institucional da empresa, a EBC é administrada, assim como todos os seus veículos, incluindo a TV Brasil, por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva.

A Empresa conta, em sua composição, com um Conselho Fiscal e um Comitê Editorial e de Programação, órgão técnico de participação institucionalizada da sociedade, de natureza consultiva e deliberativa. O Decreto nº 10.395, de 10 de junho de 2020, vincula a EBC ao Ministério das Comunicações. (EBC, 2021)

Em meio a tantas mudanças, o entendimento sobre o que é a Comunicação Pública segue sem ser consensual. A discussão acadêmica, inclusive, guarda nuances e percepções hora dissonantes, hora próximos em relação à comunicação institucional, estatal.

O pesquisador Adilson Vaz Cabral Filho (2012), retoma, no texto do artigo “Nem privado nem estatal: a ideia de público como um sistema de comunicação”, os elementos que permitem esta discussão desde o estabelecimento na norma constituinte. O autor faz referência a autores como o professor Venício Lima que conceitua um sistema “organizado por instituições da sociedade e que funcionasse independente do Estado e do capital” e, também, a Murilo César Ramos e Marcos Dantas que entendem a distinção entre os modelos público e estatal como uma “armadilha normativa” e “uma confusão conceitual” dado que não existiria diferença entre os dois. Cabral Filho também lança luz ao debate acadêmico contemporâneo sobre a conceituação do modelo público. Ele fala de um esforço de parte dos pesquisadores na recomposição do

papel do Sistema Público de Comunicação sob a responsabilidade do Estado, para além do sistema estatal já expresso na Constituição Federal. Considera que cabe ao Estado a implementação de serviços públicos e de iniciativas de interesse público, pautadas pelo caráter público. (Cabral Filho, 2012, p.3)

Mas, para Cabral, este entendimento supervaloriza o papel do Estado como sendo o realizador de serviços públicos voltados para o interesse público em detrimento da capacidade de a sociedade civil organizada gerir tal modelo. O pesquisador defende um modelo que seja concebido e reivindicado pela sociedade, constituído por um sistema que reúna características

não privadas e, também, características não estatais, mas que mantenha com eles a complementariedade. Cabral Filho aciona as experiências de comunicações populares, independentes, cidadãs, alternativas, comunitárias e até mesmo radicais e táticas para justificar seu entendimento de Comunicação Pública.

Um sistema comprometido com a apropriação e a afirmação do processo regulatório por seus realizadores e demais ativistas; com a formulação e aplicação de políticas para garantir a viabilidade e a sustentabilidade das iniciativas em curso e de capacitação de distintos atores; e com o fomento de novas experiências relacionadas aos mais diferenciados grupos, organizações e movimentos nos mais distintos contextos. Em resumo, um sistema público de comunicação. (Cabral Filho, 2012, p.1)

Já para o pesquisador Jorge Duarte (2011), os conceitos de comunicação governamental e comunicação política estão relacionados na formulação do entendimento da comunicação pública, os dois são parte integrante de uma comunicação mais ampla que coloca o conjunto da sociedade e os cidadãos e as cidadãs como prioridade.

Comunicação governamental trata dos fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo o Executivo e a sociedade. O Executivo inclui empresas públicas, institutos, agências reguladoras, área militar enquanto governo é seu gestor transitório. Já comunicação política diz respeito ao discurso e à ação na conquista da opinião pública em relação à ideias ou atividades que tenham relação com o poder. Enquanto isso, comunicação pública se refere à interação e ao fluxo de informação vinculados a temas de interesse coletivo e, portanto, contém os dois anteriores. O campo da comunicação pública inclui tudo o que está relacionado ao aparato estatal, às ações governamentais, a partidos políticos, ao Legislativo, ao 6 Judiciário, ao terceiro setor, às instituições representativas, ao cidadão individualmente e, em certas circunstâncias, às ações privadas (Duarte, 2011, p.5)

O autor elaborou modelo do campo da comunicação de interesse público para compreendermos melhor todos os elementos de sua formulação. Para ele, a comunicação pública está ligada ao caráter cidadão da comunicação “envolvendo temas de interesse coletivo, alterando seu eixo, tradicionalmente centrado no atendimento dos interesses da instituição e de seus gestores. Na comunicação pública o objetivo é o atendimento do interesse público e da sociedade, simbolizado pelo cidadão” (Duarte, 2011, p.6).

Figura 2 – Ambientes de Comunicação e interesses público e privado



Fonte: (Duarte, 2011, p.6)

Akemi Nitahara e Cristina Luz (2020), ao buscarem compreender todo o arcabouço legal, as dimensões econômicas e sociais que levaram a criação da Empresa Brasil de Comunicação ao longo de quase um século da radiodifusão do Brasil e os usos feitos dela e seu percurso, reconhecem que falta ainda um entendimento sobre a Comunicação Pública no país e isso pode ser observado pelas constantes mudanças de legislação e, também, órgãos de controle. As autoras concluem que a Comunicação Pública no Brasil deve ter como meta, estabelecer-se enquanto “uma estrutura de expressão voltada para as necessidades de educação, autoconhecimento e desenvolvimento sociocultural, notadamente em um país de dimensões continentais como o Brasil” (Nitahara; da Luz, 2020, p.12).

Longe de querer esgotar a discussão, mas de maneira deliberada, para este trabalho, adota-se o entendimento de Comunicação Pública como sendo aquela que possibilita a “difusão de diferentes vozes, imagens e sons, produzidos segundo uma diversidade de princípios editoriais de tal modo que a pluralidade de opiniões e perspectivas fosse construída a partir da experimentação do direito de comunicar em um canal público.” (Coutinho, 2013, p.27) Acrescenta-se ainda que, no Brasil, mesmo a Comunicação Pública tendo se tornado palco de

disputas político-partidárias e de poder, mesmo tendo sido desmontada e descaracterizada constitucionalmente e mesmo estando formalmente vinculada ao Poder Executivo, acredita-se que EBC e TV Brasil precisam se pautar por aquilo que está registrado no seu Manual de Jornalismo: pela relevância dos interesses de cidadãos e cidadãs, pelos princípios democráticos e suas decisões editoriais pautadas por uma escuta ampliada que reflita as dinâmicas e diversidades da sociedade.

A busca da verdade, da precisão e da clareza, o respeito aos fatos, aos direitos humanos e à diversidade de opiniões são fundamentos da credibilidade, patrimônio maior da imprensa livre e da comunicação democrática. A credibilidade deve resultar da fidelidade a seus princípios e valores. Sua construção, manutenção e defesa são sagrados e nada, absolutamente nada, justifica expor esse objetivo a qualquer tipo de risco. Zelar pela credibilidade é tarefa de todos os que trabalham na EBC, que a ela se vinculam por outros meios ou que fornecem conteúdos à empresa. O interesse da sociedade brasileira é o foco essencial do jornalismo da EBC, que deve se colocar a serviço do direito dos cidadãos à informação correta e qualificada, à comunicação plural e diversificada e à liberdade de pensamento, opinião e consciência. Por ser uma empresa de abrangência nacional, o jornalismo dos veículos da EBC deve ampliar sua cobertura a todas as regiões do país, sem discriminações, estigmatizações, preconceitos ou favorecimentos. (EBC, 2013)

Consequentemente, este é o direcionamento do olhar que se lança aqui ao investigar o conteúdo jornalístico produzido ao longo das edições do Reporter Brasil edição da noite: um telejornal que, conforme as discussões dos fóruns de TV Pública, assegure “a diversidade de temas, de opiniões, a pluralidade político-partidária, a garantia de direitos humanos e sociais, do exercício da cidadania e participação” (Falcão, 2019, p.129)

A segunda edição do Repórter Brasil é exibida, hoje, de segunda à sábado sempre às 19h. É apresentado por Maria Paula Sato e Luiz Carlos Braga. O telejornal estreou suas duas edições, às 8h e às 21h, junto com a TV Brasil em 3 de dezembro de 2007. Ele era ancorado, simultaneamente, das cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo (Moraes, 2011) (Coutinho, 2013) com a promessa, descrita à época na sua página da internet, de isenção, de distanciamento da lógica do mercado, das influências político partidárias, das adjetivações e linhas pré-definidas.

O telejornal noturno, além das reportagens, mantém no seu espelho quadros que o diferenciam, em parte, dos telejornais comerciais tradicionais (Coutinho, 2013) (Meirelles; Braga, 2013) (Barroso, 2015) (Góes, 2019). Chama a atenção o “Sua Vez” que configura o espaço em que as sugestões de pautas são a característica primeira do quadro; Em uma perspectiva inversa está o

quadro “Outro Olhar” em que é o público quem produz o conteúdo exibido; o “Pergunta do Dia” em que temáticas propostas pelo telejornal são distribuídas nas redes sociais digitais.

Por ser o telejornal de maior relevância da emissora, dado o horário nobre, e por guardada a particularidade de um formato exibido por emissora pública, o Repórter Brasil foi escolhido por pesquisadoras e pesquisadores como objeto de investigação ao longo de sua história. Entre as pesquisas disponíveis em repositórios de pelo menos cinco universidades públicas do Brasil (UFBA, UFJF, UNB, UFPB e UFPE) os estudos destacam a especial atenção à leitura das diferenças editoriais, de linguagem, formato, os valores-notícia e o tratamento com as informações em comparação, principalmente, com o modelo privado de jornalismo. Esses estudos dão conta de registrar algumas das mudanças no Repórter Brasil Noite ao longo de sua trajetória e, principalmente, o que de caráter público suas equipes conseguiram imprimir no telejornalismo.

Valéria Vilas boas Araújo (2011) entende que as marcas consagradas no telejornalismo nacional não foram abandonadas na tentativa de assegurar reconhecimento e credibilidade reproduzindo estratégias discursivas e textuais ao longo dos seus produtos audiovisuais. Sobre o lugar do cidadão no telejornal, a pesquisadora é categórica ao dizer que ele ainda é retórico e limitado aos quadros. No que diz respeito as editorias, a observação da autora é de um peso maior dado à política institucionalizada e economia restando para a editoria de cotidiano o espaço ameno do telejornal.

O Repórter Brasil transita entre as tentativas possíveis de reproduzir o padrão do telejornalismo comercial com um discurso sobre o cidadão que não consegue se desvincular das instituições legitimadas e legitimadoras da sua construção; e de reproduzir a visão didática própria das televisões educativas como se desenvolveram no Brasil. Entre estes dois polos, as iniciativas de ruptura e experimentação são ainda muito tímidas, não chegando a se configurar como características do jornalismo ali produzido. O lugar do cidadão é retórico – ele não é o sujeito do discurso, mas o personagem deste. É na tentativa de transitar entre essas possibilidades que o Repórter Brasil constrói o seu modo de endereçamento, o seu estilo, convocando um público que quer se ver na tevê, mas que ainda está muito acostumado aos modos tradicionais de fazer jornalismo no Brasil, recorrendo às fontes autorizadas, construindo imparcialidade e veracidade nos formatos de apresentação da notícia, na postura do jornalista que “não opina”, por exemplo. (Araújo, 2011, p.218)

Já Bruno Sodré de Moraes (2011), ao investigar a maneira como o Repórter Brasil agregou novas rotinas produtivas ao telejornalismo tradicional com vistas à prática cidadã e democrática, concluiu que “o jornalismo público no RBN está mais presente em quadros

inseridos no telejornal que nas matérias ou na apresentação do noticiário” (Moraes, 2011, p. 135). Ele identificou potencial transformador no que se refere às rotinas produtivas dando destaque para os quadros do telejornal.

Destaque para o quadro Outro Olhar, que cria novas demandas operacionais no sentido de propiciar um contato maior com a população ao incentivar o envio de vídeos. A inserção de jornalismo participativo no telejornal é também uma maneira de estimular a experimentação e a utilização de novos formatos no Reporter Brasil de conferir papel de destaque ao cidadão, que se torna produtor de notícias. O quadro Pergunta do Dia é também um exemplo de inserção da população no noticiário, pois visa mobilizar as pessoas a discutirem o assunto abordado em uma das matérias. ((Moraes, 2011, p. 135).

Iluska Coutinho (2013), por sua vez, com base em pesquisas feitas pelo grupo “Jornalismo, Imagem e Representação – UFJF” (hoje, Núcleo de Jornalismo e Audiovisual) entre 2010 e 2012, avalia que o Repórter Brasil Noite embora faça a cobertura das agendas oficiais, também exhibe um volume considerável de reportagens de cotidiano principalmente por utilizar-se dos materiais audiovisuais de emissoras colaboradoras. Segundo a pesquisadora, a editoria internacional é coberta de maneira superficial. Iluska acredita que a característica seja motivada para uma abertura maior para as pautas locais. Outro dado interessante é a presença de 46,32% das fontes utilizadas pelo telejornal serem fontes populares enquanto especialistas representaram 18,05% e as organizações da sociedade civil organizada 2,57%. Por fim, a pesquisadora atribuiu ao telejornal um uso plural de recursos audiovisuais, mas pondera que “de maneira geral não são exploradas as possibilidades de esgotamento da pauta na edição do material, que poderia ter como diferencial em relação às emissoras comerciais um conteúdo mais aprofundado” (Coutinho, 2013, p.57)

Iluska explicita que essas observações foram levadas por um relatório de pesquisa ao Conselho Curador da emissora e, a partir do segundo semestre de 2013, a emissora incorporou as sugestões apresentadas. O trabalho dos pesquisadores e pesquisadoras se concentrou em estabelecer parâmetros de qualidade para avaliar o telejornalismo público em três grandes eixos que se desdobravam em 35 elementos ligados a 1) fontes e representações; 2) Componentes visuais e elementos cênicos; 3) Edição dos telejornais.

Já o pesquisador José Dirceu Campos Góes (2019) destacou, ao analisar o trabalho de jornalistas no interior da redação do JBN, que o entendimento dos valores e da busca pelo telejornalismo público se mantiveram, e afirmou que uma das preocupações da equipe, em

2018, era semelhante ao que Tereza Cruvinel pontuou, em 2007, quando estava à frente da EBC. Campos Góes afirma que

o telejornal se guiaria pela cobertura dos fatos do cotidiano, sem brigar com os mesmos, para não favorecer ou criticar gratuitamente o governo eleito à frente do comando do país. Além disso, insistia que a elaboração do jornalismo da emissora estaria voltada para a compreensão dos acontecimentos a serem traduzidos em forma de notícias e que servisse muito mais ao propósito de informar do que espetacularizar as ocorrências do mundo da vida (AGUIAR, 2012). Aproximadamente onze anos depois da primeira transmissão do Repórter Brasil, a equipe responsável pela elaboração do produto televisivo ainda compartilhava de aspectos do pensamento de Cruvinel. No entanto, em maio de 2018, mostrava-se muito mais consciente e segura quanto à condução das coberturas jornalísticas empreendidas pela televisão, uma vez que dispunha do Manual de Jornalismo da EBC, que lhes dava o estofamento necessário para conduzir suas atividades práticas com qualidade e ética profissional. (Góes, 2019, p.88)

Entre as três emissoras, certamente, aquela que tem o maior desafio em conseguir entregar um telejornalismo diferenciado e que atenda às expectativas de audiências, muitas vezes desinteressadas no caráter público do telejornal, é a TV Brasil. O repórter Brasil Noite, enquanto telejornal de maior relevância no canal, pode ser o espaço de experimentação de formatos e linguagens que altera um pouco a identidade do telejornalismo praticado na contemporaneidade. Recai também sobre ele boa parte dos ruídos e enfrentamentos estabelecidos a partir da relação Jair Bolsonaro, imprensa e audiências. A identificação desse modo de fazer telejornalismo da TV Brasil, a partir das investigações do presente trabalho, certamente darão as pistas de parte dos caminhos possíveis para avançar e, até mesmo, efetivar o telejornalismo público de que precisa o Brasil e que tomou rumos duvidosos a partir do governo Temer e se intensificaram no governo Bolsonaro. Nesse sentido, faz-se necessário apontar o que começou a ser tratado, a partir de 2019, como sendo a “Nova TV Brasil”.

A TV Brasil sofreu interferência direta que a fez mudar de maneira radical os moldes da programação. Ainda no governo Temer, por meio de decreto, a EBC passou a ser vinculada à Casa Civil da Presidência da República e sofreu a dissolução do conselho curador, composto por atores da sociedade civil que eram responsáveis por regular editorialmente a programação da empresa. O decreto possibilitou interferências diretas do Poder Executivo na programação. Logo no início do governo Bolsonaro, o programa Sem Censura sofreu a ameaça de ser descontinuado e o carnaval deixou de ser veiculado na TV Brasil como era tradicionalmente. O que veio depois disso foi integração – de equipes, recursos, meios e instalações – da EBC, agregando conteúdos produzidos pelo núcleo da estatal NBR. Veio também a nova programação com conteúdos controversos para serem veiculados em uma emissora pública compromissada com a diversidade de vozes e atores. (De Souza Bezerra e Pinheiro, 2019, p.14)

Detalhar o destrato com o entendimento de TV pública assim como o desprezo pela função jornalística como estratégia de disputa e controle de poder precisam ser feitos e associados à prática de Jair Bolsonaro. O ex-presidente demonstrou um grau de violência e desdém bastante acima do tom quando precisou lidar com o jornalismo e jornalistas.

#### 4.4 DESCONCERTO POLÍTICO E ESCÁRNIO MUDIÁTICO: A HOSTILIDADE DE BOLSONARO EM CENA PÚBLICA NA DISPUTA POR PROTAGONISMO

A maneira agressiva e hostil dispensada por Jair Bolsonaro à imprensa foi um traço bastante característico que marcou não apenas o período em que ele esteve presidente da república, mas também os períodos pré e pós-eleitorais. Os relatórios sobre a violência sofrida por jornalistas no Brasil, produzidos nesses períodos pela Federação Nacional de Jornalistas – Fenaj, dão conta de demonstrar a escalada nas investidas do então presidente contra jornalistas e veículos de comunicação e, também, de pessoas ligadas a ele, inclusive eleitores. Em 2018 (ano da disputa eleitoral em que Bolsonaro foi candidato), o Brasil registrou 135 casos de violência contra profissionais da imprensa. Foram 227 vítimas. De acordo com o relatório da Fenaj<sup>37</sup>, esses índices representam acréscimo de 36,36% em relação ao ano anterior e estão diretamente relacionados à eleição presidencial. São 23 casos de jornalistas agredidos atribuídos a partidários de Jair Bolsonaro.

No relatório<sup>38</sup> do ano seguinte, os ataques tanto a veículos quanto a profissionais de imprensa chegaram a 208 casos indicando crescimento de 54,07% em relação ao ano anterior. A Fenaj aponta que Bolsonaro foi o responsável por 121 casos de ataques. Na publicação, a presidenta Maria José Braga afirma:

A postura do presidente da República – ou melhor, a falta dela – mostra que, de fato, a liberdade de imprensa está ameaçada no Brasil. O chefe de governo promove, por meio de suas declarações, sistemática descredibilização da imprensa e dos jornalistas. Com isso, institucionaliza a violência contra a imprensa e seus profissionais como prática de governo. (Fenaj, 2019, p.4)

---

<sup>37</sup> VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS E LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL - Relatório 2018. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio\\_fenaj\\_2018.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio_fenaj_2018.pdf) Acesso em: 16/10/23

<sup>38</sup> VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS E LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL - Relatório 2019. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio\\_fenaj\\_2019.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf) Acesso em: 16/10/23

A edição do relatório de 2020<sup>39</sup>, sob a crise trazida pela pandemia de Covid-19, traz números ainda mais alarmantes. Uma situação tratada como “explosão da violência contra jornalistas e contra a imprensa” pela publicação. Os registros chegaram à casa dos 428 e essa disparada representa um aumento de 105,77%. Outra vez, o agressor principal foi Jair Bolsonaro que, sozinho, fez 175 ataques tanto generalizados a veículos, quanto agressões verbais e ameaças diretas a jornalistas. No texto de apresentação do relatório, novamente, a presidenta Maria José Braga aponta a postura do presidente como estimuladora de mais violência.

A postura do presidente da República, que inegavelmente não condiz com o cargo que ocupa, serviu de incentivo para que seus auxiliares e apoiadores também adotassem a violência contra jornalistas como prática. Foi assim que a censura institucionalizou-se na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Em 2020, houve 76 casos de censura na EBC e outros nove envolvendo outros veículos de comunicação, um aumento de 750% em relação ao ano anterior. Mas sabemos que as censuras foram historicamente subnotificadas. Foi assim também que os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro passaram a agredir jornalistas nas ruas e nas redes sociais. As agressões verbais/ataques virtuais cresceram 280% em 2020, em comparação com o ano anterior. Identificou-se 76 casos e, apesar do aumento expressivo, provavelmente muitos não foram registrados, já que nem todos os profissionais denunciam a agressão de que foram vítimas, especialmente quando se tratam de ataques virtuais. (Fenaj, 2020, p.4)

Um novo recorde na escalada da violência contra jornalistas e contra a imprensa foi registrado no relatório publicado em 2021<sup>40</sup>: 430 casos. O presidente, “assim como nos dois anos anteriores, foi o principal agressor. Sozinho ele foi responsável por 147 casos (34,19% do total), sendo 129 episódios de descredibilização da imprensa (98,47% da categoria) e 18 de agressões verbais a jornalistas” (FENAJ, 2021, p.4).

Na última edição publicada do relatório<sup>41</sup>, o de 2022, nenhuma surpresa registrada: mais uma vez o principal agressor foi Jair Bolsonaro. Ele descredibilizou o trabalho da imprensa 80 vezes e fez 24 agressões diretas a profissionais. No total, os casos somaram 376 – queda de 12,56%. A presidenta da Fenaj, Samira de Castro, no texto de apresentação do relatório faz considerações

<sup>39</sup> VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS E LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL - Relatório 2020. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio\\_fenaj\\_2020.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf) Acesso em: 16/10/23

<sup>40</sup> VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS E LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL - Relatório 2021. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-da-Viol%C3%Aancia-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021-v2.pdf> Acesso em: 16/10/23

<sup>41</sup> VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS E LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL - Relatório 2022. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022.pdf> Acesso em: 16/10/23

importantes sobre a relação estreita entre Bolsonaro, bolsonaristas e a violência contra a imprensa. Ela pontua que a maior concentração de dados do relatório está no período anterior a outubro de 2022 uma vez que, perdendo a eleição, Bolsonaro se manteve em silêncio. São dela também as palavras que reforçam o entendimento da violência contra jornalistas e contra a imprensa como sendo uma prática institucional. Ela antecipa, inclusive, alguns episódios que marcam 2023 na prática de agressão aos veículos de comunicação.

Seguramente, podemos afirmar que durante o ciclo de Bolsonaro na Presidência, houve uma institucionalização da violência contra jornalistas, por meio de uma prática governamental sistemática de desacreditizar a imprensa e atacar seus profissionais. Nos quatro anos do seu mandato, Bolsonaro foi o principal agressor e ainda incentivou seus apoiadores a também se tornarem agressores. De 2019 a 2022, Bolsonaro realizou 570 ataques a veículos de comunicação e aos jornalistas, numa média 142,5 agressões por ano; um ataque a cada dois dias e meio. Ao longo do mesmo período, houve um crescimento das agressões a jornalistas cometidas por aliados e apoiadores do ex-presidente. Uma das importantes particularidades registradas em 2022 é justamente o fato de que os apoiadores de Bolsonaro chegaram ao segundo lugar na lista dos agressores. Eles foram responsáveis por 80 episódios de violência, 300% a mais que o número registrado em 2021. Houve uma verdadeira explosão de casos, depois da eleição presidencial que deu a vitória a Luiz Inácio Lula da Silva. Em bloqueios de rodovias ou em acampamentos montados em frente a unidades do Exército por todo país, ocorreram 53 episódios somente em novembro e, na maioria deles, mais de um profissional foi atingido. As agressões se intensificaram ainda mais depois de 1º de janeiro, mas não estão registradas neste Relatório, que se restringe ao ano de 2022. (Fenaj, 2022, p.5)

Fato é que, ao longo dos anos, Bolsonaro firmou uma identidade de político agressivo no trato com a imprensa. Um comportamento que não deve ser encarado como casual. Ele materializa uma estratégia de aproximação, convencimento e enfrentamento focado mais em si próprio do que no pensamento político-partidário da sua corrente.

O comportamento de líderes, candidatos e públicos foi o tema de estudo do filósofo francês Bernard Manin (1995). Entre as observações do autor está a de que políticos investem na construção de imagens que confirmam a si próprios personalidade. Parte da justificativa está no deslocamento da identificação de eleitores com siglas partidárias para a identificação personalista com quem disputa os pleitos. Situação que força as lideranças políticas, segundo o autor, a lançar atenção especial para os meios de comunicação de massa e para as próprias habilidades de expressão e, também, domínio técnico do aparato midiático.

Entre as possibilidades de representação política, Manin (1995) apresenta um modelo que ele classifica como sendo o de “democracia do público”. Sua observação se concentra na

construção de imaginários que levam em consideração aspectos como a independência de lideranças no papel de cuidar da comunidade que representam, a liberdade de opinião pública e o debate de ideias entre políticos, partidos e sociedade. Para o pesquisador, o comportamento de eleitoras e eleitores, nesse modelo, se dá a partir da articulação entre cada um dos elementos apresentados e a representatividade política é definida pela confiança que se estabelece com o público na construção do imaginário.

Dessa forma, as questões sociais, econômicas e culturais podem passar a ocupar, portanto, espaços secundários na escolha de lideranças (Falcão; Assis, 2021) e o eleitorado pode ser reativo diante das narrativas apresentadas no palco da disputa política. Construir midiaticamente uma imagem ou imaginário que provoque empatia e traga confiança e credibilidade passa a ser uma das tarefas de quem almeja um posto de representatividade.

É a partir da consideração de que o eleitorado poderia ser visto enquanto público que reagia ao que a política propunha, em um palco de disputa narrativa e de criação de imagens elegíveis, que se propõe lançar olhar sobre a disputa narrativa por conquistar estes públicos. Uma disputa narrativa que extrapola o campo das eleições. Ela se amplia para a relação entre políticos, o poder público, a mídia e a sociedade de um modo geral. (Falcão; Assis, 2021, p.99)

Na mesma direção caminha o pensamento da pesquisadora Deysi Ciocari (2019) ao analisar a campanha presidencial do Brasil no ano de 2018. Ela estabelece que a mídia tradicional e, também, as redes sociais digitais, na medida em que candidatos fazem seu uso para fins eleitorais, tornaram-se instrumentos potentes e eficazes para estabelecer o contato entre a elite política e cidadãos. Desse modo, é possível falar em uma substituição dos esquemas políticos e arranjos tradicionais. A mobilização de apoiadores e o recolhimento das demandas da população para tentar solucioná-las escapa da exclusividade dos partidos políticos e passa a ser realizado pela mídia massiva.

Entende-se que a partir de acontecimentos de impacto desencadeados por questões institucionais, éticas ou por fatos extraordinários, imprevisíveis, a política se apresenta em todas as suas dimensões simbólicas, ou seja, permite que as mídias, sujeitos e instituições, sociedade e indivíduos se manifestem, vociferem, adulem, enquanto os meios de comunicação midiática se transformam em arenas discursivas onde é possível identificar a construção, o funcionamento e a partição do espetáculo político -midiático. Esse é o modo em que a paixão torna-se a lógica orientadora e se sobrepõe à argumentação racional, deixando marcas tanto no discurso jornalístico quanto no político. A paixão entendida como o dispositivo de construção e compreensão teórica do espetáculo e, também, como a marca imanente do funcionamento da comunicação midiática, intervêm como estratégia e como identidade de procedimentos. (Ciocari, 2019, p. 85)

A agressividade de Jair Bolsonaro para com a imprensa<sup>42</sup> não escapa a essa lógica da criação de uma personalidade, uma *persona* midiática que chama para si a atenção de eleitores e eleitoras e promove, em certa medida inclusive, a espetacularização da sua atuação na busca por amear empatia das pessoas. Na mesma esteira, desconstruir o papel de poder de fiscalizador que a imprensa sustentou por longos anos e, ainda, colocá-la como vilã e perseguidora pode contribuir, na visão demonstrada por Bolsonaro, para aumentar sua popularidade enquanto presidente e líder vítima dos abusos de inimigos ideológicos e da esquerda. Curiosamente, pode soar um tanto contraditório afrontar exatamente um poder que, ao longo da experiência democrática, mostra-se determinante na efetivação ou não de candidaturas.

Os estudos de Comunicação e Política reconhecem a crescente centralidade da mídia. E, para além do poder simbólico, está se falando de poder político e econômico que a mídia incorporou ao tornar-se elemento fundamental da engrenagem da globalização econômica e cultural e como o setor mais dinâmico da economia internacionalizada. (Ciocari, 2019, p.83).

Entretanto, a aparente contradição se desfaz quando são analisadas as relações de pessoas comuns com a mídia a partir do avanço da tecnologia e com o acesso à informação ampliado. O volume inesgotável de dados, narrativas e informações noticiosas e, ainda, a infinidade de conexões possíveis entre pessoas, instituições, figuras públicas e a imprensa permitiram que públicos, principalmente por meio das redes sociais digitais, fizessem releituras de mundo sem o intermédio das mídias tradicionais (Mantovani; Dantas, 2011) (Becker, 2012) (Canavilhas, 2013) (Lipovestsky, 2016). As narrativas do cotidiano produzidas e circuladas, cada vez mais rápido, pelos públicos e sem o intermédio dos veículos de mídia tradicionais, configuram um ecossistema midiático em constante transformação e tensionamentos. Permitem também, em um segundo momento, que públicos repensem os comportamentos sociais, inclusive os da mídia tradicional. E, para muito além de apenas repensar os comportamentos, os públicos passam experimentar a produção das narrativas (principalmente as audiovisuais), comunicar em outras linguagens e formatos, testar o alcance na divulgação de informações, consumir

---

<sup>42</sup> Agressividade de Bolsonaro aos jornalistas que o interrogam é grosseria ou delito? Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-25/agressividade-de-bolsonaro-aos-jornalistas-que-o-interrogam-e-grosseria-ou-delito.html?event=fa&event\\_log=fa&prod=REGCRART&o=cerradoam](https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-25/agressividade-de-bolsonaro-aos-jornalistas-que-o-interrogam-e-grosseria-ou-delito.html?event=fa&event_log=fa&prod=REGCRART&o=cerradoam)  
Acesso em: 16/10/23

novas formas de comunicação e de mobilização de imaginários, produzir novos sentidos. São novos elementos colocados no tabuleiro pela disputa de reconhecimento e, claro, poder.

Jair Bolsonaro e sua equipe encontraram públicos bastante insatisfeitos com aspectos, quase sempre distorcidos, do jornalismo tradicional. O caldo de insatisfação alimentado com os clichês da manipulação, com as artimanhas discursivas de lucratividade, com as articulações do “toma-lá-dá-cá”, com a contraposição aos valores defendidos de verdade, isenção e imparcialidade de veículos de comunicação acabou servindo aos interesses do candidato Bolsonaro e, posteriormente, também do presidente.

A liderança personalista de Bolsonaro encontrou ambiente de trânsito livre nas plataformas digitais para alimentar o público. Surfando na onda do sucesso dos populistas de extrema-direita, como Donald Trump nas plataformas sociais, Bolsonaro também é conhecido por promover antagonismos, discursos de ódio, desinformação e teorias conspiratórias para mobilizar seguidores, criando fatos controversos na mídia e reivindicando ser o representante direto e legítimo do povo e da soberania popular. (Paulino *et al*, 2022, p.118).

O cálculo entre o quantitativo das pessoas insatisfeitas e os possíveis efeitos colaterais de enfrentar mídia e os jornalistas fez desenhar-se uma estratégia que permitia, no enfrentamento dos veículos de comunicação, a adesão de pessoas que comungavam do pensamento da mídia como inimiga da democracia e de Bolsonaro. Somavam-se a esse contexto a identificação de grupos semelhantes que se agrupavam também em função das pautas conservadoras.

Bolsonaro sempre apareceu como um parlamentar polêmico, agressivo, excêntrico, militar estatizante com uma pauta de costumes conservadora. Nas suas mídias sociais, ele trabalha uma imagem de quem defende os valores da família e da sociedade (Cioccarri; Persicheti, 2019, p. 153).

Logo, na perspectiva de disseminação desse imaginário e de outros imaginários afins, foi criado um setor dentro da estrutura bolsonarista tratado por “Gabinete do Ódio”<sup>43</sup>. Investigações da Polícia Federal, demonstraram que participantes e as lideranças de grupos bolsonaristas utilizaram as redes sociais e ferramentas de disparos em massa para promover postagens de

---

<sup>43</sup> Bolsonaro e o 'gabinete do ódio': entenda as investigações da PF. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-e-o-gabinete-do-odio-entenda-as-investigacoes-da-pf/> Acesso em: 17/10/23

conteúdos produzidos pelo Gabinete do Ódio ou por apoiadores. São conteúdos feitos com intuito de atacar pessoas, desviar o foco da atenção pública e desinformar<sup>44</sup>.

Janaisa Viscardi (2020), ao analisar o fenômeno das *fake news* por meio das postagens de Jair Bolsonaro no *Twitter*, percebeu que ele se vale das manifestações de afeto para sensibilizar as pessoas. Ao performar o que, também, é conhecido como “populismo raivoso” (Wahl-Jorgensen, 2018), Bolsonaro “espelha as insatisfações de seus interlocutores” e vai não apenas criando, mas alimentando a identificação de quem interage entre si e compartilha a insatisfação com alguém ou com alguma situação.

No caso desse trabalho, uma das afetações observadas é que está presente na relação de insatisfações com o jornalismo, jornalistas e veículos de imprensa. Para Viscardi, tanto as mensagens quanto a figura do ex-presidente, são marcadas pela raiva que as define assim como o “próprio populismo, que se vale dessa dimensão para criar um sentido de união de um grupo e estabelecer a identificação desse grupo com seu líder” (Viscardi, 2020, p. 1153). A autora descreve ainda outra característica do comportamento de Bolsonaro nas redes: desvia para outra pessoa ou interlocutor as críticas direcionadas a ele.

Essa característica recorrente pode contribuir para o reforço da fronteira do “nós” contra “eles”, dado que essas mensagens são também carregadas de informações de cunho conspiratório ou que canibalizam seus adversários. Essa fronteira pode ser também fomentada na manifestação da raiva apontada anteriormente, dado que os seguidores se identificam com Bolsonaro e se colocam do outro lado da fronteira daqueles não se manifestam da mesma forma. Em boa parte dos casos, Bolsonaro enquadra como mentiras e fake news o que é dito pelos demais partidos políticos e pela imprensa. A verdade é entendida, quase que exclusivamente, como aquilo que ele ou seus aliados dizem e fazem. A questão da verdade em suas falas é importante na medida em que se relaciona com o esforço de deslegitimação de veículos informativos tradicionais (como a imprensa) e de especialistas em favor das experiências individuais - e também afetivas - de Jair Bolsonaro e, por espelhamento, de seus seguidores. A própria arquitetura das redes pode impulsionar esse dinâmica dado que a validação de um conteúdo se dá, inúmeras vezes, a partir das métricas envolvidas na veiculação desse conteúdo. (Viscardi, 2020, p. 1153)

O jornalista Luciano Trigo (2018), autor do livro “Guerra de narrativas: a crise política e a luta pelo controle de imaginários”, enumera os comportamentos de mercados, da classe política, da

---

<sup>44</sup> Confiança de Allan dos Santos e tática para viralizar: infiltrada em grupo bolsonarista revela modus operandi do 'gabinete do ódio'. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2023/01/confianca-de-allan-dos-santos-e-tatica-para-viralizar-infiltrada-em-grupo-bolsonarista-revela-modus-operandi-do-gabinete-do-odio.ghtml> Acesso em: 17/10/23

mídia e do poder judiciário como sendo “atores/fatores” capazes de provocar desequilíbrios e queda de governos e instituições. Os estudos de Trigo foram feitos com foco no *impeachment* da presidenta Dilma em 2016, mas se aplicam, enquanto fenômeno de disputa por poder, para explicar a relação de Bolsonaro com a mídia.

Os aspectos comportamentais quando deslocados nas disputas estabelecidas, alteram os eixos sociais e, conseqüentemente, as forças de poder. Ao atacar parte da imprensa tradicional e afrontar os direitos humanos, por exemplo, Jair Bolsonaro enquanto representante do Executivo, provoca o desequilíbrio nas relações que sustentam a democracia. Para legitimar um imaginário, sem que possa ser questionado por um poder tão forte quanto, Bolsonaro busca minar a força que o outro, ou os outros poderes têm, reforçando a identidade que ele criou para si a partir da observação do pensamento e do comportamento de parte do eleitorado.

Bolsonaro utiliza o discurso do medo para respaldar-se num país em que há a construção de um imaginário no qual o delinquente é sempre um “outro” distante do “cidadão de bem” e que obstrui o bom andamento da sociedade. Os aspectos identitários da vida policial como a valorização das tradições, da moralidade cristã e a espetacularização dos embates são transpostos para a vida política como forma de justificativa da proteção desses “cidadãos de bem”, o que aponta para uma cidadania cindida pela desigualdade abertamente admitida entre aqueles que merecem usufruir de seus direitos - em especial, o direito à vida- e aqueles que abandonaram o direito à cidadania para entrar no crime. Se a mídia constrói Bolsonaro, Bolsonaro oferece esse papel à mídia quando entende que há uma grande parcela da população brasileira que é punitivista e conservadora. As paixões acionadas pelo mundo da política são as potencializadoras do espetáculo. (Cioccarelli, 2019, p.117-118)

É importante neste momento recorrer à Ramon Salaverría (2019). O autor explica que embora não sejamos governados por redes, elas influenciam sobremaneira na forma como conduzem e operam os governos. Chama a atenção, ainda, para o potencial de a internet legitimar fontes de autoridade, mesmo que a totalidade da população não tenha acesso à internet ou faça o uso dela de maneira hábil e regular. Salaverría frisa que as conseqüências das práticas e reações políticas ao ambiente digital podem ser experimentadas pela população, inclusive a que não participa das discussões políticas no ambiente virtual. O ambiente das redes não é um espaço de participação e deliberação livre, mas, para Salaverría, a publicidade que se faz é a contrária e isso funciona como um dispositivo capaz de desacreditar instituições consolidadas e realmente comprometidas com os valores democráticos. Uma vez desacreditadas, tais instituições podem ser substituídas facilmente por falsas fontes e autoridade.

O fenômeno da desintermediação não ocorre apenas pelo surgimento de novos concorrentes na rede. Também é algo desejado e promovido por certos poderes

que veem na mídia e nos jornalistas profissionais um inimigo mais temível do que os usuários de mídias sociais, mais facilmente manipuláveis (...) quando certos líderes desqualificam a mídia e volta as massas contra as empresas jornalísticas, o fazem desde uma estratégia perfeitamente calculada. É claro que a mídia tradicional tem problemas com a sua falta de independência, mas a erosão da mídia tem sido uma excelente notícia para os manipuladores (Salaverría, 2019, p. 6).

Observado o comportamento de Jair Bolsonaro ao longo dos últimos anos, é possível afirmar que, para ele, nem todo veículo de mídia é ruim ou inimigo. O ex-presidente guarda a simpatia e boas relações com alguns ou ainda regula o tom com outros como será demonstrado na próxima sessão.

#### 4.5 A RELAÇÃO DE BOLSONARO COM CADA UMA DAS EMISSORAS E SEUS TELEJORNALIS – PROXIMIDADES E AFASTAMENTOS

Já foi abordado no presente trabalho o alinhamento da emissora da família Marinho com as estratégias de integração nacional do período da ditadura militar (Jambeiro, 2001) (Lima, 1988) (Mattos, 2000). Obviamente, a proximidade se refletiu no maior telejornal da casa, o Jornal Nacional. A partir de 1985, com a redemocratização, os alinhamentos e posicionamentos políticos da emissora passam a ser observados em períodos de disputas eleitorais (Miguel, 1999; 2001; 2002; 2004; 2019) principalmente as presidenciais. Antes disso, uma primeira experiência da emissora precisa ser documentada, o caso que ficou conhecido como “escândalo Proconsult”.

Nas eleições para governos estaduais permitidas pelos militares, em 1982, a Rede Globo trouxe, no Rio de Janeiro, dados e projeções falsos que culminaram com uma fraude na contagem dos votos eliminando Leonel Brizola (PDT) da disputa. Uma apuração feita de maneira paralela pela Rádio Jornal do Brasil desmontou o esquema<sup>45</sup> conhecido como “escândalo Proconsult” e Brizola assumiu. O que não significou o fim da “implicância” e oposição da emissora com ele ao longo de seus dois mandatos. Depois disso, foram as “Diretas Já” que ganharam destaque tardio nos noticiários da emissora<sup>46</sup>. O apoio ao apelo democrático só chegou com uma negociação entre Roberto Marinho e Tancredo Neves. Porém com a morte de Tancredo, o vice

<sup>45</sup> Há 30 anos, 'JB' revelou escândalo do Proconsult e derrubou fraude na eleição. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/noticias/2012/11/21/ha-30-anos-jb-revelou-escandalo-do-proconsult-e-derrubou-fraude-na-eleicao.html> Acesso em: 18/10/23

<sup>46</sup> Diretas Já no sapato da Globo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/marcelo-rubens-paiva/diretas-ja-no-sapato-da-globo/> Acesso em: 18/10/23

José Sarney seguiu dependente da boa vontade da emissora que detinha o monopólio da mídia para se manter presidente (Miguel, 2003) e, obviamente, as vontades da emissora e sua influência com o presidente lhe renderam benefícios.

Nas três eleições seguintes (1989 – Fernando Collor X Lula, 1994 - Fernando Henrique Cardoso X Lula e 1998 -Fernando Henrique Cardoso X Lula) a oposição ao Partido dos Trabalhadores e aquilo que o partido trazia em defesa dos interesses populares da classe trabalhadora e contra a classe dominante, determinaram o apoio da emissora aos opositores de Lula. A exceção foi a campanha de 2002 quando a Rede Globo opta por fazer uma cobertura de cada candidato com tempo e visibilidade equilibrados.

A Rede Globo de Televisão deu, em 2002, um passo significativo na transformação de seu comportamento em períodos eleitorais. É possível apenas especular se as razões para tanto são de natureza jornalística, empresarial ou política ou, provavelmente, uma combinação das três. Não se pode negar que ocorreram avanços importantes na direção da imparcialidade em relação aos candidatos relevantes e uma notável ampliação da massa de informações colocada à disposição do público. Sem pretender reduzir o alcance de tais acontecimentos, cumpre observar que a abertura da Globo à disputa eleitoral foi concomitante à diminuição do espectro de alternativas efetivamente apresentadas ao eleitorado. (Miguel, 2003, p.306)

Já nas eleições de 2006, Lula tinha a seu favor os resultados da política econômica vencendo a disputa contra Geraldo Alckmin, entretanto o escândalo conhecido como “mensalão” (Chaia, 2015) depois das denúncias de corrupção – compra de apoio político no Congresso – feitas por Roberto Jeferson, foram um elemento bastante explorado pela mídia e especialmente pela Rede Globo. Da mesma maneira se comportou a emissora, em 2010, na disputa entre Dilma e Serra. As denúncias de tráfico de influências de Erenice Guerra<sup>47</sup>, quando ela ainda estava assessora de Dilma Rousseff na Casa Civil, foram bastante exploradas pela Globo e pelo Jornal Nacional no favorecimento do candidato do PSDB.

Já nas eleições de 2014, pesaram contra a presidenta Dilma, candidata à reeleição, as jornadas de 2013 e a “Operação Lava-Jato” exploradas pela Rede Globo e seus telejornais. Ainda assim a candidata do PT saiu vitoriosa contra Aécio Neves.

A divulgação de uma série de escândalos políticos relacionada ao PSDB e PSB foram esquecidos e omitidos pela imprensa, que se manifestou claramente contra Dilma Rousseff. O escândalo denominado “Operação Lava Jato”, que

---

<sup>47</sup> Entenda a crise que motivou a saída de Erenice Guerra da Casa Civil. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/09/entenda-o-caso-da-suspeita-de-trafico-de-influencia-na-casa-civil.html> Acesso em:18/10/23

envolveu corrupção dentro da Petrobras, chegou a desestabilizar a candidatura da presidenta Dilma. Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras e o doleiro Alberto Yuossef revelaram em depoimento, após fazerem acordo com a Justiça em que teriam direito à Delação Premiada, que os seguintes partidos receberam propina: PT, PP e PMDB. (Chaia, 2015, p.21)

Então veio o processo de *impeachment* em 2016, Temer, vice de Dilma, assumiu a presidência e o cenário de protagonismo da Rede Globo junto ao poder midiático nas campanhas eleitorais começa a mudar com a investida de Jair Bolsonaro à presidência da República. Nesse momento, a interferência da Rede Globo nas disputas por poder, já amplamente debatida há anos tanto academicamente quanto entre a classe política, começou a ganhar uma reverberação importante em parte significativa da população mobilizada pelas redes sociais e que contribuiu ativamente com o debate da construção narrativa de mídia associada aos poderes e, também, defensora dos próprios interesses na manutenção da influência conquistada. Esse movimento começou a ser observado desde que a expressão “isso a Globo não mostra” (Loureiro, 2018) surge. Ela foi, inclusive, incorporada pela emissora na sua programação (Coutinho; Falcão; Martins, 2019) (Ávila, 2021) numa tentativa de ressignificar o tom de crítica sofrido.

Depois do “isso a Globo não mostra” veio o uso da expressão “Globolixo” por pessoas contrárias à emissora nas suas postagens e comentários nas redes sociais e, até mesmo, passaram a invadir as entradas ao vivo de repórteres (Castello Branco, 2020). A intensificação desse uso se deu a partir da campanha presidencial de Bolsonaro, seguiu durante o seu governo ganhando mais força durante a cobertura da Covid-19 e se estendeu ao pleito de 2022<sup>48</sup>. Há apontamentos de que o movimento “Globolixo”, inclusive, contribuiria para a ascensão da TV Record enquanto um espaço para controle político por meio da mídia<sup>49</sup>.

Sob essa perspectiva, Mauro Porto, Daniela Neves e Bárbara Lima (2020) ao lançar olhar sobre as coberturas realizadas por Globo e Record durante as eleições de 2018, identificam que a emissora paulista adotou um viés pró-Bolsonaro nas 27 edições analisadas do Jornal da Record tanto no primeiro turno (20/09/2018 – 05/10/2018) quanto no segundo turno (13/10/2018 – 27/10/2018).

---

<sup>48</sup> Eleições no Brasil: Ataques ao Grupo Globo lideram agressões contra a imprensa em mais uma semana. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/elei%C3%A7%C3%B5es-no-brasil-ataques-ao-grupo-globo-lideram-agress%C3%B5es-contr-a-imprensa-em-mais-uma-semana> Acesso em: 19/10/23

<sup>49</sup> Artificialidade do Movimento ‘Globo Lixo’, e a Irracionalidade do Brasileiro Médio. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/artificialidade-do-movimento-globo-lixo-e-a-irracionalidade-do-brasileiro-medio/> Acesso em: 19/10/23

Para os autores, a antiga relação hegemônica da Rede Globo e do seu bloco histórico tradicional sustentada por anos, desde a redemocratização em 1985, foi abalada por uma nova aliança política que “se sustenta principalmente no poder comunicacional da RecordTV, estabelecendo no Brasil uma nova modalidade de paralelismo político e levando a mudanças importantes nos padrões de comunicação política” (Porto; Neves; Lima, 220, p.7). Entre as explicações dadas pelos autores está o crescimento tanto das igrejas evangélicas quanto da Rede Record que vão fazer frente ao alinhamento da Rede Globo com o Igreja Católica, elites políticas e partidos tradicionais.

Uma demonstração clara desse novo alinhamento de uma emissora de TV com as igrejas neopentecostais foi a transmissão, pela TV Record, da entrevista<sup>50</sup> do então candidato Jair Bolsonaro no dia 04 de outubro de 2018, simultaneamente ao tradicional debate dos candidatos à presidência promovido pela Rede Globo<sup>51</sup>. Jair Bolsonaro não participou do debate<sup>52</sup> alegando recomendações médicas depois do atentado sofrido em Juiz de Fora dias antes, no dia 6 de setembro. Mauro Porto, Daniela Neves e Bárbara Lima (2020) tratam a decisão editorial da Record em manter a entrevista no horário do debate como sendo uma demonstração de favorecimento de Bolsonaro e, na campanha eleitoral (principalmente no primeiro turno), do estabelecimento de um novo padrão de paralelismo político na mídia brasileira.

A decisão da RecordTV de transmitir a entrevista no mesmo horário do debate presidencial teve a clara intenção de esvaziar o evento da Rede Globo e de oferecer um foro privilegiado ao candidato do PSL. O alinhamento entre a Record e Bolsonaro fica evidente ainda quando analisamos a natureza passiva e submissa do repórter durante a entrevista. (Porto, Neves; Lima, 220, p.26)

A construção narrativa de perseguição/favorecimento midiático<sup>53</sup> e do seu uso para deslegitimar a imprensa seguiram alimentados por Jair Bolsonaro durante seu mandato. Ele não só alterou

---

<sup>50</sup>Entrevista sela aproximação entre Record e Bolsonaro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/entrevista-de-bolsonaro-na-record-sela-aproximacao-do-candidato-com-a-universal.shtml> Acesso em: 18/10/23

<sup>51</sup> Exclusivo: Tudo sobre o apoio vergonhoso e imoral da TV Record – e seu dono, o bispo Edir Macedo – a Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/apoio-imoral-da-tv-record-de-edir-macedo-a-bolsonaro/> Acesso em: 18/10/23

<sup>52</sup>Após avaliação médica, Bolsonaro desiste de participar do debate da Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/03/apos-avaliacao-medica-bolsonaro-desiste-de-participar-do-debate-da-globo.ghtml> Acesso em: 18/10/2023

<sup>53</sup> Bolsonaro se diz perseguido pela imprensa. Mas Band, SBT, Record e Rede TV estão ao seu lado. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/02/23/imprensa-bolsonaro-band-sbt-record-rede-tv/> Acesso em: 19/10/23

os critérios para a distribuição das verbas publicitárias<sup>54</sup> do Governo destinadas às emissoras<sup>55</sup> como fez uso, recorrentemente, de falar dessas mudanças como forma de se posicionar frente às emissoras de TV e atacar a Rede Globo<sup>56</sup>. Entretanto, com as eleições de 2022 batendo à porta, Jair Bolsonaro acabou por aumentar o dinheiro destinado à emissora dos Marinho. Da verba publicitária destinada para TV, a Rede Globo ficou com 17% em 2019 e 25% em 2022<sup>57</sup>. Situação que corrobora, mais uma vez, para a verificação do poder midiático frente às aspirações de lideranças políticas.

Mas se com as emissoras de TV comerciais a tônica na negociação de poder é financeira, no caso da relação com a TV Brasil a relação é institucional. Numa análise da política de comunicação implementada nos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, os pesquisadores Fernando Paulino, Jonas Valente, Liziane Guazina, Marcos Urupá e Mariana Carvalho (2022) afirmam que

As políticas de radiodifusão do Governo Bolsonaro nos dois anos analisados visaram facilitar o desempenho dos agentes privados, criar regras mais flexíveis para as emissoras de rádio e TV e dismantlar as estruturas nacionais de serviço público de mídia, notadamente a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2008). (Paulino et. Al. 2022, p. 120)

Houve ainda, segundo os pesquisadores, estratégias para disseminar a desinformação, pela Secretaria de Comunicação, nos canais oficiais do governo e a comunicação institucional serviu aos interesses pessoais e político-partidários de Bolsonaro e seu grupo. Outro aspecto relevante na discussão foi a junção da programação da NBR com a EBC, em abril de 2019, de que já tratou-se neste trabalho. Para os pesquisadores, a medida fez com que a EBC e, desse modo, a TV Brasil passassem a funcionar, na prática, como veículo de comunicação institucional.

---

<sup>54</sup> Governo Federal muda distribuição de verba nas emissoras de TV. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/tcu-ve-falta-de-criterio-do-governo-bolsonaro-no-rateio-de-verbas-para-tvs.shtml> Acesso em: 19/10/23

<sup>55</sup> Governo Federal muda distribuição de verba nas emissoras de TV. Disponível em: [https://www.meioemensagem.com.br/midia/governo-federal-muda-distribuicao-de-verba-nas-emissoras-de-tv?gclid=CjwKCAjwp8OpBhAFEiwAG7NaEq0vi5wTGi2UJYE3aemLs8WvllqDIJIsKRbXBw4Nc\\_yeE8OLPZrw0RoC0bEQAvD\\_BwE](https://www.meioemensagem.com.br/midia/governo-federal-muda-distribuicao-de-verba-nas-emissoras-de-tv?gclid=CjwKCAjwp8OpBhAFEiwAG7NaEq0vi5wTGi2UJYE3aemLs8WvllqDIJIsKRbXBw4Nc_yeE8OLPZrw0RoC0bEQAvD_BwE) Acesso em: 19/10/23

<sup>56</sup> Bolsonaro volta a criticar Rede Globo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-critica-a-rede-globo/> Acesso em: 19/10/23

<sup>57</sup> TV Globo recebeu um quarto dos gastos do governo Bolsonaro com publicidade na tevê em 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/tv-globo-recebeu-um-quarto-dos-gastos-do-governo-bolsonaro-com-publicidade-na-teve-em-2022/> Acesso em: 19/10/23

A EBC passou o primeiro ano do mandato de Bolsonaro sob a administração de militares que não tinham muita experiência em comunicação. Quando a Empresa migrou, juntamente com a Secom, para o Ministério das Comunicações, os militares deixaram as principais diretorias da EBC, mas ainda seguiram ocupando espaços relevantes para definição de diretrizes da empresa, como assento nos conselhos e forte influência na linha editorial. Cabe ainda destacar que, nos últimos anos, a linha editorial dos principais veículos da Empresa tem sido tomada por proselitismo político e religioso (devido à conexão do Presidente com igrejas evangélicas neopentecostais alinhadas a seu governo). (Paulino, *et. al.* 2020, p. 122)

Não demorou muito para que as denúncias de uso para interesses pessoais<sup>58</sup> de Jair Bolsonaro e, mais grave, denúncias de censura<sup>59</sup> aos profissionais da TV Brasil começassem a aparecer. Elas estão registradas nos Dossiês de Censura e Governismo na EBC em duas edições: na 3ª edição do Dossiê de Censura e Governismo na EBC<sup>60</sup> (2020-2021) e na 4ª edição do Dossiê de Censura e Governismo na EBC<sup>61</sup> (2021-2022). Entre os assuntos proibidos estava a cobertura do caso Marielle Franco<sup>62</sup> ou ainda temas relativos às ações ou falta delas durante a pandemia de Covid-19 no governo Bolsonaro.

Ao analisar a interferência da gestão Bolsonaro no serviço de radiodifusão público e, mais incisivamente, na EBC sob os aspectos de ações sociais e comportamentos humanos, Elton Bruno Pinheiro (2021) explica que os planos privatistas, a ameaça de extinção e a fusão com a NBR demonstraram o desvio de caráter público da Empresa Brasil de Comunicação e a intenção de deslegitimar a radiodifusão pública brasileira. O autor chama a atenção para o fato de, em nenhum outro governo da história, a postura contra o sistema de radiodifusão pública ser tão explícita. As ações empreendidas podem ser relacionadas com finalidades políticas, com a defesa de valores ideológicos, de convicções pessoais e, até mesmo, por uma tradição defendida

---

<sup>58</sup> Como Bolsonaro transformou a TV Brasil na sua emissora. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/irruuuu/> Acesso em: 19/10/23

<sup>59</sup> Jornalistas denunciam censura do governo Bolsonaro na EBC e distorção de notícias sobre a Covid-19. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/02/jornalistas-denunciam-censura-do-governo-bolsonaro-na-ebc-e-distorcao-de-noticias-sobre-a-covid-19.shtml> Acesso em: 19/10/23

<sup>60</sup> 3ª edição do Dossiê de Censura e Governismo na EBC. Disponível em: <https://ouvidoriaciadadaebc.org/wp-content/uploads/2021/10/Dossie-de-Censura-e-Governismo-EBC-3a-edicao.pdf> Acesso em: 19/10/23

<sup>61</sup> 4ª edição do Dossiê de Censura e Governismo na EBC. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Dossie-Censura-e-Governismo-EBC-4a-Edicao-FINAL.pdf> Acesso em: 19/10/23

<sup>62</sup> Assunto proibido sob Bolsonaro, Marielle Franco recebe memorial na EBC. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/assunto-proibido-sob-bolsonaro-marielle-franco-recebe-memorial-na-ebc> Acesso em: 19/10/23

por ele e pelas pessoas que o cercam de um modelo verticalizado e hierárquico de gestão incompatível com o que orienta um público de radiodifusão.

O modo como Bolsonaro e sua equipe agem em relação à EBC, limitando-a, e linhas gerais, a errônea ideia de um gasto público, ao invés de enxergá-la como um investimento educativo, cultural e de inovação, pode ser considerada como uma de suas estratégias para se manter no poder, corresponder ao interesse de seus aliados políticos e, ao mesmo tempo, deslegitimar a atuação crítica de um serviço de mídia que tem como principal foco a participação cidadã. (Pinheiro, 2021, p.102)

É importante registrar aqui que, embora o material audiovisual escolhido para análise neste trabalho esteja compreendido no primeiro semestre de 2019, a observação do contexto social em que ele se insere antes e, principalmente, depois na linha do tempo, não pode ser deixada de lado. Entende-se que a dinâmica da sociedade e a construção de pensamentos e narrativas enquanto fenômeno são contínuas e representam também um desafio para a observação acadêmica. Situar, no desenvolvimento do trabalho, alguns fatos e contextos posteriores ao período destacado para a análise da pesquisa pode ser útil na medida em que força a procura por explicações e justificativas não tão óbvias para consequências decorrentes de situações já experimentadas a partir do espaço/tempo analisado, no caso os primeiros meses da cobertura midiática após a posse de Jair Bolsonaro.

Tendo feito este registro e tecidas as considerações sobre a relação estabelecida entre as emissoras, seus históricos de atuação política e seus perfis editoriais segue-se para a próxima etapa do trabalho de pesquisa em que será estabelecida a metodologia e o percurso de investigação sobre os materiais audiovisuais selecionados.

## 5 PERSPECTIVAS PARA ANÁLISE DO TELEJORNAL, DO PODER E DA POLÍTICA

Quando empreende-se a busca por compreender a Televisão e a maneira como a sua relação com a sociedade se dá, é indiscutível a necessidade de levar em consideração as narrativas midiáticas construídas, o contexto do qual elas emergem, os interesses sociais, políticos, econômicos e de disputa por poder imbricados nessa arena, o histórico dessa relação além da troca entre públicos e profissionais de comunicação - entendendo aqui que os profissionais de comunicação também são parte de outros públicos simultaneamente.

Diante da complexidade de compreender as nuances da interação mídia/público/mídia e do pretense controle social disputado a partir das narrativas audiovisuais do telejornalismo brasileiro, o desafio, nessa pesquisa, é identificar quais são essas narrativas que as emissoras de TV (TV Brasil, Rede Globo e Rede Record) tomam para si no que diz respeito ao papel de informar.

Mesmo diante de posicionamentos telejornalísticos divergentes, para investigar a imagem pública que a mídia televisiva brasileira constrói de si mesma, ao falar sobre seu papel, e, ao fazê-lo, acaba por revelar traços de sua autopercepção identitária, precisa-se desvendar a personalidade de cada emissora a partir do material que exibem diariamente nos seus telejornais e assim, tendo clara a política editorial e tendo desenhado o fazer jornalístico de cada veículo, compará-los a outros momentos do telejornalismo nacional e também entre si. A questão principal de pesquisa está em identificar e demonstrar como se configura o telejornalismo brasileiro a partir dos tensionamentos da cobertura feita do Governo Federal e do presidente Jair Bolsonaro (Atualmente no PL) no período compreendido entre janeiro e junho de 2019. O caminho a ser percorrido nesta análise está descrito e pormenorizado nas sessões a seguir.

### 5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TELEJORNALISMO E OS ATRAVESSAMENTOS DE PODER E POLÍTICOS

Inicialmente, o *corpus* de análise da pesquisa era composto por todos as inserções jornalísticas que se relacionavam com o Governo Federal e com a família Bolsonaro no primeiro semestre de 2019. Esse conjunto representava algo superior a mil e cem materiais audiovisuais.

Entretanto, após análise preliminar do conteúdo, verificou-se a necessidade de fazer um recorte mais específico capaz de responder às questões de pesquisa com mais objetividade e celeridade.

Assim, lançar olhar para reportagens e temas de maior relevância social, interesse público, repercussão e que ainda guardassem relação com o modo de produção jornalística e as pautas mais caras para o governo Bolsonaro foi fundamental para chegar aos apontamentos que se apresentam neste trabalho. Para tanto, estabeleceu-se alguns critérios para destacar determinadas reportagens audiovisuais em detrimento de outras. Ao final da aplicação destes critérios chegou-se a um *corpus* formado por 465 reportagens, notas e entradas ao vivo. Dentro deste espaço, chama-se atenção para um volume mais expressivo para a Rede Globo que já deixa pistas das relações de interesse em abordar o máximo de contextos envolvendo o ex-presidente e pautar seu telejornalismo no sentido de agendamento social a partir de seus interesses.

O primeiro dos critérios é o de relevância social das pautas levadas à exibição pelos telejornais. A relevância social está ligada a expectativa das audiências (Guerra; Feitoza, 2020). Audiências estas que, para além dos gostos e preferências particulares, baseiam-se no que diz respeito a ordem pública.

Representam os compromissos relacionados aos direitos e deveres que os cidadãos têm nas sociedades democráticas. (...) Parte-se da premissa de que todos os indivíduos, quer queiram quer não, estão submetidos a vínculos formais de relacionamento – sociais, políticos e jurídicos, entre outros – decorrentes de sua condição cidadã. (Guerra e Feitoza, 2020 p.407)

É importante frisar que a relevância social não se dá exclusivamente pela determinação das audiências. Há que se considerar, ainda segundo os autores, que a capacidade de absorção de informações passa necessariamente pelo estímulo a atenção e que, por sua vez, passa pelo gosto por determinado tema.

Quando se leva em consideração que a mobilização social é efetivada pela afetação de indivíduos em aspectos que dizem respeito à coletividade e a gatilhos passionais, e ainda que a relevância social está pautada na maneira como a sociedade se comporta diante de informações que a leva a tomar decisões e ações práticas, torna-se inegável a relação das audiências com a relevância social. Como bem estabelecem Guerra e Feitoza, “a relevância da informação está relacionada à capacidade que tem de provocar algum tipo de efeito em quem recebe a

informação. Esse efeito, em termos jornalísticos, começa pela atenção dos membros da audiência à notícia” (Guerra e Feitoza, 2020 p.407).

Mas não se pode deixar de lado também, ao trazer a relevância social como critério de seleção, as ponderações feitas por Nilson Lage (2014) ao descrever conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas. Ele lembra que as narrativas duais do jornalismo, muitas vezes, se sobrepõem aos fatos.

O autor retrata o jornalismo a partir do conceito amplo de atividade de natureza técnica, pretensamente neutra, com respeito ético e, também, respeito a pluralidade de versões e que se atém a verdade dos fatos dando para a notícia um formato atraente.

Lage pondera ainda sobre a crítica desse formato amplo do jornalismo ao reconhecer o poder interpretativo e persuasivo de associações semânticas e emotivas na construção dos textos e no poder econômico estabelecido por quem gere e financia as empresas jornalísticas.

Por fim, o pesquisador chama atenção para o jornalismo enquanto prática militante em si quando os profissionais são impelidos a trazer para o debate as temáticas e causas socialmente estabelecidas como relevantes e nobres. “Trata-se de traço peculiar, já que essa participação, própria da cidadania, não é particularmente exigida de advogados, engenheiros ou quaisquer outros profissionais no exercício de suas atividades” (Lage, 2014, p.22).

E, como neste trabalho se aborda a perspectiva de política e das suas relações e implicações com o telejornalismo brasileiro, é indiscutível reconhecer estas percepções e conceitos de Lage para firmar o entendimento que fazemos aqui de relevância social apoiada nas relações de jornalismo com poderes, tanto econômico quanto político. Nas palavras do autor,

os indivíduos formulam seus juízos sobre o mundo com base na ideologia dominante em sua sociedade, que penetra e determina percepções e possibilidades de enunciação. Ora, essa ideologia é essencialmente a da classe dominante ou uma composição elaborada para encobrir paradoxos no seio da classe dominante; por definição, não contempla os objetivos perseguidos pela mídia contraditória (nos planos ético, moral, religioso, etc) ou revolucionária (no plano político). (Lage, 2014, p.25)

Na esteira dessa discussão, é trazido o interesse público como um dos critérios e, embora possa estar ligado à relevância social, ele não representa um mesmo conceito. É importante destacar que existe uma diferença entre as palavras social e público diante daquilo que representam.

O que se assume, neste trabalho, como social é o que está ligado à relação entre indivíduos e destes com a coletividade que formam. O que interessa são laços de interação que formam a sociedade. Entende-se a sociedade a partir do percurso que Elliot e Turner (2012) constroem ao

descrever as relações sociais como estrutura (relações de poder, competição, rivalidade, conduta), solidariedade (pertencimento, cidadania, reflexividade emocional, diálogo, comunicação e interação simbólica) e processo criativo (inovação, curiosidade propensão a transformações políticas e culturais). Estas são concepções que alternam momentos de aproximação e outros em que se repelem e, para os autores desaguam numa outra conceituação: sociedades elásticas. Como bem sintetizou Martins (2013),

Hoje as relações sociais transbordam seus espaços territoriais, ao passo que nas sociedades tradicionais os laços entre os indivíduos tinham por base a localidade, as relações familiares e outras formas de grupos primários. O conceito de sociedades elásticas permite analisar as interações sociais mediadas pelas diversificadas tecnologias de comunicação e seus efeitos nos planos social e político, em contraposição às teorias críticas repletas de uma visão nostálgica das relações sociais, predominantes num período anterior (Martins, 2013, p. 235).

Já para o entendimento do que seja interesse público, adota-se a perspectiva que deriva da noção de Comunicação Pública. É necessário reconhecer que a própria Comunicação Pública é observada e conceituada a partir de pelo menos cinco vertentes trazidas por Elizabeth Brandão (2007). A primeira delas a Comunicação Pública ligada à Comunicação Organizacional e o sentido de divulgação institucional. Na sequência, a Comunicação Pública pode ser observada como a comunicação de divulgação científica. Depois a Comunicação Estatal e/ou Governamental seguida da noção de Comunicação Pública enquanto comunicação política, de discursos e narrativas políticas. Por fim, a Comunicação Pública como aquela feita enquanto estratégia da comunicação da sociedade civil organizada. A autora é enfática ao estabelecer o que ela entende por Comunicação Pública.

A comunicação é um componente da vida política de um país e a Comunicação Pública é o resultado da organização da voz do cidadão neste cenário político. Por isso, volto a reafirmar minha definição de que a Comunicação Pública é o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país. (Brandão, 2007, p.19)

Logo, o interesse público se caracteriza por tudo aquilo que se liga a este espaço de negociação de valores, desejos, poderes. O que determina o interesse público é a discussão, o debate, a disputa por poder, a mobilização e a acomodação ou não dos elementos que suscitam este ambiente.

o homem contemporâneo não se faz homem senão pela via da ação. Nesse lugar, os atores da comunicação não só têm rostos, mas também bocas, porque bradam por todos os cantos e de todas as formas possíveis as histórias que vivem. Sob essa perspectiva, o espaço público contemporâneo é o espaço do conflito – resgatando Miège (1992) – porque é espaço de negociação entre os vários sujeitos-narradores das histórias contemporâneas. Ele nasce das relações entre o sujeito Estado, que não é mais soberano ou absoluto, e outras várias formas subjetivas de poder: o mercado (grande vilão das sociedades burguesa e moderna), além dos comunicadores e dos próprios meios de comunicação, somente para citar algumas. O espaço público contemporâneo, assimétrico e fragmentado, nasce e sobrevive da coexistência dessas relações. (Resende, 2005, p.134)

A repercussão, por sua vez, surge como critério a partir do momento em que a movimentação das pessoas cresce ao redor do fato noticiado. É comum que a própria repercussão dos fatos se torne em si um novo elemento a ser noticiado. É uma percepção por vezes subjetiva, mas que diante de manifestações no ambiente digital, da temperatura das conversas e postagens e, inclusive, da estrutura das narrativas jornalísticas que incorpora e dá visibilidade a repercussão no corpo de suas reportagens, este critério se materializa. Assim como a resposta da imprensa diante das investidas do governo Bolsonaro contra o trabalho de profissionais da mídia e das críticas às pautas neoliberais e de costumes que movimentaram o cenário da cobertura jornalística no período analisado, configura-se assim os outros dois critérios para o recorte adotado nessa pesquisa: modo de produção jornalística e pautas de interesse do Governo Bolsonaro.

Entre os meses de janeiro e junho de 2019 as reportagens selecionadas abordam temas como a narrativa da posse de Bolsonaro; a regulamentação sobre a posse de armas e as discussões relativas a criminalidade e violência; a reforma da previdência e suas implicações; o pacote anticrime; as polêmicas envolvendo ministros como Gustavo Bebianno, o hino nacional, a moralidade durante o carnaval (*golden shower*); os 100 dias de governo; o caso Marielle Franco e a prisão de Rony Lessa; a demissão de ministros do MEC; censura na Fiocruz; as manifestações nas universidades; os protestos pela educação; a operação “Vazajato” e as discussões sobre nazismo X esquerda. Todos estes assuntos serão descritos e pormenorizados durante as análises apresentadas a seguir neste trabalho. Assim como as perguntas que podem ser inferidas no percurso metodológico: Qual é o lugar de participação do telejornalismo na garantia da democracia e no incentivo, ou não, da participação dos cidadãos nesse processo? De que forma as emissoras compreendem, na contemporaneidade, o que cabe a elas na função de informar? Quais relações determinam seu papel a partir de um contexto de novas tecnologias, de outras maneiras de o público se comportar no espaço público virtual das mídias sociais

digitais e de um contexto político de tensionamentos e crise de confiança e credibilidade no telejornalismo? Quais as arestas, ranhuras, amalgama, permissões, aproximações e silenciamentos se materializaram nas reportagens televisivas, ao longo dos seis primeiros meses do governo Bolsonaro, e permitiram escancarar não só o desgaste nas relações de enfrentamento mútuo, mas também os acordos (tácitos e não tácitos) estabelecidos?

Para responder a estas questões, elegeu-se um caminho metodológico que passa pela reunião e análise documental (Moreira, 2005) dos vídeos das reportagens colhidos e arquivados ao longo do período, pela definição dos elementos a serem acompanhados ao lançar luz sobre cada audiovisual, leitura de bibliografia já publicada para dar suporte a construção de parâmetros de observação e elaboração das fichas de análise (Coutinho, 2016) e, por fim, a análise da amostra de pesquisa e reflexão sobre os resultados quali-quantitativos obtidos.

## 5.2 OS REPOSITÓRIOS AUDIOVISUAIS DAS EMISSORAS E PESQUISA DOCUMENTAL

Nesta etapa do desenvolvimento metodológico da pesquisa, aciona-se o trabalho da professora Sonia Virgínia Moreira (2005; 2012). A pesquisadora em seu texto “Análise Documental como método e como técnica” (2012) define a pesquisa documental como aquela em que o pesquisador tem acesso e faz uso de documentos históricos, técnicos, oficiais, pessoais. Materiais documentais que podem ter como suporte arquivos impressos, materiais em áudio e, também em vídeo.

A análise documental processa-se a partir de semelhanças e diferenças, é uma forma de investigação que consiste em um conjunto de operações intelectuais que têm como objetivo descrever e representar os documentos de maneira unificada e sistemática para facilitar a sua recuperação (...) muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. Consegue dessa maneira introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos. (Moreira, 2012, p. 276)

A pesquisadora destaca que o uso da análise documental no campo da comunicação é mais recente que em campos outros de pesquisa como o da história, direito e educação, por exemplo. Ressalta que é preciso ter ainda o objeto muito bem definido e claro uma vez que as chances de incorrer em equívocos são maiores dadas a abrangência e as mudanças constantes no campo. O pesquisador ao lançar mão das potencialidades da análise documental deve estar certo dos seus objetivos para observar, apreciar e refletir sobre os documentos. O pesquisador tem então à sua

disposição um método e, também, uma técnica para pesquisa científica que pode servir a observações de cunho qualitativo e quantitativo:

Método porque pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. Técnica porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, como a entrevista e o questionário. Na maioria das vezes é qualitativa: verificar o teor, o conteúdo do material selecionado para análise. Apesar de mais rara, também existe na versão quantitativa, caso a finalidade do levantamento seja reunir quantidades de informação em contextos identificados como essenciais para o corpus da análise. (MOREIRA, S. 2002 p.272).

É nessa perspectiva que se insere o universo de análise, tomando como base as reportagens exibidas pelos principais telejornais de cada uma das três emissoras selecionadas. Os arquivos de vídeo foram extraídos das plataformas de exibição digital da Rede Globo e da Rede Record, respectivamente **Globoplay**<sup>63</sup> e **PlayPlus**<sup>64</sup> com a ajuda de um *software* e os da TV Brasil a partir do repositório feito por eles no próprio site institucional. A opção de pesquisa foi pelos três primeiros meses de telejornais exibidos no horário nobre das emissoras, consequentemente os telejornais de maior destaque em cada uma delas. Os telejornais são: Jornal Nacional, Jornal da Record e Repórter Brasil.

Acredita-se que tanto as narrativas criadas e exibidas nas reportagens quanto o contexto em que foram pautadas, planejadas e executadas são capazes de deixar pistas de uma narrativa comum formada pelo conjunto das reportagens do papel que o telejornalismo brasileiro assume para si no exercício de noticiar e reportar. Ainda sobre este aspecto, Sonia Virgínia aponta para a possibilidade de o próprio conjunto do material recolhido indicar novas possibilidades de análise a que se atenta este trabalho.

A análise crítica do material encontrado constitui importante fio condutor para a memória de eventos, pessoas e contextos. Muitas vezes a consulta a acervos pode estimular aspectos ou ângulos de abordagem não previstos na fase de elaboração do projeto de pesquisa. Nesta peculiaridade – a possibilidade de desenvolvimento quase autônomo do tema a partir dos dados encontrados nos arquivos pesquisados – reside um atributo fascinante da análise de documentos. (Moreira, 2002 p. 274)

---

<sup>63</sup> Globoplay é o serviço de streaming das Organizações Globo. A plataforma criada em 2015 concentra boa parte da programação da TV Globo e ainda filmes, séries e outros conteúdos que os assinantes podem acessar sob demanda. Em 2020 a plataforma bateu a casa dos 20 milhões de usuários.

<sup>64</sup> PlayPlus é, assim como o Globoplay, o serviço de streaming da Rede Record. Ele tem sua criação datada de 14 de agosto de 2018. Agrega a programação da TV Record e ainda programação de outros canais como a ESPN.

Essa parte da coleta, seleção, arquivamento do material a ser averiguado e observação inicial coincide com uma etapa que, na análise da materialidade audiovisual (Coutinho, 2018), é chamada de leitura flutuante do material. É o primeiro passo, o primeiro contato com o objeto e que vai permitir o desenvolvimento e elaboração das fichas de análise. Assuntos que serão abordados mais detalhadamente na próxima sessão.

### 5.3 O AUDIOVISUAL TELEJORNALISTICO DESCRITO E ANALISADO EM SUA INTEIREZA - A ANÁLISE DA MATERIALIDADE AUDIOVISUAL COMO MÉTODO

Parte-se aqui do entendimento de que a experiência audiovisual é um todo complexo em que imagem, texto, edição, silêncio, contexto, condições de compreensão do público e tantos outros fatores são acionados e produzem sentido no conjunto da experimentação de vídeos e, claro, reportagens de telejornais. Este olhar faz parte dos estudos da metodologia de Análise da Materialidade Audiovisual que é aplicada nos estudos do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual/UFJF.

Em 2016, ao apresentar as reflexões sobre o método, no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Iluska Coutinho salientou que

As interpretações de edições de programas jornalísticos ou de parte deles, de uma cobertura particular ou de séries de produtos de jornalismo audiovisual, em uma eventual perspectiva comparativa, não devem realizar operações de decomposição/ leitura, que descaracterizariam a forma de enunciação/ produção de sentido do telejornalismo. (Coutinho, 2016, p.10)

O método da Análise da Materialidade Audiovisual leva em consideração a unidade complexa do audiovisual atenta aos códigos, sentidos e símbolos. A interação entre todos os elementos proporciona leituras outras que ultrapassam os limites de análises científicas possíveis até então trabalhadas (geralmente metodologias de observação fragmentadas que, muitas vezes, não davam conta da compreensão e das respostas às perguntas feitas durante a pesquisa do que é produzido pelo telejornalismo).

Ao optar por observar o telejornalismo considerando sua dimensão audiovisual como unidade, defende-se que as operações de análise em que os procedimentos envolvam a decomposição/transcrição de códigos como forma de descrever reportagens, noticiários ou outros programas televisivos, descaracterizariam sua forma de enunciação/produção de sentido, distanciando-se da sua experiência de consumo e mesmo de sua verdade intrínseca. (Coutinho, 2018, p.187)

A etapa inicial deste modelo metodológico é aquela que lança olhar sobre a ideia do que será apresentado pelo material audiovisual. Nessa perspectiva, observa-se o que o produto “diz de si” em diálogo com a economia, a política e o grau de pertencimento das emissoras. Lança-se olhar ainda para como ele prepara a audiência para aquilo que será exibido, quais são as promessas audiovisuais contidas ao longo da programação televisiva, do que já foi anunciado sobre este audiovisual e, tão importante quanto o conteúdo, a forma e a experimentação é a averiguação do contexto, das informações e situações que circundam essa experiência (a maneira como foi produzida, os contextos socioeconômicos e políticos em que se inserem, os profissionais envolvidos na produção e apresentação, o tempo, o lugar e o suporte de exibição). Na metodologia em questão, este conjunto de informações que gravitam ao redor do audiovisual e também imprimem sentido ao vídeo é reconhecido como paratexto. A perspectiva dos elementos paratextuais se âncora em Gérard Genette (2009) que, tomando como base a literatura, faz referência ao material de apoio que, de algum modo, contribui para a leitura e a interpretação.

O processo de definição desses parâmetros leva em consideração ainda um mapeamento preliminar do todo ou da parte dos produtos telejornalísticos capazes de responder à questão de pesquisa. Este momento é o de uma leitura mais dinâmica e superficial de um todo de emissões (no fluxo de exibição ou a partir dos repositórios das emissoras a depender das condições de captação do pesquisador). O passeio mais fluido por todo o material ajuda a perceber inicialmente as potencialidades de cada trecho ou conjunto das emissões. Este período ajuda na ampliação ou redução do *corpus* e, até mesmo na mudança da perspectiva de análise e, ainda, no descarte do material. Flanar sobre este conjunto audiovisual e viver a experimentação como cientista e, também, como público (sem perder a perspectiva da pesquisa e reconhecendo os limites e potencialidades desse duplo lugar) é fundamental para lançar luz, solidificar e dar ainda mais força para o que motiva a investigação.

As etapas descritas por Coutinho (2018) então se configuram como a identificação do objeto audiovisual e suas propostas, a identificação daquilo que emoldura o audiovisual para, adiante, iniciar a confecção da ficha de análise, realizar um pré-teste do instrumento de análise numa amostra reduzida do objeto de pesquisa, elaborar os parâmetros de interpretação dos dados e de eventual material de codificação. Os eixos norteadores da ficha de análise devem ser claros ao comunicar, a partir do referencial teórico utilizado, aquilo que se busca como resposta da entrevista feita ao *corpus* da pesquisa.

É a partir dos eixos de avaliação que se articulam itens ou aspectos a observar, construídos eventualmente por meio de perguntas dirigidas ao objeto e/ou à sua experimentação audiovisual. Por meio dessas escolhas que envolvem também um nível de domínio teórico e técnico acerca dos modos de comunicar do telejornal, tem-se a moldura da avaliação a ser empreendida, materializada em uma ou mais fichas de análise a ser (em) construída(s) pelo investigador. (Coutinho, 2018, p.188)

### 5.3.1 Construção da Ficha de análise

A seguir vai ser apresentada a ficha de análise confeccionada para uma melhor visualização e, na sequência, o detalhamento de estudos que sustentam cada uma das sessões e eixos da ficha.

Tabela 1- Ficha de análise metodológica

| <b>Ficha de Análise – Análise da Materialidade Audiovisual</b>                                                                    |                                          |                                      |                |                          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|--------------------------------------|----------------|--------------------------|
| <b>1) Ficha técnica e indicação de temáticas abordadas</b>                                                                        |                                          |                                      |                |                          |
| Nome do Vídeo                                                                                                                     |                                          |                                      |                |                          |
| Data:                                                                                                                             | Tempo:                                   | Tipo de Material                     |                |                          |
|                                                                                                                                   |                                          | Nota                                 | VT             | Vivo                     |
| Repórter                                                                                                                          | Apresentador                             | Telejornal                           |                |                          |
|                                                                                                                                   |                                          | JN                                   | JR             | RB                       |
| Assunto:<br>(tinha deixado para ficar mais fácil para o programador)                                                              |                                          |                                      |                |                          |
| Fontes:                                                                                                                           |                                          | Direta                               | Indireta       |                          |
| Nome:                                                                                                                             |                                          |                                      |                |                          |
| Sexo:                                                                                                                             | Cor:                                     | Especialista                         | Tempo de fala: | Papel da fonte:          |
| Sobre o que fala e como fala:                                                                                                     |                                          |                                      |                |                          |
| Observações:                                                                                                                      |                                          |                                      |                |                          |
| <b>2) Narrativas da mídia construídas sobre seu próprio papel cada matéria seria analisada em relação a estas duas dimensões.</b> |                                          |                                      |                |                          |
| <b>2.1) Quanto à função proposta pelos meios de comunicação - promessas da mídia</b>                                              |                                          |                                      |                |                          |
| Instrumento de exercício ou de controle do poder                                                                                  | Instrumento social pedagógico            | Instrumento social de entretenimento |                | Outros                   |
| <b>2.2) Quanto ao papel social (que é atribuído ao que a mídia narra – é o que emerge das narrativas)</b>                         |                                          |                                      |                |                          |
| Intérprete isento da realidade                                                                                                    | Lugar de referência social compartilhada | Prestador de serviço                 |                | Articulador da sociedade |

|                                                                                                                                                                          |                                                  |                                                   |                                        |                                                                      |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|---------------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|
| Fiscal dos poderes (papel de quarto poder)                                                                                                                               | Promotor de valores da cidadania e da democracia | Promotor de identidades sociais (ethos coletivos) | Outros                                 |                                                                      |
| <b>2.3) Identificação sobre eventual origem da matéria nas redes sociais</b>                                                                                             |                                                  |                                                   |                                        |                                                                      |
| Mídia em relação às redes sociais                                                                                                                                        |                                                  |                                                   |                                        |                                                                      |
| Assume que o assunto foi pautado pelas redes.                                                                                                                            |                                                  | Aborda sem explicitar que partiu das redes        |                                        |                                                                      |
| <b>3) Valência da cobertura dos assuntos tratados na reportagem</b>                                                                                                      |                                                  |                                                   |                                        |                                                                      |
| Positiva                                                                                                                                                                 |                                                  | Neutra                                            |                                        | Negativa                                                             |
| Apontamentos                                                                                                                                                             |                                                  | Apontamentos                                      |                                        | Apontamentos                                                         |
| Abordagem informativa                                                                                                                                                    |                                                  | Abordagem opinativa                               |                                        | Espaço para contraditório                                            |
|                                                                                                                                                                          |                                                  |                                                   |                                        | sim                                                                  |
| Apontamentos                                                                                                                                                             |                                                  | Apontamentos                                      |                                        | Apontamentos                                                         |
| <b>4) Cobertura sobre o governo/presidente</b>                                                                                                                           |                                                  |                                                   |                                        |                                                                      |
| <b>4.1) Sobre o presidente e ministros:</b>                                                                                                                              |                                                  |                                                   |                                        |                                                                      |
| Cita o presidente?                                                                                                                                                       | Presidente fala?                                 | Cita ministros?                                   | Ministros falam?                       |                                                                      |
|                                                                                                                                                                          |                                                  |                                                   |                                        |                                                                      |
| Nome na identificação?                                                                                                                                                   | Ministros no título?                             | Ministérios no título?                            | Polêmicas no título?                   |                                                                      |
| <b>4.2) Valência da cobertura sobre o governo na reportagem (em cada um dos papéis identificados)</b>                                                                    |                                                  |                                                   |                                        |                                                                      |
| Positiva                                                                                                                                                                 |                                                  | Neutra                                            |                                        | Negativa                                                             |
| Apontamentos                                                                                                                                                             |                                                  | apontamentos                                      |                                        | apontamentos                                                         |
| <b>5) Características e Tipificação dos personagens</b>                                                                                                                  |                                                  |                                                   |                                        |                                                                      |
| <b>5.1) Características que as narrativas jornalísticas imprimem no presidente (em função das características... que tipo de tipo foi mobilizado mais intensamente?)</b> |                                                  |                                                   |                                        |                                                                      |
| <b>5.2 Tipificação do personagem</b>                                                                                                                                     |                                                  |                                                   |                                        |                                                                      |
| Herói                                                                                                                                                                    | Popular                                          | Líder Charmoso                                    | Pai                                    |                                                                      |
| Outras:                                                                                                                                                                  |                                                  |                                                   |                                        |                                                                      |
| <b>5.3) Há inserção de algum outro personagem que se relacione ou interfira na percepção a mídia tenta passar do presidente?</b>                                         |                                                  |                                                   |                                        |                                                                      |
| Sim                                                                                                                                                                      |                                                  | Não                                               |                                        |                                                                      |
| Apontamentos                                                                                                                                                             |                                                  | Apontamentos                                      |                                        |                                                                      |
| <b>6) Abordagem da democracia, da cidadania e dos direitos humanos nas reportagens</b>                                                                                   |                                                  |                                                   |                                        |                                                                      |
| Fala-se sobre Direitos Humanos (explicitamente)?                                                                                                                         | Fala-se sobre Cidadania?                         | Fala-se sobre Democracia                          | Direitos Humanos e Cidadania abordados | Representantes das instituições garantidoras dos direitos são fonte? |

|                                                                                      |                                                               |                                           |                      |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|----------------------|--------------|
|                                                                                      |                                                               |                                           | de maneira indireta? |              |
| <b>Apontamentos:</b>                                                                 |                                                               |                                           |                      |              |
| Há espaço de fala para as populações afetadas pela negação dos direitos humanos?     | A participação do público é ativa na construção da narrativa? | Direitos Humanos tratados como positivos? |                      | Outras:      |
| <b>6.1) Valência da abordagem da democracia, dos Direitos Humanos e da Cidadania</b> |                                                               |                                           |                      |              |
| Positiva                                                                             |                                                               | Neutra                                    |                      | Negativa     |
| Apontamentos                                                                         |                                                               | Apontamentos                              |                      | Apontamentos |

Fonte: elaborada pelo autor

### 5.3.1.1 Eixos de análise: abordagem e observações

Para esta pesquisa foram levados em consideração seis eixos. O primeiro deles é o que dá a dimensão da ficha técnica de cada um dos vídeos e ainda contempla as temáticas abordadas em cada um deles. Este eixo é importante principalmente para a reunião e apuração de dados quantitativos e dos perfis jornalísticos do material.

O eixo seguinte é o que se dedica a observar as narrativas construídas pela mídia sobre o seu próprio papel. A partir das pistas deixadas pelas reportagens, notas cobertas ou mesmo pela leitura das cabeças dos VT's e de notas pé os parâmetros de observação podem indicar os valores jornalísticos e métodos de produção de notícia norteiam o pensamento e linha editorial de cada veículo no enfrentamento da cobertura presidencial e governamental.

A dimensão dada aos assuntos abordados em cada um dos vídeos e ainda a valência dessas exposições são o alvo do eixo de número três. O caráter interpretativo e, também, o tom adotados pelas emissoras durante a execução do trabalho de reportar estão presentes no eixo seguinte em que são analisadas as maneiras, apontamentos e julgamentos das narrativas criadas pelos telejornais para as coberturas do governo federal e do presidente Jair Bolsonaro.

O quinto eixo é dedicado a descrever e observar as características atribuídas ao presidente enquanto personagem dessa trama pautada pelos telejornais. O foco aqui é a tipificação de Bolsonaro frente às pautas, temas, crises e polêmicas evidenciadas pelos profissionais da imprensa.

Por fim, com atenção ao caráter de investigação dos grupos de pesquisa do PPGCOM (“Núcleo de Jornalismo e Audiovisual” e “Comunicação, Identidade e Cidadania”), o olhar do sexto eixo

recai sobre a forma como democracia, cidadania e direitos humanos é trabalhada pelas reportagens.

Para cada um desses eixos foi elaborado um conjunto de parâmetros e aspectos a serem sinalizados e destacados do material sempre respeitando a experimentação do audiovisual na sua unidade. Em outras palavras, é responder a cada um dos aspectos a partir da fruição daquele audiovisual nas condições em que foi apresentado e dado a conhecer sua narrativa.

### *5.3.1.2 Ficha técnica e Temáticas abordadas*

A identificação inicial é fundamental para o início de cada uma das análises. Uma vez que a dimensão de toda a amostra é significativa, ter as características básicas dos vídeos proporciona o cruzamento de dados bem objetivos do que as emissoras trataram, no tempo em que dedicaram a cada um dos temas, o que priorizaram em cada reportagem. É possível, por este eixo, selecionar tipos de material, telejornal, tempo, fontes utilizadas, recortes de gênero, cor e lugar de fala dos entrevistados assim como a temática desenvolvida.

O Nome do vídeo é dado a partir de como ele foi apresentado no repositório da emissora. Na frente de cada um deles adotamos ainda a evidenciação da data e do telejornal em que foi exibido. Na sequência, há a preocupação em determinar o telejornal em que o material foi exibido, os apresentadores e se aquele material se trata de uma nota, uma reportagem ou uma entrada ao vivo.

A escolha pelo formato diz bastante sobre alguns dos critérios de noticiabilidade adotados pelas emissoras. Para explicitar o conceito adotado nessa pesquisa, remete-se aqui ao estudo de Gislene Silva (2005) sobre o tema. A autora em seu texto “Para pensar os critérios de noticiabilidade” busca posicionar de maneira objetiva os valores notícia e a seleção de notícias como “conceitos específicos pertencentes ao universo mais amplo do conceito de noticiabilidade” (Silva, 2005, p.95) No processo de produção noticioso, a dinâmica de trabalho e a interação com os diferentes profissionais, fontes e situações vivenciadas ao longo de cada uma das etapas de produção, apuração e edição interferem na seleção dos acontecimentos que potencialmente vão se tornar informação e notícia.

É no percurso dessa longa cadeia produtiva da notícia que devemos investigar a rede de critérios de noticiabilidade, compreendendo noticiabilidade (newsworthiness) como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições

favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. (Silva, 2005, p.95)

Ao revisitar as obras de Mauro Wolf (2003) e Nelson Traquina (2001), a pesquisadora destaca que os critérios de noticiabilidade já têm, na seleção primária dos fatos (valores-notícia), um filtro inicial. Ele se expande na etapa seguinte da produção noticiosa quando é feito o tratamento das informações. A organização hierárquica das informações e ordenamento escolhido para a narrativa vão (re)configurando os critérios. Também aqui, segundo a autora, fatores institucionais da organização entram em cena e interferem significativamente como, por exemplo, “formato do produto, qualidade do material jornalístico apurado (texto e imagem), prazo de fechamento, infraestrutura, tecnologia” (Silva, 2005, p.96). Por fim, a pesquisadora cita os fundamentos filosóficos, epistemológicos e éticos do jornalismo como outros dispositivos que contribuem para essa interferência. Os conceitos de interesse público, imparcialidade, verdade e objetividade vão interferir de maneira direta em todas as etapas desse processo.

O tratamento dispensado aos fatos materializa a ótica dos critérios de noticiabilidade de cada emissora observada neste trabalho. Desde os formatos escolhidos para tratar a informação na TV, as fontes levadas a público, o ordenamento dos assuntos ao longo dos telejornais, a linguagem, a seleção das imagens, as narrativas interpretativas mais explícitas, os silenciamentos... Tudo precisa ser levado em consideração no exercício de compreender o processo de produção de cada jornal e a identidade institucional que ali se apresenta.

O Assunto tratado em cada reportagem e as fontes escolhidas nos interessam de maneira bastante efetiva. Por isso é fundamental que seja feito o seu registro nessa etapa da análise. Ao finalizar o preenchimento da ficha, estes itens, vão dizer, por exemplo, quantas vezes e de que maneira temáticas específicas foram tratadas ou silenciadas na comparação de um telejornal com os outros assim como as fontes escolhidas foram trabalhadas para a construção narrativa de cada telejornal.

Quanto à observação das fontes, é preciso pontuar que são registrados os nomes, o sexo, a cor e a especialidade de cada pessoa entrevistada assim como o tempo de fala e sobre o que fala. Esses elementos permitem delimitar e desenhar o papel que cada entrevistado desempenha na narrativa. Para esta observação de personagens na construção narrativa do telejornalismo, busca-se referências na dramaturgia do telejornalismo. Na obra de Iluska Coutinho (2013), é

possível traçar um caminho narrativo de dramas cotidianos feitos pelo telejornalismo. Para tanto, elementos da dramaturgia clássica são postos em paralelo ao fazer telejornalístico.

O uso do termo dramaturgia, na perspectiva adotada pela autora, de maneira alguma esbarra no equívoco de aproximar o telejornal de entretenimento ou usar de métodos sensacionalistas. A tentativa é a de demonstrar que a estrutura narrativa dos telejornais estudados (Jornal Nacional e Jornal da Cultura) fazem sua construção como sendo um drama cotidiano. Para essa definição foi observada a associação de conflitos narrativos trazidos pelas matérias veiculadas porque “a estruturação do noticiário televisivo em torno de problemas, ações e disputas guardaria semelhanças com o que classificamos como um drama cotidiano” (Coutinho, 2012, p.116).

Uma vez que é identificado o drama como uma construção narrativa, é necessário prestar atenção aos papéis desempenhados por cada pessoa/personagem no drama informativo construído. A autora ressalta que estes personagens podem ser observados em “entrevistas, imagens de ação e de seus agentes, textos do repórter e, também, de fontes entrevistadas” (Coutinho, 2012, p.139). Importante assinalar que estes personagens aparecem em boa parte das vezes em circunstâncias explícitas, porém o registro indireto também é importante.

Ainda de acordo com o estudo, os papéis vivenciados pelos personagens da narrativa jornalística se aproximam daqueles já cristalizados pela dramaturgia clássica.

Entre os papéis que poderíamos chamar de essenciais ou fundamentais nas narrativas analisadas estão o de: mocinho, vilão, herói, vítima, expert, parceiro/aliado, mediador, concorrentes e ainda o de “musa” ou troféu em disputa. Há ainda uma variação desses papéis tipo padrão, que seriam os de vilão implícito, neomocinhos ou vilões regenerados/arrepentidos; fiscais ou defensores; beneficiados/favorecidos e ainda o personagem misterioso ou radical. (Coutinho, 2012, p. 139)

A atuação de cada um desses elementos na ação narrativa em estudo comumente caminha na direção de uma lição moral, de uma mensagem acrescida, muitas vezes, de juízos de valor e um cunho educativo. Apesar dos valores estruturantes (por vezes utópicos) do jornalismo praticado no Brasil, este aspecto moralista destoaria dos princípios de impessoalidade, neutralidade entre outros tantos tidos como objetivo profissional. Exatamente por este relevo narrativo é que buscar compreender os personagens e sua atuação narrativa na construção telejornalística se faz tão necessária na pesquisa aqui descrita.

### 5.3.1.3 Narrativas do telejornalismo construídas sobre seu próprio papel

Uma parte significativa das respostas a que se procura investigar está relacionada a este eixo de análise. Aqui a pesquisa se debruça sobre os aspectos de uma construção narrativa do telejornalismo sobre si próprio. Em um primeiro momento, a investigação recai sobre a função propostas da identidade, do conteúdo e da forma do programa televisivo pelos meios de comunicação. É preciso identificar e catalogar as promessas direcionadas aos públicos que os telejornais fazem do produto que entregam.

#### **A- Quanto à função proposta pelos meios de comunicação - promessas da mídia**

Parte-se da perspectiva de saberes do público telespectador do pesquisador francês Fraçois Jost (2004). Segundo o pesquisador, a compreensão daquilo que é assistido depende de alguns conhecimentos prévios sobre o audiovisual. Jost procura pensar a narratologia em um sentido que dê conta de compreender e levar em consideração os receptores da informação. O pesquisador revela que os programas e programações de televisão muitas vezes exibem imagens ao telespectador sem informações prévias do que tratam efetivamente e isso implica em problemas na interpretação do material audiovisual. Diferentemente do cinema que, segundo o autor, prepara o público para aquilo que ele vai encontrar com cartazes e fotos na entrada das salas de exibição.

Ao analisar as imagens iniciais dos atentados de 11 de setembro<sup>65</sup>, nos Estados Unidos, e como o público demorou a decodificar, interpretar e fazer conexões contextuais com aquilo que assistia, Jost alertou para a necessidade dos programas televisivos (incluindo telejornais) de explicar, anunciar os gêneros, os formatos e a concepção do que vão levar ao ar, principalmente quando se trata de uma novidade para estabelecer a aproximação com o público e endereçar este material.

Por tratar-se de uma mídia que mostra imagens de diferentes gêneros e que gosta de misturá-los, é preciso construir um sistema que explique a concepção, a estruturação e também a recepção dos programas (na óptica pragmática que é minha). Nessa perspectiva, eu digo que cada gênero se ancora numa promessa de relação a um mundo, cujo modo ou cujo grau de existência condicione a adesão ou a participação do receptor. Em outras palavras, um documento no sentido mais amplo-seja escrito ou audiovisual- é um produto

---

<sup>65</sup> No dia 11 de setembro de 2001, um ataque terrorista planejado pelo grupo fundamentalista al-Qaeda colocou abaixo as torres do World Trade Center, em Nova York. 19 terroristas sequestraram, no total, quatro aviões comerciais. Dois aviões foram responsáveis pela queda do complexo comercial. O terceiro atingiu o Pentágono, na Virgínia e o último deles caiu em um campo aberto na Pensilvânia.

em função de um tipo de crença adotada pelo destinatário e, por outro lado, esse documento não pode ser interpretado pelo receptor sem ter alguma ideia prévia sobre o tipo de laço que o une com a realidade. (Jost, 2004 p.69)

Sendo assim, é preciso identificar se cada reportagem, entrada ao vivo, nota coberta ou seca da amostra de pesquisa cumpre o que se espera das promessas de um telejornal aqui no Brasil, se atende ou não aos interesses públicos, se revela valores do jornalismo estabelecidos pela emissora ou ainda se subverte toda esta lógica ao noticiar.

Esta avaliação precisa levar ainda em consideração as mudanças no modo de produzir conteúdo televisivo. Existe um caminho de transição na elaboração dos programas televisivos. Eles migram da lógica dos fluxos das grades de programação analógica para outras experiências como a TV sob demanda. É imperativo considerar e reconhecer que, por ter sido feita a seleção de nosso objeto de estudo a partir dos repositórios das emissoras, estes materiais audiovisuais precisam ser observados sob uma lógica que não despreze, obviamente, o fluxo (uma vez que originalmente os programas foram concebidos para a TV aberta) mas que também leve em consideração que, ao produzir e disponibilizar as reportagens de modo fragmentado, as emissoras estabelecem relação outra com o público e a notícia. Nessa relação surgem elementos como a possibilidade de compartilhamento de trechos deslocados do todo do telejornal e que podem representar uma preocupação extra aos produtores, repórter e editores na hora de construir a sua narrativa.

É necessário reconhecer que apesar de o material da reportagem fazer parte de um todo inserido no fluxo televisivo, ele encerra em si próprio um conjunto significativo que precisa informar com exatidão.

A multiplicidade de telas digitais propicia ao usuário escolher o melhor momento e o lugar mais adequado ou conveniente para consumir o conteúdo. Esse consumo, tradicionalmente chamado de assistir televisão ou usar o computador, traz outras experiências que exigem dos produtores da indústria audiovisual um olhar mais amplo do que aquele que visualizava apenas uma tela de televisão na sala de estar. Hoje, considera-se um olhar míope esse modelo que foca a produção para apenas uma tela. A explicação é que toda forma de exibição deve ser considerada como uma receita extra para a indústria multimídia e, principalmente, uma busca incessante por públicos distintos –faixa etária, condição social, intelectual e geográfica. (Aronchi, 2013, p.2)

Ao pensar sobre como produtores de conteúdo, profissionais de jornalismo, da pesquisa em comunicação e, também, o público lidariam com essas questões de definição do que

efetivamente tratam os produtos televisivos feitos para muitas telas é que José Carlos Aronchi, ao longo de 15 anos, desenvolveu um estudo sobre os gêneros televisivos na perspectiva da TV digital. Ele concentrou as características dos produtos audiovisuais em oito grupos: categorias; gêneros; formatos; gravação, exibição e transmissão; periodicidade; dia da semana; horário e faixa etária. A **Roda dos Gêneros**<sup>66</sup> foi organizada em círculos que crescem a partir de um mesmo centro. É possível movimentar cada um dos discos, alinhar as características ali elencadas e compreender do que trata cada programa televisivo a partir das suas particularidades. “A Roda é uma pesquisa aplicada e seu conceito propõe soluções para resolver problemas com os quais o público se depara: o que é isso que estão me mostrando? É isso que eu quero assistir? Como vou encontrar um conteúdo que me agrada?” (Aronchi, 2013, p.11) A conceituação previamente estabelecida do que sejam estas características permite estabelecer um ponto de partida para situar a experimentação audiovisual diante dessa profusão de elementos que se hibridizam.

Não se tratará aqui de uma memória comprometida apenas com a noção de tempo, mas sim de um conceito de memória em perspectiva ontológica, daquilo que permanece no espírito, e que escapa dos limites impostos pelas noções de espaço e tempo, uma memória que não é produzida, mas sim fonte geradora. (Aronchi, 2013, p.6)

Na primeira parte deste eixo, acredita-se que o material audiovisual possa ser conduzido tendo o telejornalismo como um instrumento de exercício e controle de poder, como instrumento social pedagógico e ainda como instrumento social de entretenimento. Não se descarta ainda o surgimento, ao longo da análise do objeto de pesquisa, de novas formas de perceber essa instrumentalização do telejornalismo.

Entre os autores utilizados nesta parte da metodologia para sustentar as indicações da ficha de análise se destaca inicialmente Martin Barbero (2008) que, ao investigar os meios e as mediações na América Latina, propõe observar a cultura a partir das mediações. A televisão faz parte deste percurso investigativo uma vez que tem expressividade cultural e contribui para delimitar e configurar a materialidade social. O autor propõe esta análise a partir de três lugares de mediação em que a TV está inserida: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural.

A dimensão familiar da TV se estabelece ao passo em que ela pode, no ambiente doméstico, promover um espaço para leitura, interpretação e codificação dela própria. Isso se dá pela relação de proximidade que pode simular e trabalhar para a manutenção do contato entre a

---

<sup>66</sup> Disponível em: <http://www.rodadosgenerostv.com.br> acesso em: 13/01/21

família e as pessoas (apresentadores, repórteres, atores) do universo televisivo. Ainda nesse aspecto familiar, o autor destaca o que chama de “retórica do direto”. É a dimensão da proximidade e da magia de ver que este dispositivo desperta ao suscitar o imediatismo e ainda a proximidade na forma como reproduz a cotidianidade familiar.

No que tange a mediação por temporalidade social, Barbero discorre sobre o tempo que é organizado pela TV. A sucessão de gêneros e textos que reproduzem uma lógica organizacional que articula o poder a partir do sistema produtivo.

Visto a partir da televisão, o tempo do ócio encobre e desvela a forma do tempo do trabalho: o fragmento e a série. Dizia Foucault que “o poder se articula diretamente sobre o tempo”. Porque é nele que se faz mais visível o movimento de unificação que perpassa a diversidade do social. (Barbero, 2008, p.298)

Já a dimensão da competência cultural coloca a televisão como o espaço contraditório em que acontece, de acordo com Barbero, tanto a desativação de diferenças sociais e integração ideológica quanto à presença de uma matriz cultural.

A compreensão da televisão enquanto meio massivo se organizaria, ainda de acordo com o autor, a partir dos seus gêneros enquanto unidade mínima dessa organização. O telejornalismo, enquanto gênero estaria imbricado nessa ideia.

Assim como a maior parte das pessoas vai ao cinema para ver um filme, ou seja, um filme policial ou de ficção científica ou de aventuras, do mesmo modo a dinâmica cultural da televisão atua pelos seus gêneros. A partir deles, ela ativa a competência cultural e a seu modo dá conta das diferenças sociais que atravessam. Os gêneros, que articulam narrativamente as serialidade, constituem uma mediação fundamental entre as lógicas do sistema produtivo e as do sistema de consumo, entre a do formato e a dos modos de ler, dos usos. (Barbero, 2009, p. 3001)

Dessa maneira, as narrativas jornalísticas sob a perspectiva de mediações culturais possibilitam enxergar o telejornalismo como um dos instrumentos de exercício e controle de poder uma vez que, enquanto gênero, articula algumas das lógicas de produção e consumo da sociedade e, automaticamente, de poder.

Nesse sentido, Terezinha Silva e Vera França (2017) ao investigarem a relação entre os valores-notícia, as práticas jornalísticas e o contexto social acreditam que cada um dos sujeitos envolvidos no processo de produção da notícia inserem as suas várias relações, de distintos universos em que estão inseridos, nesse processo. O que acaba de certo modo lançando luz ou silenciamentos em informações que muitas vezes deixam de lado o interesse público. Acredita-se que esta observação cabe também ao exercício de poder dentro da sociedade: a depender dos

valores notícia e das relações que constroem a noticiabilidade, a narrativa jornalística tem interferência nessa disputa.

Se pensarmos o Jornalismo não como mera transmissão de informações e sim como parte de um processo comunicativo em que há diferentes sujeitos em interação, conforme o paradigma relacional (FRANÇA, 2006), podemos compreender que os atores do campo jornalístico (jornalistas, organizações midiáticas etc.) têm um forte laço com a cultura e a sociedade com a qual se comunicam, sobre a qual falam, conflituam ou compartilham perspectivas e valores sociais. Estas visões e valores comuns também alimentam e orientam a cultura profissional e organizacional do Jornalismo, sendo, assim, uma importante mediação a estimular ou constringer suas práticas, seus critérios de decisão, suas interpretações e suas narrativas. (Silva; França, 2017, p.10)

Esta forma de enxergar o jornalismo e, conseqüentemente o telejornalismo, abre a discussão para entendê-lo também como espaço para questões ligadas a um tipo de relação pedagógica estabelecida entre profissionais, públicos e sociedade em geral uma vez imersos num contexto de aproximação e intimidade com a TV aqui no Brasil. Para entender o jornalismo enquanto instrumento social pedagógico é preciso, inicialmente, acionar a produção de Laerte Cerqueira (2018) para destacar a diferença entre a pedagogia clássica do ambiente escolar para aquela que se associa ao telejornalismo.

É prudente destacar que não estamos falando daquela pedagogia ou didática do professor, que possui todo um instrumental teórico e uma fórmula para ensinar um conteúdo específico, dentro da sua área de atuação. Essa didática é própria da educação, da sala de aula e de outros espaços de ensino-aprendizagem, essenciais para a escolarização do cidadão. As ressalvas se fazem necessárias para deixarmos claro que ao tratarmos da função pedagógica do telejornalismo não estamos dando a mesma dimensão que a da educação, mas fazendo uma aproximação inevitável quando se leva em conta o papel da atividade na produção do conhecimento na contemporaneidade. (Cerqueira, 2018, p.160)

O autor, ao relacionar a função pedagógica do telejornalismo retoma o pensamento de Paulo Freire e define três dimensões que ancoram sua afirmativa. A primeira delas é a dimensão ligada à prática diária das redações e os saberes nela envolvidos. Leva-se em conta ainda nessa dimensão a formação e a atuação de cada profissional. Na segunda dimensão, Cerqueira (2018) lança luz sobre a linguagem. Por meio do compartilhamento e utilização de signos e de um acervo de conhecimento compartilhável, ela assume uma forma própria de produção de conhecimento. Por fim, o pesquisador traz a dimensão que concorre para a realização de uma reportagem a partir de dispositivos didáticos.

São operações na produção de uma reportagem que tornam o conteúdo mais compreensível, oriundos de ações individuais ou coletivas internalizadas nas rotinas produtivas. Essas dimensões, conhecimentos e práticas se

complementam com objetivo de fornecer saber e poder que passam pela presentificação dos fatos, processos de investigação/apuração e uso da linguagem para elaboração da mensagem, condicionados, em tese, por normas de uma ética jornalística e de códigos deontológicos.” (Cerqueira, 2018, p.162)

Assim, para definir o telejornalismo como instrumento social de entretenimento, leva-se em consideração a dimensão de um fazer jornalístico que extrapola a utilidade e o interesse público. É quando se observa a transformação dos acontecimentos em narrativas midiáticas que trazem consigo representações e discursos. Vera França (2012), ao explicar essas duas esferas, fala da primeira vida do acontecimento, sempre ligada à ordem do existencial, e de uma segunda vida ligada à narrativa. A coexistência das duas reveste o acontecimento de símbolos que acionam o repertório de cada um. Mas a atuação midiática pode interferir no equilíbrio dessas existências e suscita reflexões sobre a relação entre os acontecimentos e o tratamento dispensado a eles pela mídia, conduzindo as narrativas para formas que se entende próximas do entretenimento.

Sob certa perspectiva, pode-se dizer que a mídia, e particularmente o jornalismo, acolhem e repercutem os acontecimentos do mundo. Há uma teoria, apelidada “teoria do espelho”, que explica o jornalismo como um reflexo daquilo que acontece. Também a televisão já foi chamada de “janela para o mundo”. Ambas as figuras atribuem à mídia um papel de acolhimento e divulgação de uma realidade que lhe seria exterior. Mais contemporaneamente, e como resultado do surgimento de novos formatos e produtos midiáticos, bem como da preponderância de sua função de entretenimento, surgiu uma explicação contrária, que acentua a centralidade da mídia face ao mundo. Tal perspectiva pode ser lida, por exemplo, na teoria da construção da realidade pelo jornalismo, assim como em teorias que falam de uma neotevê, da televisão que deixou de falar o mundo para falar de si mesma. Para a perspectiva construtivista, é acontecimento aquilo que o jornalismo constrói como tal o que implica praticamente a supressão do acontecimento em sua dimensão existencial (em sua primeira vida). Não é o impacto do acontecimento que importa – ou sequer se ele aconteceu, mas a construção midiática em torno dele. (França, 2012, p.15)

Em outro estudo de Vera França, desta vez em parceria com Terezinha Silva (2017), chama atenção o que as pesquisadoras falam sobre a não limitação jornalística em abordar apenas temas de alto impacto e de alto poder de afetação na vida da sociedade. As autoras acentuam o destaque que, muitas vezes, é dado à vida de celebridades, ao mundo da moda e dos esportes. Temas que pela repetição incansável e circulação acabam por se tornar notícia. Demonstram assim a existência de “uma diferença e um hiato entre interesse público e interesse do público, bem como de interesse público e interesse das agências jornalísticas”. (Silva; França, 2017, p.6).

Traz-se para este debate ainda uma palavra discutida por Itania Gomes (2009) ao tratar das fronteiras sobre o telejornalismo e o entretenimento: *Infotainment*. Na percepção da pesquisadora a palavra *infotainment* não se traduz num conceito e sim no neologismo. Ela também não é exclusividade do telejornalismo levando em consideração que outros gêneros audiovisuais podem trabalhar informação sem necessariamente ser um programa jornalístico. Mas aqui, atem-se ao que ela apresenta como sendo o *infotainment* no telejornalismo.

Em geral, quando usado nesse sentido, *infotainment* se refere a programas jornalísticos que —apelam ao popular, enfatizando a criminalidade, a tragédia, a transgressão, o grotesco, a sexualidade, a cobertura da vida de celebridades ou a transformação da gente comum em celebridade. (Gomes, 2009, p.205)

Exatamente por esta razão, busca-se investigar no objeto de estudo a transformação dos acontecimentos em si, em narrativas apelativas, carregadas de simbolismos e representações capazes de interferir na dinâmica e na interpretação de fatos.

### **B - Quanto ao papel social**

Avançando na esteira dessa construção metodológica, passa-se a contemplar, nas análises, o que o telejornalismo cria sobre si e sobre sua identidade. O produto audiovisual jornalístico pode ancorar um lugar de referência social compartilhada (Vizeu, 2006; 2008). Entendendo que o espaço do telejornalismo como aquele capaz de interferir de forma relevante na organização da sociedade (Verón, 1995). Pode ainda assumir a posição de prestador de serviço à comunidade de maneira mais localizada e à sociedade quando trata de assuntos mais amplos e que têm implicação prática na vida de todo o país como é o caso do cotidiano de cobertura sobre o Governo Federal.

É possível observar de que maneira emergem das narrativas ainda o papel do telejornalismo como intérprete isento da realidade negando, de certo modo, o que se destacou, ainda há pouco, no que diz respeito da capacidade do telejornalismo interferir na construção social. Portanto conseguir captar nas narrativas audiovisuais quais emissoras e de que forma elas dimensionam o seu próprio trabalho é fundamental.

Não menos importante é verificar ainda se os telejornais, ao produzir conteúdo noticioso, atuam como articuladores da sociedade na medida em que promovem agendamentos sociais ou se colocam como promotores de valores democráticos e da cidadania. Também é possível verificar se os telejornais se apresentam como promotores das identidades coletivas, entendendo essa

identidade como sendo um ethos coletivo que atua na definição de normas, condutas e práticas que estão acima do indivíduo (Júnior, 2019, p.65).

### **C - Quanto a Identificação sobre eventual origem da matéria nas redes sociais**

Na terceira e última parte deste segundo eixo de análise a busca é por observar quais foram os estímulos para a realização da reportagem. Interessa saber se a pauta partiu das mobilizações das mídias sociais digitais e se, partindo do ambiente colaborativo, o telejornalismo referenda este ambiente virtual como sendo a origem da pauta discutida.

Este aspecto é importante de ser verificado dado o contexto de atravessamentos que a manifestação popular estabelece a partir de opiniões e posicionamentos frente a temáticas e assuntos da contemporaneidade. É inegável a interferência desses dispositivos tanto de participação popular na produção do material audiovisual em si quanto no estímulo a transformar o objeto das muitas mobilizações digitais em pauta e, conseqüentemente notícias. Resta identificar se os telejornais reconhecem essa participação ou se silenciam a origem da discussão trazendo para si a autoria da proposta.

#### *5.3.1.4 Valência da cobertura dos assuntos tratados na reportagem*

Esta é uma etapa da pesquisa que demanda observação crítica em relação à narrativa construída sobre cada temática tratada nas reportagens. É a partir do ponto de vista emergente dos produtos audiovisuais que vai ser possível identificar posicionamentos dos veículos em relação a determinados aspectos da cobertura jornalística. Para isso, lança-se mão de um aporte metodológico trazido pela análise de valência. Ela vai permitir, nesse e no próximo eixo da ficha estabelecer a concordância, a discordância e as críticas ao conteúdo de cada reportagem, nota ou entrada ao vivo.

Em um dos artigos publicados por João Feres Júnior (2016) em resposta a outro artigo escrito por Luiz Felipe Miguel, está destacada a diferença básica entre a análise do enquadramento - defendida por Miguel - e a análise de valência que é tomada para este trabalho. Para Feres Júnior, “a MAV requer uma interpretação mais simples do material – estabelecer se ele é contrário, favorável ou neutro em relação ao objeto em questão” (Júnior, 2016, p.317). A análise de enquadramento acrescenta variáveis e codificadores de construtos semânticos mais complexos.

Entretanto, neste trabalho, busca-se elementos nas duas metodologias que possam contribuir para a caracterização do conteúdo e das intencionalidades por trás de cada material audiovisual. Acredita-se ser possível suavizar a contraposição e encontrar pontos de contato úteis para o desenvolvimento da análise. Faz-se referência, neste momento, ao texto de Luiz Ademir de Oliveira, Thamiris Franco Martins e Paulo Roberto Figueira Leal (2016). Ao lançar olhar sobre a cobertura de dois portais (UOL e Carta Capital) feita sobre os pronunciamentos da presidente Dilma Rousseff os autores recorreram à metodologia de enquadramento noticioso para sua análise. Para eles,

A forma como o fato será noticiado está relacionado com o enquadramento noticioso. Por isso, o estudo do frame permite compreender o motivo pelo qual o jornalista, ao cobrir um acontecimento, observa alguns aspectos e exclui outros. Além disso, ainda ajuda a organizar a realidade social. A partir da teoria do enquadramento, pode-se afirmar que o frame é o produto da interação do jornalista com a cultura profissional, a sociedade e os seus valores individuais. Nessa perspectiva, os meios de comunicação, ao enquadrarem o fato, ajudam com que o homem conheça a realidade e entenda o mundo. (Oliveira; Martins; Leal 2016, p.65)

Assim, partindo da existência de uma interação entre jornalista, cultura profissional, sociedade e valores individuais e retomando a ideia de paratexto já tratada neste capítulo, entende-se que é possível reconhecer as variáveis e codificadores sob o guarda-chuva das valências. O que se busca a partir das valências negativas, positivas ou neutras em relação ao tratamento dos temas de cada reportagem é mapear os assuntos que são caros ou não aos telejornais e qual a relevância dão a eles na construção narrativa levada ao ar. Na observação atenta do pesquisador ao assistir o material audiovisual, é possível contemplar as dissonâncias da complexidade de variáveis e ainda assim distribuir o conteúdo de cada vídeo nas três possibilidades de valências.

Por este mesmo entendimento, abre-se espaço posterior à análise da valência para observar a presença ou a ausência de um caráter mais informativo e/ou também opinativo no produto audiovisual. Nesta sequência, as variáveis identificadas na análise serviriam como um detalhamento das valências. Destaca-se ainda a necessidade de olhar para o lugar oferecido para o contraditório em cada uma das peças audiovisuais analisadas.

Na ficha foi inserido também um campo para observações que precisem ser feitas caso, em algumas amostras específicas e pontuais, surjam distinções e características que fujam das previstas.

### *5.3.1.5 Valência da cobertura sobre governo/presidente*

Buscando estabelecer a mesma relação de valência positiva, negativa ou neutra, este quarto eixo pretende lançar luz sobre a cobertura feita, especificamente, sobre o governo do presidente Jair Bolsonaro. Inicialmente, na primeira parte de observação do eixo, faz-se um levantamento sobre o aparecimento ou não da figura do presidente tanto em entrevistas, ou em citações e imagens. Esta presença é importante para a identificação de silenciamentos ou ainda de utilização exagerada da imagem de Bolsonaro. É pertinente levar em consideração ainda em quais tipos de reportagens a presença ou ausência estão materializadas.

Para além de observar e catalogar as citações e entrevistas do presidente, é feito o mesmo exercício em relação a ministros e ministérios. A opção por este registro se dá em associação a aparição ou não de Jair Bolsonaro. Aqui o silenciamento do presidente feito pelo telejornal em relação à determinada temática pode evidenciar um ministro ou ministério. Assim, cabe à pesquisa ampliar a atenção nas intencionalidades da condução narrativa do telejornal. Em outros momentos, a presença presidencial junto dos ministros e ministérios pode trazer consigo outras intencionalidades narrativas vinculadas, claro, aos interesses que vão, ao fim trabalho, apontar para o que o telejornalismo entende como sendo o seu papel ao informar na contemporaneidade.

Identificar polêmicas no título corrobora nessa percepção e ainda faz possível uma conexão com o segundo eixo quando o jornalismo pode trazer a espetacularização da cobertura impregnando o audiovisual de entretenimento. Além disso, dá pistas das funções narrativas desempenhadas por cada um dos envolvidos na trama narrativa. É interesse desta pesquisa verificar, inclusive, se há ou não protagonismo do presidente na cobertura. Cabe verificar ainda se este protagonismo se dá em assuntos específicos ou na totalidade das amostras de cada um dos telejornais. Quando não protagonista, a ficha precisa responder qual papel desempenha Jair Bolsonaro nas narrativas.

### *5.3.1.6 Características e tipificação de personagens*

Para este eixo, destaca-se como base teórica a obra de Roger-Gerard Schwardenberg, *O Estado Espetáculo* (1978). De acordo com a obra, o poder está diretamente ligado ao dirigente que o exerce. Sendo assim, torna-se humanizado. O autor destaca ainda que há uma necessidade em diferenciar a personalização do poder (ligada à psicologia coletiva) do poder pessoal embora, muitas vezes, os dois coincidam.

Na obra de Schwartzberg é possível identificar ainda que existe uma tentativa constante de os homens políticos tentarem fixar a atenção do público na imagem imposta de si mesmo. Por essa razão há um cuidado significativo por parte da classe política em cuidar da própria imagem, daquela que a faz ser conhecida e reconhecer-se. De certo modo os políticos acabam reféns dessa construção:

Precisa aceitar ajustar-se à imagem de si mesmo divulgada pela propaganda. Assim ele vive, aprisionado num papel determinado, como um ator, e escravo do seu próprio mito. Pois o que vale é a produção dos mitos e de símbolos. Ainda que sem a relação exata com a realidade. (Schwartzberg, 1978, p.14)

No caso dessa pesquisa, muito embora o eixo seja capaz de responder ao papel criado pelo próprio presidente, interessa observar nas categorias que serão apresentadas na sequência deste eixo, quais personagens são atribuídos pelas narrativas telejornalísticas a Jair Bolsonaro em contraposição a imagem que ele personifica de si próprio, do rótulo que ele criou para si. Por se tratar de uma figura que se autodefine como sendo neoliberal e de direita, vale-se da definição de um papel comum do líder de direita, a “estrela do sistema”<sup>67</sup> descrito por Schwartzberg:

Entre os valores da direita, incluem-se com frequência o respeito pelas elites, o culto do chefe – ou mesmo o “culto do eu” -, o individualismo exacerbado às vezes até o egocentrismo e o gosto pelo sucesso pessoal. Por vezes, esse elitismo adquire até mesmo tonalidades arrogantes, inclusive de certo desprezo pela massa. (Schwartzberg, 1978. p.14)

A ideia é identificar se há algum tipo de reforço desse papel ou se novos enquadramentos da personagem são construídos. Para tanto, num primeiro momento, dedica-se a observar quais características o material audiovisual atribui ao presidente e as pessoas que ajudam a compor esta personagem para na sequência tipificar o presidente como herói, personagem popular, líder charmoso e pai.

Enquanto herói, Schwartzberg (1978) entende o personagem político numa perspectiva de ser a pessoa distante e fora do comum, um ídolo excepcional e entusiasmado. Um representante que estabelece uma relação teatral com a sociedade “sobressaindo da monotonia da autoridade de rotina, é o homem-orquestra, o homem-prodígio, o homem-festa. Sempre em representação.” (Schwartzberg, 1978, p.22). É um personagem que não pode errar e que, na visão do autor, demonstra enxergar mais longe e ainda se vale da distância e do orgulho.

O personagem popular, por sua vez, é aquele que se apresenta sendo igual a todos os demais. Evita o brilhantismo e se coloca como pessoa comum que veio da base. Nas palavras de Roger-Gerad caracteriza-se da seguinte maneira:

---

<sup>67</sup> Em livre tradução do autor para *Star system*

O homem comum é, finalmente, o prazer na igualdade, ainda que puramente aparente. Ele corresponde a reflexos populistas, ou talvez mesmo “poujadistas”. Personifica a desforra dos “pequenos” contra os “grandes”, a vitória dos “pequenos, dos obscuros, dos não graduados”, numa fúria de ostracismo. Ai dos vencedores! Ai dos heróis vitoriosos! Viva o underdog, o cão escorraçado, o papel secundário. Honra ao eterno coadjuvante! (Schwartzberg, 1978, p.52)

Já o líder charmoso seria aquele político que concebe a política como a arte da sedução e, portanto, lança mão de tentar surpreender, cativar e agradar. Nas considerações do pesquisador, o líder charmoso está atento a demonstrar solidariedade ao mesmo tempo em que poupa “o sentimento democrático, mostrando-se ao mesmo tempo diferente e superior” (Schwartzberg, 1978, p.74). Eventualmente o líder charmoso pode assumir características do líder popular na tentativa de aproximação com o eleitorado.

Por fim, a personagem pai é aquela em que “a imagem do pai tradicionalmente legitima o poder. É muitas vezes a dos monarcas, que supostamente exercem a autoridade paterna sobre a família dos seus súditos e deles espera uma obediência filial” (Schwartzberg, 1978, p.91).

Entre as características do líder pai destacam-se a experiência, a sabedoria e a prudência. Um homem que demonstra autoridade. Ele se impõe, muitas vezes, pela coerção.

A autoridade paternal representa, em suma, o superego político: dela emanam os apelos à abnegação, ao sacrifício devido à pátria ou ao partido. Mas essa autoridade repressiva nada conseguiria se não encontrasse indivíduos dispostos a acolhê-la, por inclinação pessoal ou por condicionamento social. (Schwartzberg, 1978, p.98)

A terceira parte deste eixo de tipificação de personagem busca indicar a inserção de personagens outros que, de alguma maneira, contribuem para reforçar as características do personagem principal em cada narrativa construída sobre ele pelas reportagens, notas e entradas ao vivo.

### *5.3.1.7 Abordagem de democracia, cidadania e direitos humanos.*

O entendimento inicial de democracia adotado neste trabalho é aquele estabelecido por Luiz Felipe Miguel (2019) ao lançar olhares sobre a evolução democrática no Brasil entre o período de 1988 (elaboração e implantação da Constituição) e 2016 (quando é efetivado o processo de impeachment de Dilma Rousseff – PT). Luiz Felipe Miguel afirma que a democracia é um conceito em disputa e que a existência de vários atores nesse processo invoca intensões e sentidos no que se chama democracia.

Exatamente por entender que existem sentidos distintos e, partindo do pressuposto de que parte dessa disputa se trava no campo narrativo, acredita-se que as intenções vão sendo injetadas durante o processo de produção das notícias e impregnando as narrativas jornalísticas dos sentidos de democracia diversos a depender de todo o contexto editorial e dos critérios de noticiabilidade já tratados neste capítulo. A manipulação da informação (e aqui é utilizada a palavra com seu sentido inicial, o de utilizar as mãos para produzir alguma coisa), em alguns momentos, vai fazer emergir quais os conceitos de democracia cada telejornal e, por conseguinte, cada emissora tem para as temáticas tratadas nas reportagens, notas e entradas ao vivo.

Uma das ponderações feitas por Luiz Felipe Miguel (2019) é a de que as democracias são representativas e existe aí uma contradição entre o “governo do povo” nas mãos de representantes. Essa percepção abre caminho para, em momento adiante, na obra “O Colapso da Democracia no Brasil”, Miguel situar a conquista do acesso de diferentes grupos à democracia. Para ele, essa inserção se deu por pressões e pela capacidade de reivindicar a cidadania política e que, nesse contexto, muitas são as categorias sociais presas numa passividade política. Não é difícil concluir que em função dessa participação parcial o conhecimento das questões em jogo na arena política seja superficial. Para o autor, há ainda um agravamento da situação quando acrescentamos o fator econômico nesse contexto. É preciso levar em consideração os interesses de uma classe econômica que financia os arranjos democrático-representativos.

Fica clara a tensão que se abre: enquanto a democracia é baseada na promessa de igualdade política, a representação é um vetor de reprodução de desigualdades. O casamento de conveniência com o capitalismo impõe ainda mais limites aos arranjos democráticos. A questão é conter as demandas por igualdade, apostando numa democracia autolimitada, ou aprofundá-la, forçando os limites da ordem social desigual e usando o potencial igualitário do modelo democrático para transformá-la. (Miguel, 2019, p.38)

Diante dessa percepção e da apresentação dessa dupla de alternativas buscamos verificar o comportamento de duas emissoras privadas e, portanto, acredita-se que mais inclinadas a trazer a disputada narrativa democrática para seus interesses econômicos (Rede Globo e Rede Record) e de uma emissora pública (TV Brasil). As emissoras públicas são aquelas que precisam defender os interesses da pluralidade e da diversidade da população.

As emissoras de TV Pública ao pensar sua programação, estabelecer um fluxo televisivo, elaborar conteúdo e produzir materiais audiovisuais nos mais diferentes gêneros e formatos precisam estar atentas ao contexto em que o país está imerso, aos espaços de silenciamentos, às questões que provocam

tensionamentos no interior da sociedade, aos diálogos possíveis com tudo o que promova a equidade de acesso à informação, que contribua com a formação cidadã e que consiga, verdadeiramente, dar conta das dimensões geográficas, culturais, sociais, políticas e compreenda as peculiaridades de cada um dos seguimentos mais diversos do cotidiano com o cuidado de garantir o direito de se expressar, de buscar a representatividade e de efetivar a cidadania com o respeito aos direitos humanos. (Falcão, 2019, p.29)

Entretanto, hoje, no Brasil, esta definição de TV pública está comprometida. O caráter público se desfez. A Emissora que tinha assegurado o controle do conteúdo por meio de um Conselho Curador até maio de 2016 teve esta instância deliberativa dissolvida por uma medida provisória (a MP 744/16) e, em 2019, já no Governo de Jair Bolsonaro, a TV Brasil foi vinculada à secretaria de comunicação do poder Executivo.

Dado este contexto, A ficha de análise neste sexto e último eixo permite identificar a presença de narrativas sobre democracia, sobre cidadania e sobre direitos humanos assim como se as temáticas são abordadas de maneira direta ou transversal e, se os representantes das instituições garantidoras dos direitos são fontes.

Luiz Signates e Ângela Moraes (2016) fazem uma associação muito oportuna e cara entre comunicação e cidadania. É sob essa perspectiva se propõe a discussão para o sexto eixo de análise. Inicialmente, os autores retomam a ideia de uma ligação da condição cidadã, nas civilizações ocidentais, aos direitos humanos levando em consideração as dimensões sociais e políticas em que se inserem. Ao falar da justiça aos direitos humanos os autores elencam como horizontes a defesa da pessoa humana, a proteção perante terceiros, a prestação social e a não discriminação. Trazem ainda, retomando a classificação de Bobbio (1992), as quatro gerações de direito.

Na primeira geração encontram-se os direitos individuais, na segunda os sociais, na terceira os direitos ligados ao ambiente e ao consumo e, na quarta, a que nos interessa mais diretamente, os direitos a reivindicação de direitos. O interesse especificamente comunicacional se desenvolve em todo o percurso, mas especialmente a partir deste último, o qual, de fato, ultrapassa a abordagem específica do direito à comunicação e atinge o patamar pragmático do direito como comunicação, que se revela, portanto, central à concepção de cidadania. (Signates; Moraes, 2016, p.18)

Como horizonte dessa noção é primordial reconhecer o papel do jornalismo, e nesse trabalho, do telejornalismo na atuação para o reconhecimento e legitimação da democracia, da cidadania e dos direitos humanos pela sociedade. Ainda segundo os autores, a condição cidadã está ancorada na comunicação e em suas trocas simbólicas.

Para Ana Carolina Temer e Simone Tuzzo (2016) a relação entre a comunicação e a cidadania é interdependente e complexa e os aspectos contextuais que determinam esse entrelace devem ser cautelosamente analisados, entre eles a delimitação histórico-geográfica e as relações de força e poder.

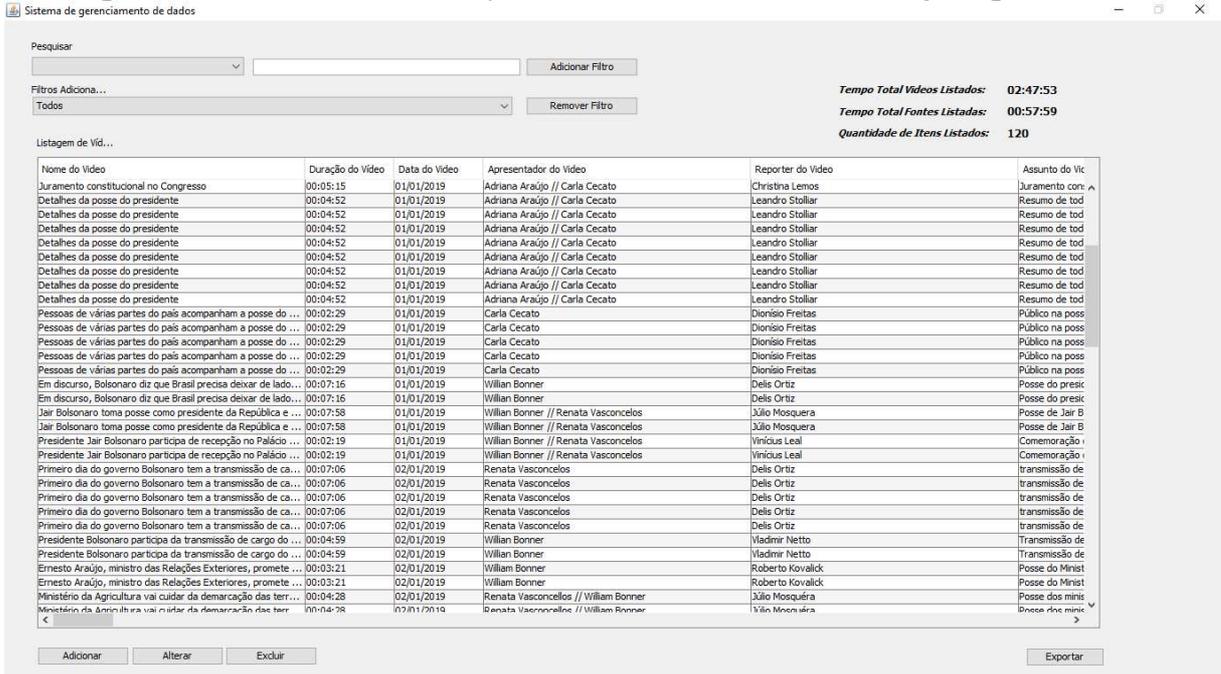
Estabelecidos tais pontos de partida, o eixo se dedica a observar ainda o espaço de fala dado às populações em destaque em cada matéria e certificar se há espaço de participação efetiva dessas parcelas da sociedade nas narrativas dos telejornais. Outra vez, recorre-se à metodologia da análise de valência para verificar se, ao tratar de cidadania, participação e direitos humanos as narrativas dos telejornais foram positivas, negativas ou neutras.

### **5.3.2 As estratégias de suporte para arquivamento, cruzamento de dados, observação e análise das fichas preenchidas.**

Depois do trabalho de levantamento bibliográfico e construção da ficha de análise em cada um dos seis eixos foi preciso pensar em um dispositivo que armazenasse todas as análises feitas a partir de cada material audiovisual que compõe a mostra do objeto de pesquisa. Por se tratar de uma amostra numerosa, o dispositivo ainda precisaria permitir de maneira precisa o cruzamento desses dados recolhidos e analisados.

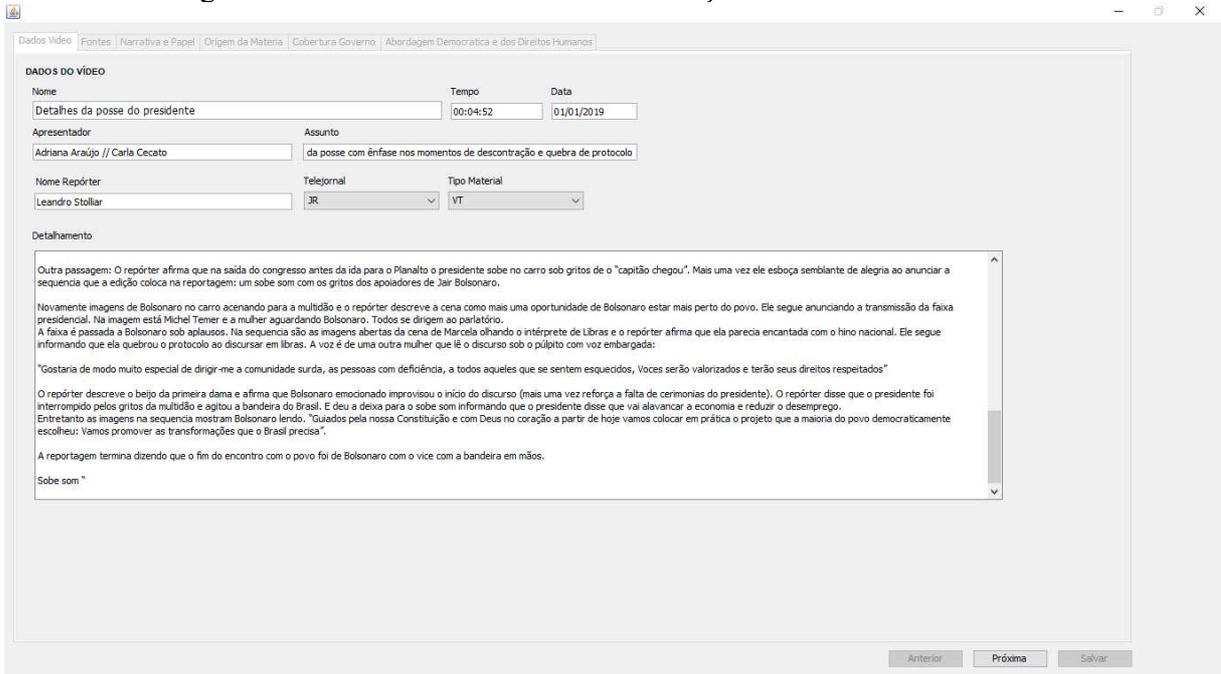
A solução encontrada foi contratar um serviço especializado de desenvolvimento de *software*. O programador, diante da ficha de análise e de longas conversas nessa fase da pesquisa, arquitetou o dispositivo que permitiu dar celeridade a reunião das fichas preenchidas, sua catalogação, observação e análise. Destaca-se que a pluralidade de informações permite uma análise quali-quantitativa dos vídeos observados de cada um dos três telejornais. A seguir, são apresentadas as interfaces do *software* em cada um dos seis eixos de análise.

Figura 3- Tela inicial com a relação as fichas de análise de cada reportagem inserida



Fonte: elaborada pelo autor (2024)

Figura 4 – Eixo 1 / Ficha técnica e indicação de temáticas abordadas



Fonte: elaborada pelo autor (2024)

Figura 5 – Eixo 2 / Narrativas da mídia construídas sobre seu próprio papel

Dados Vídeo Fontes Narrativa e Papel Origem da Materia Cobertura Governo Abordagem Democrática e dos Direitos Humanos

**FONTES DO VIDEO**

Nome  Tempo de Fala  Sexo  Cor

Tipo de Fonte Especialista  Sobre o que fala e como fala

Papel da Fonte

Observações

Adicionar

| Nome               | Tipo de Fonte | Sexo      | Cor    | Tempo de Fala | Especialista                | Papel da Fonte | Sobre o que fala          |
|--------------------|---------------|-----------|--------|---------------|-----------------------------|----------------|---------------------------|
| Michelle Bolsonaro | Índreta       | FEMININO  | BRANCO | 00:00:15      | primeira dama (intérpret... | SECUNDÁRIOS    | Atenção a comunidade d... |
| Onix Lorenzoni     | #Direta       | MASCULINO | BRANCO | 00:00:04      | ministro da casa civil      | SECUNDÁRIOS    | Agenda do presidente      |
| Renato Bolsonaro   | #Direta       | MASCULINO | BRANCO | 00:00:06      | Irmão do presidente         | SECUNDÁRIOS    | Lanche do presidente      |
| Jair Bolsonaro     | Índreta       | MASCULINO | BRANCO | 00:00:30      | presidente                  | PRINCIPAL      | Discurso de posse         |

Alterar Remover

Anterior Próxima Salvar

Fonte: elaborada pelo autor (2024)

Figura 6 - Eixo 3 / Valência da cobertura dos assuntos tratados na reportagem

Dados Vídeo Fontes Narrativa e Papel Origem da Materia Cobertura Governo Abordagem Democrática e dos Direitos Humanos

**NARRATIVAS DA MÍDIA CONTRUÍDAS SOBRE O PAPEL**

Tipos de narrativa:

Descrição

Claramente esta reportagem apesar de detalhar e descrever o dia do presidente durante a posse conduziu a sua reportagem como entretenimento, dando características, como o próprio off destacou ao chamar a atenção para os celulares de um show, um espetáculo. Durante a narração ele adjetiva algumas das ações e mostra um semblante de contentamento com a posse de Bolsonaro.

**QUANTO AO PAPEL SOCIAL**

Tipo de Papel

Lugar de referência social compartilhada

Descrição

Acredito que aqui a reportagem estabeleceu este lugar uma vez que ao invocar o coro da multidão, dizer que foi escolhida da maioria ela atribui valores e emoções durante a posse como sendo socialmente compartilhados

Anterior Próxima Salvar

Fonte: elaborada pelo autor (2024)

Figura 7 – Eixo 2 / Origem da Matéria

**ORIGEM DA MATÉRIA**

Origem da Matéria  
 NÃO PAUTADO

Tipo de abordagem  
 Abordagem opinativa  
 Abordagem informativa

Espaço para o contraditório?  
 Sim  
 Não

**VALÊNCIA DA COBERTURA DA MATÉRIA**

Tipos de valência  
 Positiva

Descrição  
 Pelo tom festivo das passagens, pelos sobes sons escolhidos que enaltecem o presidente, pela tentativa de mostrar simplicidade, improviso e pouca cerimonia do presidente percebemos não só o caráter celebrativo como também a construção de uma boa imagem para Bolsonaro.

Anterior Próxima Salvar

Fonte: elaborada pelo autor (2024)

Figura 8 – Eixo 4 / Cobertura sobre o governo/presidente e Eixo 5 / Características e Tipificação dos personagens

Nome citado Tipo de citação Citado fala Citado no título Polêmica no título

Tipificação do personagem Descrição

**VALÊNCIA DA COBERTURA DO GOVERNO**

Tipos de valência

Descrição

Outros personagens

Descrição

Adicionar

| Nome Citado    | Tipo de Citação | Citado Fala? | Citado no Título? | Polêmica no título | Tipificação do personagem | Descrição da Tipificação                   |
|----------------|-----------------|--------------|-------------------|--------------------|---------------------------|--------------------------------------------|
| Oriz Lorenzoni | GOVERNO         | SIM          | SIM               | SIM                | Outras                    | Não se aplica                              |
| Jair Bolsonaro | PRESIDENTE      | SIM          | SIM               | SIM                | Popular                   | O tempo todo um presidente que se emociona |

Remover Alterar

Anterior Próxima Salvar

Fonte: elaborada pelo autor (2024)

Figura 9 – Eixo 6 / Abordagem da democracia, da cidadania e dos direitos humanos nas reportagens

Dados Vídeo | Fontes | Narrativa e Papel | Origem da Matéria | Cobertura Governo | Abordagem Democrática e dos Direitos Humanos

**ABORDAGEM DA DEMOCRACIA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS NAS REPORTAGENS**

Fala-se sobre Cidadania?  Fala-se sobre Democracia?  Direitos Humanos e Cidadania abordados de maneira indireta?

Fala-se sobre Direitos Humanos (explicitamente)?  Representantes das instituições garantidoras dos direitos são fonte?

Apontamentos

Há espaço de fala para as populações afetadas pela negação dos direitos humanos?  A participação do público é ativa na construção da narrativa?  Direitos Humanos tratados como positivos?

Outras

**VALÊNCIA DA ABORDAGEM DA DEMOCRACIA, DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**

Tipos de valência  Descrição

Anterior Próxima Salvar

Fonte: elaborada pelo autor (2024)

## **6 LARGADA NO GOVERNO BOLSONARO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA COBERTURA SOBRE O GOVERNO DOS TELEJORNALIS EM JANEIRO DE 2019**

Antes de iniciar a análise propriamente dita da amostra de reportagens pinçadas dos telejornais, é necessário retomar a razão pela escolha dos materiais audiovisuais. Ela foi feita com base na relevância dos temas e assuntos abordados, pela repercussão social dos assuntos e potencial de mobilização não só da sociedade, mas da classe política em torno do que foi noticiado.

Nesse sentido, no mês de janeiro de 2019, os assuntos que foram destaque nos três telejornais, confirmando a adoção dos tradicionais critérios de noticiabilidade, giraram em torno da posse do presidente Jair Bolsonaro e consequente organização de ministérios e primeiros passos do governo eleito, as polêmica envolvendo seus ministros (naquele momento o foco esteve na ministra Damares Alves), as mudanças em ministérios e cargos de confiança, a proposta de flexibilização da posse de armas efetivada por decreto, a movimentação financeira atípica nas contas do assessor de Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz (caso que começou a ficar conhecido como o das “rachadinhas”), apontadas pelo COAF, a reforma da previdência incluindo a polêmica da inclusão dos militares, a ida da comitiva de Jair Bolsonaro ao Fórum Econômico de Davos e a cirurgia do presidente. Sobre o caso envolvendo Flávio Bolsonaro, embora o presidente não estivesse envolvido diretamente, a repercussão inevitavelmente alcançou o Planalto e acabou por fazê-lo personagem da narrativa também.

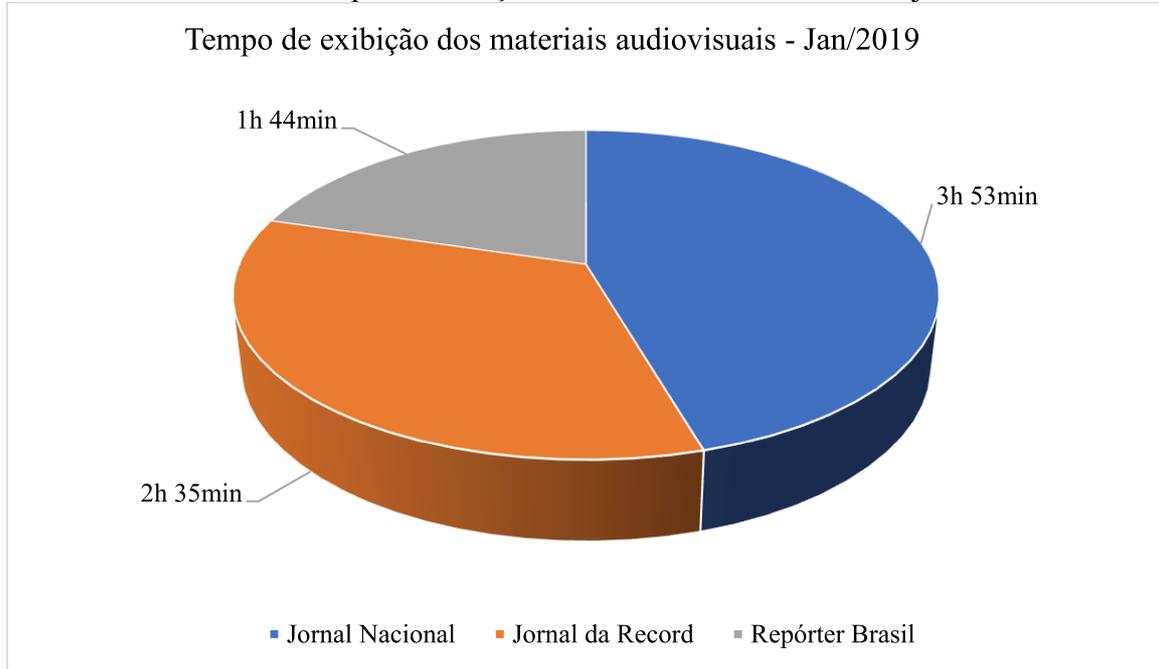
Importante destacar que, para efeitos didáticos, a apresentação dos dados seguirá a ordem estrutural da ficha de análise construída durante o desenvolvimento metodológico da pesquisa. Desse modo, será apresentado o detalhamento dos materiais audiovisuais no que diz respeito ao tempo dedicado pelas emissoras aos assuntos selecionados, formato adotado, temas priorizados em cada material audiovisual, fontes e suas características para que, na sequência, seja possível delimitar o caminho narrativo realizado por cada telejornal.

### **6.1 FICHA TÉCNICA E INDICAÇÃO DE TEMÁTICAS ABORDADAS**

Ao longo do mês de janeiro de 2019, a amostra reuniu no total 168 materiais audiovisuais, sendo 71 selecionados do Jornal Nacional, 58 do Jornal da Record e 39 do Repórter Brasil. Juntas as reportagens, notas e entradas ao vivo totalizaram oito horas, treze minutos e 10

segundos. O Jornal Nacional foi o que dedicou maior tempo à cobertura do governo, seguido do Jornal da Record e, por fim, o Repórter Brasil Noite como demonstra o gráfico.

Gráfico 1- Tempo de exibição dos materiais audiovisuais - janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

No que diz respeito à escolha dos formatos (reportagem, notas e entradas ao vivo), verificou-se o predomínio das reportagens em todos os telejornais. Chama atenção nesse aspecto o uso das entradas ao vivo pelo telejornal Repórter Brasil Noite. Importante frisar que todos os telejornais são transmitidos ao vivo no seu contexto amplo, enquanto programa de TV. O “ao vivo” de que trata esta sessão é aquele que, para além da apresentação ao vivo, aciona o repórter, posicionado em ambiente externo ao estúdio. Vera Iris Paternostro (1999) define as entradas ao vivo como sendo aquelas em que se realiza a “transmissão de um acontecimento no exato momento em que ele ocorre” (p. 136). Já Barbeiro e Lima (2005), numa perspectiva mais técnica, mas ainda sim conseguem dar a dimensão do uso desse formato, asseveram que “é a ligação entre dois ou mais pontos para a transmissão de sinais de imagem e som” (p.166). Nesses casos, repórteres podem estar no tempo presente, referindo-se a fatos passados, pode estar narrando o que se desenvolve instantaneamente, pode contar com o uso de imagens já captadas de fatos já ocorridos ou ainda entrar apenas com a própria imagem em vídeo (De Moraes, 2006).

A adoção pelo formato, no Repórter Brasil Noite, dava-se ou da região do Congresso ou ainda do Planalto. Geralmente a entrada ao vivo do repórter era seguida de uma reportagem feita pelo mesmo repórter. A atualização do tema era realizada pelo repórter ao vivo e, na sequência o

desenrolar da narrativa era contado. Por se tratar de um telejornal com duas edições, o Repórter Brasil muitas vezes reorganizava a cobertura, mesmo sendo produzida uma nova reportagem, a atualização era feita em entradas ao vivo. A estratégia do uso das entradas ao vivo data do início da exibição dos telejornais no Brasil que, inicialmente

ganha poder e torna-se um dos meios da luta pela audiência entre os veículos que se instalaram no País a partir da década de 60. Neste período, a apresentação das notícias em tempo real eleva a credibilidade dos telejornais e a população tem, nesses programas, uma forma de obter conhecimento e informação sobre o que acontecia em todo o território nacional, uma forma de união dos brasileiros, de Norte a Sul, contribuindo, portanto, para a politização e a discussão dos aspectos referentes à sociedade (De Moraes, 2006, p.32).

A dimensão do instantâneo, do mostrado imediatamente sem cortes ou sem edição agrega bastante valor e as entradas ao vivo se mantêm presentes em praticamente todos os telejornais exibidos pelo país.

As imagens são potencialmente fontes de poder pela manipulação das aparências e é na televisão, ou seja, na mídia televisiva, que esses paradigmas são exaustivamente utilizados e se refletem diretamente na questão do código televisivo e na experiência televisual. É o que se pode denominar de perpétuo presente da enunciação televisiva, pois os cidadãos se encontram ligados às coisas do mundo a todo instante, bastando para isso ligar ou desligar o aparelho de televisão. A transmissão direta e ao vivo potencializa esta interação/ligação na perspectiva de que propõe apresentar “tal qual o fato está ocorrendo naquele momento”. (Emerim; Cavenaghi, 2012, p;5)

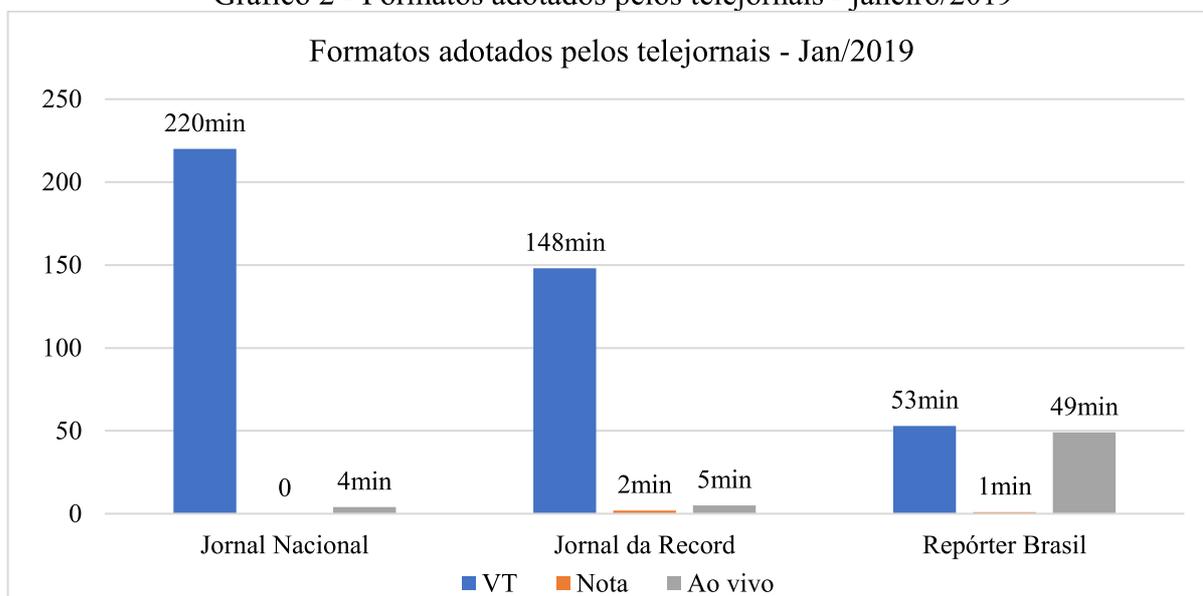
Entretanto, as entradas ao vivo ganharam outras funções e se tornaram alternativa para cobrir o maior número de assuntos sem necessariamente precisar demandar equipes muito grandes e, conseqüentemente, mais dispendiosas. Fatos que eventualmente não precisariam de entradas ao vivo em função da instantaneidade do acontecimento, mas pela praticidade e economia acabam se tornando primeira opção em detrimento de reportagens editadas. Rafael Santos e Paula Melani Rocha (2021) ao investigarem as transformações do telejornalismo e, em consequência, a precarização profissional principalmente de mulheres, entrevistaram jornalistas que, à época, atuavam em redações de telejornais em Ponta Grossa. Segundo os autores,

A maior mudança no trabalho da redação foi justamente a redução de profissionais em decorrência da inovação dos equipamentos para ir à rua produzir e captar sons e imagens. Entretanto, o acúmulo de funções reflete na qualidade do material produzido, não só técnica como também de conteúdo, apuração, sonoras e imagens de apoio. Os novos aparatos tecnológicos exigem uma maior flexibilização da produção, agilidade do repórter e informação em tempo recorde. O celular também facilita quando é preciso, por exemplo, fazer alguma imagem mais rapidamente, e não há equipamentos disponíveis. Por isso, na redação, a Entrevistada 1 relata que todos os repórteres têm um celular da TV para uso. Em situações em que existem problemas com a engenharia e

cai o link, o uso do celular também é uma opção de entrada ao vivo. Com isso a empresa passa para a repórter a função e as competências do/a repórter cinematográfico/a e equipe de link. (Santos; Rocha, 2021, p. 5)

Embora o estudo tenha se concentrado em profissionais da área privada, o uso das tecnologias e as redações enxutas e com novas tecnologias “supostamente” substituindo profissionais, é uma realidade em praticamente todas as redações. A aceleração do ritmo é inegável, mas a produção do conteúdo pode acabar comprometida e, assim, as entradas ao vivo também entram nessa perspectiva: repórter ao vivo para atualizar informação dispensa, muitas vezes, cinegrafista, editor, deslocamento para os locais de apuração, tempo em ilha de edição e por aí vai...

Gráfico 2 - Formatos adotados pelos telejornais - janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Jornal Nacional e Jornal da Record, para as coberturas ligadas ao governo, recorreram a estratégia em menor quantidade. Até mesmo para evitar os imprevistos aos quais entradas ao vivo estão suscetíveis.

Já em relação aos assuntos abordados entre os telejornais, o que foi predominante nos três analisados foram as ações do governo, a agenda de Jair Bolsonaro e os temas ligados aos ministérios e ministros. Ao observar o volume de materiais audiovisuais produzidos sobre este aspecto, é nítida a liderança do Jornal Nacional com 29 materiais produzidos. Jornal da Record e Repórter Brasil Noite estão próximos com 22 e 21 materiais produzidos respectivamente. É

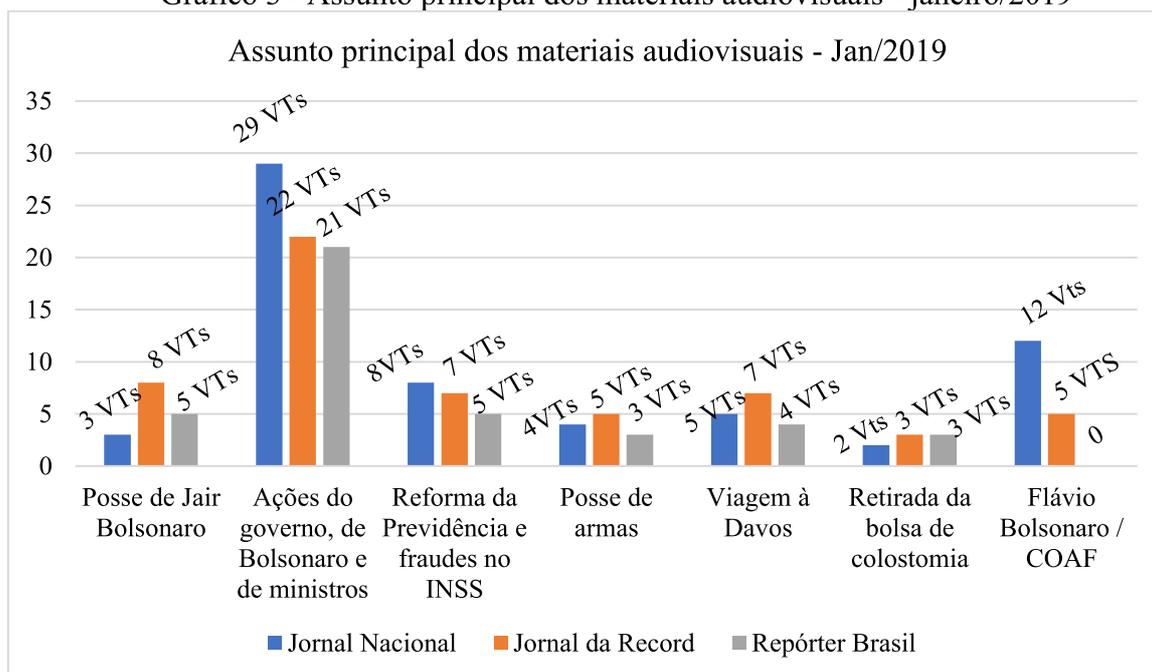
importante destacar que o que se verificou foi o assunto principal de cada VT, sendo que em alguns deles outros assuntos foram tratados de maneira agregada ou por associação, especialmente a TV Record como será detalhado à frente.

O Jornal da Record foi aquele quem mais distribuiu a cobertura em VTs quando os assuntos tratados foram a posse do presidente, o decreto que facilitou a posse de armas no Brasil, a viagem de Bolsonaro e a comitiva de ministros ao Fórum Mundial Econômico Mundial em Davos, Suíça.

Já entre os assuntos mais detalhados em número de VTs pelo Jornal Nacional estão a reforma da Previdência e o decreto de combate a fraudes no INSS e a cobertura do caso das investigações do Ministério Público do Rio de Janeiro nas movimentações financeiras atípicas de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro no caso conhecido como das “rachadinhas”.

Inicialmente, a distribuição por assuntos principais tratados em cada material audiovisual já dá algumas pistas das prioridades de cada uma das emissoras: a pauta econômica e trabalhista do Jornal Nacional, a pauta de costumes e as agendas do presidente coberta pelo Jornal da Record e uma cobertura mais homogênea e equilibrada na distribuição dos assuntos pelo Repórter Brasil. Entretanto, as nuances e valências estabelecidas em cada narrativa demonstram um aprofundamento das linhas editoriais que ainda serão abordadas e detalhadas.

Gráfico 3 - Assunto principal dos materiais audiovisuais - janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Diante da relevância dos assuntos tratados ao longo do mês de janeiro, cabe fazer uma descrição audiovisual do material nas coberturas apontando principalmente aquilo que diverge entre elas e sinalizando os detalhes que permitem indicar pistas para as respostas a serem encontradas na pesquisa e, na sequência, poder traçar análises amparadas nessas informações. A opção para a apresentação do conteúdo é por ordem dos assuntos mais relevantes e, dentro de cada assunto, a cobertura de cada um dos telejornais estabelecida por ordem alfabética (Jornal Nacional, Jornal da Record e Repórter Brasil).

## 6.2 POSSE DO PRESIDENTE

A posse de Jair Bolsonaro ocupou 43 minutos e 11 segundos do Jornal Nacional, foi a maior cobertura entre as três emissoras. Quem ancorou foi o editor-chefe, Willian Bonner. Entretanto, a participação dele se deu de maneira especial: ele estava direto de Brasília e de lá interagiu com a apresentadora Renata Vasconcelos que estava no estúdio no Rio de Janeiro. O âncora foi quem chamou as entradas ao vivo e as reportagens sobre a recepção no Palácio do Itamaraty, a promessa do pacto nacional feita pelo presidente e a afirmação de Bolsonaro de deixar de lado a divisão ideológica.

Entre os destaques que a emissora trouxe para as suas narrativas estiveram os chefes de Estado. O aparato de segurança também foi descrito assim como o comportamento registrado dos apoiadores de Bolsonaro concentrados na Praça dos Três Poderes. A equipe de governo foi apresentada, ao todo 22 ministros. Além disso, o telejornal da Rede Globo dedicou um material audiovisual específico para tratar de Michelle Bolsonaro, na sequência uma reportagem sobre o Palácio da Alvorada e suas curiosidades além de apresentá-lo como o lugar onde moraria a família Bolsonaro. A emissora construiu ainda uma narrativa com 2 minutos e 42 segundos em que foram apresentados com um tom especial os bastidores da cobertura que ela mesma organizou para o evento.

A relevância da cobertura, pôde ser observada na escolha das imagens usadas para descrever e pontuar características do eleitorado assim como o quantitativo presente na cerimônia, uma demonstração da relevância da cobertura diante do factual, claramente, e também de força da TV Globo colocando o seu principal apresentador no espaço em que se travariam as principais disputas por poder ao longo do mandato. Se Bolsonaro tinha a TV Globo como inimiga, a partir

do histórico da campanha eleitoral, o representante da emissora tratada como rival estava lá, pertinho acompanhando a posse.

O repórter Vinícius Leal foi quem detalhou o dia movimentado no Itamaraty. Falou ainda da conversa com os representantes internacionais e o papel da imprensa em estar reportando o clima no ambiente durante as solenidades e os ritos de que se ocuparam o universo político no dia primeiro de janeiro.

Ao longo da cobertura, é importante deixar assinalado, o Jornal Nacional atribuiu a Bolsonaro uma espécie de fragilidade política, principalmente ao lançar luz sobre as autoridades que seriam fundamentais para as negociações com o Congresso e ao pontuar a presença de personagens com imagens arranhadas: Wilson Vitzel, ex-governador do Rio de Janeiro, que sofreu impeachment por corrupção e Marcelo Bretas, juiz da operação Lava Jato. Os dois, nas palavras do repórter que conduziu a narrativa, “saíram juntos do plenário”, mas a imagem mostra uma situação distinta, nela Marcelo Bretas caminha alguns metros atrás do governador do Rio e ele está com a esposa. Não houve registro em que se olharam ou conversaram.

Outro ponto que chama a atenção na cobertura está na narração da repórter Delis Ortiz, ao dizer "O comboio presidencial, com o presidente, saiu do Congresso pela contramão para a última parada: o palácio do Planalto". Sobre este aspecto cabe salientar que pontos de vista e interpretações podem ser expressos exatamente nesse jogo de imagens e sugestões narrativas como assevera Raimundo Martins (2006).

Esses elementos se entrelaçam, às vezes se fundem e frequentemente se entrecruzam. Toda obra ou imagem é, de certa forma, uma opinião social e as formas artísticas e imagens estão encharcadas de valorações sociais. A interpretação crítica se fundamenta em teorias contemporâneas que abrem espaço para pensar arte e imagem como parte e práxis de uma comunidade interpretativa, de uma cultura visual. Fundamenta-se também no princípio de que arte e imagens nos interpelam e nos formam, os significados mudam, mas ao mesmo tempo revelam uma dimensão do nosso pensamento coletivo e de nossas projeções, imaginárias ou sociais. Como concepção pedagógica, a interpretação crítica é uma abordagem transdisciplinar ou multidisciplinar que trata arte e imagem como narrativas socioculturais no contexto de diversas práticas sociais. (Martins, 2006, p.76)

Quanto ao discurso presidencial no Planalto, a edição destacou o trecho em que Jair Bolsonaro disse que o povo começava a se “libertar do socialismo (e nesse momento entra na edição um sobe som da multidão), se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto”.

Há um destaque sobre o que ele falou em relação à democracia e respeito à constituição e o trecho em que afirmou, ao classificar as “ideologias da esquerda” como nefastas, responsáveis pela destruição de valores e tradições, famílias e sociedade. Na sequência, o destaque foi para a implementação das reformas, a ampliação da infraestrutura, a desburocratização e a retirada da desconfiança do governo de quem trabalhava e quem produzia. Com o uso de um sobe som da multidão, a edição trouxe o presidente garantindo o combate à ideologia da defesa de bandidos e criminalização de policiais.

Das três emissoras, o JN foi o único que pontuou a cobertura com especialista em relações internacionais analisando a conjuntura e o possível comportamento, à época, de alguns países em relação ao Brasil usando das ausências e presenças dos representantes desses países durante a cerimônia da posse.

Sobre Michelle Bolsonaro, a cobertura trouxe uma reportagem apresentando uma mulher discreta, com pulso firme e de Ceilândia -uma das cidades mais pobres da região.

O Jornal da Record, por sua vez, realizou uma cobertura com a um pouco mais da metade da cobertura da concorrente: 27 minutos distribuídos em oito reportagens. A emissora fez uma descrição de todo cerimonial do evento dando destaque para as autoridades: Michel Temer enquanto uma presença discreta e os líderes mundiais que estiveram na posse. A repercussão internacional também foi pauta assim como o juramento de Jair Bolsonaro e a participação do público de várias partes do Brasil que se deslocou até Brasília.

O tom foi festivo. A cabeça da primeira reportagem falou em surpresas, colocou força ao destacar as 100 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios. A cobertura pontuou com destaque também a ausência dos partidos de oposição. As imagens, o tempo todo, davam a dimensão de espaços completamente cheios e muita gente em celebração. Em um dos trechos da cobertura do Jornal da Record foi dada ênfase à campanha de Bolsonaro como tendo sido a mais barata. Na sequência, em outro trecho da narrativa, o repórter exagera na entonação: "Comandante, assim como do Brasil e chefe das tropas armadas".

Foi uma cobertura em que cordialidade, proximidade e quebra de protocolo foram promovidas desde a participação discursiva da primeira-dama até o filho que foi de carona no carro oficial.

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, e o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, ganham espaço privilegiado na narrativa com demonstrações de uma inclinação

editorial favorável de Jair Bolsonaro com os dois líderes. Preponderante retomar a informação de que a TV Record é controlada por uma denominação neopentecostal.

De maneira muito diferente dos outros telejornais, a emissora preparou um compilado de todo conteúdo e o exibiu ao fim do jornal. Uma repetição intencional evidente do que a linha editorial quis pontuar. Empolgadas, durante a leitura da cabeça da reportagem, as apresentadoras fizeram um convite para assistir aos momentos de "descontração e quebra do protocolo" (o presidente comeu cachorro-quente, conversou com o povo, "viu e foi visto"). E ainda deram destaque à Michelle Bolsonaro que "surpreendeu" e para o sobe som de "o capitão chegou", com os gritos dos apoiadores de Jair Bolsonaro no evento.

Por fim, a cobertura do Jornal da TV Brasil sobre a posse ocupou pouco mais de 22 minutos com oito materiais audiovisuais. A ancoragem foi feita por uma repórter, ao vivo. Entre os destaques, reportagens sobre a presença dos eleitores, o esquema de segurança, o discurso de Bolsonaro com relevo no fim da corrupção, o posicionamento do Papa em relação ao momento político do país e a repercussão pelo mundo.

Foi uma cobertura que superestimou em cinco mil pessoas a mais o público durante a descrição do esquema de segurança. Esta pauta foi narrada de dentro da central de monitoramento, dando a dimensão do acesso privilegiado da emissora ao lugar.

Foi uma cobertura mais enxuta e menos interpretativa. Mesmo assim, alguns detalhes favoreceram a imagem de Bolsonaro: a promessa de governar sem conchavos, a hospitalidade em receber o representante de Israel, Sérgio Moro nomeado como ministro, a referência a Bolsonaro ser o "comandante supremo das forças armadas" e a volta antecipada do presidente peruano por causa de escândalos de corrupção envolvendo a Odebrecht.

Na maior parte da cobertura O Repórter Brasil Noite manteve um tom equilibrado com uma angulação mais neutra e sem exageros na adjetivação de Bolsonaro. Foi uma cobertura ágil, sem excessos mesmo diante da perspectiva de emparelhamento e desmonte da comunicação pública no Brasil anunciada ao longo de 2018 por Bolsonaro e Michel Temer.

### 6.3 AÇÕES DO GOVERNO

Em relação à cobertura sobre as atividades desenvolvidas pelo Governo Federal ao longo do mês de janeiro estão temas diversos, alguns foram encontrados nos três telejornais, mas trabalhados de formas distintas e outros assuntos e factuais foram silenciados na cobertura.

O primeiro destaque a ser feito pelo Jornal Nacional relacionado à atividade do novo governo foi uma reportagem sobre o dia de posse dos ministros do governo Bolsonaro. O audiovisual relatou que dos 22 ministros, 18 tomaram posse nesse primeiro dia de governo. Quatro deles tiveram um destaque especial em função, segundo a apresentadora Renata Vasconcelos, do que iriam desempenhar nas suas atribuições.

O início da reportagem descreveu uma linha do tempo do dia. Ela começou com a descrição do presidente que saiu de casa às oito da manhã, levou 10 minutos para chegar ao Palácio do Planalto para inaugurar sua gestão. Délis Ortiz frisou que acompanhar a transmissão dos cargos de ministros não era praxe, mas que Bolsonaro fez questão e ela colocou uma ênfase no “fez questão” de acompanhar os quatro ministros que estavam mais próximos do presidente. Cabe destacar aqui que a construção textual, a entonação, a maneira de enunciar fazem, necessariamente, parte da intencionalidade de quem constrói e narra a notícia.

O sujeito é um efeito que advém da enunciação e que, deixa rastros de diversas naturezas que podem ser analisáveis, sejam eles de natureza explícita, conforme propôs Benveniste, ou rastros que se configuram por uma relação particular entre forma e sentido que se evidencia na atualização da língua em discurso por parte de um locutor. A construção de sentidos na fala se dá através da prosódia que atua como um sistema de sinalização, dando pistas do contexto. Estas pistas não funcionam isoladamente, baseiam-se em padrões de usos prosódicos convencionalizados (entonação, mudança de altura do som, intensidade, alongamento das vogais, pausas, velocidade, etc.) que também estão disponíveis na língua e são apreendidas pelo locutor dependente do contexto onde são empregados (Franco, 2013, p.65)

Os ministros eram: Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional, Carlos Santos Cruz, da Secretaria de Governo, Gustavo Benianno, da Secretaria Geral da Presidência e Onyx Lorenzoni, da Casa Civil. Este último, diferentemente dos outros três ministros, teve três entradas sucessivas em trechos da sonora capturada durante a entrevista e utilizadas na edição desta reportagem. A narrativa segue apresentando os encontros com líderes de outros países que Bolsonaro teve na sequência e as novas medidas do governo.

A pauta do telejornal seguiu narrando o dia do governo, mas passou a tratar da transmissão de cargo para Ministro da Defesa como sendo a única fora do Planalto de que Bolsonaro participou. Ao fundo do cenário, atrás do apresentador Willian Bonner, verifica-se uma imagem do presidente Bolsonaro sorridente, acenando e com uma faixa verde amarela passando, então, por toda arte escolhida para ilustrar esse momento.

A reportagem de Vladimir Netto começou mostrando então um auditório lotado e destacou que os militares ali presentes eram os militares de mais alta patente: a elite do exército brasileiro. Destacou também, logo de início, a reverência que Bolsonaro fez ao coronel Villas Boas que estava presente com um aparelho respiratório. Neste momento, foi dado o peso simbólico do esforço de sua presença.

As imagens eram da NBR e, evidentemente, a TV Globo manteve a logomarca da NBR nas imagens. A primeira sonora escolhida pela Rede Globo para a reportagem foi a que continha a frase que ficou bastante conhecida e foi utilizada ao longo dos meses seguintes em que Bolsonaro cita a relação que tem com Villas Boas. No trecho, o presidente disse que o que eles conversaram seguiria com ele, Bolsonaro, para o túmulo.

A partir daí, o repórter partiu para a descrição do que foi dito na solenidade. Numa passagem explica que Bolsonaro detalhou um pouco da sua vida política e elogiou alguns dos presidentes: José Sarney, Itamar Franco, e o presidente Fernando Collor. Acreditamos que o repórter tenha escolhido dizer na passagem sobre a sua carreira militar para evitar que essa descrição precisasse ser feita numa sonora. O que evidencia a não relevância da descrição feita pelo presidente para o contexto da narrativa. É bom frisar que, o tempo todo o enquadramento da sonora de Bolsonaro esteve entre dois bustos de figuras do Exército.

Figura 10- Bolsonaro entre bustos - Jornal Nacional – (01/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

As reportagens seguintes trouxeram críticas ao Itamaraty. Ernesto Araújo falou sobre uma nova postura do Brasil no exterior, destacou a participação do diplomata norte-americano, Mike Pompeo, apresentou os ministros que assumiram as pastas e pontuou, de forma breve, o que essas pessoas pretendiam fazer. Alguns deles tiveram direito à fala e outros foram apenas citados. As reportagens reforçaram, uma vez que não apresentaram contraponto, valores e bandeiras do governo Bolsonaro como a ideologia de gênero, as privatizações, leilões de estatais, regulamentação de territórios indígenas e gastos com a gestão pública.

No mesmo dia, outra reportagem ganhou destaque. Foi a dedicada ao novo Ministério da Economia. Ela começou com o anúncio da dissolução de três ministérios: Fazenda, Planejamento e Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Teceu críticas à política econômica de gestões anteriores e falou sobre descontrole de gastos, venda de ativos, aceleração de privatizações. Zileide Silva, repórter responsável pelo conteúdo, descreveu o Ministério como “superministério da Economia”, dando a dimensão (como já evidenciada em sessões anteriores desta tese) da importância que ele tinha para a emissora. Ela também fez uma ressalva de que empresários acompanharam a cerimônia.

Finalizando a cobertura do dia 02 de janeiro, foi exibido o material com a posse de Sérgio Moro. Foram descritas as presenças de ex-ministros da Justiça e Segurança Pública, OAB, Supremo. A reportagem reforçou a fala de Moro em que afirmou que o “Brasil não será porto seguro para criminosos” numa alusão ao caso de Cesare Battisti. Trouxe ainda o anúncio do pacote anticrime, passando pelos prejuízos da corrupção.

Nos dias seguintes 03 e 04 de janeiro, duas reportagens exibidas pelo Jornal Nacional chamaram atenção pelo conteúdo e forma como foram construídas: uma tratou da primeira reunião ministerial do governo e a outra do desencontro de informações entre Bolsonaro e ministros já no início do mandato.

No material audiovisual narrado por Délis Ortiz, houve um destaque inicial para o fato de a reunião ter sido fechada e o discurso de abertura do presidente Bolsonaro não transmitido. A reportagem deu relevo ao fato de os ministros terem sido autorizados a fazer “uma limpa” nos cargos comissionados e que a pauta trazia orientações do governo para revisar conselhos, revisar também o uso dos imóveis da união. A narrativa grifa que Bolsonaro queria um pente-fino feito nas ações do apagar das luzes do governo Temer. Destaque que imputou ao ex-presidente uma adjetivação de pessoa desconfiada, sobressaltada. Além disso, a reportagem buscou caracterizar o presidente e as suas direções de governo exaltando a preferência de

Bolsonaro por negociações bilaterais. Escolhas editoriais, portanto, que promoveram enquadramentos de quem seria o presidente e quais os rumos iniciais ele daria ao governo e forma como conduziria seus ministros.

A construção trabalha o factual de Bolsonaro ter visitado o Gabinete de Segurança Institucional, detalhando que Bolsonaro conheceu o aparato de sua segurança. Para arrematar o conjunto da narrativa mais à frente, numa nota pé, com a informação de que lideranças de partido da oposição (PT e PSOL) denunciaram invasão de gabinetes de deputados, gavetas reviradas e com o fechamento de persianas com parafusos. A nota seguiu informando que a Câmara justificou que essa foi uma decisão de última hora tomada por segurança para não despistar o trabalho dos franco-atiradores. Novamente foi identificado o recurso editorial de dar visibilidade a um fato que, em associação ao anterior, sugere uma identidade arbitrária, persecutória por parte do governo.

Também foi de Délis Ortiz a reportagem do dia seguinte, 4 de janeiro, sobre o primeiro mal-estar na recém iniciada Gestão Bolsonaro. À proporção que o tema tomou pôde ser observada na cabeça do VT, que foi maior do que costuma ser no JN: 1 minuto e 27 segundos. Nela os apresentadores detalharam as confusões ao longo do dia.

Foram três declarações polêmicas feitas em 12 horas. A Globo destacou as reações do mercado em relação às declarações feitas pelo ex-presidente envolvendo a reforma da Previdência (indicando idade mínima para aposentadoria de 57 anos mulheres e 62 anos para homens), o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a redução do imposto de renda, além das restrições à compra da Embraer pela Boeing. A Globo destacou ainda o silêncio de Paulo Guedes em relação a estas questões.

Os detalhes da agenda do presidente voltaram a ser utilizados como recurso narrativo no início do VT. Houve o registro de visitas pessoais ao Palácio da Alvorada mesmo o presidente não estando (nesse momento, a reportagem mostra pessoas sendo conduzidas com bagagens nas mãos). Houve ainda imagens da coletiva de imprensa que mostram muitos profissionais ao redor de Bolsonaro demonstrando ter sido concorrida a coletiva e conferindo prestígio ao presidente.

O embaraço causado pelas declarações de Bolsonaro em contraposição ao que disseram os ministros só foi trazido na passagem da repórter, assim como a estratégia dos integrantes do governo que se articularam para reduzir os efeitos das declarações. O secretário da Receita, Marcos Cintra e ministro Onyx Lorenzoni tentaram, nas entrevistas, amenizar os efeitos

causados pela fala de Bolsonaro. A Globo finalizou a entrevista de Lorenzoni com ele reafirmando que não haveria aumento de impostos.

A estratégia de cobrir as polêmicas começou a ser desenhada enquanto tendência do Jornal Nacional. Diferentemente dos outros dois telejornais, o JN tratou com destaque ao longo do mês de janeiro outras três situações que movimentaram as discussões sobre as ações governamentais. Foram polêmicas envolvendo a nomeação para cargos importantes do Governo Bolsonaro e fazendo o contraponto, demonstrando, inclusive, incoerências diferentemente dos outros dois telejornais. Nesses casos, quando as polêmicas, declarações e repercussões ganham mais relevo que o factual em si, chamando atenção para o comportamento dos personagens públicos, fica evidenciado, pelo telejornalismo, o seu papel enquanto fiscal dos poderes. Afinal de contas, as atitudes das pessoas eleitas precisam ser validadas pelos eleitores e, portanto, objeto de atenção. Josué Ferreira e Tatiane Hilgemberg (2022) fazem menção ao papel da sociedade em atribuir ao jornalismo sua função social que hora se direciona ao reflexo da sociedade, observador com grau de neutralidade e, em outros “momentos ele é visto como fiscal do poder público, atuando para investigar, denunciar, apontar deslizes dos políticos” (Gomes; Figueiredo, 2022, p.154).

O primeiro destaque a ser feito, neste sentido, é uma reportagem do dia 10 de janeiro, em que o Jornal Nacional tratou de um outro decreto assinado, dessa vez sobre o que permitia assessores políticos, no Itamaraty, sem carreira diplomática. A ênfase dada à polêmica teve peso para o produto jornalístico da TV Globo. Pela reportagem, o documento autorizava pessoas não pertencentes à carreira diplomática a ocuparem cargos de assessoria do ministro Ernesto Araújo. O Jornal Nacional destacou a discussão gerada a partir da mudança de regras de funcionamento do Itamaraty. O decreto passou a permitir até três assessores de livre nomeação. O telejornal então, para fundamentar a polêmica, acionou um detalhamento sobre as funções do Itamaraty: responsável pelas relações internacionais do Brasil. Ele existe para assessorar o presidente na condução da política exterior, é uma função que serve ao Estado e não ao governo. O JN detalhou ainda que, para entrar na carreira, é necessário concurso público e curso de formação.

A reportagem tratou o decreto como sendo uma quebra de paradigma e que inverteria a lógica adotada historicamente em que os postos chave na condução da política externa deveriam ser ocupados por integrantes da diplomacia. Em seguida, a reportagem desfilou as justificativas para considerar a medida polêmica destacando que, pela mudança, diplomatas em nível hierárquico inferior poderiam assumir funções desempenhadas tradicionalmente por diplomatas mais experientes, reduzindo dessa maneira as exigências na promoção para cargos mais altos e

trazendo como consequência uma inversão da hierarquia, Neste momento, a reportagem citou o caso do próprio chanceler Ernesto Araújo que nunca havia sido embaixador do Brasil em outros países.

O telejornal apresentou a discordância em relação à mudança a partir das fontes. Primeiro trazendo Creomar de Souza, um especialista em relações internacionais pela UCB. O entrevistado argumentou que sempre houve uma lógica construída de que o órgão era caracterizado por questões profissionais e uma “espécie de blindagem política”. Na sequência, Marcos Azambuja, ex-secretário geral do Itamaraty, fez uma analogia com a hierarquia militar para se posicionar destacando que a medida caracterizaria perigo ao mexer com a estrutura e criar desordem.

Outra polêmica que teve o relevo acentuado pela cobertura do telejornal apresentado por Willian Bonner e Renata Vasconcelos foi a que envolveu a nomeação, no dia 17 de janeiro, do diretor do Serviço Florestal Brasileiro. Novamente a estrutura narrativa e as escolhas editoriais permitem observar o telejornal enquanto fiscal das atividades dos poderes. A reportagem chamou atenção para o fato de o nomeado pela ministra Tereza Cristina, Valdir Colatto, do MDB de Santa Catarina, ser um deputado ligado à bancada ruralista.

Para lançar luz a incoerência, o JN fez o uso do resgate de fatos passados imprimindo um contexto e marcando posição no enfrentamento ao governo. O texto de Júlio Mosquera deu conta de informar que Colatto seria responsável pela administração das florestas públicas do Brasil, órgão antes vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, mas que passou a ser subordinado ao Ministério da Agricultura. Reforçou ainda as alianças de Colatto na bancada ruralista, resgatando entrevistas antigas em que ele defendia, por exemplo, a ampliação da área desmatada no cerrado brasileiro. Foi em uma fala pública, em novembro de 2017. Ele disse: “será que podemos nos dar ao luxo de preservar 90 milhões de hectares no cerrado que são terras férteis?”

Figura 11 - Valdir Colatto, deputado do MDB - Jornal Nacional (18/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A reportagem foi finalizada com posicionamentos do *Green Peace* ressaltando que a função do serviço florestal é a manutenção das florestas públicas e de Carlos Mares, professor de direito socioambiental PUC, afirmando que é importante que discursos e prática fossem aliados na preservação. A narrativa sugere a partir de todos estes elementos que ele estaria num órgão inadequado.

Outra nomeação polêmica levantada pelo telejornal da Rede Globo foi a de Marcus Vinícius Rodrigues à presidência do INEP em 24 de janeiro. A reportagem destacou, logo no início, que Marcus Vinícius assumiu o cargo defendendo “postura ideológica nas escolas”. O JN explicou que o INEP é responsável pelo ENEM detalhando o concurso que, em 2018, foi disputado por cinco milhões de estudantes. A reportagem então resgatou arquivos em que Jair Bolsonaro fez críticas ao exame quando algumas questões usaram vocabulário da comunidade LGBTQIAPN+ e disse que teria acesso a provas antes da aplicação.

A informação do acesso prévio à prova foi reforçada na passagem de Flávia Alvarenga quando fez menção ao novo presidente do Inep afirmar que iria avaliar o conteúdo das questões do ENEM seguido de um trecho de entrevista coletiva em que ele próprio falou em “uma nova escola com novos paradigmas, resgate de valores, diretrizes de respeito à família e à pátria”. Sobre Bolsonaro ter acesso ao exame. Marcus disse que a questão seria conversada, mas deixou nas entrelinhas que sim.

Em uma outra perspectiva de cobertura dentro do telejornal da TV Globo, esteve a cobertura feita sobre as metas de 100 dias de governo, divulgadas pela Casa Civil no dia 23 de janeiro. As metas mereceram destaque na cobertura do JN e dos outros telejornais. Isso em função de o primeiro trimestre ser, há algum tempo, emblemático e simbólico na política do Executivo brasileiro. Erivelto Amarante, na introdução do seu livro que trata exatamente das análises dos 100 dias de governos destaca a superficialidade e artificialidade de produzir elementos para alçar espaço midiático.

Essa estratégia é definida por Boorstin (2012) como um “pseudo-evento”, ou seja, um episódio que não teria acontecido sem a intenção de estimular a cobertura da imprensa. O autor expressa que tais acontecimentos podem ser considerados como ilhas artificiais construídas no fluxo das ocorrências captadas por jornalistas. Assim os “pseudo-eventos” são cada vez mais utilizados na comunicação política para que candidatos governantes e demais autoridades ganhem espaço na cobertura da mídia (Kepplinger, 2015). Muitas vezes ao organizarem esses eventos os atores políticos assumem um protagonismo de ação e podem enquadrar o noticiário da forma mais conveniente para transmitir a mensagem desejada. (Amarante, 2020, p.8)

Não por acaso, o material audiovisual do telejornal em análise começa com o “pseudo-factual”. Ou seja, uma reunião para definir as metas do pseudo-evento de 100 dias de governo. As informações e imagens gerais ilustram o momento em questão e os ministros em alternância com as fachadas de Brasília. A prioridade foi apontar as 35 metas apresentadas para os 100 dias e pontuar que duas delas já haviam saído do papel na semana anterior: o decreto de flexibilização da posse de armas e a medida provisória que combate fraudes na aposentadoria.

O ponto de concentração das discussões na narrativa da emissora carioca foi a área econômica acentuando que o governo queria privatizar e enxugar a máquina pública. Interessante pontuar que, não raro, a emissora, ao tratar das pautas econômicas e da agenda neoliberal (privatizações e reformas), refere-se ao Governo Federal e ao ex-ministro Paulo Guedes em detrimento do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Figura 12 - Fachada do Ministério da Economia no VT de 100 dias de governo – Jornal Nacional (23/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Ainda nessa perspectiva, é interessante pontuar que, ao longo da reportagem sobre as metas para os 100 dias, os caracteres e videografismos só foram exibidos durante o tempo em que se falou sobre o Ministério da Economia e, mais especificamente, no período em que se falou sobre Petrobrás.

Figura 13- Plataforma de Petróleo no VT de 100 dias de governo – Jornal Nacional  
(23/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Entre as 35 metas traçadas pelo governo, o JN destacou (na ordem que aparecem na reportagem de Nilson Klava) a vontade do Ministério da Economia em extinguir 21 mil funções comissionadas e realizar novos concursos públicos só depois de adotadas medidas de eficiência administrativa em primeiro lugar. Destacou ainda a perspectiva de acelerar processo de privatizações, leiloar 12 aeroportos e dez terminais portuários, viabilizar o leilão do petróleo excedente previsto no acordo do pré-sal com previsão de arrecadação que poderia chegar a R\$ 100 bilhões. Além disso, colocou a independência do Banco Central na agenda dos 100 dias, a redução da tarifa externa do Mercosul, a garantia do 13º para beneficiários do Bolsa Família (14 milhões de beneficiados).

A reportagem elencou ainda a aprovação do pacote anticrime, o aumento do apoio à operação lava-jato no Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná além do Distrito Federal. Embora as reformas tributária e da Previdência não estivessem previstas na agenda dos 100 dias, a reportagem deu destaque a elas com a inserção de uma entrevista do ministro Onix Lorenzoni, dizendo que a proposta da previdência seria apresentada em breve, depois de Jair Bolsonaro “bater o martelo” sobre o texto. Ele destacou também que a reforma da Previdência e o sistema tributário eram questões complexas, que ainda estavam em análise e que não queria antecipar estratégia, tática e lógica.

A reportagem aproveitou a entrevista feita com Sérgio Moro para entrar na temática das denúncias envolvendo Flávio Bolsonaro e a ALERJ com as investigações sobre as movimentações atípicas nas contas de Fabrício Queiroz, que serão tratadas adiante. Mas Moro limitou-se a afirmar que estavam circunscritas no Rio de Janeiro.

Uma vez que a reportagem trouxe as metas sem problematizá-las, silenciando contrapontos e opiniões divergentes, ainda que fosse em uma reportagem seguinte, ficou caracterizado uma sutil concordância com as metas escolhidas a serem apresentadas na reportagem. O comportamento dos públicos, diante da ausência de informações, discussões de interesse público, tende a ser de isolamento, de não vontade de se manifestar no que configura a **espiral do silêncio**. Ela é marcada pelo receio das pessoas de realizarem manifestação pública sobre uma opinião divergente sob risco de destoarem do comportamento, das tradições, da moral comum entre uma pretensa maioria (Neumann, 1995). Obviamente, sendo a televisão um espaço de discussão das realidades vivenciadas e o telejornalismo o lugar da informação qualificada, aquilo para o qual ele não dá destaque, pode acabar sendo percebido como menos importante, de pouca utilidade. Por não ser mostrado, corre o risco de também não reverberar mesmo entre as pessoas que veem sentido e importância na informação.

Estudos empíricos, realizados sob a perspectiva da Espiral do Silêncio, mostraram que determinados assuntos de interesse público ignorados pela mídia não ganham expressão porque permanecem com a minoria silenciosa, que não se manifesta a respeito desse assunto justamente por acreditar que ele não interessa a maioria dos indivíduos. À medida que as pessoas se calam, acabam, indiretamente, reforçando as opiniões dos meios de comunicação (Nery; Temer, 2009, p.95).

Ao invés da problematização, a reportagem seguinte, exibida pelo Jornal Nacional foi uma que tratou do Fórum Econômico de Davos, reforçando as estratégias econômicas do governo e pautando os interesses do grande capital como sendo os verdadeiros interesses públicos. Lógica que se aplica aos outros telejornais ainda que observados focos e aspectos distintos.

Na cobertura feita pelo telejornal da Record, por exemplo, destacou-se o esforço em narrar o dia 02 de janeiro, como o primeiro dia de trabalho. Uma sequência de reportagens 4 reportagens e um ao vivo em que houve nítido capricho com o VT que trata da posse de Paulo Guedes e seus secretários e, principalmente, no cuidado com a seleção de imagens, dando conta do movimento e das autoridades no evento. Inclusive, a cobertura do JR foi a única das três

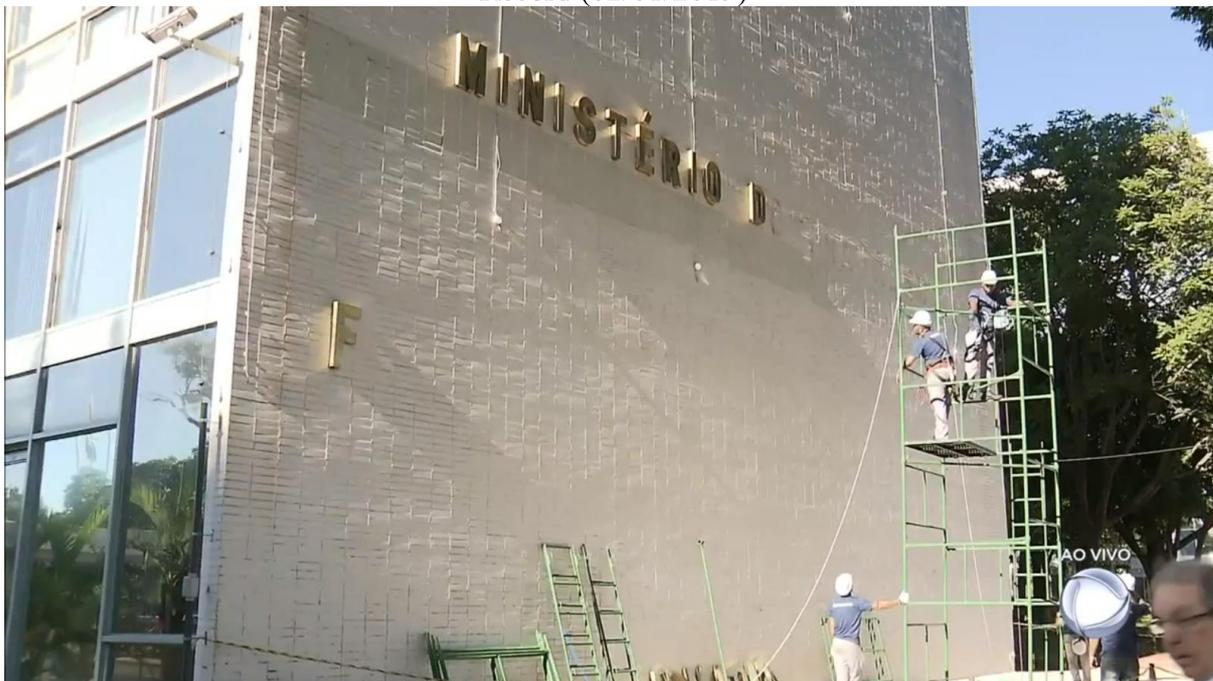
coberturas analisadas neste trabalho que deu voz aos secretários Rogério Marinho, secretário da Previdência e Marcos Cintra, da Secretária Especial da Receita Federal.

A reportagem teve início enaltecendo a posse de Guedes como tendo sido a mais concorrida do “novo governo” - foi preciso um auditório grande para comportar 300 convidados. O repórter Luiz Fara Monteiro falou em sua construção narrativa da "cerimonia prestigiada" pelos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia e do STF, Dias Tóffoli. Ele trouxe o factuel de que a nova pasta iria concentrar Fazenda, Planejamento e Indústria, Comércio Exterior e Serviços e afirmou que Paulo Guedes vinha sendo chamado de “superministro da gestão Bolsonaro”.

Entretanto, a entrevista de Paulo Guedes esboçou uma pretensa humildade do então recém-nomeado. Guedes afirmou não existir superministro, mas reconhecendo o que estava sendo falado sobre ele. Ele criticou o descontrole dos gastos públicos incluindo a gestão dos militares, os planos econômicos fracassados e os desvios de corrupção em escândalos como “mensalão” e “petrolão”. A reportagem deu destaque à promessa de desburocratização e abertura da economia do país.

No dia seguinte, 03 de janeiro, a cobertura da TV Record seguiu acompanhando a rotina do presidente como se escrevesse um diário de governo, com as agendas públicas. Houve exibição de uma reportagem sobre a primeira reunião ministerial, uma sobre a reforma da Previdência e, novamente, a escolha do Ministério da Economia como pasta importante para merecer um VT exclusivo. Nela, Luiz Fara Monteiro trabalhou as informações de que a redução do número de ministérios levaria pastas a serem reorganizadas e pontuou que as mudanças começariam pela fachada, descrevendo imagens com a cena da reforma e troca do nome do Ministério da Fazenda para Ministério da Economia. A materialidade da substituição de letreiros dá movimento e sugere que ele se daria no campo das ações administrativas.

Figura 14 - Obra na fachada Ministério da Economia VT posse de Paulo Guedes - Jornal da Record (02/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A reportagem explorou, na entrevista de Paulo Guedes, a pauta do descontrole de gastos dos governos anteriores e a perspectiva de redução de 30% nos cargos de confiança. Houve ainda a defesa da descentralização de recursos em Brasília, maior entrosamento com estados e municípios e implantação de um imposto único federal como prioridade além da reforma da previdência.

A narrativa se valeu ainda das entrevistas de Onix Lorenzoni, ministro Chefe da Casa Civil reforçando que o governo apresentaria um plano de concessões, licitações e contratos e afirmando, categoricamente, que fariam a reforma da Previdência. Houve ainda a entrevista de Gleison Rubin, secretário adjunto de desburocratização, gestão e governo digital que anunciou corte de 3100 cargos na pasta de Paulo Guedes, reestruturação do ministério com a fusão das pastas de Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento, Comercio Exterior e Serviços. O capricho com a reportagem se fez evidente no cuidado com as imagens exibidas neste momento: a explicação para as ações empreendidas detalhadas por Gleison vieram acompanhadas de caracteres sobre imagens gerais da fachada do Ministério já com o novo nome.

Figura 15- Fachada Ministério da Economia VT posse de Paulo Guedes - Jornal da Record (02/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

As perspectivas apresentadas pela reportagem foram de um governo confiante, embora as afirmações dos ministros tenham sido genéricas. A reportagem não trouxe peso nesse que poderia ser um gancho para “apertar” a mão contra o governo. Curiosamente, na reportagem sobre este assunto, a TV Globo trouxe a polêmica dos parafusos ignorada por Record e TV Brasil.

A reportagem do Jornal da Record sobre as declarações de Bolsonaro que provocaram um ruído entre ele e Paulo Guedes foram tratadas pela emissora como equivocadas. Diferentemente da Globo que, inicialmente, deu maior destaque ao ruído, descreveu o comportamento de Paulo Guedes ao longo do dia e, ao final, trouxe a fala polêmica de Bolsonaro seguida da repercussão do mercado, a Record preferiu abordar a polêmica ao fim da cabeça da reportagem. Outra estratégia narrativa da emissora paulista foi inserir todas as sonoras comprometedoras e só depois trazer o ministro Onyx desmentindo.

Nos dias seguintes, o telejornal da Record seguiu trabalhando a imagem de Bolsonaro numa perspectiva de amenizar o problema trazido para a sua própria imagem. Em 05 de janeiro, mesmo o presidente não tendo agenda e compromissos públicos, foi feita uma reportagem para informar que ele saiu do Alvorada para descansar com a família na Granja do Torto. A narrativa começa a fazer uma retrospectiva da semana, da posse dos 22 ministros, do indicativo de

prioridades na reunião ministerial, da prioridade na austeridade com os gastos públicos, a revisão de atos e o pente fino em despesas desnecessárias e o lançamento da nova marca do Governo Federal.

Este trecho da reportagem, inclusive, ficou bastante deslocado de todo o contexto. A edição exibiu uma arte explicando como ficou a nova marca do governo que usava o último verso do hino nacional. Além disso, o recurso sonoro de *sobe som* foi utilizado com o áudio de um trecho da campanha em que uma criança canta “pátria amada Brasil” e, depois disso, a repórter começou a explicar como seria a próxima semana do presidente.

No dia 07, novamente uma reportagem feita no sentido de explicar e desfazer o mal-entendido com Paulo Guedes. O telejornal se valeu do factuel da posse de presidentes de bancos públicos para promover as atividades de Bolsonaro. Enquanto fonte, Bolsonaro determinou transparência nos atos públicos, investimento técnico e racional em publicidade e democratização de verbas publicitárias. Elogiou a imprensa livre e disse que apostava na equipe econômica. Entrevistas de Augusto Heleno, ministro da Segurança Institucional e do próprio Paulo Guedes entraram na sequência exaltando a boa relação com Bolsonaro.

Outro destaque na cobertura que precisou ser observado como um ponto que escapa do usual numa cobertura presidencial foi a da visita do presidente argentino Mauricio Macri ao Brasil no dia 16 de janeiro. No primeiro encontro entre os presidentes, de acordo com a reportagem, um dos assuntos tratados foi a crise econômica e política na Venezuela e a vontade dos dois líderes de desfazer as amarras do Mercosul, liberando os países membros do compromisso de negociar acordos em bloco.

A narração em tom premonitórias abre a reportagem dizendo que “o peso da bandeira está prestes a mudar” ao mesmo tempo em que uma imagem da bandeira do Mercosul é exibida.

Figura 16- Bandeira do Mercosul no VT visita presidente da Argentina - Jornal da Record (16/01/2019)



Fonte: Payplus.com

Houve a descrição da subida da rampa pelo presidente argentino e da recepção feita por Bolsonaro. O repórter, nesse momento, usou o termo colegas para se referir aos presidentes e seguiu narrando a cena da seguinte forma: bem-humorado, Bolsonaro puxou do bolso a credencial de presidente que acaba de receber e a exibiu para um fotógrafo”.

Figura 17- Bolsonaro exhibe crachá VT visita presidente da Argentina - Jornal da Record (16/01/2019)



Fonte: Playplus.com

Um caco que não alterava em nada a compreensão do factual e só serviu para ajudar a construir uma imagem irreverente e solícita do presidente do Brasil.

Figura 18- Detalhe crachá de Bolsonaro VT visita presidente da Argentina - Jornal da Record (16/01/2019)

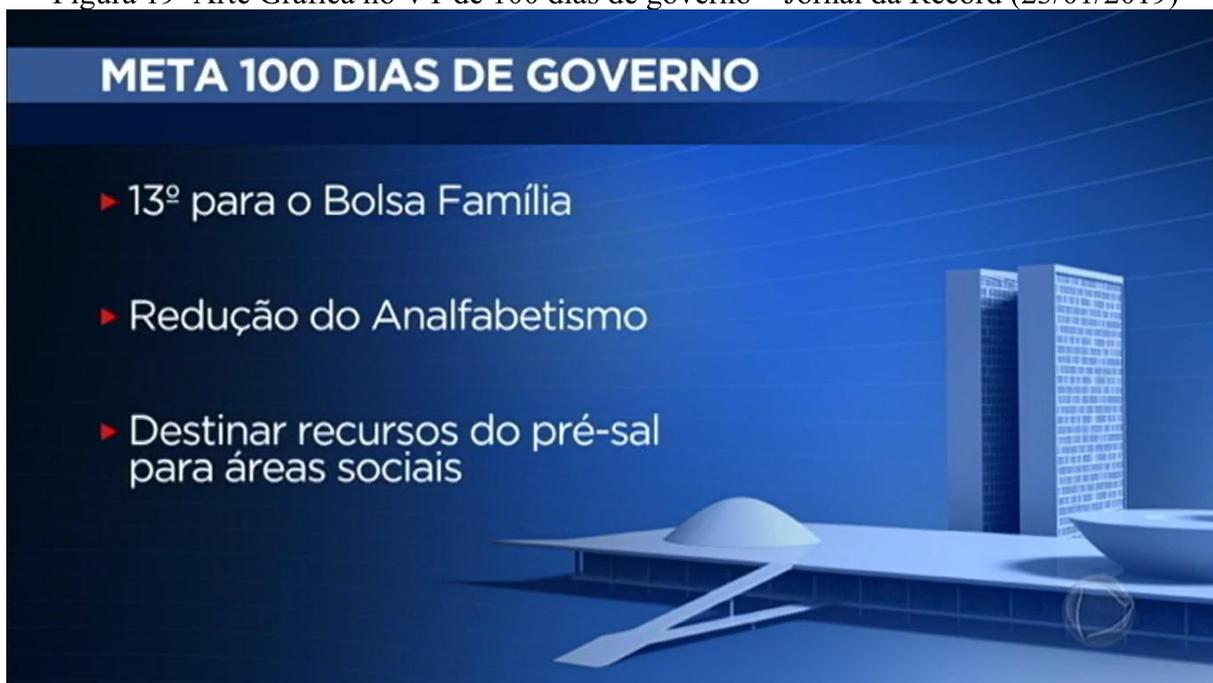


Fonte: Playplus.com

Assim como as outras duas emissoras, o Jornal da Record também pautou a reunião que anunciou as metas para os primeiros 100 dias de governo em 23 de janeiro. Em destaque na emissora estiveram os números com vendas do pré-sal.

Imagens da reunião foram bastante exploradas em detalhe no início da reportagem e o “pseudo-factual” chamado para antecipar um “pseudo-evento” foi narrado. No que diz respeito às metas que deveriam ser colocadas em prática até 11 de abril, a ordem de apresentação divergiu do Jornal Nacional e do Repórter Brasil demonstrando os pesos atribuídos pela edição a cada tema. Elas foram descritas em *off* e cobertas com imagens da reunião e, na sequência, ganharam uma arte gráfica para facilitar a fixação do conteúdo: combate a fraudes do INSS, decreto que facilita a posse de armas, criação do 13º o programa Bolsa Família, redução do analfabetismo, revisão das regras de exploração do pré-sal, destinação de recursos para áreas sociais, troca da logomarca de passaportes e aumento campanhas de vacinação.

Figura 19- Arte Gráfica no VT de 100 dias de governo – Jornal da Record (23/01/2019)



Fonte: Playplus.com

As metas econômicas foram descritas na passagem do repórter Luiz Fara Monteiro. Ele afirmou que o Ministério da Economia iria abrir os dados do Sistema Nacional de Emprego para ampliar o acesso de empresas aos currículos dos trabalhadores. Disse, também, que Paulo Guedes queria eliminar 21 mil cargos comissionados.

Em relação à cobertura do Repórter Brasil, da emissora TV Brasil, os destaques da cobertura das ações do governo Bolsonaro, em janeiro de 2019, têm início no dia 09 quando foi anunciada a vontade de alteração, pelo executivo, do Código de Processo Penal. O material audiovisual foi uma entrada ao vivo seguida de uma entrevista com o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande. Ao longo das coberturas da emissora do Distrito Federal, foi comum o uso de entrevistas com personalidades públicas não relacionadas diretamente com a temática abordada, geralmente personagens com envolvimento secundário.

No caso em questão, foi o governador do Espírito Santo que participou de uma reunião com o Ministro da Justiça, Sérgio Moro, e confirmou a informação de um projeto de lei que seria discutido até o final do mês com os governadores de todos os estados. A ideia era a de agilizar os processos de execução penal para reduzir a população carcerária especialmente a que estava presa de forma temporária ou provisória. Houve, na fala do governador, um contraponto interessante ao que, habitualmente, verifica-se no pensamento externado pelo ex-presidente e seus ministros: o de que ressocialização é positiva, de que acelerar o processo de prisões temporárias é positivo e repensar superlotação é positivo.

Na esteira da segurança pública, outra reportagem que mereceu observação mais atenta foi a do dia 11 de janeiro. No dia em que houve a troca de comando no exército, a reportagem anunciou a segurança como tendo sido o tema que predominou nas ações do governo.

A imagem, em close, do presidente Jair Bolsonaro abriu a reportagem e a seguinte frase lida em off "o tema do dia foi segurança". Foi explicado que o presidente postou um vídeo no Twitter em que criminosos ateavam fogo num posto de gasolina, em Fortaleza, e faziam ameaças a ele. A partir de então foram inseridas imagens das postagens do presidente em suas redes sociais e lidas na íntegra. A sanção da Lei que permitia a cassação da CNH em casos de descaminho, contrabando e receptação foi abordada também, assim como o anúncio sobre o decreto da posse de armas.

Em relação à cobertura das metas de 100 dias de governo, o Repórter Brasil trouxe uma entrada ao vivo que deu conta das informações factuais. Foi uma cobertura mais enxuta, que abordou que para cumprir as 35 metas até o dia 11 de abril, quatro ministérios liderariam as ações (Economia, Justiça e Segurança, Controladoria Geral da União, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos).

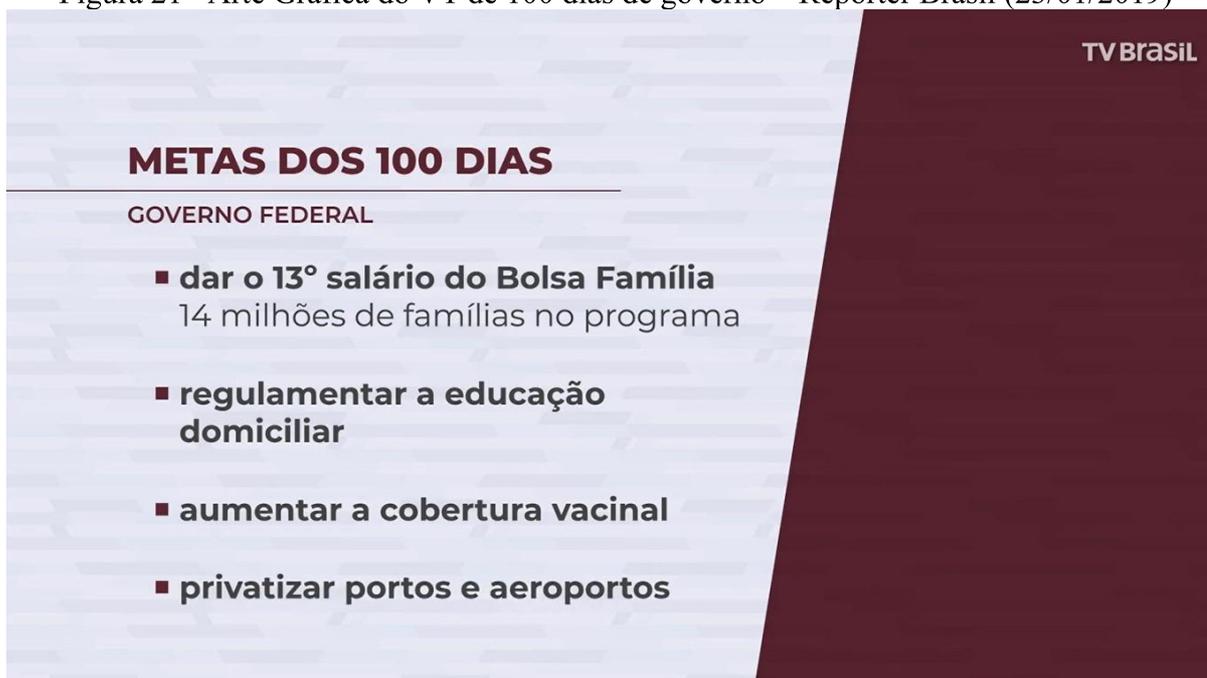
Figura 20- Entrada ao vivo sobre os 100 dias de governo – Repórter Brasil (23/01/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Na escolha das metas a serem destacadas o telejornal utilizou arte gráfica para cobrir a fala do repórter com todas as metas e as elencou na seguinte ordem: o 13º para 14 milhões de famílias que recebiam o Bolsa Família, a regulamentação da educação domiciliar, o aumento a cobertura vacinal, a privatização de portos e aeroportos, a extinção de 21 mil funções comissionadas no Governo Federal, o combate ao crime organizado, criação do Comitê Interministerial de Combate à Corrupção, recomposição do o efetivo policial envolvido na operação lava-jato, o decreto que flexibilizou a posse de armas e a revisão de 6 milhões e meio de benefícios do INSS.

Figura 21 - Arte Gráfica do VT de 100 dias de governo – Repórter Brasil (23/01/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Sem sombra de dúvidas, as primeiras estratégias e ações do governo Bolsonaro, assim como as pautas majoritárias a serem consideradas como prioridades de interesse público marcaram este bloco de reportagens ao longo de janeiro indicando quais deveriam ser os assuntos de atenção, ditos de interesse público reconhecendo os atravessamentos e interesses das emissoras e seus telejornais.

#### 6.4 REFORMA DA PREVIDÊNCIA E MEDIDA PROVISÓRIO CONTRA FRAUDES NO INSS

A reforma da Previdência ocupou bastante espaço na cobertura dos três telejornais. Foram 2 horas e 12 minutos em VTs que abordaram o tema. Para além das explicações das mudanças propostas, o traço comum nas coberturas foi a dedicação ao desconforto e as discordâncias em inserir militares na reforma. Para além da proposta da reforma em si, o decreto de combate a fraudes no INSS mobilizou as redações também.

No Jornal Nacional, a principal reportagem sobre a reforma foi veiculada no dia 09 de janeiro quando a equipe econômica do governo propôs a capitalização como uma das possibilidades para viabilizar a reforma e o regime de contribuição. Como já abordado neste trabalho, reforça-se que o protagonismo dado pela emissora neste tema está direcionado ao governo. Jair

Bolsonaro só foi citado na cabeça da reportagem como pessoa "passiva" que irá receber a proposta.

Importante destacar que o jornalismo do JN produziu artes gráficas que explicaram como funcionaria o regime de contribuição, passando do modelo de repartição (trabalhadores da ativa contribuem para os aposentados com dinheiro administrado pelo governo que cobre o déficit) para o modelo de capitalização (valeria para quem ainda vai entrar no mercado de trabalho. Nele o trabalhador contribui para pagar a própria aposentadoria no futuro como nos fundos de previdência privada).

Embora a reportagem tenha mostrado um pouco da discussão do factual e da perspectiva econômica com a opinião de especialistas que eram favoráveis à decisão do governo, houve um caráter bem pronunciado das diferenças de cada regime de contribuição, evidenciando um papel pedagógico na reportagem. Com base nos estudos de Alfredo Vizeu (2005) e Laerte Cerqueira (2018), Juliana Bezerra (2020) busca materializar as formas como esta função costuma ser evidenciada nas narrativas telejornalísticas. O suporte para a promover as possíveis interpretação da informação pelo público é fundamental.

Concretamente isto pode ser visualizado na busca deles por tornarem a sua fala tanto mais clara quanto possível por usarem recursos tecnológicos com fins didáticos, como infográficos e mapas, ou por selecionarem as palavras mais utilizadas no cotidiano da população, em detrimento das rebuscadas, para interpretar a realidade. (Bezerra, 2020, p.103)

Tanto que um dos dados que ganharam reforço pelo Jornal Nacional, durante a reportagem, foi o que o telejornal chamou de “rombo” de R\$ 218 bilhões no ano de 2019 para reforçar a necessidade da reforma. Ao mesmo tempo em que deu a dimensão do problema traduzindo em palavra de uso trivial a dívida, conseguiu imprimir também o agendamento das discussões.

Figura 22 - Arte Gráfica no VT sobre Reforma da Previdência – Jornal Nacional (09/01/2019)



Fonte: [tvbrasil.abc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.abc.com.br/reporterbrasil)

O que não significa que exista uma única função sendo desenvolvida em uma reportagem. Esta, em específico, além do caráter pedagógico, apresentou ainda um lugar de referência, de agendamento das discussões acerca da previdência. Assim, cabe pontuar outra observação significativa apresentada pelo telejornal nesse espaço dada à cobertura econômica: ter várias fontes e opiniões não significa, necessariamente, trazer o contraditório. É que todas as fontes elencadas (Carlos Heitor Campani, professor Coppead/UFRJ, Rogério Marinho, secretário de Previdência e Trabalho e Felipe Bruno líder de previdência da Mercer Brasil) mesmo pontuando ressalvas, eram favoráveis ao novo modelo de contribuição. A estratégia pode até, inicialmente, confundir os mais desatentos que prestam atenção única e exclusivamente ao volume de pessoas entrevistadas, mas não ao que cada uma delas defende.

É forçoso reconhecer que a reportagem até se empenhou para ampliar e oferecer um panorama maior trazendo o exemplo chileno de Previdência, reforçando que ele foi implantado durante a ditadura de Pinochet e que elogiado no passado, hoje, o regime é falho com aposentados ganhando menos de um salário-mínimo. A narrativa exibida buscou explicar que, na prática, o montante poupado não foi suficiente e novas medidas precisam ser estudadas pelo atual governo. Mas não foi suficiente para contrapor as questões delineadas na primeira parte da reportagem. Houve um reforço tanto em caracteres quanto na narração de Zileide Silva de que,

no país, governo e empresas não participam dessa contribuição. Perspectiva que de algum modo poderia indicar uma alternativa para o modelo dar certo no Brasil.

Figura 23- Chile no VT sobre Reforma da Previdência – Jornal Nacional (09/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

No mesmo dia, o telejornal apresentou, logo na sequência, outra reportagem que suscitou a polêmica de inserir os militares na reforma. Neste material audiovisual específico, revelou-se a pauta principal do governo enfrentando resistência de militares.

A reportagem colocou a disputa por poder entre a sociedade civil e militares no que diz respeito à reforma da previdência. Para o Jornal Nacional, a intencionalidade de expor a insatisfação das Forças Armadas com as atitudes de um político que tinha sua simpatia, tornou-se maior do que a oportunidade de fazer a defesa econômica da reforma da Previdência.

Expos ainda o silêncio do presidente Bolsonaro, o que acabou por lhe atribuir uma possível situação de desconforto, de não assumir posições para evitar se desgastar. O não discurso, assinalado pela narrativa da Rede Globo, pode ter sido planejado para não causar constrangimentos e nem o forçar a assumir posições problemáticas, mas isso colocou Bolsonaro, novamente, numa posição passiva e de falta de coragem ressaltadas pela reportagem. Cabe retomar que foi neste mesmo período que se deram os desentendimentos com Paulo Guedes diante do mesmo tema.

Assim, ao tratar da recusa de militares a estarem no mesmo lugar que a sociedade civil na reforma, o telejornal chamou a atenção para que fossem observados os próximos passos, agendando o interesse público e aumentando os holofotes para o futuro do governo no sentido de fiscalizar como se daria a ação do então líder do executivo. O JN lançou luz sobre tal descontentamento, sobre a fiscalização e o que poderia ser feito por Bolsonaro.

Tanto foi assim, que o terreno estava preparado e a atenção da imprensa sobre o tema era latente. No dia 11 de janeiro, o telejornal global trouxe novamente o assunto para discussão. Dessa vez, o tom foi de que o governo discutia uma possível inclusão de militares na reforma da Previdência.

A estrutura narrativa foi bastante didática para explicar os pontos principais ao fazer um comparativo que colocou o sistema de previdência militar brasileiro em desvantagem em relação ao de outros países. O espaço explicativo de regras serviu também ao exercício do poder mostrando a briga de forças do exército, governo e sociedade civil para manter os privilégios da farda. Ao mesmo tempo em que militares trazidos como fontes discordavam da reforma, demonstravam uma pretensa submissão à decisão do governo afirmando que iriam aceitar as regras. A construção narrativa das fontes revela a insatisfação e a queda de braço com a qual o governo teria que lidar dali para frente.

Obviamente, o tema seguiu sendo pautado pelos telejornais e debatido. A frequência é recurso importante no agendamento das pautas assim como os enquadramentos. Mesmo que o factual não fosse forte o suficiente para suitar o assunto, algum gancho era provocado para manter o tema em discussão nos telejornais. No dia 25, a cobertura do JN fez isso. Ela se voltou para a negociação do governo em tentar incluir os militares na reforma da Previdência de maneira mais incisiva a partir de uma entrevista que o ex-vice-presidente, Hamilton Mourão, deu na véspera. Ele tocou no assunto. e, então, um trecho foi aproveitado pela edição do telejornal.

De acordo com a reportagem de Gioconda Brasil, as reuniões entre militares e equipe econômica eram semanais e os dois lados, demonstrando antagonismo, estavam próximos de um consenso. A reportagem pontuou os argumentos de que as Forças Armadas se valiam de dois artigos da Constituição que tratavam dos Regimes de Previdência em que eles não citavam os militares. Por isso, as discussões sobre a inserção na reforma não caberiam. Os militares defendiam que houvesse um projeto de lei exclusivo, tratando do regime de proteção social dos militares. Na prática, isso promoveria duas as reformas. O que veio a acontecer.

A reportagem detalhou que os militares, naquele momento, concordaram com a cobrança da tributação previdenciária dos alunos em escolas de formação e de quem tivesse menos de dois anos de serviço além do aumento do tempo de serviço na ativa de 30 para 35 anos. Concordância que não se sustentou por muito tempo e se revelaria problemática além de um ponto de atrito entre Executivo e Legislativo. A questão era identitária: para militares era inadmissível a hipótese de um governo em que as fardas tinham voz ativa conseguisse ceder à opinião pública e retirasse privilégios da categoria.

De maneira distinta a TV Record cobriu esta temática. O peso inicial não foi dado na reforma da Previdência em si, mas na medida provisória de combate a fraudes INSS levada ao ar no dia 09 de janeiro.

Pelo material, o governo preparava a edição de uma medida provisória para combater fraudes no INSS evitando desperdício de cerca de R\$20 bilhões. Diferentemente da TV Globo, o protagonismo do VT se volta para Bolsonaro. Na reportagem, apesar de a tônica ter sido na medida provisória, a construção narrativa foi iniciada com a agenda do presidente e uma imagem dele chegando de barco na posse do comandante da Marinha - Almirante Ilques Barbosa Junior.

Figura 24- Bolsonaro cumprimenta Almirante VT Posse na Marinha - Jornal da Record (09/01/2019)



Fonte: Playplus.com

Trata-se de uma clara inserção da figura de Bolsonaro nas discussões. A TV Globo destacou o silêncio dele, entretanto a TV Record trouxe imagens de Bolsonaro cumprimentando os oficiais e afirmando que, nos bastidores do evento, o principal assunto do dia foi a Previdência Social. O texto de Eduardo Ribeiro deu prosseguimento na temática informando que, horas depois, já no Palácio do Planalto, o presidente tomou conhecimento dos detalhes da proposta de Medida Provisória. Ficou a cargo da entrevista de Rogério Marinho, secretário de Previdência detalhar a MP.

No mesmo dia, entrou na pauta a reforma da previdência dos militares. E o destaque do Jornal da Record foi para a preocupação da categoria e o desejo das forças armadas de ter um projeto específico. Do ponto de vista da cobertura do governo a reportagem foi um tanto negativa pois em um dado momento fala-se da dificuldade de o ministro Paulo Guedes escrever o texto. Demonstra ainda a pressão do governo dentro dele próprio mostrando falta de unidade na questão. Interessante perceber que a mesma estratégia de poupar ou enaltecer as autoridades é traço comum tanto no JN quanto no JR. O que varia é a autoridade defendida ou exposta.

Diante das dificuldades de Paulo Guedes fechar um texto sobre a reforma da Previdência a edição foi enfática ao dizer que o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, mandou recado para o Ministro da Economia durante a cerimônia de troca de comando da Marinha. Além dos pedidos feitos diretamente pelo ministro da Cidadania.

No dia seguinte, 10 de janeiro, a reforma Previdenciária voltou a ser tratada. A TV Record se utiliza novamente da agenda do presidente como estratégia narrativa para dar a ele o protagonismo das atividades. Além da discussão sobre fusão da Boeing, que Bolsonaro decidiu não vetar, a reportagem deu destaque à divulgação da foto oficial do presidente. O assunto abriu o VT que salientou as imagens da galeria dos ex-presidentes e o espaço em que ficaria a foto de Bolsonaro. Um assunto, por óbvio, sem muita relevância, afinal todos os presidentes são fotografados em início de mandato. Que diferença faz para a vida do cidadão brasileiro saber que (qualquer que fosse) o presidente fez uma foto oficial? Mas a reportagem de Eduardo Ribeiro não só mostrou, como também descreveu a fotografia destacando a bandeira do Brasil ao fundo e o presidente usando o mesmo terno da posse.

A reforma da Previdência só passou a fazer parte do material sob a informação de que o dia foi de apoio e, também, dúvidas sobre a reforma. Houve um reforço em demonstrar articulação para o tema trazendo João Dória, então governador de São Paulo, para uma entrevista em que foram relatados encontro com Bolsonaro, a discussão sobre o tema e o compromisso em favor

do presidente. A TV Record colocou ainda a deputada federal, Carla Zambelli, se manifestando preocupada com o corporativismo tanto de militares quanto do judiciário na discussão do projeto de reforma da Previdência.

Quase uma semana depois, no dia 16, a reforma volta a ganhar espaço de destaque no Jornal da Record quando a cabeça lida pelos apresentados anunciou que o ministro Paulo Guedes se preparava para apresentar para Jair Bolsonaro uma proposta final.

Outra vez o jornalismo da TV Record usa o recurso da agenda presidencial e das imagens para trabalhar de maneira positiva o governo feito por Bolsonaro. Na narração de Luiz Fara Monteiro, a indicação foi de que governadores fizeram fila, em Brasília, para discutir soluções para o déficit fiscal dos estados e que o ministro Paulo Guedes teria se valido da oportunidade para pedir o apoio das bancadas estaduais para a reforma da Previdência.

Houve a explicação de uma das propostas em criar sistema de pontuação para o segurado entrar na chamada “regra de transição da idade mínima” (homens 110 pontos e mulheres 106 pontos) e uma informação imprecisa da data em que Paulo Guedes apresentaria a proposta ao presidente. A reportagem disse apenas que seria “no final da semana antes de Bolsonaro embarcar para Davos”, bem diferente do enfoque dado à esta mesma entrega na cabeça do VT.

Já no dia da assinatura da Medida Provisória contra as fraudes no INSS, 18 de janeiro, o Jornal da Record explorou o protagonismo de Jair Bolsonaro ao assinar o documento que, nas palavras da apresentadora “vai permitir um pente fino no INSS” e que deve alcançar uma economia de R\$ 10 bilhões.

Figura 25- Assinatura Bolsonaro VT Decreto contra fraudes no INSS - Jornal da Record (18/01/2019)



Fonte: Playplus.com

A medida assinada foi colocada textualmente como uma ferramenta do governo para combater fraudes em benefícios da Previdência diante da estimativa de fraudes em pelo menos 3 milhões de benefícios. A reportagem detalhou minuciosamente as medidas que fariam revisão na comprovação de união estável para solicitar pensão por morte, na vigência do prazo de 180 dias para pedir pensão por morte para filhos menores de 16 anos, nos 24 meses de contribuição para liberação do auxílio reclusão, além da atenção ao cadastro de segurados especiais com regras para comprovar atividade rural.

Um ponto delicado da medida e do VT estava no fato de, a partir da Medida Provisória, peritos passarem a ganhar gratificação para corrigir as supostas fraudes. Em relação ao governo Bolsonaro, este aspecto já era de certa forma esperado em função da existência do escopo neoliberal que o sustentava. Mas, jornalisticamente, a questão se tornou complicada e questionável ao não serem problematizadas questões que giram em torno dessa mudança, por exemplo, na questão da suspeição da eficiência do funcionalismo público. Se é necessário incentivo, o pressuposto pode ser o de que seria possível fazer, ser mais ágil, entretanto servidores não o fazem. Abriu-se espaço ainda para a possibilidade de questionar se a quantidade de servidores era suficiente, se a medida iria sobrecarregá-los. Esses pontos não foram tratados em entrevistas, ou mesmo mencionados ao longo da narrativa.

Ela acabou por enquadrar o entendimento de uma medida de Bolsonaro tomada como positiva, mas que ao ser reportada sem uma reflexão sobre a gestão e os serviços públicos, acaba por silenciar os múltiplos pontos de vista, de promover o agendamento social de pautas e problemas realmente de interesse público para, apenas, fortalecer a imagem do presidente com um “agradinho” por bons resultados, em uma tentativa populista de construir uma imagem positiva do ex-presidente no que dizia respeito a otimizar o serviço público. Soluções ineficazes para problemas estruturais complexos. O Jornal da Record simplificou a discussão além da medida.

Na cobertura do Repórter Brasil Noite, assim como em outros momentos, o espaço para as entradas ao vivo seguidas de entrevistas ou pequenas notas cobertas ou reportagens foi mantido. A opção pelo formato, além de garantir a factualidade, pôde ainda servir para solucionar problemas logísticos da redação como um número reduzido de profissionais para o volume de edições e, até mesmo, para contornar a utilização de outras fontes para ampliar a discussão sobre os temas. Por ser uma cobertura do governo e as relações estarem, naquele momento, sendo reestruturadas depois de anúncios de fechamento, de acusações de membros do governo de a EBC ser uma estatal que dava prejuízo e tantas outras situações, limitar-se ao factual poderia significar “evitar dores de cabeça”.

Desse modo, no dia 09 de janeiro, assim como os demais telejornais, o Repórter Brasil definiu a reforma da Previdência como uma prioridade no governo Bolsonaro. Dois eixos da proposta foram detalhados: o eixo em que estavam as pessoas que já contribuía, estabelecendo nova idade mínima e preservando direitos e o eixo daquelas pessoas que ainda iriam entrar no mercado de trabalho. A reportagem de Mariana Jungmann, também descreveu a possibilidade de a Medida Provisória de combate a fraudes ser assinada na semana seguinte.

O material traz uma entrevista com a deputada do PSL, Joice Hasselmann, se mostrando otimista em relação à solidez do texto e, em função dele da garantia de apoio até de parlamentares que não estariam com a base.

Figura 26 - Joice Hasselmann no VT sobre Reforma da Previdência – Repórter Brasil (09/01/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

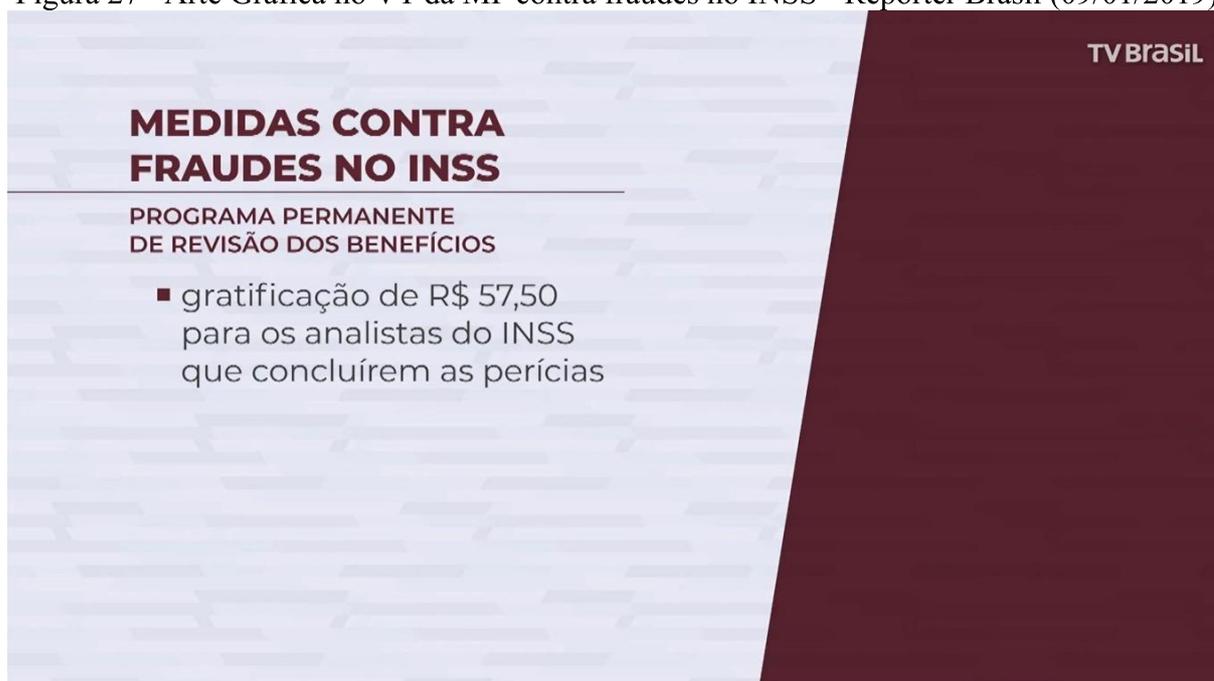
Já no dia 18, a fonte selecionada para falar sobre a MP contra fraudes foi Onyx Lorenzoni ministro da Casa Civil, que se limitou a falar sobre o direcionamento de R\$300 milhões de reais para efetivar a medida e estimou a economia com as revisões: R\$ 9 bilhões.

Ainda nessa mesma edição, o apresentador do telejornal, Pedro Pontes, afirmou que a medida caracterizaria um pente fino nos benefícios do INSS com a ideia de reduzir as fraudes e aumentar a eficiência do sistema. Sob esta ótica, a escolha do verbo “reduzir” foi mais coerente com a realidade. Utilizar verbos como acabar, eliminar soam um tanto quanto heroicos, o que não é o caso. Nota-se um esforço na construção narrativa da TV Brasil de não dar ao discurso político o tom profético de campanhas eleitorais que se estendem para as campanhas permanentes de figuras públicas pretensamente capazes de resolver de maneira quase mágica os problemas. Para essas figuras políticas

a oposição é sempre a ameaça à população e, portanto, o bandido deve ser, à maneira do criminoso da narrativa trivial, derrotado. Assim como o herói da ficção, ao político, na narrativa da política nacional, interessa promover-se como figura individual, utilizando a legenda na medida em que serve a sua auto-projeção, uma vez que, nesse quadro, a ideologia nem sempre está vinculada ao partido, sendo este reivindicado apenas quando há ganhos individuais. (Dutra Magalhães; Silva; Batista, 2007, p.23)

A tentativa de reduzir os atos heroicos também se apresentou ao Mariana Jungmann trazer para a narrativa as informações concretas, o detalhamento, a perspectiva da construção do entendimento sobre o tema. Ela recorreu a uma arte detalhando a medida, mas que, obviamente, apenas enquanto caráter didático não foi suficiente para afastar os juízos de valores elaborados pela equipe do presidente, principalmente em relação ao funcionalismo público. Os pontos apresentados seguiram semelhantes aos que as demais emissoras priorizaram.

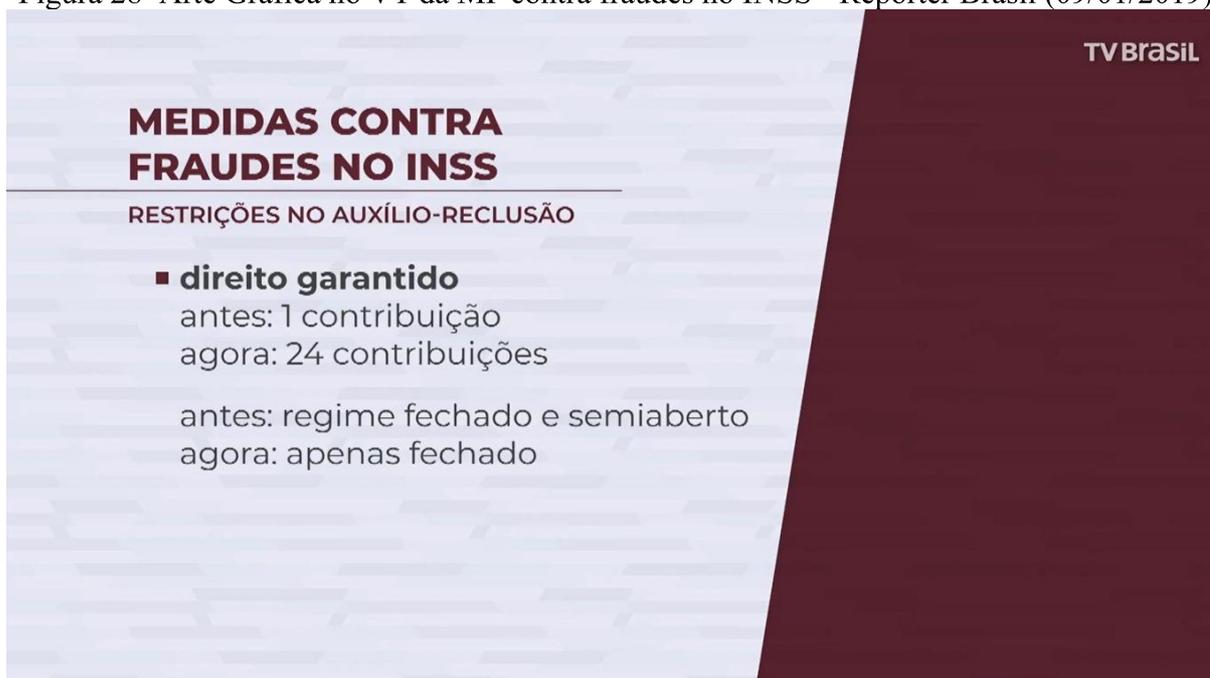
Figura 27 - Arte Gráfica no VT da MP contra fraudes no INSS - Repórter Brasil (09/01/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Torna-se a salientar que a medida de gratificação para funcionários conforme já abordado nessa sessão atribuí, mesmo que de maneira velada, a perspectiva de que o número de servidores é suficiente e, desde que recompensados, eles seriam capazes de executar as tarefas. Nesse sentido, a única possibilidade de a construção narrativa abrir a reflexão, era trazer especialistas problematizando a medida. O que não aconteceu. Uma opção possível, seria trazer a segunda parte da arte gráfica com outros tópicos do detalhamento, por exemplo, e tirar o foco da solução simplista proposta pela equipe de Bolsonaro: dar um incentivo financeiro para servidores trabalharem mais.

Figura 28- Arte Gráfica no VT da MP contra fraudes no INSS - Repórter Brasil (09/01/2019)



Fonte: tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil

Já sobre a questão da previdência dos militares, o Repórter Brasil foi econômico trazendo no dia 21 um único material sobre o assunto em que o vice-presidente, Hamilton Mourão, defende aumento do tempo de serviço dos militares. A entrada ao vivo foi coberta com imagens das reuniões que o vice-presidente havia realizado naquele dia com embaixadores da Alemanha e da Tailândia. No destaque do repórter Paulo Leite estava, de maneira rápida, o posicionamento favorável do vice-presidente em taxar as pensões de viúvas.

## 6.5 DECRETO QUE FACILITOU A POSSE DE ARMAS

A discussão sobre a posse de armas e a defesa de que brasileiras e brasileiros tivessem acesso facilitado a armas de fogo foi uma das promessas de campanha<sup>68</sup> do então candidato Jair Bolsonaro. A discussão mobilizava sua base eleitoral e, não por acaso, foi bastante discutida depois de eleito<sup>69</sup> e se transformou em uma das primeiras ações já empossado. Em 15 de janeiro

<sup>68</sup> Bolsonaro cumpre promessa e facilita a posse de armas de fogo Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/01/16/bolsonaro-cumpre-promessa-e-facilita-a-posse-de-armas-de-fogo.ghtml> Acesso em: 19/02/2024

<sup>69</sup> Bolsonaro promete decreto para liberar posse de arma a pessoas sem ficha criminal Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/bolsonaro-promete-decreto-para-liberar-posse-de-arma-a-pessoas-sem-ficha->

de 2019, foi publicado o dispositivo legal<sup>70</sup>, Decreto nº 9.685. O documento alterou o Decreto anterior (nº 5.123, de 1º de julho de 2004) que regulamentava até então a Lei nº 10.826, conhecida como Estatuto do Desarmamento, de 22 de dezembro de 2003. O conteúdo versava sobre as questões ligadas ao registro, à posse e à comercialização de armas de fogo e munição, além do Sistema Nacional de Armas - SINARM e da definição de crimes.

Na cobertura do JN, a discussão ganhou destaque. O telejornal fez a cobertura factual, detalhou a medida cumprindo o papel pedagógico de explicar de maneira pormenorizada ao público, lançando inclusive mão arte gráfica para facilitar o entendimento.

Figura 29 – Arte Gráfica no VT sobre o Decreto de posse de armas - Jornal Nacional (15/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Faz-se necessário pontuar que a reportagem deu voz ao Fórum de Segurança claramente contrário às ideias que motivaram a publicação do documento. Sobre este aspecto ficou evidente a disputa por poder travada na narrativa jornalística. Para além do Fórum de Segurança, a reportagem deu destaque ao número excessivo de militares em ministérios e cargos estratégicos

[criminal.shtml#:~:text=Segundo%20o%20presidente%20eleito%2C%20a,registro%20da%20arma%20de%20fogo&text=%E2%80%8BA%20tr%C3%AAs%20dias%20de,as%20pessoas%20sem%20ficha%20criminal. Acesso em: 19/02/24](#)

<sup>70</sup> Decreto 9.685 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d9685.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9685.htm) Acesso em: 19/02/24

do governo de Bolsonaro e, ao dar ênfase para a militarização, a pauta ganhou contornos de crítica ao corporativismo que começava a ser implantado no governo. Para esta pauta controversa, a edição lançou mão de fontes divergentes o que não aconteceu de forma tão acentuada nas coberturas de viés econômico. O que reforça o entendimento de que os interesses editoriais determinam o modo de construir as narrativas. Individualmente, uma única reportagem pode destoar, mas quando analisado o conjunto das reportagens distribuídas no período em que a pauta teve relevância pública, é possível verificar a adoção ou não de alguns princípios do telejornalismo o da diversidade de vozes principalmente.

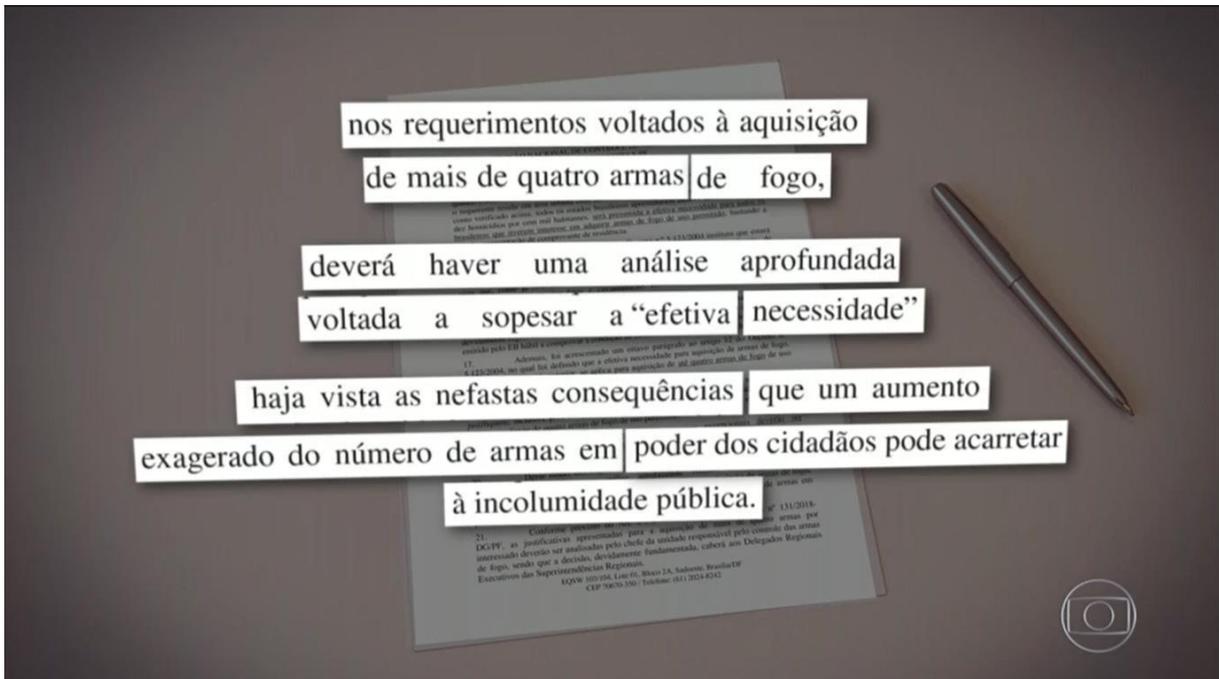
Figura 30 – Imagem do representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – Jornal Nacional (15/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A cobertura, seguiu com a repercussão do tema e, no dia 18 de janeiro de 2019, o Jornal Nacional destacou o delegado da Polícia Federal e chefe da Divisão de Controle de Armas fazendo um alerta para o número “exagerado” (palavra utilizada pelo telejornal) de armas em poder dos cidadãos. Para além da adjetivação do exagero, o Jornal Nacional detalhou um comunicado interno com orientações sobre o novo decreto da posse de armas disparado entre as pessoas responsáveis na Polícia Federal. A reportagem deu peso a um trecho polêmico do documento que dizia "o aumento exagerado no número de armas pode ter consequências nefastas". O trecho foi a tônica para a escolha da pauta e foi acentuado com arte gráfica.

Figura 31 – Arte Gráfica no VT sobre a repercussão do decreto de armas – Jornal Nacional (18/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Já a cobertura do Jornal da Record trouxe aspectos importantes a serem observados na antecipação da pauta. O telejornal, já nos dias anteriores à assinatura do documento, estabelecia as relações de exercício e disputa por poder simbólico. Muito embora a emissora mantivesse a característica de apontar, pelos critérios de noticiabilidade, aquilo que é ou não importante para ser levado ao conhecimento das pessoas, o destaque em 10 de janeiro foi a definição das condições para liberação da posse de armas, antecipando a medida a ser tomada por um decreto do presidente Bolsonaro. A estratégia narrativa caminha no mesmo sentido que o Jornal Nacional dá às polêmicas envolvendo ministros, parlamentares e os próprios filhos: alimentar constantemente o noticiário com as pautas de seu interesse e, enquanto elas são exibidas a partir dos critérios editoriais, as narrativas com as quais o telejornal pretende agendar como sendo de interesse público são narradas e a familiaridade com o tema vai sendo processada pelos públicos.

Interessante perceber que a reportagem do Jornal da Record, começou dando ênfase no trabalho do presidente: “O dia foi de reuniões no Planalto para fazer os últimos ajustes no decreto que facilita a posse de armas de fogo”. Ao optar por reforçar a ideia de um dia de trabalho, a reportagem caminhou no sentido de gerar juízo de valor sobre a atuação do presidente, afinal o

que se espera de um gestor é que ele trabalhe. A reportagem poderia começar, por exemplo, limitando-se a dizer que o presidente havia feito ajustes no documento.

Outro traço interessante para trazer à discussão foi o uso das imagens para cobrir a reportagem. Elas foram exibidas a partir de arquivo da emissora e algumas feitas, visivelmente, por dispositivos amadores ou câmeras escondidas e de segurança. Característica já apontada por Ana Paulo Goulart de Andrade (2018) na cobertura da TV Record.

Figura 32 - Armas no VT sobre o Decreto de posse de armas - Jornal da Record (10/01/2019)



Fonte: Playplus.com

É interessante verificar que os arquivos da emissora têm vasto material sobre segurança pública e registros flagrantes de cenas do cotidiano vigiado por dispositivos eletrônicos. Um indício robusto do tipo de agendamento que o telejornal promove. De acordo com Ana Paula Goulart de Andrade e Sandro Azevedo (2013), a dinâmica trazida pelo uso das imagens apócrifas naturalizou, ao longo do tempo, a percepção dessa narrativa “extra jornalística”, mas que, na verdade, precisa do telejornalismo para ser chancelada enquanto verdade. Por outro lado, a apropriação desse material por parte da edição do telejornal e a decisão de levá-las ao ar revela a sedução por ter o que apresentar enquanto flagrantes das pautas sobre segurança. Os “flagrantes” e estímulos visuais são mais atraentes que notas secas lidas sem apoio de imagem.

A princípio, um ponto a se destacar é que as imagens apócrifas já fazem parte do escopo da realidade construída pelo imaginário do público espectador, já que, como visto acima, ele mesmo já manuseia com naturalidade e intencionalidades os dispositivos amadores, tanto quanto já se apropria das

mais diversas imagens depositadas em sites de compartilhamento de vídeos da internet. Essa prerrogativa é o que viabiliza as imagens apócrifas serem acionadas pelos telejornais como objetos naturais de composição de narrativas a serem veiculadas (De Andrade; Azevedo, 2013, p.88)

Um caminho distinto no que tange o uso das imagens é o das coberturas oficiais, com as autoridades presentes. Nesses casos, ou são utilizadas as imagens feitas pelas próprias equipes de reportagem da emissora, as imagens produzidas pelas assessorias ou ainda as imagens de emissoras como a NBR, TV Câmara e TV Senado. Como no dia da assinatura do decreto. Na data, o Jornal da Record seguiu uma característica da sua cobertura em relação ao presidente: uma descrição de como foi o dia de Jair Bolsonaro. Assim, a reportagem que abriu o telejornal abordou o decreto recém-assinado de maneira pouco usual apoiado nas imagens do evento.

O repórter Eduardo Ribeiro afirmou que Jair Bolsonaro assinou Lei com “uma canetada”, jargão comumente utilizado pelo presidente sugerindo o seu poder. Na sequência, a reportagem intensificou a narrativa do cumprimento de uma promessa de campanha, dialogando com os apoiadores de Bolsonaro. Cabe destacar que Decreto não é um Lei como sugere a reportagem.

Embora a tônica do audiovisual tenha sido a assinatura do Decreto, como a cobertura do Jornal da Record segue uma espécie de agenda, de passo a passo do dia do presidente, a reportagem é encerrada com uma declaração do ministro Carlos Alberto Santos Cruz de que a EBC “custa uma fortuna aos cofres públicos” e que pretendia agilizar ao máximo o tempo para extinguir o excesso dos cargos em comissão. O problema, segundo ele não seria só de tamanho, mas valores de orçamento e de qualidade e efeito da programação. Um assunto bastante fora do contexto e que sugere um confronto de interesses da emissora paulista em relação à TV Brasil e reforça o argumento já trazido nesta sessão de uma perspectiva de enxugamento das redações sob justificativa econômica.

Depois desse momento sem qualquer contexto, a emissora voltou a detalhar o decreto em outra reportagem feita por Renata Varandas e que foi bem semelhante à realizada pelas outras emissoras. Uma cobertura mais detalhada do documento assinado.

O Repórter Brasil, por sua vez, fez uma cobertura mais didática ao se preocupar, no dia 11 de janeiro de 2019, em demonstrar a diferença entre o porte e a posse de armas de fogo, dedicando uma reportagem inteira para esta diferenciação. O material audiovisual foi o único a trazer, até então, pessoas comuns, não autoridades, para participar da construção narrativa. A educadora

física, Mara Oliveira, foi apresentada com imagens em que estava fazendo curso para aprender a atirar e se expressou dizendo que acreditava ter mais segurança com a arma.

Figura 33 - Personal Trainer em aula de tiro VT diferença entre porte e posse de armas - Repórter Brasil (11/01/2019)

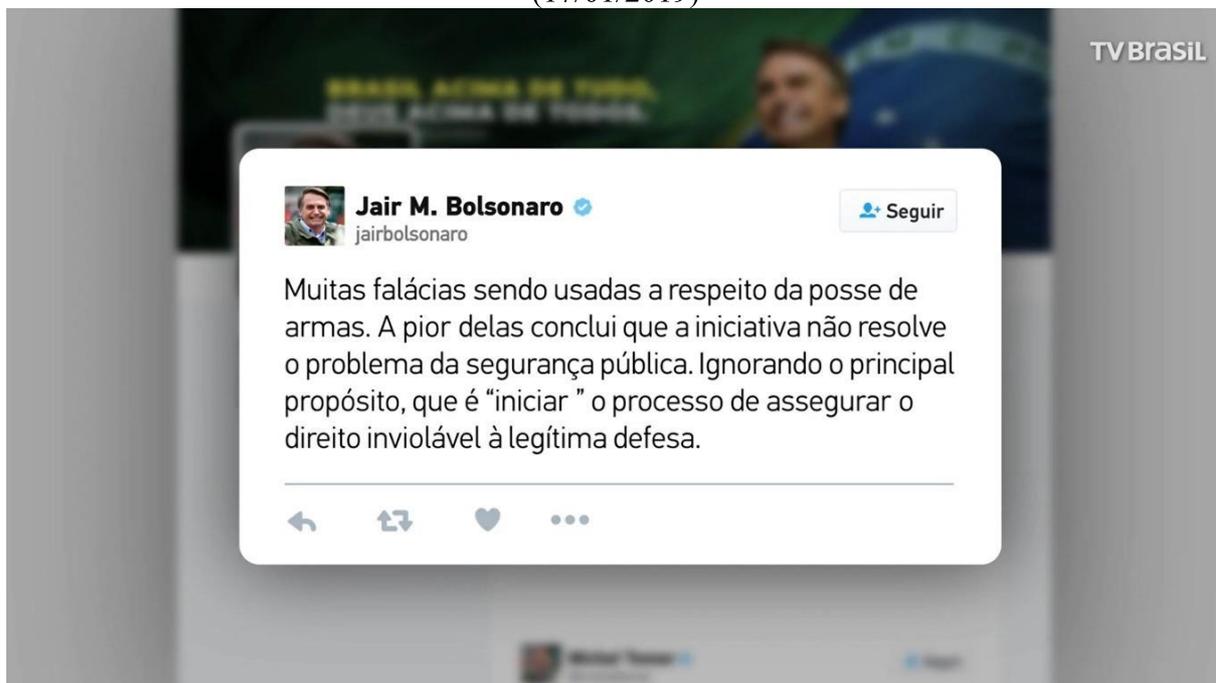


Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

O contraponto foi estabelecido por outra entrevista, a do instrutor de tiro, Bernardo Mattos. Ele afirmou que a falta de treino constante colocaria a arma como um risco em função de a pessoa não estar em aperfeiçoamento. Entretanto, mesmo que apresentando a possibilidade, a emissora não trouxe personagens efetivamente contrários à facilitação da posse de armas. A posição antagônica só foi marcada, no dia 15 de janeiro, quando o Decreto foi assinado e, em nota pé, depois do VT detalhando o dispositivo legal, o telejornal informou que a oposição criticou a medida. PSOL solicitaria ao ministro da Justiça informações que justificassem a medida e PT recorreria ao STF contra o decreto.

A emissora foi a única a tratar algumas das regras do decreto como “rigorosas”. O RBN se valeu de um destaque das redes sociais do ex-presidente para abordar o tema.

Figura 34 - Postam de Bolsonaro no VT sobre o Decreto de posse de armas - Repórter Brasil (17/01/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Foi no dia 17 de janeiro, quando o Repórter Brasil afirmou que Bolsonaro rebateu críticas ao decreto da posse de armas e, a partir daí, foi necessário entrar na polêmica apresentando novos elementos à discussão. O que não exclui a necessidade de uma emissora pública ampliar ainda mais esse tipo de pauta, uma vez que os impactos da medida interferem sobremaneira no cotidiano das pessoas, principalmente em cidades em que os índices de violência são expressivos.

## 6.6 FÓRUM ECONÔMICO DE DAVOS

O último assunto com destaque a ser abordado no mês de janeiro foi a ida do presidente Bolsonaro a Davos, no Fórum Econômico Mundial. As coberturas seguiram as tendências de cada uma das emissoras: o caminho do factual e da neutralidade na TV Brasil, uma valorização da pauta econômica e liberal da TV Globo e a busca por enaltecer a figura do presidente na TV Record.

A cobertura pelo JN foi feita pelo repórter Rodrigo Alvarez, correspondente enviado à Davos e, muito embora ele estivesse lá com a equipe, muitas das imagens utilizadas na cobertura foram

da NBR o que sugere que nem todas as equipes de reportagem tenham tido acesso ao ex-presidente Bolsonaro.

Quanto à tônica da primeira reportagem, exibida no dia 21, ela esteve direcionada para vontade expressada por Bolsonaro de querer recuperar a confiança de investidores. O repórter narrou ser aquela a primeira viagem internacional como presidente, a recepção com pouca cerimônia em função de não ser uma visita a outro chefe de Estado e sim a chegada para um evento. Alvarez deu destaque aos ministros Paulo Guedes e Sérgio Moro dizendo que eles, particularmente, interessavam ao fórum em função das pastas que ocupavam.

Na passagem, a informação que mereceu destaque foi a de que, com ausência de líderes importantes, Jair Bolsonaro se tornou a grande expectativa. A escolha desta construção pode, a depender de quem recebe a informação, sugerir um "só por causa disso", ou seja, Bolsonaro seguiria um papel subalterno entre os líderes mundiais. E a passagem seguiu colocando em questão a importância do ex-presidente brasileiro, afirmando que empresários, executivos e chefes de Estado se perguntavam o que pretendia Bolsonaro. Aqui, outra vez, a reportagem ofereceu elementos para que os públicos construíssem seus juízos de valores. Mas efetivamente sabia que pistas entregava. Para além disso, Rodrigo Alvarez deu detalhes de que o discurso do ex-presidente foi feito e corrigido com a ajuda de vários ministros, mais uma vez atribuindo algumas inabilidades à Jair Bolsonaro.

A reportagem deu voz ao presidente selecionando, em sua entrevista, assuntos como as medidas por ele tomadas para que o mundo restabelecesse a confiança, que os negócios voltassem “a florescer sem o viés ideológico”, que o Brasil era seguro para os investidores e que não iria se aprofundar no tema das privatizações.

No mesmo dia, outra reportagem do noticiário deu conta de que o vice, Hamilton Mourão, assumiu a presidência “abrindo mão” do gabinete presidencial e que pretendia se limitar a assinar atos de rotina. Mourão comentou o caso envolvendo o filho do presidente em investigações financeiras. Para ele, a situação não era problema do governo.

Já no dia 22, o Jornal Nacional dedicou a abertura da reportagem à agenda do ex-presidente Bolsonaro e dos ex-ministros. Mais uma vez, a edição recorreu ao material audiovisual produzido pela estatal NBR. Na descrição das fotos, Rodrigo Alvarez destacou que Bolsonaro almoçou em um “bandejão” suíço. A informação ganhou destaque aqui em função de ser trabalhada de outra maneira pela TV Record como será abordado adiante.

Figura 35- Foto do almoço de Bolsonaro no VT sobre o Fórum de Davos - Jornal Nacional (22/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

O repórter narrou que Bolsonaro tentou mostrar que o Brasil teria mudado e que seu governo caminharia para um país mais seguro e aberto para os investimentos, mas na sequência colocou o representante do executivo num lugar de vulnerabilidade ao afirmar que “quem tem poder para fazer estes investimentos, a plateia, queria mais detalhes”. O que sugeriu que o presidente brasileiro fez um discurso fraco, raso, sem informações precisas e, talvez, pouco convincente.

A fala do ex-presidente chamou atenção pelo volume de tempo e informações que a reportagem deixou, no jargão jornalístico, na boca de Bolsonaro: sentiu-se honrado a se dirigir a uma plateia seleta, afirmou ter assumido o Brasil em meio a uma crise, fez críticas aos governos anteriores, disse que formou ministérios e equipe de ministros qualificados, que tinha credibilidade para fazer as reformas, que Sérgio Moro era o nome certo para combater a corrupção no país e ainda apresentou o Brasil como ambiente sustentável para o desenvolvimento, que preservava o meio ambiente, que a agricultura só ocupava 9% da área territorial do país e menos de 20% eram dedicados à pecuária. Entre outros aspectos, Bolsonaro esboçou estar preocupado em fazer uma “América do Sul grande” com uma interação entre os países com orientação política de centro-direita.

Outro aspecto editorial relevante na cobertura foi a inserção de Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial, pedindo que Bolsonaro dissesse quais seriam seus passos

concretos para começar a transformação do Brasil. Detalhe que, mais uma vez, fragilizou a imagem do ex-presidente. Por fim, a reportagem trouxe Luiz Carlos Trabuco, então presidente do Conselho de Administração do Bradesco para comentar sobre sua percepção do discurso e da atuação do Brasil no fórum.

Figura 36- Luiz Carlos Trabuco no VT sobre o Fórum de Davos - Jornal Nacional (22/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Ele disse que o discurso de Bolsonaro teve propostas claras em relação à agenda econômica, que definiu as reformas com objetivos em curto, médio e longo prazo. Ao mesmo tempo que a participação pareceu contradizer as sugestões feitas pelo repórter ao longo da reportagem, a seleção editorial indica um agendamento do que era interessante ao veículo. Assim, a cobertura é em certo modo positiva para a agenda econômica do governo (chancelada pelo presidente de banco) mas negativa para o presidente, demonstrando como a emissora trabalha em função dos seus interesses.

Nos dias 23 e 24, a cobertura destacou um pouco menos a pauta econômica trazendo as conversas com investidores e reuniões bilaterais ilustradas com fotografias. Na pauta central estava a crise na Venezuela e o reconhecimento de Guaidó enquanto autodeclarado presidente. Importante salientar o tratamento dado por Bolsonaro à imprensa. No dia 23, houve o cancelamento de uma coletiva agendada. A atitude foi tratada como um desdém pela reportagem. Já no dia 24, o Jornal Nacional se dedicou a fazer um balanço da participação do

Brasil sob a perspectiva do ministro Sérgio Moro que avaliou positivamente a participação brasileira no fórum encerrando as pautas sobre a viagem.

A cobertura do Jornal da Record sobre a ida de Bolsonaro a Davos foi antecipada. Iniciada ainda no dia 17 de janeiro mostrando a preparação da comitiva. Três dias antes do embarque, a reportagem afirmou que os ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e da Economia, Paulo Guedes, discutiram com o presidente detalhes das propostas da reforma da Previdência e dos temas que seriam tratados na Suíça. O material audiovisual dedicou tempo ainda a detalhar os compromissos previstos de Jair Bolsonaro. Lançar mão de estender a cobertura a partir de factuais não tão fortes assim é uma característica tanto do JN quanto do JR para manter circulando as informações das pautas caras às editorias de cada um deles. No dia 19 de janeiro, não foi diferente. O telejornal preparou reportagem descrevendo a agenda do dia de Bolsonaro, incluindo visita do filho Flávio, pela manhã, e dando destaque ao discurso que o presidente faria em Davos com indicativo de abertura da economia para investidores financeiros e sobre o programa “vasto de privatizações”.

Figura 37 - Flávio visita o pai Bolsonaro VT preparação para Davos - Jornal da Record (19/01/2019)



Fonte: Playplus.com

A cobertura do encontro, como em outras coberturas, dedicou um espaço para a construção da imagem do ex-presidente e da dimensão do fórum com a ambientação feita a partir das imagens da Suíça, agregando valor ao ambiente. Por exemplo, no dia da chegada em Davos, a

reportagem de Ana Paula Gomes ao mesmo tempo em que usou imagens do lugar, afirmou que Bolsonaro escolheu Davos para se hospedar diferentemente das outras delegações brasileiras que se hospedaram na capital Zurique. É novamente a estratégia discursiva de dar elementos para que públicos tecessem juízo de valor sobre as escolhas do ex-presidente.

A repórter, assim como fez Rodrigo Alvarez, explicou que sem a presença de chefes de Estado como Trump, Emanuel Macron e Theresa May, Bolsonaro assumiu protagonismo. Informou que o presidente abriria o evento e que seria a primeira vez que um presidente latino-americano teria papel de destaque na sessão inaugural.

No dia seguinte, o foco da cobertura foi o factual da fala de abertura. A reportagem destacou o trecho em que o ex-presidente abordou o combate à corrupção. Além disso, Ana Paula trouxe para o VT a defesa feita por Bolsonaro do equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico num tom mais ameno que o do Jornal Nacional.

Figura 38 - Rua de Davos no VT sobre o Fórum econômico - Jornal da Record - (20/01/2019)



Fonte: Playplus.com

Mas a narrativa política concentrada nas ações e perspectivas de governo foi dividida com a construção da imagem positiva de Jair Bolsonaro. Foi marcada a paisagem gelada da Suíça para, um pouco adiante, sugerir o esforço feito por apoiadores de enfrentar o frio para ver o representante do Executivo brasileiro. Os brasileiros que foram esperar o ex-presidente estavam com a bandeira do Brasil em mãos.

Figura 39 -Brasileiros no VT sobre o Fórum econômico - Jornal da Record - (20/01/2019)



Fonte: Playplus.com

Já sobre a foto do almoço do presidente que Rodrigo Alvarez tratou por “bandejão”, a reportagem do Jornal da Record chamou de “almoço em um supermercado no centro”. Além disso, a narrativa atribui estado de espírito cordial a Bolsonaro dizendo que ele chegou ao evento bem-humorado, conversou com jornalista italiano para, na sequência, trazer o discurso feito por Bolsonaro. A repórter, ao final, afirmou que o discurso do presidente foi bem recebido pelas autoridades do fórum.

O dia 23 foi significativo para a cobertura do Jornal da Record. Além de uma reportagem destacando que Bolsonaro participou de encontros com chefes de Estado em Davos, o telejornal exibiu uma entrevista exclusiva com o presidente do Brasil fazendo um balanço de sua participação.

Figura 40 - Jair Bolsonaro entrevista à Bloomberg no VT sobre o Fórum econômico - Jornal da Record - (23/01/2019)



Fonte: Playplus.com

O VT atribuiu destaque a Bolsonaro ilustrando o início da reportagem com uma entrevista que ele deu a emissora norte-americana *Bloomberg* e, apontando que além da *Bloomberg*, Jair Bolsonaro esteve com o jornal *The Washington Post*. O detalhamento da agenda do presidente ao longo do dia foi feito destacando o almoço com empresários e investidores financeiros, os encontros bilaterais com o primeiro-ministro da Itália e com o premier japonês Shinzo Abe. A narrativa destacou ainda o encontro com o presidente da Suíça esteve estampado com imagens das redes sociais de Bolsonaro, no Facebook, com agradecimento pela acolhida em Davos.

Figura 41 - Facebook de Bolsonaro no VT sobre o Fórum econômico - Jornal da Record - (23/01/2019)



Fonte: Playplus.com

Na entrevista exibida na sequência, o presidente Bolsonaro disse da honra de fazer o discurso de abertura, afirmou que foi procurado por líderes de Estado e empresários (todos interessados no Brasil), que o Brasil era visto com muito carinho pelos empresários e governos do mundo e que precisava fazer reformas para poder fazer voltar a confiança no país. O material audiovisual foi dividido em blocos nos quais o presidente falou sobre os encontros e investimentos, a Venezuela e a posição do Brasil de acompanhar com atenção o que lá acontecia e sua atuação para reestabelecer a democracia, imagem do Brasil no exterior, relativizou o cancelamento que fez da entrevista e, por fim, comentou sobre as investigações envolvendo seu filho Flávio Bolsonaro. Em nenhum momento a repórter o colocou em situações de confronto ou embaraçosas.

A cobertura da TV Brasil manteve a adoção de entradas ao vivo e exibição de reportagens na sequência e foi curta. No dia 21, início do evento, o telejornal destacou que Bolsonaro disse que iria buscar investimentos para Brasil. A reportagem informou que Bolsonaro comentou brevemente o acirramento da crise na Venezuela, detalhou que o foco do presidente seria a economia e trouxe a informação de que o FMI havia refeito a previsão do PIB brasileiro de 2,4 para 2,5% e apontou que o Brasil, em 2019, deveria ser importante motor da economia na América Latina.

No dia, 22 a tônica da cobertura foi a estreia de Bolsonaro em Davos e o seu discurso “objetivo e curto com 6 minutos como havia adiantado o presidente na véspera”. As participações da repórter Marianna Jungmann foram curtas. Ela estava ao vivo, mas do Brasil. A reportagem apresentada trouxe trechos do discurso com ênfase nos momentos em que Bolsonaro disse ter assumido o Brasil em crise ética, moral e econômica, em ter montado uma equipe de ministros qualificados assim como expressou que Sérgio Moro seria a pessoa certa para o combate a corrupção e lavagem de dinheiro. Além disso, a reportagem trouxe o momento em que o ex-presidente disse que o Brasil era o país que mais preserva o meio ambiente, que a agricultura estava presente em apenas 9% do território e crescia graças a tecnologia e do produtor rural.

O último material audiovisual que a TV Brasil produziu sobre a visita em Davos foi sobre a agenda concorrida do presidente Bolsonaro no final do evento. A cabeça narrada por Pedro Pontes afirmou que os encontros políticos traduziram o novo estilo que o governo federal queria adotar para se relacionar com outros países.

Na abertura da reportagem, o *off* dizia o seguinte: "Jair Bolsonaro encerrou sua participação no Fórum Econômico de Davos com uma agenda que é o retrato de sua proposta para uma nova imagem do Brasil" indicando positivamente uma vez que a construção narrativa informou que o presidente apostou em encontros bilaterais com chefes de Estado de vários países: primeiros-ministros dos Países Baixos e da República Tcheca, com os presidentes da Ucrânia, Polônia, África do Sul e Colômbia.

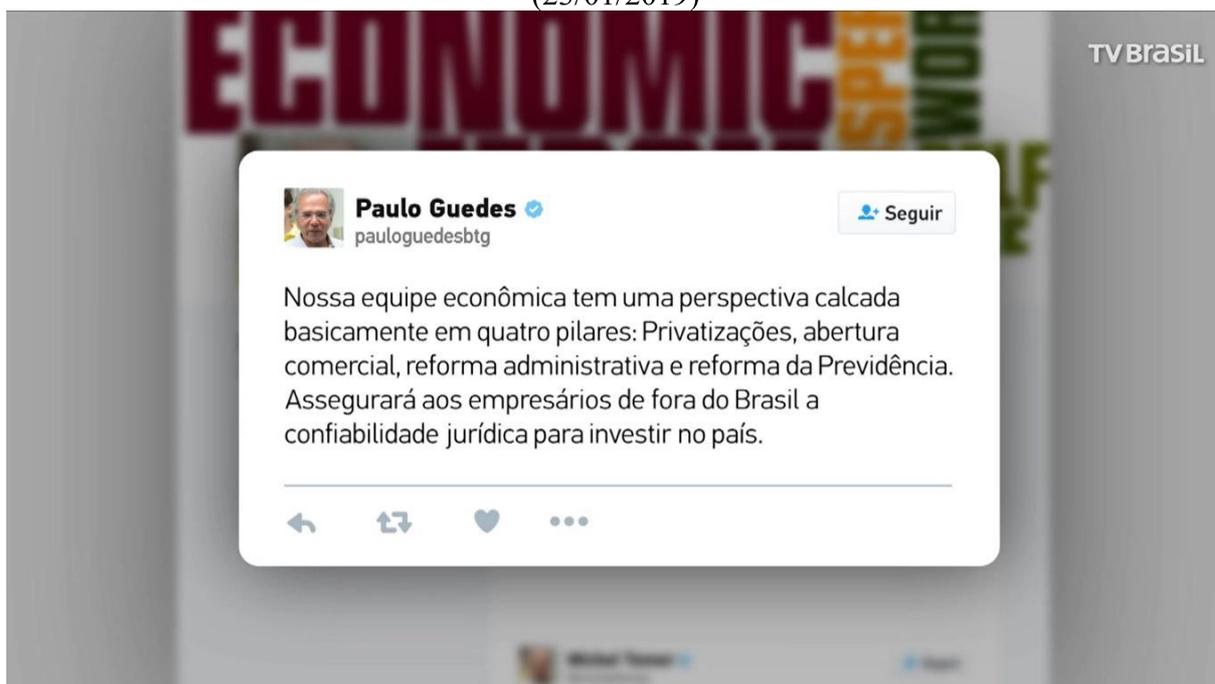
Figura 42- Bolsonaro com representantes de outros países no VT sobre o Fórum econômico - Reporter Brasil - (23/01/2019)



Fonte: tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil

Foi uma reportagem curta, mas que trouxe ainda posicionamentos retirados dos perfis no Twitter.

Figura 43- Postagem de Paulo Guedes VT sobre o Fórum econômico - Repórter Brasil - (23/01/2019)



Fonte: tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil

A postagem de Paulo Guedes, ministro da Economia, foi escrita esboçando os pilares da política pública de seu ministério (privatizações, abertura comercial, reforma administrativa e reforma da Previdência). Já a postagem de Jair Bolsonaro foi um texto avaliando positivamente a própria participação no evento em Davos e apostando numa confiança reestabelecida. Para além disso, Bolsonaro elencou a projeção do país entre os 50 melhores para se fazer negócios no mundo.

Figura 44 - Postagem de Jair Bolsonaro VT sobre o Fórum econômico - Repórter Brasil - (23/01/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

A narrativa tem desfecho com Sérgio Moro, ministro da Segurança Pública. A entrevista dele encerra o VT na qual afirmou que o Brasil saiu fortalecido do evento em função de as políticas do novo governo serem consistentes com aquilo que foi dito em Davos.

Figura 45 - Entrevista de Sérgio Moro no VT sobre o Fórum econômico - Repórter Brasil - (23/01/2019)



Fonte: [tvbrasil.abc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.abc.com.br/reporterbrasil)

A estratégia narrativa foi em favor da construção da imagem positiva de Bolsonaro e se repete nas duas emissoras comerciais que é de dar substrato informativo para que as pessoas façam seu próprio juízo de valor. Nessas situações, observa-se uma tendência ao telejornal se colocar enquanto intérprete isento, espelho da realidade. A narrativa se envolve em uma perspectiva de ser exclusivamente de informações, mas a seleção dessas informações já coloca por terra a pretensa imparcialidade e conduzindo a um agendamento a partir da linha editorial do telejornal.

## 6.7 INVESTIGAÇÕES FLÁVIO BOLSONARO E FABRÍCIO QUEIRÓZ

A cobertura feita sobre as investigações na movimentação bancária atípica de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro reserva algumas peculiaridades entre os três telejornais. O Repórter Brasil praticamente não pautou, de acordo com o material audiovisual presente no repositório da emissora, o assunto na edição noite caminhando. Ao não falar sobre o assunto, a cobertura acabou contribuindo para a espiral do silêncio entre os seus públicos. Já o Jornal Nacional fez uma cobertura bastante detalhada e, sempre que possível, atrelada ao parentesco do senador com o presidente e o Repórter Record demorou uns dias para entrar na polêmica e,

quando passou a tratar do tema, exibiu uma entrevista exclusiva com Flávio Bolsonaro em que ele teve liberdade para se defender das acusações.

Em janeiro de 2019, a primeira vez em que o caso foi trazido pelo Jornal Nacional foi no dia 10. Uma nota seca dava conta de que o Ministério Público do Rio de Janeiro não havia conseguido que Flávio Bolsonaro falasse da movimentação bancária de Fabrício Queiroz, seu ex-assessor. Queiroz teria movimentado R\$ 1 milhão e 200 mil no período de um ano. A nota deu conta de que, pelas redes sociais, Flávio informou que não foi notificado oficialmente, que não teve acesso aos documentos e que pediu cópia da investigação.

Sete dias depois, a notícia foi a da suspensão temporária da investigação feita pelo ministro Luiz Fux. A justificativa apresentada pela narrativa da reportagem foi a de que Flávio não era investigado, apenas citado pelo procedimento instaurado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro. Informou que, no retorno do recesso do judiciário, o relator sorteado para seguir com o caso no STF, Marco Aurélio Melo, reavaliaria a questão.

Trazido o factual, a reportagem da TV Globo retomou o caso por completo, desde o relatório do COAF que deu origem a investigação ao momento da reportagem. Pelo relato do Jornal Nacional, funcionários da ALERJ faziam depósitos na conta do ex-assessor. A reportagem explicou ainda que Flávio poderia escolher dia e hora para depor por prerrogativa do cargo de senador. Naquele momento, a narrativa se desdobrou em arquivos detalhando que, em maio de 2018, o STF restringiu o foro privilegiado para fatos durante e em razão do cargo e, dessa forma as questões que envolviam o filho de Jair Bolsonaro não dariam a ele foro privilegiado. Informação que, ao final, em nota pé, serviu ao telejornal para demonstrar incoerência de Flávio. Uma vez que ele usou da suposta prerrogativa para pedir a suspensão das investigações, mas, dois anos antes, em 2017, ele e o pai apareceram em vídeo, postado na internet, em que criticaram o foro privilegiado.

O uso reiterado de arquivos nas reportagens é, ao longo dos meses analisados neste trabalho, uma estratégia narrativa da qual o Jornal Nacional lançou mão quando precisou atuar como fiscal dos poderes e atribuir juízo de valor fornecendo apenas informações. Revela-se no comportamento uma proteção calçada nos valores do telejornalismo, mas que serve para o posicionamento editorial, sutil e constante ao longo de vários materiais audiovisuais. Para não precisar deixar exposto textualmente o seu ponto de vista, sua opinião e intencionalidade e, assim, abandonar a construção narrativa da isenção. O Jornal Nacional produz um volume robusto de evidências que conduzem os públicos a formarem juízos de valor desejados.

A estratégia reversa também é utilizada, principalmente pelo Jornal da Record e, em menor quantidade, pelo Repórter Brasil Noite: manter-se estritamente ao factual, silenciando fatos passados e perspectivas interpretativas de fontes para não serem apontados como veículos submetidos a pressões ou ainda coniventes e, assumidamente, atrelados de alguma forma com interesses que não os públicos. É que muitos dos fatos ligados a políticas públicas, investigações policiais, desdobramentos de situações mais complexas, por exemplo, demandam tempos de desenvolvimento que o factual apenas não dá conta.

A TV Globo, por exemplo, deu destaque a um cruzamento de dados feito por ela em relatórios do COAF. Ela expôs que entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017 a maior parte do dinheiro que entrava na conta de Queiroz era depositada no mesmo dia ou próximo do pagamento de servidores. Queiroz sacava os valores no mesmo dia.

A cobertura subiu um degrau na relação da investigação de Queiroz com Flávio Bolsonaro no dia seguinte, 18 de janeiro, quando o Jornal Nacional deu ênfase à parte de um relatório do COAF que ele obteve com exclusividade e detalha movimentações suspeitas nas contas do próprio senador eleito. Ainda na cabeça da reportagem, atrás de Willian Bonner e Renata Vasconcelos estava uma arte gráfica com dinheiro escapando em encanamentos enferrujados.

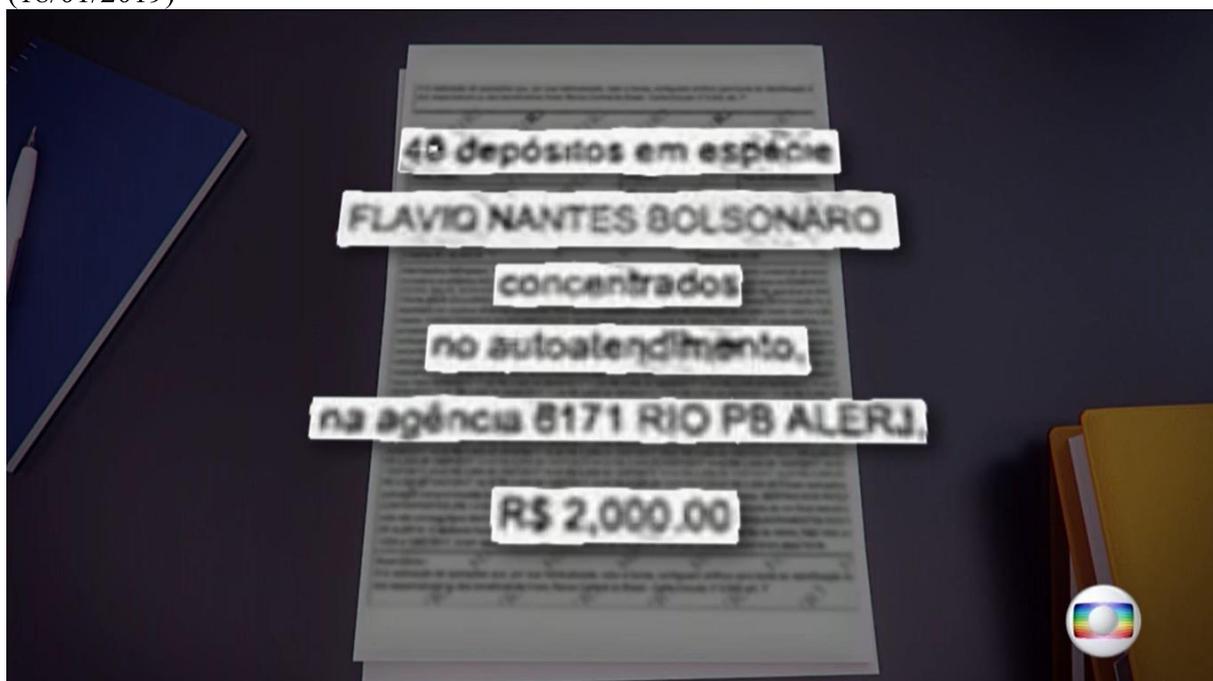
Figura 46- Bonner e Renata Vasconcelos no VT sobre Flávio Bolsonaro - Jornal Nacional - (18/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Pela primeira vez, foi registrado o uso da expressão “rachadinhas” para se referir à prática de entrega de parte dos salários de assessores. Paulo Renato Soares narrou que, em um mês, foram quase 50 depósitos em dinheiro para o senador eleito pelo Rio de Janeiro (48 em espécie em envelopes com R\$ 2 mil) e todos concentrados no caixa eletrônico da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro dando pistas de que a movimentação coincidia com as consideradas atípicas na conta do ex-assessor.

Figura 47- Arte Gráfica relatório COAF no VT sobre Flávio Bolsonaro - Jornal Nacional - (18/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

No dia 19, foi exibida uma nova reportagem sobre o caso. A informação nova era a de que o COAF citou pagamento de título bancário de mais de R\$ 1 milhão em relatório sobre Flávio Bolsonaro. Na sequência, o caso foi recontado e, basicamente, era o “corpo” da reportagem anterior sobre o assunto. A reportagem serviu de contextualização, Giuliana Morrone explicou que o ministro Marco Aurélio decidiria em qual instância ficaria com investigação.

O início da reportagem destacou, então, uma foto de Flávio saindo do Palácio da Alvorada, um dia depois de o JN divulgar e revelar as operações apontadas como atípicas. A repórter frisou que ele se encontrou com o pai logo depois das informações divulgadas, uma demonstração da tentativa de fazer a ligação e o acompanhamento do caso pelo ex-presidente.

A narrativa se valeu da fala do ministro Marco Aurélio de que “tem remetido ao lixo reclamações como a de Flávio do PSL”. Com a afirmação do ministro, a emissora especulou

que o caso deveria ser mantido na primeira instância. Jornalisticamente, o trabalho de apuração do JN que merece atenção foi o de confirmar em quais outras vezes Marco Aurélio enviou processos semelhantes para a primeira instância e, de certo modo, prevendo o que seria feito no caso de Flávio Bolsonaro. O telejornal, com frequência, marcou a sua apuração de dados quando foi feito trabalho de pesquisa, reafirmando o lugar de quarto poder, pesquisa e apuração.

Por fim, no dia 26, quando o COAF concluiu que a renda de Flávio Bolsonaro não explicava o montante de dinheiro em sua conta, o Jornal Nacional se valeu de publicação da revista Veja para iniciar sua reportagem. Disse que Flávio alegou que a maior parte da renda dele vinha das atividades como empresário. Entretanto o relatório apontou que a maior parte dos recursos que entraram da conta do parlamentar no período foram feitos pela ALERJ.

Figura 48- Revista Veja no VT sobre Flávio Bolsonaro - Jornal Nacional - (26/01/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A reportagem novamente recorre a estratégia narrativa dos arquivos do caso, expôs contradição nas afirmações de Flávio Bolsonaro e reforçou o indicativo do COAF de que a movimentação era suspeita pois era superior à capacidade financeira do cliente. Na época investigado, Flávio informou que tinha renda de R\$ 27 mil reais e Fabrício Queiroz movimentou R\$ 1 milhão e 200 mil reais em um ano. A cobertura foi exaustiva e bastante detalhada com evidente cuidado em não deixar qualquer ponta solta. Situação bem distinta da cobertura da emissora paulista.

O Jornal da Record trouxe, por sua vez, em nota, o assunto no dia 10 de janeiro quando Flávio Bolsonaro disse que pediria acesso aos documentos que tratam das movimentações bancárias de Fabrício Queiroz. O senador eleito havia sido convidado a prestar esclarecimentos, mas não compareceu. A nota reforçou que ele não era investigado, mas como tinha foro privilegiado poderia escolher onde e quando prestar esclarecimentos.

No dia seguinte, o COAF foi levado novamente ao noticiário da Record. O destaque na cabeça da reportagem era o de que o órgão seria reestruturado e que o COAF era uma das armas do governo Bolsonaro no combate a corrupção e ao crime organizado. Foi dito ainda que o órgão passaria a estar vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e não mais à Fazenda para seguir com a apuração de milhares de operações suspeitas.

O material audiovisual mencionou que as investigações de movimentações atípicas de Fabrício Queiroz, motorista do senador Flávio Bolsonaro, eram feitas pelo COAF, mas em momento algum fazem a ligação do caso ao filho do presidente. Além disso, a reportagem tratou o órgão como tendo sido “desidratado há anos pelos governos anteriores” deixando nas entrelinhas a impressão de que os governos anteriores o fizeram para possibilitar a corrupção.

As informações trazidas pela repórter Renata Varandas deram conta de que a instituição iria dobrar de tamanho. À época o COAF tinha 37 servidores. Em 2018, produziu 7 mil relatórios e investigou 370 mil pessoas, mas por causa da falta de estrutura existia uma fila de pedidos de informação. Na entrevista de Roberto Leonel, presidente do COAF, ele afirmou que havendo uma quantidade maior de técnicos e servidores, o COAF teria maior capacidade de resposta em um menor tempo. A reportagem finalizou informando que servidores do órgão não comentavam casos específicos apenas repassavam as informações aos órgãos de persecução penal por meio de relatório e os órgãos faziam a apuração das possíveis ilicitudes. A evasiva soou como crítica ao vazamento dos relatórios feitos pela Rede Globo.

Já no dia 17, quando as investigações seguiram movimentando o noticiário nacional, o Jornal da Record anunciou que o senador eleito, Flávio Bolsonaro, pediu ao Ministro Luiz Fux a suspensão da investigação sobre movimentação financeira atípica de Fabrício Queiroz, seu ex-assessor, e a investigação foi suspensa. A reportagem trouxe o factual de que a decisão suspendeu o processo até que o relator do caso, ministro Marco Aurélio, se pronunciasse e afirmou que a decisão de Fux atendeu ao argumento da defesa de Flávio que questionou a competência do Ministério Público do Rio de Janeiro para estar no caso. Pediu ainda que as provas fossem anuladas. Foram colocadas as informações sobre a movimentação financeira de

Queiróz e o reforço de que foram instaurados 22 procedimentos de movimentações atípicas de outros deputados o que, de certo modo, foi contraditório levando em conta que o início da reportagem falava que Flávio não é investigado.

A parte mais relevante, para esta pesquisa, na cobertura do assunto pelo Jornal da Record, foi a entrevista concedida com exclusividade por Flávio Bolsonaro sobre toda investigação no dia seguinte. O telejornal começou com a entrevista. As imagens da reportagem foram produzidas em um fundo neutro e, nos enquadramentos, estão Flávio e a repórter Renata Varandas. O destaque na cabeça da entrevista foi a declaração de Flávio Bolsonaro de que estava sendo investigado e que teve o sigilo quebrado ilegalmente. Ele ainda apontou outras falhas na investigação de seu ex-assessor, Fabrício Queiroz.

Durante a entrevista o senador eleito parecia desconfortável, gesticulava o tempo todo com intensidade e subiu o tom de voz em vários momentos.

Figura 49 - Entrevista exclusiva com Flávio Bolsonaro - Jornal da Record (18/01/2019)



Fonte: Playplus.com

Ele foi questionado sobre o porquê ter ido ao STF pedindo suspensão das investigações do Ministério Público do Rio de Janeiro já que só havia sido citado e não investigado. Flávio afirmou que era investigado de forma ilegal e que havia descoberto que o seu sigilo havia sido quebrado de forma ilegal, sem autorização judicial, que o MP sequer buscou a jurisdição competente para ter autorização. Disse ainda não estar se escondendo atrás do foro privilegiado.

Sob insistência da repórter no assunto ele a interrompe e afirma ser contrário ao foro privilegiado, mas diz que não é uma escolha dele. O foro é por prerrogativa de função.

Flávio afirmou acreditar que a situação era uma tentativa de prejudicar o governo do seu pai e que estava tendo um tratamento diferenciado por ser filho do presidente. Por fim, disse que ficou sabendo pela televisão do tratamento contra o câncer feito por Queiróz, uma vez que não teria mais contato com ele.

Por fim, no dia 21 de janeiro, uma reportagem de Sylvestre Serrano trouxe o posicionamento do Ministério Público do Rio de Janeiro sobre o caso. A reportagem foi fruto de uma entrevista coletiva dada pelo órgão. Importante ressaltar que, na cabeça do VT, a primeira informação foi a de que não havia investigação criminal contra Flávio Bolsonaro, entretanto ao longo da reportagem estava uma fala do procurador geral, Eduardo Gussem, em que ele afirmou que havia investigação cível de todos os que estavam no relatório, ou seja, Flávio era investigado. A edição camuflou a investigação cível dando destaque para o fato de não haver, contra o filho do ex-presidente, investigação criminal. A reportagem sinalizou ainda que o relatório do COAF tinha 400 páginas e lá estavam os nomes de 27 deputados estaduais e funcionários da ALERJ. Houve um reforço, na passagem do repórter, de que a investigação estava sob sigilo no Supremo como uma forma de mostrar que as outras coberturas desrespeitaram o sigilo.

Na entrevista de Eduardo Gussem, procurador geral do Rio de Janeiro, a edição do telejornal utilizou com destaque o trecho em que ele explica que o “fato de algumas movimentações serem atípicas não significa que são, necessariamente, ilícitas”. Novamente foi dado o direito de resposta à Flávio para explicar a situação.

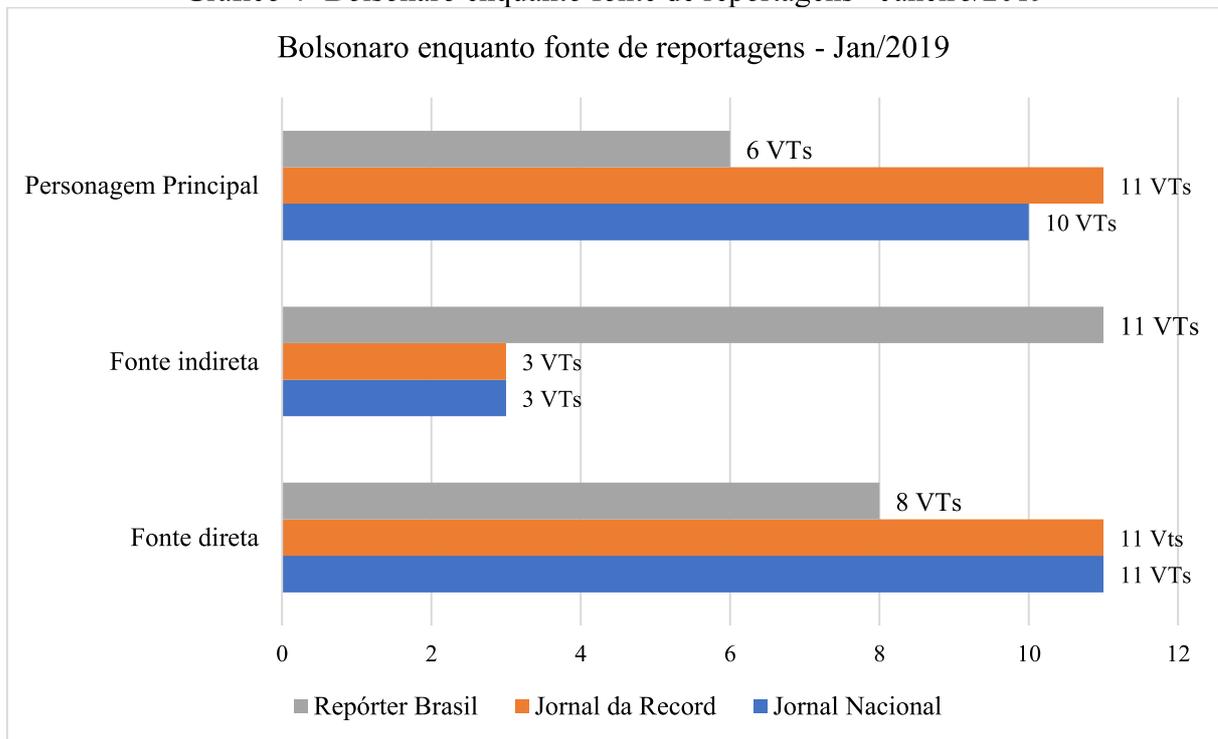
Terminada a descrição audiovisual dos assuntos mais relevantes e da cobertura de cada um dos telejornais é chegada a hora de passar para a análise das fontes utilizadas em cada material. Importante destacar que, para efeitos da presente tese, serão apresentadas aqui apenas as fontes que aparecem em maior volume ao longo do período analisado ficando neste espaço o presidente Jair Bolsonaro, ministros e membros do governo e, eventualmente, parlamentares.

Assim, identificou-se ao longo do levantamento de dados que Jair Bolsonaro foi fonte oficial das reportagens enquanto presidente nas reportagens em 47 materiais audiovisuais totalizando 39 minutos e seis segundos no ar. O maior número de materiais audiovisuais em que o presidente apareceu foi no telejornal da TV Brasil: foram 19 reportagens. Jornal Nacional e o Jornal da Record trouxeram o presidente em 14 VTs cada uma e, em 11 audiovisuais de cada emissora, Bolsonaro deu entrevista de forma direta.

## 6.8 DETALHAMENTOS ESTATÍSTICOS E DE VALÊNCIA

A diferença está no papel desempenhado pelo presidente. TV Record o colocou como personagem principal em todas as 11 vezes. A TV Globo em 10 e a TV Brasil em seis reportagens. Ou seja, levando a condução narrativa do presidente enquanto personagem principal em comparação com a quantidade de reportagens exibidas, o Repórter Brasil foi o que tratou Bolsonaro como personagem secundário na maior proporção (68,4% do material audiovisual), seguido do Jornal Nacional (9,09%) e Jornal da Record (0%).

Gráfico 4- Bolsonaro enquanto fonte de reportagens - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Quando é analisado o tempo dedicado à fala do presidente no ar, o jornal dedicou a maior fatia com quase 21 minutos em sonoras do presidente, seguido do Jornal da Record com 12 minutos e Repórter Brasil com seis minutos. Levando em consideração que o número de reportagens da TV Globo e da TV Record são equivalentes, a emissora dos Marinho abriu um tempo de fala para Jair Bolsonaro oito minutos e 33 segundos maior.

Motta (2002) entende que as pessoas, em contato com a notícia, fazem a interpretação dos fatos narrados e, de alguma forma, dela participam. O entendimento dos acontecimentos é levado para o lugar simbólico, do entendimento narrativo a que as pessoas estão social e culturalmente habituadas. Desse modo, atribuir papéis é um esforço interpretativo que acabam se espalhando para a narrativa dos fatos jornalísticos. Elas, assim como a ficção se desenvolvem a partir de

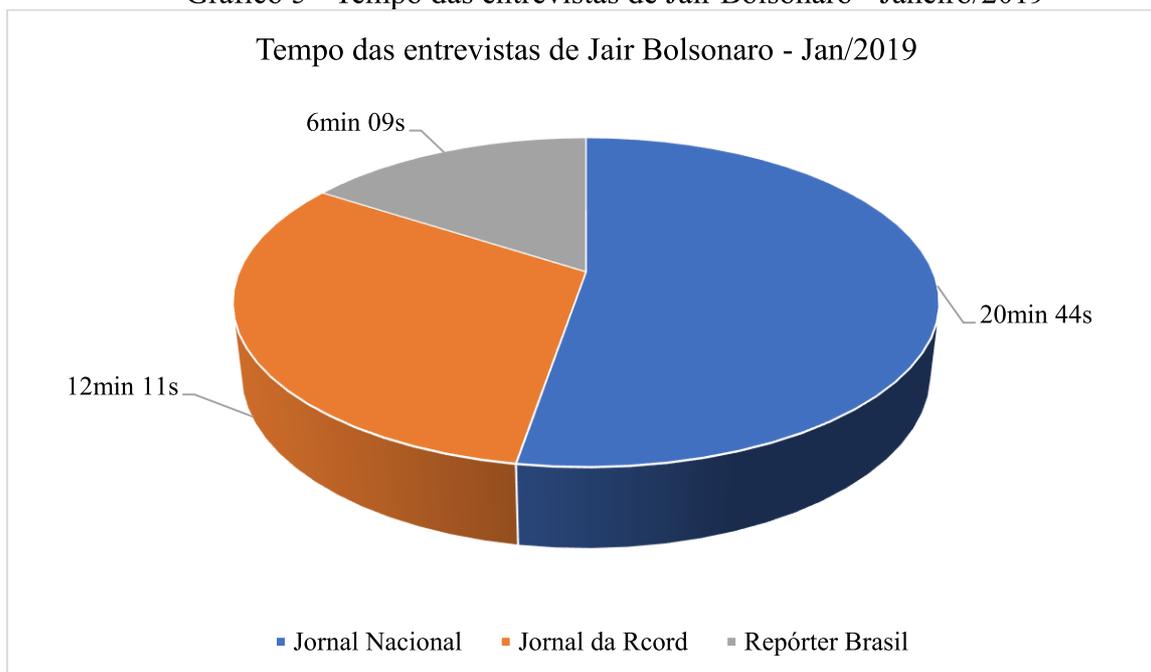
um nó, um problema ou conflito que urge por solução e, na trama, personagens vão sendo destacados, papéis atribuídos.

Na mesma direção caminha Coutinho (2012). Parra a autora, os dramas do cotidiano se descortinam no telejornal e a atenção dos públicos é capturada ou não pelo enredo e pela forma como as histórias são contadas. Quanto mais verossímil e próxima dos modelos narrativos literários, mais chances de mobilizar a empatia, a compreensão e a atenção das pessoas envolvidas no fluxo do audiovisual noticioso.

É possível identificar a existência de personagens noticiosos, de forma latente ou ainda manifesta, e ainda o papel representado por cada um deles na representação dos fatos, são investigados tomando como matriz os estereótipos comumente presentes em obras dramáticas, ficcionais. (Coutinho, 2006, p.100)

Logo, os telejornais ao atribuírem capacidades e características de solução de conflitos aos seus personagens da vida real, os aproxima dos protagonistas, dos mocinhos das narrativas, dos heróis. O contrário também é válido: causadores de problemas, pessoas temidas, vilãs acionam o lugar de antagonismo. Personagens secundárias vão atribuindo novas perspectivas que dão sustentação a estes arquétipos narrados no horário nobre dos canais de TV aberta. Assim, ter Bolsonaro como personagem principal, resolutivo ou, pelo contrário, atribuir a ele adjetivações depreciativas, implica em, necessariamente, dar ou tentar tirar poder e representatividade do líder do executivo nas narrativas apresentadas para todo o Brasil.

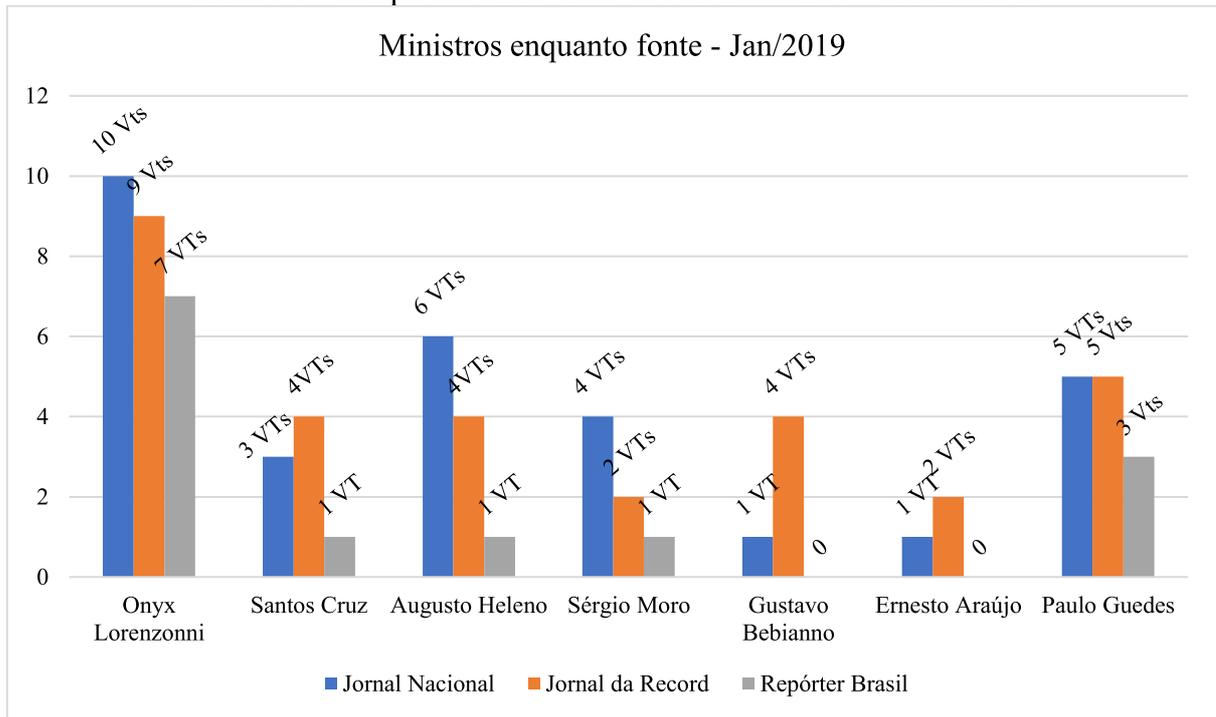
Gráfico 5 - Tempo das entrevistas de Jair Bolsonaro - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Da mesma forma a atribuição de papéis aos ministros no desenrolar da dramaturgia do Planalto narrada pelos telejornais faz com que garantam suporte ao protagonista ou eles mesmos assumam este papel na dianteira dos agendamentos e dos interesses públicos levados enquanto pautas a serem trabalhadas. Na amostra do mês de janeiro, que diz respeito aos ministros que utilizados enquanto personagens/fontes das reportagens, os que mais estiveram presentes foram Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Santos Cruz (Secretaria de Governo), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) Sérgio Moro (Ministro da Justiça e Segurança Pública), Gustavo Bebianno (Secretaria Geral da Presidência), Paulo Guedes (Economia) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores). O gráfico mostra a quantidade de materiais em que eles tiveram garantida a fala em cada telejornal analisado.

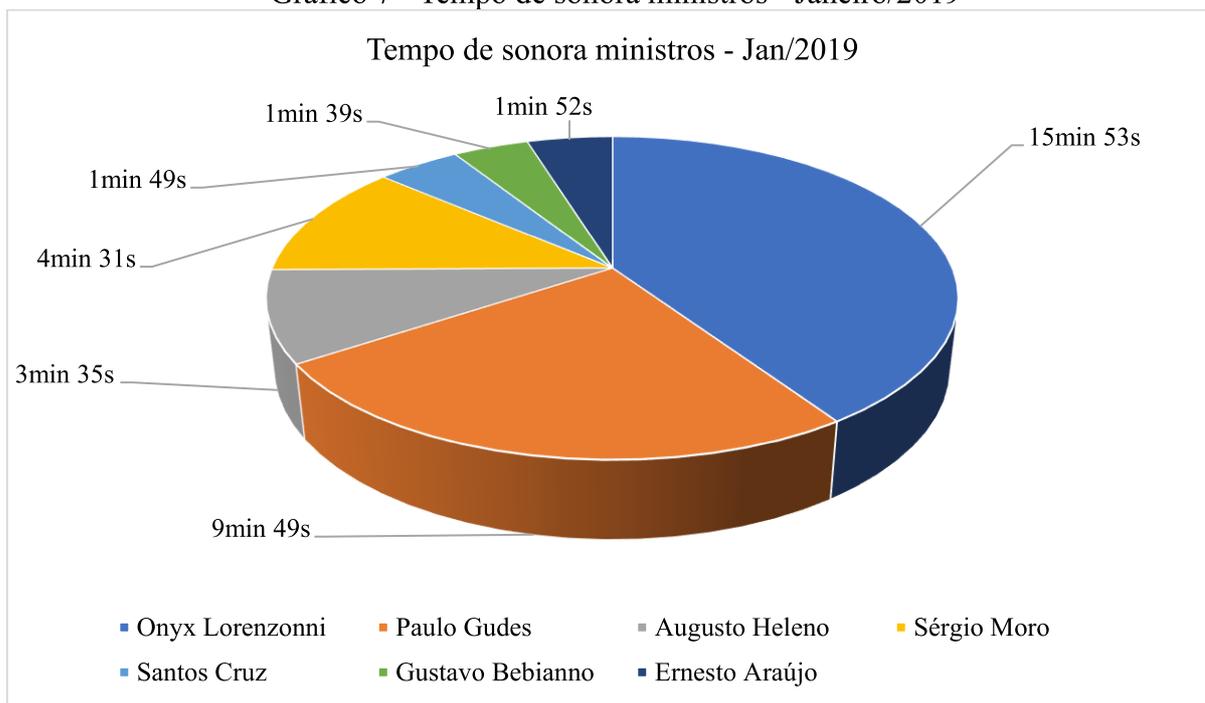
Gráfico 6 - Tempo das entrevistas de Jair Bolsonaro - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Em relação ao tempo, Onyx Lorenzoni lidera o quantitativo de reportagens em que foi acionado com 8min 46s no telejornal da TV Globo, 4min 13s na Record e 2min 54 na TV Brasil. Isso se deve ao fato de, enquanto representante da Casa Civil, era dela a responsabilidade de algumas articulações importantes com os Poderes, com a interlocução e representatividade do governo. Paulo Guedes, por sua vez, teve, respectivamente, 6min 05s, 2min, 1min44s puxados principalmente pelos factuais ligados ao combate às fraudes no INSS e, mais para meados do mês de janeiro a viagem de Bolsonaro à Davos. Já Augusto Heleno garantiu 1min 50s, 1min 12s e 33s carreados pela proximidade dele com o ex-presidente. Ele não assumiu o protagonismo de nenhuma das pautas tratadas prioritariamente pelos telejornais analisados. Sérgio Moro, pelo contrário, esteve protagonista em grande medida quando o assunto foi a perspectiva de construir propostas de combate à criminalidade e anúncios de medidas contra a corrupção. No Jornal Nacional ele acionou 3min 06s, 1min 25s no Jornal da Record e 1min no Repórter Brasil. Já Gustavo Bebianno dispôs de 1min 13s no Jornal da Record e 26s no Jornal Nacional. Por fim, Ernesto Araújo teve 1min15 no telejornal da TV Globo e 37s no telejornal da TV Brasil.

Gráfico 7 - Tempo de sonora ministros - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Os outros ministros presentes nas reportagens, porém em menor número de aparições foram Osmar Terra (Cidadania), Ricardo Salles (Meio Ambiente), Damares Alves (Família e Direitos Humanos) Luiz Henrique Mandetta (Saúde), Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) e Tereza Cristina (Agricultura). Entre as outras fontes que fizeram parte das reportagens identificamos professores, economistas, empresários, acadêmicos, parlamentares e representantes de movimentos sociais.

Assim encerra-se a descrição da parte estrutural dos materiais audiovisuais no que diz respeito a assuntos, fontes, formatos e tempo no ar. Na próxima sessão são abordadas as narrativas da mídia sobre seu papel e as valências das coberturas em relação aos assuntos e temáticas tratados.

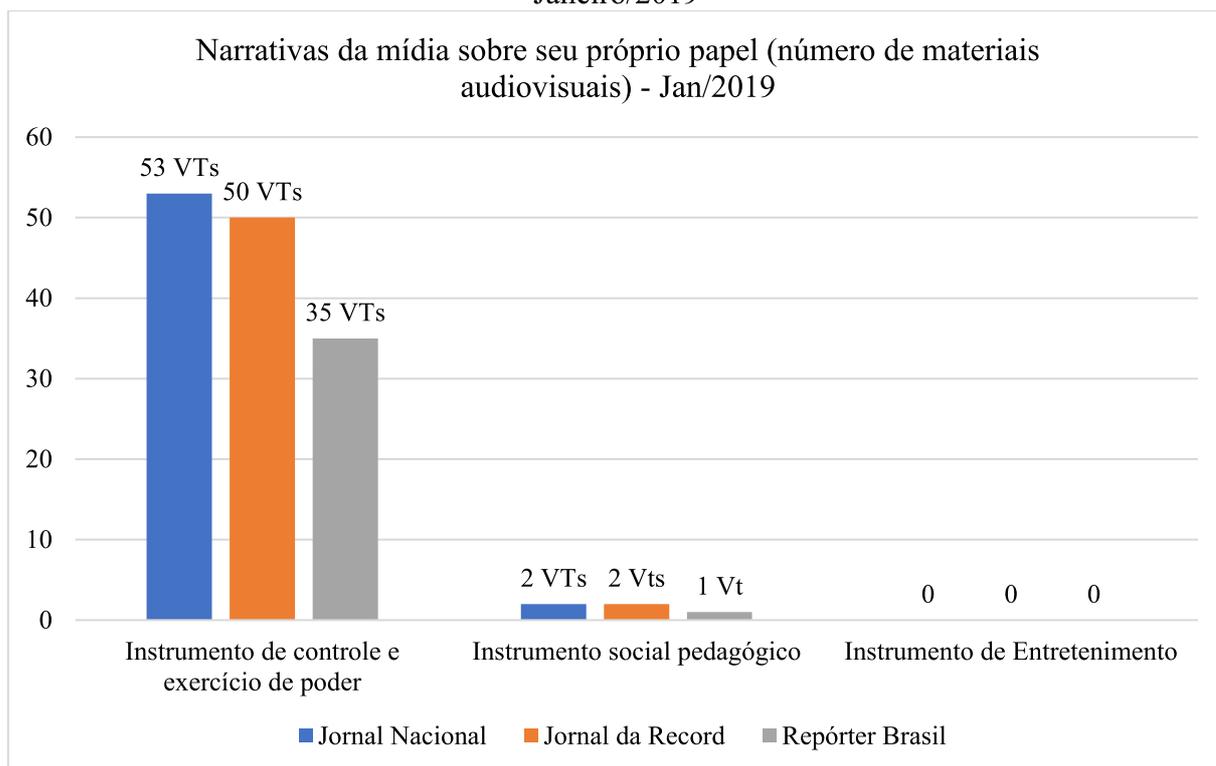
## 6.9 NARRATIVAS DA MÍDIA CONSTRUÍDAS SOBRE SEU PRÓPRIO PAPEL

De que maneira as emissoras se comportam ao fazer telejornalismo e, assim, quais funções e papéis sociais ele assume para si? As respostas podem ser avaliadas a partir da aferição dos dados por dois caminhos. O primeiro deles é o quantitativo de materiais. A outra forma é pelo tempo dedicado a cada tema. Não necessariamente estas duas grandezas (na linguagem

matemática) coincidem. Dessa maneira, apresenta-se aqui a dupla possibilidade para tentar definir o papel que a mídia atribui a si por meio das reportagens.

No que diz respeito à função exercida, são três as possibilidades elencadas na ficha de análise: Mídia sendo exercida enquanto controle e exercício de poder, enquanto instrumento social pedagógico e enquanto instrumento de entretenimento.

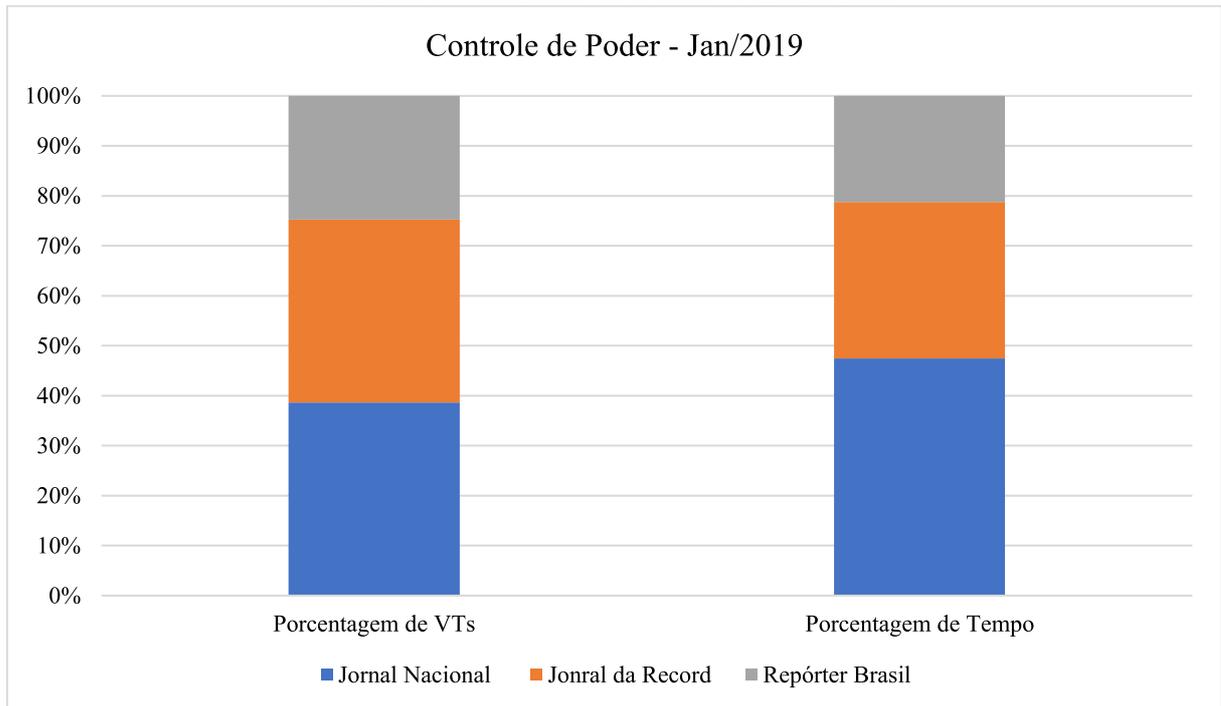
Gráfico 8 - Narrativas da mídia sobre seu próprio papel (número de materiais audiovisuais) - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Eventualmente, algumas reportagens trouxeram mais de um desses papéis, cabendo a esta análise definir aquele papel considerado mais evidente e que foi sobreposto aos demais. Dessa forma, o tempo total dedicado às reportagens sob uma perspectiva de disputa por poder foi de 7 horas 17 minutos e 48 segundos, tempo distribuído em 135 reportagens.

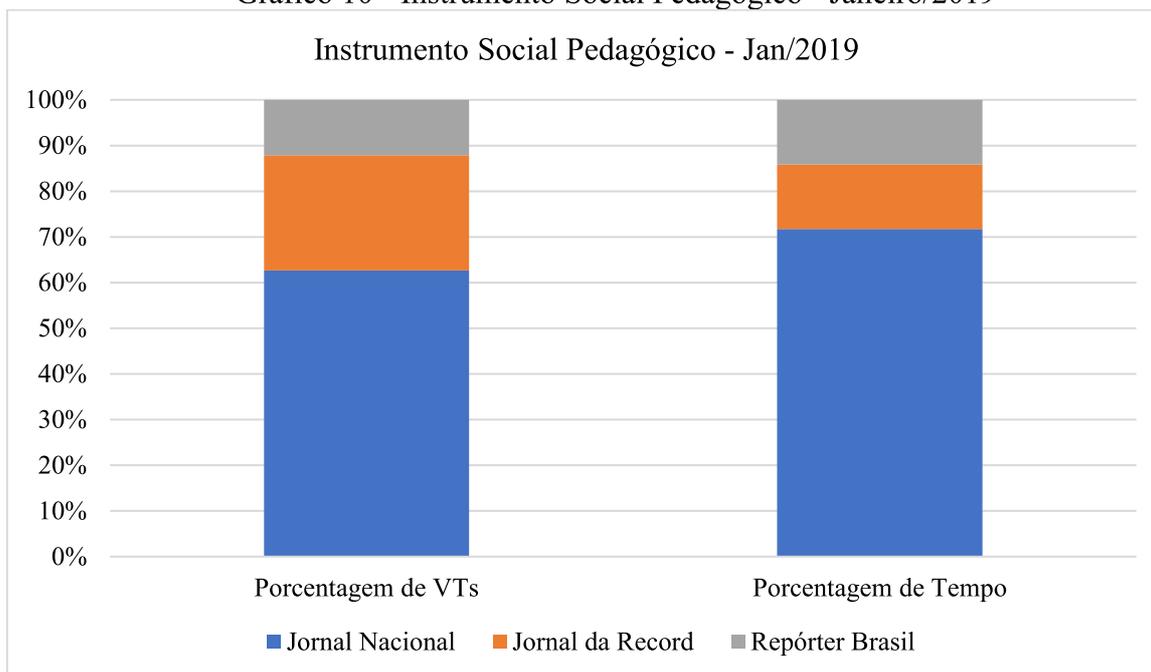
Gráfico 9 - Controle de Poder - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Assim, o Jornal Nacional foi o que trabalhou por mais tempo e, também, proporcionalmente as narrativas sob a perspectiva de controle e exercício de poder. Entretanto, se observada a quantidade de materiais audiovisuais, TV Globo e TV Record se aproximam, mas ainda assim o Jornal Nacional segue na frente. A TV Brasil neste quesito é mais equilibrada e os percentuais se mantêm próximos. Nenhum material audiovisual dos telejornais trouxe reportagens com caráter de entretenimento majoritariamente. Significa dizer que as reportagens em que as relações de poder estavam em disputa tiveram, em média, um tempo maior no JN. No Jornal da Record uma diferença um pouco menor e, no Repórter Brasil a porcentagem de tempo dedicado a estas narrativas em comparação ao número de audiovisuais foi inferior, demonstrando uma tentativa de equilibrar a representatividade das forças em disputa.

Gráfico 10 - Instrumento Social Pedagógico - Janeiro/2019



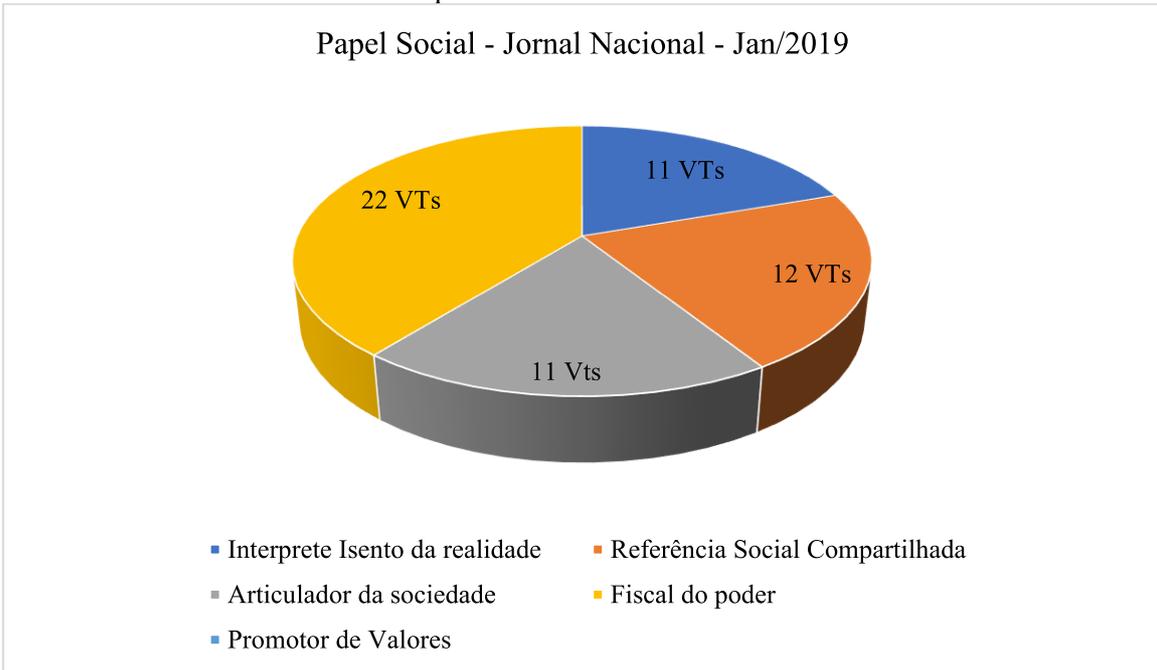
Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Em relação ao papel social pedagógico, instrucional, o destaque ficou a cargo da Rede Record. As reportagens que procuraram esclarecer a população, instruí-la e detalhar processos úteis tomaram uma porcentagem de tempo bem menor que as outras duas emissoras em comparação ao número de VTs realizados, reflexo dos temas centrais tratados na esfera factual, sem avançar na problematização ou históricos de alguns assuntos.

Partindo para o levantamento do papel exercido pela mídia, a ficha de análise prevê que os materiais audiovisuais possam indicar, majoritariamente, o papel de intérprete isento da realidade, de lugar de referência social compartilhada, de prestador de serviço, de articulador da sociedade (papel de agendamento social), de fiscal dos poderes, de promotor de valores da cidadania e da democracia e de promotor de identidades sociais (ethos coletivos).

Em relação ao quantitativo de materiais audiovisuais de cada emissora olhado em comparação a si mesma, verifica-se que o Jornal nacional se colocou como fiscal do poder na maior parte das reportagens.

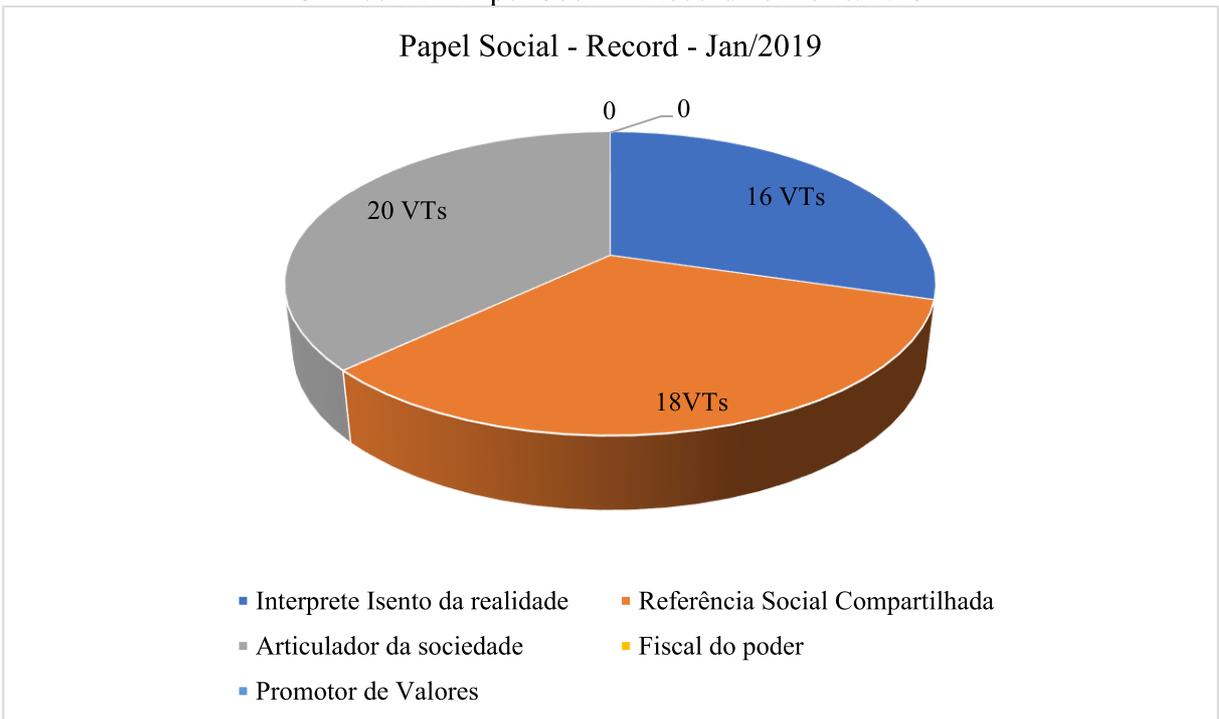
Gráfico 11 - Papel Social - Jornal Nacional - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Em seguida, enquanto articulador da sociedade se apresentou na mesma medida em que interprete isento da realidade. Já o Jornal da Record constituiu-se em maior quantitativo como lugar de referência social compartilhada.

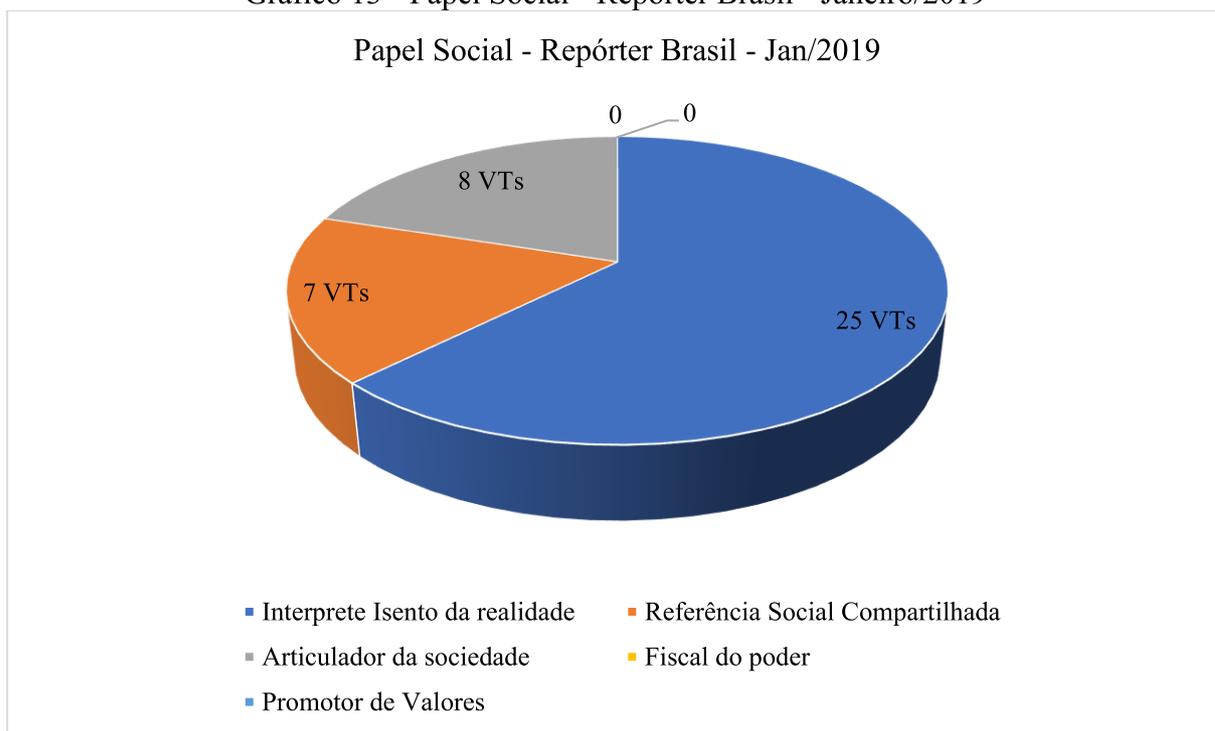
Gráfico 12 - Papel Social - Record - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O Repórter Brasil ganhou destaque como intérprete isento da realidade. Mai que o dobro da quantidade de materiais audiovisuais está relacionado à busca de se apresentar como um espaço de reflexo da sociedade, de espelhamento e exibição de uma realidade a partir do distanciamento e do envolvimento. Por vezes, articulou as pautas no sentido dos agendamentos e praticamente na mesma medida o fez, mas deixando transparecer os interesses editoriais e/ou pressões circunstanciais ligadas às mudanças sofridas pela EBC.

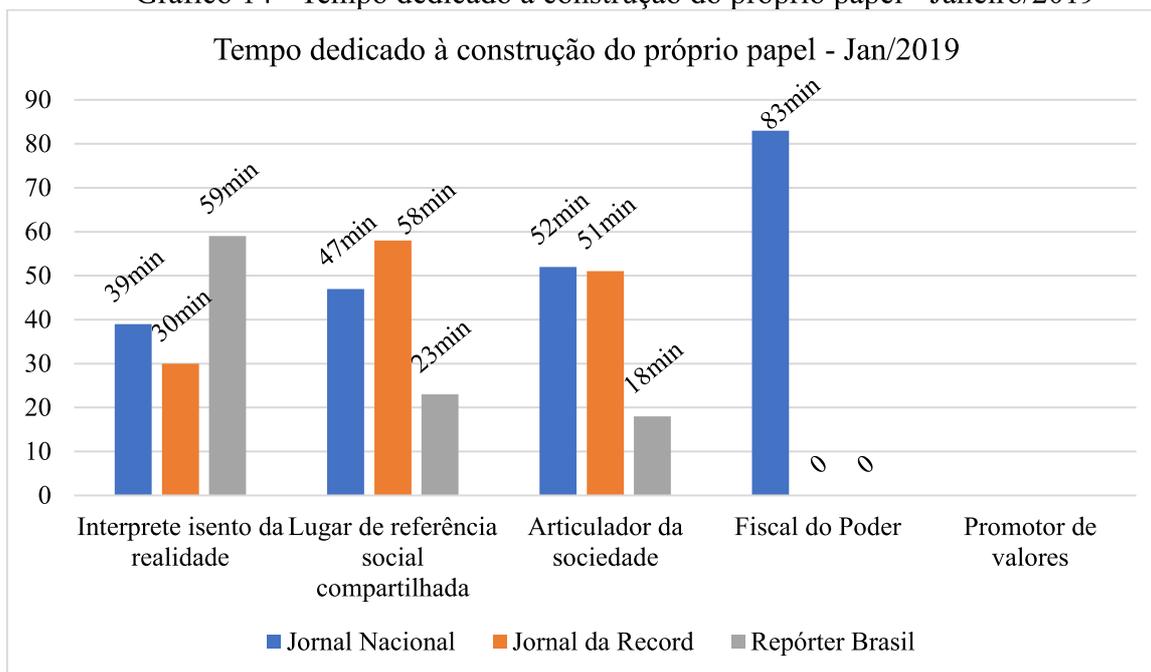
Gráfico 13 - Papel Social - Repórter Brasil - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Interessante observar que cada telejornal se comporta de maneira distinta nesse aspecto: JN se esforça no sentido de atribuir a si o lugar de quarto poder, JR como espaço de discussão dos temas que são relevantes no cotidiano da sociedade e RB como aquele que desenvolve um papel mais próximo da busca pela pretensa isenção jornalística.

Gráfico 14 - Tempo dedicado à construção do próprio papel - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Quando observado o tempo dedicado a construir este papel os dados revelam que a TV Brasil dedicou mais tempo das suas produções audiovisuais com a busca pelo papel de intérprete isento da realidade. No total foram 59 minutos e 05 segundos, seguida da TV Globo (39 minutos e 13 segundos) e TV Record (30 minutos e 45 segundos). Jornal da Record e Jornal Nacional, enquanto lugar de referência social compartilhada dedicaram respectivamente 58 minutos e 11 segundos e 47 minutos e 08 segundos. As duas se aproximaram em relação ao papel de articulador da sociedade: Jornal Nacional 52 minutos e 31 segundos e Jornal da Record 51 minutos e 9 segundos. A TV Globo foi a que mais trabalhou suas narrativas se colocando como fiscal do poder.

No que diz respeito a origem dos assuntos tratados, a maior parte do material audiovisual dos três telejornais não se pauta pelas redes sociais. Alguns temas específicos como a polêmica do uso das roupas rosas e azuis protagonizado pela ministra Damares Alves é que recorrem às redes. Entretanto, os posicionamentos de autoridades em muitos casos são revelados por publicações em seus perfis. É importante frisar aqui que ter posicionamento retirado a partir perfis não significa necessariamente que foram eles a causa inicial que provocou a realização da reportagem. O Jornal Nacional teve 3 horas e 35 minutos em VTs não pautados pelas redes e aproximadamente 18 minutos em VTs em que as redes sociais determinaram a pauta. Jornal da Record somou 2 horas e 35 minutos de reportagens não pautadas contra menos de dois minutos

pautados a partir das redes sociais. O Jornal do Brasil trouxe 1 hora e 41 minutos de material audiovisual não pautado na internet e quase 6 minutos pautados.

#### 6.10 VALÊNCIA DA COBERTURA POR ASSUNTOS EM JANEIRO

A valência dos assuntos principais das reportagens é fundamental para observar principalmente a orientação editorial e as relações sociais, culturais e econômicas do governo com as emissoras. Nesta cobertura, em específico, o tempo dedicado destoou e foi bastante expressivo em todas as emissoras. Os dados mostram que o Jornal Nacional dedicou 50 minutos para a cobertura da posse do Presidente com três reportagens, em que 43 minutos foram trabalhados sob uma perspectiva de neutra a positiva muito em função da cerimônia em si e dos discursos e sonoras otimistas. O Jornal da Record deu um tempo semelhante de cobertura positiva: 47 minutos de um total de 51 minutos de cobertura em oito materiais audiovisuais. O Repórter Brasil Noite fez a cobertura completa com 26 minutos no ar e toda ela positiva em cinco materiais audiovisuais produzidos.

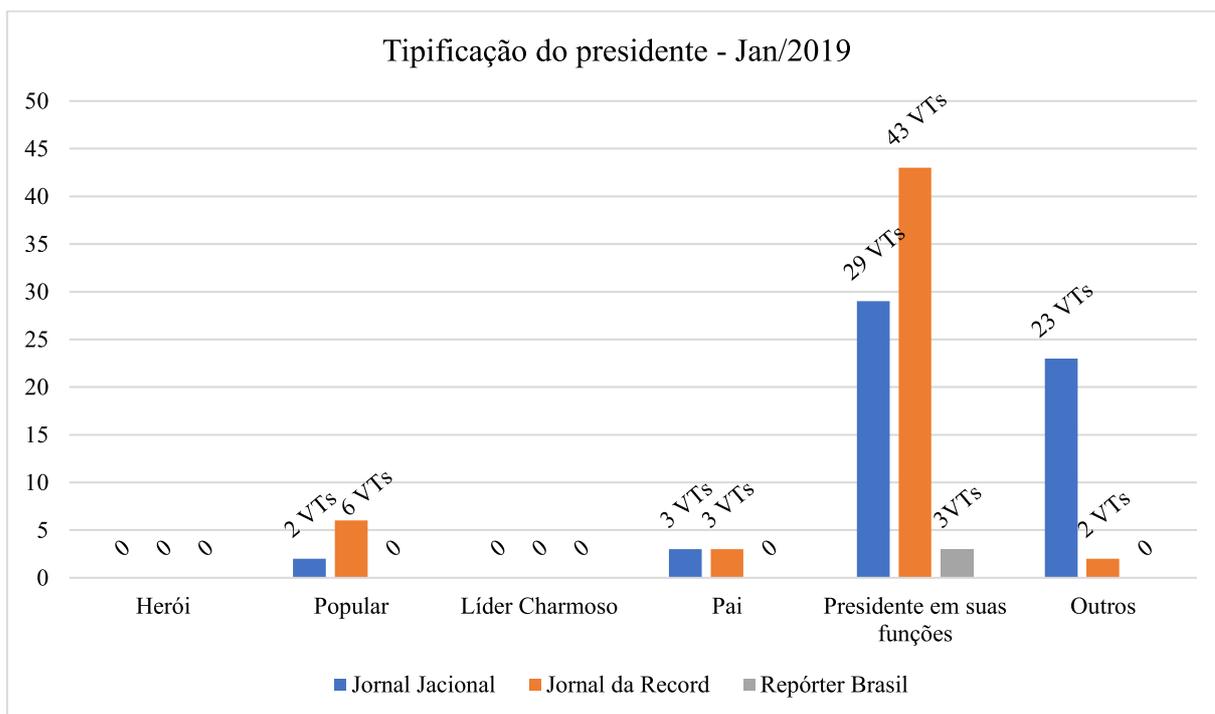
Quando a cobertura passou para as ações do governo relacionadas ao trabalho de ministros o número de reportagens aumentou significativamente. Foram 29 reportagens da TV Globo, 22 da TV Record e 21 da TV Brasil. A valência majoritária do Jornal Nacional quando os ministros tinham espaço para fala foi positiva, assim como Jornal da Record e Repórter Brasil.

Em relação à reforma da Previdência e às fraudes no INSS dos 8 audiovisuais veiculados pelo JN três tinham foram positivos, um negativa e os demais neutros. No JR 7 coberturas no total, 2 delas negativas e 3 neutras. O RBN produziu 5 conteúdos, 2 delas positivas e os outros neutros em relação à valência. Relação que se manteve bem semelhante em quantidades e valências na cobertura ligada à Segurança Pública, à viagem de Jair Bolsonaro a Davos, sua internação. O panorama só foi alterado em relação a cobertura sobre as investigações envolvendo Flávio Bolsonaro Quando o Jornal Nacional pautou em discrepante diferença o quantitativo de reportagens e na valência negativa da cobertura. Foram 12 reportagens, mais que o Dobro do Jornal da Record e Reporter Brasil juntos.

## 6.11 COBERTURA SOBRE O GOVERNO/PRESIDENTE E VALÊNCIA SOBRE DIREITOS HUMANOS EM JANEIRO

Observar o presidente e o comportamento do governo em relação a cada um dos assuntos das reportagens é o foco desta etapa da ficha que procurou identificar o papel desempenhado pelo presidente e a valência atribuída às suas ações enquanto líder do governo. Assim pode-se identificar que, dentro das categorias propostas por Roger-Gerard Schwartzberg (1978) os telejornais lançaram mão de caracterizar Jair Bolsonaro como um presidente popular e um pai. Para além das categorias do teórico francês identificamos a grande maioria das narrativas audiovisuais se restringindo a tratar o presidente como uma personagem que desempenha o papel social a ele atribuído, ou seja, presidente se comportando enquanto tal.

Gráfico 15 - Tipificação do presidente - Janeiro/2019



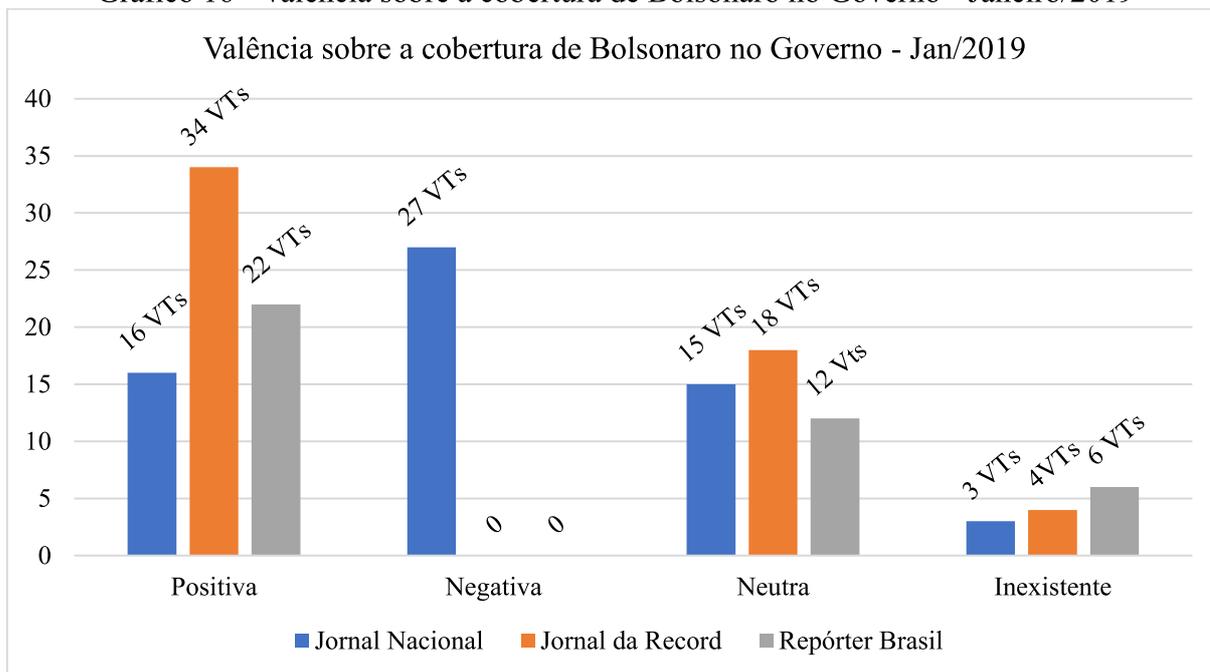
Fonte: elaborado pelo autor (2024)

No espaço do gráfico em que estão contempladas outras características ligadas a Jair Bolsonaro foram identificadas, no Jornal Nacional o representante do executivo como um presidente participativo, como um homem teimoso, em algumas reportagens como incompetente, em outros VTs como um político não protocolar. Bolsonaro também aparece com características de um presidente inconveniente, corporativista, mal-educado e frágil em relação à saúde. O Jornal

da Record em dois momentos distintos o caracterizou como um presidente correto e noutra material como sendo equivocado. TV Brasil não trouxe novas formas de abordagem.

No que se refere à valência do governo e do presidente nas reportagens, o Jornal Nacional foi o que trouxe maior número de reportagens em que a imagem do presidente está associada a aspectos negativos. Foram 100 minutos de materiais onde Jair Bolsonaro é narrado de forma ruim. Os dois outros telejornais não seguiram por este caminho.

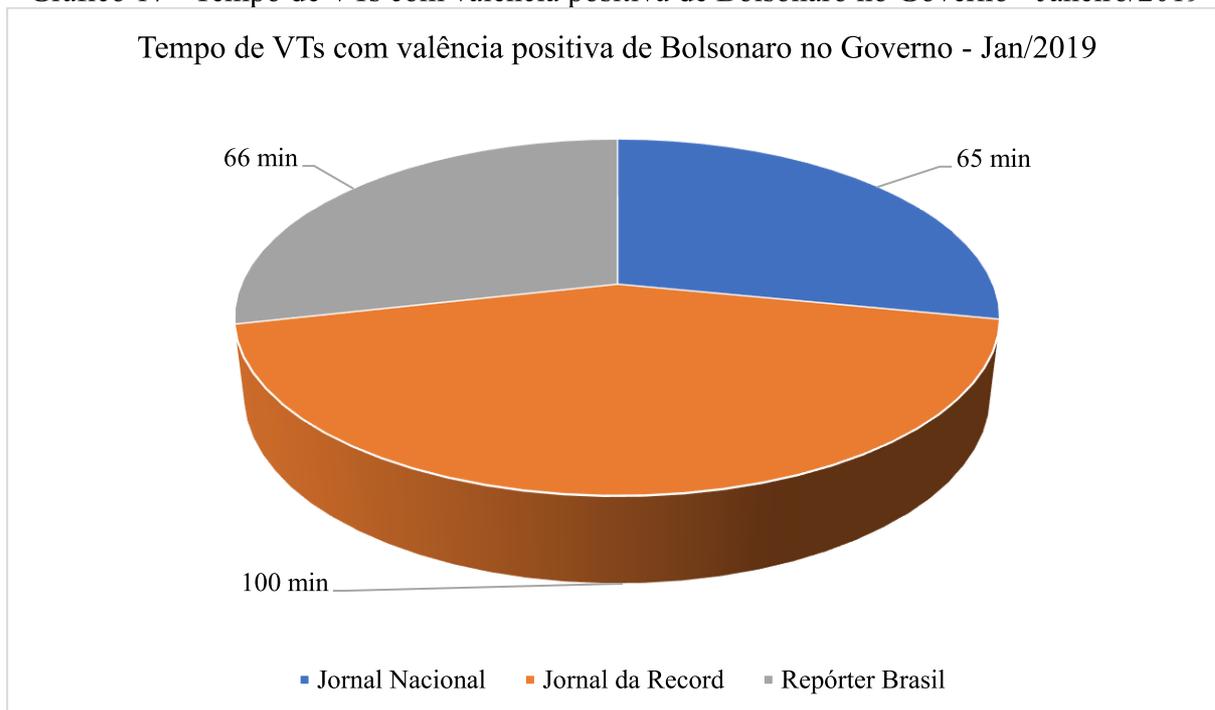
Gráfico 16 - Valência sobre a cobertura de Bolsonaro no Governo - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

No que diz respeito à cobertura positiva, A TV Globo dedicou 65 minutos do tempo do material audiovisual em que a valência pesava a favor de Jair Bolsonaro. Record, por sua vez dedicou 100 minutos e TV Brasil 66 minutos.

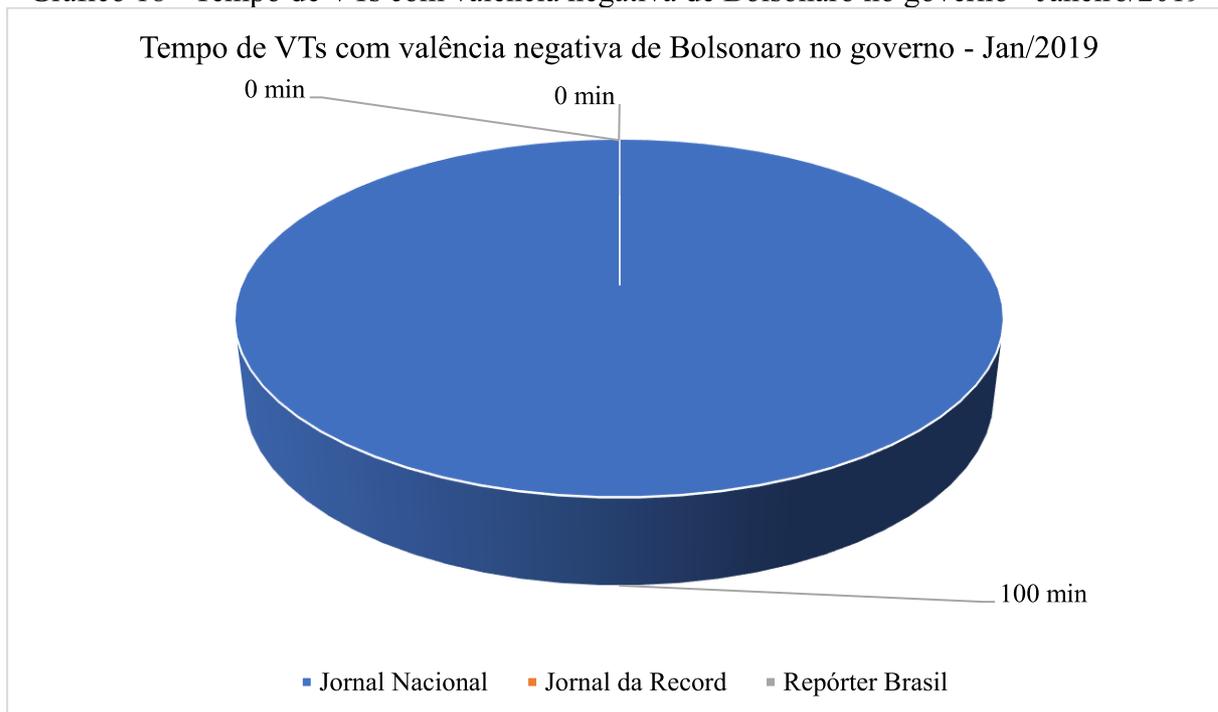
Gráfico 17 - Tempo de VTs com valência positiva de Bolsonaro no Governo - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

A valência, quando observado o tempo, apresenta um dado curioso: foram 100 minutos negativos no JN contra outros 100 minutos positivos no JR. Sendo que os minutos positivos do JR foram distribuídos em 34 reportagens enquanto o Jornal Nacional utilizou o mesmo tempo de maneira negativa em 27 reportagens, o que indica que os audiovisuais do Jornal Nacional dedicados a imprimir caráter negativo ao ex-presidente tinham, em média, mais tempo no ar.

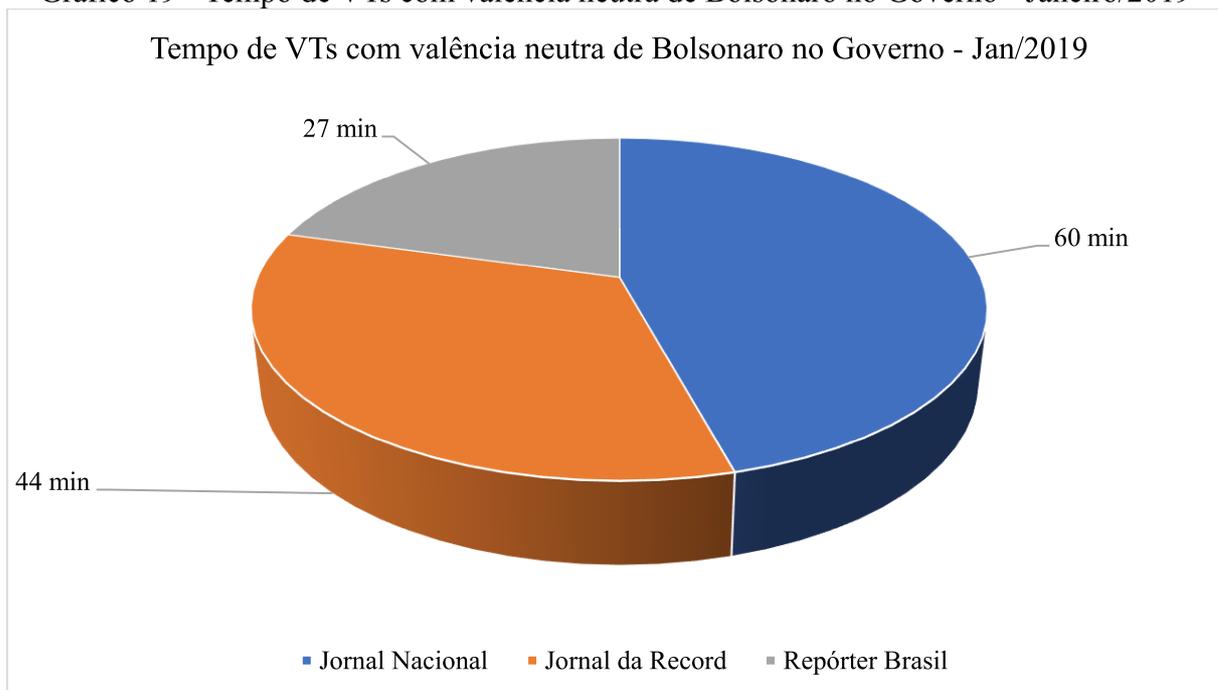
Gráfico 18 - Tempo de VTs com valência negativa de Bolsonaro no governo - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

A valência neutra da cobertura sobre o presidente foi de 60 minutos de JN, 44 minutos de JR e 27 minutos de RB.

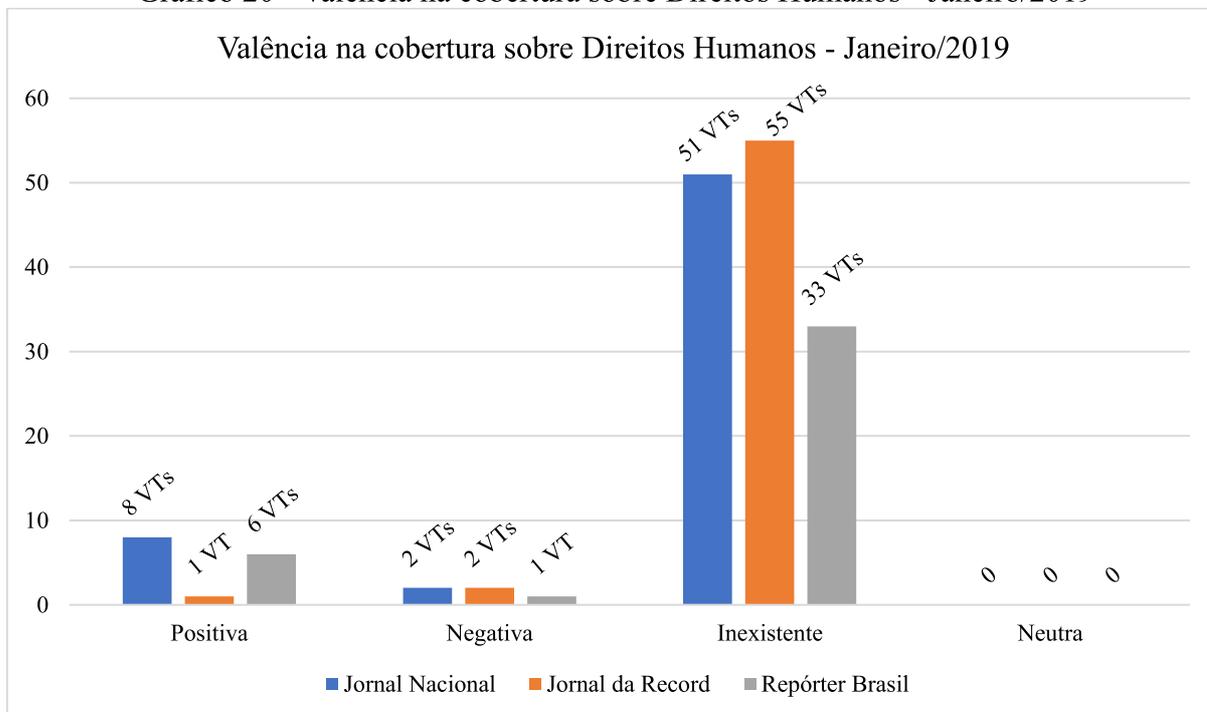
Gráfico 19 - Tempo de VTs com valência neutra de Bolsonaro no Governo - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

No que diz respeito a não menção de Bolsonaro, ou seja, valência inexistente, tem-se respectivamente 8 minutos, 5 minutos e 11 minutos. E, por fim, a cobertura sobre os Direitos Humanos segue esta tendência apresentada nos telejornais.

Gráfico 20 - Valência na cobertura sobre Direitos Humanos - Janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Em praticamente todos os materiais audiovisuais ela foi inexistente. Indicando que, mesmo os assuntos de interesse público guardando relação quase sempre direta com a garantia de direitos ou a negação deles, os telejornais não dão o espaço para traçar de maneira substancial as ações do governo para a garantia dos Direitos Humanos ou construção de uma consciência sobre cada um deles. Jornal Nacional e Repórter Brasil foram os dois que trataram do tema majoritariamente como positivos. Tendências que se mantêm no mês de fevereiro como trata a próxima sessão.

## **7 RELAÇÕES ENTRE PODERES, PRIMEIRAS CRISES, CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE JAIR BOLSONARO - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA COBERTURA DOS TELEJORNALIS EM FEVEREIRO DE 2019**

Assim como realizado no capítulo anterior, a seleção dos audiovisuais exibidos nos Jornais Nacional e da Record e Repórter Brasil e, posterior, a análise de tudo aquilo que eles comunicam se deu em função da relevância dos temas ligados ao Governo Federal, à mídia e a Jair Bolsonaro. Como determina a metodologia escolhida, a Análise da Materialidade Audiovisual (Coutinho, 2016) foi feita uma leitura primeira, flutuante, genérica ao longo do acervo audiovisual selecionado dos repositórios digitais das emissoras e arquivados. Esta primeira leitura, é importante reforçar, embora mais ampla não significa uma leitura displicente. Muito pelo contrário. É ela que permite ser afetado, desvendar as primeiras impressões da submissão ao todo informacional que compreende cada experiência audiovisual e, a partir daí, elaborar, com base nas questões de pesquisa, um caminho para observação pormenorizada.

As etapas envolvem desde o conhecimento das emoldurações daquilo que se busca analisar passando pela compreensão das promessas ou modos de endereçamento, suas formas de anúncio reconhecidas nos mais diferentes espaços de divulgação e apresentação (chamadas, vinhetas, sua posição na grade de programação ou textos de postagens de conteúdos audiovisuais no ambiente web), pelo mapeamento preliminar do objeto ou materialidade audiovisual a analisar até o estabelecimento dos eixos e categorias de avaliação, realizado em diálogo com o referencial teórico e com as questões motivadoras de cada investigação. (Coutinho; Falcão; Martins, 2019, p.9)

A ideia é a de permitir uma visualização do todo no seu contexto, enquanto partes de uma unidade que é o telejornal. Retomar o percurso metodológico reforça a atenção necessária para efetivar a seleção das reportagens, vivos e notas que, no presente trabalho, foi feita com base nos critérios de: relevância dos temas e assuntos abordados, repercussão social dos assuntos e potencial de mobilização tanto da sociedade quanto da classe política. Assim, faz-se necessário destacar os assuntos que ganharam maior destaque e relevância nos telejornais em fevereiro de 2019 para buscar desvendar os papéis que os telejornais atribuíram a si mesmos diante da cobertura.

Os critérios de noticiabilidade observados e, portanto, determinantes para a escolha dos materiais audiovisuais estão voltados para a saúde do ex-presidente, Jair Bolsonaro, e o seu processo de internação para retirada da bolsa de colostomia, a reforma da Previdência e todas

as suas etapas desde os ajustes no texto, as indecisões, acordos políticos até a efetiva entrega do documento ao Congresso, a polêmica envolvendo o então ministro Gustavo Bebianno e o filho do presidente, Carlos Bolsonaro em trocas de acusações públicas sobre conversas privadas em função de candidaturas laranja do PSL, à época partido do então presidente Bolsonaro. Outros dois assuntos que movimentaram o noticiário nobre das emissoras foi a elaboração do pacote anticrime, encabeçado pelo então ministro Sérgio Moro e, por fim, as polêmicas envolvendo o Ministro da Educação, a primeira sobre o comportamento de brasileiras e brasileiros ao viajarem para o exterior do Brasil e a segunda envolvendo uma ordem para gravar vídeos de estudantes cantando o hino nacional e remetê-lo à secretaria de comunicação do governo e ao próprio MEC.

Alguns outros assuntos ligados ao governo também estiveram na pauta, mas não com relevância que justificasse o nível de detalhamento com que serão descritos e analisados os audiovisuais na sequência.

#### 7.1 FICHA TÉCNICA E INDICAÇÃO DE TEMÁTICAS ABORDADAS

A parte inicial da ficha de análise orienta a presente pesquisa para o diagnóstico da estrutura dos audiovisuais que, por meio da sua construção e execução, sustentam e organizam as informações na sequência de importância e prioridade que os veículos de comunicação entendem como sendo adequados aos interesses públicos e, também, seus próprios interesses. Nelson Traquina (2004) alerta para polos de interesse no jornalismo que prescindem de um tratamento e uma observação atenta ao lidar com a notícia. O risco de uma cobertura que atenda aos interesses das audiências em detrimento da informação que, de fato, o público deve saber é grande se o que pesa na balança é o interesse comercial. Na perspectiva do autor, a presença em maior ou menor quantidade dos critérios de morte, notoriedade, proximidade, relevância, tempo, novidade, notabilidade e conflito podem ajudar a definir o afastamento ou a proximidade do interesse público.

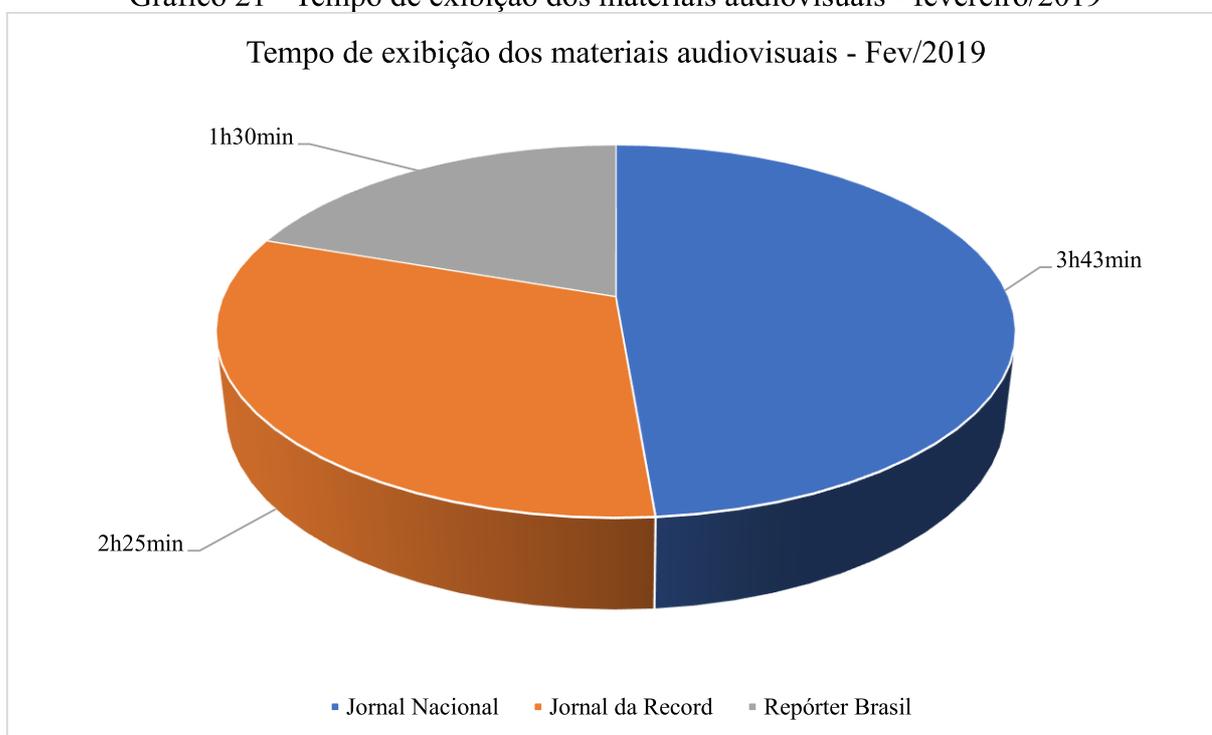
Mas não apenas dele, como também do interesse político, do interesse pelo monopólio da fala, pelo poder. Formatos, linguagens adotadas, processos de apuração, seleção de fontes e edições são recursos empregados para servir tanto à transmissão de conteúdo relevante quanto entretenimento, por exemplo.

São os mídias que, operando sobre os acontecimentos, os transformam em notícia. Os acontecimentos midiáticos não são, portanto, espontâneos ou inusitados, mas sim, na maioria das vezes, cuidadosamente planejados e preparados. Até porque a mídia necessita de operar com um certo controle

sobre o aleatório, razão pela qual ela toma posse dos acontecimentos e os organiza para poder utilizá-los no seu esquema produtivo. (Emerim; Cavenaghi, 2012, p.4)

Dessa forma, a identificação da materialidade dos audiovisuais é tão fundamental. E sob este olhar, foram avaliados nesta sessão 174 materiais audiovisuais destacados dos repositórios das três emissoras. Ao todo, os audiovisuais somam cerca de 7 horas e 40 minutos sendo destas 3 horas e 43 minutos de responsabilidade do Jornal Nacional, 2 horas e 25 minutos do Jornal da Record e o Repórter Brasil que totalizou 1 hora e 30 minutos de reportagens, notas e entradas ao vivo no telejornal.

Gráfico 21 - Tempo de exibição dos materiais audiovisuais - fevereiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

De maneira geral, os tempos de cada uma das emissoras estão bem próximos do apresentado em janeiro de 2019 sendo o Jornal Nacional o que dedicou maior tempo de cobertura aos assuntos relacionados ao governo e a Jair Bolsonaro seguido do Jornal da Record e Repórter Brasil. Seguiu estável também a predominância do uso de reportagens editadas tanto na Rede Globo quanto na Rede Record. Já a TV Brasil trouxe o recurso das entradas ao vivo para a sua cobertura. Tal escolha pode indicar três cenários. O primeiro é o de uma experiência mais imediata aos públicos que retomam à perspectiva radiofônica do estar presente na hora do fato e da experiência televisiva anterior ao videotape. Pode também fazer referência ao espaço de

credibilidade que a cobertura ao vivo suscita como propõem Cárilda Emerim e Beatriz Cavenaghi,

o formato do telejornal mais canônico, tradicional, é o que ainda permite aos telespectadores reconhecer o espaço mais definido de apresentação de notícias sobre o mundo, sobre as coisas do mundo, sobre os homens. E, na esteira desta espécie de identificação, está a cobertura ao vivo em telejornalismo que, seguindo premissas deste telejornalismo mais tradicional, configura-se como um espaço de reconhecimento de exibição dos fatos e acontecimentos, construindo efeitos de realidade e identificação de forma potencializada. (Emerim; Cavenaghi, 2012, p.12)

A terceira possibilidade expressa pela predominância do “ao vivo” pode ainda dar pistas de uma estrutura mais enxuta de repórteres, editores e profissionais envolvidos na confecção do noticiário que afeta não apenas a TV Pública, mas as redações de um modo geral como afirmou o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Paulo Zocchi, em entrevista durante a divulgação de um estudo feito pela Fundacentro e pela Fenaj, com apoio do Ministério Público do Trabalho. A pesquisa observou o ambiente de trabalho e a saúde mental de jornalistas na contemporaneidade, principalmente depois da reforma trabalhista (Lei nº 13.467/17) e da pandemia de Covid-19. Zocchi estabelece que, na última década, observa-se

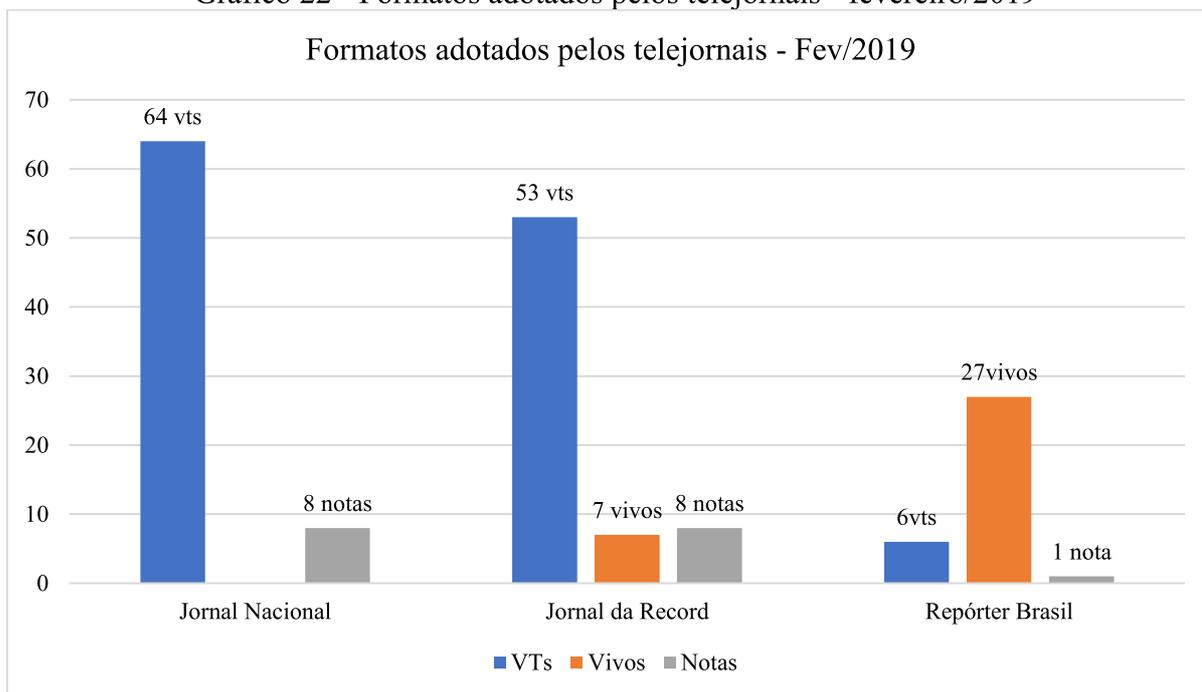
redução sistemática e gradativa do número de jornalistas contratados com registros em carteira”. O profissional é tratado como se fosse uma empresa prestadora de serviço ao ser contratado como PJ (pessoa jurídica). Por outro lado, existe uma crise das empresas diante das plataformas digitais que se apropriam gratuitamente do trabalho jornalístico. O acúmulo de funções e a redução de equipes completam o cenário. (Fundacentro, 2024)

A razão do adoecimento profissional foco da pesquisa, é em grande medida resultado da redução das redações e da estrutura. No caso da TV Brasil, registrou-se durante o governo Bolsonaro, a mais longa greve de funcionários EBC<sup>71</sup> desde 2013. As denúncias eram de retirada de direitos de trabalhadoras, privatização da empresa pública, além de um processo de desmonte e escalada autoritária. Diante do exposto, apresenta-se o panorama quantitativo de reportagens e das escolhas feitas por cada um dos telejornais. A Rede Globo novamente é a que teve o maior número de materiais audiovisuais, seguida da Rede Record e da TV Brasil como mostra a tabela.

---

<sup>71</sup> Greve na EBC é a mais longa em dias desde 2013. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/greve-na-ebc-e-a-mais-longa-em-dias-desde-2013/> Acesso em:01/07/24

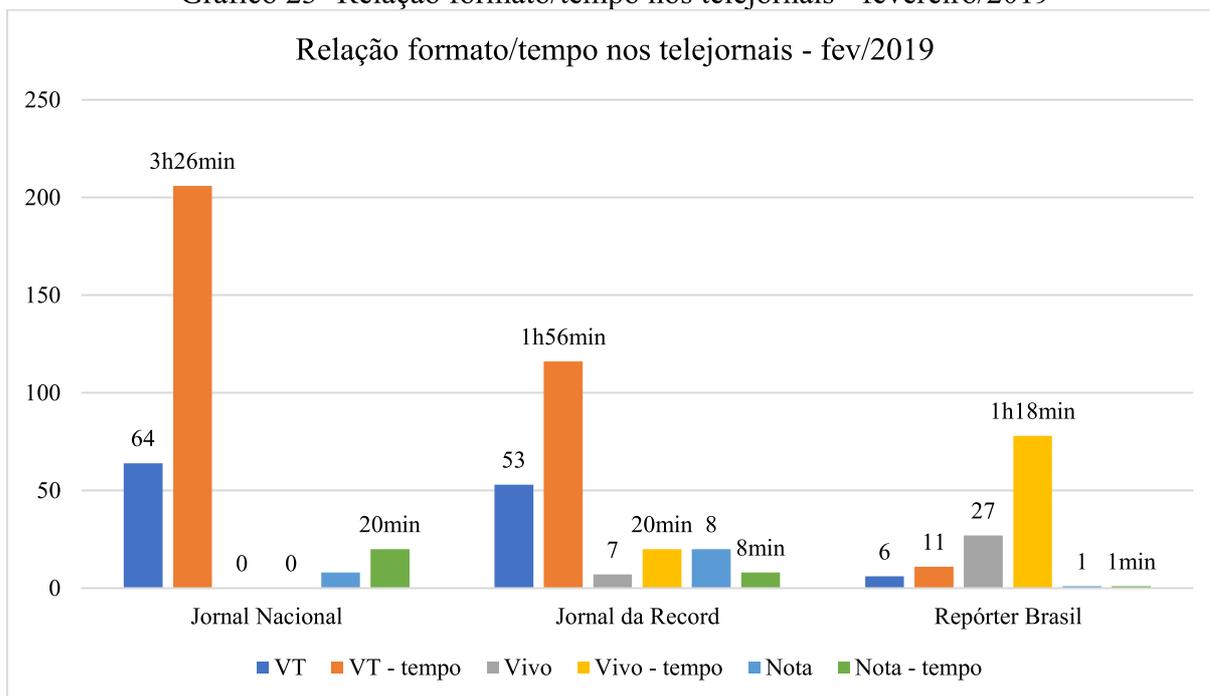
Gráfico 22 - Formatos adotados pelos telejornais - fevereiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O quantitativo, entretanto, não corresponde exatamente a mesma proporção quando analisado o tempo das emissoras dedicado ao formato, como é possível observar no próximo gráfico. Nele, nota-se que o Jornal Nacional teve 3h e 43 minutos para 72 materiais audiovisuais. Foi uma média de 3,09 minutos por material audiovisual. O Jornal da Record por sua vez, apresentou média de 2,13 minutos por material audiovisual. Foram 68 VTs, vivos e notas distribuídos em 2h e 25 minutos. Já o Repórter Brasil apresentou o seu conteúdo distribuído em 1h e 30 minutos 2,64 minutos por material audiovisual. Tomando o formato com maior volume de produção em cada emissora as médias seguem a seguinte ordem: 3,21 minutos por VT da Rede Globo, 2,88 minutos por Vivo/VT do Repórter Brasil e 2,18 minutos por VT da Rede Record.

Gráfico 23- Relação formato/tempo nos telejornais - fevereiro/2019



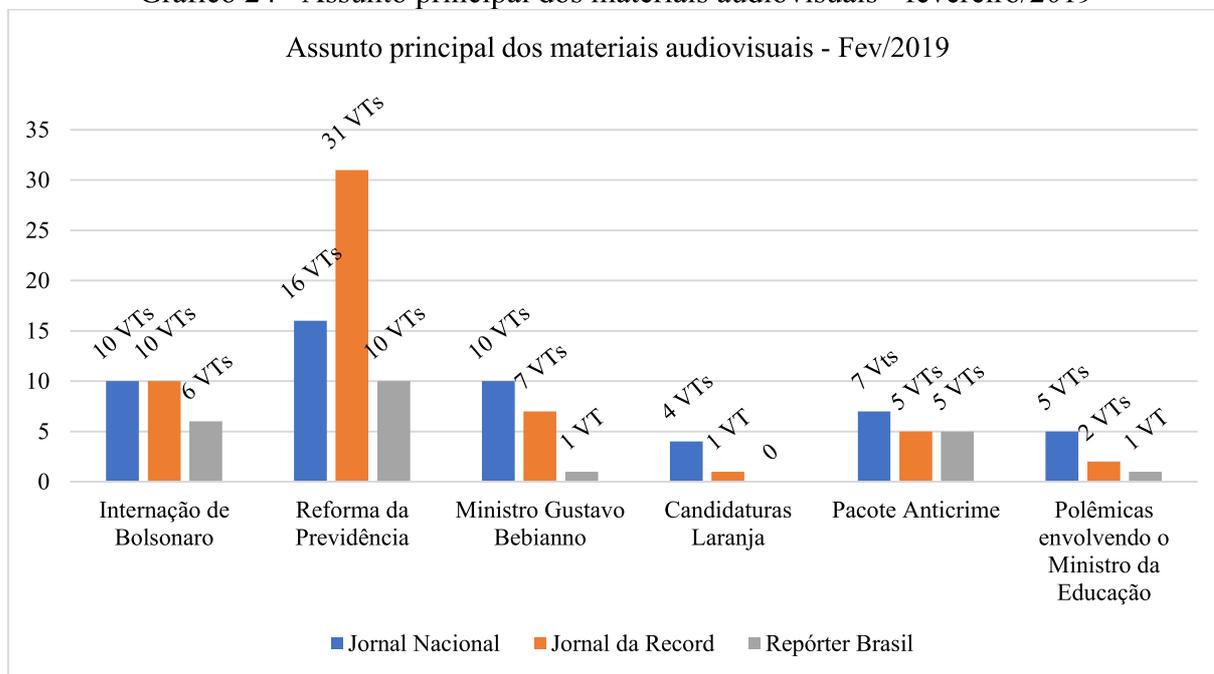
Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O que se pode observar é que, embora o quantitativo de VTs possa estar próximo entre emissoras como é o caso de Globo e Record, o tempo dedicado a cada tipo de material apresenta diferenças sensíveis. Os VTs do Jornal Nacional foram geralmente mais extensos que os exibidos no Jornal da Record, trouxeram mais fontes e um nível de detalhamento maior de informações. O Repórter Brasil revelou uma situação distinta. Por fazer o uso preferencial das entradas ao vivo seguidas de entrevistas soltas ou reportagens mais curtas, tornou-se forçoso frisar que o quantitativo de entrevistas, fontes e até mesmo imagens produzidas foi menor em detrimento das informações concentradas na “boca do repórter”.

Reconhecendo que a produção, execução e edição de VTs com entrevistas e imagens demanda mais tempo, estrutura e profissionais envolvidos é possível apontar que o telejornal da Rede Globo foi o que emprega maior estrutura profissional e logística para a realização da cobertura do governo e suas temáticas, seguido de Record e TV Brasil. Não por acaso as duas primeiras são emissoras privadas e a terceira é uma emissora pública que, conforme já descrito e analisado nesse trabalho, é vítima constante de ataques e tentativas de sucateamento e, conseqüentemente, um número menor de profissionais e uma estrutura física e logística reduzidas para realizar a cobertura. Apesar das diferenças estruturais e de mão de obra, as temáticas eleitas para se tornarem pauta, nos três telejornais, seguem semelhantes. Guardadas as diferenças editoriais, os assuntos da cobertura foram praticamente os mesmos. O gráfico a seguir detalha o

quantitativo de materiais audiovisuais que cada emissora dedicou aos assuntos principais ao longo do mês de fevereiro de 2019.

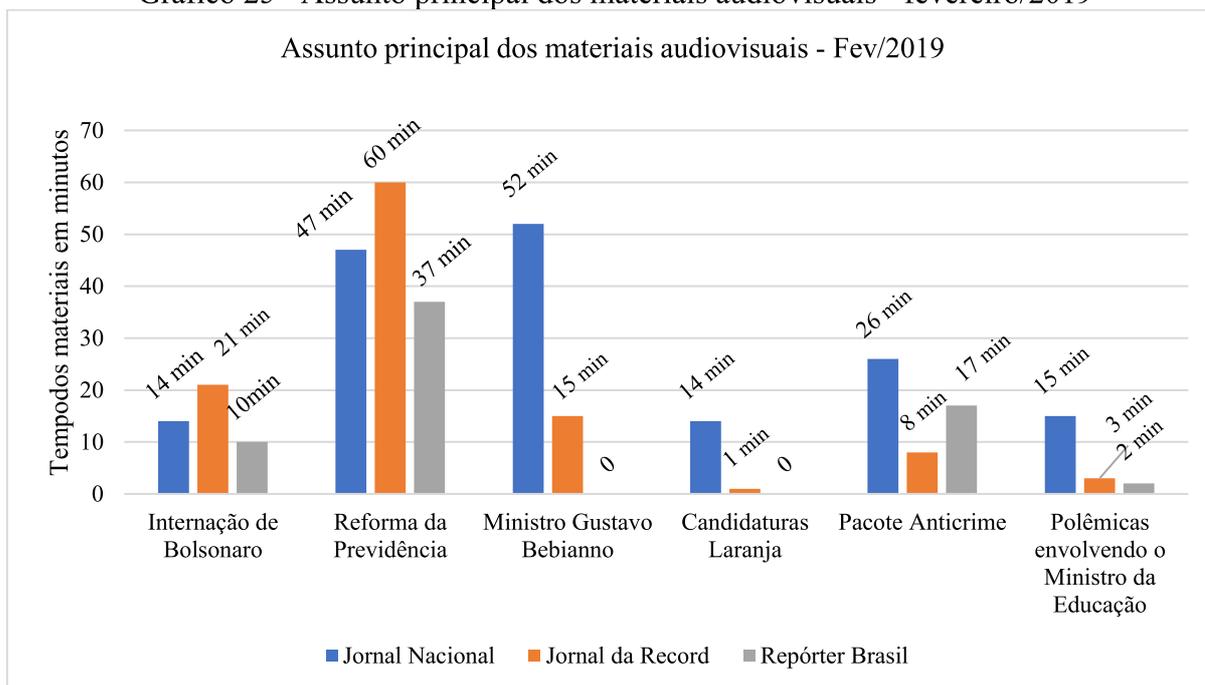
Gráfico 24 - Assunto principal dos materiais audiovisuais - fevereiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Observado apenas o quantitativo de materiais audiovisuais, a tendência primeira é a de afirmar que a Rede Record fez uma cobertura bem mais expressiva da Reforma da Previdência que as demais emissoras enquanto nos demais assuntos as coberturas se mantiveram equilibradas. O que não corresponde à realidade. A cobertura da Rede Globo foi bastante expressiva para a reforma da Previdência e para o caso da demissão do Ministro Gustavo Bebianno. Desse modo, é fundamental, no caso do mês de fevereiro, apresentar os assuntos principais abordados na cobertura a partir também do tempo dedicado a cada um dos materiais. A aproximação das coberturas, principalmente no que diz respeito à pauta econômica, é registrada com mais precisão.

Gráfico 25 - Assunto principal dos materiais audiovisuais - fevereiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Pelo gráfico é possível depreender que a pauta econômica mobiliza em forte medida o Jornal Nacional. Foram 47 minutos dedicados a esmiuçar o conteúdo da reforma sob o ponto de vista quase que exclusivo de economistas e do governo como será demonstrado adiante. A inclinação e a afinidade da Rede Globo com as pautas econômicas estão diretamente ligadas aos seus interesses financeiros. Ela se utiliza do agendamento, tratando o seu jornalismo como um lugar de referência social compartilhada, para pautar discussões convenientes numa perspectiva vantajosa para si. Suas escolhas editoriais tendem a orientar os públicos para o entendimento que a emissora faz da pauta econômica e atrair para perto de si audiências que contribuem para seus interesses e valores.

Então, como a emissora fez para conquistar a audiência de maior poder aquisitivo? A resposta é simples: fazendo programas e dando notícia sob a ótica dessas classes. De uma forma geral – e aqui o mercado mostra a sua face perversa – a programação da emissora é focada nas classes média e alta. Vale salientar que a classe média é bastante importante para a emissora, uma vez que, no Brasil, a classe A é bastante achatada. (Moreira, 2007, p.25)

Isso não significa dizer que a Rede Record se importa menos com faturamento e defende pautas econômicas baseadas nos seus interesses. Tanto que o tempo da Rede Record permaneceu superior nesse aspecto. A diferença observada se manifestou apenas no quantitativo de materiais que recuou. Já em relação à polêmica envolvendo a briga entre Jair Bolsonaro, Carlos Bolsonaro

e Gustavo Bebianno a observação foi de que a movimentação política e os estranhamentos que poderiam macular a imagem do governo foram importantes para a cobertura do Jornal Nacional. O Repórter Brasil acompanhou, com uma cobertura mais modesta, as temáticas dos outros dois telejornais, atentando-se para o fato de não haver, nos repositórios da emissora, cobertura acerca de Gustavo Bebianno e das candidatura laranja. Registro que apontou para o início da tentativa de aparelhamento<sup>72</sup> da TV Pública no governo Jair Bolsonaro.

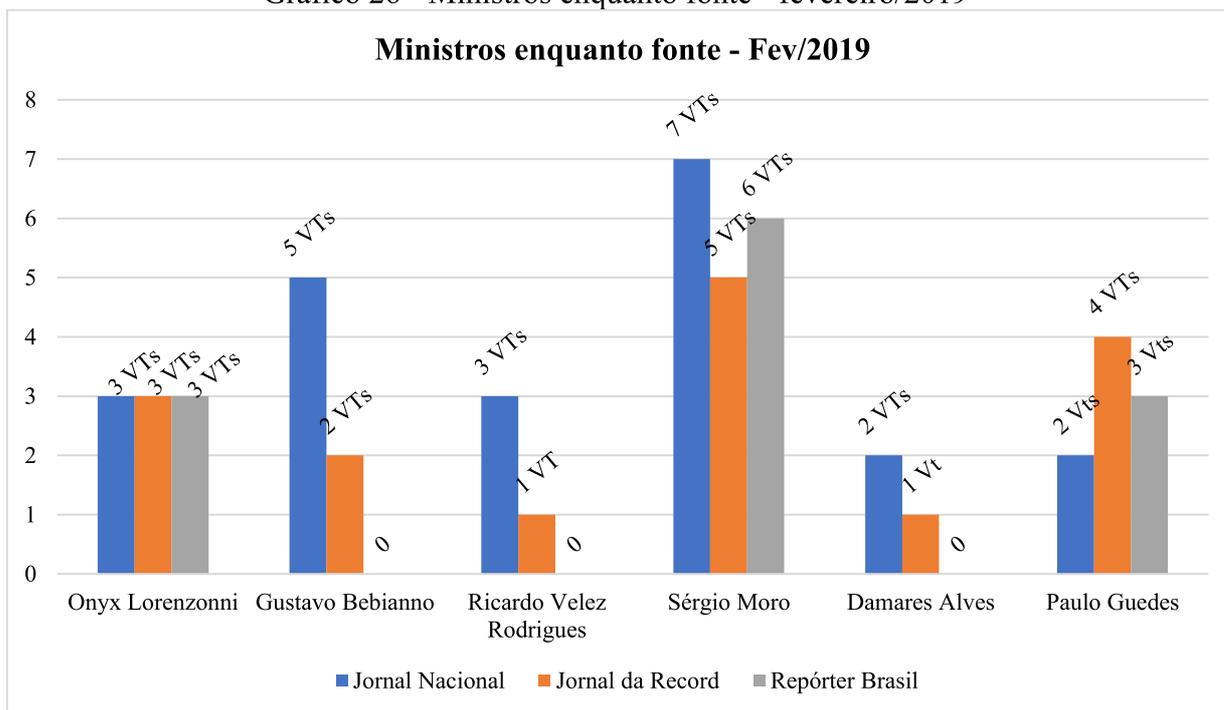
Seguindo a ordem de expressividade dos assuntos abordados a partir do quantitativo de materiais audiovisuais, será detalhada a seguir a descrição e a análise, por telejornal, do conjunto dos materiais audiovisuais que compõem a amostra começando pelos desdobramentos da internação de Jair Bolsonaro para a retirada da bolsa de colostomia. O objeto foi utilizado pelo então presidente em função de cirurgias realizadas para melhora de questões intestinais decorrentes, segundo os telejornais, da facada que Bolsonaro levou, em Juiz de Fora, no ano anterior.

Já em relação aos ministros mais entrevistados enquanto fonte nas coberturas, a relação com a temática da pauta foi bastante relevante. Quem mais se destacou foi o Ministro da Justiça, Sérgio Moro, principalmente na cobertura feita pelo Jornal Nacional.

---

<sup>72</sup> Não há limites para o aparelhamento verde-oliva na EBC Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/14/artigo-or-o-aparelhamento-verde-oliva-seguira-impune-na-ebc> Acesso em: 01/07/24

Gráfico 26 - Ministros enquanto fonte - fevereiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O gráfico demonstra, por meio do quantitativo de materiais audiovisuais em que os ministros aparecem como fonte, qual o peso que cada pasta imprimiu na cobertura no sentido da representatividade que as emissoras atribuíram a cada um dos ministros a ponto de inserí-los diretamente em suas reportagens. Obviamente Paulo Guedes esteve em maior evidência nas construções sobre a reforma da Previdência, Onyx Lorenzoni na articulação da Casa Civil, Velez Rodriguez e Damares envolvidos em suas manifestações de opinião públicas e não tanto pelas pastas que representavam, Gustavo Bebianno pela desavença com Carlos Bolsonaro e o pai. Indiscutivelmente, Sérgio Moro, esteve um número expressivo de vezes no telejornal da Rede Globo.

## 7.2 SAÚDE/INTERNAÇÃO DE JAIR BOLSONARO

A retirada da bolsa de colostomia do presidente Jair Bolsonaro se deu em uma cirurgia no dia 28 de janeiro de 2019. O procedimento realizado no hospital paulista Albert Einstein durou sete horas<sup>73</sup>, o dobro do previsto embora as informações fossem de que, ao fim do procedimento, o

<sup>73</sup> Cirurgia de Bolsonaro para retirada da bolsa de colostomia é finalizada com êxito após 7h Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/28/politica/1548698378\\_722896.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/28/politica/1548698378_722896.html) Acesso em: 30/06/24

quadro clínico do então presidente era estável e ele encontrava-se consciente. O factual, uma vez que a cirurgia era a do presidente do Brasil, encabeçou a cobertura sobre governo em todos os telejornais analisados por duas semanas. Desde a chegada até a alta de Jair Bolsonaro, as equipes de imprensa estiveram na frente do hospital registrando a cada boletim médico a evolução do quadro clínico de Bolsonaro. Nas imagens utilizadas para a cobertura dos VTs, foi possível verificar a movimentação de jornalistas que só terminou no dia 13 de fevereiro. Dessa forma, os noticiários de Globo, Record e TV Brasil durante o mês em questão dedicaram 46 minutos do seu horário nobre para os desdobramentos da saúde do presidente.

No dia 01, o Jornal Nacional anunciou o retorno das atividades de Bolsonaro que havia voltado a despachar de um “gabinete informal” no hospital. A reportagem começa narrando, a partir de uma foto de reunião por videoconferência, que o presidente conversou com o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, sobre ações de governo para o estado do Ceará que atravessou um período de ataques criminosos (foram 216 registros<sup>74</sup> em janeiro de 2019) e a Venezuela que depois da eleição de Nicolás Maduro passou a enfrentar uma onda de resistência e crise política<sup>75</sup> que levou, no final de fevereiro, a autodeclaração de Juan Guaidó como presidente do país. Depois, informou que Bolsonaro passou o dia acompanhado de esposa do filho Carlos. Houve uma ressalva quanto às visitas ainda restritas e o repórter César Menezes detalhou em sua passagem previsão de alta para dali dez dias a depender do resultado de exames e da resposta do organismo depois da reintrodução alimentar.

Houve, nesse dia, a entrada de pessoas no quarto do presidente cantando e acolhendo Jair Bolsonaro. Esta é uma prática comum em muitos hospitais pelo Brasil, inclusive como parte do trabalho de grupos voluntários e de arte circense. Esta cena, foi utilizada nas reportagens do Jornal da Record e do Repórter Brasil, como será demonstrado mais à frente, mas a Rede Globo não utilizou o sobe som da música evidenciando uma escolha mais sóbria e menos humanizada de tratar o assunto.

Entre as fontes, o Jornal Nacional se ateve majoritariamente ao que diziam os boletins médicos, geralmente ilustrados com arte gráfica dada a monotonia da não entrevista e da necessidade de cobertura por imagens de um volume considerável de informação.

---

<sup>74</sup> Veja a cronologia dos ataques no Ceará Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/01/07/veja-a-cronologia-dos-ataques-no-ceara.ghtml>  
Acesso em: 30/06/24

<sup>75</sup> Crise na Venezuela: O que se sabe sobre a decisão de Maduro de fechar fronteira com o Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47325681> Acesso em: 30/06/24

No telejornalismo o grafismo televisual pode ser utilizado, principalmente, quando não é possível capturar pela lente da câmera imagens de acontecimentos para acompanhar o texto da narrativa telejornalística. Nestas situações, costuma ser necessário recorrer a elementos visuais diferenciados e à produção de imagens que podem ser geradas a partir de computação gráfica, fotografias, entre outros recursos visuais como gráficos, mapas, infografias e etc. (...) Na TV a informação precisa ser mostrada, tudo é visual; a imagem tem uma aproximação com “o real” mostrado, visto e apresentado. Essa necessidade é diretamente relacionada aos usos dessas práticas e estratégias gráficas televisuais e também para apresentar o conteúdo da forma mais atrativa, criar identidade, atrair a atenção da audiência e, possivelmente, constituir-se como um potencial informativo. A cultura jornalística como um todo se utiliza das imagens e principalmente as imagens produzidas por computador com grande relevância em suas produções. (Fontes, 2016, p.12)

Além dos boletins, ao longo da cobertura, Otávio do Rêgo Barros, porta-voz da presidência se tornou uma figura frequente nos materiais audiovisuais da cobertura do JN.

O telejornal, no dia seguinte, ao tratar da internação de Bolsonaro, atribuiu um peso ao fato de ele desrespeitar as orientações médicas. Antes mesmo da reportagem ter início, no enunciado do VT (conhecido, no vocabulário jornalístico, como cabeça), a apresentadora Renata Vasconcelos atribui valor negativo à conduta do presidente e, com uma entonação mais forte na palavra apesar, afirmou que o presidente “assistiu parte da votação para presidência do Senado da recomendação de repouso de médicos que o acompanham”. A reafirmação da desobediência e da teimosia de Jair Bolsonaro segue para a reportagem, iniciada com imagens da fachada do hospital e com a narração do repórter num tom irônico "era pra ser um dia de repouso". O audiovisual assumiu uma narração em tom mais informativo quando foram dadas as informações médicas da colocação da sonda para drenar o excesso de suco gástrico, a inexistência de dores e febre.

No dia 04 de fevereiro, a cobertura foi enxuta e se limitou a informar o que trouxe o boletim médico. Bolsonaro começou a tomar antibióticos e, portanto, a alta do presidente foi adiada. O anúncio foi de pelo menos mais sete dias de internação. Para esta notícia, o telejornal não utilizou imagens do presidente. Em comparação com as coberturas dos demais telejornais analisados, ele foi econômico no uso das sonoridades de Otávio do Rego Barros e optou por dar destaque ao Boletim Médico. O documento dizia que Bolsonaro voltou a receber cuidados de terapia semi-intensiva, fez novos exames que apontaram acúmulo de líquido na região da colostomia, foi submetido a punção, teve febre e alteração de exames laboratoriais.

Novamente, o boletim médico e Otávio do Rego Barros atualizaram as condições de saúde do presidente já no quinto dia do mês de fevereiro. Os antibióticos fizeram efeito e Bolsonaro

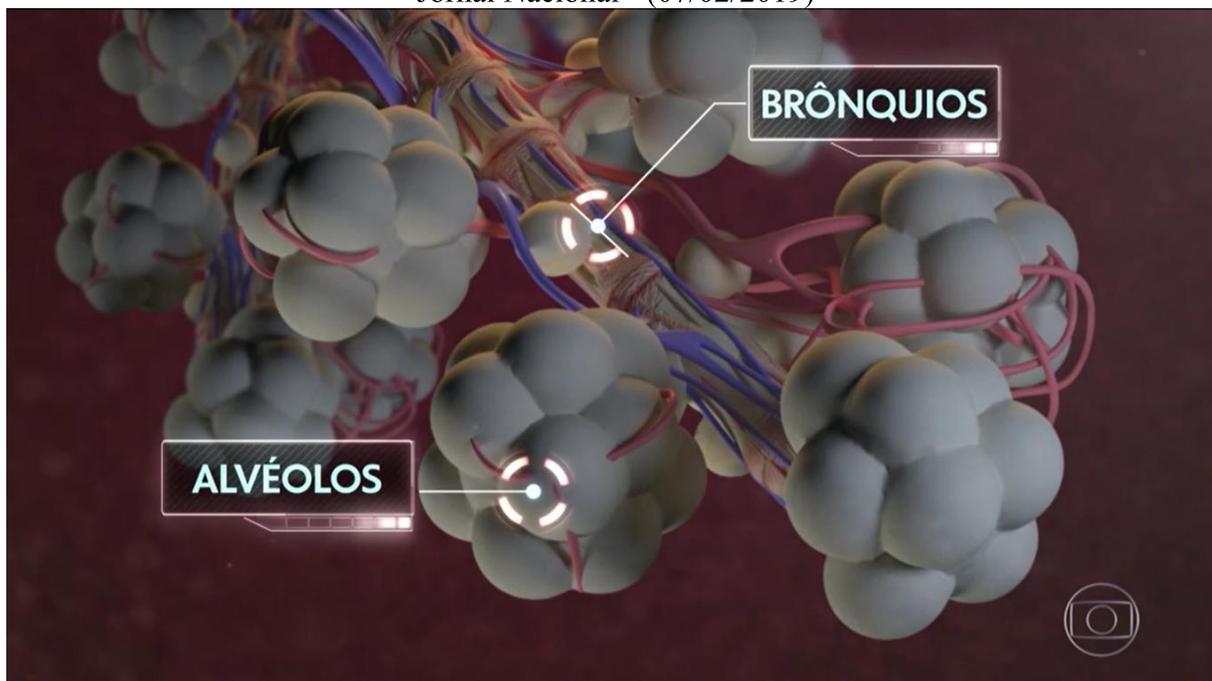
permaneceu na terapia semi-intensiva com visitas restritas, teve redução de líquido no abdômen, não apresentou dor ou febre e médicos determinam manutenção de repouso.

O retorno das caminhadas, ainda curtas, de Bolsonaro foi noticiado por César Menezes, no dia 06 de fevereiro. Na data, o filho Carlos Bolsonaro compartilhou uma foto do momento no perfil das redes sociais do presidente. Entretanto, o Jornal Nacional não utilizou a imagem, o repórter fez o uso da passagem para dar esta informação reduzindo a exposição e ampliação de um protagonismo do então presidente. A reportagem se ateuve ao que disse o boletim médico e a informação dada por Rego Barros sobre uma conversa de Bolsonaro com o ministro Santos Cruz sobre assuntos pessoais.

Importante assinalar que a disputa por poder foi traço comum na cobertura de toda a primeira semana em que Bolsonaro esteve no Albert Einstein. Foi possível perceber o relevo dado pelo Jornal Nacional nos aspectos que imprimiram características indesejadas no presidente e no não uso de situações que poderiam humanizar ou ter trazido a construção da imagem positiva de Bolsonaro a partir da fragilidade na saúde. A edição do telejornal tentou impor o seu poder de mobilização e construção imagética na atribuição de valores à conduta de Bolsonaro, uma vez que o fato de ser o presidente da república investido dos poderes que o cargo lhe conferia já determinar a cobertura diária da sua internação.

Nesse aspecto, o dia 07 foi um ponto de atenção na cobertura do telejornal da Rede Globo. Uma tomografia mostrou que Bolsonaro desenvolveu pneumonia. A reportagem, para além das informações expressas no boletim médico, trouxe um panorama de detalhamento da situação que imprimiu um caráter pedagógico interessante. A construção textual elegeu os sintomas que levaram ao diagnóstico para, em seguida, explicar com arte gráfica o que aconteceu no pulmão esquerdo de Bolsonaro: o primeiro sinal foi febre; o pulmão esquerdo foi afetado; a pneumonia atacou os brônquios e alvéolos responsáveis por absorver oxigênio.

Figura 50- Arte ilustrativa pulmões de Jair Bolsonaro VT sobre internação do ex-presidente -  
Jornal Nacional - (07/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Nos demais dias de cobertura (08, 09, 10, 11, 12 e 13), a narrativa foi a de melhora progressiva do presidente. As reportagens se apoiaram basicamente em ter o boletim médico e o porta-voz da presidência como fontes constantes, exploraram pouco as fotos e vídeos divulgadas pela assessoria e pelo filho do presidente e exerceram, sempre que houve possibilidade, a disputa narrativa no sentido de não espetacularizar o tratamento do presidente. Uma das poucas imagens de Jair Bolsonaro internado da qual a emissora fez uso foi a que o presidente se alimentava de uma sobremesa no dia 08 de fevereiro.

Figura 51- Bolsonaro comendo sobremesa VT sobre internação do ex-presidente - Jornal Nacional - (08/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A progressão da dieta foi um traço marcante na cobertura em função de ser a variação mais acentuada na rotina diante da estabilidade de outras questões ligadas ao factual.

Faz-se necessário pontuar a menção, no dia 08, do destaque dado à visita de Tarcísio de Freitas, então ministro da infraestrutura e do subchefe de assuntos jurídicos, Jorge Oliveira. E do anúncio, no dia 09, feito por Jair Bolsonaro de que ampliaria a validade da Carteira Nacional de Habilitação. O título da reportagem, inclusive, privilegiou a CNH à internação de Bolsonaro. A narrativa, pela primeira vez ao longo do período, valeu-se de uma publicação do próprio presidente para trazer uma nova informação à cobertura que foi o anúncio do General João Carlos de Jesus Correia como presidente do Inbra. No dia 11, Bolsonaro recebeu o, na ocasião, governador de São Paulo, João Dória, além de Sérgio Moro, Ministro da Justiça, do General Fernando Azevedo e Silva, Ministro da Defesa, e do Ministro do GSI, General Heleno.

Outra constatação interessante foi a de que os VTs da Rede Globo sobre a cobertura da internação começam sempre com as imagens do hospital Sírio Libanês. Isso diz muito sobre tentar não deixar muito explícito o critério mais relevante e que justifica a cobertura: quem! Diferentemente da Rede Record, como será exposto adiante, que fez uso exacerbado dos vídeos de Bolsonaro nas redes sociais para iniciar as reportagens. Essa foi uma estratégia para

“camuflar” ou tirar o protagonismo de Bolsonaro. Uma disputa que já vinha sendo travada desde antes de Bolsonaro assumir a presidência.

Quando Jair Bolsonaro teve alta do hospital foi observada uma construção diferente de narrativa do Jornal Nacional em dois tempos: uma parte em São Paulo e outra em Brasília. A reportagem detalha toda a narrativa da internação retomando cada passo e conduziu o fim desse período de pausa para tratamento de saúde na direção de pauta importante: a reforma da Previdência. O VT funcionou quase como uma celebração, um rito de passagem que festejou o fim da internação para que o presidente voltasse a trabalhar para modificar uma estrutura com forte apelo social e grande pressão das elites brasileiras. É um espaço de busca por vinculação por meio da comunicação, adesão dos públicos à agenda econômica que pauta em grande medida o telejornalismo do Jornal Nacional. Adotou-se aqui o entendimento do rito como estratégia de vinculação descrito por Malena Contrera.

Considerando que os vínculos comunicativos alimentam-se do universo simbólico e mítico partilhado, bem como das linguagens e de suas codificações, cabe ao ritual ser o ato de alimentar-se, o acontecimento da refeição partilhada desses alimentos. O ritual confirma, reatualiza e reforça o caráter social e partilhado dos códigos culturais. Por isso as práticas rituais são tão fundamentais nas relações comunicativas, em especial nos momentos de estranhamento e transição, momentos nos quais os vínculos precisam ser criados e/ou reforçados ou o grupo estará sob ameaça. (Contrera, 2005, p.117)

A Rede Record utiliza o trabalho dessa valorização simbólica para mobilizar os públicos e criar vínculos com eles em outro direção. A cobertura da internação de Bolsonaro revelou este percurso. Já no primeiro material audiovisual sobre a internação de Bolsonaro no mês de fevereiro, o início da narrativa se deu pela visita da dupla de voluntários que cantou para divertir o presidente.

Figura 52- Visita de voluntários à Bolsonaro VT sobre internação do ex-presidente - Jornal da Record - (01/02/2019)



Fonte: Playplus.com

Foi uma música sertaneja. A narração do repórter valorizou a iniciativa “A rotina no hospital começou descontraída. A visita dos voluntários foi surpresa. O presidente ouviu a apresentação sentado na cama. A dupla faz parte de um grupo de voluntários que busca melhorar a condição de pacientes por meio da música.” Só após este início humanizado foi que as informações da saúde do presidente, ancoradas no que documentou o boletim médico, começaram a fazer parte da narrativa. Assim como no Jornal Nacional, o Jornal da Record produziu uma arte gráfica para explicar o quadro clínico de saúde. Abordou-se a conversa por vídeo conferência com o Ministro Augusto Heleno e a discussão sobre os ataques criminosos no Ceará e crise na Venezuela. O ex-presidente estava estável, fazendo fisioterapia e com retomada dos movimentos do intestino.

No dia 02, quando Jair Bolsonaro foi submetido a procedimento para drenar líquido do estômago a emissora lançou mão de uma entrada ao vivo. O Jornal da Record adota nas reportagens que trataram de Bolsonaro, exibir a imagem do presidente ao fundo do cenário do telejornal reforçando, mais uma vez, o protagonismo que é dispensado a ele no noticiário.

Figura 53- Atualização ao vivo sobre saúde de Bolsonaro VT sobre internação do ex-presidente - Jornal da Record - (02/02/2019)



Fonte: Playpus.com

Interessante observar que o vivo foi coberto com as imagens da internação de Bolsonaro utilizadas nos dias anteriores, numa reciclagem de material que reforçou toda a narrativa da evolução do quadro clínico do ex-presidente. De acordo com Camila Araújo e Silas de Paula (2009) a realidade é forjada a partir das imagens e não o contrário. Ao fazer menção a Alberto Klein e Ana Paula Rosa (2007), os autores chamam a atenção para a sincronização do olhar e consequente naturalização, costume, redução da reflexão crítica sobre aquilo que se vê.

a repetição ou reutilização de imagens na sociedade contemporânea reinscreve o homem em uma “circularidade mágica”, circularidade que coincide com a experiência dos homens das sociedades orais. Assim, é verdadeira a premissa segundo a qual através das imagens o tempo retorna. Como podemos perceber a constante exposição do olhar a uma única figura, de um mesmo ângulo e ponto de vista, acarreta a sincronização pelo olhar. Se as imagens a nós ofertadas passam a influir decisivamente nas imagens pessoais e mentais, temos o que os autores chamam de sincronização do olhar e a consequência dessa sincronização é a atrofia da visibilidade, de “ver conceitualmente”. (Araújo; De Paula, 2009, p.104)

E esta estratégia do uso de imagens do presidente seguiu ao longo dos dias. Em 06 de janeiro, a fotografia que foi exibida durante a reportagem foi a de um homem abatido, com sonda no nariz, roupa de hospital e olhar distante.

Figura 54- Bolsonaro caminha no corredor do Hospital VT sobre internação do ex-presidente  
- Jornal da Record - (06/02/2019)



Fonte: Playplus.com

O título da reportagem no repositório da Rede Record destaca que Bolsonaro voltou a caminhar após terceira cirurgia em São Paulo. O presidente seguia em recuperação e voltou a fazer caminhadas pelo corredor do hospital. A foto foi retirada das redes sociais. O complemento da informação pela locução do audiovisual foi a do uso de um andador e que, no caminho percorrido no corredor do hospital, o presidente parou para descansar por duas vezes.

No dia 07 de fevereiro, novamente a imagem do presidente com roupa de hospital, caminhando e com sonda. Mas, dessa vez, ele fez um sinal de positivo em contrasta com o que a informação do VT trouxe: Bolsonaro voltou a ter febre e foi diagnosticado com pneumonia.

Figura 55- Bolsonaro sinaliza com sinal de positivo VT sobre internação do ex-presidente -  
Jornal da Record - (07/02/2019)



Fonte: Playplus.com

Numa reportagem menos detalhada que a do Jornal Nacional, o Jornal da Record tentou demonstrar otimismo em relação ao presidente. Começar de maneira mais leve a cobertura sobre uma piora no quadro de saúde do presidente, sugerindo que ele estava confiante foi um reforço positivo na sua imagem.

A cobertura avançou e, no dia 11 de fevereiro, as imagens retiradas de redes sociais e, também, divulgadas pela assessoria presidencial mostraram um presidente retomando suas atividades cotidianas ao fazer a barba e gargalhando em conversa com João Dória, à época governador de São Paulo. Neste dia, Jair Bolsonaro deixou o semi-intensivo depois de melhora do quadro.

Figura 56- Bolsonaro se barbeando VT sobre internação do ex-presidente - Jornal da Record - (11/02/2019)



Fonte: Playplus.com

As imagens que abriram o VT super exploraram as fotografias cedidas e retiradas da internet e complementaram a ideia de recuperação, afirmando textualmente que Jair Bolsonaro estava “de cara nova”, que “a rotina mudou e ele ficou mais independente”. Em seguida, tratou da conversa com João Dória sobre a reforma da previdência. Dória, segundo a reportagem, ajudaria a amear apoio junto à bancada paulista no Congresso. Não por acaso, a edição une esta narração à imagem de Bolsonaro sorrindo efusivamente.

Figura 57- Bolsonaro sorri com João Dória VT sobre internação do ex-presidente - Jornal da Record - (11/02/2019)



Fonte: Playplus.com

Além das imagens, as reportagens seguiram de maneira bastante similar às outras emissoras no que diz respeito ao tratamento dispensado pelo hospital ao presidente. O jornal da Record fez o uso do boletim médico e de Otávio do Rêgo Barros como as fontes principais e registram a evolução do quadro, as visitas recebidas e as ações da presidência que Jair Bolsonaro coordenou mesmo estando em um hospital. Assim como a TV Globo, em momentos de explicação dos procedimentos adotados pela equipe médica, o telejornal recorre a animações gráficas suscitando um caráter pedagógico, de detalhamento de processos e explicações sobre o funcionamento do corpo humano e das interferências médicas.

*Figura 58- Ilustração do Dreno VT sobre intubação do ex-presidente - Jornal da Record - (11/02/2019)*



Fonte: Playplus.com

Importante frisar que, a reportagem do dia 06 de fevereiro afirmou na locução da narrativa que “Bolsonaro tem recebido presentes de simpatizantes” numa demonstração de admiração de apoiadores e, mais uma vez, da humanidade do líder do Executivo brasileiro.

Susana Salgado (2012) entende que o trabalho midiático é capaz de interferir sobremaneira na construção das imagens de políticos. As estratégias de campanha precisam dos veículos e dos profissionais de comunicação, jornalistas principalmente, uma vez que os públicos já esperam deles as informações sobre figuras políticas. Por outro lado, personagens públicos entendem a relevância que a mídia tem para transmitir suas mensagens, conferir visibilidade e exposição frequente, além da chancela de veracidade que o jornalismo profissional pressupõe. Assim “mais do que veículos de transmissão da mensagem e palcos onde os acontecimentos se desenrolam, os media agem sobre as mensagens e influenciam as imagens dos políticos” (Salgado, 2012, p. 249)

Mas ao tratar da construção da imagem pública de representantes políticos, principalmente dos poderes legislativo e executivo, as campanhas acabam por se tornar constantes, regulares. Até porque, no Brasil, existe a possibilidade de reeleição e é comum figuras conhecidas circularem em cargos políticos construindo carreiras na vida pública. Os efeitos dessa prática interferem na dinâmica das relações entre imprensa e classe política como aponta a autora.

Alguns efeitos concretos da mediatização no exercício da política podem ser, por exemplo, os seguintes: a preponderância dos media como mediadores entre os políticos e os cidadãos, em detrimento dos partidos políticos; a aceleração dos tempos de decisão da política em algumas situações devido à pressão dos media e da opinião pública; a influência da função de agendamento dos media no estabelecimento de prioridades políticas; a simplificação do discurso político, que se adapta para ser veiculado pelos media; e uma crescente personalização da vida política, entre outros. (Salgado, 2012, p.241)

Assim, manter uma imagem pública positiva, próxima, verossímil e crível é tão importante. E aqui é fundamental retomar o conceito de campanha permanente, uma vez que a construção da imagem de Jair Bolsonaro no conjunto das reportagens do Jornal da Record, ao longo de quase duas semanas, imputou a ele uma imagem de um “lutador pela saúde”, de homem resiliente em relação às adversidades, político esforçado e trabalhador que, mesmo do hospital, seguiu despachando.

Carla Montuori Fernandes, Luiz Ademir de Oliveira, Thamiris Franco Martins e Vera Chaia (2028) consideram que o diálogo com a população e a prestação de contas da administração pública passam pela comunicação governamental, mas não é só isso. Ela e a comunicação de campanha se entrelaçam e compartilham técnicas para a construção imagética de personalidades públicas ao longo do tempo.

É preciso também reconhecer a partir dos estudos de campanha permanente, que há uma confluência entre comunicação eleitoral e governamental. Nesse sentido, pode-se afirmar que as técnicas utilizadas na comunicação eleitoral dos candidatos vitoriosos são as mesmas utilizadas na comunicação governamental do mandato, uma vez que se faz necessário obter apoio popular durante um mandato para projetar uma próxima vitória. (Ferrari et al. 2018, p.58)

A construção desse imaginário em torno da imagem do ex-presidente Jair Bolsonaro foi arrematada, na cobertura da sua internação, com uma entrevista exclusiva feita pelo Jornalista Eduardo Ribeiro tão logo Bolsonaro deixou o hospital.

Figura 59- Entrevista exclusiva VT sobre alta do ex-presidente - Jornal da Record - (13/02/2019)



Fonte: PLayer.com

Para além das perguntas sobre a saúde, foram feitas indagações sobre assuntos que, nos critérios editoriais do Jornal da Record, contribuiriam para fazer do produto audiovisual um lugar de referência social compartilhada entre profissionais da comunicação e públicos como assevera Alfredo Vizeu (2006; 2008; 2009; 2010). Para o autor, o lugar de referência é, também, onde acontece a produção de conhecimento no telejornalismo ancorada em processos que colocam a atividade jornalística como operadora da atualidade, da objetividade, da interpelação, da leitura e da didática.

O que os jornalistas fazem diariamente é “organizar o mundo” procurando torná-lo mais compreensível. Por isso, há uma preocupação pedagógica no jornalismo que se legitima como o lugar de “poder mostrar”, de “poder dizer” e de “poder analisar”. O jornalismo se auto-referencia como um lugar de mediação, de dessegredização, de revelação da verdade e orientação de homens e mulheres na contemporaneidade. (Vizeu, 2009, p.80)

O pesquisador reconhece, inclusive, as interferências dos profissionais da notícia nessa construção. É um lugar de referência porque é dele se extrai todo tipo de informação, interpretação e repertório para interagir em sociedade e estar no mundo. “O jornalismo ocupa um espaço preponderante na maneira com a qual nos utilizamos para perceber e organizar mentalmente o mundo” (Vizeu & Santana, 2010 p.39).

Assim, a organização da entrevista de oito minutos exibida no horário nobre da Rede Record, além de retomar todo o histórico de saúde recente do então presidente, elencou temas centrais da discussão, naquele momento, do cenário político e social do Brasil: pela primeira vez ele comentou sobre as candidaturas laranjas do PSL, sobre o texto final da reforma da Previdência, as aposentadorias nas Forças Armadas, transferência de presos para presídios federais, Gustavo Bebianno. Sempre em tom amistoso e com perguntas que não confrontavam firmemente Jair Bolsonaro.

Figura 60- Jair Bolsonaro durante entrevista exclusiva VT sobre alta ex-presidente - Jornal da Record - (13/02/2019)



Fonte: Playplus.com

Quanto à cobertura da TV Brasil, inicialmente ela também se valeu das imagens publicadas em redes sociais para ilustrar sua cobertura e deu destaque ao “quem” na hora de ordenar a construção de seus materiais audiovisuais. Tanto que todos os títulos dos vídeos sobre a internação de Bolsonaro que estão no repositório da emissora começam com o nome do ex-presidente: dia 01/02/19 - Bolsonaro despacha do hospital por meio de videoconferência; dia 02/02/19 – Bolsonaro se recupera de procedimento em repouso; dia 04/02/19 – Bolsonaro deverá ficar mais uma semana no hospital; dia 05/02/24 - Bolsonaro inicia dieta líquida ainda não há previsão de alta; 06/02/19 - Bolsonaro tem quadro estável e melhora em exames, diz porta-voz; 07/02/19 -Bolsonaro está com pneumonia, mas permanece na unidade semi-intensiva dia 08/02/19 - Bolsonaro tem melhora do quadro clínico e recebe comida; dia 11/02/19 - Presidente Bolsonaro passa bem e apresenta melhoras do quadro pulmonar; dia

12/02/19 – Bolsonaro tem boa recuperação e deve ter alta do hospital em breve; dia 13/02/19 - Jair Bolsonaro recebe alta do hospital e já está em Brasília.

Assim como na cobertura feita pelo Jornal da Record, o Repórter Brasil edição noturna fez o uso das imagens divulgadas na internet, pelas redes sociais e por meio da assessoria de imprensa do Planalto para cobrir tanto as entradas ao vivo quanto as reportagens. A primeira delas foi a da videoconferência com o Ministro Augusto Heleno realizada por Bolsonaro deitado no leito hospitalar no dia primeiro. É possível perceber aparelhos de monitoramento comuns aos hospitais e um monitor de vídeo e câmera e computador para a comunicação.

Figura 61- Bolsonaro em videoconferência VT sobre internação do ex-presidente - Repórter Brasil - (01/02/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Na mesma cobertura foi descrita a visita de voluntários para cantar músicas no intuito de alegrar o dia do presidente no hospital. O texto narrado pela reportagem ainda completa a informação do momento de descontração dando detalhe da autoria da música cantada pela dupla de voluntários. Xitãozinho e Xororó. Há um reforço em mencionar na cobertura que o ex-presidente se emocionou e, ainda, que ele é fã da dupla Tônico e Tinoco.

Figura 62- Visita de voluntários à Bolsonaro VT sobre internação do ex-presidente - Repórter Brasil - (01/02/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Assim como nas outras três coberturas as fontes principais foram o porta-voz da presidência e o boletim médico do hospital Albert Einstein. As informações diárias deram conta da evolução do quadro, a necessidade de sonda nasogástrica, da retirada de líquidos acumulados no abdômen, os exames, a identificação da pneumonia, a progressão da alimentação, os exercícios feitos pelo presidente, as visitas recebidas e o que ele realizou de despachos presidenciais.

Ao contrário dos telejornais Nacional e da Record, a TV Brasil deu espaço para a manifestação do filho do ex-presidente, Carlos Bolsonaro, sobre o estado de saúde do pai. Chamou atenção o vocabulário chulo com que a postagem no Twitter é iniciada: “o cavalo passa bem!” numa alusão à virilidade de cavalos e tentativa de atribuir esta característica ao pai convalescendo.

Figura 63- Postagem de Carlos Bolsonaro VT sobre internação do ex-presidente - Repórter Brasil - (01/02/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

O uso das fotos dos perfis de redes sociais voltou a ser explorado no dia 04 quando foi dada a informação de que Bolsonaro, em função de uma complicação, ficaria mais uma semana no hospital tomando antibióticos. São imagens de um aparelho semelhante à parte de uma bicicleta em que o representante do executivo faz fisioterapia.

Interessante observar também que as imagens captadas nesse dia demonstraram uma preocupação maior com a cobertura. Primeiro porque foi utilizada uma tomada da fachada do hospital com o movimento da imprensa.

Figura 64- Movimentação da Imprensa VT sobre internação do ex-presidente - Repórter do Brasil - (04/02/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Na sequência, ao entrar a entrevista do porta-voz na reportagem, a edição tomou o cuidado de exibir a mesma sonora a partir de dois ângulos distintos, sugerindo que foram utilizadas duas câmeras e, logo, o deslocamento de pelo menos dois cinegrafistas para acompanhar o factual, algo pouco comum nos recortes de coberturas do telejornal em análise, sempre mais enxutas.

Figura 65- Otávio do Rêgo Barros VT sobre internação do ex-presidente - Repórter Brasil - (04/02/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Na primeira imagem, o porta-voz foi enquadrado em um plano mais fechado, sem a presença evidente dos microfones, com o olhar direcionado aos repórteres que lhe fizeram as perguntas. A angulação contribuiu exatamente para a percepção de que o ambiente era o de uma coletiva de imprensa, revelado nos segundos seguintes quando houve a troca de enquadramentos da imagem.

Figura 66- Otávio do Rêgo Barros diante dos microfones VT sobre internação do ex-presidente - Repórter Brasil - (04/02/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Embora a subjetividade das fotografias apontasse para o protagonismo de Jair Bolsonaro, as cabeças das reportagens e entradas ao vivo no telejornal da TV Brasil foram mais curtas e objetivas, com pouco espaço para interpretação dos apresentadores. Uma tendência que só foi rompida no dia 11/02/24 quando a reportagem deu um tom crítico ao comportamento do presidente diante do quadro de complicações pulmonares. Segundo a reportagem sugeriu, Bolsonaro agiu com desobediência em relação às ordens médicas de repouso. Na narração feita pelo repórter houve a seguinte frase: “O Porta-voz da presidência em Brasília foi questionado sobre as visitas. Apesar da restrição por ordem médica. Mas ele respondeu que tudo foi pactuado com a equipe médica”.

No dia da alta médica, o Repórter Brasil fez entradas ao vivo para descrever a cronologia do dia. Foi feita uma retomada dos 17 dias em que Bolsonaro esteve internado. A reportagem mostrou e deu destaque ao comboio que levou o ex-presidente de volta a Brasília. Mas mesmo diante do relevo acentuado no deslocamento até o aeroporto, ele não teve o mesmo volume de detalhes da cobertura do Jornal Nacional que fez uma reportagem em dois tempos distintos (partida de São Paulo e Chegada em Brasília).

Importante destacar que, em grande medida, as reportagens sobre a saúde e a evolução do quadro clínico do ex-presidente contribuíram para uma cobertura sobre ele próprio que tendiam

à neutralidade numa espécie de “suavizada” nas inclinações editoriais em função do quadro sensível de internação de Bolsonaro.

### 7.3 REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O Jornal Nacional dedicou 47 minutos, ao longo do mês de fevereiro, para discutir a reforma da Previdência. Foram 16 reportagens que trataram das articulações políticas, dos ajustes feitos e, principalmente, se debruçaram em esmiuçar cada mudança proposta e as repercussões. Na cobertura feita pela TV Globo, o jornalismo assumiu um papel claro de referência social em que se pretendia formar, nos públicos, o entendimento sobre as discussões do tema. A condução das narrativas levou a um viés parcial das questões ligadas à reforma principalmente pelas reportagens não darem espaço de fala para as populações afetadas pela reforma em uma demonstração de silenciamento.

O jornalismo, ao afirmar que organiza o que seria importante no mundo e ao reduzir a complexidade dos acontecimentos, apresentando, assim, a realidade atua na torção de silêncios e de palavras, que vão além da seleção do que quer falar e do que quer mostrar. Essas torções resultam nas expressões visíveis, na aparência conhecida pela ótica das mídias e, também, no silenciamento, calar, no não ver, gerando e garantindo as camadas invisíveis da realidade. (Goés, 2022, p. 27)

O destaque dado pela apresentadora Renata Vasconcelos à notícia, no dia 05 de fevereiro, foi de que a equipe econômica do governo (e a referência ao governo, sem fazer menção à Bolsonaro também diz muito sobre silenciá-lo nesse tipo de reportagem) estava fazendo uma maratona para defender as mudanças na Previdência. Os presidentes da Câmara Federal e do Senado, afirmou a apresentadora, defenderam a necessidade da aprovação dessas mudanças.

A narrativa deu conta de que a reunião ministerial foi conduzida por Hamilton Mourão, uma vez que Jair Bolsonaro estava internado, e o vice-presidente informou que havia um desacordo do presidente em relação à proposta quanto à idade mínima de aposentadoria. O ministro Paulo Guedes queria que homens e mulheres se aposentassem com as mesmas idades. Nesse primeiro VT sobre a reforma, foram apresentados números que expressavam a necessidade da mudança. Eles foram reforçados com o uso da palavra “rombo”, muito recorrente ao longo de toda a cobertura sempre que se fez necessário justificar a medida. No caso da reportagem de Zileide Silva, a informação foi de que este rombo, contando aposentadorias de trabalhadores, poderia ultrapassar, em 2019, 305,5 bilhões de reais.

Figura 67 - Arte Gráfica Rombo na Previdência VT sobre reforma da Previdência - Jornal Nacional (05/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Na passagem, o conjunto de informações dialogou com as articulações realizadas até então. Um assunto que cabia bem a este espaço da reportagem uma vez que a cobertura com imagens foi escassa. O que a repórter disse foi que Paulo Guedes emendou uma reunião na outra para explicar a reforma: jantou com o presidente do Supremo, Dias Toffoli, almoçou com os presidentes do Senado e da Câmara e fez tudo isso acompanhado do Ministro da Casa Civil, Onix Lorenzoni.

Em sua entrevista, Paulo Guedes afirmou que a economia com a reforma da Previdência poderia chegar a R\$ 1 trilhão de reais em dez anos. Outro argumento defendido foi o da desigualdade do antigo sistema. O ministro disse que a palavra final era do presidente e elencou mais dados para defender a reforma: 96 milhões de brasileiros economicamente ativos e 46 milhões que não contribuía. Eram pessoas que iam envelhecer e quebrar a Previdência. O tom observado na entrevista foi de terrorismo: “o desafio é salvar a previdência antiga e impedir que ela seja mecanismo perverso de transferência de renda e, ao mesmo tempo, livrar as futuras gerações dessa armadilha”

A reportagem terminou com Rodrigo Maia, presidente da Câmara, e Davi Alcolumbre, presidente do Senado, apoiando a reforma.

Dois dias depois, em 07 de fevereiro, a cobertura seguiu justificando a necessidade da reforma. Mais uma vez, foi o telejornalismo atuando como um lugar de referência e, ao mesmo tempo, definindo a agenda daquilo que era de interesse público. Nesta reportagem, a tônica esteve nos ajustes pelos quais o texto havia passado. O nome do Secretário de Previdência, Rogério Marinho, foi citado em função de uma conversa com sindicalistas, sem, contudo, a reportagem abrir espaço para que os sindicatos dissessem o que entendiam sobre a proposta.

Do silenciamento dos sindicatos, a reportagem avançou para introduzir nova justificativa para a reforma: as fraudes previdenciárias. O audiovisual produzido pela Rede Globo assumiu um papel didático quando citou a expectativa média de vida de brasileiros e ilustrou com o estado do Piauí, que teve uma das expectativas mais baixas no país. Foram apresentados cálculos da expectativa de vida e projeções com a ajuda da arte gráfica.

Figura 68- Arte Gráfica Expectativa Condicional à idade VT sobre reforma da Previdência - Jornal Nacional (07/02/2019)



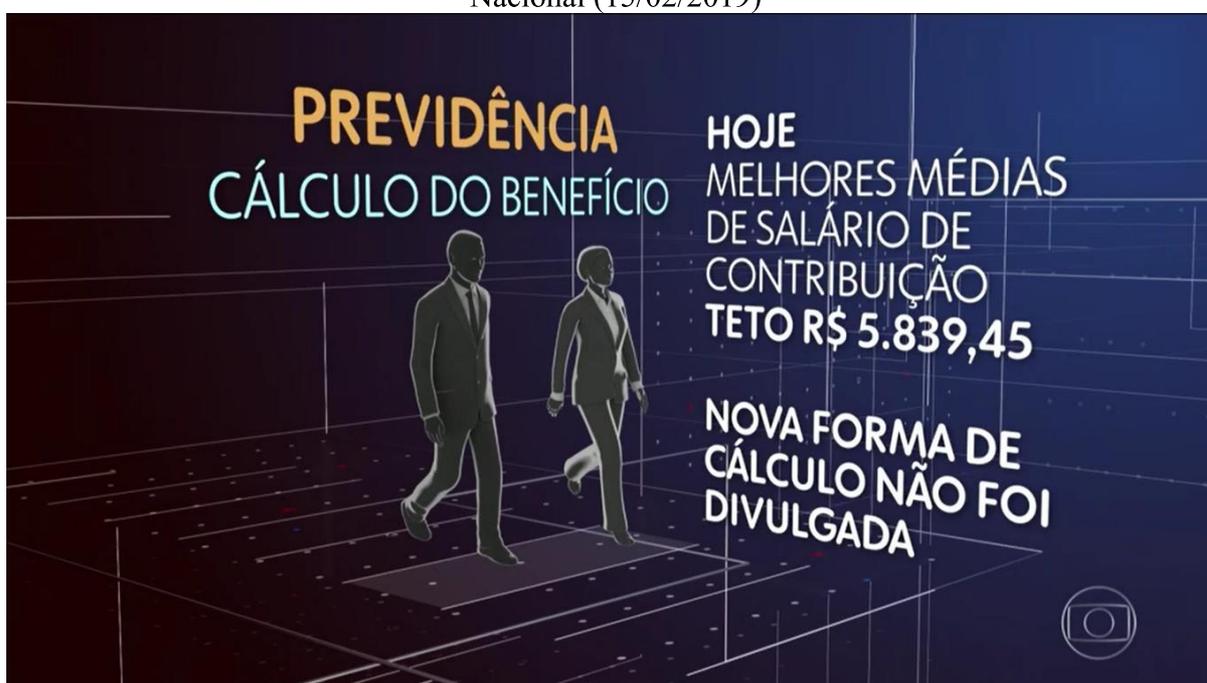
Fonte: Globoplay.globo.com

Novamente, a edição do telejornal trouxe entrevista de Paulo Guedes preocupado com as desigualdades que, segundo ele, a Previdência trazia. Nas palavras do então ministro o sistema vigente era uma “fábrica de desigualdades”, transferindo renda de pobres para favorecer os ricos. Além desse aspecto, a edição manteve um trecho da entrevista em que Guedes adjetivou o sistema como perverso e defendeu a eliminação da transferência de renda a classificando como insustentável. Para reforçar esta perspectiva da necessidade da reforma, a edição finalizou

o audiovisual com uma entrevista de Alexandre Schuwartsman, ex-diretor do Banco Central. Nela ele coloca aspectos técnicos sobre a expectativa condicional de vida como referência para a aposentadora.

Os ajustes no texto e as mudanças seguiram sendo a discussão principal da reforma da Previdência na reportagem do dia 15 de fevereiro, quando o Jornal Nacional trouxe dados por meio de arte gráfica complementares à fala da repórter Cláudia Bomtempo como, por exemplo, o valor de salários. Foi uma reportagem bastante didática.

Figura 69- Arte Gráfica cálculo do benefício VT sobre reforma da Previdência - Jornal Nacional (15/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Em momento algum Jair Bolsonaro foi mencionado. A narrativa se apoiou em o governo Federal estar à frente dos últimos ajustes na proposta a ser direcionada ao Congresso. Ainda sobre as informações em tom pedagógico, a narrativa apresentou as três propostas para se aposentar durante o período de transição da reforma que, poderia chegar a 14 anos: idade + tempo de contribuição, aposentadoria pela idade mínima e fator previdenciário para quem já estivesse perto de aposentar.

O audiovisual encerrou com as entrevistas de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre vislumbrando a tramitação no primeiro semestre de 2019, já projetando a passagem pela Comissão de Constituição e Justiça, primeira etapa do processo e a possibilidade de criar uma subcomissão

de senadores para acompanhar os trabalhos da Câmara fazendo uma análise simultânea da proposta para ganhar tempo na aprovação.

Cinco dias a frente, em 20 de fevereiro, a cobertura foi bastante extensa. Foi o dia em que o texto foi entregue pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso. O nível de detalhamento das reportagens do Jornal Nacional foi robusto.

A reportagem principal, e a primeira a ser exibida, foi iniciada com as imagens da NBR, emissora governamental, que cedeu as imagens para as demais emissoras. Houve uma posição de passividade imputada ao presidente quando o Jornal Nacional disse que Bolsonaro foi recebido no Congresso diferentemente das outras emissoras em que a narrativa acentuou que o ex-presidente iria até o Congresso. Uma diferença sutil, mas que diminuiu de certa forma o esforço da ação do protagonista do factual. O factual foi sobre a entrega da proposta de reforma da Previdência definindo que o texto estabelecia idade mínima para segurados requisitarem o benefício e que ele acabava com a possibilidade de aposentadoria apenas por tempo de contribuição.

A edição deu voz à Bolsonaro no momento em que ele se desculpou por já ter criticado a reforma e partiu para explicar detalhadamente o projeto tendo a arte gráfica como suporte. Tratou-se da idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens com tempo mínimo de 20 anos de contribuição, posicionou a reforma como estímulo para trabalhadoras e trabalhadores continuarem sua vida laboral e detalhou as faixas de alíquotas e exemplos de cálculos sobre o valor concreto de salários. Para a passagem ficou a informação da economia de R\$ 1 trilhão de reais esperada pelo governo em dez anos.

Entre as fontes selecionadas pela edição estavam Jair Bolsonaro apelando para o patriotismo e a competência dos parlamentares além da vontade de salvar o Brasil economicamente quando defendeu a proposta, Leonardo Rolim, Secretário Previdência, demonstrando que o sistema até então não era sustentável e Felipe Portela, diretor-secretário de Previdência, explicando alíquotas como sendo progressivas como no imposto de renda.

Outro VT da edição do dia 20 de fevereiro se dedicou à escolha do contribuinte em relação à regra de transição para Previdência. Um audiovisual claramente ancorado em um caráter mais pedagógico, inclusive com a edição de imagem se aproveitando de uma apresentação de *power point* presente nas imagens para substituir a arte gráfica. A pauta, claramente, tentou conduzir a narrativa para um entendimento de que era bom o governo oferecer opções de transição. Houve um detalhamento da soma de pontos e a entrevista de Leonardo Rolim arrematou o VT

afirmando que o trabalhador poderia optar pela forma que fosse mais vantajosa: a regra de pontos sendo mais adequada para quem começou a contribuir mais cedo. A regra de idade para quem começou um pouco mais tarde.

Na sequência, o telejornal tratou da aposentadoria rural, que no texto teve idade mínima definida de 60 anos para homens e mulheres. Uma reportagem coberta com imagens genéricas de trabalho em ambiente rural e arquivo. Foi um audiovisual curto em relação aos demais e detalhou que o tempo de contribuição passaria de 15 para 20 anos, que idosos passam a receber Benefício de Prestação Continuada integral só com 70 anos (mas que a partir dos 60 anos quem tiver renda inferior a um quarto do salário receberia benefício de R\$ 400 reais).

O desnível no tratamento de populações afetadas foi expresso quando o foco da reportagem foi a classe política e as aposentadorias especiais. Arte gráfica ilustram a informação de que a reforma atingiu a classe política e funcionários públicos e que, no setor privado, professores teriam tempo mínimo elevado de 25 para 30 com tempo de contribuição. Já no setor público professores teriam idade mínima elevada de 50 para 60 no caso das mulheres e de 55 para 60 anos no caso dos homens. O tempo de contribuição ficaria em 30 anos para homens e mulheres. Policiais passariam a se aposentar com 55 anos e tempo mínimo de contribuição 25 anos para mulheres e 30 anos para homens.

As nuances políticas seguiram na cobertura. O material produzido para explicar a tramitação da reforma destacou a necessidade de pelo menos 60% dos deputados e senadores votarem em favor dela. A reportagem pontuou um questionamento da sociedade sobre a aposentadoria de militares informando que, ainda em fevereiro, o governo enviaria o PL para o Congresso.

Ficou nítido que quando a temática da reforma estava mais próxima dos políticos, a emissora pesou na sua edição os interesses envolvidos na tramitação. O formato adotado se ancorou em entrevistas com parlamentares, bastidores descritos nas passagens de repórteres evidenciando a busca por formação de opinião e de reconhecimento como espaço de referência social. Já quando as construções narrativas foram mais didáticas, os dados e detalhamentos que interessavam se voltavam para a população, a reportagem assumiu um lugar de intérprete isenta da realidade.

Foi curiosa a presença apenas de João Dória como "porta-voz" de todos os governadores quando a cobertura trouxe o Fórum de governadores para a pauta. Houve uma prática recorrente dos telejornais de estabelecerem equivocadamente ou de maneira deliberada (não é possível afirmar), ou ainda de modo preguiçoso em ampliar o diálogo. Houve uma simplificação na

pluralidade de vozes na narrativa, substitui-se o todo por uma parte, a coletividade por uma representação que não é legítima. Fazendo referência aos estudos da língua portuguesa, é a adoção da sinédoque<sup>76</sup>, um tipo específico de metonímia. Na reportagem em questão, o governador não foi apresentado como representante de instituição coletiva dos seus pares, mas a opinião dele foi sugerida como sendo a da maioria.

Tendo destacada tal perspectiva, é importante abordar outros aspectos da reportagem que corroboraram para este entendimento: o audiovisual foi iniciado com uma imagem de mesa cheia. Eram 27 governadores reunidos com o Ministro da Economia Paulo Guedes, reforçando a ideia da unidade do coletivo. Apenas depois de firmar esta perspectiva foi que o telejornal partiu para o detalhamento do factual. Entre os relevos dados pela reportagem estava a informação de que as novas regras, quando aprovadas, também valeriam para estados e municípios e que um dos itens que mais pesavam nas contas públicas dos estados era o pagamento de benefícios da Previdência. Foi trabalhada ainda a informação da possibilidade de elevar as alíquotas das aposentadorias de servidores de estados e municípios para 14%, complementando o texto da passagem do repórter, Vladimir Netto, logo na sequência, de que uma das maiores preocupações era com a saúde financeira dos estados. “A maioria está com as contas no vermelho”.

No dia seguinte, o destaque do telejornal foi o envio da proposta para a Comissão de Constituição e Justiça. Pedagogicamente, a edição definiu a ação adotada por Rodrigo Maia como sendo a primeira etapa da caminhada da reforma na Câmara. Logo na sequência, inseriu elementos de aceleração para dimensionar a urgência da aprovação na Esplanada dos Ministérios. O texto de Zileide Silva utilizou a expressão “dar ritmo ao convencimento” de parlamentares ao descrever a movimentação do governo na busca por apoio. É interessante pontuar que o próprio título da reportagem no repositório da TV Globo na Internet tem, de certo modo, essa aceleração. O Título afirma “Presidente da Câmara envia proposta de reforma da Previdência à CCJ”, mas o conteúdo da reportagem coloca que Rodrigo Maia ainda iria instalar a Comissão de Constituição e Justiça na semana seguinte. Uma aceleração que reapareceu

---

<sup>76</sup> O dicionário on-line Michaelis descreve a sinédoque como sendo uma figura de linguagem, considerada uma espécie de metonímia, que se baseia na relação quantitativa entre o significado usual da palavra e seu conteúdo criado na mente, mais abrangente e extenso. A publicação dá exemplos: a) o gênero pela espécie: O homem destrói a natureza (homem por raça humana); b) a parte pelo todo: Andei nas asas da extinta Panair (asa por avião); c) o singular pelo plural: É preciso ajudar o necessitado (necessitado por todas as pessoas pobres), ou vice-versa, o todo pela parte: O Brasil jogou bem na Copa de 84 (Brasil por time brasileiro). Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sin%C3%A9doque/> Acesso em: 04/07/24

expressa em outro título no dia 26 de fevereiro: “Secretário da Previdência faz maratona de reuniões na Câmara”.

Ainda sobre a reportagem exibida em 21 de fevereiro, ela informou ainda que Rogério Marinho, Secretário de Previdência, passou a manhã reunido com parlamentares do PLS. Definiu que o governo precisava de 308 votos para aprovar a reforma e indicou que, na semana seguinte, a equipe econômica se reuniria com outros partidos e Jair Bolsonaro deveria conversar com outras bancadas. A narrativa trouxe ainda Bia Kicis, então deputada do PSL/RJ, dizendo que o governo queria, com a reforma, cuidar das pessoas mais pobres e que ganhavam menos (que eram 75% da população) e Daniel Coelho, deputado do PPS/PE, que defendeu a necessidade da proposta, entretanto disse que ajustes seriam feitos.

No mesmo dia, o telejornal se dedicou a trabalhar a mudança principal proposta pelo governo que foi a idade mínima para a classe trabalhadora requerer a aposentadoria e expressou um panorama, em números, para novamente pautar os públicos segundo o entendimento de que a reforma era necessária. De acordo com a reportagem, 83,4% das aposentadorias eram de trabalhadores oriundos do setor privado, a maior parte recebia menos de dois salários-mínimos, o equivalente a 24 milhões de aposentados, pensionistas e pessoas que recebiam auxílio da Previdência. Desse total, 16 milhões se referiam a aposentadorias.

A intenção da reportagem ao elencar estes dados foi fundamentar a afirmativa que a passagem da repórter, Cláudia Bomtempo, fez na sequência, a de que “o governo afirma que as novas regras não afetam esse grupo de pessoas”. Ela apresentou novos dados que corroboraram com a afirmativa: 63% dessas aposentadorias em questão foram concedidas pelo critério de idade. Trabalhadores que enfrentaram longos períodos sem registro na carteira e, por isso, não contribuíram com a Previdência para poderem se aposentar por tempo de contribuição. A narrativa ainda trouxe dados da realidade dessa classe de trabalhadores para dizer que, na prática, já se aposentavam próximos dos 62 e dos 65 anos. E arrematou a condução desse pensamento trazendo entrevista com Rogério Marinho em que ele garantiu que o “projeto vai fazer com que mais ricos se aposentem com a mesma idade que os mais pobres já se aposentam hoje. A grande maioria da população brasileira ganha até dois salários-mínimos. Nós somos uma país em que há muita desigualdade. Tem poucas pessoas que estão no topo da pirâmide e que são muito bem remuneradas, mas a grande maioria da sociedade brasileira ganha realmente pouco (...) a grande maioria da população brasileira ganha pouco. Então o impacto nesse grupo vai ser praticamente nulo”. Logo depois, o especialista em previdência, Fábio Klein, corroborou com a linha de pensamento dizendo que a proposta corrigia distorções e corrige privilégios. Ele

complementou com a afirmativa de que o governo se baseou na ideia de capacidade contributiva e que os grupos privilegiados seriam mais atingidos pela mudança.

A seleção de entrevistado, trechos de entrevistas, dados oficiais é capaz de conduzir o pensamento público para a real necessidade de efetivação da reforma da Previdência. Não se pode perder de vista que, conforme já tratado neste trabalho, o jornalismo para além de refletir a sociedade atua ativamente na sua interpretação e construção (Sodré, 1977; Rubim, 2004; Traquina, 2005; Vizeu, 2005; Porcello, 2008; Fausto Neto, 2008; Gomes, 2016). A cobertura política passa, necessariamente, pelo entendimento que jornalistas dela fazem, pela interferência dos mais diversos atores políticos, pelos interesses econômicos envolvidos e até mesmo pelas relações interpessoais entre aqueles que detém o poder nos meios de comunicação. Não obstante, as reportagens na medida em que vão sendo trabalhadas e editadas acabam por atribuir algumas marcas e valores do próprio telejornal. No caso desse estudo, uma tendência bastante forte da defesa dos interesses econômicos independentemente da leitura e da posição em que o telejornal interprete o governo.

A apresentação dos elementos que corroboram com o entendimento de uma necessidade latente pela reforma da Previdência seguiu sendo feito no dia seguinte. No dia 22 de fevereiro, a partir de uma afirmativa do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, de que a reforma poderia ser aprovada ainda no primeiro semestre de 2019. Na narrativa apresentada pelo telejornal, a previsão do governo era a de que as contas “voltassem ao azul” em 2022 com a aprovação da reforma.

Assim como a narrativa apresentou valência positiva para a reforma e selecionou informações e dados que convenceriam os públicos, ela fez também o agendamento da necessidade de articulação dos parlamentares no sentido de amear apoio para aprovar a reforma. Além de Alcolumbre anunciando a possibilidade de uma comissão paralela do Senado para acompanhar a tramitação ainda na Câmara dos Deputados, a reportagem deu espaço para Adolfo Sachsida, Secretário de Política Econômica explicar que uma vez aprovada a reforma, os juros poderiam baixar, PIB crescer e mais empregos serem gerados. “Em 2023, com a reforma da Previdência vamos ter R\$ 8 milhões de empregos a mais do que sem a reforma da Previdência”.

O mesmo tom foi mantido na reportagem exibida dia 26 de fevereiro quando o Secretário Especial de Previdência se reuniu com parlamentares e Jair Bolsonaro disse que o Congresso poderia aprimorar o texto. A cobertura se manifestou na direção de lançar luz a uma fase de discussão “ampla com o Congresso”. Rogério Marinho havia se reunido com deputados da

frente da agricultura, do PSD, PR e PSDB. Nesse momento da reportagem, o anúncio foi o de que Marinho recebeu apoio da grande maioria dos deputados, mas viu que havia resistência a alguns pontos da reforma.

A partir desta reportagem, foi interessante observar o início dos atritos políticos e estranhamentos públicos pela disputa por poder e protagonismo na pauta. As mensagens eram disparadas de ambos os lados usando, inclusive, os meios de comunicação e a opinião pública como ferramentas da disputa por poder.

A passagem de Júlio Mosquéra chamou atenção para uma prática recorrente no cenário político brasileiro: negociação de cargos, uma forma de clientelismo entre os políticos, troca de favores. Na afirmativa do repórter, deputados governistas esperavam do Planalto a nomeação de aliados para cargos federais nos estados e, na mesma direção, o presidente da casa, Rodrigo Maia, sinalizava para o governo a necessidade de organizar a base de apoio antes da instalação da CCJ. Maia cobrou participação mais efetiva do presidente na negociação com o Congresso. Ele afirmou que Bolsonaro estava refém do seu discurso de campanha. “A sociedade pós eleição gerou muita expectativa no governo de Bolsonaro, de um ambiente, de que teríamos um novo país só que as mudanças não são tão rápidas num país democrático”.

Esse tipo de relação materializada na fala de Rodrigo Maia, está enraizada no “modo de fazer política” do Brasil como detalha Rubens de Oliveira Martins (2010). O pesquisador, ao fazer referência aos estudos de Edson Nunes (1997), atualiza o entendimento da barganha que comumente observamos entre os poderes Legislativo e Executivo. Rubens Martins faz menção a uma “gramática política no Brasil” que se atualiza na dinâmica das políticas públicas, mas segue ancorada em quatro aspectos: clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos. A manutenção dessas categorias dá a dimensão estrutural do campo político brasileiro, suas regras de funcionamento, atores legitimados. Para ele

qualquer tentativa de transgredir as regras estabelecidas pelas ‘gramáticas políticas’ resulta em fracasso e em instabilidade (...) O processo de redemocratização do País trouxe a retomada das eleições gerais, a Constituição de 88, o surgimento de novos partidos políticos, assim como se destacaram as discussões sobre a redefinição do papel do Estado e da profissionalização e qualificação do serviço público. Em decorrência, poderíamos estar diante de elementos indicadores de uma transformação mais profunda nessa “gramática política”; porém, ao se analisar o atual cenário político brasileiro, parece que reencontramos uma nova forma de adaptação e sobrevivência daquelas gramáticas: o predomínio do fisiologismo partidário, que é habilmente manipulado pelo governo da hora – seja qual for – para além de aspectos ideológicos. O pragmatismo de resultados visando a centralização do poder do Estado se vale da cooptação de grupos profissionais de acordo

com a lógica corporativa de eleger atores privilegiados; e o insulamento burocrático, embora presente com o reforço das estruturas de carreiras e ampliação do quadro de servidores, é enfraquecido por estratégias de “colonização” por grupos estranhos àquelas “ilhas de excelência”, que se reduzem a poucas estruturas em que a legitimidade técnica ainda tem maior força (Oliveira Martins, 2010, p.136)

O Clientelismo, segundo Elsie Lenardão (2004; 2006) que analisa o fenômeno primordialmente nas relações eleitorais, se configura por meio de “mecanismos de controle político baseados na troca de favores e barganhas entre sujeitos desiguais e que miram a conquista da cooptação na relação social e política” (Lenardão, 2004, p.110) e como práticas que foram consolidadas ao longo dos tempos, proporcionou substrato para várias práticas de controle de poder da vida pública no Brasil, inclusive o populismo. É um fenômeno político que acabou por engendrar-se nas relações de força e de representatividade entre políticos, seus partidos, base aliada.

Alcindo Gonçalves (2011) defende que o clientelismo precisa ser entendido para além da simples troca de favores, ele tem dimensão estrutural, está no contexto das regras sociais e constitui a ordem institucional de uma sociedade. Assim, segundo o autor, o clientelismo não é mera adaptação.

O clientelismo constitui-se, então, em combinação especial entre trocas específicas e generalizadas. Na perspectiva dos atores sociais, trocas generalizadas executam as funções de segurança e garantia contra os riscos e incertezas do mercado e da luta pelo poder, e são institucionalizadas por ampla variedade de mecanismos sociais e culturais. O importante a destacar é que a estruturação das relações entre trocas específicas e generalizadas desenha o perfil das ligações presente na desigualdade que existe em diferentes sociedades. (Gonçalves, 2011, p.107)

A pressão política e a disputa por poder materializadas na fala de Rodrigo Maia não tardaram a surtir efeito e, no dia 28 de fevereiro, a reportagem do Jornal Nacional sobre o tema dizia que “Presidente Jair Bolsonaro admite negociar pontos da reforma da Previdência”.

O Jornal Nacional noticiou que Bolsonaro disse aceitar negociar pontos da reforma e que a idade mínima das mulheres poderia baixar para 60 anos. A fala do presidente foi feita durante o primeiro encontro do presidente com profissionais da imprensa. A reportagem de Heraldo Pereira tem início com imagens dos jardins do Planalto e, na sequência, as imagens feitas pela NBR mostravam uma mesa cheia, no salão que fica ao lado do gabinete presidencial. Mourão foi convidado, os ministros do Gabinete Institucional, da Casa Civil além do porta voz-da presidência estavam presentes.

Figura 70- Reunião de Bolsonaro com a imprensa VT sobre almoço com imprensa - Jornal Nacional (28/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Em sua fala, selecionada pela edição do telejornal, o então presidente Bolsonaro projetou um desejo de ampliar sua participação nos meios de comunicação tradicionais. Ele afirmou que se havia usado as redes sociais até aquele momento, pretendia informar a população, a partir dali, por meio da comunicação profissional. Segundo ele, isso se configuraria como uma necessidade no momento em que o governo buscava convencer os parlamentares e a população sobre a importância da aprovação da reforma da Previdência. Em sua fala, Bolsonaro disse ainda que o governo teria que dar todas as orientações para o Congresso para proceder com a votação da reforma. Por fim, afirmou que buscaria o apoio sem o toma lá dá cá, numa clara resposta à Rodrigo Maia.

Bolsonaro usou da oportunidade de estar reunido com a imprensa para afastar outras polêmicas de seu governo: a de os filhos interferiam no governo e que pediu a Carlos Bolsonaro, que o ajudava nas redes sociais, uma "segurada" e que ele próprio cuidaria da moderação de conteúdos postados.

Como geralmente acontece nas coberturas da Rede Globo, aqui analisadas, depois de manifestações polêmicas de autoridades, a reportagem seguinte é a de repercussão entre parte das pessoas envolvidas no processo. As preocupações de congressistas começaram pela então deputada Joice Hasselmann, líder do governo, que não escondeu a preocupação. Ela, segundo

a reportagem, procurou, logo após a reunião, a equipe econômica do governo, mas procurou minimizar a fala do presidente durante a entrevista

A interpretação da situação também foi feita por Zileide Silva. Em sua passagem, a repórter afirmou que outros parlamentares fizeram avaliações. “Acham que Bolsonaro deveria ter mantido o discurso de que ele e a equipe estão abertos para negociações e que cabe ao Congresso aperfeiçoar a proposta. A preocupação de muitos é que ao admitir mudanças antes das discussões na Câmara, o presidente pode limitar muito o espaço para uma articulação”. O arremate da reportagem também foi dela, repetindo a fórmula de tomar o todo pela parte e se referir à opinião de economistas do mercado genericamente como sendo uma opinião unânime da categoria: “Economistas do mercado financeiro alegam que quanto mais concessões, menor será o efeito da reforma para as contas públicas. A Bovespa fechou em queda de 1,8%”

A Cobertura da TV Record também escancarou a barganha ao afirmar, no dia 04 de fevereiro, que a equipe de Bolsonaro buscou apoio para a reforma da Previdência. Se o Jornal Nacional chamou atenção para o toma-lá-dá-cá entre o Executivo e o Congresso, o Jornal da Record expõe a troca entre o governo federal e os governos estaduais. Em troca de apoio se discutiu a renegociação das dívidas dos estados da federação. A reportagem fez menção a reuniões de prefeitos e governadores com Paulo Guedes. Na narrativa da TV Record, o governador que deu entrevista é o do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que alegou um excedente de quase R\$ 2 bilhões de reais para 2019 em relação às despesas do estado. Para ter receita, segundo o governador, teria que atacar as despesas e, entre elas, as maiores seriam com a previdência e com a folha de pagamento.

Figura 71 - Entrevista Eduardo Leite VT sobre reforma da Previdência - Jornal da Record (04/02/2019)



Fonte: Playplus.com

O telejornal, nesta primeira reportagem de fevereiro, foi prudente e adotou um tom de neutralidade na cobertura ao inserir Rogério Marinho explicando que o processo ainda precisaria passar por negociações, consultas e validação de Bolsonaro. No dia seguinte, o JR noticiou a negociação entre Paulo Guedes e Rodrigo Maia.

No encontro, o presidente da Câmara afirmou que o Brasil poderia crescer 6% no ano após a aprovação e que poderia votar a reforma da Previdência em maio de 2019 e, no Senado, nos dois meses seguintes. Mas que o problema era, nesse tempo, garantir que a reforma tivesse os 308 votos necessários para aprovação.

A entrevista de Paulo Guedes no audiovisual revelou a estratégia narrativa do telejornal de pautar, com a inclinação de que a mudança era positiva, as discussões públicas em torno da reforma. Guedes falou de déficit no sistema previdenciário superior a R\$ 290 bilhões em 2018. Ele reforça a previsão amplamente divulgada de uma economia de um trilhão de reais em dez anos com a reforma aprovada. Encerrou a entrevista destacando que a posição do presidente Bolsonaro foi a de que mulheres tivessem idade mínima menor no texto.

Diante da interinação de Jair Bolsonaro, o envio da proposta da reforma ao Congresso foi sendo adiado e, nesse tempo, a cobertura dos telejornais dedicou-se às articulações e planejamento da proposta. No dia 07, o Jornal da Record pautou a “Carteira Verde-Amarela”, um modelo de

aposentadoria diferente do vigente. Por ele, os trabalhos que optassem pela modalidade renunciariam a alguns direitos trabalhistas e escolheria outros que pretendesse ter.

Figura 72- Arte Gráfica Carteira Verde-Amarela VT sobre reforma da Previdência - Jornal da Record (07/02/2019)



Fonte: Playplus.com

As empresas ficariam liberadas de encargos trabalhistas e a previdência desses trabalhadores aconteceria por meio de capitalização. O novo modelo foi trazido pela reportagem como solução diante da ameaça feita pelo Ministro da Economia: ou o trabalhador escolheria renunciar a direitos ou não tem emprego.

A passagem de Christina Lemos reforçou a palavra “rombo” atribuída a Paulo Guedes. A estimativa de crescimento do problema nas contas previdenciárias, de acordo com ela, poderia ficar entre R\$ 40 e R\$ 50 bilhões por ano e se transformou em “uma bomba relógio”.

Não houve, na reportagem, um posicionamento de quem defendesse os direitos das classes trabalhadoras. Muito pelo contrário, a emissora ainda levou ao ar uma fala de Paulo Guedes crítica quanto aos sindicatos. O então ministro afirmou a existência de interesses corporativos dos sindicatos e classificou como falsas as lideranças que “aprisionaram o Brasil num sistema obsoleto”.

Há um ponto de atenção nesse aspecto. A cobertura tornou-se bastante problemática uma vez que, citando de maneira depreciativa, os sindicatos não tivessem o direito de resposta. A entrada

das vozes sindicais se justificaria primeiro pela necessidade do direito de resposta e, depois pela pluralidade de vozes sobre a questão, trazendo outra perspectiva sobre a discussão.

A diversidade de fontes humanas (sujeitos empíricos) está diretamente associada as dimensões éticas e democráticas do jornalismo. Trazer diferentes tipos de fonte – sem relegar marcadores identitários como classe, raça e gênero – é reconhecer a importância da diversidade social nas produções jornalísticas. No entanto, o jornalismo também reforça a pluralidade da sociedade ao incorporar distintos pontos de vista sobre os temas e acontecimentos que relata. Em outras palavras, além de ouvir e apresentar sujeitos com as mais diversas identidades sociais, o jornalismo torna seu discurso mais complexo e plural quando expõe e articula as vozes – muitas vezes, conflitantes – desses sujeitos. (Winch, 2018, p.05)

Qual telejornal estaria interessado em ouvir o que trabalhadores efetivamente pensavam sobre a reforma da Previdência? Parte dessa resposta o Jornal da Record, minimamente, trouxe para o ar numa série de reportagens de Emerson Ramos sobre o tema a partir de 26 de fevereiro ao entrevistar trabalhadores e tirar suas dúvidas como será abordado mais adiante.

Antes é importante seguir a descrição e análise da cronologia da cobertura feita pelo Jornal da Record que, no dia 08 de fevereiro, informou que Sérgio Moro, Ministro da Justiça, teria discutido a proposta de aposentadoria para policiais federais e rodoviários federais a portas fechadas com Rogério Marinho. A questão de os militares também entrarem nas novas regras de aposentadoria foi citada pela reportagem rapidamente, limitando-se a dizer que a proposta sofria resistência. No dia 12, a o destaque dado foi de a equipe econômica ter finalizado o texto da reforma da Previdência que seria entregue a Bolsonaro. Uma construção de dois meses que trazia a previsão a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem, igualdade das regras de transição para setores público e privado e contribuição mínimo de 40 anos. Entretanto, a reportagem acentuou a exigência de Bolsonaro para regras mais suaves quanto à aposentadoria podendo o texto fixar a idade mínima de 62 anos para homens e 57 para mulheres.

De alta médica, Bolsonaro definiu a idade mínima e, no dia 14 de fevereiro, a cobertura do Jornal da Record ganhou um tom festivo, mesmo os apresentadores Celso Freitas e Adriana Araújo tendo a sobriedade na enunciação do audiovisual, a reportagem teve o início explorando os 55 dias de negociações e reforçando o elogio do ex-presidente ao ministro da casa civil, Onyx Lorenzoni pelo trabalho. Uma imagem captada pelo cinegrafista mostra Onyx de braços abertos e olhando para o alto, sugerindo um certo alívio embora, o próprio ministro não tenha feito esta associação enquanto fonte.

Figura 73- Onyx Lorenzoni ergue os braços VT sobre reforma da Previdência - Jornal da Record (14/02/2019)



Fonte: Playplus.com

Em sua passagem, Luiz Fara Monteiro foi categórico ao dizer que Bolsonaro convenceu a equipe econômica a reduzir a idade mínima de aposentadoria das mulheres para 62 anos e ficando os homens com 65 anos. A reportagem deu poucos detalhes do restante do documento, mantendo a indefinição sobre o texto da PEC que precisava de 308 votos para ser aprovada entre os 513 deputados.

A análise da proposta por especialistas foi o destaque na edição de 15 de fevereiro pelo Jornal da Record. A estratégia adotada aqui foi semelhante à da Rede Globo: trazer especialista para chancelar a visão editorial e representar a coletividade de economistas reduzindo o pensamento da categoria apenas ao do entrevistado. Christina Lemos deu destaque à informação de que a nova reforma era mais eficiente que a do governo anterior e que “especialistas estimam” que ela teria resultado mais rápido para o ajuste das contas públicas. A narração continuou imprecisa, da seguinte maneira: “pelo que se sabe até agora...” sugerindo uma informalidade, uma tentativa de aproximação forçada que poderia colocar em xeque a credibilidade no audiovisual. Jornalismo pressupões apuração tendo pouco espaço para imprecisões.

Atribuindo o Ministério da Economia como fonte, foram colocadas na reportagem as informações das idades mínimas de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, de que as

regras passariam a valer para servidores do setor público, que o sistema de pontos aumentaria gradualmente com o tempo para aposentadoria e a transição podendo chegara 12 anos.

A reportagem frisa que a ideia do governo era acabar com o desequilíbrio causado pelas regras vigentes: economia de R\$ 1 trilhão de reais em 10 anos. Pedro Nery, consultor da previdência, em sua participação sugeriu paciência e pacificação de trabalhadores sob justificativa de que uma transição mais rápida vai exigir um sacrifício maior do trabalhador indicando que no futuro há possibilidade de recuperação mais rápida da economia e consolidação das contas governo. Foi, novamente, o telejornalismo se entendendo como de lugar de referência e se valendo dessa condição para buscar determinar comportamentos. No caso da reforma da Previdência, o entendimento aqui é o da busca por aquilo que se pode chamar de uma espécie de domesticação dos públicos. Mas não a domesticação no sentido de tradução editorial, de preparar a informação internacional e torná-la palatável para o público interno, de tornar doméstico, como aponta, Lisbeth Clausen (2004). A ideia aqui é a de instrumento que contribuiu para domesticação pelo telejornalismo, que caminha no sentido da docilidade de corpos trazida por Foucault (2013) quando ele trata da ação de exercer poder sobre o corpo e impor regras disciplinares. O sentido é o da reinterpretação desta mesma lógica, mas desta vez, voltada para a relação midiática proposta por Mauro Martins (2015).

Para que haja a obtenção dos sentidos desejados, as estratégias empregadas pela emissora na construção da reportagem visam, sobretudo, normatizar as reações dos sujeitos envolvidos para que caibam melhor à narrativa pretendida. É preciso, sim, assegurar a todo momento que o que se vê provém da almejada esfera do autêntico, do campo em que o *self*, supostamente, se pronuncia de forma não mediada pelos meios de comunicação; contudo, o texto jornalístico não pode deixar brechas em relação ao signo representado em cena. (Martins, 2015, p.110)

Tanto que, na mesma edição do Jornal da Record, a apresentadora assumiu uma postura professoral, para explicar o que poderia mudar com a reforma da Previdência. De pé no estúdio, ela tem uma projeção como suporte. A tela vai trazendo informações e artes gráficas que buscavam facilitar a compreensão e ir preparando o público de trabalhadores para a possível mudança.

Figura 74- Adriana Araújo explica período de transição VT sobre reforma da Previdência -  
Jornal da Record (15/02/2019)



Fonte: Playplus.com

Foram tratados os tópicos da idade mínima, das fases de transição, dos tempos de contribuição e do sistema de pontuação. Informações que se confirmaram no dia 18 de fevereiro, quando o Jornal da Record informa que o governo finalizou a proposta da reforma da Previdência e Bolsonaro queria entregar o texto pessoalmente. A narrativa reforçou também que governadores queriam a aplicação das regras para servidores estaduais.

A reportagem recorreu a expressão “contagem regressiva no Planalto e no Ministério da Economia” para demonstrar a ansiedade em torno do que a narrativa classificou como o primeiro grande desafio na área econômica enfrentado pelo governo Bolsonaro. Houve um reforço no uso da palavra “rombo” para se referir às dívidas de governadores, um montante de R\$ 70 bilhões com a previdência.

Para chamar a entrega do documento, no dia 19 de fevereiro, a TV Record recorreu a uma entrada ao vivo para afirmar que o suspense terminaria no dia seguinte. No texto narrado, a repórter Christina Lemos, diz que às 9h30min da manhã o presidente estaria no Congresso acompanhado de ministros e iria direto ao presidente Rodrigo Maia com a proposta de emenda. Na interpretação da repórter, o gesto sinalizou que a proposta era a principal do governo e era também o principal desafio da área econômica.

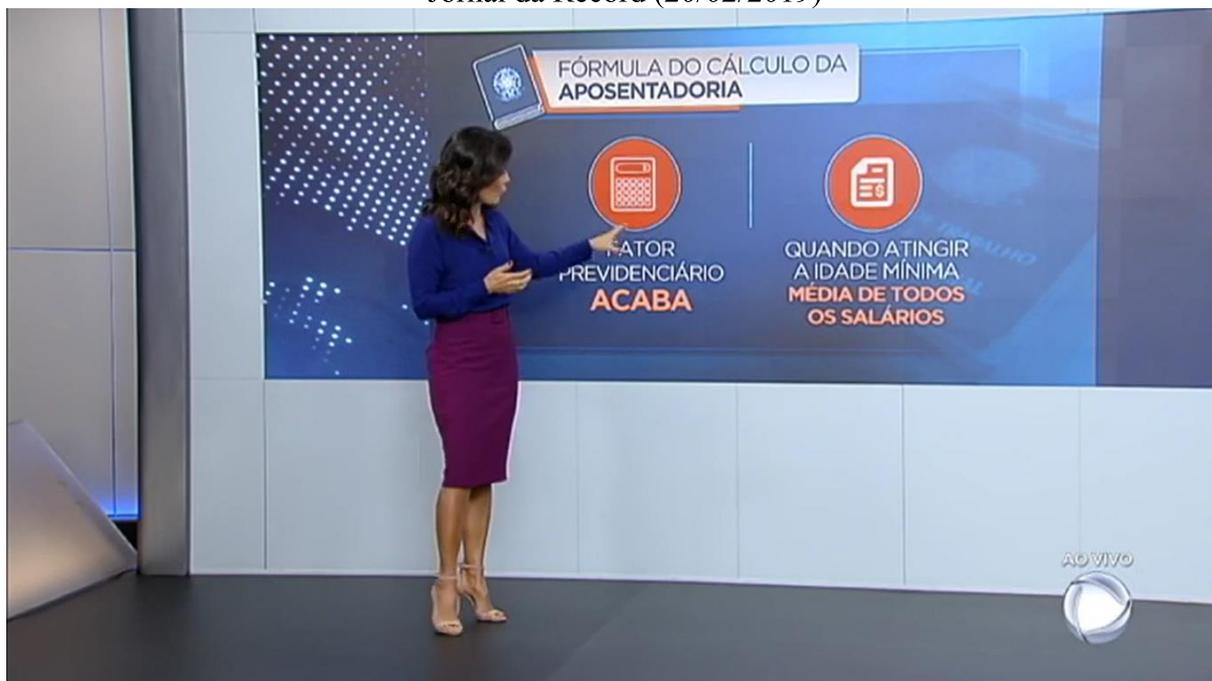
O dia 20 de fevereiro foi de dedicação ao tema no telejornal em análise. Foram quatro materiais audiovisuais produzidos. O primeiro deles foi a entrega do documento por Jair Bolsonaro à Câmara dos Deputados. Na bancada os apresentadores construíram enunciado que traduziu, mais uma vez, o telejornalismo como este lugar de referência afirmando que a população brasileira “parou pra pensar no futuro e entender como vão ficar as aposentadorias diante da proposta de reforma da previdência”.

A descrição cronológica do dia foi a linha condutora da reportagem: o reforço de informações já levadas ao ar ao longo dos dias que antecederam, o factual como a estratégia de entrega feita à Rodrigo Maia por Bolsonaro para demonstrar a importância o projeto para o governo, os R\$ 290 bilhões de rombo da previdência, as idades mínimas, o tempo mínimo de contribuição, sistema de capitalização, alíquotas unificadas e progressivas além da exibição do vídeo gravado pelo presidente e exibido em todas as emissoras de TV ressaltando a importância da reforma.

Os outros materiais serviram para detalhar o funcionamento das regras de transição da aposentadoria e, pela primeira vez, personagens deram início à reportagem, o que foi muito interessante do ponto de vista da construção da narrativa de buscar as populações afetadas.

Na sequência, uma reportagem exclusiva para tratar da economia estimada de R\$ 1 trilhão em dez anos a partir da aprovação da reforma. Já no outro material audiovisual houve o detalhamento, com a apresentadora diante de um painel interativo, de que mudanças seriam feitas em relação ao fator previdenciário.

Figura 75- Adriana Araújo explica cálculo da aposentadoria VT sobre reforma da Previdência  
- Jornal da Record (20/02/2019)



Fonte: Playplus.com

O dia 21 de fevereiro também não foi muito diferente do anterior no que diz respeito ao espaço que a reforma da Previdência ocupou do telejornal da Rede Record. Novamente quatro materiais audiovisuais preparados para tratar dos aposentados que continuavam no mercado de trabalho, do déficit de R\$ 51 bilhões com aposentadorias dos servidores, de como a nova Previdência poderia afetar os idosos mais pobres e da discussão que a Câmara começou sobre a reforma.

Neste último aspecto, a reportagem repetiu uma entrevista do ex-presidente do dia anterior abrindo o VT em que ele chamou atenção para a responsabilidade de todos. Reconheceu que errou no passado e que esse seria o seu apelo, uma palavra de "amigo" em que ele confiava o futuro do Brasil. O tom da narrativa reforça o peso político que buscou-se atribuir ao presidente. O trabalho do Congresso começou a ser detalhado. A reportagem adjetivou positivamente a visita de Bolsonaro à Câmara por aliados que “reconheceram no gesto o peso político da proposta” e mostrou rapidamente o protesto feito pela oposição. Projetou a tramitação para acontecer em 5 sessões da CCJ e outras 40 sessões da comissão especial. As fontes escolhidas para dar as nuances da recepção da proposta foram Bia Kicis, deputada PSL/DF, o Ministro Onyx Lorenzoni, o então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre.

A cobertura feita pelo Jornal da Record na sequência, concentrou-se em aspectos pouco trabalhados pela emissora na véspera. O dia 22 de fevereiro contou com cinco materiais audiovisuais, entretanto foram audiovisuais mais enxutos, com tempo mais curto e bastante objetivos nas informações. O primeiro deles gerou polêmica e tratou da aposentadoria de militares. As forças armadas ficaram de fora da reforma da Previdência, mas a perspectiva era de que em um mês o governo entregasse o texto final. Os integrantes das Forças Armadas teriam que permanecer na ativa por 35 anos, a alíquota de contribuição passaria a 10,5% e as pensões passariam a ser tributadas. A reportagem trouxe ainda a justificativa do governo de que, por ser modificada por meio de um projeto de Lei, a aprovação era mais fácil dependendo apenas da maioria simples. A projeção do déficit da previdência com as Forças Armadas era de que atingisse a casa dos R\$ 20 bilhões. Frisou-se que, ao tratar da aposentadoria de militares, a edição não se referiu ao déficit como rombo, da mesma forma como foi tratada a diferença financeira da aposentadoria civil. A explicação para deixar militares de fora nessa primeira etapa foi falta de tempo e a entrevista de Alessandro Molon, líder da oposição, inserida na sequência, afirmava que essa diferença de tratamento passava “sinal de que terão dois pesos e duas medidas”. Informação rebatida por Delegado Waldir, líder do PSL, então partido de Jair Bolsonaro, quando ele afirmou que a nova previdência sendo mais dura com privilégios, seria também com militares.

O segundo material audiovisual trouxe a perspectiva de que o presidente do Senado encurtasse em um mês a tramitação da reforma da Previdência. Na reportagem, chamou atenção a entrevista de Paulo Guedes em tom alarmista e ameaçador, quando ele ressalta o impacto do sistema de Previdência nas contas públicas com um avanço de R\$ 340 bilhões, em 2018, para R\$ 370 bilhões, em 2019, no déficit. O endividamento chegaria, segundo o Ministro da Economia, a R\$ 4 trilhões e que “isso é uma ameaça às aposentadorias futuras, bolsa escola, bolsa família e todas as políticas públicas de transferência de renda”. Novamente, a edição do telejornal silenciou opiniões divergentes não confrontando os argumentos de Guedes.

A perspectiva de limitar o acúmulo de benefícios em proposta para Previdência foi o aspecto abordado no terceiro VT do dia. A diferença entre os demais foi a inserção de personagem, uma trabalhadora afetada pela possibilidade de mudança. A professora além da aposentadoria acumulava a pensão do marido. O uso de personagens é uma estratégia narrativa (Coutinho, 2012) (Silva; Porcello, 2016) oriundo da tradição dramática da literatura. São histórias, dramas com início, meio e fim e vão se desenvolvendo diante dos públicos. Personagens são “tipos idealmente fabricados para os propósitos da ocasião” (Silva & Porcello, 2016, p.129) em que

suas capacidades, histórias de vida, qualidades e representações evocam situações semelhantes às vivenciadas pelos públicos que se identificam com os problemas e, dessa forma, se mantêm atentos e submetidos ao fluxo da informação jornalística.

Por fim, a edição do Jornal da Record no dia 22 de fevereiro trabalhou ainda a possibilidade de mudanças nas aposentadorias por invalidez e os pagamentos dos benefícios assistenciais a pessoas em situação de pobreza. A cobertura foi enxuta, limitada às informações do Ministério da Economia como fonte, sem a construção narrativa de juízos de valor e uso equilibrado de entrevistas favoráveis e contrárias às alterações.

O uso das personagens voltou à cena do noticiário da Rede Record quando a pauta foi a perspectiva de o governo federal diminuir desigualdade salarial na Previdência. O argumento utilizado foi, novamente, a economia: mais de R\$ 1 trilhão em dez anos.

A reportagem detalhou a vida laboral de Juventina Ribeiro, aposentada que tinha 62 anos e há 12 anos estava aposentada, porém seguia trabalhando por sua vontade de ser produtiva. Em seguida, a reportagem explicou cada um dos regimes previdenciários, novos personagens foram acionados para exemplificar cada um deles e o arremate foi por um especialista que retomou um argumento na construção de todo o conteúdo da cobertura sobre reforma ao longo do mês de fevereiro: havia um problema de transferência de renda de pobres para ricos no sistema previdenciário e ele precisava ser corrigido. O uso de personagens se manteve em outros dois materiais. No dia 26 de fevereiro, para falar do impacto das mudanças na Previdência sobre a vida dos jovens, quando o repórter Emerson Ramos descreveu a rotina de trabalho de pessoas recém-contratadas e como elas lidavam com o emprego formal e a possibilidade de guardar dinheiro para aposentadoria ou capitalização. A edição acionou um professor de economia da USP para explicar que seria preciso transformar o tempo em aliado e, cada vez mais, as pessoas fazerem seu esforço contributivo próprio com poupança e precaução.

Já no dia 28, a reportagem demonstrou as regras de transição na reforma da Previdência. Personagens foram descritos com imagens em seus respectivos ambientes de trabalho. Eram pessoas que estavam perto da aposentadoria e o gancho para a reportagem foi o daqueles que ainda não tinham entendido o que mudaria com a reforma. Foram colocadas as três alternativas de aposentadoria: idade mínima, pontos (tempo de contribuição + idade do trabalhador), pedágio de 50% sobre o tempo que falta e cada personagem se enquadrava numa situação. Entretanto as entrevistas com cada um deles os colocava em lugar de dúvida, a informação coube, mais uma vez a especialistas. A maneira de utilização dos personagens sugere então que,

nem sempre, a presença de muitas pessoas satisfaz o critério da multiplicidade de vozes e representatividades efetivas pois atravessamentos políticos e de ordem econômica agem na construção do telejornalismo.

importante que essa diversidade de vozes não seja reduzida à ideia de variedade de fontes nas produções dos telejornais. O conceito de vozes, como discutimos, é mais complexo, visto que diz respeito a perspectivas de enunciação, isto é, a pontos de vista sobre os temas, fatos, acontecimentos e problemáticas. Problematizar “quem fala”, “quando fala” e “em que circunstâncias fala” é pensar um pouco além da representatividade, por vezes, meramente formal e ilustrativa das produções jornalísticas em TV. É, ainda, uma forma de observar e criticar os modos historicamente pré-estabelecidos como os dizeres das fontes de informação são selecionados, recortados e apresentados aos telespectadores. Reconhecemos a importância de as reportagens e demais materiais do telejornalismo contemplarem fontes de vários tipos e identidades, mas sublinhamos que o discurso telejornalístico só pode ser considerado efetivamente plural quando congrega múltiplos e diferentes vozes. (...) O fenômeno da polifonia no telejornalismo não está desprendido de dimensões como a propriedade, o financiamento e o controle dos meios de comunicação, ou seja, não é indiferente as conformações políticas e econômicas da televisão. (Winch, 2018, p.13)

A emissora fez ainda o registro da fala de Rodrigo Maia sobre o início da tramitação da reforma da Previdência ficar para depois do carnaval de 2019, um atraso de 15 dias sob pretexto de dar mais tempo ao governo para articular apoio, inclusive na própria CCJ, e reduzir resistências, entre elas a demora no envio da reforma dos militares. A movimentação já sugeria a crise, registrada, por exemplo, pelo Jornal Nacional, mas ainda não havia sido verbalizado pelo Jornal da Record. O destaque da cobertura no dia 26 de fevereiro foi a recepção dos líderes de partidos aliados feita por Bolsonaro para defender a aprovação da reforma da Previdência. Havia, no VT, uma preocupação em registrar boa vontade com a reforma mesmo diante da emergência na revisão de pelo menos 4 pontos de acordo com Rogério Marinho.

No dia 27 de fevereiro, novamente foi acionado o argumento da economia de R\$ 1 trilhão com nova Previdência. A reportagem deixou transparecer um tom autoritário por parte do governo federal no início da construção ao dizer que ele estabeleceu limites na negociação com o Congresso quanto à reforma da Previdência. Entretanto, essa “forçada de barra” inicial indicava a tentativa de equilibrar as informações que viriam na sequência. Situação ruins para a imagem do governo que, ao longo de toda a campanha eleitoral, criticava a política do toma-lá-dá-cá. Assim, a negociação dos cargos em troca de apoio também foi registrada informando que além de entregar a aliados as indicações a cargos regionais houve a promessa de não bloquear as emendas parlamentares.

Além disso, a narrativa deu conta de que o governo acenava aos governadores com a possibilidade de renegociação de dívidas e repasse de verbas, mas tudo depois de votada a previdência. Como desdobramento dessa situação, a notícia do dia seguinte foi a de que Bolsonaro admitiu mudar idade mínima da aposentadoria para mulheres. A informação, como se sabe, foi dada durante um encontro com jornalistas que a Rede Record, a princípio, desconsiderou na cobertura uma vez que a reportagem não estava disponível no repositório e foi apenas citada. Na reportagem do dia 28 de fevereiro, inclusive, não foi feita a menção ao desconforto com esta afirmação do presidente, congressistas e Rodrigo Maia, indicando novamente a estratégia de silenciamento do Jornal da Record para poupar o desgaste na imagem de Jair Bolsonaro. Desgaste que foi registrado ao longo do mês de fevereiro com algumas polêmicas envolvendo Jair Bolsonaro e seu governo, a principal delas estava imersa em denúncias de candidaturas laranja no partido do ex-presidente e a demissão do Ministro Gustavo Bebianno depois de brigas com o filho do ex-presidente, Carlos Bolsonaro, serem trazidas a público como será apresentado adiante. Antes disso, é importante analisar a cobertura pela emissora de TV pública, a TV Brasil.

Foi uma cobertura bem mais modesta composta por 10 materiais audiovisuais. A redução pode ser explicada em função de a cobertura pelo Repórter Brasil ter se atido ao factual da elaboração, entrega e início da tramitação da reforma da Previdência. As três versões possíveis, foram apresentadas numa entrada, ao vivo, da repórter Roseann Kennedy no dia 05 de fevereiro. Ela trouxe as informações de que o Ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a equipe econômica trabalhava para conseguir a economia de R\$ 1 trilhão nos gastos da previdência dentro de um período de dez anos e que não detalhou os planos, apesar de serem três possibilidades. Disse que a idade mínima ficaria, inicialmente, em 57 anos para mulheres e 62 para homens e em relação a capitalização, que seria um segundo capítulo. Além disso, a repórter complementou com um pouco do processo legislativo para a tramitação da proposta: mínimo 308 votos para aprovar uma PEC. E trouxe a expectativa de Rodrigo Maia na mobilização de apoio a esta PEC.

Em 06 de fevereiro, o destaque do Repórter Brasil foi a possibilidade de Paulo Guedes apresentar a proposta de reforma da Previdência aos governadores no dia 20 de fevereiro. Na cabeça da reportagem, Pedro Pontes e Katiúscia Neri apontavam para uma reunião do ministro com os governadores do nordeste. Já as informações detalhadas, ao vivo, deram conta de que foi o primeiro encontro dos governadores do nordeste desde a posse de Jair Bolsonaro e eles demonstraram preocupação com o déficit dos estados. Ressaltaram a necessidade da reforma

da previdência e enunciou-se a mobilização do governo para que governadores pudessem mobilizar suas bancadas no período de votação da reforma da previdência sem, contudo, trazer as discussões de troca de favores destacadas nas coberturas dos demais telejornais.

Diferentemente dos dias anteriores, o dia 07 de fevereiro foi marcado por um VT em que Paulo Guedes defendia a nova modalidade de contratação trabalhista, um modelo alternativo de carteira de trabalho em que o trabalhador poderia escolher que direitos queria ter. Na reportagem, a Carteira Verde-amarela foi descrita como a possibilidade de menos encargos para empregadores e os trabalhadores escolheriam direitos. Como argumentos, o Ministro ressaltou a existência de 46 milhões de pessoas sem carteira assinada no Brasil e creditou a responsabilidade aos encargos trabalhistas. Com um modelo previdenciário diferente seria possível chegar a um índice de empregabilidade de jovens de quase 100%. A reportagem foi encerrada sem qualquer contraponto de movimentos sindicais, de trabalhadores ou instância representativa. Novamente o silenciamento que, desta vez, está numa emissora pública em que um dos princípios é exatamente o de diversidade de vozes e opiniões, que deveria “ter como premissa e/ou promessa promover uma melhor compreensão da realidade, tornando mais próximo e efetivo, seu entendimento e apropriação pelos telespectadores” (Coutinho, 2013, p. 29).

Comportamento repetido, mais uma vez, no dia 14 de fevereiro quando o governo propôs a idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres. Na entrada ao vivo, Mariana Jungmann explicou que Jair Bolsonaro se reuniu com pessoas do governo ao longo do dia: Paulo Guedes, Onyx Lorenzoni, Major Vitor Hugo. Além disso informou que o “martelo foi batido” em relação as idades mínimas para aposentadoria. Ela destacou que o texto passaria por ajustes formais e seria assinado na semana seguinte. Apesar de mostrar uma disputa de interesses nas esferas do poder ao redor da pauta, o material audiovisual demonstrou um consenso pós-negociações e, contrariando as premissas do jornalismo público, não trouxe confronto ou análise em relação ao que mudaria e os impactos das mudanças.

Esse detalhamento ficou para o dia 20 de fevereiro quando o factual da entrega do documento aos deputados ganhou os noticiários. A cobertura foi composta pela exibição de dois VTs ligados por entradas vivo. O primeiro deles mais factual e o outro tendo características pedagógicas de instrução e esclarecimento da população. Por fim, a edição do telejornal preparou uma reportagem com a repercussão. Diferentemente dos outros dois canais, a TV Brasil preferiu tratar do tema em um único bloco. Além disso, anunciou uma entrevista exclusiva do Ministro Paulo Guedes em outro horário da programação.

O primeiro audiovisual construído pelo repórter Paulo Leite descreve uma movimentação no plenário. A imagem de Bolsonaro subindo sorridente uma escada, acompanhado de muitas pessoas, foi a selecionada para estampar o início da reportagem que seguiu narração em *off* detalhando a cena: “ele atravessou o Congresso acompanhado dos presidentes da Câmara e do Senado e a única parada foi na presidência da Câmara onde entregou a proposta que pode mudar a aposentadoria dos brasileiros”.

Figura 76- Bolsonaro chega ao Congresso com Maia e Alcolumbre VT sobre reforma da Previdência - Reporter Brasil (20/02/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

O repórter Paulo Leite explicou a tramitação que se seguiria e um novo material audiovisual foi exibido. Dessa vez, tratando da capitalização na reforma e das críticas que a ideia recebeu. Inicialmente, foram descritos os sistemas previdenciários e reafirmado que “todos no vermelho”. Por fim, a repercussão com posições favoráveis e críticas. Tão logo o texto chegou, descreveram Pedro Pontes e Katiuscia Neri, o documento já começou a ser esmiuçado. Para a oposição o texto tratava de forma igual pessoas com condições sociais diferentes o que prejudicaria os mais pobres. Já os governistas defendiam que o texto estava alinhado com as necessidades econômicas do país e acabava com privilégios.

Importante salientar as fontes trazidas para este debate. A primeira delas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que pretendia instalar ainda naquela semana a Comissão de Constituição e Justiça para começar a contar os prazos de tramitação. Depois foi Jair Bolsonaro

alegando saber das dificuldades da tramitação, mas afirmando contar com a “competência, o patriotismo e compromisso dos congressistas em salvar o Brasil economicamente”. Asseverou que não havia outra saída e admitiu que, no passado, errou quando não apoiou mudanças na Previdência.

Já o Ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou a perspectiva da remoção dos privilégios, da redução das desigualdades e democratização da poupança. Além disso, disse acreditar que a aceleração do crescimento e a garantia da transição com o sistema de capitalização permitiria a geração de empregos nos próximos anos. Na sequência, João Dória, então governador de São Paulo, alegou que a reforma era vital para o Brasil se quisesse crescer, gerar empregos e diminuir a pobreza. O então governador do Maranhão e hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, trouxe posicionamento dissonante. Ele afirmou que a reforma se tratava de uma armadilha caso o sistema de capitalização fosse introduzido. Assim também foi a entrevista de Jandira Feghali, do PCdoB/RJ. A parlamentar afirmou não existir, na proposta, sistema igualitário justo. Assegurou que quem estava perdendo eram os pobres e que o centro da proposta atingiria, exatamente, os 83% da população que ganhavam até dois salários-mínimos na época. Ainda foram ouvidos Joice Hasselmann, do PSJ/SP, e Davi Alcolumbre, presidente do Senado, entusiastas da medida.

Nos dias seguintes, a cobertura do Repórter Brasil se dedicou a apontar os principais pontos da reforma da Previdência. Em 21 de fevereiro adotou um caráter pedagógico para explicar a tramitação no Congresso, detalhar os casos de pensões por morte e o cálculo do valor da aposentadoria. Dois dias depois, em 23 de fevereiro, foi a vez das regras de transição. A reportagem exibiu o movimento nos postos do INSS que havia aumentado, descreveu as filas e dúvidas sobre as regras de transição e, na sequência, a reportagem detalhou cada uma das mudanças. O tratamento das personagens foi distinto de todas as outras coberturas. Foi feita uma junção das entrevistas com artes gráficas que ilustravam os casos de cálculos de aposentadorias apresentados no audiovisual.

Figura 77- Arte Gráfica professor Hélio Filho VT sobre reforma da Previdência - Repórter Brasil (21/02/2019)

TVBrasil

**HÉLIO CHAVES FILHO**  
PROFESSOR

idade: **52 anos**  
contribuição: **32 anos**

**ATUALMENTE**  
faltam 3 anos de contribuição

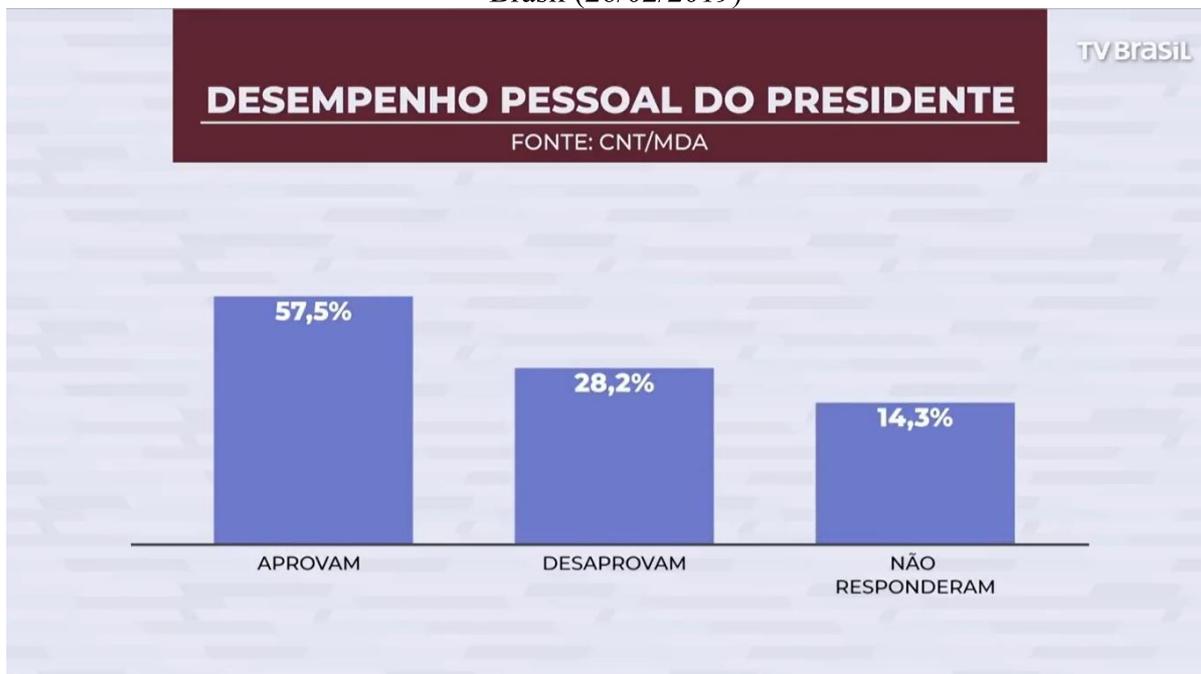
outra regra de transição:  
**não são + 15 anos de trabalho**

Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Foi exibido ainda um material indicando a reunião de Bolsonaro com líderes de partidos para discutir a reforma da previdência no dia 26. Houve, no final, uma entrevista de Rogério Marinho garantindo ter identificado entre os parlamentares um sentimento de colaboração.

Na mesma edição, foi apresentada uma pesquisa de popularidade em que Bolsonaro tinha 57,5% de aprovação em seu desempenho pessoal.

Figura 78- Desempenho pessoal do ex-presidente VT sobre reforma da Previdência - Repórter Brasil (26/02/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Um material um tanto quanto tendencioso uma vez que, nesse mesmo período, as discordâncias com Rodrigo Maia já estavam sendo ventilados pela imprensa de um modo geral. No dia seguinte, a costura das relações e uma tentativa de apaziguamento foi noticiada pela emissora. Os apresentadores afirmam que Paulo Guedes se reuniu com Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre para tratar da reforma da Previdência, uma reunião para aproximar Congresso e governo de acordo com a parlamentar Joice Hasselmann. Ela, em entrevista, disse: “Não está fechado para que possa haver conversa. Não dá para se aprovar uma reforma pela metade. Então precisa da aprovação de uma reforma que significa uma economia de trilhão, não se pode desfigurar a espinha dorsal da reforma”. Dando indícios do mal-estar sem que ele fosse detalhado pelo Repórter Brasil.

#### 7.4 MINISTRO GUSTAVO BEBIANNO E CANDIDATURAS LARANJA

Em relação à polêmica envolvendo o então Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência do Brasil, Gustavo Bebianno, Jair Bolsonaro e seu filho, Carlos Bolsonaro o Jornal Nacional foi o que dedicou mais tempo ao tema. Foram 52 minutos de programação ao longo de 10 VTs enquanto o Jornal da Record utilizou 15 minutos da sua programação em 7 materiais

audiovisuais e o Repórter Brasil 2 minutos de um único material produzido. Inclusive a entrada de TV Record e TV Brasil na pauta foram tardias em relação à TV Globo que, assim como em outras polêmicas envolvendo o governo Bolsonaro se vale do debate público para esgotar as possibilidades de cobertura daquilo que interfere diretamente na imagem do presidente.

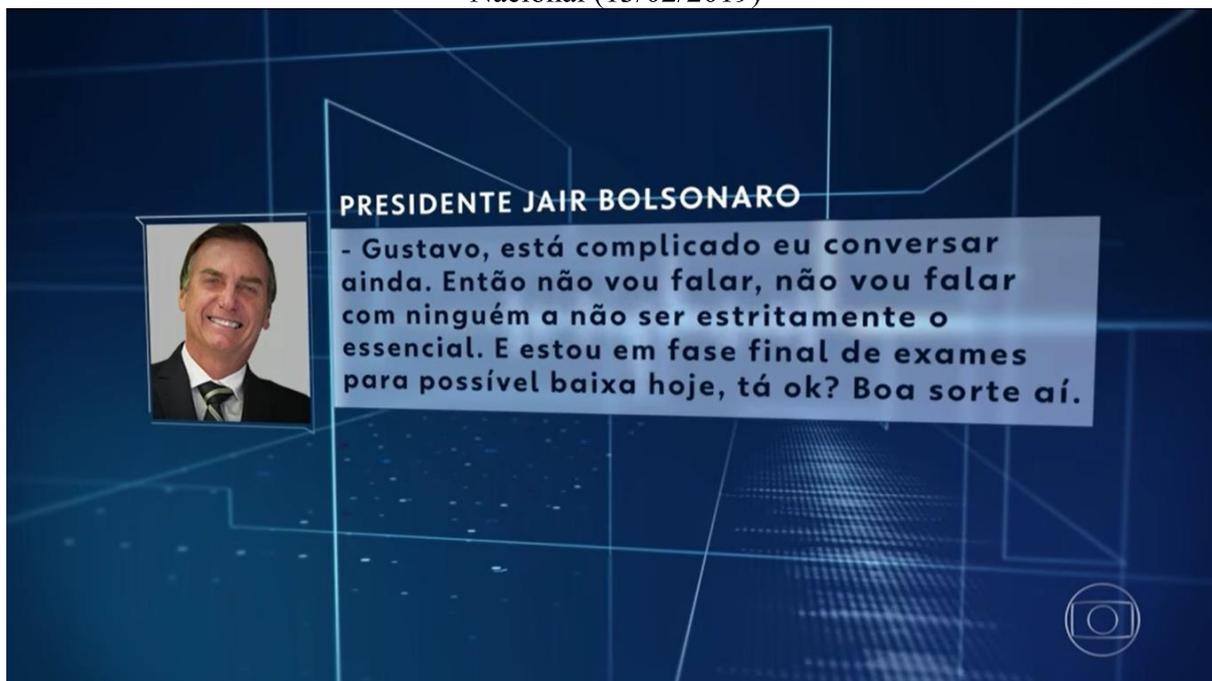
A cobertura do Jornal Nacional começa no dia 13 de fevereiro, a partir da divulgação, pelo jornal Folha de São Paulo<sup>77</sup>, de uma suposta candidatura laranja envolvendo o nome de Maria de Lurdes Paixão, Luciano Bivar, Gustavo Bebianno e o partido do ex-presidente, o PSL.

Na cabeça da reportagem, o enunciado era o de que “o filho do presidente Jair Bolsonaro, o vereador Carlos Bolsonaro, abriu crise no governo” e, de acordo com as informações reproduzidas pelo Jornal Nacional, o PSL havia destinado R\$ 400 mil para uma candidata laranja em Pernambuco. Ela concorreu para deputada federal e foi a terceira maior beneficiada com os recursos financeiros do fundo partidário que era coordenado por Gustavo Bebianno. Os rumores de uma crise que se instalava no governo começaram a surgir. Procurado pela imprensa Bebianno disse que, por três vezes, tinha falado com Jair Bolsonaro sobre a situação. O filho do presidente entrou no caso e desmentiu a informação divulgando um áudio do pai. Carlos desmentiu divulgando um áudio do pai.

---

<sup>77</sup> Partido de Bolsonaro criou candidata laranja para usar verba pública de R\$ 400 mil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/partido-de-bolsonaro-criou-candidata-laranja-para-usar-verba-publica-de-r-400-mil.shtml> Acesso em: 07/07/24

Figura 79 - Áudio de Jair Bolsonaro VT sobre exoneração de Gustavo Bebianno - Jornal Nacional (13/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A reportagem terminou com a informação de que a Polícia Civil abriu investigação da candidatura de Maria de Lurdes Paixão e a Procuradoria Regional propôs uma impugnação da candidatura. Maria de Lurdes foi intimada.

Este conjunto de audiovisual sobre o caso é interessante para o presente trabalho porque mostra o Jornal Nacional se colocando como realizador, ao lado de outros veículos, como um fiscal dos poderes, o chamado quarto poder. Mayara Santana (2023) define este espaço que o jornalismo ocupou como um lugar de apropriação. O jornalismo dotou-se de uma função política e de poder policial.

O ideal do jornalismo como um quarto poder trata-se de uma apropriação do princípio da divisão de poderes constitucionais, referendado pela teoria democrática, e que foi resignificado para o pertencimento singular e exclusivo da imprensa. O princípio do quarto poder dota o jornalismo de uma função política e de um poder de polícia, ou seja, de vigilância e monitoramento de agentes públicos e demais instituições em nome dos cidadãos. O quarto poder concretiza a representação de que o jornalismo é um sistema simbólico suficientemente importante para as democracias, mas não para ser institucionalizado dentre a clássica e legal separação constitucional dos poderes. Trata-se, portanto, de um ideal baseado em uma força infralegal pertencente à privada instituição do jornalismo de referência, mas que atua enquanto um serviço público em defesa do cidadão. É um princípio necessário para o jornalismo nas democracias e disputado também por outros agentes, por se pontuar como um contrapoder. Contudo, é um poder

limitado do jornalismo em seu escopo de sanções. Ademais, o quarto poder da imprensa tem sido descaracterizado de sua finalidade originária de guardião das instituições democráticas, da forma como vem sendo operacionalizado pelo jornalismo contemporâneo, em direção ao entretenimento, ao sensacionalismo e em detrimento da investigação profunda. (Santana, 2023, p.16)

A reportagem demonstrou uma observação para as atitudes do governo e, principalmente, os fatos que essa primeira atitude movimentou. O Jornal Nacional explorou, inclusive, a expectativa do embate entre Bebianno e Carlos Bolsonaro. No dia 14 de fevereiro, os apresentadores explicaram que a crise seguiu rendendo. Ilustrou o tumulto com imagens da movimentação no Planalto e demonstrou a tensão existente nos bastidores com a aparente contradição entre o dia ter sido sem agendas oficiais, anúncio de Gustavo Bebianno sobre a participação em reuniões posteriormente desmentido. A reportagem de Délis, acionou o arquivo para retomar toda a história, da denúncia feita pela Folha de São Paulo até a negação do ministro sobre o desgaste. A repórter, em sua passagem, assegurou que o governo escondia o incômodo embora ele existisse. Disse que maioria dos aliados de Bolsonaro estava ao lado do ex-ministro e os "bombeiros de plantão" tentavam apartar a briga e acalmar os ânimos.

Joice Hasselmann e Major Olímpio, ambos do PSL, foram entrevistados. Eles defenderam a apuração do caso, revelaram a preocupação dos líderes no Congresso com os desdobramentos. Olímpio tentou minimizar o fato de Bolsonaro não ter defendido o ministro dos ataques do filho e deu sua opinião ao pontuar que Jair Bolsonaro precisava “aprender a controlar os filhos”.

Sérgio Moro, Ministro da Justiça foi trazido para o contexto da narrativa como sendo aquele que traz a solução. Confirmou que a Polícia Federal conduziria as investigações sobre as candidaturas suspeitas de utilizar candidaturas laranjas para receber o dinheiro de campanha. A reportagem retomou ainda um outro caso de crise semelhante: outra candidatura laranja do PSL, mas envolvendo o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, no início de fevereiro, que não alcançou tamanha repercussão.

A repercussão da crise ganhou contornos bastante expressivos pelo tom de “lavação da roupa suja” nos meios digitais. O burburinho tomou conta da agenda política, mas sem muitas pessoas querendo se envolver. Tanto que a reportagem do dia 14 de fevereiro trouxe fontes do entorno do presidente sem, contudo, nominá-las.

A cabeça da reportagem já deu o tom com o qual ela seria construída. Renata Vasconcelos começou a sua enunciação dizendo que “as reações à crise foram imediatas” e que políticos “atuaram para diminuir a temperatura” além de cobrar soluções de Bolsonaro para o Problema.

Já o destaque de Andreia Sadi na reportagem foi o de Gustavo Bebianno ter cogitado algumas vezes em pedir a demissão e tratou a crise como uma chantagem de Carlos Bolsonaro. Na passagem, a repórter afirmou que a “ala militar”, tão cara e presente no governo Bolsonaro, havia ficado preocupada com a crise e os desdobramentos e queria evitar a demissão antes Bebianno conversasse com Bolsonaro e se explicasse. Sadi informou que o grupo trabalhava para “colocar panos quentes” para não permitir que as questões familiares atrapalhassem o desenvolvimento da agenda política.

A percepção foi a de que narrativa do Jornal Nacional não poupou críticas ao presidente quando ele cedeu espaço para os filhos e acabou por fazer as vontades de cada um deles. Houve um esforço em demonstrar que as questões familiares e particulares da família interferiam na condução do país, trazendo uma espécie de amadorismo de Jair Bolsonaro. Nesse aspecto, a imagem de pai explorada pela edição do telejornal, destoa da figura de pai proposta por Schwartzberg (2205). Nos estudos do autor, a figura paterna está ligada ao saber, à autoridade e competência. O pai seria capaz de ser o bastião da pacificação, provedor da segurança. O que, claramente não é a impressão que a reportagem em análise busca.

Entretanto, os pesquisadores José Luciano Aires e Faustino Neto (2010), ao discutir o Estado do espetáculo a partir da obra de Schwartzberg atentam para o fato de que a conduta dos descendentes dos políticos também tem o poder de influenciar na percepção do político. Os autores asseveram que “os filhos e netos dos políticos também não têm vida privada. Devem se comportar conforme a teatralização política dos adultos. Ter filhos e netos representa a imagem do bom pai ou do bom avô para confirmar suas qualidades de bom pai ou bom avô da nação que governa. (Aires; De Queiroz, 2010, p.3143).

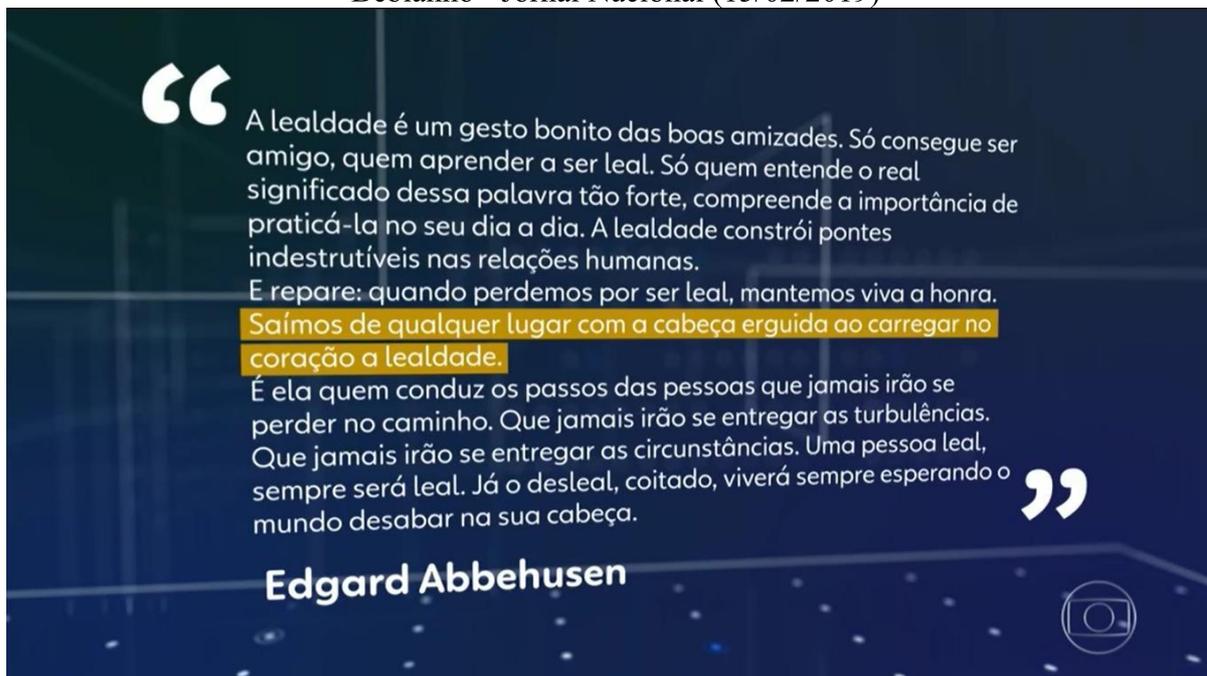
Com base nesse aspecto, o inverso também se aplica. Pode-se dizer que, no caso da Família Bolsonaro, as ações dos filhos, suas trapalhadas, falta de tato, a suspeitas de envolvimento em escândalos de corrupção também provocavam uma conexão com a índole do pai. Nas entrelinhas e, eventualmente, até expresso por entrevistas selecionadas pela edição, o que a narrativa sugere é que se o pai não tem controle e repreende as atitudes dos filhos, no mínimo, ele concorda ou pensa da mesma maneira. Assim, as atitudes adotadas por Jair Bolsonaro e de

sua família estão sobre escrutínio público o tempo todo. O que justifica, por exemplo, a cobertura da sua internação como foi detalhada anteriormente.

Para além de atrelar a imagem de Bolsonaro aos rompantes dos filhos, o Jornal Nacional ainda ampliou a dimensão do fato tornando público um levantamento de dados bastante robusto sobre suportas candidaturas laranjas, fato gerador da crise. No dia 15 de fevereiro, depois de noticiar uma reunião entre Bolsonaro e Bebianno para discutir a permanência do ministro no cargo, o telejornal levou ao ar uma reportagem de 7 minutos que detalhou as suspeitas de 51 deputadas e deputados com candidaturas possivelmente irregulares em todo o Brasil. Reafirmando, no telejornal, o seu lugar de fiscal do poder. Embora tenham conversado não houve acordo, o noticiário do dia seguinte trouxe a informação de que Gustavo Bebianno já esperava ser exonerado.

O destaque da reportagem do Jornal Nacional foi uma postagem feita pelo ex-ministro em suas redes sociais. Em tom de desabafo Bebianno falou em lealdade e cabeça erguida. A construção narrativa não foi usual para o JN, começar um VT com aspas seguido da repetição de imagens de Bebianno nos VTs anteriores indica poucas aparições prévias, um personagem pouco habitual das reportagens.

Figura 80- Postagem de desabafo de Gustavo Bebianno VT sobre exoneração de Gustavo Bebianno - Jornal Nacional (15/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Novamente a reportagem disparou contra a interferência dos filhos do ex-presidente. Mesmo diante do apelo de ministros a crise passou pela influência deles com o pai. A reportagem pontuou que Bolsonaro acusou Gustavo Bebianno de vazamento de informações do Governo para a imprensa. Depois de detalhar toda a crise, a narrativa trouxe a entrevista do ex-vice-presidente Hamilton Mourão corroborando com a ideia defendida pela emissora: “Bolsonaro vai resolver a questão da influência dos filhos no governo. Se quisesse Carlos Bolsonaro no governo o teria o meado para lá. Bolsonaro está dando um tempo para isso”.

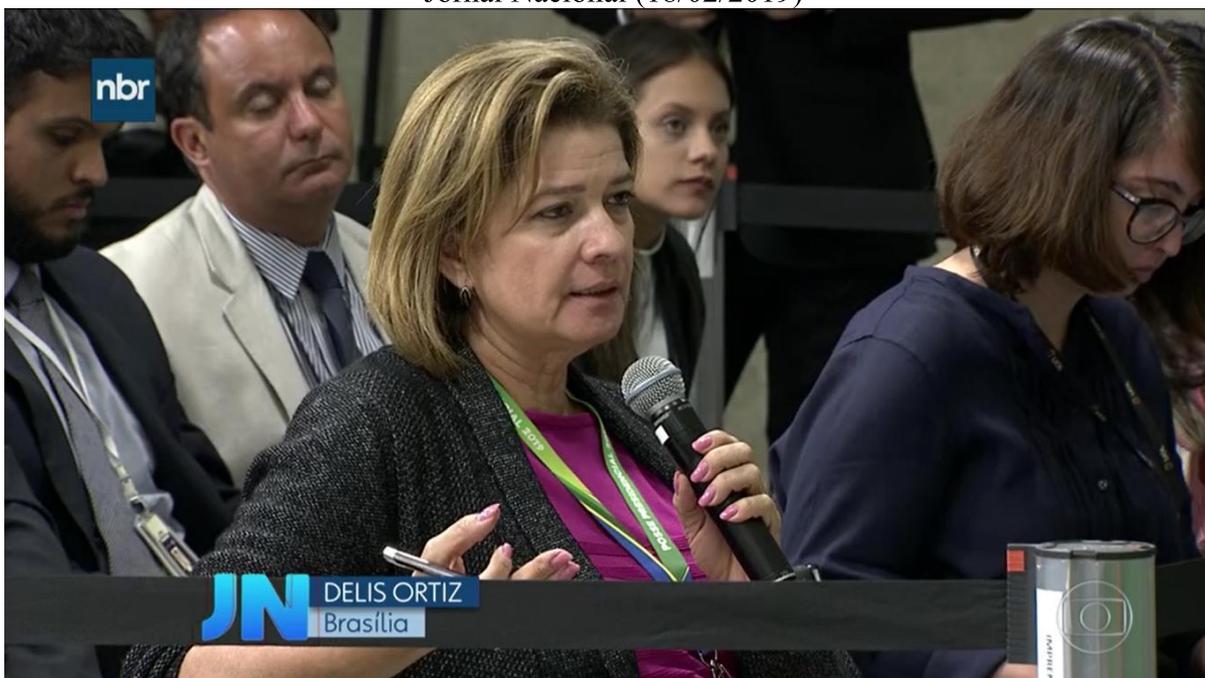
Três dias depois, Gustavo Bebianno foi exonerado do cargo de ministro da Secretaria Geral. A reportagem de Délis Ortiz buscou demonstrar o esforço de ministros em ajudar Bebianno. Onyx Lorenzoni, disse a repórter, “madrugou no Palácio da Alvorada para discutir a crise em torno de Bebianno”. Mas tempos depois Hamilton Mourão confirmou a exoneração. O audiovisual se dedica então a retomar as origens da crise e trouxe um fato novo: as divergências entre Bebianno e Carlos Bolsonaro começaram na transição do governo. A reportagem sugeriu que, depois do período de transição, houve uma insatisfação e uma espécie “pirraça” de Carlos Bolsonaro: Bebianno seguiu ministro e Carlos seguiu sem cargo no governo.

A reportagem seguiu dando detalhes da coletiva de imprensa convocada para o anúncio. Este aspecto é, particularmente, interessante à pesquisa pois são raros os momentos em que o trabalho dos bastidores ganha a narrativa. Essa reportagem registra a dinâmica do trabalho de apuração.

Primeiro, Délis informa que o anúncio demorou. A edição de imagens insere um trecho da captura dos cinegrafistas em que o porta-voz, Otávio Barros, olha o relógio e, em off, a reportagem segue explicando a razão do atraso: “estavam costurando um jeito menos traumático para a saída”.

Depois de o porta-voz ler a nota e dar poucos motivos para exoneração, a edição usou a pergunta incisiva de Délis e deixou claro o constrangimento do porta-voz, reforçando o papel do jornalismo, da imagem que as pessoas fazem (ou deveriam) dos profissionais da imprensa.

Figura 81- Délis Ortiz em coletiva de imprensa VT sobre exoneração de Gustavo Bebianno -  
Jornal Nacional (18/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

"Embora seja de foro íntimo, também é um tema público a razão do desentendimento do ministro com o presidente. Não dá gente fazer de conta que não sabe. A gota d'água foi o laranjal do PSL. O que pesou foi a postura do ministro, a questão do partido do presidente? Porque se foi a questão do partido, é o mesmo laranjal do Ministro do Turismo e sobre ele ninguém fala nada. É só para gente não ficar fazendo de conta que não viu." (Ortiz, 2019)

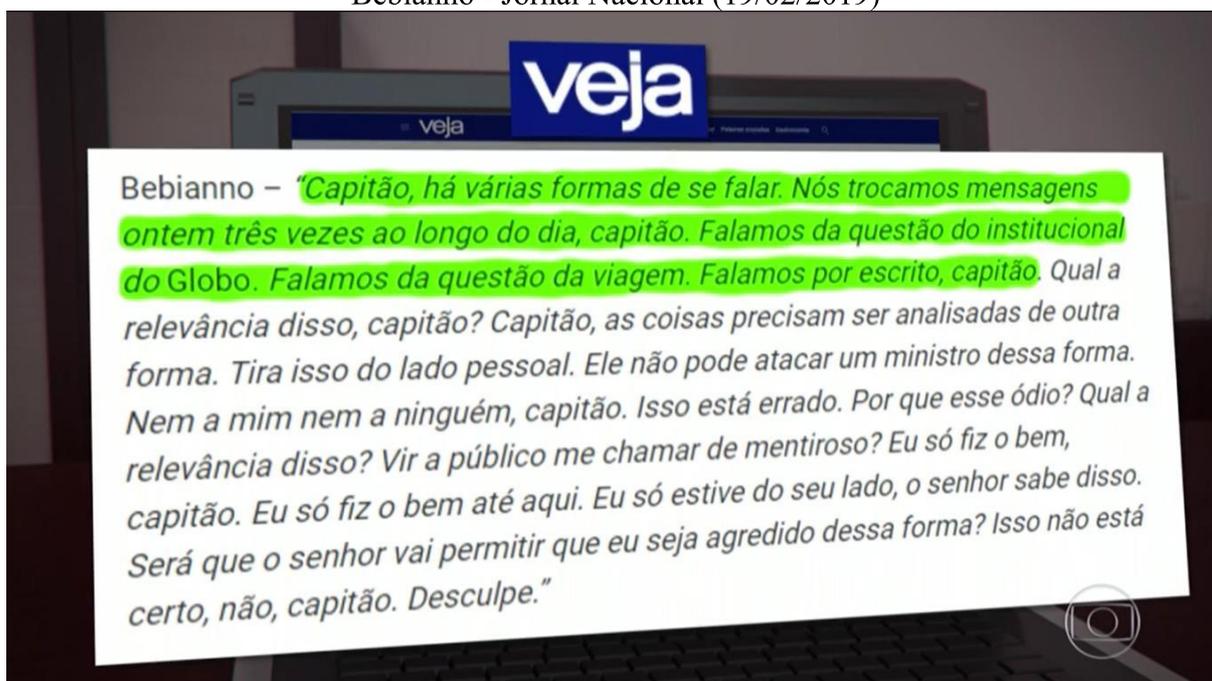
Na sequência, ela lembrou do caso do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, mas frisou que ele permanecia ministro. Houve crítica do tratamento diferenciado. Logo depois do anúncio, Bolsonaro gravou um vídeo e, como era esperado, o presidente fez um discurso justificando o rompimento com ruídos na comunicação. Bolsonaro afirmou que desde a semana anterior “diferentes pontos de vista sobre questões relevantes trouxeram a necessidade de uma reavaliação (...) pode ter havido questões mal-entendidas de parte a parte. Não sendo adequados pré-julgamentos.”

Como é hábito na cobertura da Rede Globo, a reportagem seguinte trouxe a repercussão. A exoneração, segundo a reportagem, levou ao Congresso a preocupação com o impacto da demissão sobre a reforma da Previdência. A narrativa deu como certo que, se não houvesse a demissão, o ministro seria o articulador nas discussões entre Congresso e Governo, principalmente com Rodrigo Maia. Entre os entrevistados estavam, Augusto Coutinho, deputado e líder do SD/PE, pedindo calma, Rubens Bueno, deputado PPS, afirmando que a

demissão não resolveria o problema, seria necessária uma mudança de postura. “O governo vem provocando suas próprias crises mesmo antes de as reformas chegarem no Congresso”. Já Delegado Valdir, PSL/GO, disse que o impacto da saída de Bebianno era “página virada”. Randolfe Rodrigues, Rede/AP, ao contrário, destacou Bebianno como personagem central na articulação do governo, “Era um dos poucos que tinha interlocução com o Congresso”. Por fim, Major Olimpio, líder do PSL no Senado, relativizou colocando que o presidente tinha liberdade para escolher quem ficava e quem saía do governo.

Entretanto, o ápice da crise veio no dia 19 de fevereiro. A discussão em aplicativos de celular teve áudios vazados e toda a conversa entre Bebianno e Jair Bolsonaro exposta. O teor do conteúdo mostrou que, sim, os dois haviam conversado e que a quebra de confiança se deu quando Bebianno recebeu um executivo da TV Globo no Planalto. A nota trouxe que a revista Veja havia divulgado mensagens de áudio entre o presidente e Gustavo Bebianno e que havia rumores da exoneração. Bonner e Renata Vasconcelos seguem elencando os fatos do desenrolar de toda crise. E o percurso segue até a parte em que Bebianno é tratado como mentiroso. É então que Willian Bonner diz: "Mas os áudios divulgados pela Veja mostram que o então ministro, de fato, trocou mensagens de Whatsapp com o presidente." Colocando assim Bolsonaro e o filho como sendo os verdadeiros mentirosos.

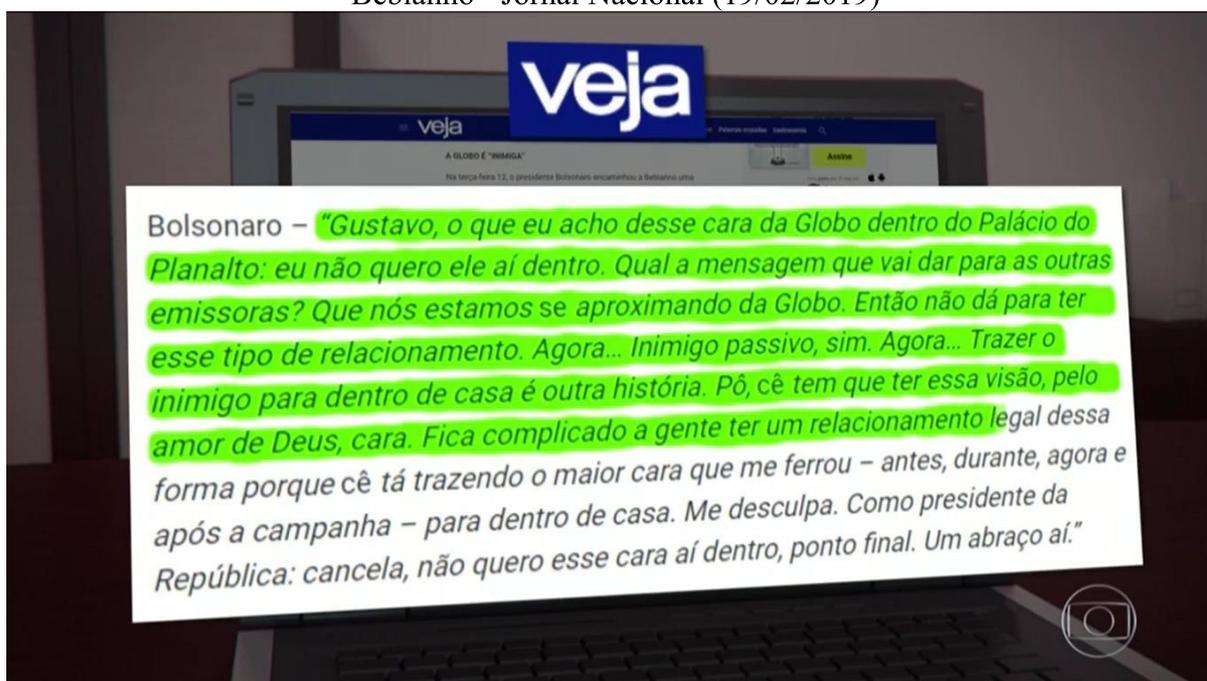
Figura 82 - Transcrição de áudio de Gustavo Bebianno VT sobre exoneração de Gustavo Bebianno - Jornal Nacional (19/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A partir daí, seguiram os comentários de Renata e Bonner seguidos das exibições das mensagens. O áudio que tratou da agenda pública do ministro com uma visita do executivo da Rede Globo, vice-presidente de relações institucionais, Paulo Camargo, às 16h, teve um tratamento mais detalhado pela edição. Na conversa entre os dois revelada pela conversa, o JN destacou a parte em que Bolsonaro colocou a emissora como inimiga e que ao fazer contato com a Globo, Bebianno o colocaria em posição delicada com as outras emissoras.

Figura 83 - Transcrição de áudio de Jair Bolsonaro VT sobre exoneração de Gustavo Bebianno - Jornal Nacional (19/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

O áudio entrou no ar e, na sequência, a nota do Grupo Globo foi lida. Um editorial. A Rede Globo fez o que nenhuma outra emissora fez na cobertura e explicou nos mínimos detalhes o problema. A nota impôs a diferenciação do tratamento da notícia e deu a definição de jornalismo que a emissora entende como sendo o que ela faz.

"O Grupo Globo considera que não tem e nem cultiva inimigos. A própria natureza da atividade jamais permitiria qualquer postura em contrário. Hoje, como sempre, sua missão é levar ao público jornalismo independente. Dando transparência a tudo que é relevante para o país e entretenimento de qualidade. O Grupo Globo continuará a trabalhar nessa mesma direção. A visita de Paulo Tonet Camargo, vice-presidente de relações institucionais do Grupo Globo ao então Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, constava da agenda pública do ministro, divulgada na internet. Visitas de diretores do Grupo Globo a autoridades dos diferentes poderes, servidores públicos, executivos de empresas e representantes da sociedade civil são rotineiras e, nesse aspecto, o Grupo Globo não se diferencia de qualquer grupo empresarial que pretenda ouvir todas as vozes de uma sociedade livre de forma transparente e com agenda pública, mantendo relações estritamente institucionais e republicanas." (Globo, 2019)

Lida a nota, a exibição dos áudios seguiu. Bolsonaro desfilou uma série de situações que em ele acreditava que havia faltado à Bebianno comprometimento com o governo e bom-senso. Bolsonaro reclamou que Bebianno estaria tentando colocar para ele a responsabilidade das candidaturas laranja e que a Polícia Federal iria investigar o caso.

Já Gustavo Bebianno reclamou das agressões do filho do presidente. Reforçou que trocou, sim, mensagem com o presidente. Advertiu o presidente de que Carlos não poderia chamar ninguém publicamente de mentiroso. Bebianno negou vazar para a imprensa e explicou sua função na distribuição de verbas responsabilizando Luciano Bivar sobre o repasse em Pernambuco.

Outra vez, a reportagem que se seguiu foi a de repercussão dos fatos. A reportagem deu relevo a Bebianno ter trocado sua foto do perfil nas redes sociais. Antes ele aparecia do lado do ex-presidente, na nova estava só e com uma metralhadora. Na sequência, foram entrevistados o Deputado delegado Valdir, que minimizou a divulgação dos áudios, Joice Hasselmann, que temia por prejuízos na base aliada, Elmar Nascimento, que disse que a crise era superficial e gerada a partir do próprio governo. Júlio Delgado se posicionou dizendo que o caso atrapalhava a formação da base de apoio no congresso e completou que as conversas existiram e poderiam ser um complicador de base na casa.

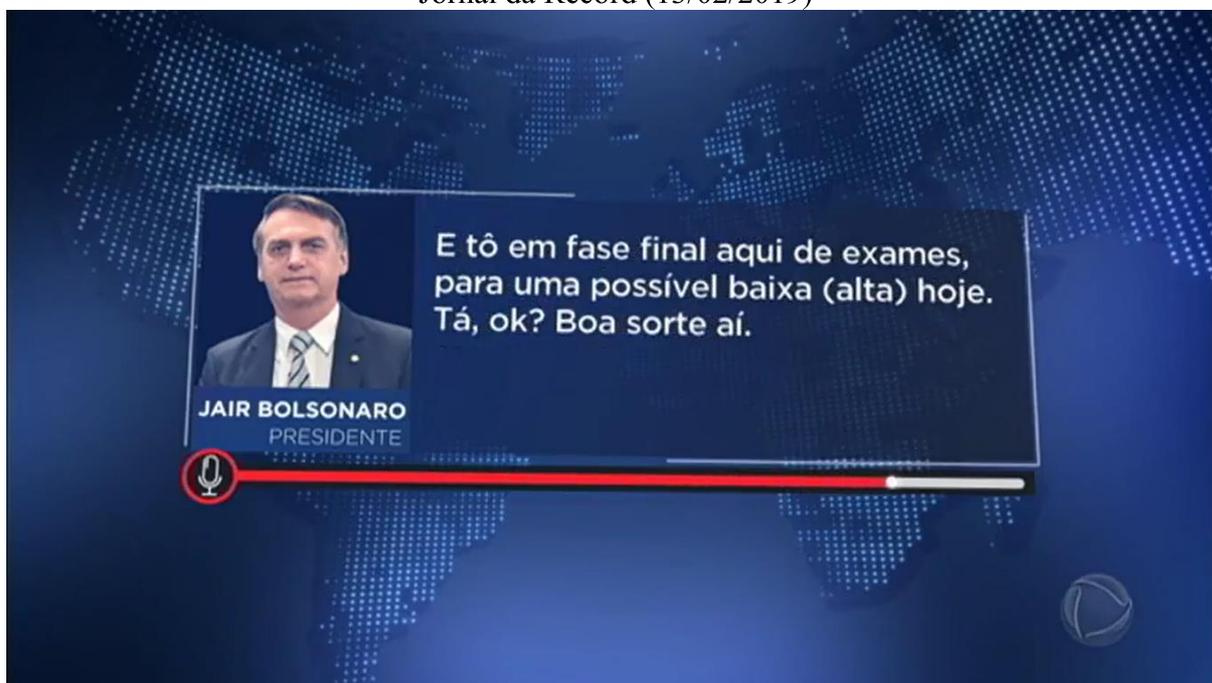
Randolfe Rodrigues defendeu que Bebianno desse explicações ao Congresso e criticou o conteúdo dos áudios levantando-se a tônica de que a agressão à imprensa era a questão mais grave. Prosseguiu afirmando que, nas democracias, “o que se espera da maior autoridade do país é o respeito à imprensa porque ela é alicerce fundamental do Estado democrático de direito. Em uma democracia a imprensa não pode ser amiga nem inimiga, tem que exercer as suas prerrogativas de levar ao cidadão a verdade, de praticar o bom jornalismo, de investigar”.

Já Rodrigo Maia reduziu a divulgação a um fato sem gravidade acreditando que com a exoneração o assunto estava resolvido. Davi Alcolumbre limitou-se a falar que nenhuma confusão era boa.

O Jornal da Record, inicialmente, deu menos destaque ao assunto. No dia 13 de fevereiro, deu protagonismo para Carlos Bolsonaro. Além de não detalhar o caso, esmiuçando nomes, articulações e tampouco de onde partiu a polêmica. O telejornal não creditou os outros veículos da concorrência e, por isso, não aprofundou a cobertura. Informou que o filho do presidente, Carlos Bolsonaro, vereador do Rio de Janeiro havia desmentido o Ministro da Secretaria Geral de Governo, Gustavo Bebianno, quando ele disse que, por três vezes, conversou com o ex-

presidente sobre a liberação de verbas para candidaturas de fachada. A reportagem levou ao ar o áudio que Carlos Bolsonaro divulgou pelas redes sociais.

Figura 84 - Transcrição de áudio de Jair Bolsonaro VT sobre crise com Gustavo Bebianno - Jornal da Record (13/02/2019)



Fonte: Playplus.com

Embora a crise tenha, necessariamente, uma valência negativa, o Jornal da Record minimizou o fato e preferiu introduzir a sua reportagem já pelo desfecho, sugerindo uma solução. Diferentemente, a Rede Globo abre o VT explorando a descrição da crise.

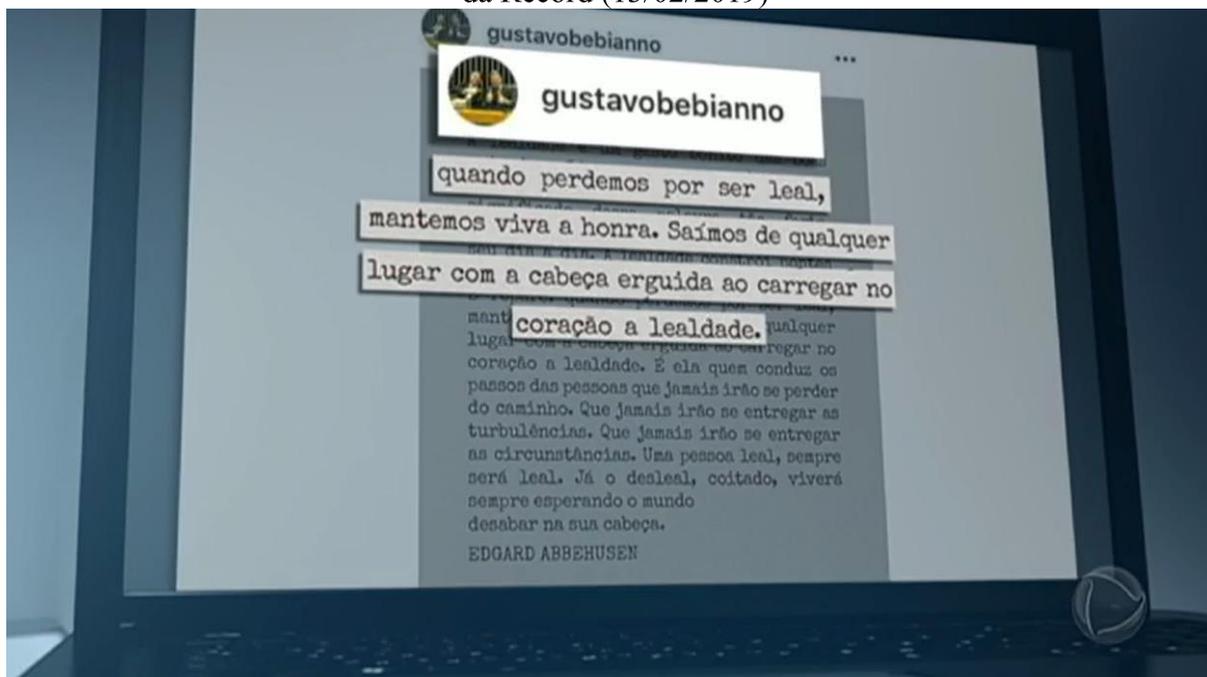
Disseram os apresentadores do Jornal da Record que o Ministério da Justiça abriu inquérito para apurar denúncia de candidaturas laranja do PSL em Pernambuco e que a investigação envolveu o partido do ex-presidente, podendo culminar na demissão na Secretaria Geral da Presidência. A reportagem de Renata Varandas deu destaque à Sérgio Moro dizendo que as denúncias envolvendo PSL seriam investigadas a pedido do presidente Jair Bolsonaro. A reportagem compartilhou uma publicação de Carlos criticando Bebianno e ilustrou a preocupação dos aliados com as investigações. Houve uma breve explicação da origem das investigações durante a passagem e coube a Hamilton Mourão e Delegado Waldir encerrarem o VT anunciando que foi um desentendimento pessoal e deveria ser apaziguado com entendimento entre os dois. Além disso, que a decisão de exoneração cabia unicamente a Bolsonaro.

Quando a demissão aconteceu, no dia seguinte, O telejornal trouxe o protagonismo para Jair Bolsonaro e já justificou a decisão do presidente que alegou quebra de confiança. A entrada ao

vivo deu conta de informar que Bebianno havia sido informado da sua demissão no início da noite. O caso foi retomado a partir das candidaturas, mas destacou que Bebianno teria vazado duas conversas pessoais que teve com Bolsonaro sobre orientações de governo.

A diferença no tratamento das informações no caso seguiu sendo feitas pela emissora no dia 16. A Rede Record antecipou a notícia em relação a Rede Globo (que pode, por prudência, não ter divulgado o fato sem publicações oficiais ou por a Record ter acesso privilegiado). O audiovisual não detalhou a problemática das candidaturas laranjas, apenas citou, trouxe o nome do substituto de Bebianno, General Floriano Peixoto, pontuou anonimamente "fontes do governo" para dizer da assinatura da demissão e, assim como a Rede Globo, trouxe o desabafo nas redes sociais feito por Gustavo Bebianno.

Figura 85 - Postagem desabafo de Bebianno VT sobre crise com Gustavo Bebianno - Jornal da Record (13/02/2019)



Fonte: Playplus.com

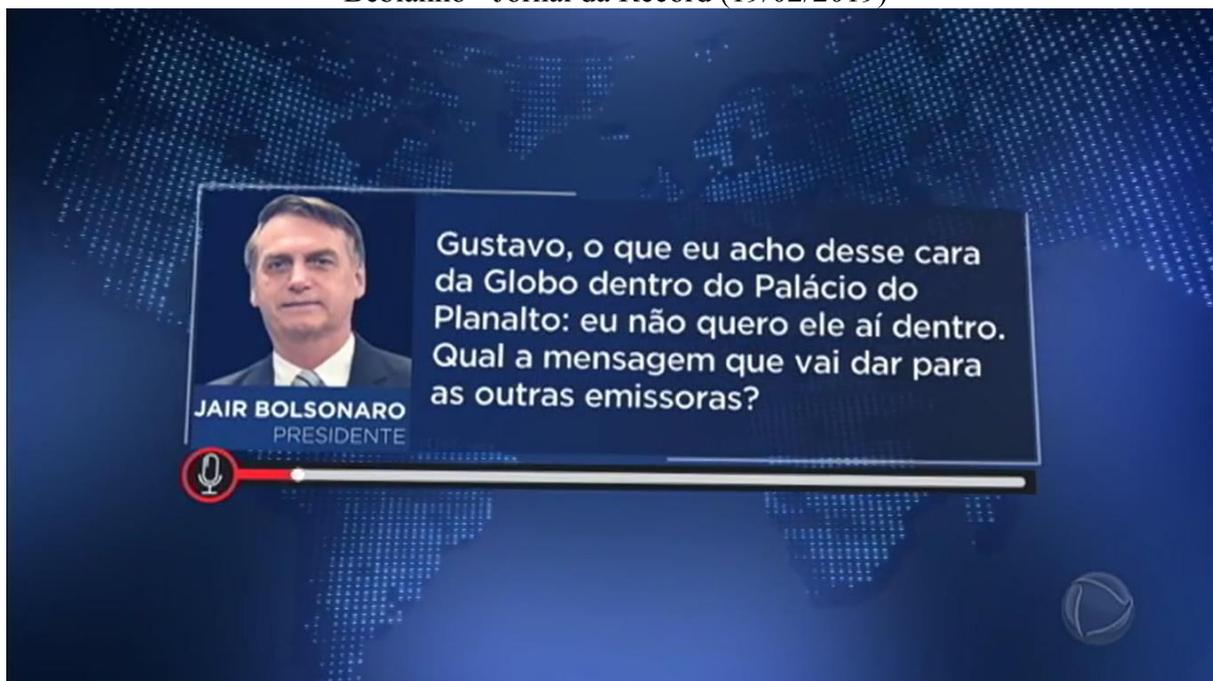
A reportagem do dia 18 de fevereiro destacou o substituto, General Floriano Peixoto logo no começo da reportagem. Ele era o Secretário Executivo do Ministério. No audiovisual havia menção ao vídeo gravado pelo ex-presidente para explicar a demissão. A justificativa da quebra de confiança foi reforçada durante a narrativa da reportagem "conforme noticiou o Jornal da Record". O telejornal seguiu atribuindo culpa à Bebianno no dia seguinte e, também, quando os áudios das conversas entre ele e Bolsonaro chegaram ao público.

A informação inicial do material exibido no dia 18 foi a de que a Comissão de Transparência no Congresso aprovou um convite para que Bebianno prestasse esclarecimentos sobre as candidaturas do PSL (até este momento o Jornal da Record não descrevia as candidaturas como laranjas) e seguiu sugerindo a culpa de Gustavo Bebianno ao dizer que, no Planalto, a estratégia era não bater boca com o ex-ministro. Além disso, o porta-voz da presidência também desviou de responder sobre o caso durante a coletiva de imprensa. Questionado pelos repórteres limitou-se a dizer que “o senhor presidente da república, sobre o assunto em pauta, considera que as informações foram devidamente esclarecidas no dia ontem por meio de divulgação de uma nota e vídeo distribuídos aos órgãos de imprensa”.

Os bastidores da crise no governo, no dia 19 de fevereiro, foram explorados pela Rede Record já atribuindo à Bebianno um valor e o classificando como ex-aliado. A falta de confiança de Bolsonaro, mais uma vez, reforça a justificativa que o telejornal decidiu colocar em destaque. Tanto é que, na cabeça do VT, Adriana Araújo e Celso Freitas reforçaram: "Nas conversas é possível perceber que o presidente perdeu a confiança no ex-aliado". A reportagem claramente atribui a crise como tendo sido criada pelo ex-ministro. No primeiro momento, mais delicado, a cobertura atuou para desresponsabilizar Bolsonaro e Carlos.

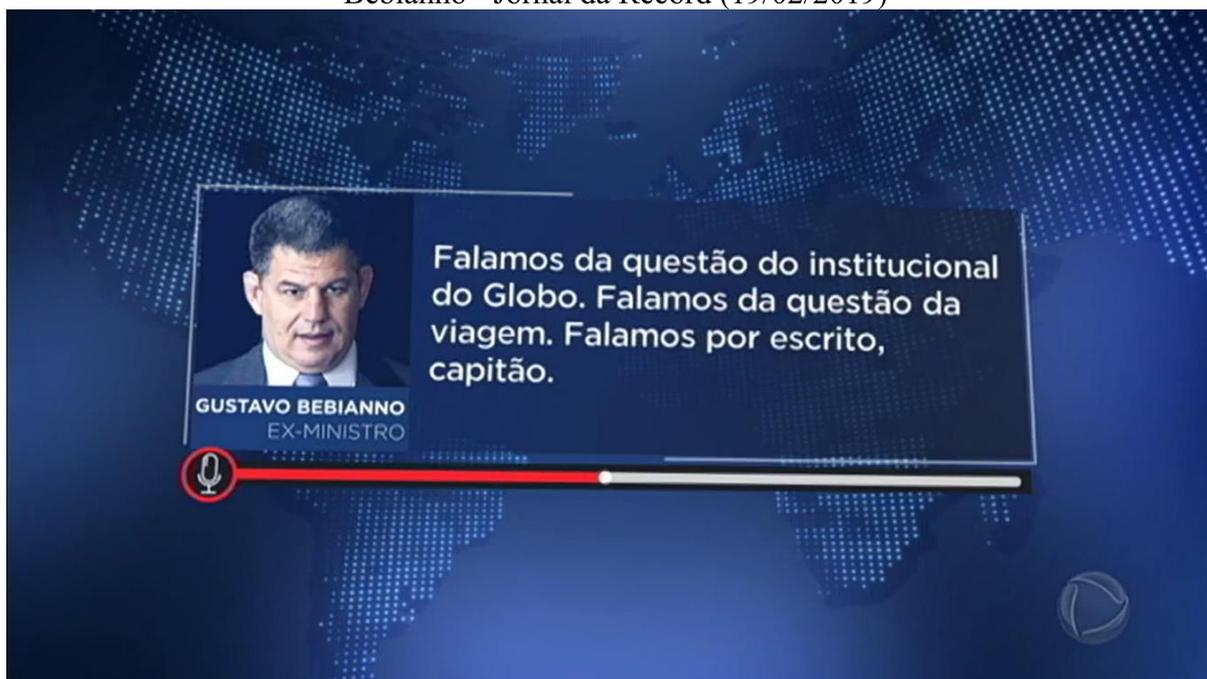
No conteúdo do audiovisual, destaque para Bebianno ter marcado compromisso com executivo do Grupo Globo sem consultar o presidente.

Figura 86 - Transcrição de áudio de Jair Bolsonaro VT sobre crise e exoneração de Gustavo Bebianno - Jornal da Record (19/02/2019)



Além dessa informação, Clébio Cavagnolle, expôs que a relação entre os dois já estava estremecida por causa das candidaturas de fachada do PSL, e asseverou que o PSL foi presidido por Bebianno até o fim da eleição. Abordou-se a declaração de que os dois haviam conversado e a reportagem afirmou enfaticamente que Bolsonaro desmentiu o ex-ministro e reafirmou o que Carlos Bolsonaro escreveu em redes sociais.

Figura 87 - Transcrição de áudio de Bebianno VT sobre crise e exoneração de Gustavo Bebianno - Jornal da Record (19/02/2019)



Fonte: Playplus.com

O tempo dedicado aos áudios de Bebianno foi menor que a metade do tempo dado a Jair Bolsonaro. Nos trechos selecionados pela edição, Bebianno reforçou que tentou falar com o ex-presidente e tentou mostrar que trocou mensagens por três vezes no dia era sim se comunicar. O ex-ministro também deixou expresso no áudio que Carlos Bolsonaro não poderia atacar ninguém como fez com e negou ter plantado informações.

Inclusive, é importante destacar que, a maior parte das participações de Jair Bolsonaro enquanto fonte direta das reportagens se concentrou, nessa amostra de materiais, as reportagens sobre a crise com Gustavo Bebianno.

No dia 20, foi pauta a disputa entre Maia e Alcolumbre para assumir a articulação do governo pós demissão. A reportagem começou mostrando que Bolsonaro se reuniu com os dois presidentes e destacou que os dois queriam mais autonomia. Para além dessa reunião, a VT fez menção a uma outra reunião de Bolsonaro, dessa vez com o Ministro do Turismo, Marcelo

Álvaro Antônio, que enfrentava o mesmo tipo de acusações. Um assessor de Marcelo teria pedido a uma candidata que devolvesse verba de campanha. Encerrando a cobertura em reportagens que trouxessem Gustavo Bebianno para a narrativa.

Por fim, a cobertura da TV Brasil sobre o processo de exoneração foi extremamente modesta. Limitou-se a uma entrada ao vivo em que noticiou a exoneração de Gustavo Bebianno a partir do vídeo divulgado por Bolsonaro. O material foi exibido na íntegra. Além do vídeo, a cobertura trouxe a informação de que Bebianno havia sido apontado como responsável pelo repasse de fundo de campanha, “dinheiro público, do PSL para candidatos de fachada” e que Floriano Peixoto assumiria a pasta.

## 7.5 PACOTE ANTICRIME

Embora o pacote anticrime, assim como a reforma da previdência, estivesse entre as metas principais para os 100 primeiros dias de governo Bolsonaro e tenha sido uma das pautas mais trabalhadas pela campanha de Bolsonaro à presidência, na cobertura de fevereiro de 2019, ela foi menos expressiva que a cobertura da reforma da Previdência. Foram, no total, 26 minutos de cobertura do Jornal Nacional, 8 minutos do Jornal da Record e 17 minutos do Repórter Brasil sendo que a quantidade de materiais audiovisuais entre Rede Record e TV Brasil eram iguais. Cada uma levou ao ar o assunto em cinco dias, ou seja, TV Brasil produziu mais que o dobro do tempo da TV Record em conteúdo sobre a pauta.

A cobertura do Jornal Nacional começou no dia 04 quando. Ainda no título dado ao conteúdo em seu repositório digital, afirmou que “Bolsonaro declara guerra ao crime organizado na abertura do ano legislativo”. É inquestionável que diante de tantas coisas que aconteceram no evento de abertura e que foram contempladas pelo VT, a escolha do assunto para o título revela o telejornal se colocando enquanto um lugar de referência social em detrimento de um articulador da sociedade. Uma diferenciação adotada por questões metodológicas nesta tese.

Edson Dalmonete (2010) entende que “o lugar do jornalismo está, de fato, na capacidade de ser o grande articulador de discursos e promover o debate público, que se provisiona no material fornecido pela instância jornalística que, em tese, se coloca de forma isenta diante dos fatos”. (Dalmonete, 2010, p.62)

Não obstante, é forçoso reconhecer que o jornalismo e, obviamente, o telejornalismo, enquanto um conhecimento social, é aglutinador de visões de mundo, perspectivas históricas, percepções políticas da sociedade.

As discussões sobre o jornalismo como forma de conhecimento na sociedade trazem em seu cerne a relevância deste campo na produção simbólica, indicando que as notícias, além de não neutras, envolvem determinadas visões de mundo e, como tal, contribuem social e culturalmente como uma orientação acerca dos parâmetros e dos valores circulantes. O jornalismo é, nesse sentido, um dos modos de constituir uma natureza consensual da sociedade e de contribuir naquilo que nos une como sociedade e cultura através dos processos de significações rotineiramente produzidos em forma de notícias. (Silva, 2010, p.35)

Na sua prática, o jornalismo articula os saberes que ele e seus profissionais movimentam cotidianamente no interior da sociedade. O jornalismo proporciona o agendamento de algumas discussões, mas que, em tese e enquanto perspectiva ideológica, diante de critérios objetivos não tomaria acentuada perspectiva e posicionamento diante de um ou de outro fato.

Postas estas perspectivas, diferencia-se para este trabalho o papel de articulador da sociedade, um papel de agendamento social mais próximo dos critérios objetivos de interesse público, e o lugar de referência social compartilhada, no qual a condução para os interesses editoriais estaria mais evidente.

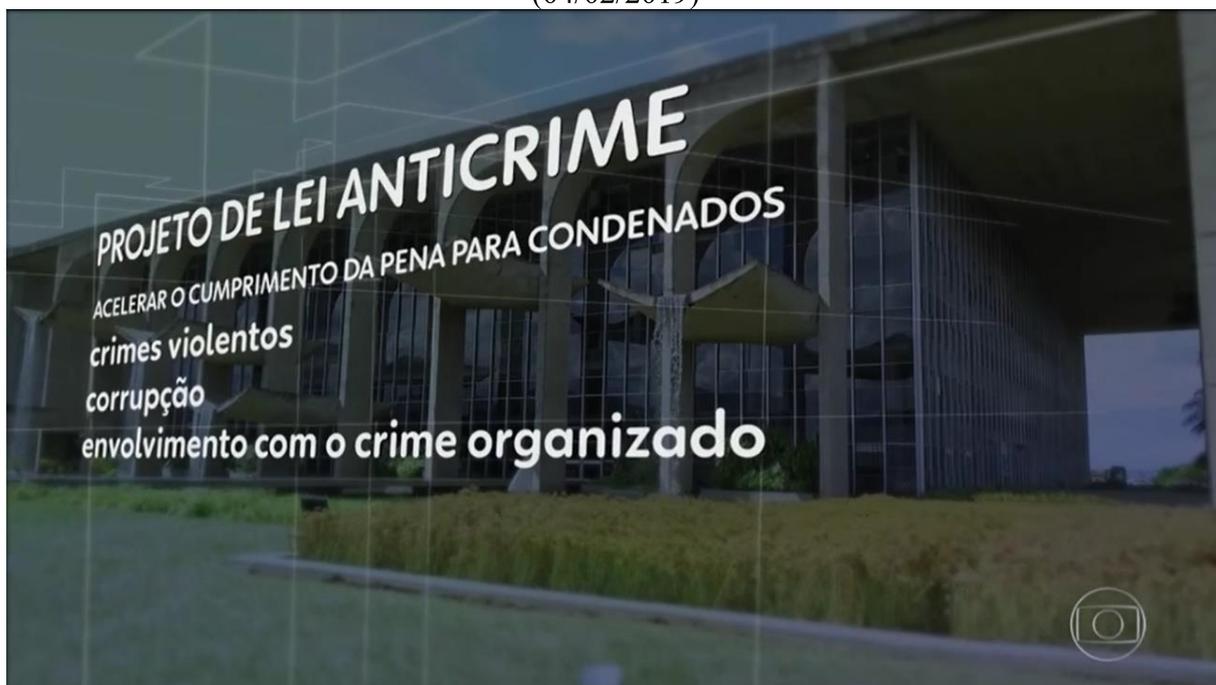
Na reportagem em análise, o factual era o da retomada do ano legislativo. Foi dito na cabeça do VT que uma mensagem de Bolsonaro, foi lida e nela estava um recado para a necessidade da reforma da previdência. Mas o destaque para o título era a segurança pública e, conseqüentemente, o pacote anticrime.

Onyx Lorenzoni entregou ao Congresso uma mensagem com mais de 200 páginas em que estavam elencadas as prioridades do governo. No material audiovisual, foi trazida a informação de que os presidentes Rodrigo Maia e Alcolumbre reconheceram a importância da reforma da Previdência e sinalizaram que iriam tratá-la com prioridade. O combate à criminalidade ficou a cargo da leitura de Soraya Santos, do PR/RJ. Na carta de Bolsonaro que ela leu estava escrito que o governo declarava guerra ao crime organizado, “guerra moral, jurídica e de combate”. Houve ainda um ponto de convergência na fala de Dias Toffoli, então presidente STF. Ele propôs que era necessário que o Brasil retomasse o caminho do desenvolvimento, combatendo a criminalidade e sugeriu um pacto entre os três Poderes.

Mas a justificativa para o destaque do combate à criminalidade estaria na sequência do espelho do telejornal: mais três materiais audiovisuais que tratavam da segurança pública e tinha Sérgio Moro enquanto protagonista. O primeiro deles dedicado ao lançamento do projeto para combater corrupção, crimes violentos e crime organizado. O segundo VT tinha como assunto principal a proposta de Moro para criar uma lei classificasse facções e milícias como organizações criminosas. Por fim, a repercussão do pacote anticrime junto a entidades da sociedade civil e do Judiciário, espaço e estratégia de que o Jornal Nacional se valeu para atribuir juízo de valor aos fatos por ele tratados.

No primeiro VT exibido, o tempo dado para a participação de Sérgio Moro foi consideravelmente desproporcional aos demais telejornais. As artes gráficas foram construídas sobrepostas ao Palácio da Justiça, plasticamente mais trabalhadas e as imagens de Moro estavam presentes por bastante tempo em vídeo, mesmo fora das sonoras, mas com o mesmo enquadramento em close.

Figura 88 - Arte Gráfica Projeto Lei Anticrime VT pacote anticrime - Jornal Nacional (04/02/2019)

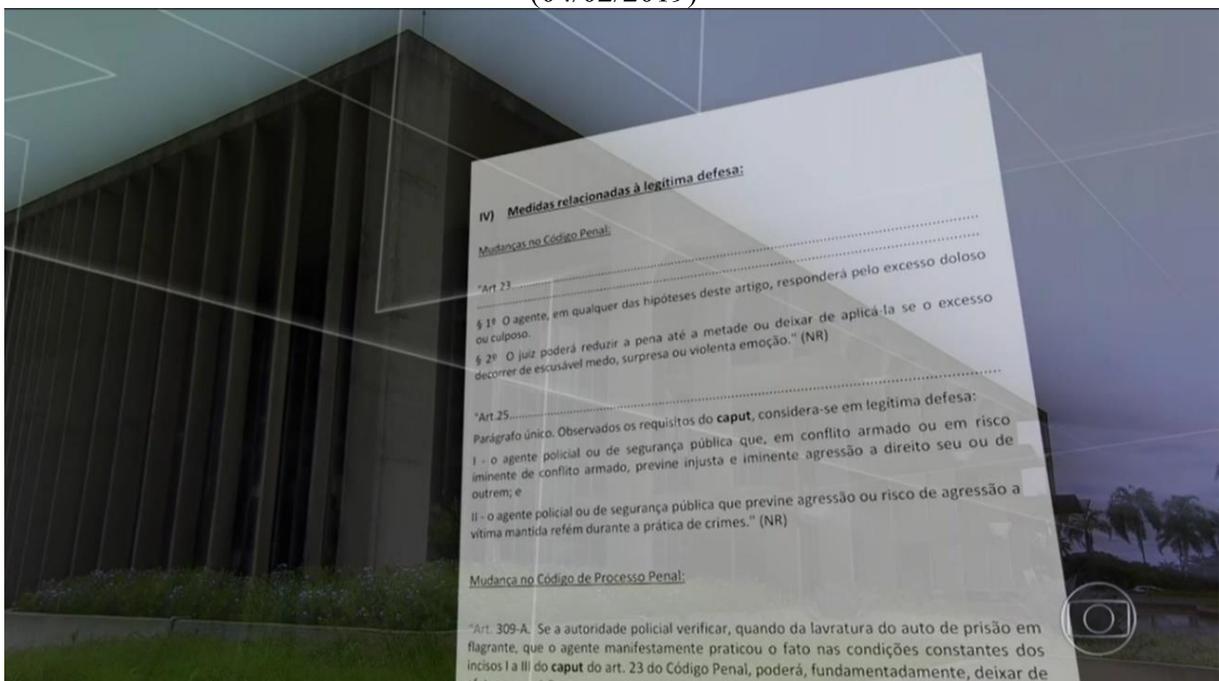


Fonte: Globoplay.globo.com

O conteúdo da reportagem trouxe Sérgio Moro como protagonista. Foi ele quem lançou um pacote de medidas contra a criminalidade e a corrupção. De acordo com a reportagem, o texto do projeto alterou 14 leis. Ele foi apresentado a Rodrigo Maia e a Secretários Estaduais de Segurança Pública além de 12 governadores. De acordo com Camila Bomfim, o objetivo era o

de acelerar o cumprimento da pena para crimes violentos, corrupção e envolvimento com crime organizado. Um ponto polêmico destacado na passagem da repórter foi o que gravitava em torno da legítima defesa. No texto por ela narrado, havia a explicação de que “na prática, policiais que matarem alguém em razão de um confronto e pessoas comuns que apresentarem provas de que a morte ocorreu em legítima defesa poderão ter o processo extinto se o juiz considerar que não houve crime”, o termo juridicamente conhecido como excludente de ilicitude. A repórter destacou que essa era uma promessa de campanha de Bolsonaro.

Figura 89 - Arte Gráfica mudanças na Legítima Defesa VT pacote anticrime - Jornal Nacional (04/02/2019)



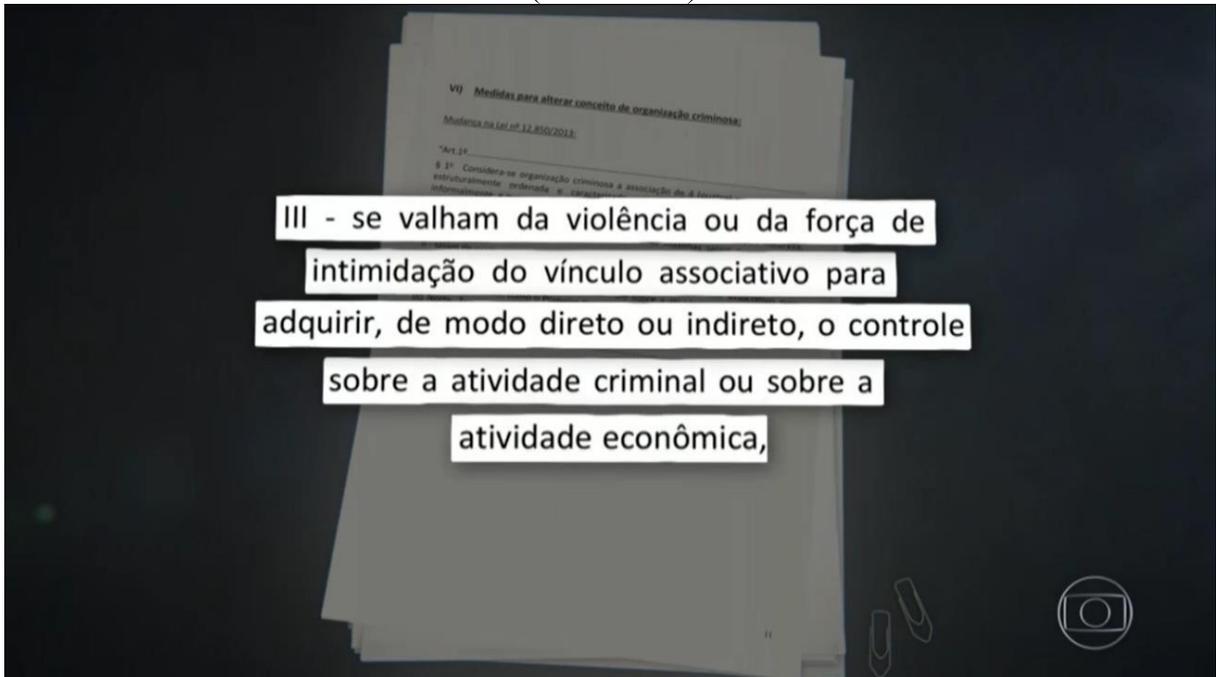
Fonte: Globoplay.globo.com

Embora a condução da cobertura manifestasse um forte caráter de controle de poder ao estender a narrativa e desdobrá-la em três VTs, não se pode afastar o caráter pedagógico quando é destrinchando o pacote tanto no primeiro, quanto nos outros dois audiovisuais.

O que tratou a proposta de explicitar, na lei, era que facções de tráfico e milícias fossem classificadas como organizações criminosas, por exemplo logo de imediato, detalhou o conceito de milícias a partir das lacunas de proteção do Estado. De acordo com a reportagem, “eram grupos formados por policiais, bombeiros e agentes penitenciários onde o tráfico não entrava” e que, a partir dos anos 2000, os grupos foram ampliados e começaram a operar com a venda ilegal de gás, tv a cabo, além de extorquir comerciantes, vender terrenos, água e até cigarros

contrabandeados. Com base nessa definição, Jornal Nacional abriu a deixa para afirmar que o texto do documento criou a definição de organização criminosa.

Figura 90- Definição de organização criminosa VT pacote anticrime - Jornal Nacional (04/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Uma arte gráfica detalhou que as milícias controlavam, na época da exibição da reportagem, 11 municípios da região metropolitana do Rio. Um território habitado por mais de 2 milhões de pessoas. No total, a área comandada por milícias totalizava 37 bairros inteiros, 165 comunidades.

*Figura 91 - Arte Gráfica da expansão das milícias VT pacote anticrime - Jornal Nacional (04/02/2019)*



Fonte: Globoplay.globo.com

O ministro Sérgio Moro, por sua vez, foi trazido para a narrativa em entrevista para afirmar que, sendo aprovada, a lei “deixa um recado claro que essas organizações estão fora da lei”.

Quanto à repercussão, embora a busca da emissora fosse mostrar a ampliação do debate, nenhuma entidade de Direitos Humanos, que tivesse claro o trabalho em defesa dos DH foi escutada. A reportagem só trouxe opiniões favoráveis e detalhe: praticamente sem citar Bolsonaro.

Na passagem, foi sinalizada que “entidades dos magistrados defenderam as medidas” como sendo da maior importância para combater a criminalidade. Ainda afirmou que essas mesmas entidades foram unânimes em se posicionar quanto ao momento ser o mais adequado para o debate e aprovação das leis.

Onyx Lorenzoni, Ministro da Casa Civil, afirmou que “o governo vai pra guerra e com a certeza de que cidadão e cidadã brasileiros vão poder andar nas ruas brasileiras em paz”. Jayme Oliveira, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, de acordo com a reportagem, elogiou as propostas. defendeu o uso das teleconferências e acordos com réus confessos completando com a opinião de que o sistema de justiça precisava funcionar melhor. Já Fernando Mendes, presidente da Associação dos Juizes Federais, deu destaque à proposta da prisão de

condenados em segunda instância e declarou apoio ao pacote. Entretanto chamou atenção para a necessidade de debater de maneira ampliada com a sociedade a legítima defesa que “não pode ser licença, um cheque em branco para ilegalidade.” José Robalinho Cavalcanti, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, classificou as modificações das leis como capazes de dar mais eficiência à justiça. Gabriel Faria Oliveira, Defensor Público Geral Federal afirmou em sua entrevista que as propostas refletiam o resultado das urnas. E que analisaria o texto para fazer uma proposição de nota técnica ponderada.

O conjunto de autoridades continuou. Felipe Santa Cruz, presidente da OAB se expressou no sentido da necessidade de fazer um amplo estudo do projeto reconhecendo que havia o desejo de conter a escalada da violência. Contudo, lançou luz à necessidade de defender uma sociedade que reconhecesse os direitos fundamentais e o processo legal. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por sua vez, emitiu a opinião de que as medidas eram ponto de partida para o aprofundamento do debate. Por fim, Deltan Dalagnol, então procurador da República, afirmou que o pacote era resposta contundente aos criminosos.

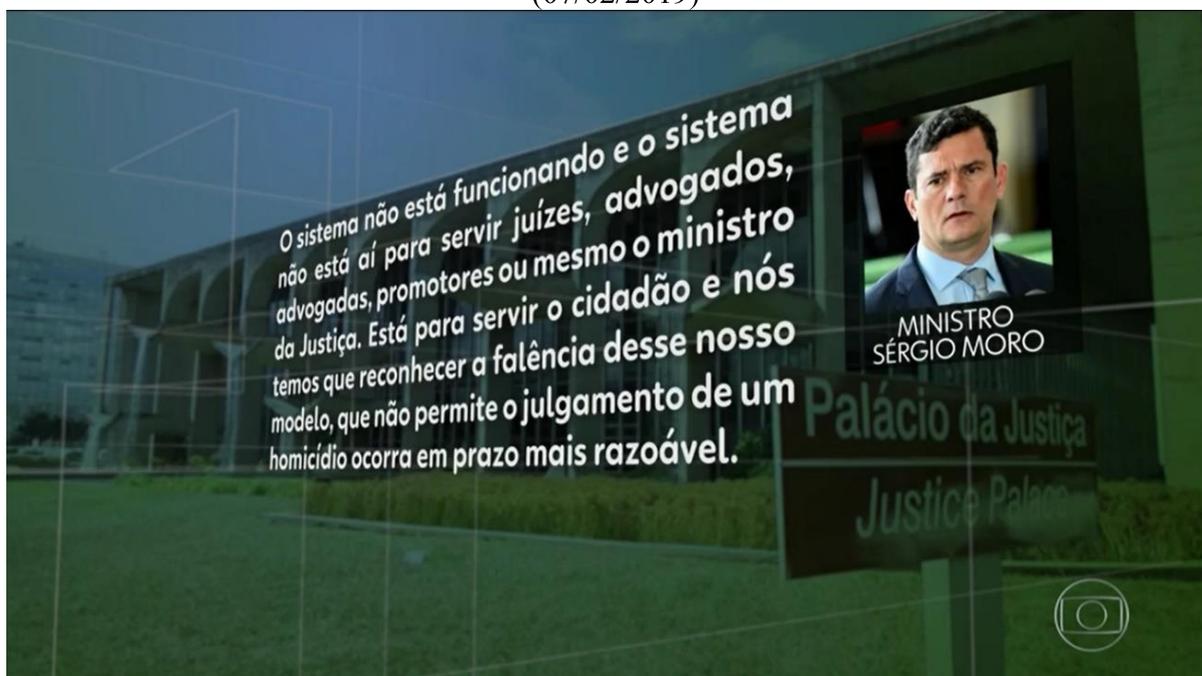
A cobertura no dia 06 de fevereiro se dedicou à articulação de Moro com parlamentares. A reportagem deu conta de informar que ele esteve com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, apresentou o pacote de medidas para combate a corrupção e crime organizado. De acordo com a narrativa, o ministro falou por quase duas horas sobre as 14 leis que seriam alteradas e repetiu que o governo queria receber sugestões. Importante frisar que a reportagem destacou a reunião de Moro com a “bancada da bala” e que o encontro foi a portas fechadas.

Depois dessa movimentação de Sérgio Moro pelos gabinetes de parlamentares, o cenário avançou e o tom da cobertura também. No dia 07, o destaque do Jornal Nacional sobre o tema foi de que o pacote anticrime poderia ser discutido no Senado enquanto tramitava na Câmara. Assim como Alcolumbre fez com a reforma da Previdência. A narrativa se dedicou ainda a destacar que Moro abriu negociação em várias frentes e acionou governadores, outros deputados e, inclusive, juristas.

Aliás, a construção da reportagem foi possível em função da realização de um almoço promovido pelo Instituto dos Advogados de São Paulo. A participação de Sérgio Moro foi que rendeu as entrevistas que compuseram a reportagem. No evento, o ministro defendeu as medidas contra o crime organizado e a corrupção. Em *off*, o repórter afirmou que não existiam imagens do ministro durante o almoço. Ao que tudo indica, o áudio utilizado pela narrativa foi

gravado lá dentro do evento e a emissora teve acesso. Para ilustrar a reportagem, a edição fez uma arte gráfica com a fala.

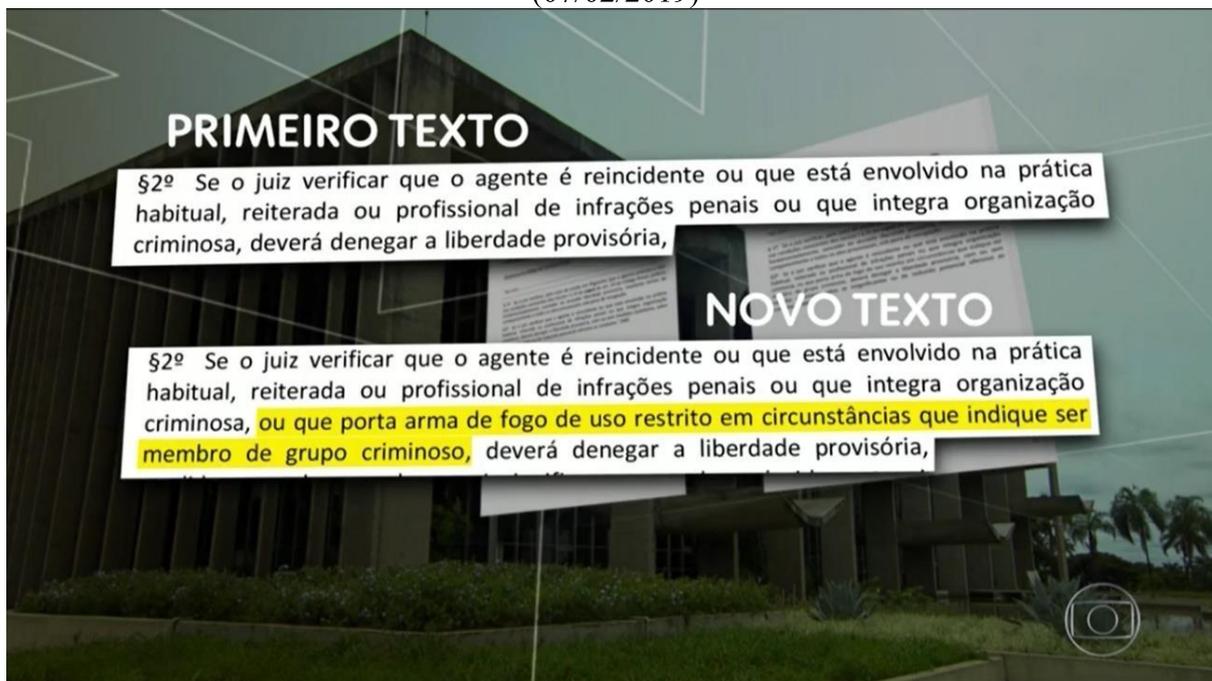
Figura 92 - Transcrição de áudio de Sérgio Moro VT pacote anticrime - Jornal Nacional (07/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Logo em seguida, assumindo papel pedagógico, o telejornal exibiu uma sequência de artes gráficas que detalhavam cada um dos assuntos: casos de liberdade a reincidentes, audiências de custódia por teleconferência, período de permanência em presídios de segurança máxima.

Figura 93 - Arte gráfica dos tópicos do pacote VT pacote anticrime - Jornal Nacional (07/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Para a passagem, o repórter reservou a informação de que o ministro considerava possível a reforma da Previdência e o pacote anticrime serem tratados ao mesmo tempo no parlamento sem prejuízo para ambos. Afirmou ainda que o PL não tinha data para ser enviado à Câmara e as articulações já teriam começado. No espaço dado a Sérgio Moro, o destaque ficou para a seguinte afirmativa do ministro em relação ao pacote: "O sistema não está funcionando e o sistema não está aí para servir juízes, advogados, advogadas, promotores ou mesmo ao ministro da Justiça. Está para servir o cidadão e nós temos que reconhecer a falência desse nosso modelo, que não permite o julgamento de um homicídio em prazo mais razoável."

Entre os dias 09 e 19 de fevereiro o Jornal Nacional não trouxe qualquer informação nova sobre o pacote anticrime, entretanto cabe registrar que dois materiais audiovisuais relacionados à segurança pública foram veiculados e neles esteve presente o Ministro Sérgio Moro. O primeiro, no dia 09, trouxe a notícia de que Bolsonaro concedeu indulto para presos com doenças graves. Uma reportagem que tratou da contradição de Bolsonaro: disse, ao longo da campanha, que em seu governo não teria indulto, mas assinou decreto de indulto humanitário a presos que tivessem doenças graves ou terminais a partir de uma proposta elaborada por Sérgio Moro. O indulto, frisou a reportagem em sequência, é um perdão de pena e "está previsto na Constituição".

O segundo material foi exibido no dia 13 de fevereiro. “Governo endurece regras de visitação nos presídios federais” foi o título que a emissora escolheu para disponibilizar o material no repositório virtual. A pauta era uma excelente oportunidade para que direitos humanos fossem abordados e as ideias acerca do tema fossem debatidos, mas não houve. Foi mais um indicativo de controle de poder expresso na narrativa e que favorecia a Sérgio Moro. O VT trouxe a perspectiva do factual de 22 presos transferidos de presídios federais e lançou luz ao que pensava o ministro. Na cabeça narrada em estúdio, a informação foi de que o “governo endureceu as regras de visitação nas penitenciárias federais”

As imagens feitas para a cobertura mostraram um forte esquema de segurança, um comboio desde o aeroporto até o presídio de Brasília. Cenas bem parecidas com as cinematográficas. A reportagem descreveu de onde eram os policiais envolvidos no processo e apenas citou que Bolsonaro acompanhou a operação do hospital onde estava internado em São Paulo. A narrativa ainda se preocupou em apresentar a assinatura de uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem) autorizando o uso das Forças Armadas em um raio de 10km a partir dos presídios federais. Explicou ainda que uma portaria modificou o esquema de visitas: a partir dali seria realizado por parlatório dividido por grades. Algumas imagens de arquivo serviram para descrever a estrutura das penitenciárias federais.

Novamente, como nos materiais anteriores, ficou reservado para o texto da passagem a informação mais relevante e cara para a editoria do telejornal: a transferência de presos era uma das prioridades de Moro com apoio de João Dória. O ministro, segundo a reportagem, defendia que o isolamento enfraqueceria grupos criminosos.

É interessante observar que o Jornal Nacional, quando o assunto se relaciona com Sérgio Moro, traz "o governo" na cabeça e na maior parte da reportagem. A edição parece atribuir algumas pautas a Bolsonaro (as pautas de costumes e as mais polêmicas) e outras pautas ao governo (geralmente quando elas se relacionam com os interesses comerciais e capitalistas). Nesses casos, o protagonismo das narrativas fica com os ministros ou responsáveis pelo assunto ou é atribuído ao governo. Tirando a carga personalíssima de Bolsonaro. Adota-se aqui o entendimento de personalismo político que Janaína Aires e Clara Câmara (2017) fazem ao lançar atenção ao cenário político contemporâneo e suas relações com a midiaticização. Para as autoras, o personalismo se manifesta entre ações políticas e midiáticas ajustadas uma em razão da outra, de forma personalizada, e deixando de lado a lógica político-partidária.

O personalismo é a característica de uma forma de tratar a política e, portanto, um predicado com vida própria. Não podemos afirmar que a política é tratada

de maneira personalista, por focar mais no político do que no debate de ideias, mas que esta é uma estratégia contemporânea de atuação política, que permanece atrelada ao partido político como entidade basilar. Nesse sentido (...) não há muitos indícios de que as raízes partidárias possam ser reconstruídas na sociedade. Ao invés disso, é preciso reconhecer que a nova política partidária é diferente, mais procedimental e menos representativa – ou seja, mais ligada a ações governativas. (Aires; Câmara, 2017, p.178)

Assim foi feito com o fatiamento do pacote anticrime quando o Jornal Nacional noticiou sua chegada à Câmara deixando à parte o caixa dois para que ele tramitasse como um projeto separado das outras medidas.

A reportagem, logo em sua primeira, cena descreveu a ida dos ministros Sérgio Moro e Onix Lorenzoni ao Congresso entregar o pacote anticrime a Rodrigo Maia. No fatiamento, além do caixa dois, os crimes comuns com conexão com crimes eleitorais seriam tratados em um projeto que os colocasse na esfera de competência da justiça comum e não da eleitoral, já o outro projeto versava sobre o tratamento contra corrupção e contra o crime organizado.

Houve uma preocupação da repórter em contextualizar os projetos separados como parte de um projeto maior e que sofreu alterações ao longo das discussões realizadas. Pelos textos finalizados, tal projeto buscava acelerar o cumprimento de pena para condenados por crimes violentos, corrupção e crime organizado, aumentar o tempo de prisão antes da progressão de regime e autorizar prisão em segunda instância. Outra preocupação estava ligada à legítima defesa, trazendo a possibilidade de policiais civis que assassinassem por legítima defesa teriam os processos extintos ou redução da pena.

Ao se referir ao último ajuste, a narrativa anunciou que a retirada do caixa dois se deu depois de pressão de políticos e que a mudança havia sido articulada por Onyx Lorenzoni poupando Sérgio Moro de um desgaste maior. Na entrevista do Ministro da Justiça, a edição trouxe para a narrativa o reforço de que legítima defesa não era licença para matar, que havia a necessidade de aprovar o projeto para melhorar a segurança pública e enfrentar os crimes violentos, de corrupção e organizado sem que, contudo, neste material audiovisual, ele falasse diretamente em caixa dois.

A confirmação, por Sérgio Moro, foi exposta numa reportagem à parte. Nela, o ministro reconheceu a motivação política da separação do projeto que criminalizava o caixa dois e, segundo a reportagem, adotando um discurso mais brando ao tocar no assunto. Até então, a prática de caixa dois era tratada como omissão de informações e proposta de mudança alteraria

o código eleitoral com pena de 2 a 5 anos com possibilidade de ampliação em dois terços havendo participação de agentes públicos.

A narrativa então, explicou que a resistência dos congressistas ao assunto não é nova e traçou o histórico das tentativas de criminalização do caixa dois. Entre os entrevistados, o Delegado Waldir, PSL/GO, definiu o fatiamento como estratégico ponderando que não impediria o trâmite normal. Já Alessandro Molon, PSB/RJ, afirmou que a divisão era um sinal muito ruim de que o governo estimularia o Congresso a não tratar o tema como prioridade. Rubens Bueno, PPS/PR, viu um recuo do governo, dando uma demonstração de fragilidade. Rodrigo Maia, por sua vez, colocou panos quentes garantindo que as propostas todas seriam votadas. Por fim, a Organização Transparência Internacional Brasil viu com preocupação a atitude do governo. Advertiu que a medida não poderia ser vista pelos parlamentares como moeda de troca para aprovação de outras medidas. O Jornal Nacional ainda trouxe entrevista de Ayres Britto, ex-presidente do Supremo, arrematando a narrativa com a seguinte opinião: “quem começa com o caixa dois termina no diabo a quatro porque perde a noção do limite e vai se enredando nessa teia de crimes por todos os ângulos. O caixa dois deve ser combatido com toda veemência, eficácia e prioridade”. Ele estranhou o fatiamento afirmou o Jornal Nacional.

O Jornal da Record, que na reforma da Previdência, trouxe Bolsonaro para o centro da cobertura, no tratamento com o pacote anticrime fez como o Jornal Nacional e entregou a Sérgio Moro o protagonismo. No dia 04, noticiou que Moro apresentou pacote para combater corrupção e crime organizado.

Bolsonaro não foi mencionado e o agente da ação narrativa que iniciou a reportagem foi o governo que apresentou o pacote de medidas de combate à violência e corrupção. Coube a Sérgio Moro explicar, na reportagem, os pontos da proposta. O projeto teria três áreas definidas: corrupção, crime organizado e crimes violentos. A medida foi mencionada como parte das metas para os 100 dias de governo. Foi dada voz a Sérgio Moro que garantiu diálogo aberto com parlamentares e ainda reafirmou suas ações com base no programa de governo “população elegeu um programa de governo que pretende ser mais rigoroso com a criminalidade violenta, com a criminalidade organizada e crime de corrupção”.

No mesmo sentido caminhou o VT exibido que trouxe a abertura do Congresso como pauta. A escolha da imagem e do sobe som dos 21 tiros de canhão com que Hamilton Mourão foi recebido ao lado de Maia e Alcolumbre atribuíram poder ao representante do governo federal. Mais à frente, depois de mencionar que Dias Toffoli e Raquel Dodge acompanharam a leitura

da mensagem da presidência ao Congresso, a reportagem frisou em texto e imagem que os presidentes das duas casas apoiaram a reforma da Previdência e destacaram que mudanças no comportamento políticos seriam exigidas.

A parte opinativa da reportagem construída por Christina Lemos apontou que o desafio do Congresso a partir daquele momento estaria em “aglutinar a maioria governista em meio a tanta gente recém-eleita” e fazer esta aproximação em um tempo curto. Exatamente por esta razão, a perspectiva do presidente da Câmara era deixar de lado a pauta de costumes em detrimento das pautas econômicas.

Coube, assim como no Jornal Nacional, ao momento em que Soraya Santos, deputada do PR/RJ, leu a mensagem enviada por Bolsonaro destacar o combate ao crime organizado e introduzir a temática do pacote anticrime. Que não foi aprofundada. O detalhamento da proposta só viria no dia 06, quando Sérgio Moro foi ao Congresso para discutir o projeto anticrime na Câmara dos Deputados. Aqui, nesta reportagem, também faltou a discussão explícita sobre os direitos humanos a partir das perspectivas de mudança no regramento e endurecimento de penas.

A preocupação da edição do material audiovisual foi de conferir importância à reunião. Imagens de um auditório cheio abriram a produção e enfatizaram que o ministro estava disposto a ouvir sugestões e fazer alterações no projeto.

*Figura 94 - Reunião de Sérgio Moro no Congresso VT pacote anticrime - Jornal da Record (07/02/2019)*



Fonte: Playplus.com

Não que acobertura pudesse dispensar o destaque e a importância desses aspectos, mas ficar apenas nesse foco foi que tornou a reportagem problemática do ponto de vista da pluralidade e do interesse público como assevera a professora Kelly Prudêncio quando escreve o prefácio da obra “Comunicação e direitos humanos: elementos para um jornalismo responsável” de Maurício Liesen (2020). Para a professora, existe uma ambivalência do jornalismo quando ele trata ou deixa de tratar dos direitos humanos e essa decisão, claro, gera consequências e exige um tratamento adequado.

O jornalismo, como instituição social que pode, ao mesmo tempo, desempenhar a função de pilar democrático para a expansão dos direitos humanos e atuar como violadora desses mesmos direitos. Daí a necessidade de se desenvolver uma crítica de mídia, uma literacia entre os agentes do jornalismo e também na população, para que o serviço prestado pelo jornalismo seja aquele que também o preserve na função primordial de alimentar o debate público com informações de qualidade. (Prudêncio, 2020, p.7)

As 14 leis que seriam alteradas pelo pacote interferiam em grande medida na preservação dos direitos. A narrativa trouxe, por exemplo, os gargalos capazes de gerar conflito, só não problematizou cada um deles. Entre os pontos apontados estavam a previsão de anistia a policiais que matassem pessoas por risco de conflito armado ou agressão injusta, sendo tratados como legítima defesa, o cumprimento da pena após condenação em segunda instância além da mudança de cumprimento de pena para regime fechado para criminosos reincidentes de crimes públicos ou com arma.

A única voz dissonante na narrativa foi a do deputado Marcelo Freixo, PSOL/RJ, quando ele se expressou sobre a questão da legítima defesa dizendo que “a lógica de matar e morrer faz com que a polícia do Brasil seja a que mais mata e mais morra. E nunca foi resolvido nenhum problema de criminalidade.” Antes dele, a sonora de Sérgio Moro, Ministro da Justiça, advertia quanto a tratar policial como homicida, o que não poderia acontecer. Ao final, houve inserção do delegado Waldir, PSL/GO, elogiando o texto e se valendo da retórica banalizada de que não seria possível manter cidadão atrás das grades e bandido na rua.

Sobre a entrega do pacote no dia 18 de fevereiro e do fatiamento da proposta, o Jornal da Record atribuiu a Sérgio Moro a opção por enviar separadamente o projeto que tratava do crime de caixa dois para não prejudicar a aprovação das outras propostas. Na narrativa, a informação era a de que o governo temia resistência por parte dos parlamentares. Não houve um

aprofundamento na pauta, ficando para o dia seguinte a cobertura da repercussão entre parlamentares.

As imagens, em close, da assinatura de Bolsonaro em duas fotos divulgadas pela assessoria do Planalto abriram a reportagem dando destaque ao presidente. No texto, a repórter detalhou os três projetos distintos que compuseram o pacote. E retomou o tratamento diferenciado à criminalização do caixa dois como tendo sido estratégia do governo para aprovar com mais facilidade as propostas do pacote.

Sérgio Moro participou da construção narrativa em uma sonora na qual afirmou que agentes políticos se manifestaram reclamando que o caixa dois era um crime grave, mas não tinha a mesma gravidade que corrupção e crime organizado e violento. Já Alessandro Molon, creditado como líder da oposição, foi inserido fazendo a seguinte pergunta: “porque dividir o projeto dizendo pro Congresso que quer salvar uma parte do projeto enquanto permite que a outra afunde?”

Por sua vez, a sonora de Rubens Bueno, PPS/PR, revelou a opinião do parlamentar ao afirmar que o caixa dois iria passar muito mais rápido que o pacote uma vez que o pacote era polêmico e o caixa dois já havia sido pauta e já havia sido votado na Câmara.

A TV Brasil, trouxe, em sua cobertura durante o Repórter Brasil Noite, cinco materiais audiovisuais disponíveis no seu repositório on-line totalizando 17 minutos levados ao ar. O primeiro deles no dia 06 de fevereiro quando o Ministro Sérgio Moro apresentou a proposta anticrime aos parlamentares. As imagens externas da casa oficial de Davi Alcolumbre foram utilizadas para informar que ele e Moro conversaram sobre pontos do projeto anticrimes e combate às milícias em um encontro que levou mais de duas horas.

Figura 95 - Encontro de Davi Alcolumbre e Sérgio Moro VT pacote anticrime - Repórter Brasil (06/02/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Mas para além do factual registrado de o ministro ter passado o dia procurando apoio para o pacote e de ter debatido com parlamentares e membros do judiciário o documento, o que chamou a atenção na reportagem foi o fato de Glauco de Queiroz ter trazido contraponto e demonstrado que não existia ponto pacífico sobre a proposta nem no judiciário. Um exemplo foi a sonora do deputado Ivan Valente, Psol/RJ garantindo a existência de inconstitucionalidades na proposta.

Já no dia 07, a cobertura deu conta de afirmar que o pacote anticrime e a reforma da Previdência poderiam tramitar ao mesmo tempo. A reportagem pautou o diálogo e, sutilmente, colocou em xeque o teor do pacote. Primeiramente porque um dos entrevistados, Renato Silveira, presidente do Instituto de Advogados de São Paulo, disse que trabalhava há dois dias na análise do texto e esperava que até o fim do mês tivesse um relatório a apresentar. Depois foi a vez de Miguel Reale Junior, presidente da Comissão de Estudos do Anteprojeto. Ele afirmou que o documento apresentava falhas técnicas e legislativas. A reportagem foi finalizada com Moro ponderando sobre acatar as mudanças. Ou seja: uma gradação bastante negativa ao tema e que indicou um encaminhamento interpretativo para a pauta diferente dos outros dois telejornais.

Três dias antes da entrega do pacote anticrime à Câmara, o Jornal do Brasil preparou uma entrada ao vivo para descrever um pouco da expectativa e da temperatura para envio da

proposta. Embora a mídia estivesse bastante voltada para a crise de Bebianno, o telejornal se limitou a dizer que Bolsonaro passou todo o dia no Palácio da Alvorada e se encontrou com Onyx Lorenzoni pela manhã. Afirmou que o único contato que Bolsonaro fez foi pelo Twitter informando que enviaria o PL anticrime ao Congresso. A repórter, Selma Dias, contou ainda que Moro já havia estado com os parlamentares e seguiu detalhando com auxílio de uma inserção gráfica os detalhes do Projeto: endurecimento de penas apontando os principais crimes, progressão de regime, medidas para facilitar confisco de bens e dificultar liberdade provisória, recompensa para denunciadores e presunção de inocência não impedindo prisão em segunda instância. Informações que foram novamente apresentadas no dia 19 de fevereiro pelo telejornal quando a entrega efetivamente aconteceu.

A cobertura se ateve bastante ao factual e não polemizou ou repercutiu o fatiamento do pacote além de não dizer, também, que o governo cedeu à pressão de parlamentares. Na entrada ao vivo, a edição inseriu outros temas ligados aos Poderes, estratégia utilizada com alguma frequência para dar conta do volume de notícias do governo com uma estrutura menor de profissionais. No dia, essas informações foram: a da aprovação pelo Senado da proposta que barrou o casamento de menores de 16 anos mesmo havendo autorização expressa do pai e da mãe e a aprovação do PL para sustar os efeitos do decreto que permitia pessoas que ocupassem cargos comissionados de classificarem documentos como sigilosos.

## 7.6 POLÊMICAS ENVOLVENDO O MINISTRO DA EDUCAÇÃO, RICARDO VELEZ RODRIGUEZ

O assunto ganhou relevância nos telejornais em função, inicialmente, das falas equivocadas do Ministro da Educação, Ricardo Velez Rodrigues. Em um segundo momento, por conta de uma decisão tomada em relação a uma ordem encaminhada às escolas de todo o Brasil que, por ser controversa, acabou gerando polêmica e fez o Ministro precisar recuar.

Sobre a primeira situação apontada, ela se tratava de uma entrevista que o Ministro da Educação concedeu à revista *Veja*<sup>78</sup> publicada em 01 de fevereiro de 2019. No decorrer de seus posicionamentos Velez Rodriguez afirmou que “o brasileiro viajando é um canibal. Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar

---

<sup>78</sup> OUÇA: “O brasileiro viajando é um canibal”, disse Vélez Rodríguez Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ouca-o-brasileiro-viajando-e-um-canibal-disse-velez-rodriguez> Acesso em: 11/07/24

tudo”. Já a segunda polêmica se deu no final do mês, em 25 de fevereiro, quando as escolas de todo o Brasil receberam uma correspondência eletrônica determinando a filmagem dos estudantes perfilados e cantando o hino nacional no pátio das escolas. Estes vídeos deveriam ser enviados ao MEC e à Secretaria de Comunicação do governo Bolsonaro. Além disso, a mensagem era assinada com o slogan de campanha utilizado por Jair Bolsonaro. Diante de tantas críticas, as manifestações públicas do ministro ganharam uma grande proporção que, nos telejornais analisados, foram predominantemente, pautadas pelo Jornal Nacional.

No dia 05 de fevereiro, o telejornal da Rede Globo já enunciou a reportagem destacando as polêmicas levantadas pela entrevista à revista Veja. Velez Rodriguez disse que as universidades não eram lugar para todos e defendeu ainda a inclusão da disciplina de educação moral e cívica no currículo do ensino fundamental. Com imagens da capa da revista, a reportagem teve início.

Figura 96 - Capa da revista Veja VT polêmica envolvendo Ricardo Velez Rodriguez - Jornal Nacional (05/02/2019)

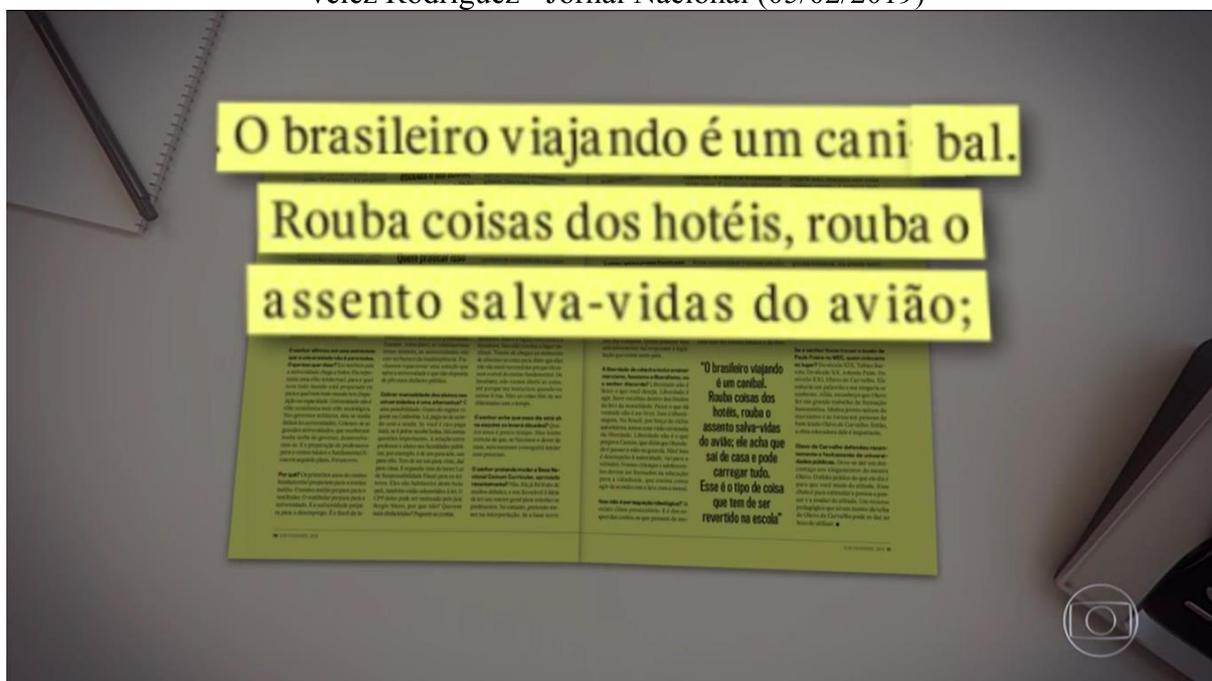


Fonte: Globoplay.globo.com

As declarações publicadas seguiram os mesmos recursos visuais de edição. Na justificativa apresentada pelo ministro para defender a disciplina de moral e cívica, ele assegurou que ela era uma maneira de ensinar adolescentes em viagens que contextos sociais diferentes existem assim como deveriam ser respeitadas as leis de outros países e disparou que brasileiros eram canibais. Inclusive, frisa-se, ele utiliza a palavra de forma errada. Canibal define a pessoa que

se alimenta de carne humana e não quem rouba. De todo modo, a fala foi bastante problemática e gerou mal-estar.

Figura 97- Arte Gráfica com destaques da revista Veja VT polêmica envolvendo Ricardo Velez Rodriguez - Jornal Nacional (05/02/2019)



Fonte: Gloplay.globo.com

A entrevista estava recheada de manifestações impróprias, principalmente por terem sido ditas por um ministro de Estado, ocupando uma pasta tão significativa quanto a da Educação. Na narrativa da Rede Globo, foram destacados ainda pontos como a crítica do ministro contra uma produção da atriz e cineasta Carla Camurati, por ela ter tratado Dom João Sexto como um "reles comedor de frango" em sua produção audiovisual. Ele criticou Cazuza e, ainda, disse que escola não servia para fazer política, ameaçando quem o fizesse com a possibilidade de punição legal. Por fim, repetiu o que já havia dito em um vídeo divulgado na TV MEC: que a universidade não seria para todas as pessoas, apenas para uma elite intelectual preparada com disposição ou capacidade.

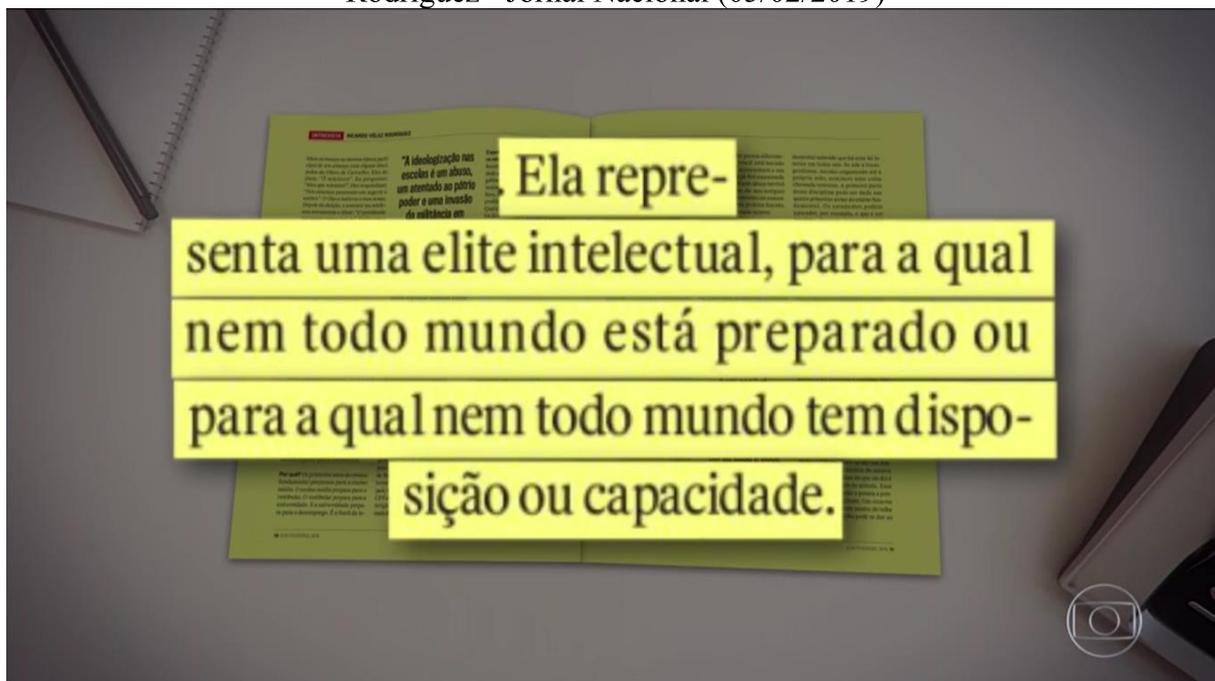
Figura 98- Ministro Ricardo Velez Rodrigues em vídeo da TV Mec VT polêmica envolvendo Ricardo Velez Rodriguez - Jornal Nacional (05/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.br

A edição do telejornal deu destaque à fala preparando uma arte gráfica que ampliou a imagem do trecho da entrevista em que estava a crítica. A reportagem destacou ainda o que ele disse sobre a liberdade de ensino: que ela estava em fazer as coisas dentro do limite da lei e da moralidade e que, no Brasil, a percepção era deturpada.

Figura 99 - Arte Gráfica com destaques da Veja VT polêmica envolvendo Ricardo Velez Rodriguez - Jornal Nacional (05/02/2019)



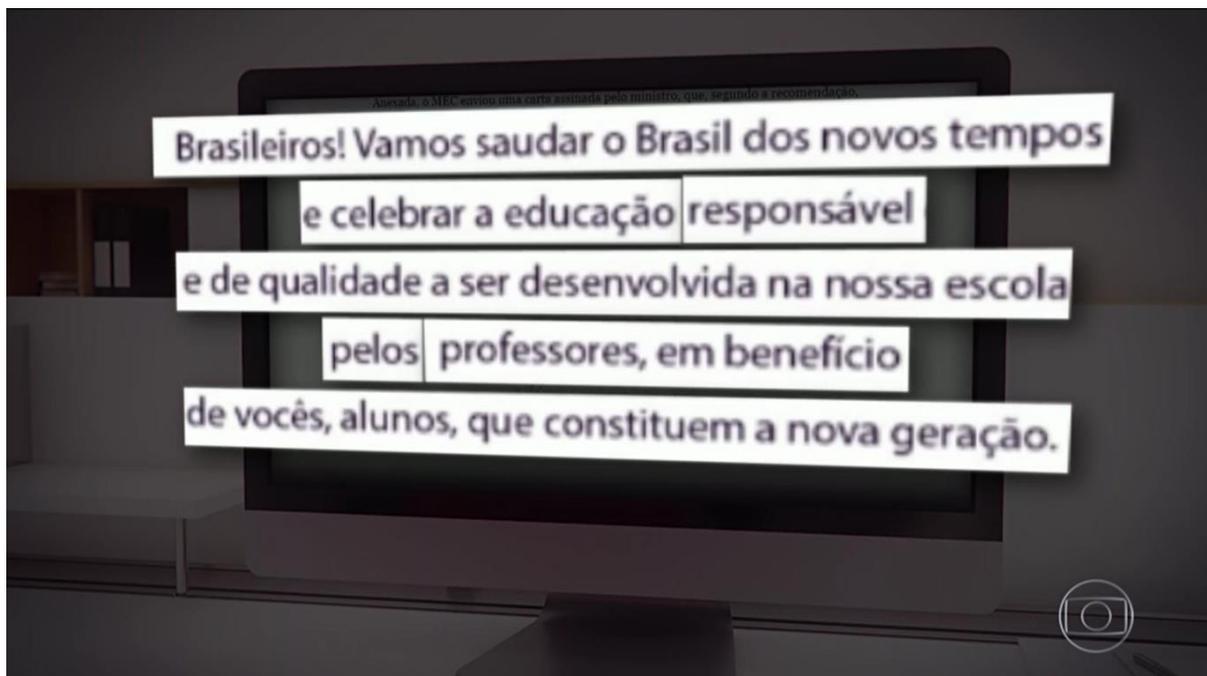
Fonte: Globoplay.globo.com

Por certo, vieram as manifestações em relação à entrevista e ao conjunto de falas equivocadas de Velez Rodriguez. A edição do telejornal trouxe trechos de entrevistas com Major Olimpio, senador PSL/RJ, que apoiou a proposta do ministro sobre a disciplina de moral e cívica, Priscila Fonseca da Cruz, presidente do Todos Pela Educação, que criticou duramente o ministro lembrando que o problema mais preocupante no Brasil era garantir aprendizagem e, sobre isso, o ministro não se manifestava. Randolfe Rodrigues, senador Rede/AP, também não poupou críticas. O parlamentar disse que “o argumento que o ministro usa fere o princípio constitucional que é o da liberdade de cátedra e do pluralismo de ideias”. Alessandro Molon, deputado PSB/RJ, cobrou explicações que deveriam ser respondidas no plenário da Câmara.

No dia 14 de fevereiro, mais uma reação às falas do ministro Velez Rodriguez foi noticiada pelo telejornal quando a Ministra do Supremo o notificou para esclarecer as afirmações. Rosa Weber deu prazo de 10 dias para Velez apresentar depois de um advogado fazer interpelação em que acreditava ter o ministro cometido calúnia e difamação.

Não demorou muito e, novamente, Velez causou polêmica. Dessa vez com o hino nacional.

Figura 100- Arte Gráfica carta sobre o hino nacional VT polêmica envolvendo Ricardo Velez Rodriguez - Jornal Nacional (14/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A reportagem destacou o trecho da carta que pedia que a mensagem fosse lida no primeiro dia de aula. Dizia o texto: "Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, e que constituem a nova geração" e repetia o lema da campanha de Bolsonaro "Brasil acima de tudo e Deus acima de todos". Sobre a filmagem do momento de execução do hino, afirmava que se os diretores quisessem, que um representante registrasse trechos da leitura da carta e da execução do Hino.

A edição aproveitou para elencar as polêmicas anteriores do ministro e mostrar o comportamento questionável de suas manifestações públicas.

No dia 26, tendo a repercussão sido muito negativa, o ministro disse que errou. No Senado, onde tinha uma audiência sobre educação agendada, o ministro aproveitou o espaço e reconheceu o erro. Novamente a reportagem retoma a polêmica na narrativa e, no dia seguinte, escolheu uma nota para informar que o Ministério da Educação havia feito um "novo recuo" e desistido das filmagens de alunos cantando o hino.

O Repórter Brasil, da TV Brasil não tinha qualquer material sobre as polêmicas no seu repositório digital e a cobertura do Jornal da Record foi mais suscinta, limitando-se a levar ao

ar uma entrada ao vivo que tratava do pedido para filmagem de estudantes cantando o hino. No título dado ao material no repositório o pedido é atribuído ao MEC e não ao ministro Velez Rodriguez. As informações deram conta de que a oposição ao governo faria uma representação por crime de responsabilidade em função do uso do slogan da campanha de Bolsonaro. No dia seguinte, 26 de fevereiro, a suíte do assunto tratou da ida de Velez Rodrigues ao Congresso, disse de ele ter reconhecido que errou naquilo que dizia respeito ao slogan. O telejornal noticiou ainda o envio da nova carta convocando alunos e professores a saudar o Brasil, pedindo para que a escola filmasse, mas com uma ressalva: de que a gravação só poderia ser feita mediante autorização prévia.

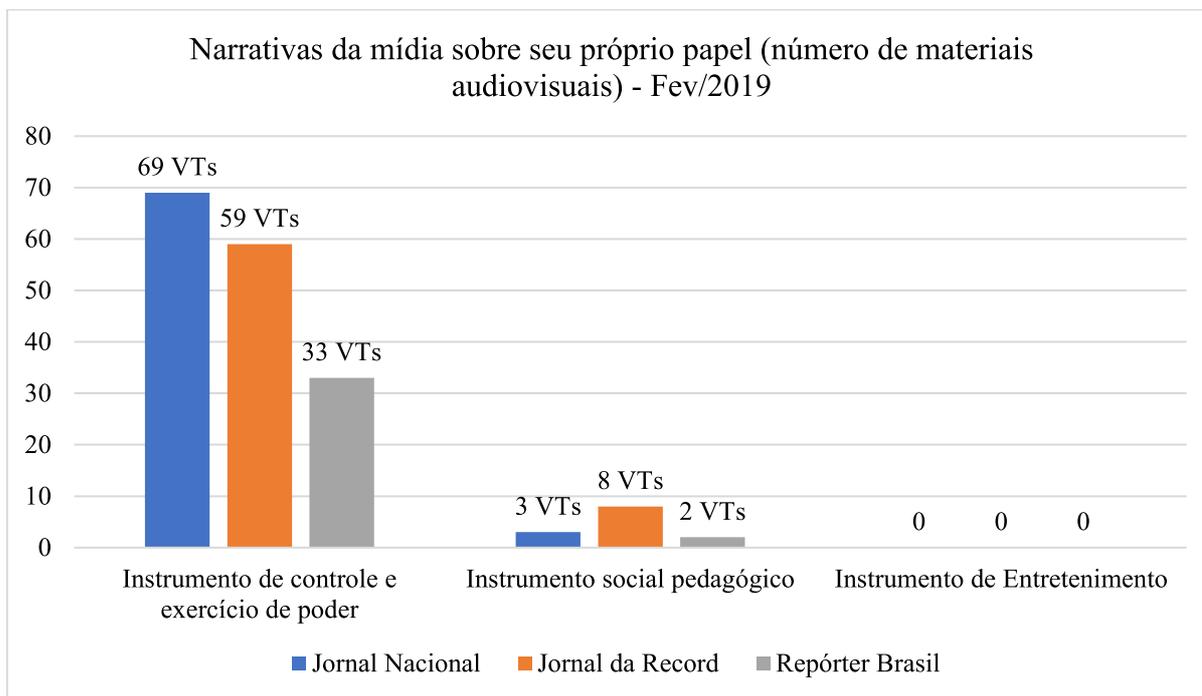
Todo este conjunto de materiais audiovisuais analisados traz consigo pistas, a partir das escolhas editoriais, do ordenamento de fontes, da seleção das imagens, das palavras e expressões utilizadas, da sobreposição de artes gráficas e tantos outros elementos já apontados, que sustentam aquilo que as emissoras entendem como sendo o seu próprio papel ao informar. Como passa-se a descrever adiante, em uma tentativa de aproximar das definições ou tendências de como o telejornalismo têm expressado o seu papel na contemporaneidade brasileira.

## 7.7 NARRATIVAS DO TELEJORNAL SOBRE SEU PRÓPRIO PAPEL

Ao analisar o fenômeno da desinformação, das mentiras e informações falsas que contribuíram para levar Jair Bolsonaro ao poder e que se estenderam ao longo do início do mandato como presidente do Brasil, Flávio Porcello (2019) detalhou como a circulação desse tipo de inverdades confundiram a opinião pública. O autor apontou que Bolsonaro desprezou canais habituais de comunicação e assumiu lugar ativo nas redes sociais digitais para se fazer ouvir. Coube aos veículos tradicionais buscarem o contraponto desse emaranhado informações imprecisas e mentirosas etiquetadas por Jair Bolsonaro como as informações que “a mídia quer esconder”.

Diante dessa reação, desse novo contexto de provocação, inclusive, os telejornais fizeram seu trabalho e, não obstante às interferências aqui já detalhadas e ancoradas na Economia Política da Comunicação, precisaram reafirmar suas práticas e pilares que fundamentaram até então o jornalismo. A construção das narrativas audiovisuais analisadas pelo presente trabalho caminha neste sentido. Ao longo de todo o mês de fevereiro, o noticiário envolvendo a cobertura do Governo e do ex-presidente Jair Bolsonaro deixou pistas do papel do telejornalismo como sendo o de instrumento de controle e exercício do poder.

Gráfico 27 - Narrativas da mídia sobre seu próprio papel - fevereiro/2019

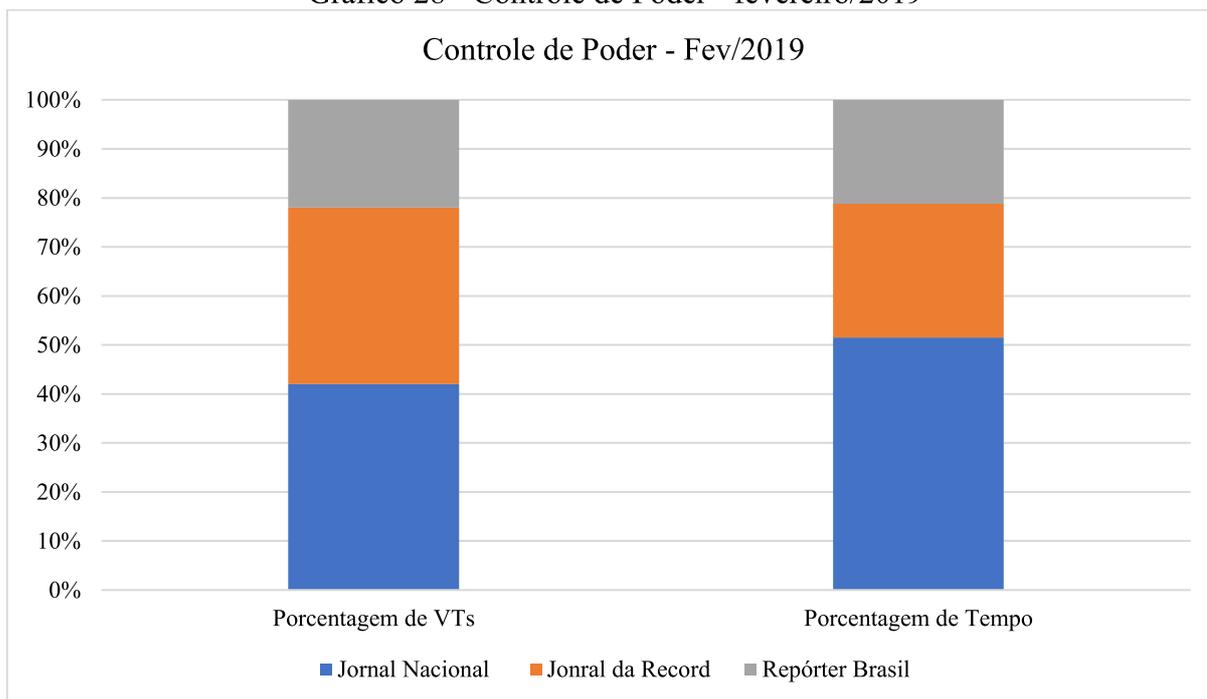


Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O gráfico demonstra de forma nítida que tanto as emissoras privadas, com linhas editoriais distintas, quanto a emissora pública, valeram-se do telejornalismo para construir e reafirmar o seu papel enquanto força na disputa por poder, pelo selo de credibilidade e de espaço narrativo da verdade. Obviamente, em alguns outros momentos das narrativas, o papel de detalhar informações para esclarecer os públicos mostra o telejornalismo como o ambiente para instrução, pedagógico e de orientação de públicos. Cada telejornal, à sua maneira, construiu e editou o material audiovisual na tentativa de assegurar que a instrução, as tomadas de decisão, os pensamentos formulados pelos públicos passassem e fossem, em alguma medida, influenciados por suas narrativas televisivas buscando, obviamente, não se distanciar do que a ética e a responsabilidade profissional determinam.

Mas a TV não é uma mera observadora dos fatos. Por trás de uma câmera, está o olhar de um cinegrafista. A matéria jornalística é uma história contada pela ótica do repórter, com as imagens captadas pelo cinegrafista. Na edição o jornalista faz escolhas, optando por uma e não por outra cena, por esse e não por aquele trecho da resposta do entrevistado. TV é edição, é recorte, é fragmento. O desafio de quem trabalha nela é escolher certo, com responsabilidade, critério, ética, e, principalmente, honestidade. (Porcello, 2019, p.12)

Gráfico 28 - Controle de Poder - fevereiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

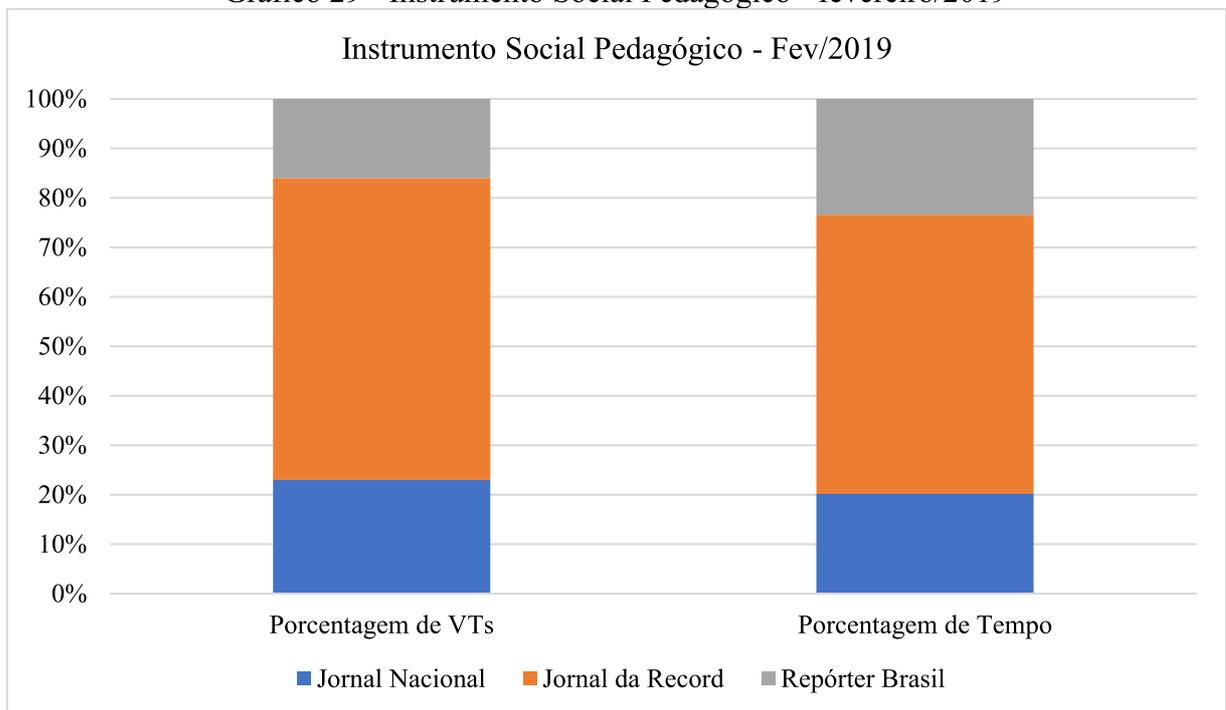
Muito embora exista uma diferença, como ilustra o gráfico, entre a porcentagem de tempo e a porcentagem de materiais audiovisuais que trabalham o telejornal enquanto espaço para disputas de poder, é inegável perceber que todas as emissoras se alinham com tal prática. É possível observar que o Repórter Brasil edição noturna, é o que tem maior proximidade na relação tempo/quantitativo de VTs. Isso indica que a distribuição das informações selecionadas pela edição para compor cada uma das narrativas está alinhada de maneira mais homogênea no tempo das reportagens e nas perspectivas de poder das personagens inseridas em cada narrativa. O Jornal da Record, em contrapartida, utilizou menos tempo para um volume maior de reportagens em que o exercício e o controle de poder se manifestam. Já o Jornal Nacional mostrou uma desproporção mais visível ao dedicar, para um quantitativo de reportagens próximo da emissora concorrente, um volume de tempo maior na disputa e controle por poder de suas narrativas. Inclui-se nessa disputa não só o controle do poder entre as personagens das narrativas, mas a disputa do próprio telejornal e da emissora por este espaço. As emissoras comerciais dedicaram tempos maiores para reportagens em que o controle de poder era exercido. É fundamental retomar a centralidade do telejornalismo no Brasil.

A praça pública do nosso tempo agora é o Telejornalismo, o lugar das notícias de todos os dias. Bons e maus, justos e injustos, ídolos ou malfeitores, todos desfilam pela tela da TV, numa espécie de show room a mostrar notáveis aventuras e desventuras humanas, exibindo o sucesso e o fracasso das pessoas,

indicando e sugerindo os modelos a seguir e, servindo, também, de vitrine para o poder. (Porcello, 2010, p.7)

A percepção que os telejornais apresentam ao se colocarem enquanto espaços para exercer poder e disputa por ele, estende-se para a observação de quando as emissoras adotam narrativas mais pedagógicas, instrucionais e de esclarecimentos sobre aquilo que é de interesse público como, por exemplo, as regras das aposentadorias da reforma da Previdência. É interessante observar uma inversão como mostra o gráfico.

Gráfico 29 - Instrumento Social Pedagógico - fevereiro/2019



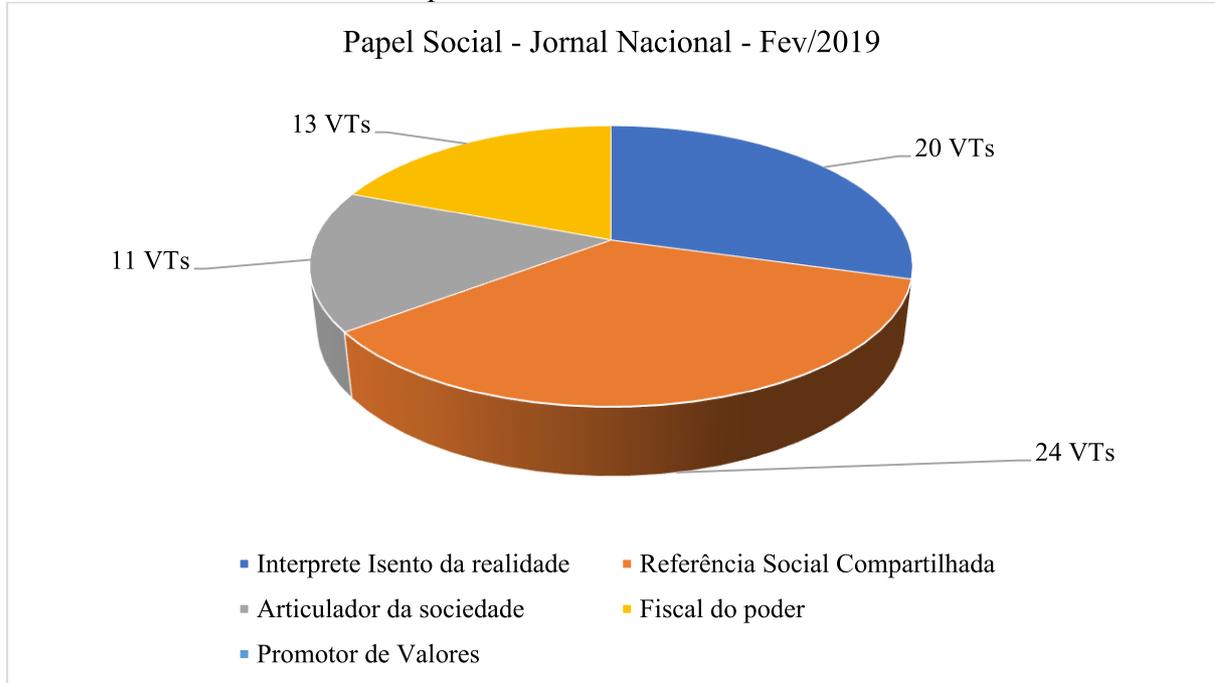
Fonte: elaborado pelo autor (2024)

A proporção tempo/quantitativo de materiais audiovisuais mostra que o Repórter Brasil dedicou mais tempo da sua cobertura com informações de cunho pedagógico e instrucional em uma amostra menor de reportagens, enquanto Jornal da Record e Jornal Nacional imprimiram menor volume de tempo diante da quantidade de reportagens em que o papel pedagógico se afirmava. Ou seja, utilizaram menos tempo para construções de narrativas pedagógicas.

O comportamento das emissoras comerciais também se apresenta distinto do comportamento da emissora pública quando se observa o papel social desempenhado pelos seus telejornais. Jornal Nacional, por exemplo teve o maior número de reportagens dedicados a pautar o debate

público sobre a sua própria perspectiva editorial, direcionando críticas e interpretações ao público.

Gráfico 30 - Papel Social - Jornal Nacional - fevereiro/2019

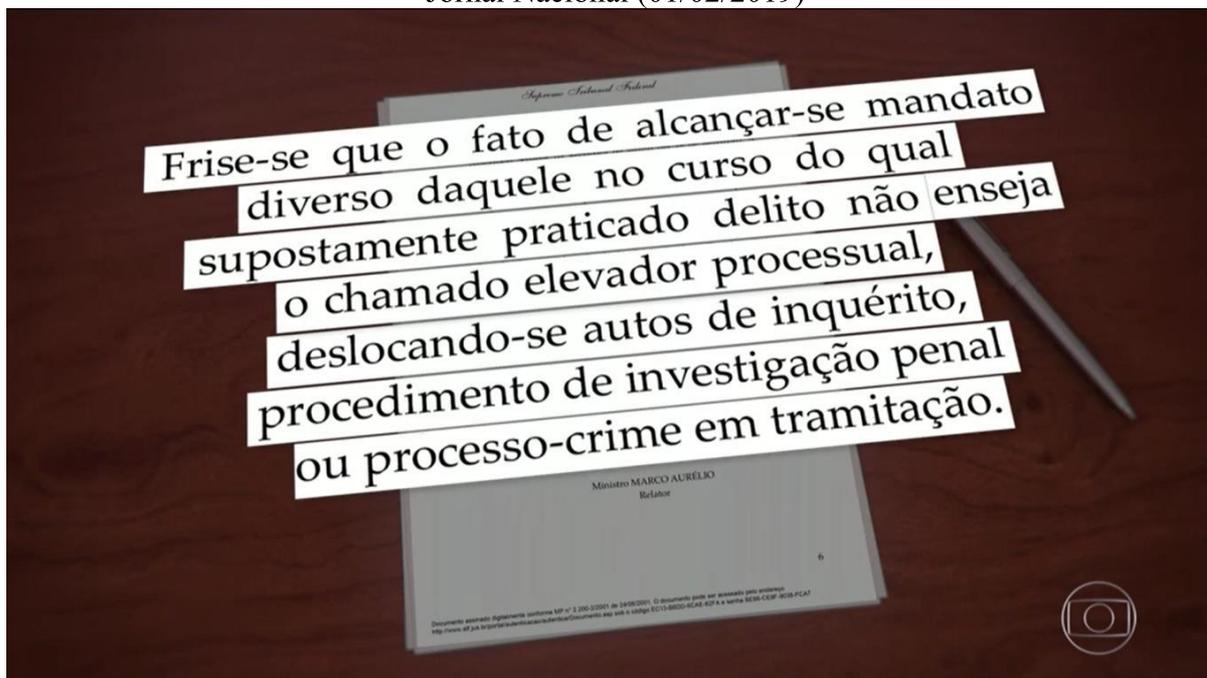


Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Um exemplo deste comportamento pode ser observado nas reportagens feitas sobre as investigações do Filho de Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, no esquema tratado como “das rachadinhas”. Foi um conjunto de reportagens exibidas nos dias 01, 05, 06 e 07 de fevereiro em que o Jornal noticia, inicialmente a negativa do ministro do STF, Marco Aurélio, a um pedido de Flávio Bolsonaro para suspender as investigações do Ministério Público do Rio sobre as movimentações atípicas nas contas de Fabrício Queiroz.

A reportagem frisou que Flávio não era oficialmente investigado criminalmente e que as investigações eram de Fabrício Queiroz, entretanto diante de Flávio ter recorrido ao Supremo argumentando que era sim investigado e que, em função de foro privilegiado, o caso deveria seguir para o SPF, a edição da emissora deu destaque ao factual.

Figura 101 - Arte Gráfica Investigações sobre “rachadinhas” VT sobre Flávio Bolsonaro -  
Jornal Nacional (01/02/2019)

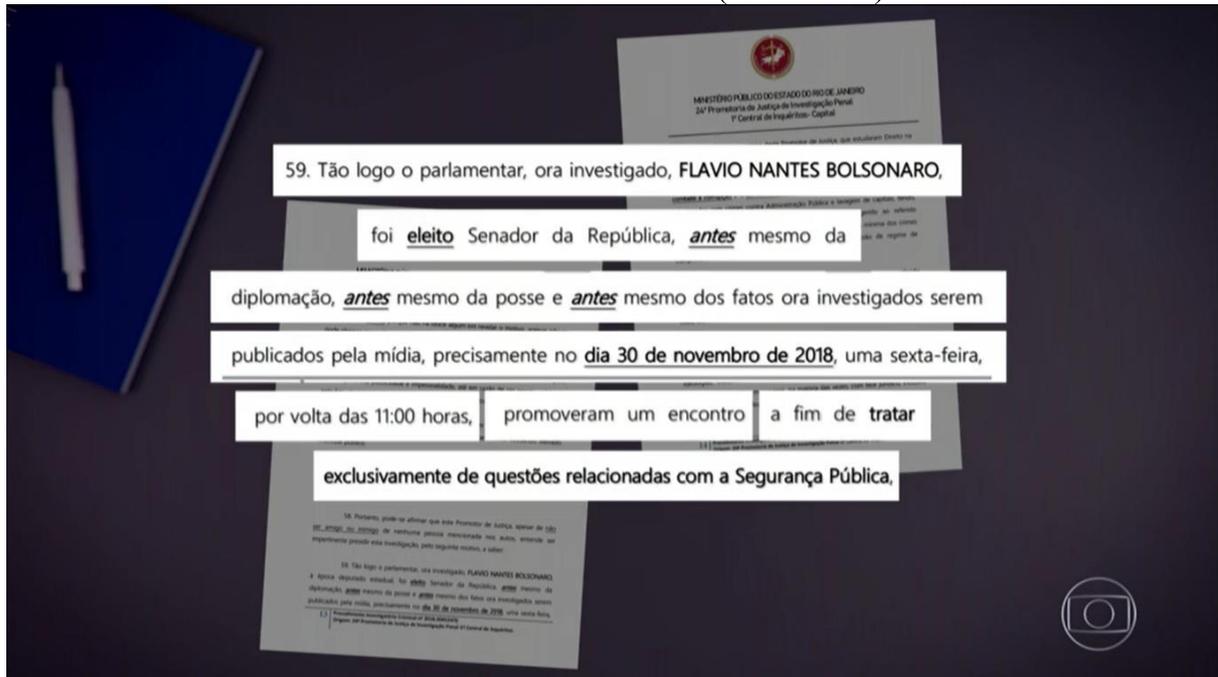


Fonte: Globoplay.globo.com

Cabe salientar ainda que a matéria teve uma condução que denota um caráter positivo na cobertura em relação ao andamento do caso uma vez que o Ministro Marco Aurélio adotou os procedimentos jurídicos que ele já vinha indicando em casos semelhantes. A reportagem apresentou os argumentos que desmontavam as justificativas de Flávio.

No dia 05, a narrativa do Jornal Nacional seguiu a estratégia já estabelecida na disputa da emissora contra o senador. Um esforço em manter constante o assunto no noticiário e dar a dimensão de fiscalização do fato. É que, isoladamente, uma única reportagem não teria tanta força enquanto exercício de poder. Mas, ao longo de um período constante, foi estabelecida uma construção narrativa mais sólida. Na reportagem em questão, o promotor designado pelo Ministério Público do Rio para conduzir as investigações sobre a movimentação financeira atípica de Queiroz se declarou suspeito.

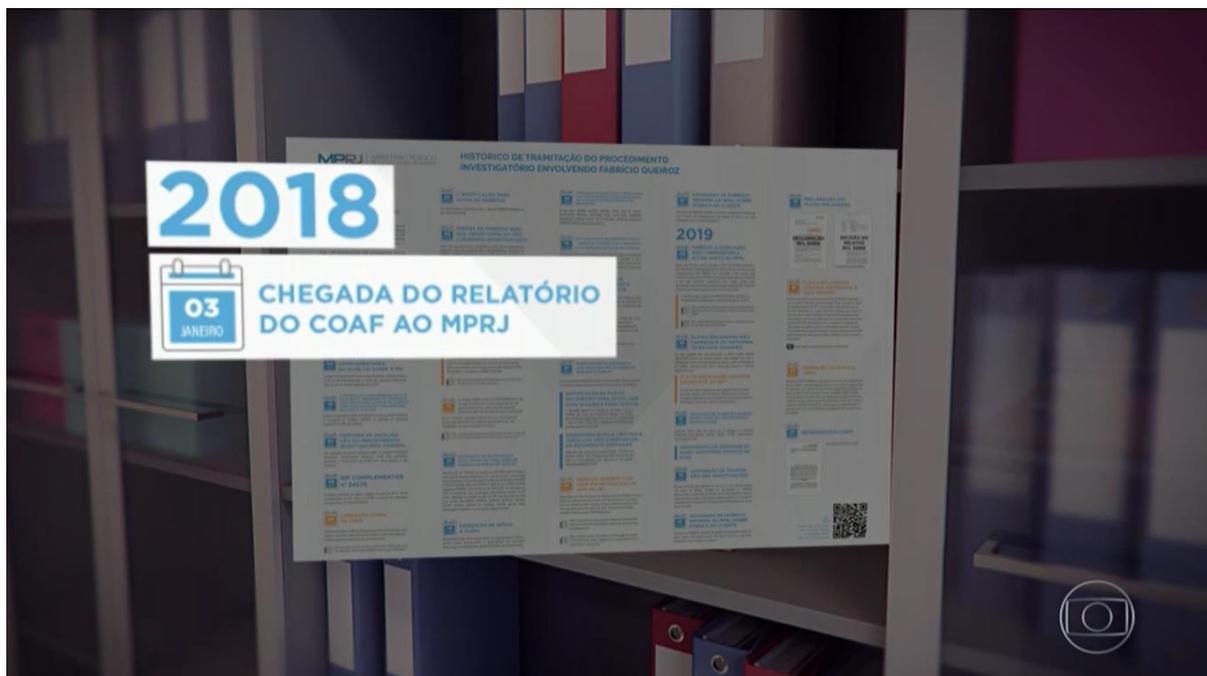
Figura 102 - Arte Gráfica posicionamento promotor para acompanhar o caso VT sobre Flávio Bolsonaro - Jornal Nacional (05/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

O audiovisual do Jornal Nacional deu detalhes do documento de 16 páginas em que o promotor Cláudio Calo diz ter se encontrado com Flávio Bolsonaro no dia 30 de novembro de 2018 para conversar assuntos ligados à segurança pública. Mas a reportagem demonstrou sutilmente a contradição na fala do Cláudio Calo explicando que o histórico da investigação feito pelo MP mostrou que o relatório do COAF chegou ao MP bem antes, no dia 30 de janeiro de 2018, sugerindo a hipótese de que Cláudio Calo já não tivesse conhecimento do relatório do COAF.

Figura 103 - Arte Gráfica dos relatórios do COAF VT sobre Flávio Bolsonaro - Jornal Nacional (05/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

No dia seguinte, a reportagem não tratava especificamente das rachadinhas. O assunto foi a análise da PGR quanto ao inquérito em que o senador Flávio Bolsonaro responderia por falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. Mas dada sequência de reportagens sobre a corrupção atribuída ao senador com o caso Queiroz, trazer a reabertura do inquérito ganhou outros contornos que vão para além do factual.

Ao fim da sequência, Flávio Bolsonaro voltou ao noticiário da emissora no dia 07. No título da reportagem, o destaque é que Flávio estava sendo investigado pelo núcleo de combate à corrupção do Ministério Público. Enquanto Renata Vasconcelos conduzia o enunciado da reportagem, ao fundo, no telão uma imagem de dinheiro “escorrendo” por entre encanamentos enferrujados.

Figura 104 - Renata Vasconcelos e cenário com dinheiro e canos enferrujados VT sobre Flávio Bolsonaro - Jornal Nacional (07/02/2019)

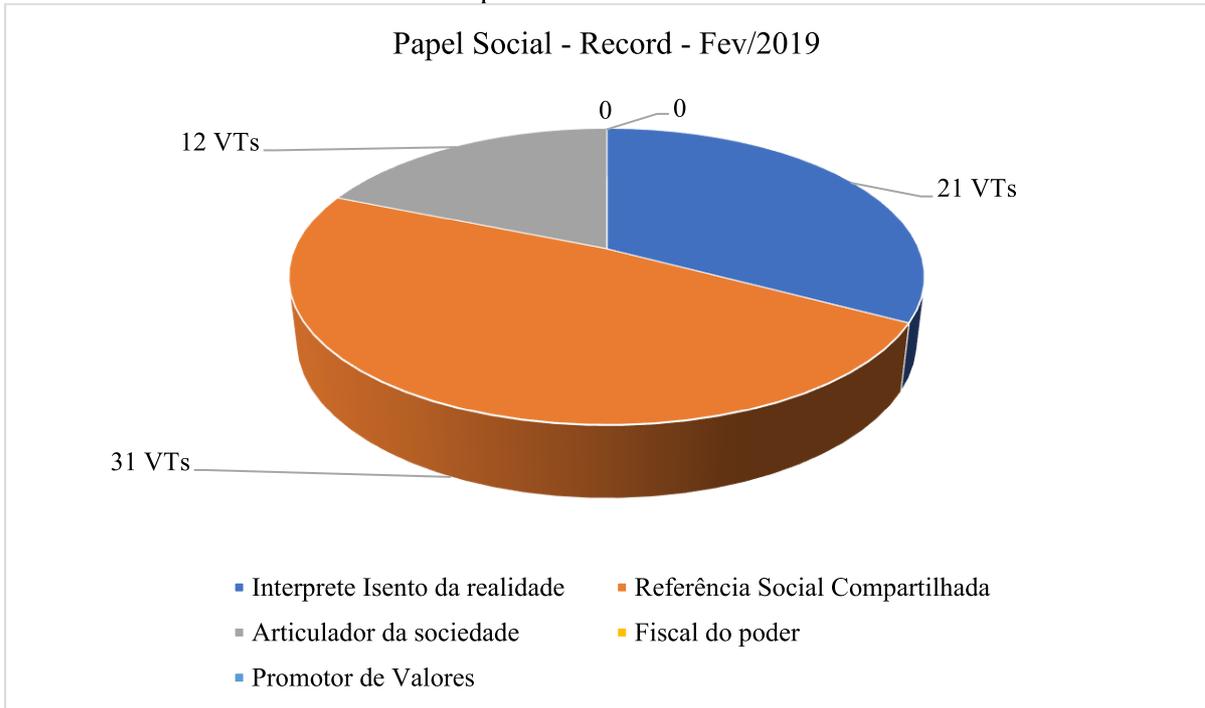


Fonte: Globoplay.globo.com

A reportagem deixou explícito que Flávio é filho de Bolsonaro, atribuindo ao ex-presidente o mesmo tipo de caráter do filho. No caso de Flávio, a investigação era por causa da evolução patrimonial do senador desde que começou a carreira política.

Não obstante da busca por pautar o debate público sobre a sua própria perspectiva esteve a Jornal da Record. Não tratando de Flávio Bolsonaro (de quem não se tem qualquer reportagem sobre o caso no repositório da Rede Record), mas das discussões em que o presidente ganhou protagonismo, principalmente o caso envolvendo o outro filho do presidente, Carlos e o ex-ministro Bebianno.

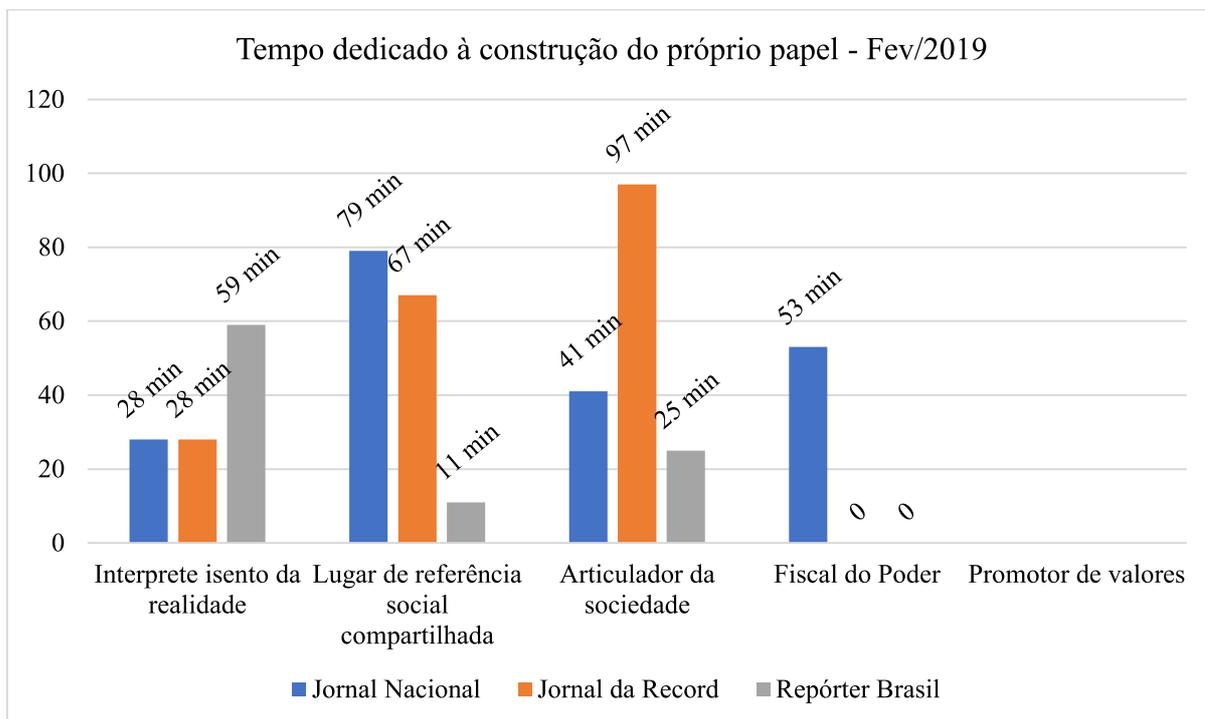
Gráfico 31 - Papel Social - Record - fevereiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Quase metade das suas construções narrativas pautaram a perspectiva da emissora sobre a cobertura política com um detalhe: em momento algum da cobertura do governo Bolsonaro o Jornal da Record esteve no papel de fiscal dos poderes. Entretanto, é imprescindível chamar atenção para o tempo que o telejornal dedicou para se reafirmar enquanto articulador da sociedade. Embora a quantidade de reportagens em que esse papel social tenha sido menor que a de referência social, o tempo médio para essas reportagens foi sensivelmente maior. A variação se concentrou nas reportagens, exibidas mais no final do mês, quando uma série sobre como as mudanças de regras da aposentadoria afetariam a vida das pessoas entrou no ar. O conjunto de reportagens trouxe a participação de pessoas afetadas pelas mudanças, trouxe explicações de especialistas sobre como lidar com as mudanças e, nessas reportagens, a participação do governo enquanto fonte foi menor e sem perspectivas muito destacadas de juízos de valor.

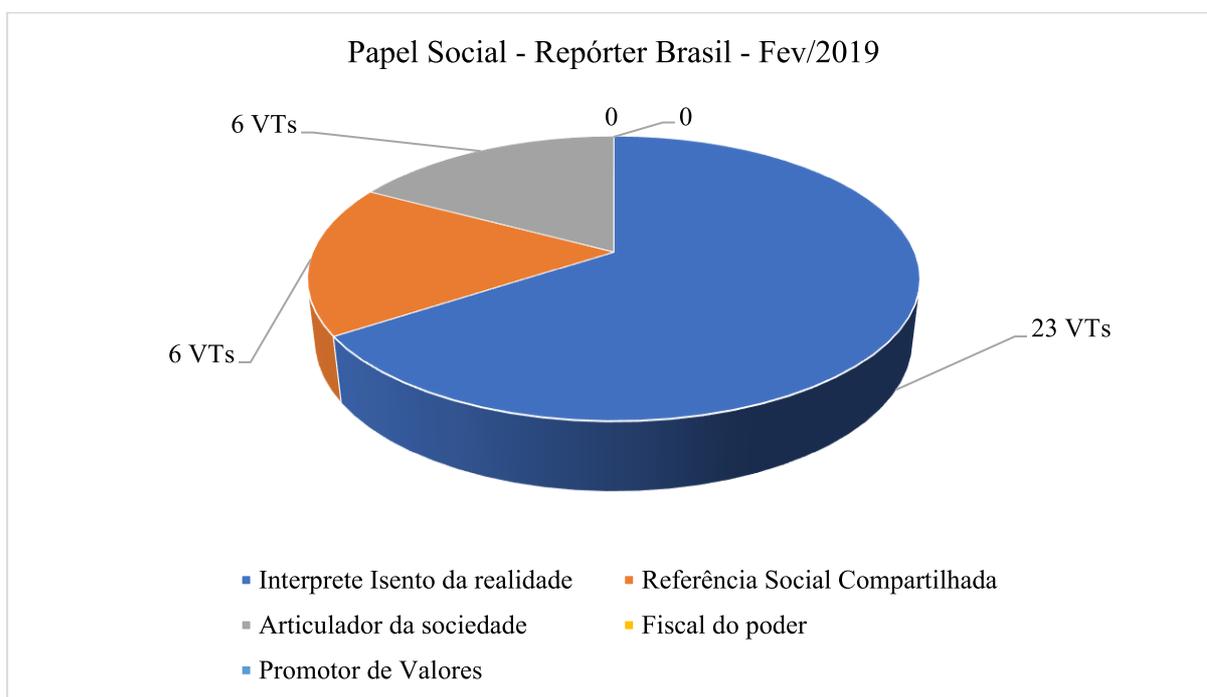
Gráfico 32 - Tempo dedicado à construção do próprio papel - fevereiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Já o Repórter Brasil, mesmo diante de todas as intemperes e tentativas de emparelhamento vivenciados a partir da posse de Jair Bolsonaro, manteve a busca por pautar a sociedade diante dos interesses públicos sem imprimir ostensivamente as suas próprias perspectivas e interpretações.

Gráfico 33 - Papel Social - Repórter Brasil - fevereiro /2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Mas, em contrapartida, também não atuou em nenhum momento como fiscal de poderes indicando uma busca por equilibrar a cobertura entre os critérios de noticiabilidade e as pressões institucionais que começaram a se intensificar.

#### 7.8 VALÊNCIA DA COBERTURA POR ASSUNTOS NO MÊS DE FEVEREIRO

No que diz respeito à valência das coberturas no mês de fevereiro de 2019, é inquestionável a quantidade de tempo em que o Jornal Nacional se dedicou a uma cobertura que priorizou aspectos negativos dos factuais e da repercussão dos fatos quando comparado aos outros dois telejornais.

A cobertura sobre a polêmica envolvendo o ministro Gustavo Bebianno foi a mais expressiva: 52 minutos audiovisuais do Jornal Nacional predominantemente negativos (10 reportagens). Duas reportagens foram neutras. O Jornal da Record produziu 15 minutos de material em sete VTs que oscilaram entre neutros (a maioria) e negativos em um tom mais ameno (uma única reportagem). A cobertura não foi feita pelo Repórter Brasil e disponibilizada no repositório do Brasil Noite.

Em relação a internação de Jair Bolsonaro foram 14 minutos de materiais audiovisuais do telejornal da Rede Globo com predominância de valência neutra, 21 minutos do Jornal da Rede Record com a adoção de uma perspectiva positiva e 10 minutos audiovisuais do telejornal da TV Brasil com um caráter moderado entre positiva e neutra.

A reforma da Previdência teve 47 minutos de coberturas do Jornal Nacional (16 VTs) e todas elas predominantemente positivas. O Jornal da Record seguiu no mesmo sentido, porém foram 60 minutos de reportagens produzidas (31 VTs no total) e apenas duas reportagens negativas. E o Repórter Brasil teve uma contribuição mais modesta, 37 minutos de reportagens e entradas ao vivo. Foram 10 materiais no total e, deles, 6 positivas, uma negativa e as demais neutras.

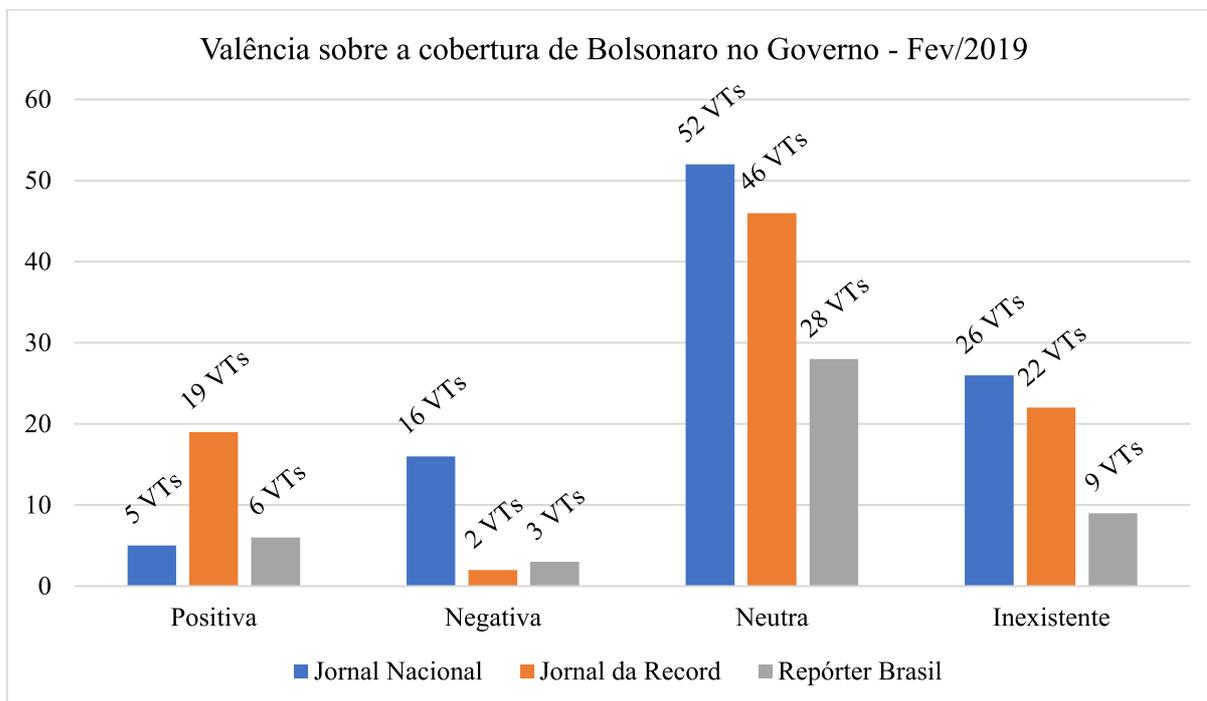
Quando abordadas as candidaturas laranja, outra vez o JN fez uma cobertura em grande medida negativa e mais extensa: 14 minutos de reportagens contra um único minuto do Jornal da Record e nenhum do Repórter Brasil.

Por fim, o pacote anticrime chegou com 26 minutos de audiovisuais na Rede Globo (7 VTs no total) sendo 3 deles negativos, 8 minutos na Rede Record (5 VTs no total) com 1 neutro e nenhum negativo. Foram 17 minutos de audiovisuais, em 5 VTs, na TV Brasil, uma única reportagem negativa e outra neutra.

## 7.9 VALÊNCIA DA COBERTURA DE JAIR BOLSONARO

É relevante destacar que, nas coberturas de Globo e Record, foi possível observar e sentir uma ansiedade por parte dos veículos em noticiar a reforma da Previdência. Ao longo da internação de Jair Bolsonaro, a pauta foi unânime entre as emissoras, mas havia uma pendência que era a definição da idade mínima para aposentadoria e essa tomada de decisão dependia da alta presidencial. Este aspecto determinou a valência em relação a ele.

Gráfico 34- Valência sobre a cobertura de Bolsonaro no Governo - fevereiro/2019

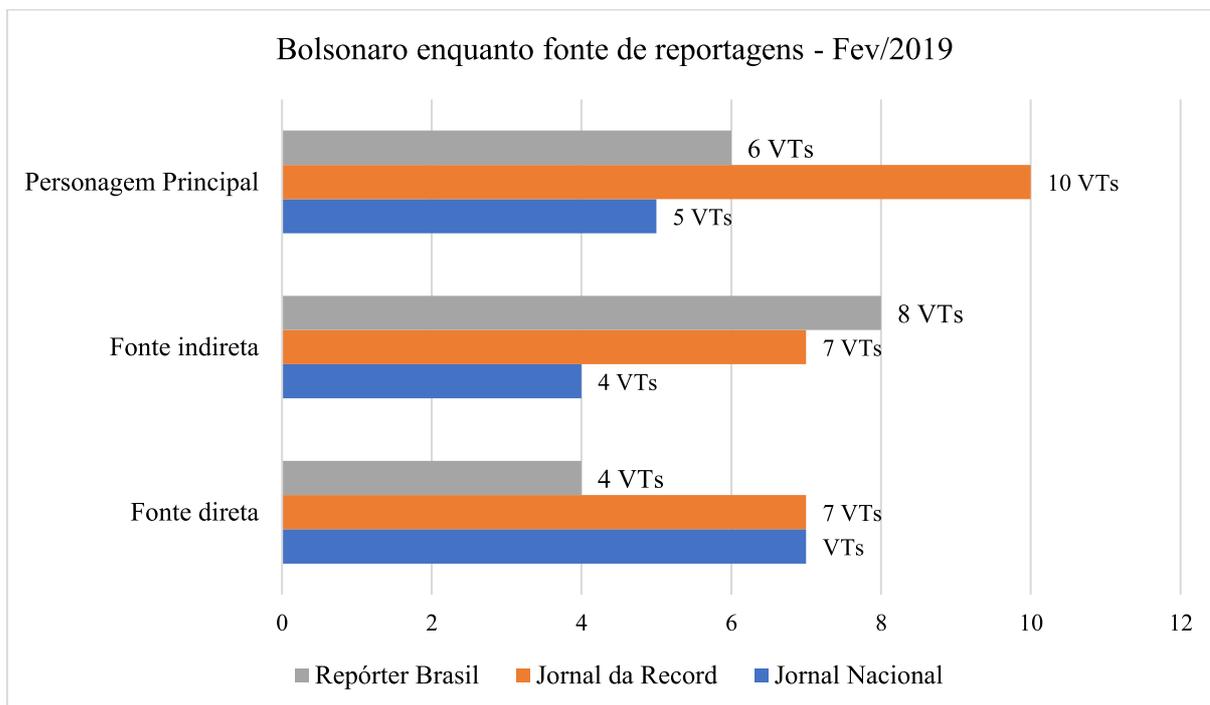


Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Tão logo Bolsonaro voltou para Brasília, a editoria econômica ganhou mais relevo com as discussões e o encaminhamento da proposta de emenda constitucional sobre a reforma previdenciária ao Congresso. O espaço enquanto personagem principal das narrativas foi bem maior no Jornal da Record.

No próximo gráfico, é interessante observar ainda que foi na cobertura da TV Record que Bolsonaro esteve definido como protagonista. Parte em função das reportagens sobre sua internação e outra parte sobre o embate com Gustavo Bebianno.

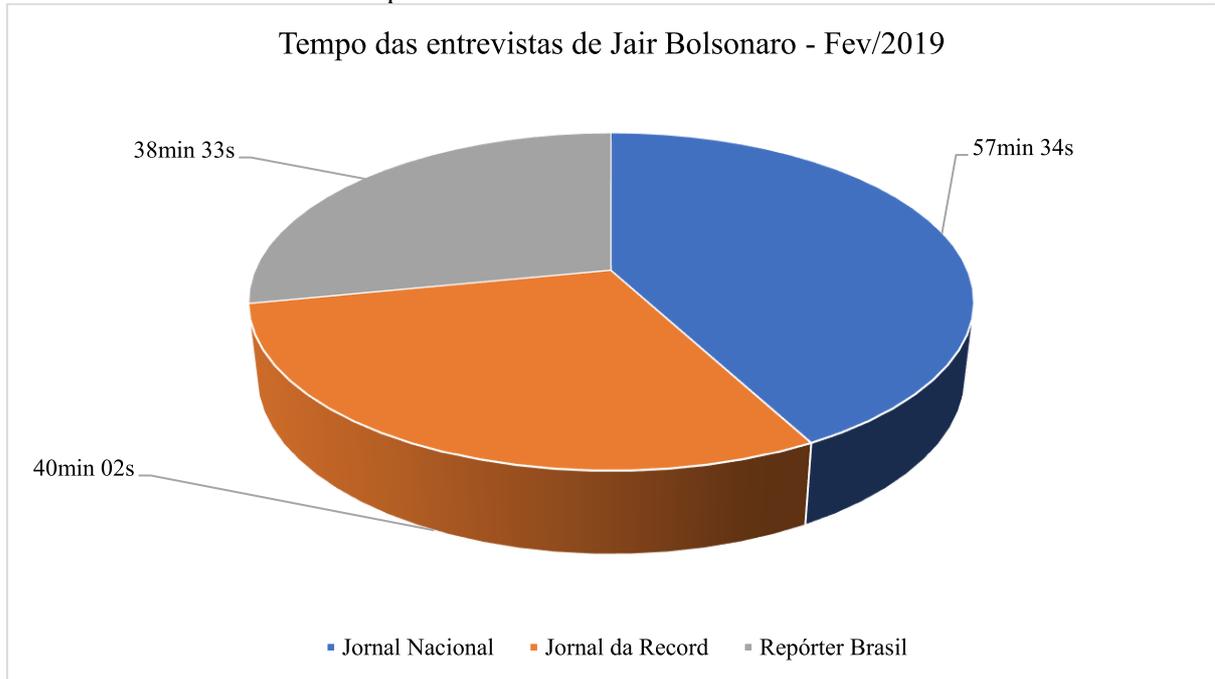
Gráfico 35 - Bolsonaro enquanto fonte de reportagens - fevereiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Obviamente, durante a internação, as entrevistas de Bolsonaro não aconteceram e as informações estavam todas a cargo da assessoria e do porta-voz, Otávio do Rêgo Barros. Naquele momento, o presidente apareceu enquanto fonte indireta e, na cobertura sobre as reformas, as sonoras do então presidente foram em menor quantidade. O gráfico a seguir traz o tempo das reportagens em que Jair Bolsonaro foi efetivamente uma fonte.

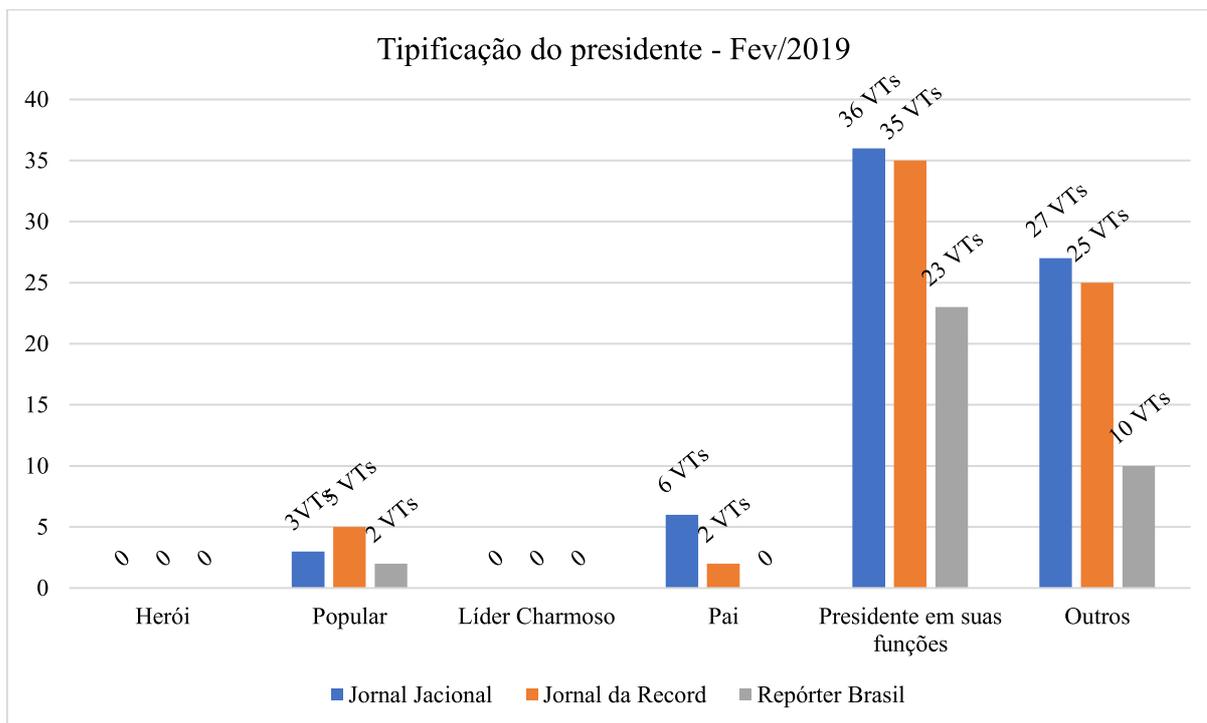
Gráfico 36 - Tempo das entrevistas de Jair Bolsonaro - fevereiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O Jornal Nacional foi o que trouxe o presidente como fonte participante da construção narrativa por um maior volume de tempo. O conjunto das reportagens feitas pela TV Globo chegou aos 57 minutos. Por sua vez, o Jornal da Record trouxe um conjunto com 40 minutos e o Repórter Brasil 38 minutos. Para cada cobertura, uma apresentação distinta do presidente. Hora sua personagem era caracterizada como uma pessoa popular, em outros momentos como pai, principalmente nos VTs que trataram da exoneração do ministro Gustavo Bebianno e em outras tratado como presidente em suas funções de líder do Executivo, cumprindo as atribuições que o cargo lhe conferiu. Entretanto, é importante trazer para esta análise as outras maneiras como Jair Bolsonaro foi adjetivado, que outras características foram a ele atribuídas. O Jornal Nacional, por exemplo, no conjunto das reportagens, construiu um Bolsonaro em recuperação (quando internado), teimoso, contraditório em suas atitudes, impulsivo e em alguns momentos à margem de alguns aspectos legais. O repórter Brasil foi o telejornal que menos atribuiu ou reforçou comportamentos do ex-presidente. Em suas construções o signatário do Executivo brasileiro surgiu enquanto pessoa frágil, em recuperação durante o período internado e, por fim, uma pessoa ponderada.

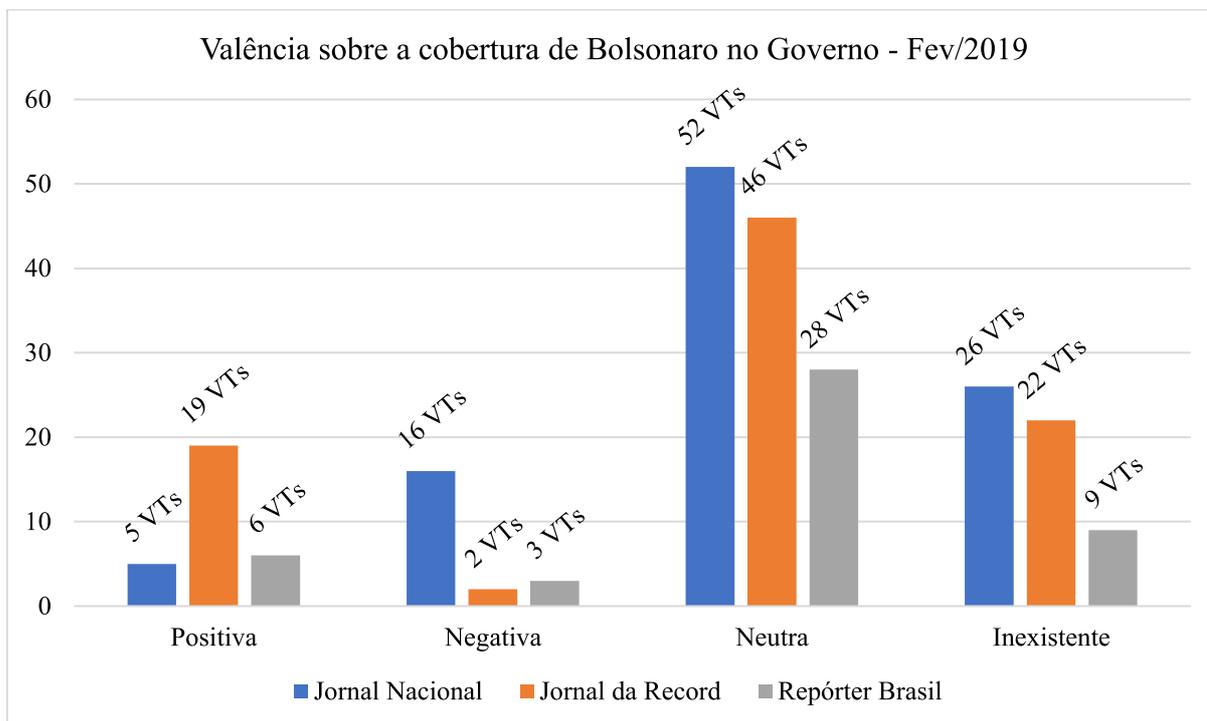
Gráfico 37 - Tipificação do presidente - fevereiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O Jornal da Record, como observa-se no gráfico, retratou Jair Bolsonaro na sua construção narrativa como um paciente em recuperação enquanto paciente convalescendo. Mas trouxe também um Bolsonaro enérgico, inflexível e ao mesmo tempo articulador como sugeriu a última reportagem que o Jornal da Record exibiu sobre o caso da exoneração de Bebianno em função do esquema das candidaturas laranja. Nessa última reportagem, pela primeira vez o termo “laranja” aparece explícito na narração do *off*.

Gráfico 38- Valência sobre a cobertura de Bolsonaro no Governo - fevereiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Por fim, é relevante destacar que, nas coberturas de Globo e Record, foi possível observar e sentir uma ansiedade por parte dos veículos em noticiar a reforma da previdência. Ao longo da internação de Jair Bolsonaro, a pauta foi unânime entre as emissoras, mas havia uma pendência que era a definição da idade mínima para aposentadoria e essa tomada de decisão dependia da alta presidencial. Tão logo Bolsonaro voltou para Brasília, a editoria econômica ganhou mais relevo com as discussões e o encaminhamento da proposta de emenda constitucional sobre a reforma previdenciária ao Congresso.

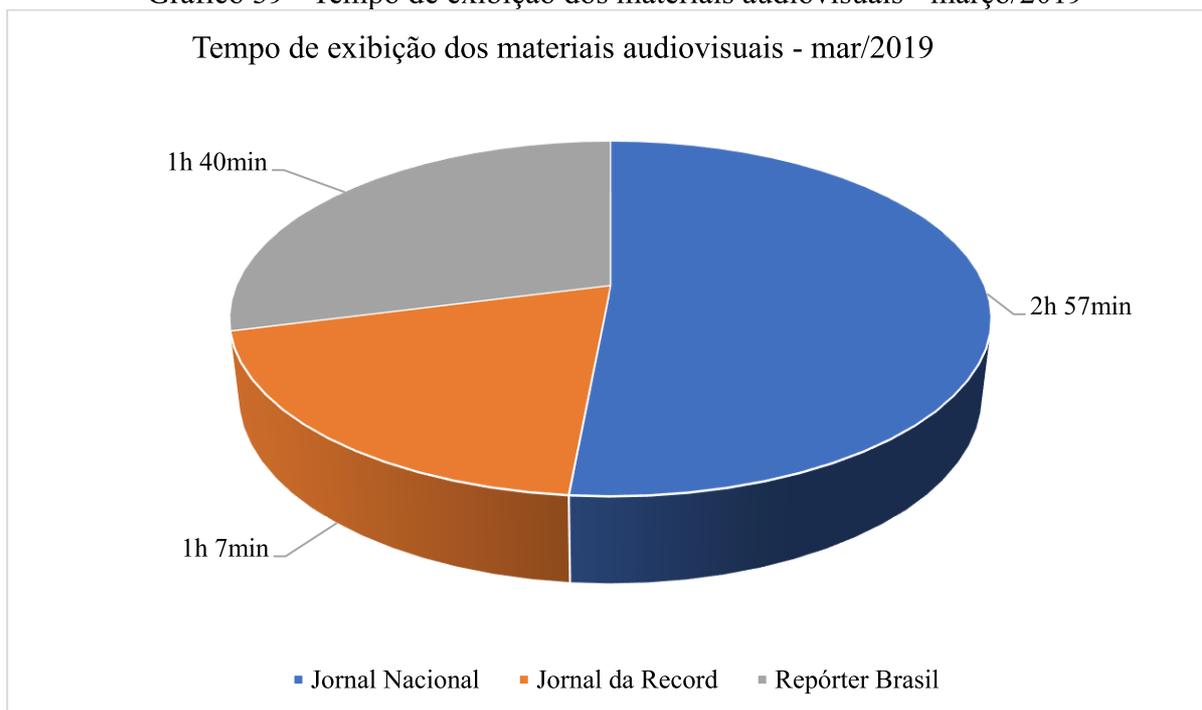
## **8 POLÊMICAS, ARRANJOS POLÍTICOS ALINHAMENTO EDITORIAL E PERSPECTIVAS DE GOVERNO - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA COBERTURA DOS TELEJORNAIS EM MARÇO DE 2019**

O último dos três meses escolhidos para a análise deste trabalho foi o que apresentou a menor quantidade de materiais audiovisuais. Foram 123 reportagens, notas cobertas e entradas ao vivo totalizando 5 horas e 45 minutos de cobertura ligadas ao governo de Jair Bolsonaro. O que não significa dizer que a cobertura foi menor, houve uma condensação, principalmente da cobertura da TV Brasil em blocos de entradas ao vivo que abarcavam todo o noticiário do governo. Os temas debatidos eram enumerados numa sequência dos compromissos do executivo ao longo do dia, inclusive com o início da cobertura das declarações de Jair Bolsonaro feitas em transmissões ao vivo por meio de suas redes sociais.

### **8.1 FICHA TÉCNICA E INDICAÇÃO DE TEMÁTICAS ABORDADAS**

No fatiamento dos tempos de cobertura, é possível observar que o Jornal Nacional dedicou mais que o dobro do tempo do Jornal da Record à cobertura da seleção da mostra de pesquisa: foram 2 horas e 57 minutos contra 1 hora e 7 minutos. Já o Repórter Brasil ampliou um pouco a sua cobertura sobre o governo ultrapassando a TV Record em tempo de exibição e inserção dos materiais audiovisuais no repositório das emissoras.

Gráfico 39 - Tempo de exibição dos materiais audiovisuais - março/2019

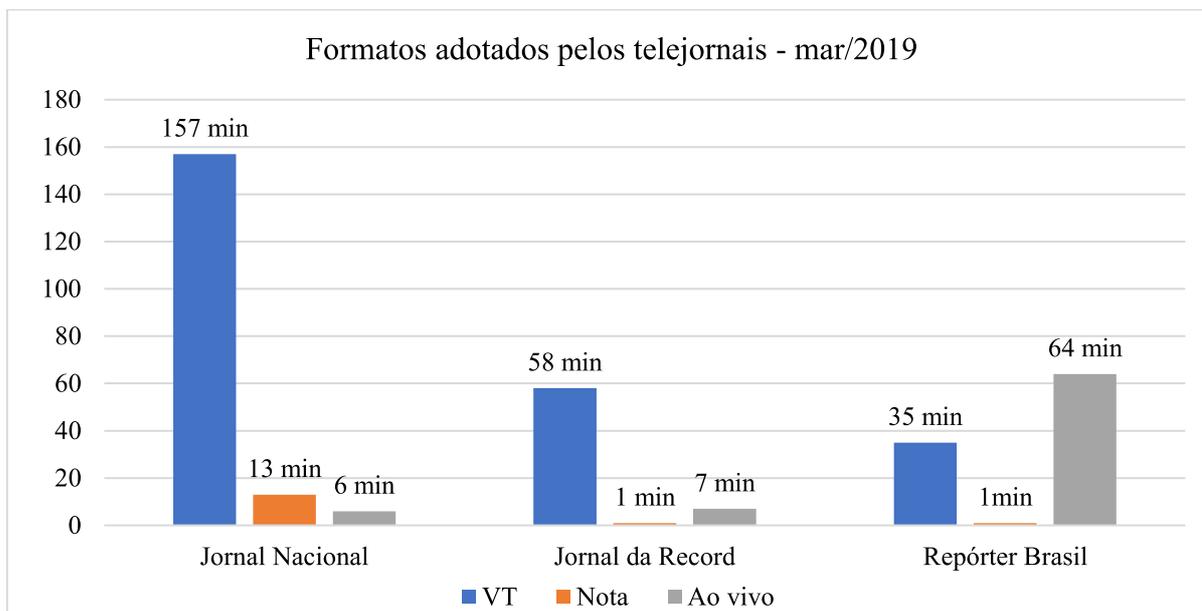


Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Essa ampliação pode ser explicada pelo início das coberturas das transmissões ao vivo do ex-presidente pelas redes sociais e uma agenda mais detalhada da participação de ministros em suas atividades de rotina. O Repórter Brasil Noite deu indícios de que começou a direcionar sua cobertura para o lado institucional em relação ao recorte proposto para esta tese.

Em relação aos formatos, a estrutura narrativa das emissoras seguiu o padrão dos meses anteriores: Jornal Nacional e Jornal da Record com um quantitativo de reportagens maior e o Repórter Brasil Noite com as entradas ao vivo, seguidas de sonoras ou pequenas reportagens.

Gráfico 40 - Formatos adotados pelos telejornais - março/2019

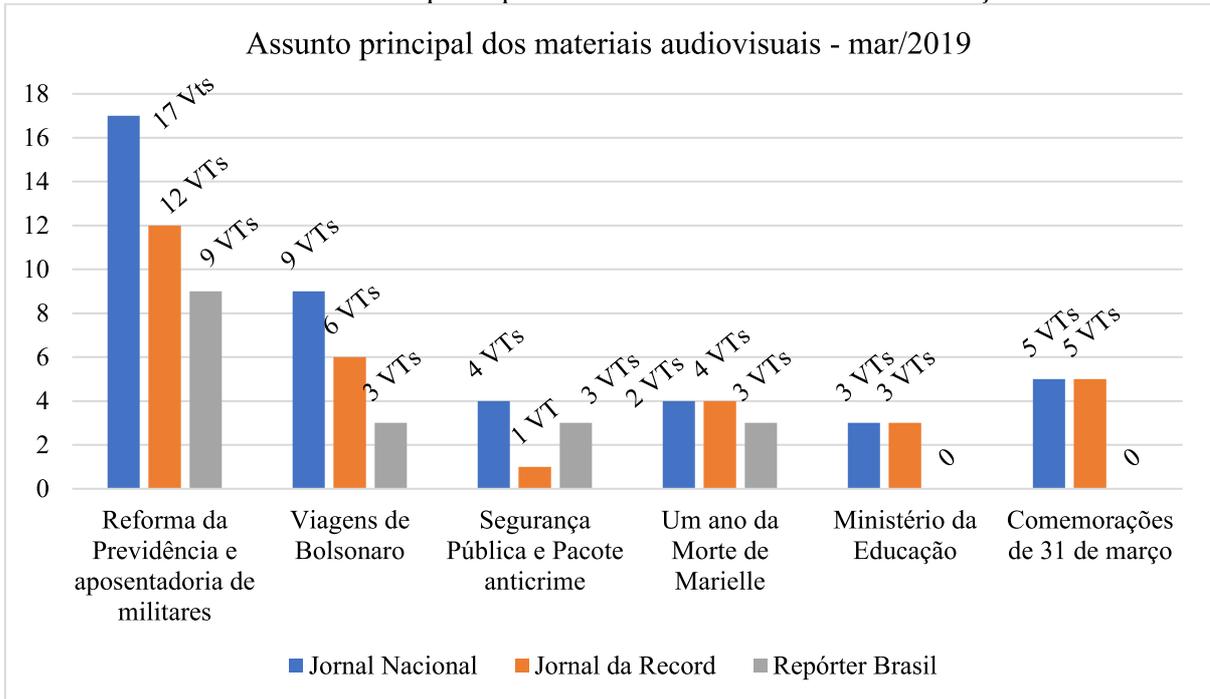


Fonte: elaborado pelo autor (2024)

As reportagens foram maioria na TV Globo, 2 horas e 37 minutos de exibição, seguida da TV Record com 58 minutos e a TV Brasil 35 minutos. Em relação ao tempo de entradas ao vivo foi o Repórter Brasil quem saiu na frente, 1 hora e 4 minutos. É importante ponderar que neste tempo estão incluídas as entrevistas exibidas durante a entrada de repórteres sem, contudo, que elas fossem ao vivo também. O Jornal Nacional se valeu de 13 minutos do noticiário coberto por notas.

Em relação aos assuntos, a reforma da Previdência e a aposentadoria dos militares dominaram o noticiário. A pauta foi a mais expressiva em todos os telejornais. Foram, no total, 39 materiais audiovisuais em que 17 exibidos pelo Jornal Nacional, 12 pelo Jornal da Record e 9 pelo Repórter Brasil. As viagens de Jair Bolsonaro para Estados Unidos, Chile e Paraguai somaram 18 reportagens e entradas ao vivo, seis dos materiais da Rede Globo. O caso Marielle que completou, à época, um ano em 14 de março também esteve entre os destaques da cobertura seguido de polêmicas envolvendo o 31 de março, a cobertura da segurança pública e o pacote anticrime e, por fim, a polêmica no Mistério da Educação em que, pela primeira vez, o Jornal da Record repercutiu o caso em função de Jair Bolsonaro esboçar ter lado na disputa entre Velez e Olavo de Carvalho.

Gráfico 41- Assuntos principais dos materiais audiovisuais - março/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Sobre a Reforma da previdência o grande volume de reportagens se deve ao travamento da tramitação motivada pela aposentadoria de militares e, também, em função dos desentendimentos entre Rodrigo Maia e Jair Bolsonaro. A briga pública foi exaustivamente detalhada pela TV Globo. TV Record e TV Brasil também falaram sobre a questão uma vez que, inevitavelmente, interferiu no trabalho do Legislativo, mas a carga do JN foi mais intensa.

## 8.2 REFORMA DA PREVIDÊNCIA E APOSENTADORIA DE MILITARES

A primeira reportagem sobre o tema no mês de março foi ao ar no dia 08. Ela trouxe Rodrigo Maia enquanto protagonista, abrindo a reportagem. Na cabeça do VT Willian Bonner adiantou a vontade do presidente da Câmara em instalar, na semana seguinte, a Comissão de Constituição e Justiça para que tramitasse com celeridade a reforma. A reportagem de Júlio Mosquera então exibiu imagens de Maia caminhando e, na sequência, o salão onde funcionaria a comissão vazio, indicando que ainda não havia integrantes para o trabalho.

Figura 105 - Salão da CCJ vazio VT da reforma Previdência - Jornal Nacional (08/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Mosquéra detalhou um pouco do processo legislativo nesse primeiro momento e partiu para a discussão da reforma na aposentadoria dos militares. Disse que Rodrigo Maia estava decidido: afirmou que o projeto de Lei só seria votado depois da PEC da Previdência. O governo, segundo a narrativa, comprometeu-se em ser célere no envio do projeto. Maia, na entrevista, concordou com o argumento do governo de que um PL tramita mais rápido que a PEC, mas reforçou advertindo: “desde que ele seja enviado para a Câmara”.

Rodrigo Maia ainda deixou escapar, na entrevista, que garantiu para o ministro da Defesa que os militares poderiam ter tranquilidade, que o PL deles seria votado apenas depois de tramitada e votada, em dois turnos, a PEC da previdência. Jair Bolsonaro foi então mencionado na passagem do repórter. Segundo Mosquéra, o ex-presidente afirmou que militares teriam que dar a "cota de sacrifício" para reorganizar a previdência do país. Na entrevista dada, Bolsonaro pediu celeridade no processo. Disse que respeitaria a autonomia do Congresso e, em tom de chantagem, que se o Brasil continuasse o caminho sem reformas, tenderia a chegar ao caos. Concordou que a medida era amarga, mas merecia um freio de arrumação.

Dois dias depois, o destaque da temática no JN e no repositório da emissora era de que a votação da reforma da Previdência na CCJ deveria ocorrer no fim do mês, segundo Maia. A motivação para a reportagem era perceptível: o impasse e a queda de braço entre governo e Congresso em que o início da tramitação da PEC da Previdência estaria sendo atrelado à PEC do pacto

federativo e da liberação de emendas parlamentares para “contribuir” com a boa vontade de parlamentares na votação. Importante frisar que apenas Rede Globo foi explícita ao pautar a distribuição de cargos em troca de apoio.

A votação da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça deveria ocorrer, segundo a narrativa, na última semana de março. Ela seria um dos primeiros passos para tramitação. Zileide Silva, repórter que acompanhava o caso, sugeriu que a definição da data estaria vinculada ao envio do projeto de Lei que alteraria a previdência dos militares. Então, Joice Hasselmann foi inserida em uma entrevista dizendo que a proposta para os militares já estava pronta e bem elaborada. A narrativa da reportagem seguiu conduzindo para uma outra proposta de emenda constitucional, a do pacto federativo. Ela serviria para encerrar as obrigações orçamentárias com saúde e educação deixando a cargo do Congresso e dos governos estaduais o controle do orçamento. Foi trazida uma sonora de Rodrigo Maia em que ele afirmou ter medo da decisão porque poderia ser que ela resolvesse o problema imediato de alguns governadores, mas depois a coisa se complicaria. Rodrigo Maia deu o tom do que vinha acontecendo: barganha. Que em nome da desvinculação os deputados esquecessem de olhar com responsabilidade a reforma da Previdência, sugerindo que havia uma "negociação" no sentido de aprovar a reforma da Previdência (interessante para o governo) e conseguir a desvinculação orçamentária dos estados (interesse de governadoras e parlamentares). Davi Alcolumbre se manifestou colocando que a discussão do pacto federativo ajudaria a acelerar a discussão da reforma. Jair Bolsonaro, de acordo com Zileide Silva, negou que tivesse liberado R\$ 1 bilhão de reais em emendas parlamentares em troca de apoio. Na sua entrevista, o presidente se limitou a dizer que liberou emendas impositivas e que esse tipo de situação não aconteceria no governo dele. Foi uma reportagem bastante extensa em que o acompanhamento das mexidas no tabuleiro de forças entre os políticos revelou o monitoramento enquanto fiscal dos poderes. Assim como foi no dia 13 de março.

A reportagem tratou do segundo encontro de jornalistas com o presidente. Assim como no primeiro encontro realizado, em que Heraldo Pereira foi ao evento, nesta segunda vez foi Renata Lo Prete a escalada.

Figura 106 - Renata Lo Prete na reportagem VT reforma da Previdência - Jornal Nacional (13/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Revelando que a emissora designava apresentadores e editores para ida a esse tipo de encontro. Atitude que demonstrou a preocupação em enviar profissionais experientes e com domínio de decisões editoriais. Outro aspecto a ser observado foi que houve uma tentativa de aproximação do presidente com jornalistas, uma espécie de política de boas relações com a imprensa, em que ele comentou sobre vários dos aspectos factuais de que tinha tratado o governo.

Ficou evidente, entretanto, que não foram feitas, ao longo dos dois encontros, entrevistas gravadas além de as imagens do café da manhã terem sido da NBR e o restante da reportagem coberto com materiais de arquivo. Isso indicou que a entrada de cinegrafistas e fotógrafos não aconteceu das emissoras. Logo, que aproximação com a imprensa seria essa em que as equipes são recebidas parcialmente?

Figura 107 - Café da manhã com a imprensa VT em que se tratou da reforma da Previdência - Jornal Nacional (13/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

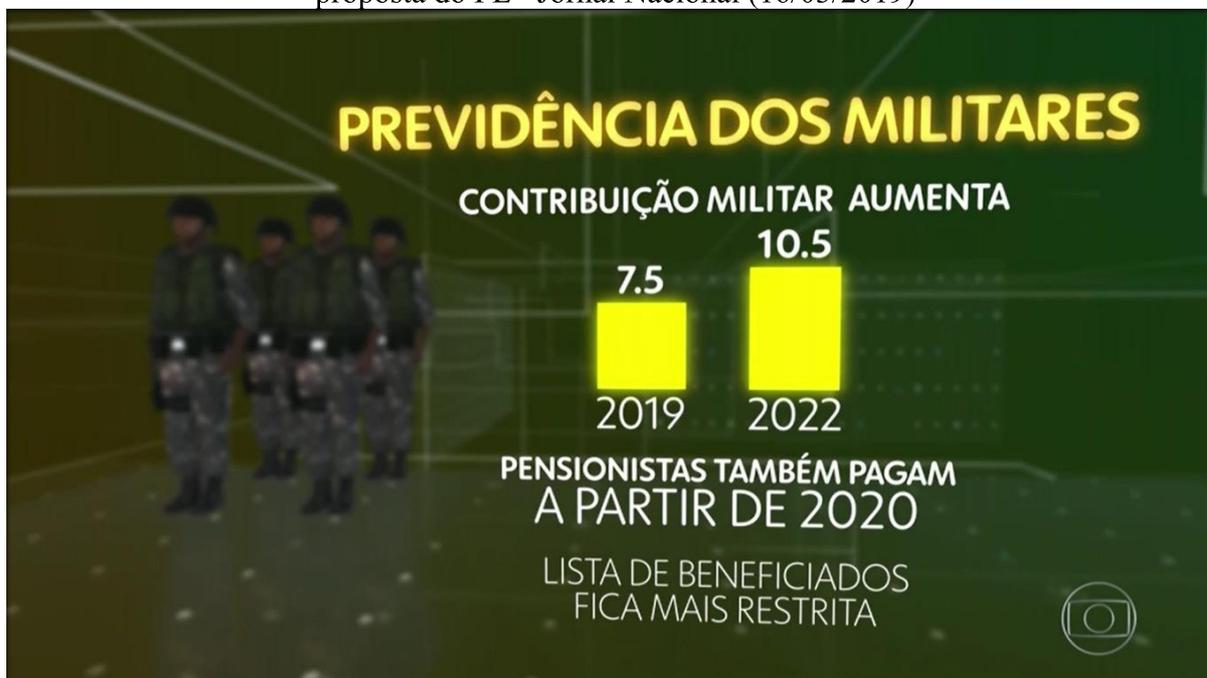
Coube a repórter elencar todos os aspectos tratados. Entre eles a escolha da edição do telejornal para destaque tanto na cabeça da reportagem, quanto no título e na passagem de Renata Lo Prete foi a troca de embaixadores, inclusive nos Estados Unidos. Entre os aspectos abordados no encontro estavam: convicção de aprovação da reforma da Previdência ainda no segundo semestre de 2019, troca de embaixadores em pelo menos 15 países, Bolsonaro afirmou que a imagem dele não estava boa no exterior onde era apresentado como ditador, racista e homofóbico. Segundo a reportagem, três acordos deveriam ser assinados durante a ida de Bolsonaro aos EUA, um sobre a tributação de produtos e outro sobre a Base de Alcantara no Maranhão. Sobre as suspeitas de o Ministro Marcelo Álvaro Antônio e o suposto envolvimento com candidaturas laranjas, Bolsonaro afirmou que ele tinha o direito da ampla defesa, mas admitiu que o caso causava desgaste para o governo. Por fim, comentou sobre a prisão de Ronnie Lessa. Afirmou que não o conhecia e nem a Marielle. Sobre ser vizinho do executor, Bolsonaro disse que o condomínio tinha 150 casas, sugerindo que ele não se relacionava com todos os vizinhos. Ele aproveitou a oportunidade para questionar sobre quem teria mandado matá-lo em Juiz de Fora. Sobre o caso das rachadinhas, jogou a responsabilidade toda para a Fabrício Queiroz.

Na mesma edição, o telejornal pautou a instalação da CCJ pela Câmara dos Deputados. O material apresentado para tratar da reforma da Previdência foi uma entrada ao vivo da repórter

Zileide Silva. Durante a sua participação, ela explicou que a Comissão foi instalada havia pouco tempo, mas que os deputados só iriam efetivamente avaliar a proposta depois que Planalto enviasse para a Câmara o projeto que alteraria a aposentadoria dos militares. Outra informação foi a de que o Ministério da Defesa já havia entregado o projeto ao Ministério da Economia. Líderes se pronunciaram de que não haveria muito problema em decidir pela admissibilidade. Ela deu detalhes dos próximos passos de tramitação. Zileide anunciou ainda o presidente da Comissão: Felipe Francischini do PSL de Paraná. Ela reforçou que ele era deputado de primeiro mandato, sugerindo a pouca experiência para uma comissão de tamanha responsabilidade e informando de que a chapa foi única. As informações denotam articulação política no caso.

No sábado, dia 16 de março, foi dia de a equipe econômica do governo Bolsonaro avaliar a proposta da reforma da Previdência dos militares. Flávio Fachel frisou, na cabeça do VT, que o projeto era uma sugestão do Ministério da Defesa a que o repórter Nilson Klava teve acesso. Como em outras reportagens sobre o tema da reforma da Previdência a fachada do Ministério da Economia ganhou a edição da reportagem como referência do lugar das reuniões e ainda como personagem institucional da narrativa jornalística. O repórter explicou que a atividade tinha o objetivo de reduzir o custo da reforma porque o Ministério da defesa fez contrapartidas.

Figura 108 - Arte Gráfica com detalhamento sobre previdência dos Militares VT sobre a proposta do PL - Jornal Nacional (16/03/2019)



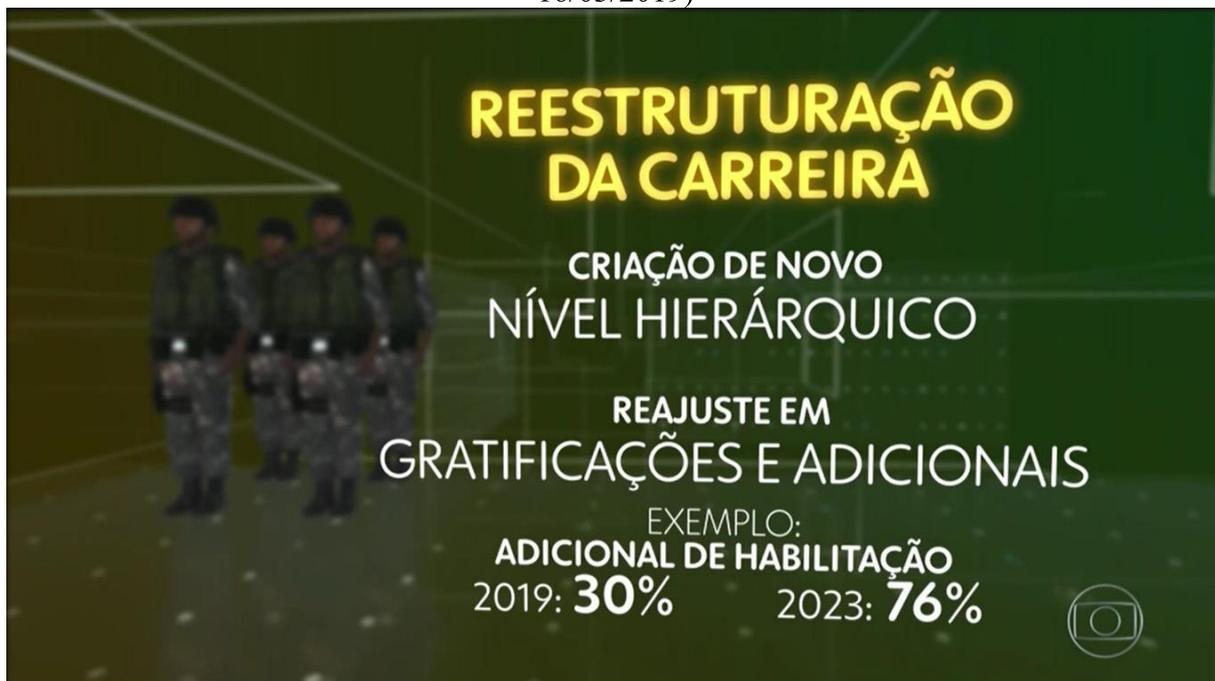
Fonte: Globoplay.globo.com

Inclusive, a prática do reforço sobre as conquistas dos telejornais em relação a cobertura de outros telejornais sempre é enaltecida. Uma forma de agregar um valor ao trabalho da apuração, de demonstrar boas relações com fontes, de criar uma imagem capaz de manter e gerar vínculos de confiança entre públicos e telejornal.

Com as informações, Klava seguiu detalhando com auxílio de uma arte gráfica: militares propuseram aumento escalonado na alíquota de contribuição de 7,5% + 1% ao ano até chegar em 10,5%. Mas a equipe do governo queria reduzir o prazo. Ele expôs lista de beneficiados de pensão mais restrita (maridos, esposas, filhos e pais sem renda), tempo mínimo de serviço para entrar na reserva (de 30 para 35 anos) e detalhou ainda as regras de transição. A narrativa assumiu um caráter bastante pedagógico enquanto explicou as mudanças embora tenha demonstrado também uma disputa por poder dentro do próprio governo (proposta da equipe econômica X propostas dos militares).

Em sua passagem, o repórter explicou que para tentar reduzir as resistências, foram propostas vantagens relacionadas à carreira e à remuneração: incluir, por exemplo, reajustes anuais para a categoria e aumento de salário de patentes mais baixas já começando em 2020 com os quais a equipe econômica não concordava.

Figura 109 - Arte Gráfica reestruturação de carreira militar VT previdência - Jornal Nacional 16/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Além disso, havia a proposta de acrescentar novo nível hierárquico de sargento-mor, reajustar gratificações e adicionais que poderiam passar de 30% para 76% do salário em 2023. A proposta da defesa incluía também o adicional por disponibilidade podendo a chegar até 41%.

Na mesma edição, finalizado a reportagem, outro material audiovisual relacionado. Foi um em encontro dos representantes dos Três Poderes em que se discutiu a reforma da Previdência.

As indicações de cargo foram o destaque dado pela reportagem sobre a reunião entre representantes dos três Poderes no dia 16 de março. Sandra Annenberg deu enfoque para a reforma da Previdência e para as articulações no evento que aconteceu na casa de Rodrigo Maia. Diferentemente do habitual, a reportagem de Délis Ortiz trouxe a imagem de Jair Bolsonaro chegando ao encontro para o início da narrativa. O destaque não foi coincidência. As relações entre o anfitrião e o ex-presidente, à época, estavam tensas e "azedadas" na disputa pelo protagonismo quanto à reforma da Previdência. A ida de Bolsonaro à casa de Rodrigo Maia era esperada pelos presentes.

Figura 110 - Almoço entre representantes dos Poderes VT sobre reforma da Previdência -  
Jornal Nacional (16/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A narrativa ainda deu conta de informar que Bolsonaro levou junto 15 de seus 22 ministros. Alcolumbre e Dias Toffoli também foram para o churrasco. Com o suporte de imagens divulgadas pelos presentes no encontro, a repórter foi descrevendo como teriam sido os pequenos discursos que cada um dos representantes dos Poderes.

Figura 111 - Rodrigo Maia fala aos convidados VT reforma da Previdência - Jornal Nacional (16/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Coube a Santos Cruz dizer, em entrevista, que Bolsonaro pregou um discurso de união para governar. A narrativa asseverou que estes eram os primeiros passos para um pacto entre os poderes ao enunciar a entrevista de Rodrigo Maia. Ele deu o recado: "Se a gente quer um país democrático e livre, a gente não pode trabalhar para que um homem tenha um poder como teve no Brasil até o fim da ditadura no Brasil, um poder imperial. E não é isso que o presidente Bolsonaro quer, não é isso que o parlamento quer!"

Na passagem, Délis privilegiou a informação de que a prioridade, naquele momento, era a reforma da Previdência, mas ainda existia a necessidade de ajustar as relações entre o governo e seus aliados que queriam participar do governo com a indicação de cargos. Ela destacou que, de acordo com os representantes do Congresso, Bolsonaro ainda não tinha consolidado a sua base. Apesar disso Maia apostava na votação da reforma até maio.

Na mesma edição, o telejornal noticiou o apoio de governadores das regiões sul e sudeste do Brasil à proposta de reforma da Previdência. Eles haviam se reunido em Belo Horizonte. A reportagem de Lílina Junger deu conta de que os governadores de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul se encontraram na sede do governo de Minas Gerais.

Coube a João Dória se manifestar em entrevista dizendo que não havia como pensar em crescimento econômico e geração de empregos e oportunidades se a reforma não fosse aprovada. Houve na reportagem o destaque para a promessa dos governadores de dialogarem com as bancadas de seus respectivos estados em busca de apoio para aprovação da reforma. Zema falou que a reforma da Previdência antecedia qualquer outra.

Figura 112 - Reunião de governadores VT reforma da Previdência - Jornal Nacional (16/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Nas duas horas de reunião, como frisou a narrativa, foram discutidas ainda a redução da carga tributária, o combate ao contrabando nas divisas dos estados e a corrupção. Os governadores anunciaram a criação de um consórcio entre estados do sul e do sudeste do Brasil para ter poder de negociação em compras, preços, cooperar na segurança pública e em projetos de infraestrutura.

Já no dia 18, a reforma da Previdência dos militares foi tema de discussão em Brasília durante a viagem de Bolsonaro aos Estados Unidos. Parte da Equipe econômica se reuniu com representantes das Forças Armadas para cuidar das mudanças. Zileide Silva afirmou que dali a uma semana a proposta deveria ser encaminhada à Câmara de deputados. Ela detalhou os pontos de divergência entre Ministério da Economia e militares: o aumento escalonado da alíquota de contribuição de 7,5 para 10,5. Rogério Marinho atribuiu a palavra final ao ex-presidente. Em outro aspecto a reportagem mostrou que o presidente da CCJ alterou a data prevista para a CCJ

admitir a Admissibilidade da PEC para 03 de abril, contrariando o que Rodrigo Maia já havia anunciado. Sobre os militares, o posicionamento de Rodrigo Maia foi o de que os militares iriam cooperar porque "sabem fazer contas" e, em um tom de intimidação: "ou vão ajudar como estão ajudando com a reforma das Forças Armadas ou vão ficar sem receber salário. Se não fizermos a reforma, o Brasil ou volta para hiperinflação ou teremos um grande precatório das aposentadorias brasileiras porque não haverá recursos para pagar".

Ainda em relação à aposentadoria dos militares, o governo fez um anúncio em 19 de março, dizendo que no dia seguinte encaminharia a proposta ao Congresso. A cobertura informou que a Comissão de Constituição e Justiça só estava aguardando esta proposta para iniciar a tramitação da reforma da Previdência. A reportagem de Zileide Silva trouxe logo de imediato o Ministro da Defesa em uma entrevista sinalizando que só faltavam detalhes. Os ajustes finais seriam apresentados à Bolsonaro com algumas opções de cenários. Quem discutiu as propostas com Fernando Azevedo foi o vice Mourão. De Washington, Bolsonaro afirmou que os prejuízos seriam divididos (admitindo pontos que poderiam ser complicados de discutir) entre todos e que os militares em hierarquia mais baixa não seriam prejudicados. Onyx Lorenzoni estimava economia de até R\$ 93 bilhões em dez anos. Já Rodrigo Maia, concordou que existia defasagem salarial entre os militares, mas não havia possibilidade de corrigi-la em função do contexto econômico do Brasil.

No dia 20, Bolsonaro entregou ao Congresso projeto de aposentadoria dos militares. Foi um dia importante na cobertura do noticiário do Governo porque estava em jogo uma disputa por poder com muitos elementos. A reforma da Previdência era uma das principais bandeiras do governo Bolsonaro, entretanto houve a separação, a reforma civil dependia de PEC e a dos militares de PL. Rodrigo Maia colocou pressão junto dos demais parlamentares demonstrando que só tramitaria a PEC se fosse entregue o PL da aposentadoria dos militares, uma categoria sabidamente cara ao ex-presidente e que, certamente, ele teria dedos antes de desagradar. Diante desse contexto a cobertura ganhou um relevo interessante.

Renata Vasconcelos anunciou a entrega da proposta ao Congresso de reestruturação da carreira e aposentadoria dos militares. Logo de imediato, começou a reportagem de Cláudia Bomtempo com imagens de Bolsonaro feitas a partir do *zoom* da câmera. Ela informou que ele se reuniu com ministros assim que chegou dos EUA para ajustes na proposta. Depois foi pessoalmente entregar o projeto assim como fez com a PEC. Pediu celeridade para as duas propostas. Cláudia Bomtempo então detalhou a proposta finalizada: aumento do tempo de serviço na ativa de 30 para 35 anos, aumento na alíquota de contribuição de 7,5% para 10,5% progressivamente até

2022, passariam a contribuir pensionistas, alunos de escolas de formação, cabos e soldados e as regras de transição para a reserva.

Os ministros então deram as explicações sobre as mudanças nas carreiras. Paulo Guedes comparou o salário de militares ao de civis concursados. O ministro da defesa fez uma declaração em tom de discurso, falou que deveriam defender a pátria com o sacrifício da própria vida. Sobre a reestruturação, ela previa a redução de 10% do efetivo em dez anos diminuindo a quantidade de militares de carreira, aumento das gratificações e adicionais como, por exemplo, a ajuda de custo para transferência para reserva.

Na passagem, Cláudia Bomtempo detalhou as vantagens e desvantagens. e chamou atenção para a pouca efetividade da mudança. A economia com o PL seria de R\$ 97 bilhões em dez anos, entretanto a reestruturação da carreira custaria R\$ 87 bilhões. A economia então seria de R\$ 10 bilhões em dez anos. Rogério Marinho reconheceu a pouca diferença, mas justificou que a carreira militar estava em defasagem quando comparada às carreiras civis. O texto englobava ainda policiais militares e bombeiros.

Zileide Silva ficou por conta da repercussão: Começando com Hamilton Mourão apoiando a reforma. Seguindo por Alessandro Molon, PSB/RJ levantou suspeita sobre se a proposta aumentaria a diferença de tratamento entre os setores. Elmar Nascimento, DEM/BA, Delegado Waldir, PSL/GO, defenderam o projeto alegando que as concessões e prejuízos fossem equivalentes para civis e militares. Felipe Francischini, presidente da CCJ disse que até 4 de abriu votaria se a PEC seria ou não constitucional. o relator seria escolhido no dia seguinte. Rodrigo Maia arrematou a cobertura chamando a atenção para que o governo organizasse a base de apoio.

No dia 21 de março, Michel Temer foi preso. A TV Globo fez uma cobertura sobre as razões da prisão e a repercussão entre políticos do Executivo e do Legislativo. Foi uma reportagem de 3 minutos e 37 segundos em que participaram enquanto entrevistado: Hamilton Mourão, vice-presidente da República, Dep. Daniel Coelho, PPS-PE, Sen. Major Olímpio, PSL-SP, Alessandro Molon, PSB-RJ, Sen. Randolfe Rodrigues, REDE-AP, Júlio Delgado, PSB-MG, Sen. Álvaro Dias, PODE-PR, Dep. Delegado Waldir, PSL-GO, Sen. Tasso Jereissati, PSDB-CE.

Para análise e estatísticas no presente trabalho, foi considerada a nota feita pelo Jorna Nacional com o posicionamento do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ao ser questionado, no Chile onde estava para uma cúpula de presidentes, Bolsonaro falou sobre a situação. "Cada um responde

pelos seus atos". Ele lamentou, mas disse que cada um fazia por merecer e que Congresso e Executivo muito afinados, aonde a governabilidade vem por meio de barganha acaba nessa situação.

Ainda em 21 de março, mais um capítulo da queda de braço entre Executivo e Legislativo em relação a reforma da Previdência dos militares. Parlamentares decidiram atrasar a escolha do relator até que Paulo Guedes fosse ao Congresso explicar a proposta da reforma dos militares. Willian Bonner, ao chamar a reportagem, deu um peso significativo na palavra adiada, como se quase fizesse a divisão silábica da palavra e, tão logo começou a reportagem o entrevistado foi o líder do PSL na Câmara, Delegado Waldir, se posicionando diante da pressão. Coube a ele, com reforço da repórter, mesmo sendo do partido de Bolsonaro, explicar o motivo do adiamento da escolha do relator.

Os líderes queriam ouvir as explicações detalhadas de Paulo Guedes tanto sobre a reestruturação das carreiras de militares quanto sobre a reforma da Previdência. O que Delegado Waldir colocou foi que se fazia necessário explicar o porquê do tratamento diferenciado para militares e tratou com jargão popular a situação afirmando que "governo não pode trazer o abacaxi sem trazer a faca para descascar". Zileide retomou a informação de que a economia, com as alterações, seria de pouco mais de R\$ 10 bilhões em dez anos, mas sem detalhar com chegaram a esse valor. Importante retomar que na reportagem exibida na véspera foi colocado que a arrecadação com a reforma traria um montante, mas, em contrapartida, a reestruturação da carreira consumiria mais dinheiro. Rogério Marinho se justificou. Disse que desde o início haviam pontuado que o tratamento seria diferenciado e citou exemplo de professores e trabalhadores rurais. A narrativa amarrou esta parte informando a previsão da ida de Guedes ao Congresso na semana seguinte, mas, mesmo assim, o cronograma ficaria atrasado.

Na passagem, a repórter Zileide Silva demonstrou como o tom da conversa subiu. Fontes do Planalto, segundo ela, queriam que o relator fosse indicado, mas não houve acordo e destacou que até líderes de partidos comprometidos com a reforma não queriam indicar ninguém para a relatoria alegando que "se o governo não conversa e não tem base organizada não cabe a eles assumirem qualquer responsabilidade sobre a aprovação da PEC ou da proposta dos militares. Querem que os ministros que cuidam da articulação política venham à câmara". Informação que foi chancelada com a entrevista de Francischini logo na sequência.

A reportagem, por fim, trouxe o posicionamento de Bolsonaro que estava no Chile. Ele era favorável ao projeto dos militares e argumentou que a categoria já foi sacrificada no passado.

Admitiu ainda que sofria pressão pela distribuição de cargos no governo, mas que se as indicações fossem de boas pessoas, o governo levaria em consideração. Bolsonaro reafirmou que era independente e a forma de conseguir votos não seria a mesma do passado.

A emissora seguiu trabalhando com regularidade a pauta, reforçando o seu interesse no agendamento do tema. No dia seguinte, um novo VT. Governo tentava recuperar parceria com Maia na articulação da Previdência. A reportagem foi motivada, ao que tudo indica, por uma manifestação do ex-ministro Onyx Lorenzoni. Como os ânimos estavam se exaltando e o ministro observando o crescimento de um mal-estar a demonstração pública de baixar a guarda precisou ser tomada assim como alinhar os discursos com o ex-presidente a ponto de ele e Joice Hasselmann se valerem do mesmo exemplo para justificar as atitudes do governo. Bonner anunciou a reunião que aconteceu entre Lorenzoni e o presidente da CCJ e o líder do PSL.

Figura 113 - Reunião entre parlamentares e Onyx Lorenzoni - VT reforma da Previdência militar - Jornal Nacional 22/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Já Zileide Silva, destacou outro ponto importante na dissolução do nó: as nomeações para cargos seriam iniciadas. Onyx admitiu que o governo precisava de melhor articulação com o Congresso conforme vinha falando Rodrigo Maia, e que Bolsonaro conversaria com Maia ao voltar do Chile. Depois do que era factual (almoço entre ministro e os parlamentares), a reportagem retomou a narrativa recuperando os pontos da crise. Inclusive a paralização das atividades na Comissão de Constituição e Justiça no que dizia respeito à reforma da

Previdência. O interesse dos parlamentares era em escutar o que Paulo Guedes tinha a dizer sobre a reestruturação da carreira dos militares.

Figura 114 - Comissão de Constituição e Justiça VT reforma da Previdência - Jornal Nacional (22/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Sobre a posição de Bolsonaro, diretamente do Chile, ele gravou entrevista e fez uma comparação com uma briga de namorados. Afirmou que não deu motivos para Maia sair da base do governo e das negociações. Assim também fez Joice Hasselmann dizendo que "não estavam no ponto do divórcio e que tinham que baixar os ânimos e conversar".

Figura 115 - Entrevista de Bolsonaro no Chile VT reforma da Previdência - Jornal Nacional (22/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Mas a tensão foi mantida por Rodrigo Maia. Zileide Silva começou a desenhar a escalada da tensão em sua passagem. Ela informou que Maia disse nada ter mudado, que ele seguia defensor da reforma da Previdência e que Bolsonaro deveria deixar de lado as redes sociais e conversar pessoalmente com deputados, líderes de partidos para defender a reforma. Inclusive, na entrevista dada, foi possível observar Rodrigo Maia irritado. O presidente assegurou que iria coordenar na Câmara a aprovação da reforma e colocando de forma clara a responsabilidade de Bolsonaro conduzir por parte do governo a aprovação da reforma, que ele precisava se engajar mais e dedicar mais tempo à reforma do que ao Twitter.

No dia 23 de março, houve um excesso de espaço para o contraditório: bate boca televisionado. A reportagem voltou na repercussão da briga entre Bolsonaro e Rodrigo Maia. Delis Ortiz trouxe para a sua narrativa uma entrevista dada por Bolsonaro durante o café da manhã com empresários chilenos em que ele afirmou que a equipe econômica destravaria a economia e insistiu em dizer que sofria pressão pela velha política. Sugerindo que estaria havendo pressão e barganha por parte do Congresso para aprovar a reforma da Previdência. Ao mesmo tempo, Rodrigo Maia também deu entrevista e acusou o ex-presidente Bolsonaro de terceirizar a articulação no parlamento. Rodrigo Maia chama Bolsonaro para a responsabilidade.

Na passagem, a repórter continuou narrando a troca de afirmações e alfinetadas por meio da mídia e das redes sociais. Bolsonaro lavou as mãos dizendo que de sua parte já estava tudo concluído e acreditava estar havendo um mal-entendido e ainda disse que Maia estava sendo agressivo e que cabia ao parlamento aprovar a reforma. Bolsonaro disse ainda que não seguiria o mesmo destino de ex-presidentes. E, novamente, foi dada a palavra à Maia que chamou atenção para “quem estava agredindo quem” nas redes sociais e que havia distorções nas falas de Bolsonaro.

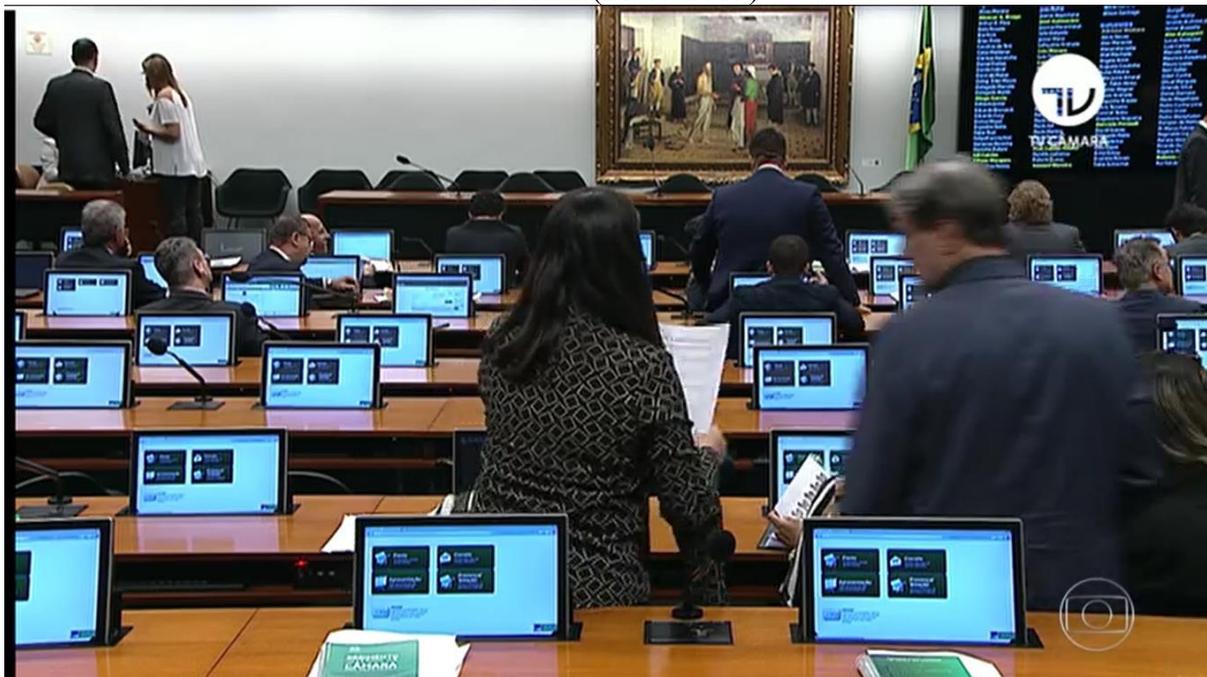
João Dória finalizou a reportagem pedindo harmonia entre parlamento e Executivo. E que Bolsonaro compreendeu que era necessário ter uma relação harmônica com os representantes dos poderes.

No dia 25 de março, houve uma série de reuniões para "afinar o discurso" segundo Renata Vasconcelos, quanto a reforma da Previdência. Na reportagem de Zileide Silva, a primeira informação foi a de um almoço entre Onyx Lorenzoni e os presidentes da Câmara e do Senado, logo depois de se reunirem com Paulo Guedes e Jair Bolsonaro. A prioridade de Bolsonaro, segundo a repórter, era aprovar a previdência e, em função disso, determinou que Onyx conversasse com os líderes dos partidos. Rodrigo Maia, por sua vez, disse que estaria disposto a conversar com o ex-presidente. No dia seguinte, Guedes iria ao Congresso detalhar o projeto e assim a Comissão poderia retomar o trabalho parado há uma semana. Rogério Marinho disse que teria oportunidade de apresentar os porquês. Já Paulo Guedes reconheceu que existia um problema de comunicação na tramitação, um ruído comum para um início de governo, numa tentativa de relativizar o impasse criado pelas manifestações de Bolsonaro. Ele admitiu alterações propostas desde que a economia fosse mantida. Em um discurso feito no dia, o ex-presidente se manifestou. fez questão de ressaltar que esteve nos EUA e no Chile para aprofundar as relações. Falou da nova Previdência mais justa e igualitária que possibilitaria equilíbrio das contas públicas. Ficou para o porta-voz dizer, mais tarde, que havia disponibilidade para negociar, mas não saiu da boca do presidente. Nesse aspecto, a narrativa demonstrou um presidente que insistia em manter suas posições e os demais membros do governo contornarem sua intempestividade.

Em 26 de março, seria o dia de Paulo Guedes ir ao Congresso explicar a reforma da Previdência e a reestruturação das carreiras militares. Na cabeça, Bonner disse que a CCJ iria convidá-lo mais uma vez. Nas imagens da TV Câmara, utilizadas pela Rede Globo para abrir a reportagem, a mesa onde estaria a diretoria da Comissão e Paulo Guedes estava vazia e os deputados em seus lugares. Zileide Silva trouxe a informação de que se comentava no Congresso de que

Guedes havia desistido e a confirmação foi dada ao meio-dia quando uma nota do Ministério da Economia deu conta de que alguns funcionários estariam a disposição para esclarecimentos e que a ida do ministro seria mais produtiva que a escolha do relator.

Figura 116 - Ausência de Paulo Guedes no Congresso VT reforma da Previdência - Jornal Nacional (26/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A atitude do governo foi mais uma demonstração da queda de braço entre Executivo e Legislativo. Tanto que a reportagem desfilou, a partir de então, uma série de posicionamentos dos deputados líderes de partidos e bancadas. o Primeiro deles Dep. Baleia Rossi, MDB-SP, não viu problema declarando que era uma opção de Paulo Guedes e que não interferiria no andamento, já Rodrigo Maia, que pelas palavras da repórter, havia conversado com Guedes antes de ele decidir faltar ao evento, disse que Guedes teve medo de não ter apoio na CCJ e decidiu não ir. Em contrapartida, reuniu-se com governadores e o secretário Rogério Marinho foi designado para ir a Comissão de Constituição e Justiça. Mas os deputados preferiram não o ouvir. E ao chamar a sonora do presidente da comissão Zileide disse que "vai tentar" indicar o relator ainda na mesma semana. A flexão da voz da repórter mudou e conotou uma certa ironia, uma desconfiança de esse "tentar" ter sido retórico e não haveria qualquer esforço para tal. Ele atribuiu a demora aos atritos que o Jornal Nacional detalhou ao longo de toda a semana. Importante salientar que a entrevista com o presidente foi feita com ele em deslocamento, indicando que havia deixado a sala de reuniões uma vez que ela não aconteceu.

Figura 117 - presidente da CCJ saindo da sessão VT reforma da Previdência - Jornal Nacional 26/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Na passagem, Zileide asseverou que 13 partidos fecharam acordo pela reforma. Um total potencial de 291 deputados. Mas para passar no plenário o número necessário era maior: 308. Zileide colocou a indecisão do próprio PSL em sugerir mudanças no texto e os outros partidos que apoiavam a reforma eram contra um item específico da reforma. O item era o que tratava de futuras mudanças na previdência. Que elas pudessem ser feitas por leis complementares, que exigem menos votos para serem aprovadas. Não concordavam ainda com os termos da aposentadoria rural e BPC. Informação reforçada por Elmar Nascimento, DEM-BA.

Já Onyx Lorenzoni ouviu reclamações, segundo a narrativa. Um reforço de que o governo estava encurralado em relação à sua primeira e principal reforma proposta. A reportagem deu conta de que, durante a reunião, Bolsonaro ligou querendo saber como estava a conversa. A depender da interpretação dos públicos, esse interesse e, ao mesmo tempo, distanciamento de Bolsonaro, pôde ter soado como covardia de enfrentar o parlamento e a pressão das negociações. A decisão editorial de trazer essa informação conotou uma possível "maldade" em deixar explícito o fato e conseguir atribuir juízo de valor à postura do presidente. O ministro da Casa Civil tentou colocar panos quentes e suavizar a crise e a tensão durante a reunião.

Ao contrário da véspera, no dia 27 de março, Guedes foi ao Congresso. Ele esteve no Senado para defender a proposta da reforma do governo federal. Na reportagem, o reforço de que

Guedes havia sido pontual ao chegar na Comissão de Assuntos Econômicos. Foi uma reportagem para dar espaço ao que Guedes colocou acerca de tudo que estava sendo discutido sobre a reforma. Tanto que, praticamente, não houve mudança de enquadramento e imagens dos senadores em função de a TV Globo utilizar as imagens da TV Senado. Guedes afirmou que a bola da reforma estava com o Congresso. Disse ainda que se não conseguissem economizar um montante da ordem de R\$ 1 trilhão em dez anos estariam condenando o futuro das outras gerações. Questionado se deixaria o governo caso a reforma não fosse aprovada se ele deixaria o cargo. Nesse momento, Guedes desdenhou. Mas disse que não desistiria e pediria para sair sem tentar. O ministro se justificou em relação à ausência na Câmara informando que soube que todos já estavam preparados para "tacar pedra". Tasso Jereissati afirmou não existir oposição organizada para impedir a reforma, mas evidente que havia discordâncias a discutir.

Em outro material audiovisual, mais uma vez, Maia e Bolsonaro brigam publicamente por meio de declarações. Uma situação definida por Bonner como tendo sido de "alta tensão". Em entrevista à TV Bandeirantes, Bolsonaro afirmou que questões pessoais teriam abalado o presidente da Câmara. Essa afirmação de Bolsonaro foi colocada pelo apresentador como tendo sido a segunda vez desde que Moreira Franco, ex-ministro, foi preso. Moreira é padrasto da mulher de Rodrigo Maia. Já Rodrigo Maia rebateu colocando que eram os brasileiros os verdadeiros abalados esperando que o governo começasse a trabalhar e, segundo Renata Vasconcelos apontou o desemprego, para que o presidente resolvesse ao invés de brincar de presidir o país. Bolsonaro se chateou com o termo "brincar" e rebateu a declaração a negando.

A notícia do dia 28 de março no que dizia respeito à reforma da Previdência foi a definição do nome do relator no Congresso pela Comissão de Constituição e Justiça e Bonner frisou pausadamente "É do partido do presidente Bolsonaro". Zileide Silva reforçou a questão partidária ao informar que os 54 deputados do PLS teriam se comprometido em votar a favor da reforma da Previdência, informação reconhecida na entrevista de Joice Hasselmann e, se ao longo da semana, a razão da briga entre Maia e Bolsonaro era a falta de articulação, Bolsonaro tentou responder dizendo que conversaria com deputados dizendo "que gostaria de atender mais deputados, mas o dia só tem 24 horas". Já a articulação com Rodrigo Maia ficou a cargo de Paulo Guedes com quem o ministro se reuniu e depois de ter faltado à Comissão de Constituição e Justiça. Entretanto, ele garantiu que iria na semana seguinte. A narrativa só trouxe a definição do nome do relator da CCJ depois de demonstrar o apaziguamento da briga pública. Ou seja, o nome do relator foi considerado menos relevante que a disputa por protagonismo entre os presidentes do Executivo e do Legislativo na Câmara. O deputado delegado Marcelo Freitas,

do PSL/MG, com, à época, 43 anos. O histórico dele na vida pública como delegado foi descrito brevemente e, na sequência, Francischini e Lorenzoni cancelaram a indicação. O único que não teve espaço em entrevista, que deveria ter sido o protagonista da reportagem.

Depois, uma nova reportagem veio informando que a expressão que Bolsonaro usou para determinar briga entre ele e Rodrigo Maia foi “chuva de verão”. Renata Vasconcelos frisou que os desentendimentos entre os dois eram página virada. Assim como Délis, também classificou a semana como sendo de desgaste público entre os dois. A repórter retomou toda a confusão que envolveu, inclusive Moreira Franco, ex-ministro e padrao da esposa de Rodrigo Maia. A edição das imagens ficou curiosa de se observar. Foram escolhidas imagens de arquivos dos dois envolvidos e, na gradação do "ping-pong" de acusações elas foram se alternando. A repórter fez uma análise mais opinativa na passagem dizendo que "no estica e puxa, as prioridades ficaram em compasso de espera" e construiu seu texto fazendo uma caminhada com a sede dos poderes ao fundo, do Planalto à Câmara, e atribuiu a resolução a um passo dado por Maia. Em entrevista ele disse que deveriam parar com as confusões, mesmo tendo sido iniciadas por Bolsonaro, os interesses do Brasil deveriam prevalecer. A narrativa trouxe a expectativa de que os dois se encontrassem em um evento naquele dia mesmo, porém Maia não compareceu. Já Bolsonaro disse dos percalços e fez menção a ter sido uma chuva de verão.

No dia seguinte, o assunto seguiu por meio de uma nota. Renata explicou que o relator, Delegado Marcelo Freitas, iria se reunir com o presidente da CCJ e secretário Rogério Marinho. Disse que o relatório da reforma da Previdência seria apresentado em nove de abril. Foi a primeira vez que ele falou.

Em relação à cobertura pelo Jornal da Record, ela começou no dia 2. Ganhou contornos mais didáticos e, observando o fluxo das reportagens, ao longo de todo o período de análise, pode-se verificar uma construção narrativa no sentido de comparar o Brasil com os outros países imprimindo a ele uma imagem positiva de necessidade da reforma. Os apresentadores chamaram a reportagem dizendo que países da Europa fizeram reformas previdenciárias nos últimos 10 anos. Em Portugal, aposentados numa praça e jogando baralho falam das suas experiências com a aposentadoria.

Figura 118 - Previdência Social em Portugal - VT sobre aposentadoria na Europa Jornal da Record – (02/03/2019)



Fonte: Playplus.com

A repórter explicou então como se deu a mudança no país: segundo país mais envelhecido da Europa tinha uma conta elevada de seguridade social, mais de 14% do PIB. Ela seguiu explicando as reformas na Espanha, pontuando as mudanças e destacando a idade mínima que seguia aumentando. Ana Paula Gomes pontuou que a idade mínima subia com a expectativa de vida e que, em 2024, portugueses se aposentariam aos 67 anos.

Três dias depois, mais uma vez o Jornal da Record deu destaque ao ex-presidente. Desta vez, valendo-se do feriado de carnaval para articular a reforma da Previdência. A imagem que abriu a reportagem foi uma em que o presidente, flagrado de longe usando uma camiseta verde e amarela e *shorts* conversa com o ministro Onyx Lorenzoni.

Figura 119 - Bolsonaro e Onyx Lorenzoni conversam durante o carnaval VT sobre articulação para votação da reforma da Previdência - Jornal da Record (05/03/2019)

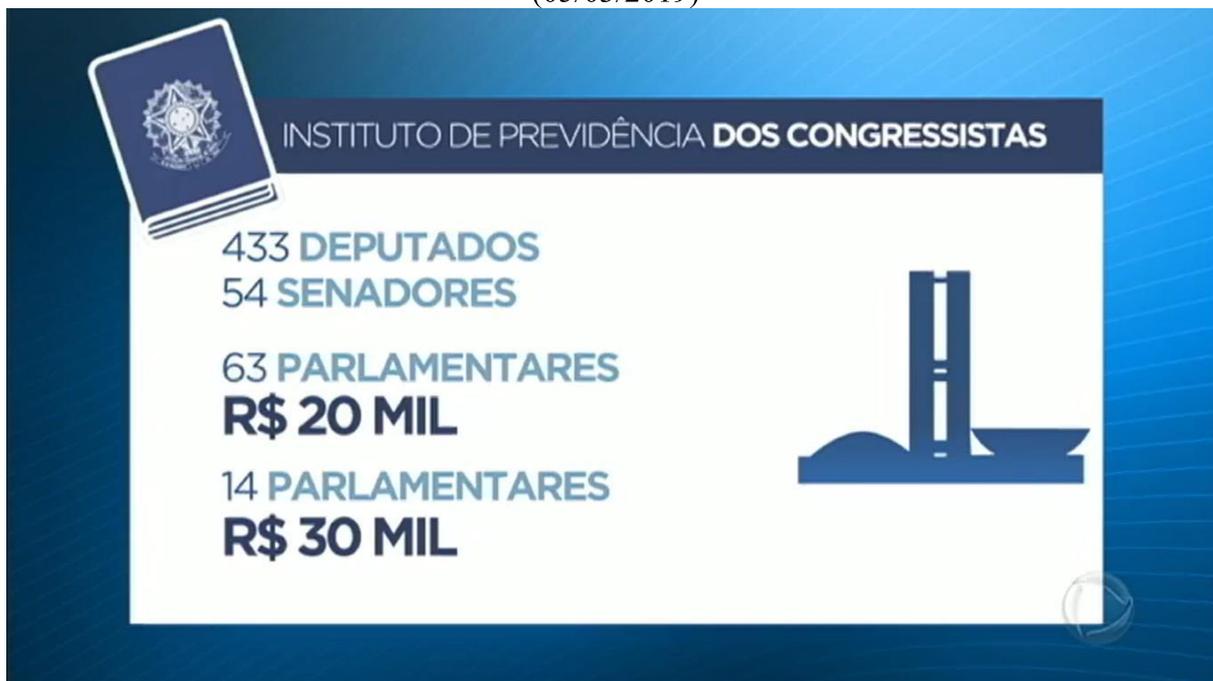


Fonte: Playplus.com

O repórter Clébio Cavagnolle reforçou que Bolsonaro não teve agenda oficial, no entanto, cumpriu com a sua função de presidente e articulou a base para a tramitação da reforma da Previdência. Na saída, a entrevista do ministro da Casa Civil trouxe otimismo para a pauta. A reportagem retomou uma entrevista da semana anterior durante um café da manhã com jornalistas em que Bolsonaro admitia reduzir a idade mínima. A fala, que foi inclusive motivo de críticas, ainda não havia sido veiculada dessa maneira no telejornal em questão. A narrativa assumiu um caráter didático para explicar detalhadamente a tramitação e encerrou positivamente dizendo que Bolsonaro também comemorou no dia um superávit de janeiro daquele ano R\$ 30 milhões.

No mesmo dia, uma nova reportagem sobre a reforma Previdenciária. Ela deu prosseguimento a série preparada sobre o que mudava na aposentadoria. O tema exibido foi a retirada de privilégios das aposentadorias dos políticos. Que começou com anúncio dos apresentadores de que políticos se aposentariam a partir das mesmas regras que os trabalhadores da iniciativa privada. Assim, o telejornal assumiu um caráter didático traçando uma linha do tempo em que apontou os privilégios da "velha guarda da política" em relação aos benefícios previdenciários. A repórter Renata Varandas recorreu a arte gráfica para detalhar a situação de aposentadoria de políticos ao longo dos períodos e enumerou quantos ainda se beneficiavam das antigas regras.

Figura 120 - Aposentadorias de parlamentares VT reforma da Previdência - Jornal da Record - (05/03/2019)



Fonte: Playplus.com

Foi uma reportagem bastante didática coberta com imagens do Congresso e um destaque de que, naquela época, apesar de algumas mudanças a categoria ainda trazia alguns privilégios.

No dia 07 de março, a reportagem de Christina Lemos mostrou um esquema montado pelo então advogado Geral da União, André Mendonça. O esquema seria para contrapor as possíveis reações contrárias e impedir que a judicialização por meio de ações contestassem as mudanças de regras nas aposentadorias. Centenas de advogados integrariam essa força tarefa, entretanto não foi explicado de onde eram esses advogados. Em Brasília, estariam 20 especialistas para dar suporte aos principais tribunais e procuradorias. A expectativa, nas palavras da repórter, era "de forte reação entre sindicalistas". Claramente, colocando os movimentos sindicais, como aponta a Dramaturgia do Telejornalismo (Coutinho, 2012), em posição de antagonista, o vilão da narrativa. Na sequência, foi a vez de Joice Hasselmann defender a iniciativa. Ela explicou que cinco parlamentares concorriam a indicação para relator e que essa pessoa deveria ter pulso forte para aguentar as críticas. A reforma da Previdência tratada por este viés, a partir deste factual, só o Jornal da Record fez.

Na sequência, quando a notícia foi a ida de Jair Bolsonaro até o Rio de Janeiro para as comemorações de 211 anos do Corpo de Fuzileiros Navais, a narrativa detalhou um pronunciamento do ex-presidente que, de acordo com o repórter Sylvestre Serrano, foi rápido.

Figura 121 - Bolsonaro em fala polêmica sobre democracia e liberdade - VT aniversário Fuzileiros Navais - Jornal da Record (07/02/2019)



Fonte: Playplus.com

A reportagem trouxe o destaque inicial para um recado que o ex-presidente deu para os militares de que entrariam na reforma da Previdência e, em outro trecho, fez a afirmação de que democracia e liberdade só existiram se as forças assim desejassem. Importante ressaltar a repetição da estratégia narrativa para as pautas polêmicas: começa com a descrição da agenda e, do meio para a frente da narrativa, aciona-se a polêmica. A repercussão trouxe Jandira Feghali criticando e o vice Mourão defendendo. Por fim, a justificativa dada pela reportagem para a repercussão, no pedido de desculpas do presidente, foi a de que ele havia sido mal interpretado. Já a Rede Globo trouxe a nota dizendo que Bolsonaro sabia que a informação repercutiria.

O impasse sobre o início da tramitação da reforma da Previdência foi colocado, também no dia 07, no enunciado dos apresentadores. Adriana Araújo e Celso Freitas disseram que ela dependia da entrega da proposta de reforma da Previdência de militares. Mas omitiram a informação de que o atraso havia se dado em função de reações políticas e uma queda de braço dos parlamentares com o governo para apressar a entrada dos militares na reforma.

Figura 122 - Plenário da Câmara vazio - VT reforma da Previdência - Jornal da Record (07/03/2019)



Fonte: Playplus.com

O início da reportagem também não mencionou o fato, ao contrário, Christina Lemos disse que o Congresso ficaria fechado por 12 dias em função do carnaval com o apoio de imagens feitas dos plenários sem nenhum parlamentar. Complementou que sem a Comissão de Constituição e Justiça definida, a reforma da Previdência seguia parada. A narrativa trouxe a indicação de Felipe Francischini, do PSL. Sobre o Projeto da aposentadoria dos militares, fontes do ministério da Economia asseguraram que até 20 de março seria enviada. Só então, no terço final da reportagem, foi que o Jornal da Record explicou que a tramitação conjunta das duas propostas era exigência, inclusive, dos parlamentares da base, a partir de uma sonora do Deputado Waldir, líder do PSL.

No outro dia, também foi Christina Lemos quem conduziu a reportagem que estabeleceu que Rodrigo Maia planejava iniciar discussões sobre nova Previdência na semana seguinte. A reportagem teve um caráter bem claro de didatismo explicando sobre tramitação na porção inicial. A narrativa traçou um pequeno histórico e o que faltava para o início da tramitação assim como a quantidade de sessões e de votos necessários e, ainda, a soma os votos de situação e oposição. A crise entre Maia e Bolsonaro não foi abordada. A repórter limitou-se a dizer do desejo do presidente da casa de iniciar logo o processo e que o que atrapalhava a tramitação deveria ficar de fora. Bolsonaro apareceu fazendo um apelo ao patriotismo dos deputados para

iniciarem a tramitação. Apenas no final da reportagem, a narrativa retomou a questão de o início da tramitação estar atrelado ao encaminhamento, pelo Planalto, da reforma dos militares.

A tão esperada reunião entre Rodrigo Maia e Jair Bolsonaro para resolver o mal-entendido entre os dois aconteceu no dia 09 de março. Entretanto, esta informação não constou da cobertura do Jornal da Record. Inclusive os trechos selecionados das entrevistas do presidente da Câmara dão conta de falas das quais a Rede Globo abriu mão para usar outras mais polêmicas que fomentavam a briga. Na reportagem do telejornal paulista, começou-se explicando que foi Maia quem se dirigiu ao Planalto e que saiu sem falar com a imprensa. Logo em seguida, o repórter Alessandro Saturno lançou as perspectivas de trabalho das comissões. Disse que o texto da reforma precisaria passar primeiro pela CCJ e que Delegado Waldir havia confirmado que as indicações seriam feitas com agilidade, que existiria diálogo entre partidos, mas que a condicionante era a chegada da reforma dos militares à casa. A função da CCJ foi descrita e a reportagem teve fim sem, mais uma vez, tratar da briga entre Executivo e Legislativo.

No dia 12, novamente Christina Lemos assumiu a narrativa da reforma da Previdência. O título da reportagem no repositório chamou atenção para a instalação da Comissão de Constituição e Justiça. Já a cabeça lida pelos apresentadores enunciou a vontade de Rodrigo Maia de que a tramitação começasse o quanto antes. O destaque da repórter foi a pressão do partido Democratas para que os partidos indicassem representantes para a CCJ. Só então ela revelou que os partidos aliados já haviam feito as indicações, mas a oposição não e creditaram a esses partidos o atraso na tramitação. Estratégia que novamente revela a aproximação da dramaturgia com o telejornalismo: oposição é sinônimo de vilã.

Figura 123 - Alessandro Molon chegando para reunião VT reforma da Previdência - Jornal da Record (11/03/2019)



Fonte: Playplus.com

As imagens, nesse momento, mostraram Jandira Feghali e Alessandro Molon chegando para as reuniões. Inclusive, é importante destacar que no Jornal Nacional, Molon era entrevistado habitual nas matérias de repercussão de polêmica. Mas, até então, ele sequer havia sido acionado pelo Jornal da Record numa demonstração clara da linha editorial na seleção das fontes. E a narrativa contrária aos parlamentares da oposição sugeriu uma chantagem por parte deles: aceitariam indicar desde que a proposta de aposentadoria dos militares também tivesse andamento.

A reportagem do dia seguinte limitou-se a prolongar a discussão e projetar a formação da CCJ. Uma entrevista do Major Vitor Hugo, do PSL, negou o toma-lá-dá-cá. Um detalhe interessante para a narrativa foi a entrevista de Paulo Pimenta, deputado do PT, anunciado pela repórter afirmando "até o PT já aceita indicar representantes".

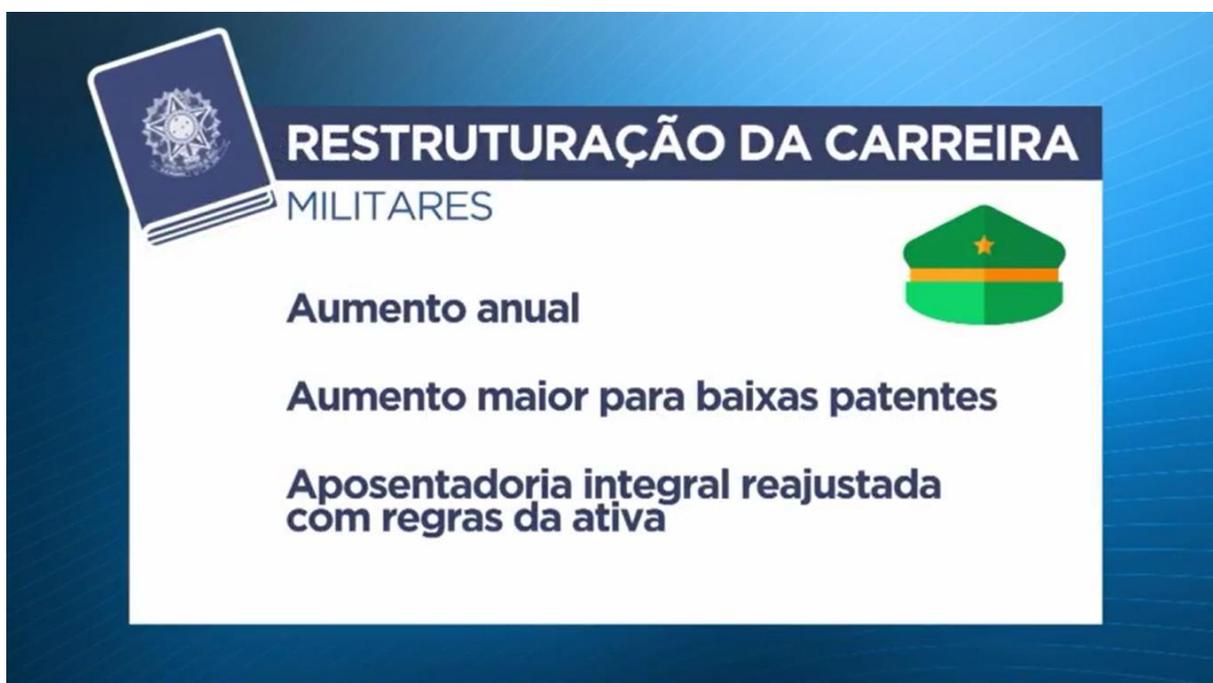
Dia 13, Bolsonaro reafirmou que esperava pela aprovação da reforma da Previdência no primeiro semestre. Ao vivo, a informação trazida por Tiago Nolasco se limitou a noticiar a escolha de Francischini para relator da CCJ.

A expectativa da chegada da proposta de aposentadoria dos militares foi o destaque da reportagem do dia 14 de março. Christina Lemos detalhou as mudanças que seriam propostas pelo documento e retomou a condição de que a reforma da Previdência. Era um projeto que

mudaria pelo menos cinco leis. Assim como nas coberturas sobre a Previdência civil, o audiovisual detalhou didaticamente essas mudanças. Só depois a reportagem se dedicou a lançar as perspectivas de tramitação para a semana seguinte em função da escolha do presidente eleito e anunciado. Só então foi abordada a temática que nomeou o VT no repositório: a existência de oito deputados disputando o posto.

No dia 18, a procura por um acordo com os militares para aprovar as reformas foi pautada. A narrativa da reportagem deu conta de uma reunião a portas fechadas entre Ministério da Economia e Ministério da Previdência.

Figura 124 - Arte Gráfica com reestruturação da Carreira Militar VT reforma Previdência -  
Jornal da Record (18/03/2019)



Fonte: Playplus.com

A reportagem, então, detalhou as mudanças a partir de uma arte gráfica que ilustrou a reestruturação da carreira. Logo depois, apontou quanto custariam as mudanças. Elas aumentariam as despesas em R\$ 10 bilhões em dez anos. A informação era conflitante em relação a economia anunciada anteriormente pelo Ministério da Economia. Entretanto, a repórter silenciou a diferença de modo distinto de como fez a Rede Globo tirando o foco de um valor bastante reduzido. Ela limitou-se a dizer que cálculos deveriam ser revistos. Por fim, retomou superficialmente o impasse na tramitação da reforma da Previdência e destacou a

participação de Rodrigo Maia que finalizou a reportagem em um tom de ameaça: ou militares colaborariam ou acabariam sem salários.

Pela primeira vez, no dia 21 de março, o impasse de entre militares e civis que emperrou a tramitação da reforma da Previdência foi tratado de maneira completa pelo Jornal da Record. Logo no início da reportagem de Christina Lemos, desdobrou-se a falácia da economia que justificava o argumento do governo depois de as despesas adicionais com a reestruturação da carreira militar foram conhecidas. Em entrevista, o Líder do PSL, Delegado Waldir (visivelmente irritado) cobrou explicações. Para encerrar a narrativa, houve o reforço do presidente da CCJ em manter a tramitação da reforma da Previdência paralisada até que o impasse do tratamento diferenciado se resolvesse. Foi a primeira reportagem com um tom bastante negativo de críticas ao governo de Bolsonaro. A inversão de perspectiva seguiu para o dia 21. No Chile, em visita ao país para a criação do Prosul, ligado aos governos de direita, Bolsonaro prometeu solucionar a crise aberta com Rodrigo Maia. Outra reportagem, dessa vez feita no Brasil, mostrou a articulação do Ministro Onyx Lorenzoni tentando apaziguar os ânimos.

Mesmo tendo trazido a crise para o público, a edição da Rede Record preferiu seguir em uma perspectiva de esforço do governo em solucionar o problema. Deu, para tanto, mais espaço nas entrevistas governistas e menos à Rodrigo Maia, finalizando que o presidente da Câmara tinha esboçado vontade de terminar o impasse. Joice Hasselmann apareceu também enquanto mediadora e articuladora eficiente do governo Bolsonaro.

No dia 23, a reportagem não teve como fugir das declarações de Maia desabafando sobre os ataques que teria sofrido por parte de pessoas ligadas ao governo Bolsonaro. Maia acusou Bolsonaro de terceirizar as negociações na Câmara e que isso não era interessante. A força tarefa de ministros para destravar a reforma da Previdência junto dos dois foi a tônica da reportagem que, mesmo trazendo a briga pública, não mencionou o toma-lá-dá-cá que estava no caldo das discussões e a prisão do sogro do parlamentar que, segundo Bolsonaro, seria a razão do destempero de Maia.

As pazes foram seladas e, no dia 28, o telejornal anunciou a escolha do relator, Marcelo Freitas, como relator da reforma da Previdência na CCJ frisando que a indicação foi uma escolha determinada pelo PSL.

Figura 125 - Paulo Guedes e Rodrigo Maia VT reconciliação entre poderes - Jornal da Record (28/03/2019)



Fonte: Playplus.com

Tão logo a escolha foi feita e a tramitação destravada, a briga pública foi encerrada atribuindo a decisão a um encontro entre Guedes e Maia.

A cobertura do almoço entre ministros e chefes dos poderes na casa de Rodrigo Maia foi uma cobertura positiva para o ex-presidente. Christina Lemos utilizou uma entrevista do ministro da Secretaria de Governo para trazer a informação de que Bolsonaro pregou a união dos poderes.

Figura 126 - Ministro da Secretaria de Governo prega união entre Poderes - VT reconciliação entre poderes - Jornal da Record (28/03/2019)



Fonte: Playplus.com

Diferentemente da Rede Globo, a Record não atribuiu a presença dos muitos ministros em função de Bolsonaro tê-los levado. A reportagem suscitou a polêmica sobre o posicionamento do STF sobre caixa dois. Foi detalhada a animosidade de deputados para com os ministros e esse foi o destaque da cobertura, desviando dos problemas no entorno da reforma da Previdência. Nos trechos selecionados da entrevista de Rodrigo Maia, foi eleita a parte em que ele saiu em defesa do Supremo e classificou como inaceitáveis as críticas ao STF, principalmente quando elas se tornavam agressões.

Em relação a cobertura da TV Brasil, ela foi bem mais enxuta. Houve uma mudança na forma de trazer o conteúdo governista na emissora. O telejornal Brasil Noite passou a mostrar todo o desdobramento dos assuntos foco desta pesquisa, em uma única entrada ao vivo com o detalhamento da maioria dos assuntos. Não significa que eles não tenham sido abordados, mas o foram de maneira mais simples cabendo aqui, dessa forma, destacar os momentos mais determinantes da cobertura.

Desse modo, o primeiro destaque foi a cobertura feita em 05 de março pelo Reporter Brasil Noite. A reportagem deu ênfase às negociações do governo feitas durante o carnaval. A expectativa anunciada por Pedro Pontes foi de que a iniciativa da reforma fosse votada até junho. A volta das atividades se daria no dia seguinte e as prioridades, segundo a reportagem,

seriam a reforma da Previdência e o Pacote anticrimes. As imagens que cobriram o VT se limitaram a fachadas e arquivo de movimentação nos corredores do Congresso. Major Vitor Hugo, líder do governo na Câmara, foi a fonte do VT. Mariana Jungmann também destacou uma reunião de Bolsonaro e Onyx Lorenzoni para construir uma agenda e melhorar a administração pública. O ministro Chefe da Casa Civil, na saída da reunião detalhou as perspectivas.

Figura 127 - Entrevista de Onyx Lorenzoni VT sobre retomada de atividades - Repórter Brasil (05/03/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Um aspecto relevante de ser destacado é que Jair Bolsonaro também foi acionado como fonte a partir das redes sociais dele. A reportagem anunciou que o ex-presidente aproveitou a ocasião para fazer um balanço positivo na economia.

Figura 128- Post de Bolsonaro sobre a economia VT sobre retomada das atividades - Repórter Brasil (05/03/2019)



Fonte: tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil

Além da manifestação sobre o saldo superior a R\$ 30 bilhões, Bolsonaro também postou sobre segurança pública apontando que o Congresso apreciasse matéria sobre o uso de letalidade na defesa da população.

No dia seguinte, assim como as demais coberturas de outros telejornais quando havia uma entrevista exclusiva ou destaque sobre o trabalho da emissora em si, o Repórter Brasil anunciou uma entrevista exclusiva com Major Vitor Hugo, líder do governo na Câmara.

Figura 129 - Roseann Kennedy entrevista líder do PSL VT trabalho na Câmara - Repórter Brasil (06/03/2019)



Fonte: [tvbrasil.etc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.etc.com.br/reporterbrasil)

Ele defendeu a importância de aprovar a reforma da Previdência até agosto e, assim, movimentar a economia. A reportagem deu destaque ainda para a informação de que os políticos também fossem submetidos às regras das novas aposentadorias.

No dia 08 de março, o ex-presidente fez transmissão ao vivo pelas suas redes sociais. Entre os destaques dessa participação o telejornal mostrou a defesa da aprovação da reforma da Previdência feita por ele. Jair Bolsonaro buscava a aprovação de deputados e senadores. Ao vivo, o repórter Paulo Leite informou que a ideia era intensificar a estratégia de comunicação entre Planalto e Congresso e uma campanha pública com o Slogan: “Nova Previdência é para todos á melhor para o Brasil”. A TV Brasil foi a única a noticiar a campanha demonstrando a institucionalização das pautas na emissora pública. Ainda na entrada ao vivo, o repórter trouxe as posições de Bolsonaro e Rodrigo Maia sem, contudo, entrar em algum tipo de desavença.

A cobertura trouxe outro ponto importante para destaque no dia 11 de março, quando foi anunciada a reunião de Jair Bolsonaro para tratar das estratégias e otimizar a reforma da Previdência. A entrada ao Vivo de Glauco de Queiros detalhou a reunião com Paulo Guedes, Joice Hasselmann e os líderes parlamentares. O repórter chamou as postagens que o presidente havia feito sobre os temas discutidos.

Figura 130 - reunião com líderes VT sobre força-tarefa da reforma da Previdência - Repórter Brasil (11/03/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Na sequência, assim como na TV Record, foi dado espaço para a força tarefa criada pela Procuradoria Geral da União, comandada por André Mendonça, com 20 profissionais que dariam suporte para as demandas advindas da reforma. O principal objetivo era evitar judicializações sobre aspectos da medida.

A instalação das comissões parlamentares (e entre elas a de Constituição de Justiça) foi o destaque do dia 11 de março que elegeu Francischini como presidente. Foi uma informação curta. A retomada sobre a reforma da Previdência só retornou ao telejornal no dia 16. Foi em um almoço na casa de Rodrigo Maia. Na cabeça do VT, o tom foi de um almoço que demonstrou harmonia entre os poderes. No conteúdo, o destaque esteve na entrevista de Rodrigo Maia trazendo a perspectiva das responsabilidades de cada poder e a necessidade de um respeitar a decisão do outro. Até então foi a deixa mais próxima de perceber o desgaste que se dava em relação a tramitação.

No dia 20, o destaque foi a entrega da reforma dos militares ao Congresso. Na cobertura, o foco foi a economia de R\$ 10 bilhões em dez anos. A reportagem de Marianna Jungmann, começou com a imagem de Bolsonaro levando pessoalmente a proposta.

Figura 131 - Bolsonaro leva PL da aposentadoria dos militares - Repórter Brasil (20/03/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Depois disso, em arte gráfica, ela detalhou as mudanças e propostas da proposta dos militares. Mas assim como na TV Globo, houve o destaque para a economia de R\$ 97 bilhões em dez anos com a reforma, entretanto também foi apresentado o contraponto do aumento dos custos com a reestruturação da carreira com um saldo bem abaixo tendo os R\$ 10 bilhões de economia líquida. Ela então passou a detalhar a reestruturação das carreiras. Ao fim do detalhamento com um cunho didático, trouxe a repercussão entre as lideranças militares.

Figura 132 - valor da economia Líquida da reforma da aposentadoria militar - Repórter Brasil (20/03/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

No dia 20, durante a visita ao Chile, Bolsonaro falou sobre a expectativa em relação à tramitação da reforma. Já no dia 26, a cobertura deu o panorama da Comissão de Constituição de Justiça projetando a escolha do relator na semana seguinte. A entrada ao vivo de Roseann Kennedy pontuou o não comparecimento de Paulo Guedes à comissão. Houve a informação de que 13 líderes assinaram uma carta em que apoiavam a reforma, mas não queriam que mudanças fossem feitas no BPC e na aposentadoria rural.

Figura 133 - Roseann Kenedy e Mariana Jungmann em entradas ao vivo para detalhar reforma da Previdência - Repórter Brasil (26/03/2019)



Fonte: [tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil](http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil)

Para além disso, foi detalhada uma reunião entre os líderes no Congresso seguida de um vivo de Marianna Jungmann em que ela detalha uma visita de empresários à Jair Bolsonaro apoiando a reforma. A repórter chamou ainda uma reportagem que tratou dos impactos da reforma para estados e municípios em que o destaque foi a cessão onerosa. A última cobertura realizada sobre o tema em março foi a idade Paulo Guedes ao Congresso para uma sabatina.

### 8.3 VIAGENS DE BOLSONARO E AÇÕES DO GOVERNO

A cobertura da ida de Bolsonaro aos Estados Unidos foi a que mais teve repercussão entre os telejornais. O jornal Nacional começou a cobertura no dia 18 detalhando o fechamento de um acordo sobre uso da base de lançamentos de Alcântara, no Maranhão.

Na descrição do audiovisual, estava a chegada de Jair Bolsonaro nos Estados Unidos. A abertura do telejornal trouxe a informação de um decreto que dispensava o visto de estrangeiros (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão) para o Brasil, mas que o caminho era de mão única já que os brasileiros seguiriam tendo que tirar visto para ir ao exterior, renunciando à reciprocidade com a justificativa de facilitar o turismo. Era uma medida inédita e entraria em vigor em 90

dias. Willian Bonner, durante a leitura da cabeça do VT fez uso de flexões na sua fala chamando atenção justamente pela não contrapartida. Já em Washington, um acordo de uso da base de Alcantara, pelos EUA, no Maranhão. A justificativa foi a de que lançar a partir da base de Alcantara representaria uma economia de pelo menos 30% de combustível para os EUA e, em troca, o Brasil teria acesso às tecnologias internacionais.

Na reportagem, Luiz Fernando Silva Pinto começou a narrativa detalhando uma visita não prevista na agenda de Bolsonaro na sede da CIA. De acordo com o repórter, a assessoria do Planalto se manifestou explicando que a visita se deu em função do interesse de Bolsonaro em combater o narcotráfico e o crime organizado e ela seria importante para troca de informações.

Figura 134 - Chegada de Bolsonaro aos EUA - Jornal Nacional (18/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Há, logo depois na narrativa, uma pequena retomada na agenda do dia anterior, quando Bolsonaro participou de um jantar com lideranças conservadoras, empresários e jornalistas. Entre os convidados estava Olavo de Carvalho. A narrativa apontou que Bolsonaro destacou em seu discurso que o objetivo da viagem era estreitar os laços entre Brasil e Estados Unidos, considerados por ele um exemplo.

Figura 135 - Almoço de Bolsonaro com norte-americanos - Jornal Nacional (18/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A reportagem foi dividida em momentos bem-marcados: a agenda de Bolsonaro e a de Paulo Guedes. Com a imagem dele discursando em um púlpito a frente das bandeiras dos dois países, que atribuiu ao ministro um nível de importância ao estar naquele local e enquadrado como autoridade recebida no exterior, Luiz Fernando Silva Pinto, disse que a ideia de Paulo Guedes era mostrar as portas abertas, aumentar o comércio com os EUA sem diminuir os negócios com a China propondo uma relação em que todos ganhassem.

Figura 136 - Paulo Guedes discursa nos EUA - Jornal Nacional (18/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Logo em seguida, tomou a condução das informações detalhadas sobre o acordo firmado para o uso da Base de Alcantara, negociação que se estendia há quase 20 anos. Marcos Pontes, Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações na ocasião, assinou documento de salvaguarda. Os EUA poderiam usar a área e os seus próprios equipamentos. A segurança do local, seguiria sendo de responsabilidade do Brasil. Outros países poderiam ter acesso à base no futuro. A reportagem encerrou projetando a agenda de Bolsonaro no dia seguinte: uma agenda bastante política. Bolsonaro seria recebido por Trump no salão oval da Casa Branca.

A continuidade desta reportagem foi uma entrada ao vivo, de Washington, atualizando o factual da visita com a participação de Bolsonaro em um discurso feito na Câmara de Comércio dos Estados Unidos. Segundo o repórter, Bolsonaro disse ter visto muitas semelhanças entre a eleição dele e a de Donald Trump e que tinha expectativa de aprofundar ainda mais a relação com todos os americanos. Um trecho do discurso feito por Bolsonaro foi exibido no telejornal. Na fala, houve destaque para as parcerias a serem firmadas, na imensidão de biodiversidade a ser descoberta na Amazônia. O ex-presidente afirmou que o Brasil mudou e que estava pronto para ouvi-los e chegar em um ponto de entendimento. Por fim, falou sobre a questão da Venezuela e que contava com apoio americano. No retorno para Luiz Fernando, houve retomada da participação de Paulo Guedes que disse estar comprometido com as reformas na área

econômica e que "o Brasil se acostumou a gastar muito e de forma descontrolada, prejudicando as futuras gerações. Por isso defende a reforma da Previdência e o enxugamento do Estado."

No dia seguinte, a cobertura foi intensa. O 19 de março foi marcado pelo encontro de Donald Trump e Jair Bolsonaro. Renata Vasconcelos disse que a Casa Branca declarou que apoiava a iniciativa de o Brasil fazer parte da OCDE, organização que reúne as principais economias do mundo e, para isso, Bolsonaro deveria começar a abrir mão do tratamento especial que o Brasil tinha na Organização Mundial do Comércio. Luiz Fernando Silva Pinto iniciou a sua narrativa apontando o clima de cordialidade entre os dois presidentes que se deram as mãos.

Figura 137 - Trump dá as mãos a Bolsonaro VT viagem aos EUA - Jornal Nacional (19/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Na sequência, foi escolhida para a edição da reportagem uma imagem derivada do volume de jornalistas em direção aos dois presidentes no salão oval. Bolsonaro falou que os dois países tinham muito a oferecer mutuamente. Sobre a participação de Trump, o destaque feito pelo repórter foi que ele se lembrava de Pelé e os dois trocaram camisas das seleções. O que conota um certo desdém de Trump em relação às intenções políticas do Brasil.

Figura 138 - Presença da imprensa no encontro entre Trump e Bolsonaro - Jornal Nacional (19/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Luiz Fernando lançou então a Trump uma pergunta sobre a base de Alcantara e o fim da exigência de vistos e questionou o que ele gostaria de oferecer ao Brasil. Mas a resposta de Trump foi evasiva. Segundo o repórter, Trump disse que havia muitas questões que o Brasil poderia querer, mas que o comércio seria interessante. Que o "comércio bilateral poderia ter sido melhor no passado". Ele ainda foi questionado sobre a questão da Venezuela e sobre a participação do Brasil na OCDE. A resposta foi sim. Que apoio a Brasil no esforço de integrar a OCDE.

Figura 139 - Bolsonaro recebido na Casa Branca - Jornal Nacional (19/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A reportagem destacou que o filho de Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, permaneceu na sala com Trump mesmo a Casa Branca dizendo que só participariam da reunião os intérpretes. Entre as imagens utilizadas para cobrir este momento, está uma em que a repórter da Globo News se despede dos três: Jair Bolsonaro, Eduardo e Trump sinalizando o fim do assunto.

Outra reportagem, na sequência, descreveu que após 20 minutos da primeira reunião, os presidentes tiveram um almoço de trabalho e deram entrevista nos jardins da casa Branca. A reportagem se dedicou a detalhar o que cada um disse, entretanto, as informações foram basicamente as mesmas do VT anterior, com a diferença do local das entrevistas e alguns detalhes: entrada do Brasil na OCDE, relação com a Venezuela e abrir mão dos privilégios na OMC. Trump parabenizou Bolsonaro pela eleição e pela recuperação pós facada. Disse que os dois países eram as maiores economias e democracias do hemisfério ocidental e tinham oportunidade histórica de reforçar os laços.

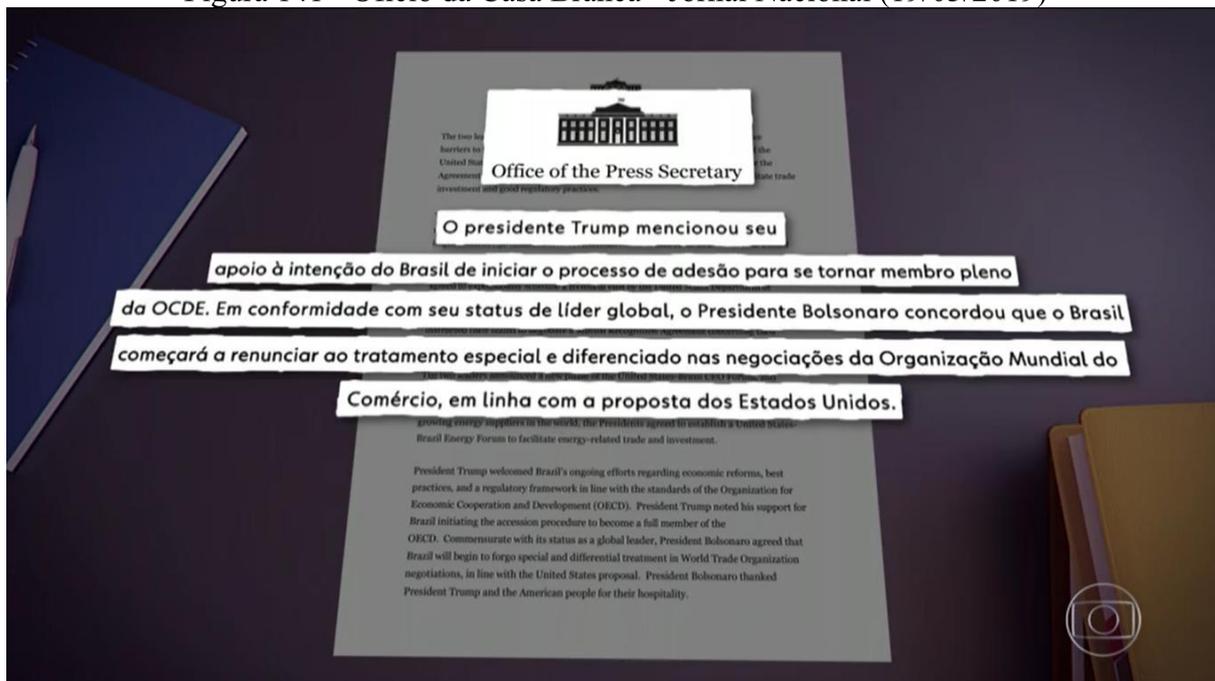
Figura 140 - Trump e Bolsonaro discursam juntos - Jornal Nacional (19/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Trump tratou o Brasil como líder no apoio aos venezuelanos em reconquistar a democracia e afirmou que iria reconhecer Brasil como aliado extra OTAN. Já Bolsonaro agradeceu a hospitalidade, convidou o presidente para ir ao Brasil. Falou sobre o setor privado dos países serem protagonistas das relações e citou a decisão de suspender a exigência dos vistos e o acordo sobre a base de Alcantara além da cooperação entre Polícia Federal e FBI. Bolsonaro desconversou quando foi perguntado sobre a posição do Brasil no caso de uma intervenção militar americana. Sobre possível contrapartida para o apoio dos EUA em relação a entrada do Brasil na OCDE, Trump afirmou que teriam uma relação justa. A reportagem destacou que Lula já havia, em 2009, recusado convite para entrada na OCDE porque as condições eram injustas para o Brasil e, logo depois, a reportagem detalhou a contrapartida pedida pelos EUA e expressa num ofício da Casa Branca. O Brasil iria começar a abrir mão do tratamento diferenciado que tinha nas negociações da Organização Mundial do Comércio.

Figura 141 - Ofício da Casa Branca - Jornal Nacional (19/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Logo depois da reportagem em que Trump e Bolsonaro falaram sobre a entrada do Brasil na OCDE, o Jornal Nacional levou ao ar uma reportagem que, de antemão, ainda na cabeça lida por Willian Bonner, deu o ponto de vista favorável à medida. Atribuindo aos especialistas a análise que era positiva a entrada do país no bloco, uma vez que Brasil era o segundo maior parceiro comercial dos EUA. Na reportagem, Alan Severiano resgatou uma declaração de Trump em que o presidente dos EUA afirmou que o Brasil tratava de maneira injusta as empresas norte-americanas. Em outra oportunidade, Trump implantou sobretaxa para o aço brasileiro, destacou o repórter, e depois limitou a importação do produto. A condução da reportagem partiu então para um caminho pouco usual: o repórter fez uma pergunta que deixou bastante clara a desconfiança em relação ao que diz Trump: "Será que as gentilezas de hoje mudam alguma coisa no comércio entre os dois países? No momento em que o repórter fez a pergunta, a imagem exibida foi a de Bolsonaro entregando a Trump a camisa dez da seleção.

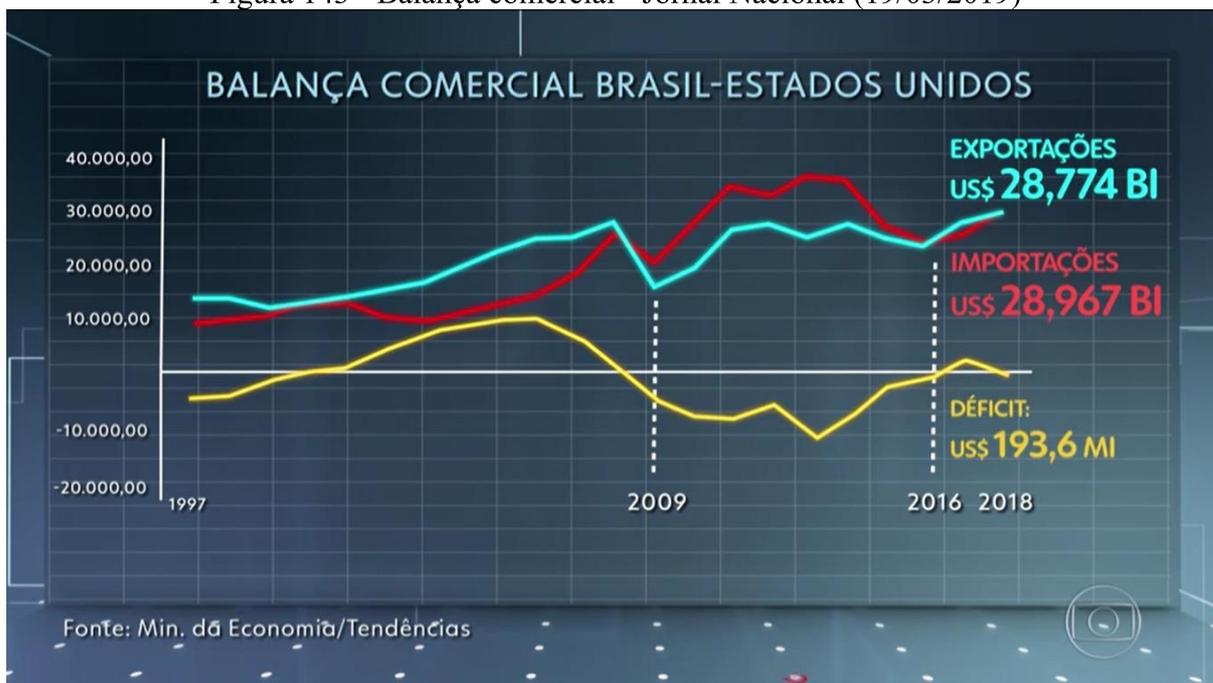
Figura 142 - Bolsonaro presenteia Trump com camisa da seleção - Jornal Nacional (19/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A reposta veio direto de um economista e ele afirmou que, por muito tempo, o Brasil negligenciou esta relação com os Estados Unidos. Na passagem, o repórter atribuiu um destaque aos economistas, no plural, como se o pensamento de todos fosse o mesmo, sem divergências. A ressalva foi a de que a aproximação acontecia em um momento em que o protecionismo ganhava espaço nas relações mundiais sob iniciativa dos Estados Unidos. E abriu a segunda parte da reportagem explicando que o país era o segundo maior destino dos produtos industrializados do Brasil: exporta produtos de ferro e aço, derivados de petróleo, aviões e máquinas. Houve uma ilustração da balança comercial entre os dois países.

Figura 143 - Balança comercial - Jornal Nacional (19/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

No Gráfico ficam evidenciadas as variações e o déficit do Brasil. Entretanto a narrativa retoma o otimismo a partir da entrevista com o representante da Fiesp. Thomaz Zanotto apenas chama a atenção para a contrapartida de abrir mão das vantagens na OMC. É necessário avaliar as consequências sem explicar detalhadamente quais poderiam ser essas consequências.

Por fim, o Jornal Nacional preparou uma reportagem para abrir espaço para Bolsonaro colocar as suas percepções do encontro com Trump. Foi uma oportunidade de a imprensa brasileira questionar o ex-presidente em relação aos assuntos desenvolvidos ao longo do dia. Durante praticamente o tempo todo, a reportagem teve o enquadramento de Bolsonaro em close, ou seja: Um VT sobre o que ele pensava exclusivamente. Sandra Coutinho deu destaque ao que o ex-presidente pensava sobre a OCDE e o posicionamento dele foi o de que a classe empresarial brasileira já almejava esta entrada há algum tempo. Quando perguntados sobre a base de Alcantara a resposta de Bolsonaro foi a de que o lugar era ocioso e deficitário, que seria melhor ter os Estados Unidos por lá até para que ela se desenvolvesse. Sobre a questão dos vistos Bolsonaro relativizou e minimizou o interesse de norte-americanos no Brasil dizendo que "a gente não vê nenhum americano indo para o Brasil ganhar estabilidade via CLT, indo buscar emprego lá. O contrário para cá existe". Sobre a questão envolvendo a Venezuela, Bolsonaro disse que o melhor caminho era diplomacia. Bolsonaro ainda falou sobre a possibilidade da redução da taxa de importação ao etanol americano. Sobre a inclusão do Brasil na Otan,

Bolsonaro disse que a conversa seria aprofundada na próxima semana. e finalizou fazendo uma piadinha de cunho machista em relação à sua idade e à de Trump e a da idade das respectivas esposas.

O uso do encerramento pouco contribuiria para o factual. A decisão de mantê-lo foi controversa no sentido de que alguns poderiam gostar e outros não. Entretanto, parece que esta foi uma estratégia para mostrá-lo popular, integrado ao contexto.

Em relação a TV Record, a cobertura da ida de Bolsonaro aos Estados Unidos começou no dia 15. Assim como em outras coberturas de viagens de Bolsonaro, ela foi a ser detalhada desde a preparação. O foco, de acordo com a reportagem de Luiz Fera Monteiro foi para destravar as relações comerciais. No mesmo material, em função de uma outra característica da cobertura do Jornal da Record que era seguir a agenda diária do presidente, os encontros dele com embaixador israelense e os desdobramentos e expectativas pela reforma da Previdência e um encontro do ministro da Educação que seguia no governo.

A estratégia narrativa de preparação para a viagem seguiu sendo feita pelo Jornal da Record. No dia 16 de março, Tiago Nolasco deu um panorama do lugar onde Bolsonaro iria ficar, as discussões que iriam girar em torno da base de Alcântara no Maranhão em que os Estados Unidos usariam o espaço em troca de tecnologia para o lugar, além dos encontros com empresários. A cobertura foi, mais uma comprovação da maneira como as emissoras se organizaram para fazer coberturas diárias sobre assuntos que as interessavam para seguir agendando as discussões sobre seu ponto de vista.

O primeiro dia da viagem de Bolsonaro aos Estados Unidos, 18 de março, foi marcado pela ida de Bolsonaro à Cia. Ao vivo, o repórter, Tiago Nolasco, explicou que era uma visita fora da agenda e que esta ida seria importante para o combate à criminalidade. Depois da entrada ao vivo foi feita uma reportagem que começo já destacando os aplausos com que a plateia de empresários recebeu o ex-presidente.

Figura 144 - Bolsonaro recebe apoio de empresários norte-americanos em evento - Jornal da Record (18/03/2019)

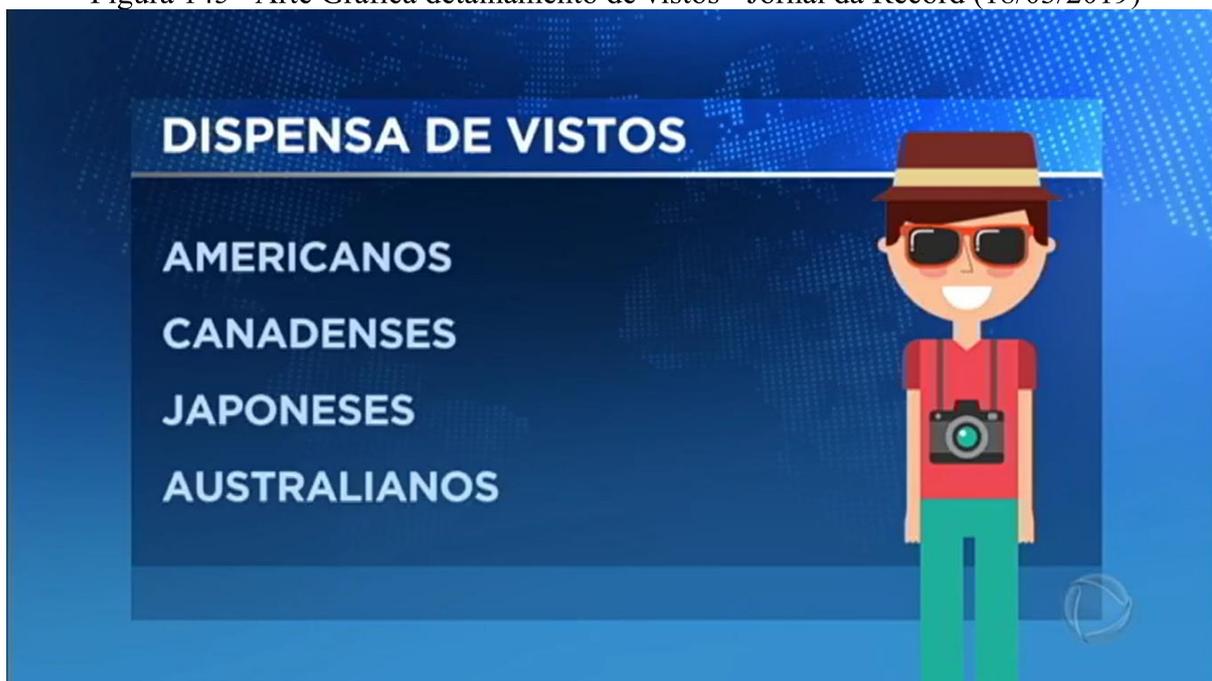


Fonte: Playplus.com

Na sequência, a narrativa se dedicou a exibir trechos do discurso de Bolsonaro que tratou de: dizer que era um milagre estar vivo e ter sido eleito, que seu governo era um novo espaço de combate a corrupção vista nos governos anteriores, elogiar Trump e dizer da vontade de aproximar dos EUA e aprofundar negociações além de defender o potencial do Brasil como mineralogia e agricultura e afirmar que o povo da Venezuela precisava ser libertado. Por fim, a reportagem deu conta da assinatura sobre o uso da base de Alcântara para lançamento de foguetes e uma carta de intenções sobre a preservação da biodiversidade da Amazônia. Houve um espaço para anunciar que a privatização de empresas configuraria, uma boa oportunidade para investidores e que acreditava na Reforma da previdência.

A outra reportagem sobre a visita deu conta de um Decreto publicado no Brasil que extinguiu a necessidade de visto para turistas japoneses, americanos, australianos e canadenses.

Figura 145 - Arte Gráfica detalhamento de vistos - Jornal da Record (18/03/2019)



Fonte: Playplus.com

Uma medida que passaria a valer dali a três meses e foi anunciada, segundo a reportagem, durante a visita. Houve o reforço de a medida ser unilateral. Thais Furlan detalhou, na passagem, os prazos e condicionalidades dos turistas. A reportagem trouxe, logo depois, um especialista em relações internacionais criticando a decisão alegando que esse tipo de decisão não costuma ser unilateral, mas o JR tratou de realizar a inversão ancorando a justificativa de benefícios econômicos gerados com a vinda dos turistas com o ex-ministro da Fazenda Marcílio Moreira.

O clima amistoso entre Trump e Jair Bolsonaro seguiu sendo detalhado pela Rede Record.

Figura 146 - Trump recebe camiseta do Brasil - Jornal da Record (19/03/2019)



Fonte: Playplus.com

A reportagem que tratou da reunião entre os dois ex-presidentes exibiu a troca de camisas de futebol entre eles e logo abriu para as entrevistas dadas pelos líderes nos jardins da Casa Branca. Bolsonaro afirmou acreditar na reeleição de Trump. Falaram da possibilidade de o Brasil se tornar aliado da Otan e comentaram a situação na Venezuela, que Bolsonaro classificou como uma ditadura. Foi o maior trecho selecionado nas falas de Bolsonaro.

No dia seguinte, com Bolsonaro já de volta ao Brasil, a reportagem do Jornal da Record foi um balanço da viagem e a perspectiva da ida de Bolsonaro ao Chile. Além disso, outra repercussão foi abordada: a temática de entrada do Brasil na OCDE. Nesta reportagem em específico, o telejornal trouxe posicionamentos divergentes, entretando o uso da substituição do todo pela parte, ou seja, um especialista falando em nome de toda a categoria, foi repetido. A adoção de uma especialista mulher e negra para debater o tema também foi uma situação que chamou a atenção uma vez que foi a primeira ocasião em que homens brancos não estiveram neste lugar de especialistas durante a cobertura em análise.

Figura 147 - Denilde Holzacker em entrevista ao Jornal da Record (20/03/2019)



Fonte: Playplus.com

Sobre as outras duas viagens, os destaques da programação do Jornal Nacional detalharam a ida de Bolsonaro ao Chile para participar de uma reunião que criaria um novo bloco de países feita pela repórter Délis Ortiz. Não foi dada à viagem a mesma envergadura da feita aos Estados Unidos. A reportagem detalhou um pouco da chegada do presidente, a recepção por alguns apoiadores na rua e os dois interesses principais do Brasil nessa visita: participar da reunião com os presidentes dos países vizinhos para discutir um novo bloco econômico regional e tratar de negócios com o Chile. De acordo com a reportagem, o Chile era o maior parceiro comercial do Brasil na região. Os países negociavam o corredor bioceânico, uma ligação rodoviária do Brasil aos portos do Chile. Sobre a crise na Venezuela disse que estava conversando com Trump e observando ações diplomáticas para retomar o país à sua normalidade. Quanto à reunião o ex-presidente foi enfático ao afirmar que foi ao Chile enterrar a Unasul, que foi criada sob a liderança de Hugo Chaves, quando a maioria dos países da região tinham governos de esquerda e centro-esquerda.

No dia 30, a reportagem foi sobre o embarque de Jair Bolsonaro para Israel. A reportagem foi bastante factual. Deu o cronograma de viagem, apontou que os dois países deveriam celebrar acordos nas áreas de saúde, tecnologia, defesa e segurança pública. A reportagem falou de um anúncio antigo da transferência da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, feito em 2018, e que o governo estudava a abertura de um escritório em Jerusalém.

Em relação às viagens de Bolsonaro, a TV Brasil também acompanhou, mas jornalistas não foram deslocados. As passagens e entradas ao vivo foram feitas de Brasília. Seguindo a perspectiva de um único bloco com a cobertura do Governo, o Repórter Brasil, trabalhou a cobertura em dois únicos materiais. No material de Marianna Jungmann houve menção ao Decreto que isentou estrangeiros de quatro países da necessidade de visto para entrar no Brasil, sobre as parcerias que pretendia firmar. Foram exibidos trechos de sonoras das falas de Bolsonaro no encontro com os representantes do comércio dos EUA. Os ministros também foram mencionados. E, por ter a TV Brasil, à época, uma sede em São Luís, a emissora preparou uma reportagem especial sobre a base de Alcântara. Parlamentares do estado foram ouvidos e as vontades deles expressas: os recursos deveriam ser revertidos para as comunidades quilombolas no entorno da base.

Na cobertura do dia seguinte, em 19 de março, o encontro com Trump foi a tônica. Assim como nas demais coberturas, houve a imagem da troca de camisetas, as declarações no jardim da Casa Branca, acordo da base de Alcântara e os vistos. Entre as informações o Repórter Brasil tratou da exportação de carnes não abordada por JN e JR.

A ida de Bolsonaro ao Chile teve um destaque maior que na Globo e na Record. Com o detalhamento da agenda e informação da criação do bloco de países com inclinações à direita.

#### 8.4 SEGURANÇA E PACOTE ANTICRIME

No dia 26 de março, o JN noticiou que, durante uma reunião do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que analisava o projeto anticrime foi elaborada uma lista com prioridades. Mas Renata Vasconcelos enunciou que as medidas contra a corrupção poderiam ficar fora dessa lista de prioridades. A reportagem mostrou imagens de uma reunião de que participaram o Ministro Alexandre de Moraes e deputados, que já havia encaminhado uma proposta semelhante ao Congresso (citada alguns dias antes em outra reportagem do JN). A informação foi a de que as medidas propostas por Moraes e as propostas por Ministro Sérgio Moro em comum foram discutidas. Entre elas a mudança para aumentar a punição para comércio ilegal de armas, punir grupos que atuavam como milícias, sequestro de bens de integrantes de organizações criminosas, acordo de confissão de crimes do acusado em troca de uma pena menor.

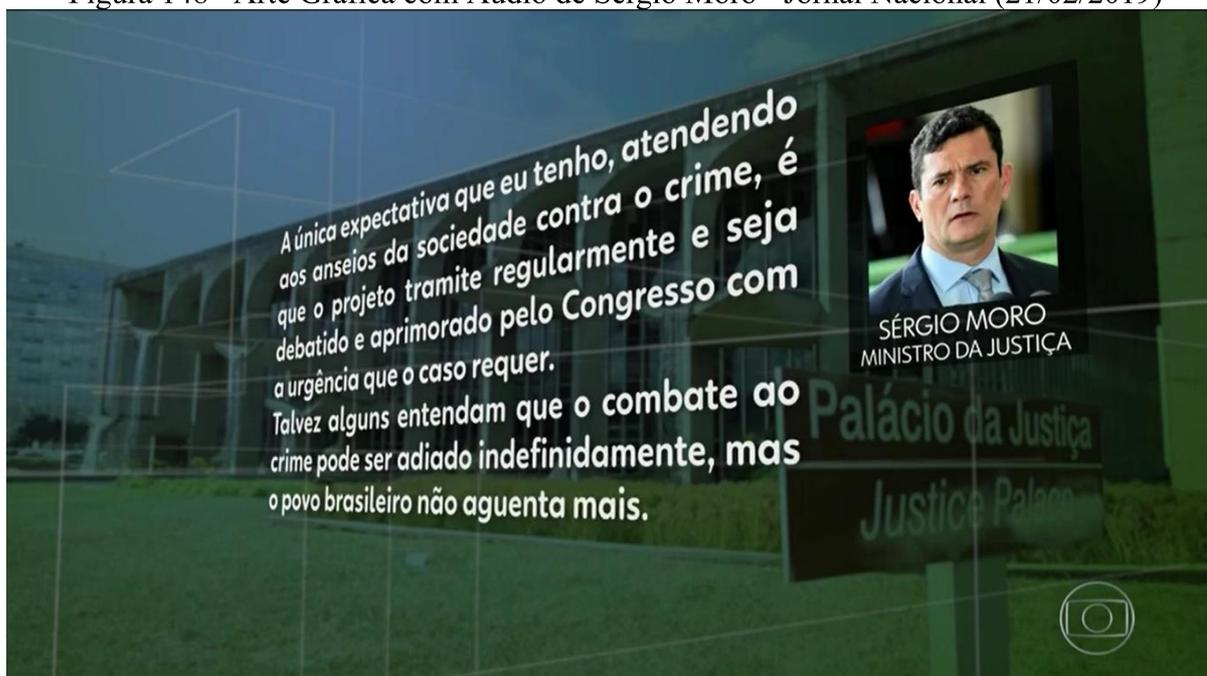
Camila Bomfim destacou que a proposta de Moraes era mais voltada para a segurança pública e não tratava especificamente da corrupção. O ministro frisou a intenção de debater a violência,

o crime organizado em audiências públicas e, também, inserir novas pautas a serem discutidas. Ele não via problema. Entretanto, Camila informou que alguns aspectos só estavam presentes na proposta de Moro (que tinha o foco na corrupção) e citou como exemplo a prisão depois de julgamento em segunda instância. Informou que deputados se movimentavam para excluir todas as questões ligadas a corrupção do pacote anticrime.

O relator defendeu a execução da pena após a segunda instância, mas estava disposto a abrir mão dessa proposta, retirá-la para não travar as discussões sobre o pacote. Júlio Delgado levantou polêmica explicando que a Câmara estava se blindando, pois, a prisão em segunda instância atingiu políticos. Álvaro Dias também criticou. Para ele, negar a agenda que foi parte das plataformas de campanha de muitos parlamentares configuraria estelionato eleitoral e um desrespeito aos compromissos assumidos. A narrativa estabeleceu que ficou definido um calendário com 90 dias para que mudanças pudessem ser discutidas. Rodrigo Maia acreditava que ainda no primeiro semestre de 2019 o pacote poderia ser aprovado.

No dia 21, a relação estremeada entre Rodrigo Maia e o governo rendeu um estresse com Sérgio Moro e isso foi pauta no Jornal Nacional em função de um pedido do líder do PSL, Delegado Waldir, para juntar dois dos projetos do pacote (criminalização do caixa dois e medidas anticorrupção). É necessário frisar que o mesmo pacote havia sido desdobrado em três para que a criminalização do caixa dois tramitasse a parte, o que ficou ainda mais evidente depois do pedido. Diante da estratégia, Rodrigo Maia se posicionou contrário e negou o pedido. O presidente da Câmara formou uma comissão para analisar duas propostas semelhantes: a de Sérgio Moro e a de uma comissão de juristas. Foi quando a repórter, Flávia Alvarenga, trouxe para a narrativa uma declaração de Sérgio Moro em que ele defendeu que a discussão do pacote anticrime não parasse, mas extrapolou "o desejo do governo é que isso fosse desde logo encaminhado a comissões para debate, mas isso vai ser conversado respeitosamente com o deputado Rodrigo Maia". E a fala repercutiu negativamente fazendo o presidente da Câmara rebater: "O funcionário do presidente Bolsonaro, conversa com o presidente Bolsonaro. Se o presidente Bolsonaro quiser, conversa comigo. Eu fiz aquilo que acho correto. O projeto é importante... aliás ele está copiando um projeto do ministro Alexandre de Moraes, copia e cola. Então não tem nenhuma novidade, são poucas novidades no projeto dele. Nós vamos apensar um ao outro, o projeto prioritário é o do ministro Alexandre de Moraes No momento adequado, depois de votar a Previdência nós vamos votar o projeto dele". Sérgio Moro, então, respondeu e com ajuda de arte gráfica a reportagem foi dando forma a briga pública destacando que a tramitação demandaria urgência.

Figura 148 - Arte Gráfica com Áudio de Sérgio Moro - Jornal Nacional (21/02/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

O caminho do equilíbrio proposto pela narrativa se concentrou numa entrevista do deputado Capitão Augusto, PR/SP, em que ele ponderou que a tramitação das propostas poderia ser feita em paralelo com a reforma da Previdência.

O dia 28 de março foi marcado pela reconciliação entre Rodrigo Maia e Sérgio Moro. A notícia foi a de um café da manhã entre os dois. A cabeça do VT lida por Willian Bonner colocou Sérgio Moro enquanto protagonista. Ele quem tomou café com Rodrigo Maia. E a reconciliação foi o destaque da reportagem, tanto que o início do audiovisual teve estampadas fotografias feitas pela assessoria de imprensa, uma delas em que os dois inclusive se dão as mãos.

Figura 149 - Moro e Maia fazem se cumprimentam - Jornal Nacional (28/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Cláudia Bomtempo descreveu brevemente o desentendimento para contextualizar as duas propostas de pacotes anticrime, o de Moro e o de Alexandre de Moraes. Na passagem, a informação selecionada foi a da preocupação de Moro em atrasar a tramitação e a retirada de trechos que tratavam da corrupção. Segundo a repórter o "pacote de Sérgio Moro propõe medidas mais duras no combate à corrupção, crime organizado e crimes violentos". Moro foi trazido, em entrevista, para afirmar que a relação era cordial e acabar com possíveis repercussões. Já a escolha da sonora de Maia foi a de um trecho em que explicou que não haveria prejuízo em pautar as duas propostas e nem atrasos. Elisiane Gama, líder do Cidadania, deu entrevista à reportagem explicando também que iria juntar as propostas, ela apresentou os textos de Moro simultaneamente para, segundo ela, agilizar a tramitação.

Em 25 de março, o JN exibiu uma nota em que Willian Bonner afirma que Bolsonaro determinou a comemoração do 31 de março, entretanto Bonner fez ressalva de que, nas palavras do apresentador, " Em 1964, foi nesse dia que um golpe militar inaugurou uma ditadura que duraria 21 anos. Segundo o Porta-voz da presidência, Bolsonaro considera que não houve uma ditadura no Brasil." Ou seja: é a manifestação do poder do telejornal em discordar antes mesmo da sonora de Otávio Rêgo Barros começar. Na entrevista, o porta-voz disse que Bolsonaro considerava que a sociedade percebeu o perigo que o país vivenciava e, assim, civis e militares unidos recuperaram o rumo do Brasil. O ex-presidente determinou que o Ministério da defesa

fizesse as comemorações devidas. Um dos repórteres perguntou o que seriam devidas? Otavio desconversou.

No dia 27, foi divulgada Ordem do Dia a ser lida nos quartéis em referência a 31 de março de 1964. A opção editorial foi não fazer reportagem e nem tampouco arte. Renata e Willian Bonner leram o texto em revezamento. Eles destacam os pontos polêmicos em que o presidente e as forças armadas não reconheciam o fato como golpe militar que deu início à ditadura. Por fim, os apresentadores informaram que defensoria pública da união, o instituto Wladimir Herzog e seis parentes de vítimas entraram na justiça para impedir as comemorações.

Depois, no dia 28, houve desdobramento da polêmica do 31 de março. A leitura da nota de Willian Bonner deu conta de que Bolsonaro queria que quartéis comemorassem a data. e repetiu a frase já dita em outras cabeças ligadas ao assunto "Dia marcado pelo golpe militar que deu início a uma ditadura de 21 anos". Bonner afirmou que "o presidente respondeu a um questionamento sobre o fato de parentes de vítimas daquela ditadura se queixarem da postura do governo" e, na sequência, entrou uma entrevista dada por Jair Bolsonaro na qual ele fala em perdão, na anistia e que o perdão é para não voltar naquele assunto. Entretanto, a pergunta feita pela repórter (pela voz deveria ser Délis Ortiz) o coloca em contradição "Quando o senhor pede pra comemorar o 31 de março não volta nesse passado?" Bolsonaro desconversa, dá uma resposta pronta, planejada previamente pela assessoria, e o material audiovisual é finalizado. A entrevista, claro foi uma necessidade de ele responder publicamente à polêmica, mas a decisão editorial de manter a pergunta e o embaraço do presidente claramente indicam intenção de deixar elementos para o público produzir juízo de valor. Uma estratégia que, inicialmente, jogando a interpretação para o público, certamente já teve os possíveis efeitos pensados pela edição.

Já no dia 29, a juíza Ivani Luz ordenou que Forças Armadas não comemorassem golpe de 1964. A nota só conta todo o percurso das notas dos dias anteriores e traz de novidade a decisão judicial para a não comemoração, mas que não teve valor prático porque já havia sido lida.

## 8.5 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O dia 25 de março trouxe a informação de uma portaria que suspendia a aplicação do Saeb em alunos da alfabetização. Uma decisão do Ministério da Educação que jogou para 2021 a aplicação do exame. Então, a reportagem de Vladimir Netto contextualizou quem eram esses

alunos: estudantes do segundo ano do ensino fundamental, crianças num dos momentos mais importantes da vida quando aprendem a ler, escrever e fazer contas. Na passagem, a explicação para o teste que era verificar mais cedo o nível de aprendizagem, seria a primeira vez que estariam no Saeb. A última edição do Saeb havia sido realizada em 2016 e apresentou resultados negativos em crianças inclusive mais velhas, que não dominavam os conhecimentos básicos e tinha dificuldades em, por exemplo, interpretar textos e escrever palavras com mais de uma sílaba.

Figura 150 - Criança escrevendo VT provas do SAEB - Jornal Nacional (25/03/2019)

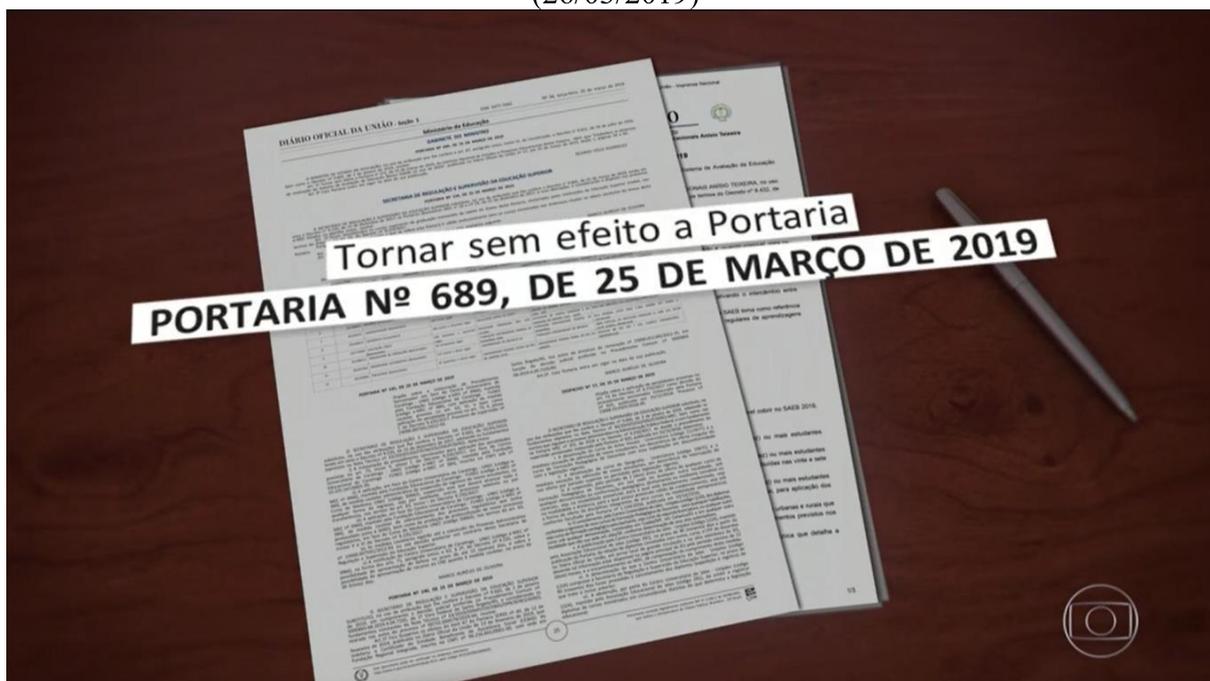


Fonte: Globoplay.globo.com

A reportagem explicou como funcionava o sistema de avaliação numa narrativa didática para que os públicos compreendessem como ele é realizado. Trouxe ainda o posicionamento do MEC alegando falta de tempo hábil e uma tentativa de aplicar os exames só depois de dar tempo de a política do novo governo ser implantada em todo o país. Argumento desmontado pela entrevista de Priscila Cruz, representante do Todos Pela Educação. O Todos Pela Educação afirmou que a portaria era um erro grave. A representante colocou que a lacuna de avaliação é muito grande e seria um prejuízo não saber como estaria se dando a educação básica no Brasil. Por fim, Vladimir explicou que o MEC excluiu a participação do Fórum Nacional da Educação do Comitê permanente de avaliação de custos na educação básica. A vaga seria indicada por representante do Ministério da Economia. Bonner encerrou o audiovisual informando do pedido de demissão da secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida.

Assim como em outras decisões tomadas pelo governo, no dia 26 de março, outra vez, ele voltou atrás. Diferentemente do dia anterior, a partir daquela data os alunos em alfabetização fariam avaliação ainda em 2019. E a reportagem de Vladimir Neto mostrou imediatamente a mudança colocando uma arte gráfica com o Diário Oficial da União tendo duas portarias e duas decisões opostas: uma para revogar a anterior que definia as regras do SAEB.

Figura 151 - Documento do Ministério da Educação VT sobre SAEB - Jornal Nacional (26/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Vladimir fez questão de destacar que, apesar de o documento anular o anterior, ele não trazia qualquer informação ou previsão de como ou quando as provas aconteceriam. Destacar a falta de informação e a mudança de rumo em tão pouco tempo foi uma estratégia de disputa por poder e, também, de enfraquecimento do governo frente às críticas. Decisões (como conota a edição da reportagem) que, muitas vezes, foram tomadas intempestivamente. O reforço de tal pensamento veio na passagem quando o repórter enfatizou que o problema não é um caso isolado no Ministério da Educação. Ele destacou que especialistas apontavam atrasos e descontinuidades nas políticas públicas e muitas demissões e trocas na equipe. Na sequência, foram elencados os servidores que deixaram suas funções ou foram desligados, inclusive a secretária, Tania Leme de Almeida, que pediu demissão no dia anterior.

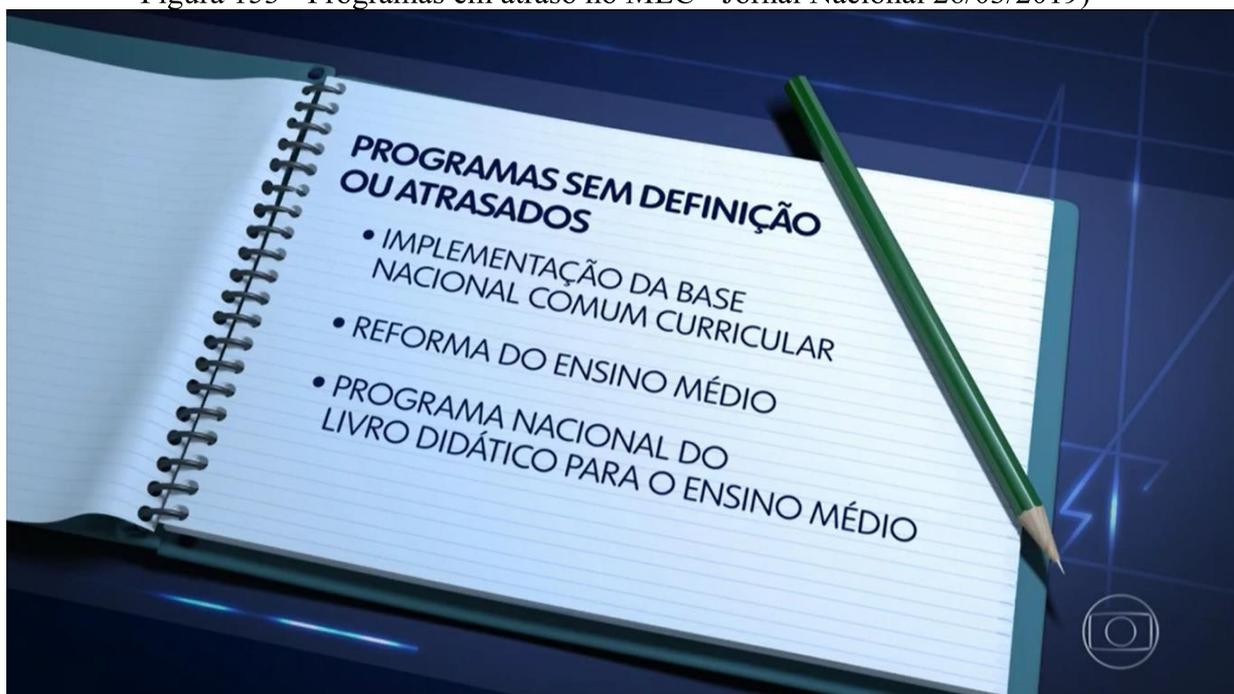
Figura 152- Tania Leme de Almeida VT SAEB - Jornal Nacional (27/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Cecília Mota, presidente da Comissão Nacional de Secretários de Educação apontou que os problemas estavam na gestão da máquina pública e entendimento da função do Ministério da Educação. Ela afirmou ainda que todos os debates que estavam acontecendo no Brasil em relação ao MEC eram penduricalhos e desviariam o foco. Uma arte gráfica ilustrou os programas com atraso.

Figura 153 - Programas em atraso no MEC - Jornal Nacional 26/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Na sequência, o secretário de Educação do de Goiás entrou em entrevista. Nela, ele colocou como um problema a demora na divulgação e no funcionamento de programas porque as escolas acabavam em descompasso gerando uma ansiedade por definições. Em nota, ao fim do audiovisual, o MEC negou que a implantação da BNCC estivesse paralisada. Já Renata Vasconcelos informou de uma nova baixa: Marcus Vinícius Rodrigues, Presidente Nacional do Instituto de Pesquisas Educacionais, pediu demissão.

No dia 27, a pauta do Jornal Nacional se voltou para o ministro da Educação ser perguntado sobre baixas no ministério. Assim como Paulo Guedes, o ministro da Educação foi ao Senado para participar de uma audiência pública no dia 27/03. A reportagem não detalhou a razão da audiência pública a não ser na passagem do repórter. Não foi trazida nenhuma resolução ou dúvida esclarecida durante as cinco horas em que ele falou aos senadores. A seleção das sonoras feitas pelo Jornal Nacional ficou majoritariamente nas críticas à pasta. Vladimir Netto deu início a sua reportagem já dizendo das muitas perguntas recebidas pela crise que culminou com a saída do presidente do INEP depois de ele ter publicado a portaria que definia a exclusão das crianças do Saeb. De acordo com o Ministro, Marcus Vinícius Rodrigues teria "puxado o tapete", agido por vontade própria. O que foi negado pelo ex-presidente do INEP. Marcus Vinícius justificou todo o amparo que teria tido. Sobre as outras cobranças elencadas na

passagem do repórter estava a de cobrar a resolução do atraso em políticas como o Fundeb, prestes a acabar. A última dita por Vladimir na passagem foi a de que Velez não pediria demissão, com uma entrevista logo na sequência. A reportagem não disse expressamente, mas para que a pergunta tivesse sido feita, certamente os bastidores já ventilavam a possibilidade. Por fim, a reportagem trouxe a defesa de Velez em relação ao modelo de escolas cívico-militares e sobre o gradativo encerramento das políticas de cotas.

A cobertura da TV Record não tratou da polêmica do SAEB, mas trouxe outra. No dia 11, pela primeira vez, uma polêmica foi pauta principal no Jornal da Record. Foi a exoneração de seis integrantes do MEC. O repórter Tiago Nolasco disse que foram demitidos por discordâncias com Olavo de Carvalho. Ele teria pedido aos ex-alunos que deixassem o governo. O repórter falou ainda de uma disputa entre militares e civis na pasta como responsável pelas exonerações.

No dia 13, o anúncio feito no Jornal da Record, durante a cobertura sobre a visita do presidente paraguaio, Mário Benitez, Jair Bolsonaro falou sobre a polêmica do Ministro da Educação que se desentendeu com Olavo de Carvalho. A rixa entre Carvalho e Velez Rodriguez foi a responsável pelo levantamento de rumores sobre a exoneração do ministro que, de pronto, Bolsonaro descartou e minimizou o problema.

Figura 154 - Bolsonaro fala sobre polêmica no MEC - Jornal da Record (25/03/2019)



Fonte: Playplus.com

Mas o secretário Luiz Antônio Tozzi foi demitido. A reportagem também lançou luz sobre Marcelo Álvaro Antônio e, de acordo com Tiago Nolasco, Bolsonaro disse que o manteria no cargo até comprovada a responsabilidade.

E a novela seguiu. Depois da demissão anunciada no dia anterior, a reportagem de Alessandro Saturno, continuou desdobrando a crise no Ministério da Educação. O Nome de Iolene Lima foi revelado como a nova titular do cargo de secretária executiva do MEC. Foi a segunda demissão na mesma semana. A reportagem deixou bem claro que as demissões se deram em função de briga entre grupos rivais dentro do MEC. De um lado Velez e de outro Olavo de Carvalho. Sete outras pessoas foram demitidas. A narrativa deu conta da insatisfação do ideólogo: o espaço que Velez estava dando para militares no MEC e pela demora em efetivar políticas públicas. A disputa foi a única briga pública dentro do governo Bolsonaro coberta pelo Jornal da Record até então.

#### 8.6 LARANJAL PSL

Reportagem exibida no dia 07, não tratou diretamente o ex-presidente Jair Bolsonaro, mas um dos ministros de seu governo, Marcelo Álvaro e o seu partido em esquemas de candidaturas laranjas. A reportagem de Isabela Scalabrini trouxe a informação de que quatro candidatas do PSL mineiro já eram investigadas por candidaturas laranjas. A nova denunciante era Zuleide Oliveira, candidata a deputada estadual.

Figura 155 - Santinho da Deputada Zuleido Oliveira - Jornal Nacional (07/03/2019)



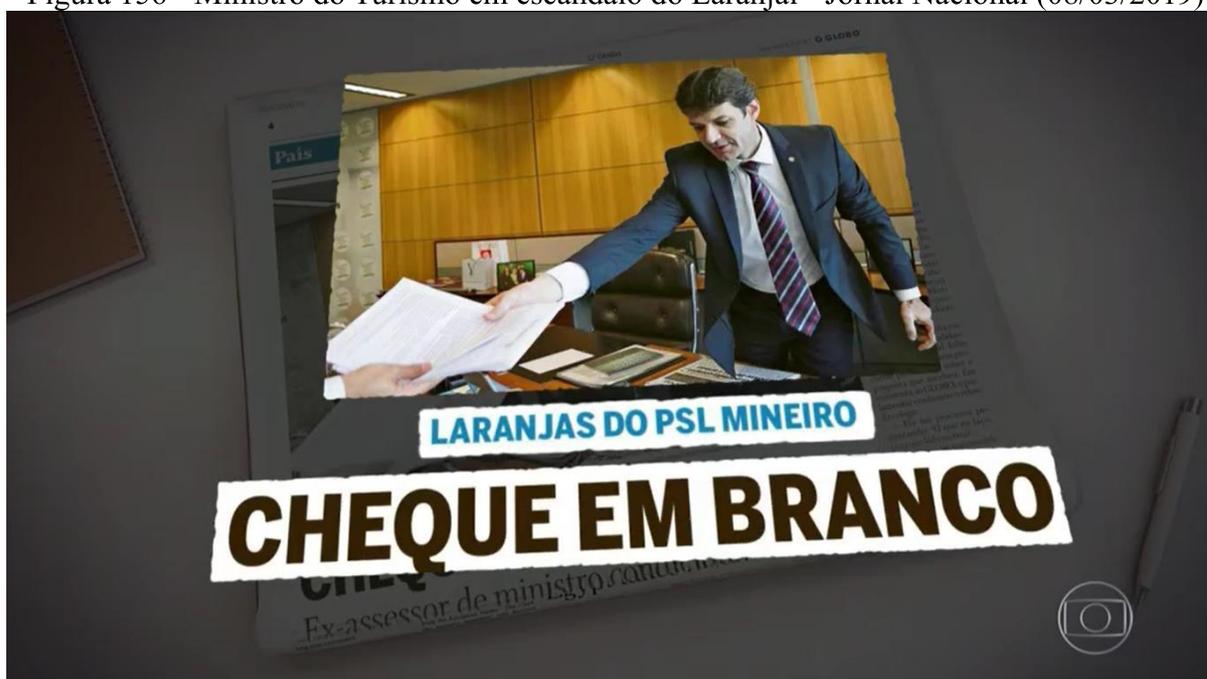
Fonte: Globoplay.globo.com

De acordo com a reportagem, a Folha de São Paulo informou que o ministro havia chamado pessoalmente Zuleide para se candidatar desde que ela devolvesse ao partido parte do dinheiro público destinado ao fundo eleitoral. A narrativa do Jornal Nacional mostrou que Zuleide já havia oferecido denúncia contra Marcelo Álvaro Antônio. O TRE confirmou o recebimento do e-mail, mas informou que não era o órgão correto para aquele tipo de denúncia e que ela se reportasse ao MP. Ao entrevistar Zuleide, o JN exibiu a denunciante afirmando que dos R\$ 60 mil que seriam repassados, ela devolveria R\$ 45 mil e só teria disponíveis R\$15 mil para a campanha. Em arte gráfica, a reportagem exibiu mensagens trocadas entre ela e um assessor do ex-ministro do turismo.

Isabela Scalabrini deixou para a passagem a informação de que Zuleide foi a primeira a envolver diretamente o ex-ministro do turismo. O Ministério Público Eleitoral determinou a instalação de procedimento para investigar o caso. A reportagem também informou que o ministro entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal para que o caso fosse tratado no Supremo, em função do foro privilegiado. Mas, em nota a assessoria do ministro afirmou que ele pediu a retirada e que esta ação foi tomada deliberadamente pela sua defesa sem que ele tivesse conhecimento. Muito possivelmente este posicionamento se deu em função da repercussão negativa de Flávio Bolsonaro, no mesmo período, tentar a mesma estratégia de defesa.

No dia 08, uma Candidata derrotada do PSL denunciou ex-assessor do ministro do Turismo. Ao chamar a reportagem Bonner destacou que Adriana Borges denunciou o esquema e que, pela proposta, ela só receberia recursos para a campanha com a condição de devolver uma grande parte do dinheiro. A reportagem então começou já com as imagens dela em close e sendo entrevistada. Isabela Scalabrini destacou que a denúncia partiu do Jornal o Globo e mostrou que a ex-candidata a deputada conversou com Roberto Soares, assessor de Marcelo Álvaro e garantiu que ele a fez a seguinte proposta: "a gente pode depositar R\$ 100 mil reais na sua conta, do fundo partidário, você ficaria com 10% desse valor, dez mil reais para fazer a sua campanha e os outros 90 você me daria cheques em branco assinados pra eu poder pagar as despesas de outros candidatos porque o partido não tem recursos."

Figura 156 - Ministro do Turismo em escândalo do Laranjal - Jornal Nacional (08/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A narrativa informou que Adriana não aceitou assinar cheques em branco e que recebeu apenas R\$4 mil do partido para fazer a sua campanha. A informação era de Ministério Público Eleitoral e a Polícia Federal estava investigando este e outros 5 casos do PSL mineiro. Retomou-se o caso do dia anterior envolvendo Zuleide e os seus desdobramentos, mostrando ainda outro candidato que teria feito campanha em dobradinha com Adriana, Júlio Ubner, que garantiu ter se arrependido de não ter denunciado antes. Por fim, no direito de resposta, o assessor e o ex-ministro repudiaram esta prática, que esperavam apuração. O ex-assessor ainda desqualificou e

acusou Adriana de interesseira e mentirosa, que criou esta história por não ter conseguido emprego.

Figura 157 - Bolsonaro irritado com pergunta de Zileide Silva - Jornal Nacional (08/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

Uma sonora de Jair Bolsonaro foi exibida. Nela Zileide Silva fez a pergunta e, visivelmente incomodado, Bolsonaro desconversou e saiu de perto dos repórteres. A exibição do conteúdo teve claramente a intenção de registrar o desconforto de Jair Bolsonaro.

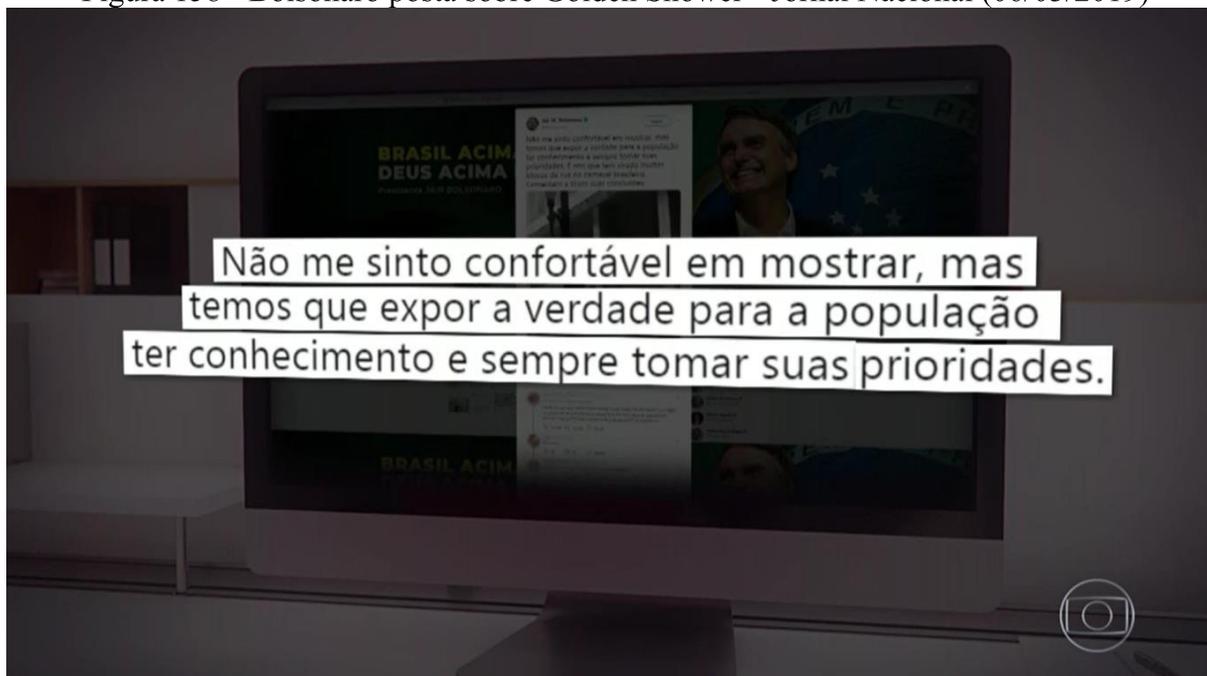
Já a TV Record, no dia 07 de março, trouxe para a pauta o escândalo das candidaturas laranjas sob a articulação do Ministro Marcelo Álvaro. Diferentemente da TV Globo, a cobertura exibiu uma entrevista com o ministro (reforçando a predileção dos integrantes do governo pela emissora e falando somente com o Jornal da Record). A reportagem conversou com uma única ex-candidata sobre a situação. Clébio Cavagnolle informou que outras quatro candidaturas estavam sob investigação. O PSL foi mencionado por duas únicas vezes na narrativa e não foi colocado nos créditos da ex-candidata. Antes da exibição da sonora do ministro, a frase do repórter foi "Marcelo Álvaro informou que foi vítima de armações" e, na sequência, o próprio ministro falou que a intenção era envolver o nome dele para que um ministro de Bolsonaro fosse derrubado por ações orquestradas insinuando uma conspiração para com o governo. Por fim, foi dito que o presidente falou sobre o caso, mas a sonora muito curta se limitou a mostrar o presidente pedindo para esperar pelas investigações e saindo com pressa. Claramente mais

uma tentativa de suavizar pelo discurso a situação de crise em que integrantes do governo Bolsonaro estavam envolvidos. O Repórter Brasil não tratou do caso (pelas amostras analisadas a partir do repositório da emissora) assim como os assuntos que se seguem não tiveram destaque e, mesmo uma vez cobertos também não entraram no repositório do Repórter Brasil Noite da emissora.

## 8.7 CARNAVAL

A polêmica no final do carnaval de 2019, dia 06 de março, foi provocada por uma publicação de Bolsonaro no *Twitter*. O vídeo mostrava um homem sobre um ponto de ônibus urinando sobre o outro durante o carnaval de São Paulo, prática a que se dá o nome de "*golden shower*", na tradução do inglês chuva dourada. A reportagem de Délis Ortiz começou com imagens do Palácio da Alvorada ao mesmo tempo em que ela dizia, ironizando, que durante o carnaval Bolsonaro não tirou folga das redes sociais. Na publicação do presidente, destacada por arte gráfica, estava escrito: "Não me sinto confortável em mostrar, mas temos que expor a verdade para a população ter conhecimento e sempre tomar suas prioridades. É isto que têm virado muitos blocos de rua no carnaval brasileiro".

Figura 158 - Bolsonaro posta sobre Golden Shower - Jornal Nacional (06/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

A reportagem mostrou ainda que o vídeo recebeu, duas horas depois, um alerta de conteúdo sensível e começou a descrever a polêmica após a publicação. As reações de internautas criticando a publicação foram apontadas na reportagem. A seleção dos comentários feitos pela edição indica um caminho de pensamento sobre aquilo o que o telejornal entendia como sendo prioridade. Entre as críticas estavam a que afirmou que o presidente deveria se preocupar com situações mais graves e assuntos mais importantes a serem observados por ele, a que afirmou ser um horror o presidente tratar desse assunto nas redes sociais, houve quem destacou que, ao invés de críticas, o presidente deveria celebrar a alegria dos brasileiros, a diversidade e a cultura popular, mas teve gente que concordou com o presidente. A repórter, na sua passagem, reafirmou sutilmente aquilo que demonstrava a incoerência de Bolsonaro: "Internautas questionaram o fato de o presidente levar a milhões de pessoas imagens do que ele sempre condenou e destacaram que na maioria dos blocos de carnaval não acontece nada assim". A reportagem seguiu trazendo a repercussão entre parlamentares. Carla Zambelli, deputada PSL, defendeu Bolsonaro e atribuiu o ato a pessoas de esquerda. Já o senador Major Olímpio, PSL-SP, tentou explicar e justificar a decisão do presidente de fazer a postagem. Disse que ele "usou comunicação dura e direta para demonstrar seu inconformismo de atos que extrapolam o carnaval". Alessandro Molon disse que os tuítes de Bolsonaro eram incoerentes com o cargo que Bolsonaro ocupa. Kim Kataguiri deputado do Democratas, disse que havia muitas boas razões para criticar o carnaval, mas nada justificava mostrar obscenidade para milhões de brasileiros. Randolfe Rodrigues, senador da Rede, afirmou que a publicação foi para atacar a oposição das vozes que se opunham a ele e se levantaram no carnaval, vide o enredo de algumas escolas de samba. Daniel Coelho deputado, líder do PPS, também criticou a publicação explicando que o Brasil "não pode ser governado através dos algoritmos de internet". Por fim, a reportagem repercutiu a polêmica nos principais jornais da imprensa mundial.

Já a cobertura do carnaval de 2019 da TV Record foi marcada por críticas sociais e ao governo de Jair Bolsonaro, principalmente no desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro. As emissoras todas fizeram esta cobertura. Entretanto, o JR trouxe uma reportagem, dia 04 de março, que chamou a atenção pelo destaque dado aos bonecos de Olinda com o rosto de Bolsonaro, Michelle, Trump.

Figura 159 - Michelle e Jair Bolsonaro VT sobre o carnaval de Olinda - Jornal da Record (04/03/2019)



Fonte: Playplus.com

A escolha da pauta em si indicou o critério de favorecimento e construção positiva da imagem do ex-presidente. Em um carnaval cheio de críticas negativas, uma reportagem fez o contraponto da narrativa sobre o ex-presidente ao lado de heróis, ídolos da cultura popular.

No dia 06 de março, após o fim do carnaval e das polêmicas envolvendo o presidente ao postar cenas consideradas impróprias durante o desfile de um bloco de São Paulo, o Jornal da Record entrou finalmente na pauta. Mais uma vez depois de a repercussão já ter sido debatida na Rede Globo e novamente caminhando com a narrativa para favorecer Bolsonaro. Entretanto, antes de falar do compartilhamento do vídeo, a estratégia narrativa da edição do telejornal de mostrar o presidente indo trabalhar, cumprimentando apoiadores na porta do Palácio da Alvorada foi mais uma vez utilizada para criar empatia com o líder do Executivo. A repercussão entre os parlamentares veio com duas entrevistas: uma contrária e outra favorável. O encerramento ficou por conta da nota oficial do Palácio do Planalto justificando que não houve, da parte do presidente, intenção de chocar a sociedade com o vídeo. Foi possível observar com este comportamento narrativo do telejornal uma nítida busca por amenizar os danos que as atitudes equivocadas do ex-presidente provocavam.

## 8.8 RACHADINHAS

Apenas a Rede Globo e Rede Record seguiram com a cobertura das investigações do filho do ex-presidente. A primeira reportagem tratou do depoimento de Fabrício Queiroz prestado por escrito em função de grave doença. Foi a primeira vez que ele se manifestou sobre as movimentações financeiras consideradas atípicas pelo COAF. O ex-assessor destacou que gerenciava os salários de outros assessores do gabinete de Flávio Bolsonaro para pagar colaboradores informais. Bonner destacou que essa era uma prática ilegal. Na reportagem, Paulo Renato Soares destacou que o documento tinha nove páginas onde o ex-assessor confirmava a prática de gerenciamento de salários. Para ele, a medida intensificaria a atuação política do parlamentar. Entrou, então, uma arte explicativa sobre as regras para contratação de funcionários e assessores de gabinetes: 20 cargos podendo ser desmembrados em 40 desde que a despesa com os pagamentos fosse a mesma. Mas a ALERJ informou que este procedimento não foi feito pelo gabinete do senador. A reportagem retomou a movimentação de R\$ 1 milhão e 200 mil entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017.

Figura 160 - Movimentação atípica nas contas de Queiroz - Jornal Nacional (01/03/2019)



Fonte: Globoplay.globo.com

trazendo o cruzamento das datas e movimentação nas contas. Houve um destaque para esta apuração informando que foi a TV Globo quem a realizou o que reforça o caráter de fiscal do poder: Ou seja, aqui se tem, no mesmo material, características de controle de poder, exercício

pedagógico e fiscal. O dinheiro entrava e saía da conta de Queiroz em datas muito próximas. Por fim, o ex-assessor falou que os superiores não sabiam do funcionamento da organização que ele gerenciava com os salários.

Já na Record, a reportagem do dia primeiro de março começou com Celso Freitas destacando que, pela primeira vez, Fabrício Queiroz prestou depoimentos e a reportagem deu de imediato as informações sobre o porquê de ele ser investigado: movimentações financeiras suspeitas nas contas dele. O assessor havia feito saques e depósitos de R\$ 1 milhão e 200 mil entre 2016 e 2017. A repórter seguiu dando os detalhes do caso e mencionou que ele havia sido assessor de Flávio Bolsonaro. Com ajuda de uma arte gráfica, a repórter Vanessa Libóri fez destaque sobre o que o ex-assessor disse, inclusive que procurava expandir o número de assessores e que por isso agia daquela forma, que não tinha dimensão de que era ilícito e que o dinheiro ele conseguiu com depósitos da família e outra parte com trabalhos informais. Nos destaques da passagem, a informação de que tudo havia sido feito sem o conhecimento do filho do ex-presidente.

Figura 161 - Ligação para os Advogados de Fabrício Queiroz - VT sobre investigações COAF - Jornal da Record (01/03/2019)



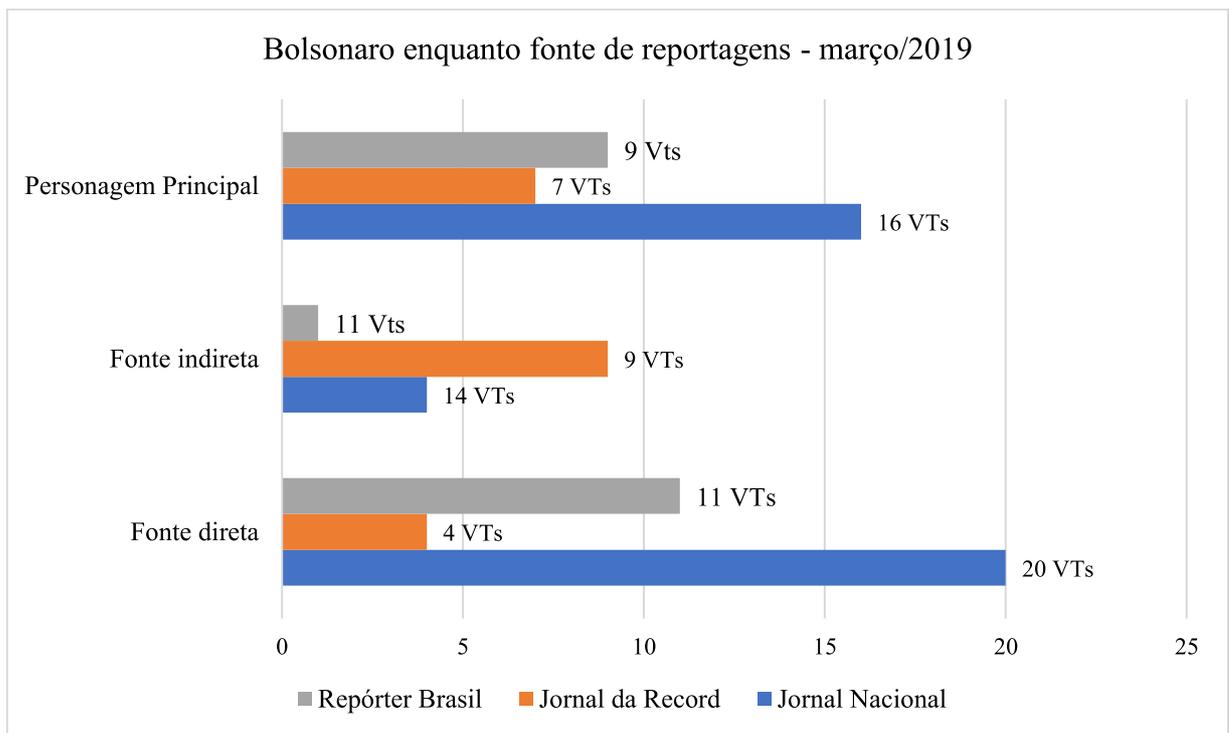
Fonte: Playplus.com

A reportagem buscou falar com os advogados de Queiroz sobre ele não informar o parlamentar sobre as transações, reforçando a informação de que Flávio não estava ciente do que acontecia.

### 8.9 JAIR BOLSONARO ENQUANTO FONTE

A observação da análise apontou para o uso do ex-presidente enquanto fonte em 48 materiais audiovisuais ao longo do mês de março em um total de 2 horas e 23 minutos. O Jornal Nacional foi o espaço em que ele mais figurou enquanto personagem principal. Jair Bolsonaro apareceu em 16 como em entrevistas. Já o Jornal da Record o colocou em 7 materiais audiovisuais enquanto personagem principal e quatro entrevistas em falou efetivamente. Já no Repórter Brasil, Bolsonaro foi personagem principal em nove reportagens. Mas deu entrevistas para 11 materiais levados ao ar. Isso mostra que nem sempre ser priorizada enquanto fonte direta significa estar enquanto protagonista. Nem sempre o critério de noticiabilidade se expressa com privilégio de sonora.

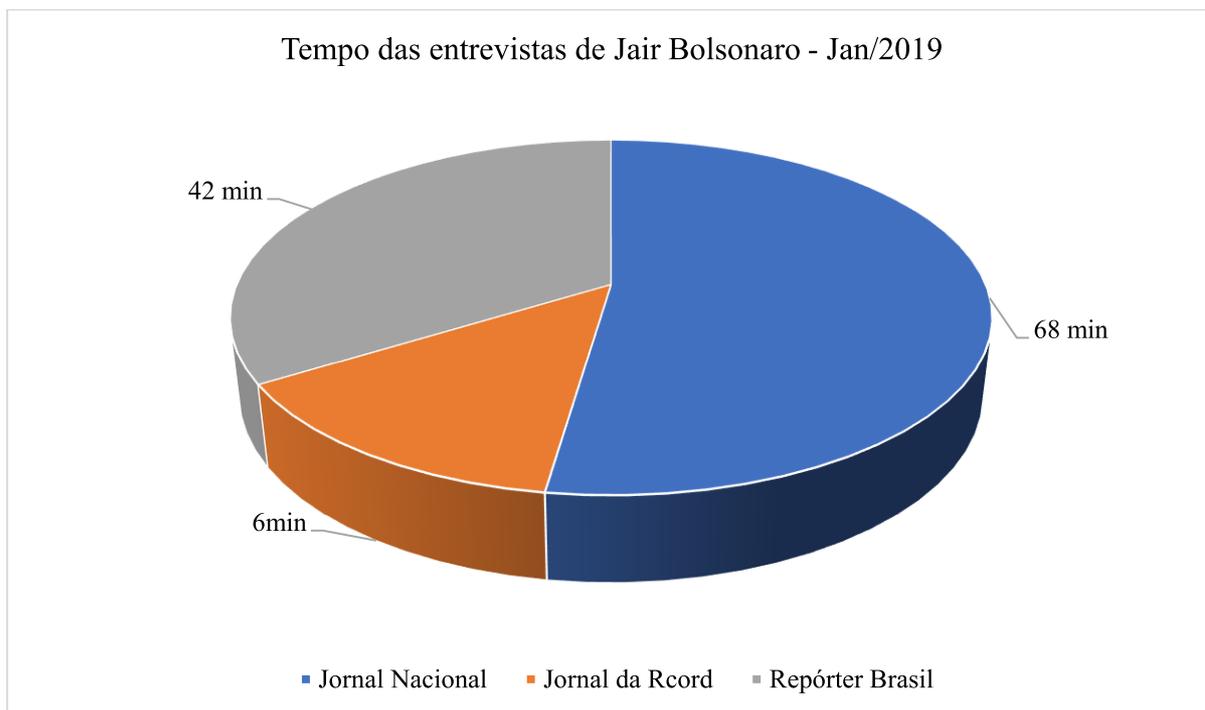
Gráfico 42- Bolsonaro enquanto fonte de reportagens - março/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Quando observados os tempos dedicados as entrevistas, a realidade da construção dos materiais também se alterou um pouco. Jair Bolsonaro, esteve em evidência no telejornal da Rede Globo por 1 hora e 8 minutos. Foi mais que o tempo de Rede Record e TV Brasil juntas.

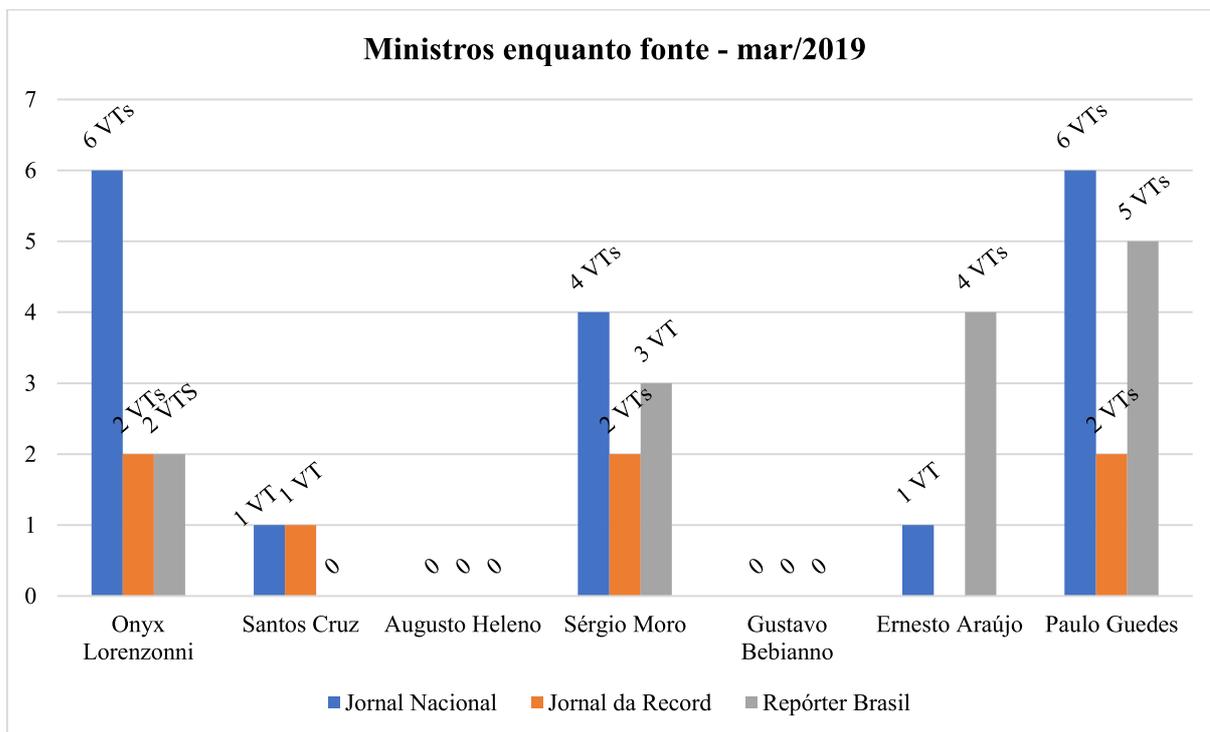
Gráfico 43 - Tempo das entrevistas de Jair Bolsonaro - janeiro/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Isso não significa necessariamente dizer que o Jornal Nacional teve por ele uma predileção. Muito pelo contrário. O número expressivo se deu em função das reportagens analíticas e mais aprofundadas em que o direito de resposta foi importante. A briga com Rodrigo Maia também foi decisiva para o aumento nesse quantitativo. A cobertura do JN foi praticamente toda negativa: 57 minutos dedicados a construir a imagem de um presidente controverso, pirracento e intransigente. A cobertura positiva de Bolsonaro no Telejornal teve únicos 8 minutos. Em contrapartida, a TV Brasil em nenhum momento construiu uma imagem negativa do ex-presidente e, por 8 minutos, tratou dele em tom elogioso. O Jornal da Record esteve favorecendo Bolsonaro de maneira elogiosa por 2 minutos. Nos demais momentos, a cobertura esteve em equilíbrio e neutralidade. Firmando o Jornal Nacional como o opositor de Bolsonaro a ponto de ele ter muito espaço em direito de resposta e um avanço nessa relação quando comparada aos meses anteriores.

Gráfico 44 - Ministros enquanto fonte - março/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

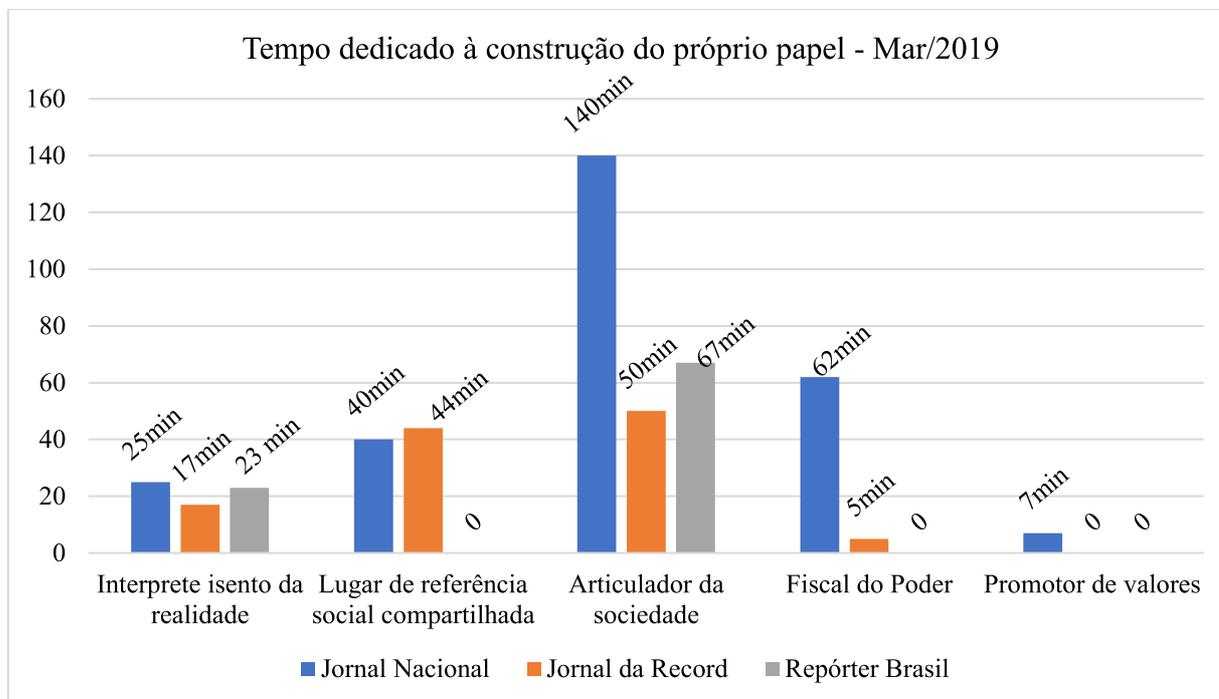
Onyx Lorenzoni, em função das articulações sobre a reforma da previdência foi o mais solicitado enquanto fonte assim como Paulo Guedes. Houve, inclusive, um equilíbrio no uso dos dois quando comparados os mesmos telejornais. Sérgio Moro e Ernesto Araújo tiveram uma participação tímida nas reportagens. Damares, Bebianno, Augusto Heleno praticamente não apareceram. Em contrapartida, Rodrigo Maia, embora não apareça no gráfico, em função de não ser ministro, esteve em sete reportagens do Jornal Nacional enquanto fonte e em três do Jornal da Record.

#### 8.10 NARRATIVAS DA MÍDIA SOBRE O SEU PRÓPRIO PAPEL, VALÊNCIA DA COBERTURA POR ASSUNTOS NO MÊS DE MARÇO, GOVERNO/PRESIDENTE E VALÊNCIA SOBRE DIREITOS HUMANOS

Sobre a cobertura do telejornalismo sobre o seu próprio papel, todos os telejornais se colocaram enquanto espaços para exercício de poder tendo Globo à frente, seguida de Record e TV Brasil. Em relação ao papel pedagógico, ele foi majoritariamente desempenhado pelo Jornal Nacional. Como as coberturas trouxeram muitas brigas e viagens internacionais sem que as reformas

precisassem ser detalhadas como no mês de fevereiro o exercício de poder acabou mais evidente em quantitativo de materiais audiovisuais.

Gráfico 45 - Tempo dedicado à construção do próprio papel - março/2019

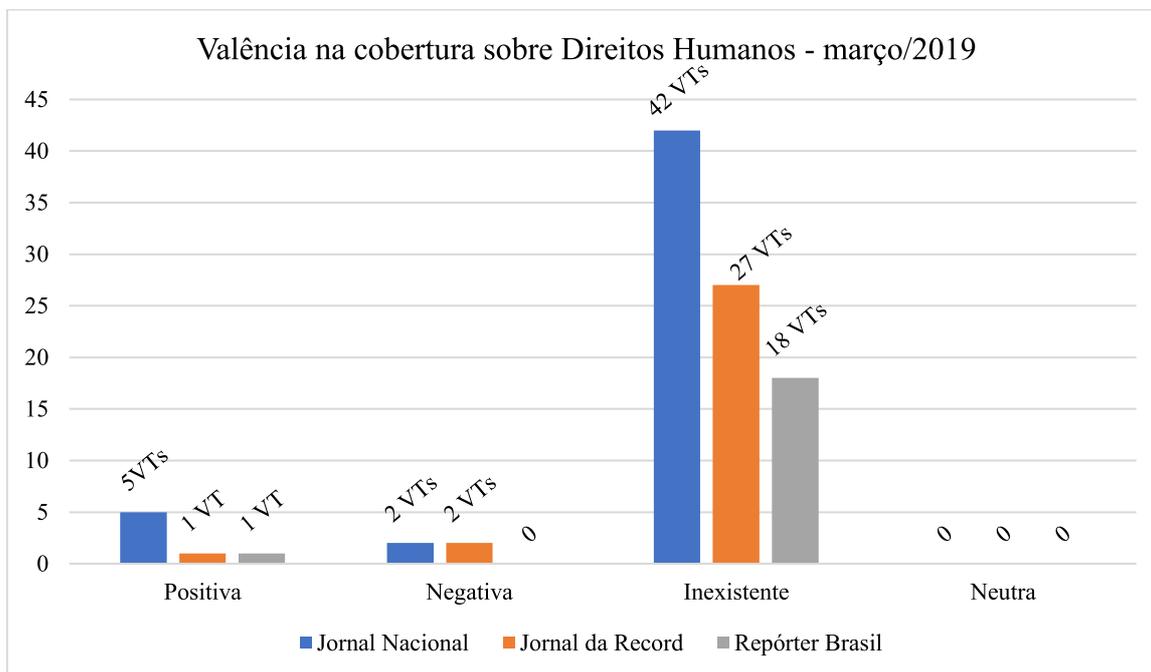


Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Em relação ao tempo dedicado para esta construção, os telejornais enquanto articuladores da sociedade se posicionaram por um maior volume de tempo, promovendo o agendamento social de pautas importantes. O Jornal Nacional foi o que figurou majoritariamente enquanto fiscal de poderes, ao passo que Jornal da Record se valeu da característica de referência compartilhada.

Sobre a cobertura de direitos humanos, A amostra trouxe majoritariamente uma cobertura que sequer tratou dos direitos humanos mesmo havendo a possibilidade de expandir as narrativas para o outro lado de cada um dos temas. A cobertura positiva também foi inexpressiva diante da amostra, o que configura um distanciamento das pautas do governo em relação a garantia de direitos quanto trabalhadas nos telejornais.

Gráfico 46 - Valência na cobertura sobre Direitos Humanos - março/2019



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Feito todo o detalhamento, descrição e análise da amostra de pesquisa, totalizando 21 horas e 23 minutos de materiais audiovisuais e 1117 entrevistas foi possível ter a dimensão de como a cobertura dos primeiros três meses foi capaz de demonstrar diferenças de linhas editoriais, usos do telejornalismo, seus valores e, principalmente, o comportamento dele a partir de investidas contrárias a partir do mandatário do Executivo como será apresentado nas considerações finais.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão teórico-conceitual, a observação da empiria e as análises ancoradas em metodologias consolidadas no campo comunicacional foram as bases para que o presente trabalho buscasse iluminar tensionamentos e atravessamentos das relações de poder que se manifestam nas interfaces entre telejornalismo, política e sociedade. Para tanto, a tese teve o objetivo de efetivar uma leitura atenta das narrativas de alguns dos principais telejornais brasileiros (Jornal Nacional, Jornal da Record e Repórter Brasil), com foco nas produções veiculadas durante o primeiro trimestre do governo de Jair Bolsonaro, no ano de 2019. A análise, com a consequente avaliação subjacente das linhas editoriais das respectivas emissoras, teve como meta tratar de um fenômeno mais profundo: ao falar do governo Bolsonaro – cuja retórica se construiu com críticas à imprensa – o que o telejornalismo falava de si mesmo? Em outras palavras, quais características identitárias foram evidenciadas e que autopercepção sobre o papel do próprio telejornalismo emergiu destas narrativas?

Foi fundamental acionar diferentes clássicos da tradição sociológica sobre o poder e sobre os sentidos atribuídos às relações sociais, a começar pelos estudos weberianos em que se estabelecem sobreposições de interesses e dominação, assim como o entendimento do comportamento humano, individual e coletivo, a partir desta perspectiva. Além desta abordagem, fez-se necessário olhar o fenômeno do poder com base nos fundamentos marxistas, marcados pela abordagem da luta de classe. Observá-lo a partir das relações de dominação pelos meios de produção, pelo entendimento da submissão de trabalhadores com foco na geração de excedentes de riqueza e, conseqüentemente, estabelecimento de jogos de dominação, tanto política quanto cultural. Outra perspectiva de poder acionada foi aquela vista sob a ótica de Estado, subordinada à necessidade de garantir organização moral da sociedade em Durkheim.

Não obstante, fez-se preponderante trazer as considerações e confluências de Bourdieu sobre as relações de interferência entre sociedade e indivíduo, além das disputas nos diversos territórios em que interesses e forças sociais se manifestam. Entre as contribuições do autor para este trabalho, destaca-se o conceito de disputa simbólica, em que o poder é exercido sobre os mais diferentes campos (inclusive o da comunicação).

As disputas simbólicas por poder efetivadas por meio da linguagem são o ponto de conexão dos estudos de Bourdieu e Hanna Arendt, que empresta para esta tese a perspectiva do discurso e

da ação no universo político. Outra conexão importante para a compreensão da relação entre linguagem, poder e política foi a estabelecida entre Bourdieu e Bobbio, que contribui para este trabalho expandindo o entendimento de poder para o campo ideológico além dos já tratados poderes econômico e político exercidos sobre os indivíduos.

Da tradição filosófica, os estudos de Foucault trouxeram para as lutas simbólicas uma perspectiva relacional do poder sustentada por estratégias sutis de convencimento entre atores sociais que detêm porções desproporcionais de recursos – com foco nas relações do poder, mais do que em lugares fixos. O resultado dessa desproporção é a desigualdade estrutural em que se assenta a sociedade e o poder é entendido como uma prática, um exercício assimétrico que reverbera desde as microrrelações até as grandes estratégias de poder.

Na sequência, os discursos e os sentidos a eles atribuídos na relação com o poder passaram a ser analisados, no percurso desta tese, com base no entendimento de Peter Berger e Thomas Lunckmann das construções cotidianas operadas pela linguagem e pelas interpretações que a sociedade faz dela. São relações de poder e compreensão do poder mediadas por linguagem.

Assim, a partir da reunião dessas perspectivas clássicas tanto sociológicas quanto filosóficas de poder, buscou-se tratar da comunicação política, da disputa simbólica presente neste contexto e o fenômeno da oligopolização do sistema midiático. O caminho adotado para a compreensão dessa construção de raciocínio passou pelos cenários de representação propostos por Stuart Hall e trabalhados por Albino Rubim no esforço de compreender as representações midiáticas de uma realidade marcada por diferentes dimensões de identidades, subjetividades e política.

Nesta esteira, acionou-se a perspectiva conceitual de hegemonia trazida por Raymond Williams enquanto um sistema complexo de significados e valores comunicados por meio da linguagem. O transporte desse arcabouço conceitual foi aplicado no contexto brasileiro, em que está circunscrito o corpo de análise dessa tese, a partir do entendimento de Paulo Roberto Figueira Leal e Telma Johnson quando se dedicam a observar a hegemonia e a sua interferência nas mídias que, aqui no país, estão num árido espaço de regulação pouco incisiva (escassa e, muitas vezes, não aplicada), o que se traduz em propriedade cruzada dos meios de comunicação e oligopolização.

O resultado da frouxidão regulatória é o desequilíbrio das forças políticas manifesto no campo da comunicação e, inevitavelmente, deságua nos interesses capitais trabalhados, nessa pesquisa, na perspectiva da Economia Política da Comunicação, de onde se destaca o pesquisador César Bolaño. Em suas tratativas, o autor assevera a necessidade de observar conjuntamente política,

economia, relações com a indústria, tecnologias, telecomunicação, informática como determinantes da estrutura para a compreensão da TV Brasileira. É a perspectiva da TV enquanto negócio.

Um caminho em que se somam as contribuições de Luís Felipe Miguel e Verlane Santos além dos estudos constituídos pelo conjunto de pesquisas desenvolvidas nos grupos de pesquisa “Comunicação, Identidade e Cidadania” e “Núcleo de Jornalismo e Audiovisual”, ambos da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. É a partir da mobilização de análises produzidas nos coletivos de pesquisa sobre contextos sociais, econômicos e comunicacionais da relação entre mídias e públicos em uma sociedade globalizada e midiaticizada que se assenta também a construção da pesquisa.

Foram acionados os trabalhos de Muniz Sodré, no entendimento de midiaticização enquanto processo informacional determinado por interações muito particulares e que trazem consigo a interferência de organizações empresariais. De Canavilhas vieram os conhecimentos para tratar do universo da web em interação com a comunicação política, entendendo a ampliação e diversificação de espaços, formatos e conteúdos a serviço das disputas políticas e eleitorais chegando até os dispositivos on-line e os caminhos abertos de contato com o mundo e a possibilidade de estreitamento do contato pessoal mediado. Já dos trabalhos de José Luiz Braga acionou-se o entendimento da mídia em si como uma instituição e amparando o conceito de mídia-organização.

A midiaticização política, por sua vez, chega à tese pelas perspectivas de Fausto Neto, quando trata do adensamento e da complexidade da realidade contemporânea; de Wilson Gomes, ao problematizar os debates deliberativos, a conversação civil, a esfera de exposição e visibilidade pública; e de Eliseo Veron, quando trabalha os conceitos de visibilidade pública, de deliberação e de conversação civil, que dialogam com o conceito habermasiano de esfera pública.

A observação da crescente valorização dos indivíduos em detrimento das forças e propostas partidárias, do debate ideológico enquanto tendência eleitoral é trazida aos estudos sob a perspectiva de uma nova ambiência eleitoral, trabalhada por Paulo Roberto Leal e que vai permitir o avanço da caminhada na pesquisa para delimitar os conceitos de campanha permanente e, conseqüentemente, a observação dos usos e estratégias de comunicação para oferecer aos públicos tanto atalhos informacionais e fragmentos de realidade com fins eleitorais quanto estratégias de conexão mais elaboradas de comunicação para reforço da vinculação entre públicos e políticos principalmente por meio da TV.

O veículo televisivo começa a ser observado enquanto lugar de construções narrativas que lançam mão de perspectivas de aproximação dramática, transportam as figuras políticas para um universo análogo ao da literatura em que personagens da vida real compõem o enredo de fatos do cotidiano. Estes conceitos são trabalhados na tese sob a perspectiva de Erving Goffman, quando adotadas as perspectivas de observação dos frames, de enquadramentos noticiosos, assim como são analisados do ponto de vista das estruturas e estratégias narrativas específicas do telejornalismo à luz da Dramaturgia do Telejornalismo de Iluska Coutinho.

O estudo dos agendamentos noticiosos, por sua vez, alinha-se ao pensamento dos pesquisadores McCombs e Shaw, que investigam a influência que os veículos exerceriam, a partir das suas notícias, nas configurações da conversação social. Da obra de Nelson Traquina foram trazidos os critérios de noticiabilidade: a lógica por trás da atribuição de importância, de relevância e a observação do consumo das informações pelos públicos diante desses critérios. A espetacularização da mídia foi outro aspecto acionado na caminhada teórico metodológica vista sob o prisma de Debord e Schwartzenberg; já a questão identitária numa abordagem que contempla o entendimento de Castells, em que ela se constrói a partir das disputas por poder na construção social.

A partir de então o telejornalismo brasileiro passou a ser observado com base nos estudos e pesquisas da rede de pesquisadores TELEJOR, em associação aos conceitos já mencionados até aqui. Para o entendimento das nuances mais sutis da prática telejornalística, com especial atenção para formatos, linguagens, história, perspectivas didáticas, estratégias narrativas e ontológicas, a percepção profissional na confecção de narrativas da realidade e todos estes elementos dispostos no jogo por disputa por poder, principalmente político.

Assim, fizeram-se presentes ao longo dos capítulos 3, 4 e 5 pesquisadores como Alfredo Vizeu, Ana Carolina Temer, Ana Paula Goulart de Andrade, Ariane Pereira, Beatriz Cavenaghi, Cárilda Emerim, Cláudia Thomé, Christina Musse, Edna Mello, Fabiana Picininn, Flavio Porcello, Gustavo Teixeira, Ingrid Assis, Iluska Coutinho, Laerte Cerqueira, Luiz Felipe Novais Falcão, Simone Martins, Simone Tuzzo, Valquíria Kneipp, entre outras e outros autores.

O estudo do telejornalismo no Brasil, assim como o levantamento histórico dos telejornais e o detalhamento das relações de cada um com a política (e, principalmente, diante das tensões criadas a partir da forma hostil e desdenhosa imposta aos jornalistas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seus ministros e apoiadores), trouxe outros contornos na percepção do telejornalismo.

A hipótese inicial da pesquisa, nos primeiros meses de 2019, era a de que a truculência e a violência contra o jornalismo se configurariam enquanto uma prática recorrente do governo Bolsonaro, assim como o investimento em desinformação por parte do “gabinete do ódio”. Essa realidade então obrigaria a imprensa a se reposicionar no enfrentamento do fenômeno da desinformação no Brasil. Veio a pandemia de Covid-19 e a cobertura da pandemia, em meio a um comportamento negacionista e de violências cada vez mais agudas contra a população e contra o trabalho da imprensa, e a realidade tornou-se efetivamente uma guerra (simbólica e, por vezes, materializada).

Em um momento delicado e de confinamento, o telejornalismo alcançou números robustos de audiência, prestou um papel fundamental na cobertura do caos que viveu o país e o mundo e de orientação das pessoas. O desgaste nas relações do governo com a imprensa ganhou velocidade exponencial e o embate de narrativas se tornou, inclusive, um novo factual, com direito a polarização e torcida. Assim algumas das hipóteses iniciais do projeto de pesquisa se confirmaram cedo demais e a rota precisou ser reorganizada. Diante da evidente necessidade de reafirmar os valores do telejornalismo, reconectar os públicos com as narrativas e reforçar o lugar do telejornal enquanto de espaço de informação verificada e qualificada surgiu uma nova questão: o que aconteceu no início da relação do governo Bolsonaro que permitiu tamanha escalada de ruído e rupturas?

O caldo de todo este contexto ganhou uma outra pergunta de pesquisa, que orientou a reflexão ao olhar cada um dos audiovisuais da amostra selecionada. E os resultados mostraram uma diversidade bastante grande de materiais.

Ao longo dos três primeiros meses gestão de Jair Bolsonaro foram observadas e analisadas 21 horas e 23 minutos de materiais audiovisuais. Totalizando 465 produtos telejornalísticos entre reportagens, notas e entradas ao vivo que tinham relação direta com o ex-presidente, as ações do governo, os ministros e pessoas próximas. Foram cobertos os factuais, as polêmicas, a articulação de políticas públicas e os desdobramentos das primeiras relações com o Legislativo. O material do corpo de análise foi submetido tanto à Análise Documental quanto à Análise da Materialidade Audiovisual para observação dos aspectos determinados na ficha de análise: caráter estrutural do material audiovisual; temáticas trabalhadas, narrativas do telejornalismo construídas sobre o seu próprio papel; valências sobre os assuntos tratados em cada reportagem; valência da cobertura sobre governo/presidente; características atribuídas a Bolsonaro; tipificação enquanto personagem político; os aspectos ligados à democracia, cidadania e aos direitos humanos.

De maneira geral, os temas selecionados circularam em torno da posse do ex-presidente, da organização de ministérios, das declarações polêmicas dele e de seus ministros, das metas definidas para os 100 primeiros dias de governo, políticas públicas, relação com a imprensa, reforma da Previdência, pacote anticrime, a internação de Jair Bolsonaro, a exoneração do ministro Gustavo Bebianno, problemas relacionados aos ministros Ernesto Araújo e Ricardo Velez Rodriguez e Marcelo Álvaro Antônio, viagens internacionais da comitiva do ex-presidente e investigações ligadas ao filho Flávio Bolsonaro.

No que diz respeito à estrutura, os telejornais apresentaram majoritariamente reportagens completas com offs, sonoras, passagem do repórter, imagens feitas por cinegrafistas profissionais a partir das próprias equipes de externa das emissoras ou imagens das emissoras institucionais e assessorias. Tratou-se de um conjunto de edições clássicas de telejornais marcadas por cortes secos, sonoras entre 5 e 30 segundos, além do uso de artes gráficas quando o uso das imagens sozinhas não era suficiente para detalhar as informações, principalmente quando a narrativa assumia um papel pedagógico.

Entre os telejornais, o Jornal Nacional foi o que produziu e disponibilizou mais conteúdos com as temáticas ligadas à cobertura do Governo Federal. O Jornal da Record também fez o uso clássico dos VTs e apostou em notas de estúdio ancoradas pela apresentadora Adriana Araújo quando algumas explicações mais didáticas foram necessárias principalmente durante a cobertura da reforma da previdência. O Repórter Brasil Noite teve um número de entradas ao vivo feita pelos repórteres direto de Brasília com maior intensidade que os outros dois telejornais em estudo. As entradas eram geralmente seguidas por sonoras das personagens envolvidas no noticiário sem, entretanto, uma edição estruturada. Sobre as fontes presentes nos VTs, elas foram predominantemente masculinas e brancas, demonstrando o reflexo da (falta de) representatividade tanto no Congresso quanto no Executivo. Uma vez que o noticiário em análise se referia ao governo, as fontes oficiais foram, sem sombra de dúvidas, as mais acionadas.

Em relação às temáticas abordadas, os telejornais se mantiveram presentes aos acontecimentos e decisões do governo desde a posse, passando pelas reuniões ministeriais e desenho de metas e ações, o acompanhamento das ações administrativas do governo, a pauta para metas dos 100 primeiros, os primeiros decretos, a elaboração de políticas públicas, principalmente a que tratou da reforma da Previdência e do pacote anticrime e viagens internacionais e visita de chefes de Estado a Bolsonaro (com destaque para a participação do Ministro Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, a maior fonte ao longo do mês de Janeiro nos três telejornais).

Houve pouca participação da população e de outros personagens na cobertura do governo. As matérias se concentraram na cobertura especial da posse de Jair Bolsonaro, durante a reforma da Previdência, com as histórias de trabalhadoras e trabalhadores utilizados como exemplos, principalmente pela TV Record, enquanto o debate da reforma da previdência foi pautado. Os especialistas mais presentes foram os economistas, juristas e, também, professores.

O Jornal Nacional privilegiou, assim como o Jornal da Record, as pautas econômicas com uma perspectiva otimista em relação a reforma da Previdência e, também, o pacote anticrimes. A diferença mais sensível esteve na definição dos protagonistas: os ministros responsáveis pelas patas na cobertura do Jornal Nacional e o Presidente Jair Bolsonaro na cobertura do Jornal da Record. Em relação ao Repórter Brasil Noite, a presença de autoridades era menor que nos outros dois telejornais, mas o protagonismo nas pautas se fez mais equilibrado.

No que diz respeito à forma de abordagem, a cobertura das ações do governo em que a factualidade foi predominante e os critérios de noticiabilidade apontavam para os interesses públicos de maneira mais eloquente, as coberturas dos telejornais Repórter Brasil e Jornal Nacional se mantiveram equilibradas, concentrando a perspectiva de si mesmas com foco no papel social que desempenham, mostrando entenderem-se como intérpretes isentos da realidade – numa clara contradição com flagrante utilização de suas próprias preferências políticas como base para a produção daquilo que estavam apresentando.

Obviamente, é bom registrar, como descrito ao longo da construção teórico metodológica desta tese, que estas ideias de isenção não se realizam em sua efetividade, mas a objetividade é posta como um caminho a ser percorrido. O que a amostra de pesquisa evidenciou foi uma construção narrativa de objetividade em que os telejornais se colocavam enquanto estes intérpretes isentos da notícia. O Jornal da Record, mesmo nessas coberturas, trouxe, majoritariamente, o presidente Jair Bolsonaro, sua agenda e entorno com destaque na cobertura.

O Jornal Nacional trouxe um peso maior para a cobertura da reforma da Previdência sob uma perspectiva econômica, de resolução do déficit público e centrada nas mudanças inclusive naquelas que afetavam as Forças Armadas. As fontes foram os secretários do Ministério da Economia em boa parte do tempo, seguidos de Paulo Guedes. Em muitas das reportagens os protagonistas foram os ministros ou o próprio governo. A participação de Jair Bolsonaro foi mais tímida. Assim também o telejornal procedeu com as coberturas envolvendo Sérgio Moro com o pacote anticrimes.

No caso das coberturas polêmicas, envolvendo os Ministros Damares Alves, Ricardo Velez Rodrigues, Ernesto Araújo, Marcelo Álvaro Augusto e, principalmente, Gustavo Bebianno o presidente foi acionado pelo Jornal Nacional a se manifestar e ficou, também, marcada a sua associação com os envolvidos. Isso quando ele mesmo não era a razão da polêmica no caso das desavenças com Rodrigo Maia, presidente da Câmara.

As pautas polêmicas ligadas ao entorno de Bolsonaro também ganharam um peso maior na cobertura da Rede Globo, como foi o caso das rachadinhas envolvendo o filho Flávio Bolsonaro e seu ex-assessor Queiroz. Outra foi o chamada “Laranjal do PSL”, partido de Bolsonaro à época, envolvido com candidaturas femininas usadas para desvio de verba do dinheiro destinado às campanhas de 2018. Até mesmo nos factuais envolvendo o assassinato da vereadora Marielle Franco e Anderson Silva, Bolsonaro foi citado por ser vizinho, no Rio de Janeiro, do executor do crime. Ronie Lessa.

Estas coberturas polêmicas passaram praticamente “despercebidas” no Repórter Brasil Noite, com uma cobertura pautada bem limitada das ações do governo concentradas nas agendas dos presidentes dos poderes, dos ministros e longe das polêmicas. Foi uma amostra mais reduzida, com número menor de suítes bem restrita ao factual e com repercussão moderada.

Já a TV Record concentrou o peso da sua cobertura nas viagens internacionais do presidente, Para Davos, Estados Unidos e Chile. Sempre pautando sua cobertura ainda nos dias anteriores ao embarque com as perspectivas e o retorno do presidente e sua comitiva com a análise, feita por alguma fonte oficial do governo, do que foi discutido. Em relação às polêmicas a cobertura do Jornal da Record sempre chegava com atraso, um ou dois dias depois. Geralmente com uma repercussão mais curta, omitindo detalhes e contextos, privilegiando o factual sem recorrer a um arquivo e, principalmente, trazendo entrevistas exclusivas dos envolvidos, como no caso de Flávio Bolsonaro e das investigações pelas movimentações financeiras atípicas identificadas nos relatórios do COAF.

Sobre as narrativas da mídia construídas sobre o seu próprio papel, é inquestionável a função do telejornalismo como um instrumento de exercício e controle de poder. Quando os telejornais não jogavam luz na disputa entre ministros, entidades públicas, parlamentares e o presidente, esta disputa narrativa era observada entre as pessoas ligadas ao governo, o presidente e a imprensa. Inclusive, quando o papel da imprensa assumia protagonismo na pauta, como foi o caso da morte do Jornalista Ricardo Boechat (caso em que Bolsonaro, ao descrever a relação

com o profissional, acabou por definir o que pensava sobre a mídia e sobre o trabalho dos jornalistas).

Em fevereiro, a cobertura se voltou para a briga pública com Gustavo Bebianno, em que o estopim foi suposto vazamento de informação para a imprensa e uma visita de executivo da TV Globo ao ministro. Também a imprensa ficou no foco quando as investigações sobre Flávio Bolsonaro avançavam e o ex-presidente deu declarações públicas que provocaram reações e repercussões também noticiadas. Nesse sentido, é possível ver um alinhamento do presidente com a Rede Record, o tratamento da Rede Globo como inimiga e a TV Brasil nesse primeiro momento do governo poupada publicamente de críticas do presidente, mas vítima de uma sucessão de tentativas de desmonte por parte do governo Bolsonaro – vários atores públicos deram declarações atribuindo à EBC responsabilidade por gastos “desnecessários” onerando os cofres públicos, como em reportagem exibida pelo Jornal da Record.

Quanto ao caráter pedagógico no exercício de noticiar, sem sombra de dúvidas, ele se fez mais evidente durante a cobertura da reforma da Previdência e do pacote anticrimes nos três telejornais. A necessidade de detalhar as mudanças propostas nos projetos que afetavam a vida de praticamente toda a população brasileira economicamente ativa determinou a forma como o telejornalismo entendeu a sua promessa midiática, acionando aqui o conceito de François Jost que chama atenção para uma preparação dos públicos para o entendimento de programas, formatos e gêneros narrativos da TV.

É preciso ressaltar que essa cobertura evidenciou que os valores ideológicos das empresas de comunicação analisadas foram convergentes na defesa desta reforma pró-mercado: a bolsonarista Record e a antibolsonarista Globo, na prática, demonstram apoiar um projeto socioeconômico parecido (liberal na economia, com diminuição do Estado e defesa dos valores da iniciativa privada).

Por fim, em nenhum momento da cobertura dos assuntos ligados ao governo brasileiro o entretenimento foi a opção preferencial dos telejornais, mesmo quando as brigas públicas do presidente mobilizassem as audiências para ver o desenrolar da confusão, os telejornais não promoveram espetacularização dos factuais no sentido de gerar entretenimento. Talvez resida nessa escolha uma parte da explicação para o fato de que determinados segmentos sociais se afastaram do consumo telejornalístico, buscando em outros formatos (em ambientes digitais, por exemplo) o acesso a linguagens mais informais.

Já em relação aos papéis sociais que emergiram das narrativas é possível afirmar que, na amostra analisada, Repórter Brasil foi o telejornal que mais tempo trouxe características de um intérprete da realidade com um grau mais apurado de isenção. Jornal Nacional e Jornal da Record embora pautassem sua cobertura a partir de critérios de noticiabilidade concretos, comumente promoviam agendamentos sociais e colocavam o telejornal como o lugar de referência, mas a partir das suas perspectivas editoriais. As escolhas, principalmente quando a estratégia de demonstração de importância dos assuntos tratados era repercutida por especialistas de opiniões pouco divergentes, o cuidado com a arte gráfica e com a exibição de números e valores era maior. As informações eram mais detalhadas e pormenorizadas. Em menor quantidade os três telejornais demonstravam características de articulação da sociedade em torno das discussões de interesse público, mas com um nível de interferência editorial mais baixo quando os interesses econômicos e políticos não eram tão expressivos.

Poucas vezes os telejornais adotaram coberturas sobre o governo Bolsonaro em que a promoção de valores de cidadania e democracia emergiam ou nas quais eram constatados conteúdos a promoção de identidades (sobretudo das minorias). Geralmente essas características estiveram nas reportagens de repercussão de fatos polêmicos em que autoridades demonstravam concordância ou discordância calcadas em juízos de valor ou ainda quando, assumindo o papel de fiscal de poderes, o telejornal acionava uma perspectiva de investigação e observação da vida pública e privada de personagens do universo político e deixava informações capazes de levar o público a produzir juízo de valor sobre as ações. Geralmente estes aspectos se fizeram presentes na cobertura do Jornal Nacional.

Foi nessas reportagens de investigação e acompanhamento de condutas das autoridades que o jornalismo das emissoras demonstrou maior ou menor esforço em seguir a tradição do que define o telejornalismo academicamente e o que pauta o trabalho de profissionais nos manuais de redação. Frente à sucessiva maré de ataques desferidos pelo presidente e seus apoiadores contra a imprensa e, mais fortemente, à Rede Globo, a observação rigorosa da conduta das autoridades políticas era aprofundada.

A estratégia do bolsonarismo de deslegitimar a imprensa como forma de afastar a credibilidade do trabalho de apuração para, então, suas atividades políticas não serem investigadas e tornadas públicas, acabou por despertar uma reação em sentido contrário e com a mesma intensidade. A Rede Globo foi mais atacada, logo as coberturas foram mais detalhadas e atentas aos critérios de noticiabilidade e condutas éticas para evitar arestas que fossem usadas contra a sua atividade jornalística e credibilidade.

A cobertura do Repórter Brasil, que naquela altura sofria pressões de ordem interna e mudanças editoriais e até mesmo pautas censuradas, também procurou se ater a uma cobertura correta, ligada ao factual, equilibrada para não fugir nem aos princípios éticos do jornalismo e nem virar alvo de ataques do presidente. Mas isso também pode ser entendido, em certos casos, como um silenciamento forçado ou como uma fuga de suas responsabilidades com o público – o que também implica um questionamento ético possível à estratégia adotada.

O Jornal da Record foi aquele que menos trouxe pautas desfavoráveis ao presidente ou que tenha subido o tom nas críticas. Talvez, por isso tenha recebido tratamento diferenciado com entrevistas exclusivas e acesso a informações privilegiadas e maior número de imagens cedidas para a cobertura. O maior exemplo foi o acesso à exoneração de Gustavo Bebianno, dada como certa antes de qualquer outro telejornal. Exatamente por estes motivos o uso de material retirado das redes sociais e, também as repercussões pautadas por elas, também fizeram parte das análises aqui agora apresentadas.

O repórter Brasil usou com frequência as publicações de Bolsonaro e Ministros como fontes apresentadas em suas entradas ao vivo. Foi dele também a conduta em boa parte destes destaques da leitura integral de comentários e postagens. O Jornal da Record se valeu mais das imagens, fotografias e vídeos do entorno do presidente. O período de internação foi, sem sobra de dúvidas, o que a emissora mais utilizou as imagens do ex-presidente a partir de fontes e materiais audiovisuais da web. Sempre que este material era utilizado, a fonte foi creditada textualmente ou por meio da imagem. A motivação da pauta também ficava evidente demonstrando que os telejornais não se opunham a admitir serem pautados pelo debate público desenvolvido primeira pela interação das redes sociais.

A valência dos assuntos tratados nas reportagens e a valência específica do ex-presidente Bolsonaro seguem a mesma tendência dos enfrentamentos editoriais revelados quanto ao papel do telejornal.

O Jornal Nacional, nas pautas em que mudanças no cenário econômico empresarial e na justiça se apresentam, trouxe abordagens que tenderam a ser positivas. Já quando as reportagens trouxeram falas equivocadas de ministros, falhas de conduta de pessoas ligadas ao governo e ao presidente, declarações desacertadas e de improviso a Bolsonaro, a cobertura pendeu para uma valência negativa.

O Jornal da Record, em praticamente toda a cobertura em que o presidente estava ou a ela podia ser associado, variava da neutralidade ao patamar positivo. Mesmo quando os temas não

permitiam uma condução positiva, como é o caso das investigações envolvendo Flávio Bolsonaro ou a briga do ex-presidente com Rodrigo Maia que atrasou a tramitação da reforma da Previdência, a emissora amenizou a carga.

O Repórter Brasil Noite buscou o equilíbrio (mas evitando temáticas sensíveis). Mas em relação, exclusivamente, à sua própria cobertura, ele teve um peso mais positivo nas pautas do governo e do presidente Bolsonaro. Em relação ao Jornal da Record as coberturas positivas, entretanto, são bem menores.

Quanto à imagem construída de Bolsonaro, quase sempre os telejornais o colocavam nos limites de suas atribuições enquanto presidente. A Rede Record explorou uma imagem mais popular e de pai zeloso muitas vezes e o Jornal Nacional a de um presidente controverso e pouco hábil e utilizou a pai de maneira negativa associando Bolsonaro às atividades reprováveis na conduta dos filhos.

Os pontos críticos a serem destacados foram inevitavelmente as oportunidades perdidas de todos os telejornais em expandir as discussões para provocar reflexões sobre os direitos humanos. Oportunidades não faltaram principalmente nas pautas ligadas à previdência e à justiça. A emissora que fez o uso um pouco mais acima da média de personagens da vida real, foi a Rede Record durante a cobertura da reforma da Previdência, mas ainda aquém do que poderia (e, paradoxalmente, com o objetivo de defender um projeto antipopular).

Os dados demonstraram que, quando o assunto é o governo, mesmo com as linhas editoriais divergindo, a participação do povo é restrita, afastando os brasileiros da pauta, tratando dos assuntos institucionalmente, minimizando o potencial de interesse e consequente mobilização dos públicos em torno destas temáticas.

É importante deixar claro que, diante da diversidade interna do material analisado durante a pesquisa, é fato que a TV Globo procurou, claramente, fazer uma cobertura mais crítica, atenta e rigorosa quanto aos princípios que balizam o telejornalismo (com exceção de casos como a Reforma da Previdência, em que vozes contrárias foram silenciadas). Foram momentos em que a disputa por poderes se manifestou de maneira predominante, assim como o papel de fiscal dos poderes ficou evidente.

O tempo de cobertura foi maior, assim como os critérios de noticiabilidade e as construções narrativas mais elaboradas foram acionados em um quantitativo superior pela Globo, ao passo que a TV Record, alinhada editorialmente com o governo, adotou subterfúgios para fugir de ter

que aprofundar a cobertura em temas polêmicos. Da mesma forma, mas por motivos distintos e em um nível mais moderado, a TV Brasil também se pautou pelo factual, sem aprofundamento enquanto fiscal dos poderes.

Em momentos específicos e menos embaraçosos ou comprometedores da imagem pública de Jair Bolsonaro, os três telejornais se aproximam na forma de noticiar, valendo-se de hierarquias semelhantes quanto aos critérios de noticiabilidade e com um comportamento próximo em relação a escolha das fontes.

As comparações apresentadas, distanciamentos e aproximações se deram dentro do conjunto de momentos e reportagens da amostra de pesquisa, em um período determinado entre as emissoras. Nesse espaço delimitado, o uso mais intensivo das ferramentas narrativas associadas ao telejornalismo foi feito pela Rede Globo e deriva do fato de que para fazer pretensão bom jornalismo, é preciso se ater aos princípios sob risco de ter a credibilidade atacada. O contrário também ocorreu: se a tentativa é a de fugir das coberturas espinhosas dos factuais, tenta-se reduzir o volume de informações comprometedoras e produzir mais cortina de fumaça do que o aprofundamento analítico sobre os temas.

É válida a constatação de que distintas posições ideológicas da mostra condicionam distintas ênfases no uso mais intensivo das ferramentas disponíveis para o trabalho jornalístico. E diante desta ressalva é possível asseverar que, diante do enfrentamento e dos ataques em que a disputa por poder esbarra no exercício jornalístico, o retorno aos princípios consolidados da profissão fica mais evidente.

Nas coberturas sobre o início do governo de Jair Bolsonaro, o padrão mais verificado na Globo, por exemplo, foi o de um telejornalismo que se comporta predominantemente como um instrumento de controle e exercício do poder, mas que, em todas as emissoras, realiza o manuseio dos critérios de noticiabilidade em favor de agendamentos sociais afeitos aos seus interesses de ordem econômica, ideológica, política e cultural.

Este foi o ponto em que as coberturas divergiram com maior frequência. É possível dizer que quando estes interesses das emissoras não são tão fortes e presentes a perspectiva é de um equilíbrio entre as emissoras e na construção narrativa a atribuição de papéis aos personagens está a serviço do entendimento de cada telejornal faz das autoridades públicas, hora vilãs, hora vítimas de ataques, por vezes silenciadas ou superexpostas e elevadas a um protagonismo exacerbado.

A violência simbólica sofrida pela imprensa a partir dos ataques promovidos por Jair Bolsonaro inevitavelmente provocou as redações e despertou sentimentos que interferiram por certo nas rotinas produtivas, mesmo que de maneira não necessariamente refletida. As arestas não aparadas acabaram por intensificar as animosidades em parte dos telejornais. Eles, por sua vez, procuraram um retorno aos princípios e valores consolidados na tentativa de exercer o seu papel, minimizando críticas dos públicos contra si e, até mesmo, tentando conter as acusações de parcialidade: o respeito às rotinas foi um modo de sugerir que praticavam jornalismo profissional (mesmo quando suas preferências editoriais pareciam afloradas).

Esse reposicionamento pode explicar as relações que azedaram exponencialmente ao longo do governo, colocando o ex-presidente como o expoente dos ataques à imprensa e revelando a ojeriza a jornalistas, a ponto de confiná-los em um “cercadinho” na porta de entrada no Palácio da Alvorada.

O reforço dos princípios, valores e modos tradicionais de fazer o telejornalismo (ou, pelo menos, a ênfase na narrativa de que isso estava sendo feito – mesmo quando a afirmação poderia ser discutível) parece ter sido a resposta principal aos ataques de Bolsonaro. Mas a constatação das insuficiências, silenciamentos, equívocos e práticas discutíveis também é patente no corpus analisado.

Sobre esta perspectiva, seria interessante, para pesquisas futuras, lançar olhar sobre a cobertura de novos aspectos do governo Bolsonaro, como por exemplo, no que diz respeito às pautas de costume. É possível traçar uma investigação em um período ampliado para o primeiro semestre de 2019 a verificação se as posições se mantiveram. Ou ainda, direcionar as análises para o período final do mandato e traçar um comparativo sobre os dois momentos que pudessem alargar a compreensão que o telejornalismo fez de si próprio no período. Por fim, uma pesquisa interessante seria ainda a de procurar, apurar nas narrativas que não se relacionassem ao governo Bolsonaro se a percepção do telejornalismo sobre si próprio seria alterada ou mantida principalmente no que diz respeito ao uso das fontes, a diversidade de perspectivas e uso de recursos como imagens por dispositivos móveis, participação mais efetiva do público na construção das narrativas que, claramente, foram menos expressivas na cobertura do governo no início de 2019.

Observar criticamente o trabalho do telejornalismo permite o aprimoramento consciente da profissão em si e do seu espaço nas disputas narrativas por poder, possibilita a tentativa de uma

participação mais efetiva na mobilização por transformações sociais e projeta novos caminhos e perspectivas acadêmicas que acompanhem a dinâmica constante e acelerada da sociedade.

## 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Odílio Alves. A dimensão constituinte do poder em Hannah Arendt. *Trans/Forma/Ação*, v. 115-130, 2011.

ALBUQUERQUE, Danilo Mecenas Silva. Plataformas de TV online: um estudo de caso do Globoplay. Dissertação (mestrado em Imagem e Som) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. p.95. 2020

AIRES, Janaine; CÂMARA, Clara. A mídia e os limites do personalismo na política brasileira: uma análise dos mandatos de Tiririca, Jean Willys e Celso Russomanno. *Compólitica*, v. 7, n. 2, p. 153-180, 2017.

AIRES, José Luciano de Queiroz; TEATINO, Faustino. “O Estado Espetáculo”: a obra de Roger-Gérard Schwartzemberg e a “Nova” História Política. 2010.

ARAÚJO, Flávia Monteiro; ALVES, Elaine Moreira; DA CRUZ, Monalise Pinto. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. *Revista Eletrônica Perspectivas da Ciência e Tecnologia-ISSN: 1984-5693*, v. 1, n. 1, p. 31-40, 2009.

ARAÚJO, Camila; DE PAULA, Silas. O Culto das Imagens. **Revista Ser-Revista do Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Cidadania**, v. 1, n. 1, p. 100-113, 2009.

ARAÚJO, Valéria Vilas Bôas. Telejornalismo na TV pública brasileira. Uma análise do Repórter Brasil. *Gêneros televisivos e modos de endereçamento no telejornalismo*, p. 197, 2011.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

ARENDT, Hannah. *A dignidade da política*. Coletânea organizada e traduzida por Antônio Abranches et al. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARENDT, Hannah. Poder e violência. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. Tradução de Antônio Abranches et al. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a.

ARENDDT, Hannah. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ARONCHI, José Carlos. Roda dos Gêneros da Televisão Digital Interativa. *Lumina*, v. 7, n. 2, 2013.

AVILA, Edilaine. Funções estratégicas de composição do discurso midiático em “Isso a Globo não mostra”. *Anais de Artigos do Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais*, [S.l.], v. 1, n. 4, abr. 2021. ISSN 2675-4290. Disponível em: <<https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiatizacao-artigos/article/view/1316>>. Acesso em: 19 out. 2023.

BARROSO, Graciele. *Transmídia no telejornalismo de emissoras públicas: estratégias adotadas nos telejornais repórter brasil noite (tv brasil) e jornal antares (tv antares)*. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BECKER, Beatriz. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. *Matrizes*, 2012, 5.2: 231-250.

BELÉM, Vitor. Quando a informação (con) funde-se com o entretenimento: a hibridização de gêneros no telejornal. *Aturá-Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, v. 2, n. 1, p. 83-98, 2018.

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 1985.

BEVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. *Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas*. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009 108. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 12/08/2017.

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea* Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Editora da UNESP, 1997.

BOBBIO, Norberto. *A era dos Direitos*. Rio de Janeiro. Elsevier, 1992. 19ª Reimpressão

BOLAÑO, César. A economia política da televisão brasileira. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 22, n. 2, 1999.

BOLAÑO, César. Ricardo Siqueira; SANTOS, Verlane Aragão. Considerações teórico-metodológicas sobre a história do campo da Economia Política da Comunicação e da Cultura. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 7, n. 1, 2018.

BOLAÑO, César. Ricardo. Siqueira., SANTOS, Verlane. Aragão. (2011). A internacionalização das comunicações na massa e segmentada e TV digital terrestre. *Revista Eletrônica Internacional De Economia Política Da Informação, Da Comunicação E Da Cultura - Eptic*, 9(2). Recuperado de <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/231>

BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, pp. 156-183 (160-161).

BRAGA, José Luiz. *Instituições & Miatização—um olhar comunicacional. Entre o que se diz e o que se pensa: onde está a miatização? Onde está a miatização?* v. 1, p. 9, 2018.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito et al. *Conceito de comunicação pública. Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*, v. 2, p. 01-33, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 12 set.2023.

BRASIL. Ministério das Comunicações. *Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação*. Brasília: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 2010. Disponível em <https://andi.org.br/documento/caderno-da-1-conferencia-nacional-de-comunicacao/> Acesso em: 12 set.2023.

BRUNS, Axel. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo. **Brazilian journalism research**, v. 7, n. 2, p. 119-140, 2011.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias –ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004

- BUCCI, Eugênio. É possível fazer televisão pública no Brasil?. *Novos estudos CEBRAP*, p. 05-18, 2010.
- BUORO, Cibele Maria et al. *O jornalismo político no Brasil: sua trajetória*. 2010.
- CABRAL FILHO, Adilson Vaz. Nem privado nem estatal: a ideia de público como um sistema de comunicação. In: *E-Compós*. 2012.
- CABRAL FILHO*, Adilson. As políticas públicas de comunicação em busca de novos sujeitos históricos. In Eduardo Granja (org.). *Comunicação e contra hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.
- CALETTI, Sérgio. Videopolítica, essa região obscura. Notas para repensar a relação política/mídia. **Constelações de Comunicação**, Buenos Aires, v. 1, p. 40-87, 2000.
- CAMPANELLA, Bruno. Em busca do reconhecimento midiático: a autorrealização do sujeito na sociedade midiaticizada. In: *E-Compós*. 2019..
- CANAVILHAS, João. A comunicação política na era da internet. In: VIII Congresso Lusocom. Labcom, 2009.
- CANAVILHAS, João. Jornalismo Transmídia: um desafio ao velho ecossistema midiático. In RENÓ, Denis. CAMPALANS, Carolina. RUIZ, Sandra. GOSCIOLA, Vicente. *Periodismo Transmedia: miradas múltiples*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2013
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy. Crescei e multiplicai-vos: a explosão religiosa na televisão brasileira. Porto Alegre: InTexto (UFRGS). v. 11, p. 1-23, 2004
- CASTELLO BRANCO, Carla. A redução da credibilidade do jornalismo: violência física e moral contra profissionais da imprensa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2020. pág. 1-15.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Editora Paz e Terra, 2018.
- CERQUEIRA, Laerte. A função pedagógica do telejornalismo: e os saberes de Paulo Freire na prática jornalística*. Editora Insular, 2018.
- CHAIA, Vera. Escândalos políticos e eleições no Brasil. *Anais VI COMPOLÍTICA*, 2015.
- CIOCCARI, Deyse. Jair Bolsonaro: a construção do personagem político nas eleições 2018*.

*Revista Tuituti: Ciencia e Cultura, n 58. Curitiba, 2019*

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: O deputado, o candidato e o presidente. *Lumina*, 2019, 13.3: 135-151.

CLAUSEN, Lisbeth. Localizando o global: processos de 'domesticação' na produção de notícias internacionais. **Mídia, Cultura & Sociedade** , v. 26, n. 1, p. 25-44, 2004.

*CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf> Acesso em 03 de setembro de 2018.*

CONTRERA, Malena Segura. Ontem, hoje e amanhã: sobre os rituais midiáticos. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, n. 28, p. 115-123, 2005.

CORREIA, J., FERREIRA, G., SANTO, P. [org] (2010): Conceitos Fundamentais de Comunicação Política. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011

CORREIA, João Carlos. Cidadania, comunicação e literacia midiática. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2002. Disponível em: <https://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-carlos-Media-Publico-Literacia.pdf> Acesso em: 03 nov. 2023.

COUTINHO, I. Público e identidade no telejornalismo brasileiro. In: ALVARENGA, Nilson Assunção; COUTINHO, Iluska (Ed.). *Identidade e Tecnocultura*. Mauad Editora Ltda, 2010. P.131-145

Coutinho, I., Musse, C. (2012). Telejornalismo, Narrativa e Identidade: a construção dos desejos do Brasil no Jornal Nacional. *Revista Alterjor*, 1(1), 1-16. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88191>

Coutinho, I., Teixeira, G., Falcão, L. F. N., Goulart de Andrade, A. P. *Eu, tu, nós repórteres - Quando profissionais também são pauta: credibilidade jornalística e pacto de confiança entre telas nas rotinas produtivas*. In: ° Congresso Internacional Media Ecology and Image Studies - A consolidação dos seres media. 2023 Disponível em: <http://www.meistudies.org/index.php/cmei/6cime/paper/view/1823/1037> Acesso em: 01 nov. 2023

*COUTINHO, Iluska (org). A informação na TV pública. Florianópolis: Insular, 2013.*

COUTINHO, Iluska (org). *A informação na TV pública*. Florianópolis: Insular, 2013.

COUTINHO, Iluska. A produção social do Telejornalismo: Um olhar sobre os estudos acerca da oferta de conhecimento nos noticiários de TV. Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife: Intercom, 2011. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1275-1.pdf>

*COUTINHO, Iluska. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual: da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade In: Epistemologias do telejornalismo brasileiro. Org. EMERIM, Cárlica; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane. Insular, Florianópolis, 2018*

*COUTINHO, Iluska. Dramaturgia do telejornalismo. Mauad Editora Ltda, Rio de Janeiro, 2012.*

*COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom: São Paulo, 2016.*

*COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016, São Paulo, SP. Anais eletrônicos... São Paulo, USP, 2016. Disponível em < <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.*

COUTINHO, Iluska; FALCÃO, Luis Felipe; ALMEIDA, Pedro Ivo Nunes. Faça o que digo, mas não faça o que eu faço: a Comunicação Pública anunciada pela TV Brasil e sua perspectiva pós-dissolução do Conselho Curador da EBC. **Comunicação & Sociedade**, v. 40, n. 3, p. 157-194, 2018.

COUTINHO, Iluska; FALCÃO, Luiz Felipe Novais; MARTINS, Simone. Isso a Globo (NÃO) Mostra: Invasão ou Ressignificação do Audiovisual como estratégia de Jornalismo Opinitivo1. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO . 2019. pág. 1-15.

COUTINHO, Iluska; PEREIRA, Ariane. A construção do telejornalismo como campo de reflexões: dos fazeres à busca pela consolidação de pesquisas e teorias em Jornalismo Audiovisual. In: *Anais do 40 Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom: Curitiba, 2017*

COUTINHO, Iluska; FALCÃO, Luiz Felipe Novais; MARTINS, Simone. Dos eixos à análise da materialidade: o audiovisual observado, compreendido e experimentado em toda sua

complexidade. 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Belém - PA – 2 a 7/09/2019

DA FUNTEVÊ, Equipe. Cronologia da televisão brasileira. 1984.

DALMONTE, Edson Fernando. O blog da Petrobras e o jornalismo: de que aspectos éticos estamos falando?. **Brazilian journalism research**, v. 6, n. 2, p. 59-69, 2010.

DEBORG, Guy. A sociedade do Espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997

DE OLIVEIRA, Geilson Fernandes; COELHO, Maria das Graças Pinto. Crise política e conflitos discursivos em redes sociodigitais: emoções, cultura e identidade no Brasil contemporâneo. In: *E-Compós*. 2019

DE OLIVEIRA, Luiz Ademir; MARTINS, Thamiris Franco; LEAL, Paulo Roberto Figueira. Pronunciamentos da presidente Dilma e enquadramento noticioso dos portais UOL e Carta Capital. **Comunicologia-Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, v. 9, n. 1, p. 60-80, 2016.

DE OLIVEIRA NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Zahar, 1997.

DE SOUZA VIEIRA, Livia; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Impacto no jornalismo online: cultura do clique, métricas e relevância social. *Lumina*, v. 13, n. 1, p. 132-148, 2019.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas**, v. 1, p. 62-83, 2005.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do (s) conceito (s) de comunicação pública. **Comunicação pública, sociedade e cidadania**, v. 1, p. 121-134, 2011.

DURKHEIM, Émile Davi. Lições de sociologia: a moral, o direito e o Estado. São Paulo:

DUTRA, Gustavo Abreu. O Jornal Nacional na TV e na WEB: um estudo sobre a remediação das narrativas jornalísticas. Dissertação (mestrado em Comunicação). PUC- MG, Belo Horizonte, p. 129, 2009

EBC. Empresa Brasil de Comunicação, 2012. Histórico. Disponível em: <<https://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/historico>>. Acesso em: 11 out. 2023.

EBC. Somente a verdade – Manual de Jornalismo da EBC. Brasília: EBC, 2013

ELLIOTT, Anthony; TURNER, Bryan S. Sobre a sociedade . Política, 2012.

EMERIM, Cárilda. Telejornalismo e Semiótica Discursiva. In: VIZEU, Alfredo; MELLO, Edna; PORCELLO, Flavio; COUTINHO, Iluska (orgs.). Telejornalismo em questão. Florianópolis: Insular, 2014, p. 93-119.

EMERIM, Cárilda; FINGER, Cristiane; CAVENAGHI, Beatriz. Metodologias de

EMERIM, Cárilda; CAVENAGHI, Beatriz. Cobertura ao vivo em telejornalismo: propostas conceituais. **10o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Curitiba (PR). Anais... Curitiba(PR)**, 2012.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias*, v. 16, p. 274-305, 2014.

ESQUENAZI, JEAN-PIERRE. Percepção, Interpretação, Apropriação. *Televisão: das audiências aos públicos*, v. 21, p. 85, 2006.

FALCÃO, Luiz Felipe Novais; ASSIS, Ingrid Pereira. Cercados: a construção de uma narrativa audiovisual em defesa da informação e da liberdade de imprensa. *Interin*, 26(1) 2021 p.97-118.

FALCÃO, Luiz Felipe Novais; TEIXEIRA, Gustavo. E a Comunicação Pública, candidato??? *Jornalismo nas mídias sociais digitais nas eleições 2018*. In: FERNANDES, Carla Montuori. *Comunicação política, eleições 2018 e campanha permanente*. Cia do Ebook, 2019.

FALCÃO, Luiz Felipe Novais. *Comunicação pública e mobilização social: narrativas, televisualidades e engajamento virtual na campanha da “Frente em defesa da EBC e da Comunicação Pública”* Dissertação (Mestrado em Comunicação) – PPGCom-UFJF, Juiz de Fora, p.140, 2019.

FAUSTO NETO, Antônio. A religião do contato: estratégias discursivas dos novos “templos midiáticos”. *Contemporânea – Revista de comunicação e cultura*, vol.2, nº2, p.139-168, 2004. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/89/48>. Acesso em: 26 jul. 2023.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma analítica da midiatização. Matrizes, São Paulo, v. I, n.2, p.89-105, abr. 2008.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. A violência contra jornalistas e ataques à  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Violência contra jornalistas e liberdade de  
imprensa no Brasil. Fenaj: Brasília, 2020. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio\\_fenaj\\_2019.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf) Acesso em: 17/01/2020.

FERRARI, Carla Montuori et al. Campanha permanente e espetacularização política: análise das estratégias narrativas de João Doria (PSDB) na fanpage. **Líbero**, n. 40, p. 54-64, 2018.

FIGUEIRA LEAL, Paulo Roberto et al. Pronunciamentos de Dilma Rousseff no CNRT e na Folha de S. Paulo. **La trama de la comunicación**, v. 23, n. 1, p. 89-104, 2019.

FONTES, Ana Juliana. O Grafismo Televisual e Sua Utilização Como Recurso Informativo no Telejornalismo. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Curitiba - PR – 26 a 28/05/2016

FORD, Aníbal. Navegações: comunicação, cultura e crise. UFRJ, 1999.2019.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 39.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 18 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. n. 24, 2012.

GENETTE, Gérard. Paratextos Editoriais. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia/SP: Ateliê, 2009.

GENTILLI, Victor. Democracia de massas: cidadania e informação. Trabalho apresentado como requisito para obtenção de título de Mestre em Ciências da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

GIMENES, Éder R. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. Agenda

Política, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 119–151, 2014. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/49>. Acesso em: 23 out. 2023.

GLOBO. Memória Globo, Rio de Janeiro, 11, jan 2022. História Jornal Nacional. Disponível em: < <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghtml>>. Acesso em: 13 out. 2023

GOÉS, José Dirceu Campos. O processo de produção de notícias sobre ciências no telejornal Repórter Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019

GOÉS, Cristian. **O Jornalismo e a Experiência do Invisível**. Editora Appris, 2022.

GONÇALVES, Alcindo. Notas sobre o clientelismo político no Brasil. **Revista Eletrônica Leopoldianum**, v. 37, n. 101-3, p. 97-130, 2011.

GOFFMAN, Erving. A Representação do Eu na Vida Cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

GOMES, Itania Maria Mota. O infotainment e a cultura televisiva. A TV em transição. Tendências de programação no Brasil e no mundo, v. 1, p. 195-221, 2009.

GOMES, Itania Maria Mota. O Jornal Nacional e as estratégias de sobrevivência econômica e política da Globo no contexto da ditadura militar. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, v. 17, n. 2, p. 5-14, 2010.

GOMES, Pedro Gilberto. Midiatização: um conceito, múltiplas vozes. **Revista Famecos**, v. 23, n. 2, p. ID22253-ID22253, 2016.

GOMES, Pedro Gilberto. Midiatização: um conceito, múltiplas vozes. *Revista Famecos*, v. 23, n. 2, p. ID22253-ID22253, 2016.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e media II. In: RUBIM, A.; BENTZ, I.; PINTO, M. (ed.). *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Unisinos, 1999, p. 203-231.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2014.

GONÇALVES, Mírian Nadalini. Processo de construção da identidade visual da tv tem: uma análise semiótica dos símbolos da marca. Dissertação (mestrado em Comunicação e Cultura) Universidade de Sorocaba, Sorocaba p.99 2021

Goulart de Andrade, Ana Paula. Telejornalismo Apócrifo: a construção da notícia com imagens amadoras e de vigilância. Florianópolis: Insular, 2018.

GUERRA, Josenildo Luiz; FEITOZA, Liliane do Nascimento Santos. Relevância jornalística: conceito, fundamentos e aplicação. *Linguagem em (Dis) curso*, v. 20, p. 401-419, 2020.

Gutierrez, G. L., de Almeida, M. A. B. (2013). Teoria da Ação Comunicativa (Habermas): estrutura, fundamentos e implicações do modelo. *Veritas (Porto Alegre)*, 58(1), 151–173. <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2013.1.8691>

Gutmann, J. F., Vilas Bôas, V. M., Gomes, I. M. M. (2019). Testemunha, vivência e as atuações do repórter na TV brasileira. *Significação: Revista De Cultura Audiovisual*, 46(51). <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2019.145929>

HABERMAS, Jurgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Hall, Stuart. New ethnicities. In: Mercer, K. et al. *Black Film-British cinema*. London: ICA, 1998. (documents n.7)

*HENRIQUES, M. S. A comunicação e a condição pública dos processos de mobilização social. Ação Midiática–Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, 2012.*

HENRIQUES, Márcio S. Comunicação e Estratégias de Mobilização Social. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HERCOG, Alex. Comunicação pública sequestrada: um ano da fusão entre TV Brasil e NBR. **Carta Capital**, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/comunicacao-publica-sequestrada-um-ano-da-fusao-entre-tv-brasil-e-nbr/> Acesso: 11 out. 2023

HERCULANO MAIA, Lídia Raquel. A midiaticização da política: entre as perspectivas institucionalista e socioconstrutivista. **Anais de Artigos do Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais**, [S.l.], v. 1, n. 4, abr. 2021. ISSN 2675-4290. Disponível em: <https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiaticacao-artigos/article/view/1323>. Acesso em: 27 out. 2023.

Hjarvard, S. (2014). Mídia-tização: conceituando a mudança social e cultural. *MATRIZES*, 8(1), 21-44. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p21-44>

ITO, Carlos Eduardo Kuroki. Regulamentação da tv no brasil interesses da sociedade e aberturas participativas. Dissertação (mestrado em Comunicação Social). Cásper Libero, p. 88, 2009.

JAMBEIRO, O. A TV no Brasil do Século XX. Salvador: EdUFBA, 2001.

*JAMBEIRO, Othon. A regulação da TV no Brasil: 75 anos depois, o que temos? Estudos de Sociologia, v. 13, n. 24, 2008.*

JAMBEIRO, Othon; et al. “A Regulamentação da TV Aberta na Argentina, Brasil e Uruguai”, in MATTOS, Sérgio (org.). A Televisão na era da Globalização. São Paulo, IANAMÁ, 1999.

JOHNSON, Telma Sueli Pinto; LEAL, Paulo Roberto Figueira. O jornalismo da edição brasileira do El País no contexto da oligopolização midiática: dissonâncias entre percepção do público e autopoicionamento. *LÍBERO*, n. 43, p. 14-28, 2019.

Jornalismo, Campo Grande (MS), 2015.

JOST, F. Compreender a televisão. Porto Alegre: Sulina, 2007.

JOST, François. O saber do espectador e o saber do telespectador. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, v. 31, n. 21, p. 63-84, 2004.

*JOST, François. Seis lições sobre a televisão. Porto Alegre: Sulina, 2004;*

JOST, François. Seis lições sobre televisão. Porto Alegre: Sulina, 2004

JÚNIOR, Carlos Humberto Ferreira Silva. Ethos: uma proposta classificatória para a utilização do conceito na área da comunicação. **Comunicologia-Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, v. 12, n. 1, p. 54-68, 2019.

JÚNIOR, João Feres: **Análise de valências, debate acadêmico e contenda política** Revista Brasileira de Ciência Política, n 20. Brasília, maio - agosto de 2016, pp 313-322.

*KILPP, Suzana. A traição das imagens: espelhos, câmeras e imagens especulares em reality shows. Porto Alegre: Entremeios, 2010.*

KLEIN, Alberto; ROSA, Ana Paula. Atentado em imagens: sincronização e circularidade na mídia. **Revista Grhebh**, n. 08, 2007. Disponível em:

[www.cisc.org.br/portal/jdownloads/Ghrebh/Ghrebh-%208/12\\_klein\\_e\\_rosa.pdf](http://www.cisc.org.br/portal/jdownloads/Ghrebh/Ghrebh-%208/12_klein_e_rosa.pdf) Acesso em: 02 de jul. de 2024

Kneipp, Valquíria. Telejornalismo brasileiro chega aos 70 anos e enfrenta a potência das fake News no contexto da sociedade midiaticizada. In: EMERIM, Cárlica; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska. **Telejornalismo Contemporâneo: 15 anos da Rede Telejor**. Editora Insular, 2020 p.65-80

LAGE, Nilson. Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas. Pauta Geral- Estudos em Jornalismo, v. 1, n. 1, p. 20-25, 2014.

LARA, Alexandre. Infotimento: as inter-relações entre entretenimento e notícia nas grades de programação da Rádio Band News FM Curitiba. **Razón y palabra**, n. 72, 2010.

LEAL, B. S. “Do testemunho à leitura: reflexões sobre o narrador jornalístico, hoje”. Biblioteca on-line de ciência da comunicação, Covilhã, p. 1-5, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2Em2LZb>>. Acesso em: 10 nov. 2023

LEAL, Paulo Roberto Figueira. A nova ambiência eleitoral e seus impactos na comunicação política. Revista Lumina, Juiz de Fora, n° jul/dez 2002, p. 66-67.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. Identidades políticas e personagens televisivos. Rio de Janeiro: Editora Corifeu, 2007.

LEAL, Paulo Roberto et al. Pronunciamentos de Dilma Rousseff no CNRT e na Folha de S. Paulo. **La trama de la comunicación**, v. 23, n. 1, p. 89-104, 2019.

LEAL, Paulo Roberto Figueira ROSSINI, Patrícia Gonçalves. A decisão eleitoral na era das redes sociais: a perspectiva da lógica social do voto. In: **XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Anais.... Intercom, Recife**. 2011.

LEAL, Paulo Roberto Figueira, O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEAL, Paulo Roberto Figueira; ALVIN, Bianca. O Jornal Nacional e as narrativas míticas sobre a brasilidade: o caso Robinho. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, 2010.

LEAL, Paulo Roberto Figueira; PETHS, Lucas. Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e Propaganda Partidária Gratuita: do surgimento à personalização na televisão brasileira. **Parágrafo**, v. 1, n. 2, p. 84-97, 2013.

LENARDÃO, Elsie. Gênese do clientelismo na organização política brasileira. **Lutas sociais**, n. 11/12, p. 109-122, 2004.

LENARDÃO, Elsie. O clientelismo político no Brasil contemporâneo: algumas razões de sua sobrevivência. 2006. 181 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2006.

LÉVY, P. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. *Revista FAMECOS*, 5(9), 1998 p. 37-49.

Liberdade de Imprensa no Brasil. Relatório 2019. Brasília, 2020. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio\\_fenaj\\_2019.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf) Acesso em: 16/10/23

LIESEN, Maurício. **Comunicação e direitos humanos: elementos para um jornalismo responsável**. Editora Intersaberes, 2020.

LIMA, V. A. de. The state, television and political power in Brazil. *Critical Studies in Mass Communication*, v. 5, n. 2, p. 108-128, 1988.

LOUREIRO, Eliana Regina Lopes. Isso a Globo não mostra”: análise de conteúdo associado ao termo e sua ligação com as fake news. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2018. pág. 1-15.

MAIA, W. Edição no Jornal Nacional e Jornal da Record: uma análise comparativa a partir dos critérios de noticiabilidade dos telejornais de rede. **Belo Horizonte**, 2007.

Manin, Bernard. "As metamorfoses do governo representativo." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 10.29 (1995): 5-34.

MANTOVANI, C.; DANTAS, G. G. C. . Os fluxos informacionais nos dispositivos móveis. In: MOURA, M. A. (Org.). *Cultura informacional e liderança comunitária*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2011, p. 121-125

MANTOVANI, C.; DANTAS, G. G. C. Os fluxos informacionais nos dispositivos móveis. In: MOURA, M. A. (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2011, p. 121-125.

*MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. O que é cidadania. São Paulo: Brasiliense, 2001.*

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. In: **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6. Ed. Editora UFJ, Rio de Janeiro 2008.

*MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. Senac, 2001.*

Martins Fontes, 2002.

MARTINS, Carlos Benedito. Em defesa do conceito de sociedade. Revista brasileira de ciências sociais, v. 28, p. 229-234, 2013.

MARTINS, S.; MATA, J.; FALCÃO, L. F.; PEREIRA, G. T. F.; COUTINHO, I. M. S. Sobre isolamentos e demarcações sociais: o lugar do jornalista de TV em tempos de Pandemia. In: EMERIM, C.; PEREIRA, A.; COUTINHO, I. A (re)invenção do telejornalismo em tempos de pandemia. Editora Insular: Florianópolis, 2020. p. 43-64.

MARX, Karl. As lutas de classes na França. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.

MARX, Karl. **O capital-Livro 1-Vol. 1 e 2: O processo de produção do capital**. Editora José Olympio, 2016.

MARTINS, Maura Oliveira. **Novos efeitos de real concretizados pelas máquinas de visibilidade: reconfigurações no telejornalismo perante a ubiquidade das câmeras onipresentes e oniscientes**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MATA, J. A. P. O amador no audiovisual: a incorporação de conteúdos gerados por cidadãos comuns às produções jornalísticas da televisão brasileira. 2017. 201 f. (Tese de Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MATTOS, S. A Televisão no Brasil. Salvador: Editora Inamã, 2000.

MATTOS, Sérgio. História da Televisão Brasileira: Uma Visão Econômica, Social e Política. Petrópolis, Vozes, 2002.

MATTOS, Sérgio. Um perfil da TV brasileira. Salvador: Abap, 1990.

MESQUITA, Giovana Borges. Intervenção, logo existo: a audiência potente e as novas relações no jornalismo. 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MESQUITA, Nuno Coimbra. **Mídia e democracia no Brasil: Jornal Nacional, crise política e confiança nas instituições**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo.

MIGUEL, L. F. A descoberta da política: a campanha de 2002 na Rede Globo. In: RUBIM, A. A. C. (org.). Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil. São Paulo: Hacker, 2004, p. 91-105, 2004.

MIGUEL, L. F. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. Dados, v. 42, n. 2, p. 253-276, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe. A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2002. Dados, v. 46, p. 289-310, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 16, n. 2, p. 46-58, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. Diálogos latinoamericanos, n. 3, p. 43-70, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. O colapso da democracia no Brasil. Da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 155-184, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 155-184, 2002.

MINTZ, André Goes. Mídia e plataformas: aproximações. Novos Olhares, v. 8, n. 2, p. 98-109, 2019.

MITTELL, Jason. Complexidade narrativa na televisão americana contemporânea. **Matrizes**, v. 5, n. 2, p. 29-52, 2012.

MORAES, Bruno Sodré de. *Jornalismo público: um olhar sobre o Repórter Brasil*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade de Brasília, Brasília, p.145, 2011.

MOREIRA, S.V. **Análise documental como método e como técnica** In: DUARTE, J.; BARROS, A. (2012). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2 Ed. São Paulo: Atlas.

MOREIRA, Sonia Virgínia. *Análise documental como método e como técnica*. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, p. 269-279, 2005.

MOREIRA, Breno Lima Moreira. *Mídia, economia e governo: o enquadramento da economia no Jornal Nacional no primeiro governo Lula*. 177 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) -Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, F. P. J. A. *A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais*. **Estudos Em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 1, p. 121-137, 2015.

MOTTA, Luiz Gonzafa, *Explorações epistemológicas sobre uma antologia da notícia*. Revista FAMECOS. Porto Alegre, nº19, p.65-80, dez.2002.

NITAHARA, A.; DA LUZ, C. R. M. *A EBC e a Comunicação Pública no Brasil*. Liinc em Revista, [S. l.], v. 16, n. 1, p. e5130, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i1.5130. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5130>. Acesso em: 19 set. 2023.

NITAHARA, Akemi; DA LUZ, Cristina Rego Monteiro. *O desmonte da participação social na EBC*. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ISSN: 1518-2487), v. 23, n. 2, p. 22-37, 2021.

NUNES, Edson de Oliveira. *A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático*. **NÚMERO 29–ANO XV–DEZEMBRO 2010**, v. 23, n. 29, p. 135-137, 2010.

Oliveira, L. A. de, Figueira Leal, P. R. (2016). *A Disputa pelo Sentido da “Mineiridade”: A Construção da Imagem de Aécio Neves na Disputa Presidencial de 2014*. *Novos Olhares*, 5(1), 29-44. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2016.104525>

OLIVEIRA, V. F.; OLIVEIRA, J. L. *O Que é Poder: Uma aproximação entre Hannah Arendt e Norberto Bobbio*. Revista Ponto de Vista, [S. l.], v. 12, n. 2 (número especial), p. 01–12, 2023.

DOI: 10.47328/rpv.v12i2 (número especial).15995. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/15995>. Acesso em: 23 out. 2023.

ORTH, Thiana; SOARES, Jéssica Degrandi. Empresa Brasil de Comunicação (EBC): a comunicação pública em declínio. **Revista Katálysis**, v. 23, p. 439-448, 2020.

PAULINO, F. O., VALENTE, J., GUAZINA, L., URUPÁ, M., de CARVALHO, M. M. (2022). Políticas de Comunicação no Brasil: Uma visão geral dos dois primeiros anos do governo Jair Bolsonaro. *Revista Eletrônica Internacional De Economia Política Da Informação, Da Comunicação E Da Cultura - Eptic*, 24(2), 115–134. [https://doi.org/10.54786/revista\\_eptic.v24i2.17692](https://doi.org/10.54786/revista_eptic.v24i2.17692)

PAULINO, Fernando Oliveira; SILVA, Luiz Martins da. Comunicação pública em debate: ouvidoria e rádio. 2013.

PEREIRA FILHO, J. J. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o desafio da participação cidadã: estudo sobre o conselho curador. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PERISSINOTTO, R. História, sociologia e análise do poder. *Revista História Unisinos*, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 3, p.313-320, 2007.

Pesquisa em Telejornalismo. In ANAIS do 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em

PICCININ, Fabiana; DE AZEREDO SOSTER, Demétrio. Da anatomia do telejornal midiaticizado: metamorfoses e narrativas múltiplas. *Brazilian journalism research*, v. 8, n. 2, p. 118-134, 2012.

PINHEIRO, Elton Bruno. As ações do (des) governo Bolsonaro contra a Empresa Brasil de Comunicação. *Compólitica*, v. 11, n. 2, p. 81-106, 2021.

*PNAD. Acesso à Internet e à Televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/>*

PORCELLO, Flávio. Mídia e poder: os dois lados de uma mesma moeda. A influência política da TV no Brasil. **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PORCELLO, Flávio Antônio Camargo. O papel social do Telejornalismo em defesa da liberdade de expressão e da democracia plena no Brasil. In: **Congresso Brasileiro de Ciências**

**da Comunicação (42.: 2019 set. 02-07: Belém do Pará). Anais [recurso eletrônico]. São Paulo: Intercom, 2019. 2019.**

PORTO, M. The changing landscape of Brazil's news media. In: D. LEVY; R. NIELSEN (Orgs.), *The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, p. 107-124.2010.

Porto, M., Neves, D., Lima, B. (2020). Crise hegemônica, ascensão da extrema direita e paralelismo político. *Compólitica*, 10(1), 5-34. <https://doi.org/https://doi.org/10.21878/compolitica.2020.10.1.367>

PRIOLLI, Gabriel. "A Tela Pequena no Brasil Grande", in *Televisão & Vídeo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985, pp. 19-52.

QUARESMA, Silvia Jurema Leone. O Estado e dominação nos pressupostos de Marx, Weber e Durkheim. *Achegas. net*, v. 42, p. 96-104, 2009.

RANZANI, L. H. de A. .; PIERANTI, O. P. . A repercussão da fusão entre a TV Brasil e a NBR nos jornais de grande circulação. *Comunicação & Informação*, Goiânia, Goiás, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/ci.v24.67305. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/67305>. Acesso em: 11 out. 2023.

RECORD, Rede. *Rede Record: 45 anos de história*. São Paulo: Antonio Bellini Editora e Design, 1998.

RESENDE, Fernando. A comunicação social e o espaço público contemporâneo. *Revista ALCEU-Revista de Comunicação, Cultura e Política/Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*, v. 5, p. 129, 2005.

RIZZOTTO, C. C.; ANTONELLI, D.; FERRACIOLI, P. A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 13, n. 24, 2017. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/241>. Acesso em: 3 nov. 2023.

Rodhe, André. *Jornalismo e pandemia na TV*. In: (Org.) Emerim, C.; Pereira, A.; Coutinho, I. *A (re)invenção do Telejornalismo em tempos de pandemia*. Insular, 2020.

ROSA, T. B. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. *Revista Sem Aspas* , Araraquara, v. 6, n. 1, p. 3–12, 2017. DOI:

10.29373/semaspas.v19n1.2017.9933. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/9933>. Acesso em: 23 out. 2023.

SALAVERRIA, Ramon. Fluxos Comunicacionais e Crise da democracia. In: Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Pará, 2019. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Ramon-Salaverria/publication/335635563\\_Fluxos\\_comunicacionais\\_e\\_crise\\_da\\_democracia\\_keynote\\_at\\_INTERCOM\\_2019\\_42\\_Congresso\\_Brasileiro\\_de\\_Ciencias\\_da\\_Comunicacao/links/5d712b32a6fdcc9961b04b6d/Fluxos-comunicacionais-e-crise-da-democracia-keynote-at-INTERCOM-2019-42-Congresso-Brasileiro-de-Ciencias-da-Comunicacao.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Ramon-Salaverria/publication/335635563_Fluxos_comunicacionais_e_crise_da_democracia_keynote_at_INTERCOM_2019_42_Congresso_Brasileiro_de_Ciencias_da_Comunicacao/links/5d712b32a6fdcc9961b04b6d/Fluxos-comunicacionais-e-crise-da-democracia-keynote-at-INTERCOM-2019-42-Congresso-Brasileiro-de-Ciencias-da-Comunicacao.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2021.

SALGADO, Susana. Campanhas eleitorais e cobertura mediática: abordagens teóricas e contributos para a compreensão das interações entre política e media. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 229-253, 2012.

SAMPAIO, Adriano de Oliveira. A construção do posicionamento discursivo no telejornalismo: um estudo comparativo das estratégias discursivas dos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Record. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTANA, Mayara Jordana Sousa. Jornalismo e quarto poder: origem e transformação de um ideal jornalístico. 21º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Universidade de Brasília (UnB) – Brasília (DF) – Nov. 2023 Disponível em: [www.researchgate.net/profile/Mayara-Santana-5/publication/375888392\\_Jornalismo\\_e\\_quarto\\_poder\\_origem\\_e\\_transformacao\\_de\\_um\\_ideal\\_jornalistico/links/6560af173fa26f66f4241702/Jornalismo-e-quarto-poder-origem-e-transformacao-de-um-ideal-jornalistico.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Mayara-Santana-5/publication/375888392_Jornalismo_e_quarto_poder_origem_e_transformacao_de_um_ideal_jornalistico/links/6560af173fa26f66f4241702/Jornalismo-e-quarto-poder-origem-e-transformacao-de-um-ideal-jornalistico.pdf) Acesso: 07 nov. 2024

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2019.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard; ESPETÁCULO, O. Estado. Ensaio sobre e contra o Star System em Política. **Tradução Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro: Difel, 1978.**

SHIRKY, Clay. *Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2012.*

SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela. A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. **Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: Gráfica UFG, 2016. p 15-35**

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em jornalismo e mídia*, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.

SILVA, Marcelli Alves da. O percurso do amador para integrar o “mundo do telejornalista”: uma análise dos vídeos colaborativos que participam da notícia televisiva. 2017. 403 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Terezinha; FRANÇA, Vera. Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. In: **E-Compós. 2017.**

SILVA, Filipe Peixoto da; PORCELLO, Flávio Antônio Camargo. Quando o repórter aparece na TV: o corpo e a voz da notícia no telejornalismo. **Estudos em Comunicação. Covilhã, Portugal. N. 22 (maio 2016), p. 123-164, 2016.**

SILVA, Marcia Veiga da. Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SODRÉ, Muniz. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Rio de Janeiro: Vozes, 2002

SODRÉ, Muniz. O Espelho de Narciso, Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SODRÉ, Muniz. O monopólio da Fala. Petrópolis, Vozes, 177.

STORTO, Leticia Jovelina; DA SILVA FIGUEIREDO, Marcelo. Templo de Salomão: arquitetura, argumentatividade e midiatização. **Anuário Unesco/Methodista de Comunicação Regional**, v. 19, n. 19, p. 259-273, 2015.

*TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. De tudo um pouco: o telejornalismo e a mistura dos gêneros. Anuário Unesco/Methodista de Comunicação Regional, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 97-111, jan./dez. 2009.*

TEMER, Ana Carolina; TUZZO, Simone. Revisão crítica da relação entre comunicação e cidadania: um estudo sobre mídia. In: MORAES, Ângela; SIGNATES, Luiz (ORG.)

**Cidadania comunicacional:** teoria, epistemologia e pesquisa, Goiânia: Gráfica UFG, 2016. p.149-170.

THOMPSON, J. B. A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2014

TOPPER, Keith. Arendt e Bourdieu entre a palavra e a acção. Teoria Política , v. 39, n. 3, pág. 352-377, 2011.

*TORO, A.; BERNARDO, José; RODRÍGUEZ, Martha. La comunicación y la movilización social en la construcción de bienes públicos. Inter-American Development Bank, 2001.*

*TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.*

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. Volume 2. Florianópolis: Insular, 2004.

Precarização marca atividade do jornalista. FUNDACENTRO, 2024 Disponível em: <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/noticias/noticias/2024/maio/precarizacao-marca-atividade-do-jornalista> Acesso em: 01/07/2024

TRANCOSO, Ezequiel Eckhardt. Agenda-setting, Priming e a avaliação do brasileiro sobre o governo Jair Bolsonaro durante a pandemia do coronavírus. Dissertação (mestrado em Comunicação). 141f. Universidade do Porto, Porto, 2021.

TRAQUINA, N. Teorias do Jornalismo, por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.

TRIGO, Luciano. Guerra de narrativas: a crise política e a luta pelo controle do imaginário. Rio de Janeiro Globo Livros, 2018.

Trump's angry populism. Media, Culture and Society, vol 40, n. 5.

TUCHMAN, G. Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. The American Journal of Sociology, v. 77, n° 4, p. 660-679, 1972.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. vi, 206 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. *Revista Diálogos–FELAFACS*. Nº 48. Lima. (outubro). 1997.

VERÓN, Éliséo. *Construir el acontecimiento: los medios de comunicación masiva y el accidente en la central nuclear de Three Mile Island*. Barcelona: Gedisa

VIEIRA, Alana; COUTINHO, Iluska. (2017). Reflexões sobre a Televisão Pública Brasileira - Análise da Autonomia da TV Brasil. *Revista Eco-Pós*, 20(2), 316–335. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v20i2.2688>

VISCARDI, Janaisa Martins. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. *Trabalhos em Linguística aplicada*, v. 59, p. 1134-1157, 2020.

VIZEU JR, Alfredo. *Decidindo o que é notícia: Os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre, Edipucrs, 2005.

VIZEU, Alfredo. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. *Revista Famecos*, v. 16, n. 40, p. 77-83, 2009.

VIZEU, Alfredo. Telejornalismo: cotidiano e lugar de segurança. **Estudos em jornalismo e Mídia**, v. 3, n. 1, p. 103-113, 2006.

VIZEU, Alfredo; CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. **A sociedade do telejornalismo. Petrópolis: Vozes**, p. 11-28, 2008.

VIZEU, Alfredo; LEITE, Flora. DECIDINDO O QUE É NOTÍCIA: 20 anos depois. *Revista Observatório*, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 284–307, 2018. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2018v4n4p284. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/5503>. Acesso em: 31 out. 2023.

VIZEU, Alfredo; LEITE, Flora. DECIDINDO O QUE É NOTÍCIA: 20 anos depois. *Revista Observatório*, v. 4, n. 4, p. 284-307, 2018.

VIZEU, Alfredo; MAZZAROLO, Jô. Telejornalismo: onde está o lead?. *Revista Famecos*, v. 6, n. 11, p. 57-63, 1999.

VIZEU, Alfredo; CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. **A sociedade do telejornalismo. Petrópolis: Vozes**, p. 11-28, 2008.

Vizeu, A. (2009). O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. *Revista FAMECOS*, 16(40), 77–83. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2009.40.6321>

Vizeu, A. E., e A. Santana. “O Lugar De Referência E O Rigor Do método No Jornalismo: Algumas considerações”. *Intexto*, nº 22, julho de 2010, p. 38-48, <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/9997>.

WAHL-JORGENSEN, K. (2018) Media coverage of shifting emotional regimes: Donald

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. Covilhã: Lusosofia, 2010.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.). Max Weber: Sociologia. São Paulo: Bártira Gráfica e Editora Ltda, 2003.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura; Rio de Janeiro: J Zahar, 1979.

*WILLIAMS, Raymond. Televisão: tecnologia e forma cultural. Tradução de Marcio Serelle; Mário F. I. Viggiano. 1a ed. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte, MG: PUCMinas, 2016.*

WINCH, Rafael Rangel. A diversidade de vozes no telejornalismo: um olhar para as conformações econômicas e políticas da televisão. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, nov. 2018

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação de massa. São Paulo: Martins Fontes: 2003.

*WOLTON, Dominique. Pensar a comunicação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.*